

# Resenha

de Política Exterior do Brasil

número 117, 2º semestre de 2015

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**Coordenação-Geral de Documentação Diplomática**

**RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL**  
**Coordenação-Geral de Documentação Diplomática**

Número 117, 2º semestre de 2015 – Ano 41, ISSN 01012428

© 2015 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pelo Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

- Ministro de Estado das Relações Exteriores

Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira

- Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Sérgio França Danese

- Subsecretário-Geral do Serviço Exterior

Embaixadora Maria-Theresa Lazaro

- Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação

Ministro João Pedro Corrêa Costa

- Coordenação-Geral de Documentação Diplomática

Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

360p.

ISSN 01012428

Semestral.

I.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 327(81)(05)



**Departamento de Comunicações e Documentação**

# SUMÁRIO

## DISCURSOS

22

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL. (BRASÍLIA/DF, 14/07/2015) 22

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DO ALMOÇO DE CHANCELERES PRESENTES À REUNIÃO DO CONSELHO MERCADO COMUM. (BRASÍLIA/DF, 16/07/2015) 27

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA ABERTURA DO V CONCURSO PARA DIPLOMATAS AFRICANOS. (BRASÍLIA, 10/08/2015) 29

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AOS 70 ANOS DO INSTITUTO RIO BRANCO ( BRASÍLIA, 11/08/2015) 33

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA ‘PAULO KOL’ (2013-15) DO INSTITUTO RIO BRANCO. (BRASÍLIA 12/08/2015) 39

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS POLÍTICOS DO PARLATINO. ( BRASÍLIA/DF 19/08/2015) 47

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA POSSE DE NOVOS SUBSECRETÁRIOS-GERAIS, DO NOVO DIRETOR DA ABC E DE NOVOS CHEFES DE DEPARTAMENTO. ( BRASÍLIA/DF, 26/08/2015) 54

DISCURSOS DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA,  
POR OCASIÃO DA IMPOSIÇÃO DA INSÍGNIA DA ORDEM DO RIO BRANCO  
À CORVETA BARROSO. (BEIRUTE/LÍBANO, 15/09/2015) 58

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA,  
POR OCASIÃO DO DEBATE ABERTO NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS  
NAÇÕES UNIDAS: “ SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO E  
NORTE DA ÁFRICA E COMBATE À AMEAÇA TERRORISTA NA REGIÃO”  
(NOVA YORK/EUA, 30/09/2015) 60

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA,  
NO SEMINÁRIO SOBRE AS PERSPECTIVAS E MELHORES PRÁTICAS DAS  
ATIVIDADES DE PROMOÇÃO COMERCIAL E DE ATRAÇÃO DE  
INVESTIMENTOS, POR OCAISÃO DOS 50 ANOS DO DPR. (BRASÍLIA/DF,  
14/10/2015) 63

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA,  
NA SOLENIDADE EM HOENAGEM AO ANIVERSÁRIO DE 70 ANOS DAS  
NAÇÕES UNIDAS. (BRASÍLIA/DF, 29/10/2015) 67

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA,  
POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM AO SENHOR  
PAOLO GENTILONI, MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA  
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA REPÚBLICA IATLIANA.(BRASÍLIA/DF,  
05/11/2015) 71

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA,  
POR OCASIÃO DO ALMOÇO EM HOMENAGEM A SUAS ALTEZAS  
IMPERIAIS, PRÍNCIPE E PRINCESA AKISHINO DO JAPÃO.(BRASÍLIA/DF,  
06/11/2015) 74

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA,  
NA PLENÁRIA DA IV CÚPULA AMÉRICA DO SUL - PAÍSES ÁRABES (ASPA).  
(RIADE/ARÁBIA SAUDITA, 11/11/2015) 76

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, NA ABERTURA DO SEMINÁRIO “40 ANOS DO RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA PELO BRASIL” (BRASÍLIA/DF, 13/11/2015)	81
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE FINAL DE ANO NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. (BRASÍLIA/DF, 9/12/2015)	84
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DA X CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC. (NAIRÓBI/QUÊNIA, 16/12/2015)	91
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA REUNIÃO MINISTERIAL DA CÚPULA DO MERCOSUL. (ASSUNÇÃO/PARAGUAI, 20/12/2015)	93
<b>ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR</b>	<b>98</b>
<b>COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES</b>	<b>108</b>
RESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES ENTRE CUBA E OS EUA 1/07/2015	108
POSIÇÃO DO BRASIL SOBRE A RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A SITUAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NA SÍRIA 02/07/2015	108
VISITA DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA AUSTRÁLIA, JULIE BISHOP 03/07/2015	109
ADOÇÃO DA RESOLUÇÃO SOBRE A INCOMPATIBILIDADE ENTRE DEMOCRACIA E RACISMO 03/07/2015	110
NOTA DE ESCLARECIMENTO 07/07/2015	110

40° ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA DE CABO VERDE 07/07/2015	112
PARTICIPAÇÃO DA PRSIDENTA DA REPÚBLICA NA VII CÚPULA DO BRICS – UFÁ, RÚSSIA, 8 E 9 DE JULHO DE 2015 07/07/2015	112
AGRÉMENT AO EMBAIXADOS DO BRASIL NO URUGUAI 08/07/2015	113
VIAGEM DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA À ITÁLIA – ROMA E MILÃO, 10 E 11 DE JULHO DE 2015 09/07/2015	113
VII CÚPULA DO BRICS – DECLARAÇÃO DE UFÁ, RÚSSIA, 9 DE JULHO DE 2015 09/07/2015	114
VII CÚPULA DO BRICS – PLANO DE AÇÃO – UFÁ, RÚSSIA, 9 DE JULHO DE 2015 09/07/2015	144
LANÇAMENTO, NO EXTERIOR, DO PASSAPORTE BRASILEIRO COM VALIDADE DE ATÉ 10 ANOS 10/07/2015	148
REUNIÃO DOS DIREITOS – GERAIS SOBRE ASSUNTOS DAS NAÇÕES UNIDAS DO G-4 – DECLARAÇÃO CONJUNTA 10/07/2015	149
ATENTADO CONTRA O CUNsulADO DA ITÁIA NO CAIRO 11/07/2015	149
ATENTADO NO CHADE 11/07/2015	149
ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ PRÍNCIPE 12/07/2015	150
ACORDO POLÍTICO LÍBIO 14/07/2015	150
ACORDO SOBRE O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO 14/07/2015	151
Resenha de Política Exterior do Brasil, nº 117, 2º semestre de 2015	6

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO PARAGUAI, ELADIO LOIZAGA – BRASÍLIA, 15 DE JULHO DE 2015	151
REUNIÃO ENTRE BOLÍVIA, BRASIL, EQUADOR E PERU PARA PROMOVER A MIGRAÇÃO SEGURA NA AMÉRICA DO SUL – COMUNICADO CONJUNTO 14/07/2015	152
XLVIII CÚPULA DOS CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS E XLVIII REUNIÃO DO MERCADO COMUM – BRASÍLIA, 16 E 17 DE JULHO DE 2015 15/07/2015	153
REUNIÃO DE TRABALHO ENTRE A PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF E A PRESIDENTA DA REPÚBLICA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER – BRASÍLIA, 17 DE JULHO DE 2015 17/07/2015	154
COMUNICADO CONJUNTO DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS – BRASÍLIA, 17 DE JULHO DE 2015 17/07/2015	154
DECLARAÇÃO SOCIOLABORAL DO MERCOSUL DE 2015 – I REUNIÃO NEGOCIADORA – BRASÍLIA, 17 DE JULHO DE 2015 17/07/2015	165
DECLARAÇÃO ESPECIAL SOBRE EXPLORAÇÃO DE HIDROCARBONETOS NA PLATAFORMA CONTINENTAL ARGENTINA NAS PROXIMIDADES DAS ILHAS MALVINAS – BRASÍLIA, 17 DE JULHO DE 2015 17/07/2015	180
DECLARAÇÃO COMO CIDADÃO ILUSTRE DO MERCOSUL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL JOÃO GOULART – BRASÍLIA, 17 DE JULHO DE 2015 17/07/2015	181
COMUNICADO CONJUNTO DAS PRESIDENTAS E DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL – BRASÍLIA, 17 DE JULHO DE 2015 18/07/2015	182
ATENTADO NO IRAQUE 18/07/2015	192

ATENTADO NA TURQUIA 20/07/2015	192
ELEIÇÕES NO HAITI 20/07/2015	192
VIAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES A CINGAPURA, TIMOR-LESTE, VIETNÃ E JAPÃO-22 A 29 DE JULHO DE 2015 21/07/2015	193
COMUNICADO MINISTERIAL BRASIL-PERU – LIMA, 21 DE JULHO DE 2015 21/07/2015	194
VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO ESPECIAL PARA AMÉRICA LATINA E ASSUNTOS CONSULARES, PASSAPORTE E VISTOS DA ÍNDIA – COMUNICADO CONJUNTO – BRASÍLIA, 20 E 21 DE JULHO DE 2015 21/07/2015	195
NOTA DE ESCLARECIMENTO 21/07/2015	196
SITUAÇÃO DO BRASILEIRO ISLAM HAMED 24/07/2015	196
ATENTADO NA SOMÁLIA 27/07/2015	197
CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NOS FILIPINAS 27/07/2015	197
VIAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO JAPÃO – 28 E 29 DE JULHO DE 2015 27/07/2015	198
ATENTADOS NO CAMEROUN 27/07/2015	198
SITUAÇÃO NA PALESTINA E EM ISRAEL 03/08/2015	198
NOTA SOBRE OS 70 ANOS DO BOMBARDEIO NUCLEAR DE HIROSHIMA 06/08/2015	199

ABERTURA DO MERCADO DE MYANMAR PARA CARNES BOVINA E DE AVES 07/08/2015	199
PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS NO HAITI 10/08/2015	199
ATENTADOS NO IRAQUE 10/08/2015	200
VIII REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL SOBRE A AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO PÓS-2015 – BRASÍLIA, 14 DE AGOSTO DE 2015 11/08/2015	200
ATENTADO NA NIGÉRIA 12/08/2015	201
SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU 12/08/2015	201
ATENTADO NA TAILÂNDIA 17/08/2015	202
VISITA DA CHANCELER DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, ANGELA MERKEL – BRASÍLIA, 19 E 20 DE AGOSTO 2015 19/08/2015	202
COMUNICADO CONJUNTO POR OCASIÃO DAS PRIMEIRAS CONSULTAS INTERGOVERNAMENTAIS DE ALTO NÍVEL BRASIL-ALEMANHA – BRASÍLIA, 20 DE AGOSTO DE 2015 20/08/2015	203
DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-ALEMANHA SOBRE MUDANÇA DO CLIMA – BRASÍLIA, 20 DE AGOSTO DE 2015 20/08/2015	210
INSTRUMENTOS ADOTADOS POR OCASIÃO DAS CONSULTAS DE ALTO NÍVEL BRASIL-ALEMANHA – BRASÍLIA, 20 DE AGOSTO DE 2015 20/08/2015	215

ALMOÇO DE TRABALHO DO SECRETÁRIO-GERAL COM OS EMBAIXADORES DA ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDOESTE ASIÁTICO (ASEAN) 25/08/2015	215
VISITA DO MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA, HÉCTOR TIMERMAN, AO BRASIL - BRASÍLIA 27 DE AGOSTO DE 2015 26/08/2015	216
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO COGO, CAMEROUN, CABO VERDE E SENEGAL – 29 DE AGOSTO A 2 DE SETEMBRO DE 2015 27/08/2015	216
PASSAGEM DA TEMPESTADE TROPICAL “ERIKÁ” POR DOMINICA 30/08/2015	218
NOTA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF LAMENTA FALECIMENTO DO GENERAL JOSÉ LUIZ JABORANDY JÚNIOR 31/08/2015	218
ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM AS ILHAS COOK 01/09/2015	219
VISITA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL E DA ARGENTINA À COLÔMBIA – BOGOTÁ, 4 DE SETEMBRO DE 2015 04/09/2015	220
ATENTADOS NO CAMEROUN 04/09/2015	220
COMUNICADO CONJUNTO ARGENTINA, BRASIL E VENEZUELA – CARACAS, 5 DE SETEMBRO DE 2015	220
CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA TANZÂNIA, EM SEYCHELLES E EM COMORES 08/09/2015	221

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, AO IRÃ E AO LÍBANO – 13 A 16 DE SETEMBRO DE 2015 11/09/2015	221
VISITA DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA À RÚSSIA – 14-16 DE SETEMBRO DE 2015 11/09/2015	222
VISITA DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA À POLÔNIA – 16-17 DE SETEMBRO DE 2015 11/09/2015	223
ACIDENTE NA GRANDE MESQUITA DE MECA 12/09/2015	223
ASSALTO AO PALÁCIO PRESIDENCIAL EM UAGADUGU 16/09/2015	224
ANÚNCIO DE REUNIÃO COLÔMBIA-VENEZUELA 17/09/2015	224
TERREMOTO NO CHILE 17/09/2015	224
CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS ENTRE BRASIL E MONGÓLIA – BRASÍLIA, 21 DE SETEMBRO DE 2015 21/09/2015	224
CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO MARROCOS 21/09/2015	225
VISITA DO MINISTRO MAURO VIEIRA AO PARAGUAI – ASSUNÇÃO, 22 DE SETEMBRO DE 2015 21/09/2015	225
42ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-ALEMANHA DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA – JOINVILLE, 22 DE SETEMBRO DE 2015 22/09/2015	226
ACIDENTE EM MECA 24/09/2015	226

PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA 24/09/2015	227
VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF A NOVA YORK POR OCASIÃO DA CÚPULA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2015 E DA 70ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS – NOVA YORK, 25 A 28 DE SETEMBRO DE 2015 26/09/2015	227
REUNIÃO DOS LÍDERES DOS PAÍSES DO G-4 – BRASIL, ALEMANHA, ÍNDIA E JAPÃO – SOBRE A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS – COMUNICADO CONJUNTO 26/09/2015	228
REUNIÃO DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DOS BRICS – NOVA YORK, 29 DE SETEMBRO DE 2015 29/09/2015	230
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO PARA O ESTABELECIMENTO DE COOPERAÇÃO E CONSULTAS POLÍTICAS ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL E A LIGA DOS ESTADOS ÁRABES – NOVA YORK, 30 DE SETEMBRO DE 2015 30/09/2015	232
ESTUDO SOBRE BIOCOMBUSTÍVEIS BRASIL-UEMOA (UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO) 01/10/2015	233
VISITA DE ESTADO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA À COLÔMBIA – ADIAMENTO 02/10/2015	234
DESLIZAMENTO DE TERRA NA GUATEMALA 05/10/2015	234
PARCERIA ENTRE BRASIL ACNUR PARA CONCESSÃO DE VISTOS A PESSOAS AFETADAS PELO CONFLITO NA SÍRIA 05/10/2015	235
CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM CINGAPURA 06/10/2015	236

ELEIÇÃO DA DRA. THELMA KRUG PARA VICE-PRESIDENTE DO PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC) 07/10/2015	236
VISITA DE ESTADO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À COLÔMBIA – BOGOTÁ, 9 DE OUTUBRO DE 2015 08/10/2015	237
PRÊMIO NOBEL DA PAZ AO QUARTETO DO DIÁLOGO NACIONAL TUNISIANO 09/10/2015	237
SITUAÇÃO NA PALESTINA E EM ISRAEL 09/10/2015	238
EXPLOSÕES NA TURQUIA 10/10/2015	238
POSSE DO NOVO GOVERNO DA GUINÉ-BISSAU 15/10/2015	239
VIAGEM DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA À SUÉCIA E À FINLANLÂNDIA – 18 A 20 DE OUTUBRO DE 2015 16/10/2015	239
CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA COREIA 16/10/2015	240
CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E INDONÉSIA SOBRE MEDIDAS RESTRITIVAS ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FRANGO – PEDIDO DE ESTABELECIMENTO DE PAINEL 16/10/2015	240
NOVO PLANO DE AÇÃO DA PERCERIA ESTRATÉGICA BRASIL-SUÉCIA – ESTOCOLMO, 19 DE OUTUBRO DE 2015 19/10/2015	241
PASSAGEM DO TUFÃO KOPPU PELAS FILIPINAS 20/10/2015	245
CAMPANHA “TURN THE WORLD UM BLUE” 22/10/2015	245

DIA DAS NAÇÕES UNIDAS 23/10/2015	246
VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO-GERAL DA COMUNIDADE DO CARIBE (CARICOM), EMBAIXADOR IRWIN LAROCQUE – BRASÍLIA, 26 DE OUTUBRO DE 2015 23/10/2015	246
ELEIÇÕES NO HAITI 26/10/2015	246
XVI REUNIÃO DE COOPERAÇÃO CONSULAR E JURÍDICA BRASIL-ESTADOS UNIDOS 26/10/2015	248
TERREMOTO NO AFGANISTÃO E NO PAQUISTÃO 26/10/2015	248
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES À ARGÉLIA – ARGEL, 28 DE OUTUBRO DE 2015 27/10/2015	249
VISITA DA DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA AO BRASIL 27/10/2015	249
COMUNICADO CONJUNTO POR OCASIÃO DA VIAGEM À ARGÈLIA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR MAURO VIEIRA ARGEL, 28 DE OUTUBRO DE 2015 28/10/2015	250
VISITA AO BRASIL DE SUAS ALTEZAS IMPERIAIS DO JAPÃO, PRÍNCIPE E PRINCESA AKISHINO 28/10/2015	253
REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA: DESIGNAÇÃO DE FACILITADORA DAS NEGOCIAÇÕES 28/10/2015	254
DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE O PROGRAMA DE TRABALHO BRASIL-ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE) 2016-17 03/11/2015	254

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA ALBÂNIA,  
DITMIR BUSHATI – BRASÍLIA, 4 A 6 DE NOVEMBRO DE 2015 03/11/2015 256

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA  
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA ITÁLIA – SÃO PAULO E BRASÍLIA, 3 A  
6 DE NOVEMBRO DE 2015 04/11/2015 256

BRASIL APROVA NA ONU RESOLUÇÃO DE COMBATE À CORRUPÇÃO  
06/11/2015 257

IV CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES (ASPA) – RIADE, 9 A 11 DE  
NOVEMBRO 06/11/2015 258

NOTA DE PESAR SOBRE O FALECIMENTO DO EMBAIXADOR SEBASTIÃO  
DO RÊGO BARROS NETTO 09/11/2015 259

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DE  
ANGOLA – BRASÍLIA, 12 E 13 DE NOVEMBRO DE 2015 11/11/2015 259

ATENTADO EM BEIRUTE 13/11/2015 260

BRASIL E MOÇAMBIQUE COMPLETAM 40 ANOS DO ESTABELECIMENTO  
DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS 13/11/2015 260

PRIMEIRA REUNIÃO PARA AMPLIAÇÃO DO ACORDO DE  
COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº 53 BRASIL-MÉXICO 13/11/2015 261

VISITA AO BRASIL DE SUA ALTEZA REIA O PRÍNCIPE HERDEIRO DA  
NORUEGA – BRASÍLIA, 16 DE NOVEMBRO DE 2015 13/11/2015 262

X CÚPULA DO G20 – ANTÁLIA, TURQUIA, 15 E 16 DE NOVEMBRO DE 2015 13/11/2015	263
ATENTADOS EM PARIS 13/11/2015	264
ATENTADOS EM PARIS – INFORMAÇÕES AOS BRASILEIROS [PROTUGUÉS] 14/11/2015	264
REUNIÃO DOS MANDATÁRIOS DO BRICS À MARGEM DA CÚPULA DO G20 – ANTÁLIA, TURQUIA, 15 DE NOVEMBRO DE 2015 15/11/2015	265
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA NORUEGA SOBRE TRANSPORTE MARÍTIMO 16/11/2015	268
VIAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES À ÍNDIA – NOVA DÉLHI, 18 E 19 DE NOVEMBRO DE 2015 17/11/2015	271
ATAQUE AO VOO METROJET 9268 17/11/2015	271
COMUNICADO DOS MANDATÁRIOS DO G20 – CÚPULA DE ANTÁLIA, 15-16 DE NOVEMBRO DE 2015 18/11/2015	272
ATENTADO NA NIGÉRIA 18/11/2015	287
ELEIÇÃO DA JUÍZA BRASILEIRA MARTHA HALFELD AO TRIBUNAL DE APELAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS 19/11/2015	287
ASSALTO A HOTEL NO MALI 20/11/2015	287
ATENTADOS NO IÊMEN 20/11/2015	288

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DOMINICANA 20/11/2015	288
DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA – SEGUNDA CONFERÊNCIA GLOBAL DE ALTO NÍVEL SOBRE SEGURANÇA NO TRÂNSITO – BRASÍLIA, 18-19 DE NOVEMBRO DE 2015 20/11/2015	288
VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DO DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL DA FRANÇA, LAURENT FABIUS – BRASÍLIA, 220 DE NOVEMBRO DE 2015 21/11/2015	297
DECLARAÇÃO DE RIADE – IV CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES (ASPA) – RIADE, 10 E 11 DE NOVEMBRO DE 2015 24/11/2015	298
TRATADO ENTRE A SUÍÇA E A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL SOBRE A TRANFERÊNCIA DAS PESSOAS CONDENADAS – BRASÍLIA, 23 DE NOVEMBRO DE 2015 24/11/2015	318
VIAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES A CUBA – HAVANA, 25 DE NOVEMBRO DE 2015 24/11/2015	326
ACORDO DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS ENTRE O BRASIL E O CHILE – SANTIAGO, 23 DE NOVEMBRO DE 2015 24/11/2015	327
RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMBATE AO AUTODENOMINADO “ESTADO ISLÂMICO” 24/11/2016	352
ATENTADO CONTRA A GUARDA PRESIDENCIAL NA TUNÍSIA 25/11/2015	353
ATENTADO NO EGITO 25/11/2015	353

ELEIÇÃO DE JUIZ BRASILEIRO PARA PRESIDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 26/11/2015	353
DIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE COM O POVO PALESTINO 26/11/2015	354
VIAGEM DA SENHORA PRESIDENTA DA REPÚBLICA A PARIS – REUNIÃO DE COORDENAÇÃO COM A IMPRENSA 27/11/2015	355
VIAGEM DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA A PARIS PARA O EVENTO DE LÍDERES DA 21ª CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (COP21) – PARIS, 30 DE NOVEMBRO DE 2015 27/11/2015	355
ASSASSINATO DE LUIS MANUEL DÍAZ 27/11/2015	355
ATENTADO DA NIGÉRIA 27/11/2015	356
CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA COSTA RICA 01/12/2015	356
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 6 DE DEZEMBRO PRÓXIMO NA VENEZUELA 03/12/2015	356
ADESÃO DO BRASIL À “CONVENÇÃO DA APOSTILA” 03/11/2015	357
VISITA DO PRESIDENTE ELEITO DA REPÚBLICA ARGENTINA, MAURICIO MACRI, AO BRASIL – BRASÍLIA, 4 DE DEZEMBRO DE 2015 03/12/2015	359
CONFERÊNCIA REGIONAL DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE DA DÉCADA INTERNACIONAL DOS AFRODESCENDENTES (2015-2024)	359

REUNIÃO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF COM O PRESIDENTE ELEITO DA ARGENTINA, MAURICIO MACRI 04/12/2015	360
NOTA DE ESCLARECIMENTO 04/12/2015	360
CONFERÊNCIA REGIONAL DA DÉCADA INTERNACIONAL DE AFRODEDCENDENTES – DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA 05/12/2015	361
ELEIÇÕES NA VENEZUELA 07/12/2015	366
PROPOSTA INOVADORA SOBRE MACANISMOS COOPERATIVOS SUBMETIDA CONJUNTAMENTE POR BRASIL E UNIÃO EUROPEIA 08/12/2015	366
REUNIÃO DE TRABALHO BRASIL-URUGUAI – BRASÍLIA, 9 DE DEZEMBRO DE 2015 08/12/2015	367
CONCESSÃO DE AGRÉMNT AO EMBAIXADOR DO BRASIL REPÚBLICA DA CROÁCIA 10/12/2015	368
PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO DAS RELÇÕES EXTERIORES NA X CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC 15/12/2015	368
ATENTADO CONTRA A EMBAIXADA DA ESPANHA NO AFGANISTÃO 13/12/2015	368
ACIDENTE DE ÔNIBUS NA ARGENTINA 14/12/2015	368
APROVAÇÃO DO ACORDO DE PARIS 14/12/2015	368
PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES NA X CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC – NAIRÓBI, 15 A 18 DE DEZEMBRO DE 2015 15/12/2015	369

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DA ARGENTINA NO BRASIL 15/12/2015	370
ASSINATURA DO ACORDO POLÍTICO LÍBIO 18/12/2015	370
CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS E XLIX REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM – ASSINÇÃO, 20 E 21 DE DEZEMBRO DE 2015 18/12/2015	370
RESULTADO DA X CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO – NAIRÓBI, 15 A 18 DE DEZEMBRO DE 2015 19/12/2015	371
NEGOCIAÇÃO BRASIL-MÉXICO PARA AMPLIAÇÃO E APROFUNDAMENTO DO ACE-53 –TROCA DE LISTAS DE PEDIDOS RECÍPROCOS 19/12/2015	373
DESLIZAMENTO DE TERRA EM SHENZHEN, CHINA 21/12/2015	373
PASSAGEM DO TUFÃO MELOR PELAS FILIPINAS 22/12/2015	374
INCÊNDIO NO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA 22/12/2015	374
ADOÇÃO PELO CONCELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS DA RESOLUÇÃO 2254 SOBRE A SÍRIA 22/12/2015	375
CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA ESTÔNIA 24/12/2015	376
APRESENTAÇÃO DO NOCO PAQUISTÃO E APOIO BRASILEIRO AO DIÁLOGO PAQUISTÃO-ÍNDIA 29/12/2015	376
CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA UCRÂNIA 30/12/2015	376

ESTABELECIMENTO DA COMUNIDADE ECONÔMICA DA ASSOCIAÇÃO  
DAS NAÇÕES DO SUDOESTE ASIÁTICO 31/12/2015 376

**ARTIGOS 378**

O MELHOR CAMINHO PARA A PAZ (FOLHA DE S. PAULO, 27/09/2015)  
378

BRAZIL: CUTTING EMISSIONS BY FIGHTING DEFORESTATION (THE  
JAPAN TIMES – OCT 5TH, 2015) [INGLÊS] 380

**ENTREVISTAS 383**

O BRICS SE EMPENHA NA PROMOÇÃO DA REFORMA DO FMI E DO BANCO  
MUNDIAL (SPUTNIK NEWS 08/07/2015) 383

ÍNDICE REMISSIVO 388

## DISCURSOS

### **DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA CÚPULA SOCIAL DO MERCOSUL (BRASÍLIA/DF, 14/07/2015)**

Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, meu amigo Miguel Rossetto,

Minha estimada amiga Nilma Gomes, Ministra Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,

Senhores representantes da sociedade civil, Clariana Cunha, Antonio Alberto Jara e Nalu Faria,

Gostaria, primeiramente, de saudar todos os participantes da Cúpula Social e registrar minha alegria em recebê-los aqui em Brasília.

A presença de tantos representantes da sociedade civil é um eloquente testemunho da vitalidade e do dinamismo do projeto de integração para o qual trabalhamos no MERCOSUL.

A primeira edição da Cúpula foi realizada aqui mesmo em Brasília, em 2006. Quase uma década depois, esse encontro de representantes da sociedade civil tornou-se parte de nossa agenda de eventos, o que traduz a importância que os governos de nossa região atribuem à interlocução

com os setores organizados da sociedade civil.

Esse entusiasmo demonstrado por nossas sociedades nos encoraja a continuar trabalhando cada vez mais para aprofundar o MERCOSUL em todas as duas dimensões.

Nosso bloco completa, em 2015, 24 anos como a mais abrangente iniciativa de integração latino-americana.

Hoje o MERCOSUL é um componente relevante das próprias estratégias de desenvolvimento de nossos países. Valorizamos o comércio, mas também a cidadania, a cultura, a educação, o desenvolvimento sustentável e o combate à exclusão social. A própria Cúpula Social é prova disso.

Ao longo da última década, o MERCOSUL se desenvolveu em ambiente extremamente favorável à integração. Ao lado das tratativas na área econômico-comercial, adquiriram grande importância ações orientadas para o aprofundamento da integração em seus aspectos social e de cidadania, que resultaram em melhorias palpáveis para as pessoas.

Os avanços do MERCOSUL acompanharam movimentos de integração mais abrangentes na América do Sul e na América Latina. A criação da UNASUL e da CELAC refletiu uma visão compartilhada da importância da integração para o desenvolvimento econômico e social dos países da região. Representou, ainda, a inversão da lógica de desconfiança que historicamente nos separou.

A sociedade civil organizada teve um papel central nessas transformações. Ao mesmo tempo em que se beneficiou das normas que institucionalizaram sua participação nos processos decisórios do MERCOSUL, passou a ter voz determinante na definição de rumos da integração regional. Quanto mais inclusivo for o nosso processo decisório, maior será a legitimidade e o alcance do MERCOSUL.

Senhoras e Senhores,

Em 2010, durante a Presidência Pro Tempore brasileira, foram adotados o Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) e o Plano de Ação do Estatuto da Cidadania.

O PEAS contempla, nos dez eixos em que se estrutura, diretrizes e objetivos voltados para a erradicação da miséria, da fome e do analfabetismo, além da universalização dos serviços de saúde pública no âmbito do MERCOSUL.

Suas metas são mais ambiciosas do que aquelas estipuladas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Aliás, temos de nos orgulhar de sermos vistos como referência no alcance da maior parte desses objetivos, especialmente o mais relevante deles: o combate à miséria.

Os avanços da América do Sul na redução da pobreza são hoje mundialmente reconhecidos. No Brasil, a Presidenta Dilma Rousseff estabeleceu, em 2011, o Plano “Brasil sem Miséria”, que permitiu a milhões de brasileiros superar a pobreza extrema. Como já assinalou a Presidenta em diferentes oportunidades, é possível, e indispensável, crescer com inclusão social.

Já o Plano de Ação do Estatuto de Cidadania estabelece uma série de projetos e iniciativas que permitirão, até o 30º aniversário do MERCOSUL, em 2021, a consolidação de um conjunto de direitos e garantias para as populações de nossos Estados.

Na atual Presidência brasileira, passamos em revista, de maneira aprofundada, ambos os Planos. Esse trabalho de revisão e atualização tem de ser constante e confio que seguirá nas Presidências que nos sucedem.

Pudemos registrar progressos significativos em vários temas, como circulação de pessoas, trabalho e emprego, educação, saúde, combate às desigualdades sociais, segurança alimentar, agricultura familiar, cultura, entre outras. Vou mencionar apenas alguns.

A Declaração Sociolaboral, redigida em estreita colaboração com representantes dos trabalhadores, será assinada pelos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL no próximo dia 17. Ela contribuirá decisivamente para garantir condições de trabalho satisfatórias em nossa região.

Foi lançado o Plano Estratégico do MERCOSUL de Emprego e Trabalho decente, que marca o compromisso dos Estados Partes em promover o trabalho decente e preservar empregos.

Deverá ser aprovada, nos próximos dias, a criação da Reunião de Autoridades sobre os Direitos dos Afrodescendentes, reflexo do compromisso assumido por nossos Estados frente àqueles cidadãos que ainda sofrem discriminação racial e exclusão.

Juntamente com iniciativas em andamento que visam a promover os direitos das mulheres e dos povos indígenas, o novo foro permitirá aprofundar as políticas públicas existentes na região, assegurando a inclusão plena – social, cultural, econômica e política – de todos os segmentos da população.

Caros participantes da Cúpula Social,

Na área de agricultura familiar, logramos avanços em questões como o registro da agricultura familiar, políticas para a juventude rural e a aplicação de políticas de igualdade de gênero à agricultura familiar, entre outras.

A valorização da agricultura familiar, por meio de políticas de compras públicas e de financiamento, é fundamental para o fortalecimento do setor agrícola em nossos países e para conciliar crescimento econômico e sustentabilidade ambiental.

Os pequenos e médios agricultores têm papel crucial na promoção da segurança alimentar e na geração de renda em nossos países.

Nossa reunião periódica sobre o tema é um exemplo de como a participação social pode contribuir para os trabalhos no MERCOSUL.

Não descuidamos tampouco de nosso patrimônio cultural conjunto. No último dia 30 de junho, a Ponte Barão de Mauá, entre Jaguarão, no Rio Grande do Sul, e Rio Branco, no Uruguai, foi certificada como Patrimônio Cultural do MERCOSUL.

Trata-se do primeiro bem a receber esse título e simbolicamente nos recorda que um dos grandes propósitos do MERCOSUL é estabelecer uma infraestrutura física que aproxime nossos povos e países.

Todos esses êxitos se refletem em benefícios diretos para nossas populações e ajudam a constituir, no seio do MERCOSUL, laços cada vez mais fortes de comunidade.

Nossa intenção e nosso propósito é o de que nossos cidadãos criem verdadeiros vínculos de identidade com o bloco e passem a se perceber também como cidadãos do MERCOSUL.

O incentivo à participação social e o esforço para institucionalizar os mecanismos de diálogo com a sociedade civil vêm ao encontro desse objetivo.

Senhoras e senhores,

A Cúpula Social tornou-se, desde 2012, durante a Presidência Pro Tempore Brasileira, parte da estrutura do MERCOSUL.

Pudemos, a partir disso, dar acolhida à expectativa dos movimentos e organizações sociais de um engajamento mais ativo no MERCOSUL, franqueando-lhes acesso a todas as informações referentes às normas do bloco e organizando um registro comum, em base voluntária, desses movimentos e grupos.

A instituição da Unidade de Apoio à Participação Social (UPS), que tomou forma em 2010, contribuiu para incrementar a participação social nas atividades do bloco, inclusive viabilizando financeiramente o envio de delegações à Cúpula Social.

Estamos refletindo de maneira permanente sobre meios que fomentem a participação, na Cúpula Social, dos movimentos e entidades interessados em envolver-se nos debates sobre o processo de integração.

A conjuntura que permitiu os grandes avanços na última década modificou-se. A crise financeira mundial apresenta importantes desafios para desenvolvermos novas iniciativas. Mas o patrimônio que acumulamos no MERCOSUL, na UNASUL e na CELAC constitui um marco da integração regional que não permitirá retrocessos.

As conquistas sociais do MERCOSUL que mencionei não são mais apenas dos Estados. Elas formam uma plataforma de direitos e garantias que representam o cimento da integração. E é com base nessa realidade que vamos enfrentar os desafios que se colocam diante de nós.

Nessa linha, tomo emprestadas as palavras do Dr. Florisvaldo Fier, Alto Representante-Geral do MERCOSUL: a resposta aos desafios com que nos temos deparado no presente só pode ser “mais MERCOSUL”.

Como proclama o lema desta Cúpula Social, é preciso avançar em todos os aspectos da integração. E nossa finalidade primordial tem de ser a ampliação de direitos e a promoção de engajamento cada vez maior de nossas sociedades.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO  
DAS RELAÇÕES  
EXTERIORES, MAURO  
VIEIRA, POR OCASIÃO DO  
ALMOÇO DE CHANCELERES  
PRESENTES À REUNIÃO DO  
CONSELHO MERCADO  
COMUM. (BRASÍLIA/DF,  
16/07/2015)**

Colegas Chanceleres,

Sejam todos muito bem-vindos a Brasília. Quero saudar muito especialmente os Ministros e representantes dos nossos Estados Associados, que acabam de se juntar a nós e com os quais compartilharemos nossa agenda de trabalho nesta tarde.

É um enorme prazer ver reunidos, sob o teto da Casa de Rio Branco, os Chanceleres e demais representantes de todos os países da América do Sul.

Esse é um dos aspectos mais notáveis do MERCOSUL: reunir todos os países de nosso continente, entre Estados Partes e Estados Associados, para debater o futuro de nossa integração. Essa proximidade e esse diálogo franco são conquistas históricas ainda recentes que devemos valorizar e proteger.

Nos últimos anos, a América do Sul tem se consolidado como região de paz, democracia e desenvolvimento econômico com inclusão social.

Somos hoje reconhecidos no mundo por sermos uma região livre de conflitos militares e de armas de destruição em massa. Temos de nos orgulhar dos grandes avanços no combate à pobreza e na determinação em superar quaisquer diferenças de maneira pacífica.

O Governo da Presidenta Dilma Rousseff está profundamente comprometido com a manutenção e a ampliação dessas conquistas.

Nosso compromisso decorre, sobretudo, do reconhecimento de que estamos destinados a ter um futuro em comum, haja vista nossos laços históricos e amplas fronteiras. Nosso desenvolvimento será em muito facilitado e potencializado pelo comércio, pelo diálogo político e pela aproximação de nossas sociedades.

Caras amigas, caros amigos,

O compromisso do Brasil com sua região reflete, ademais, uma incontornável realidade humana. As comunidades de brasileiros nos países vizinhos são cada vez mais significativas. Temos também a felicidade de sermos escolhidos como novo lar por grande número de imigrantes de nossa região.

Estabelecem-se, assim, vínculos pessoais, culturais e econômicos de âmbito regional com implicações muito concretas para milhões de pessoas. Afirmar que somos uma “família de nações” ou celebrar nossa “fraternidade” tem sentido cada vez mais real, além do simbólico.

Foi com esses ideais que avançamos em importantes temas na reunião de hoje pela manhã, entre os Estados Partes do MERCOSUL. E estou seguro de que avançaremos ainda mais durante as reuniões de hoje e amanhã, bem como na próxima Presidência “Pro Tempore”, que caberá ao Paraguai.

Acreditamos que a integração regional fortalece a capacidade dos nossos Estados de moldar as relações internacionais de modo favorável aos interesses de todos nós. Não podemos deixar de colocar nosso patrimônio regional de paz e estabilidade a serviço de um mundo cada vez mais conturbado e cheio de desafios.

Senhores Ministros, caros colegas,

Permitam-me convidá-los a erguer um brinde aos indivíduos que encarnam essa identidade coletiva sul-americana.

Brindemos aos nossos cidadãos; às mulheres e homens que, com sua visão e capacidade de liderança, trabalharam para que estivéssemos aqui hoje celebrando as conquistas do MERCOSUL e da região. É uma grande alegria recebê-los em Brasília.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO  
VIEIRA, POR OCASIÃO DA ABERTURA DO V CURSO PARA  
DIPLOMATAS AFRICANOS. (BRASÍLIA, 10/08/2015)**

É com satisfação que presido esta cerimônia de abertura da quinta edição do Curso para Diplomatas Africanos, de que participam representantes de doze países. Em nome da Presidenta Dilma Rousseff e do Governo brasileiro, dou-lhes as boas-vindas, em especial àqueles que nos visitam.

Este curso visa a aproximar ainda mais o Brasil e os países africanos, mediante o aprofundamento do conhecimento mútuo e a troca de experiências. O avanço na compreensão recíproca entre nossos governos e sociedades é essencial para tornar ainda mais substantiva e produtiva a cooperação que mantemos e queremos ampliar em benefício de brasileiros e africanos.

Senhoras e Senhores,

As relações com África constituem interesse estratégico do Brasil. Nosso Governo e nossa sociedade valorizam cada vez mais nossas raízes africanas e se interessam cada vez mais pela

África. Quase 52% dos brasileiros identificam ali suas raízes mais profundas, o que torna o Brasil o país com a maior população de afrodescendentes fora da África.

A valorização da vertente africana de nossa identidade nacional traduz-se numa busca de maior conhecimento da África. No âmbito acadêmico, por

exemplo, há um aumento expressivo no número de publicações sobre temas africanos. Na década de 1980, nas nove principais universidades brasileiras, foram apresentadas apenas 20 teses e dissertações sobre a África. Já na primeira década deste século, 337 teses e dissertações sobre o continente africano foram defendidas nessas mesmas universidades. Esse fenômeno reflete um saudável ânimo de encontro do Brasil com sua própria história.

A política externa brasileira não só participa desse movimento, mas também esteve em sua origem, já que, há décadas, entende e nutre nossas relações com os países africanos. Na última década, esse impulso ficou ainda mais evidente. Em seu segundo mandato, a Presidenta Dilma Rousseff tem sinalizado de forma clara a prioridade que atribui ao continente africano. E é com determinação que, como Ministro das Relações Exteriores, tenho buscado ativamente executar essa diretriz.

O aspecto geoestratégico também é essencial para compreender a visão brasileira da África. É cada vez mais difundida entre nós a percepção do continente como parte da nossa vizinhança. Vemos com clareza que, se a oeste compartilhamos uma fronteira terrestre com os vizinhos sul-

americanos, a leste estamos ligados aos vizinhos africanos pela fronteira marítima.

A isso se somam interesses e valores de natureza diversa, inclusive a preservação da paz e da segurança em nosso entorno, o que faz do Atlântico Sul importante fator de aproximação com a África.

O empenho do Brasil em elevar as relações com o continente africano a um novo patamar reflete, igualmente, a percepção sobre as grandes transformações políticas e econômicas em curso no continente.

Essas considerações ajudam a explicar e dar sentido ao dinamismo de nossas relações com a África nos últimos anos.

A rede diplomática brasileira expandiu-se de maneira muito importante. Contamos hoje com 37 Embaixadas residentes na África. Aumentou também substancialmente o número de visitas oficiais ao continente. Ampliou-se a cooperação em áreas como tecnologia agrícola, saúde, segurança alimentar e programas sociais – para não falar nos programas para diplomatas, como o que traz as senhoras e os senhores a Brasília no dia de hoje. Também cresceram de modo significativo os fluxos comerciais e dos investimentos de empresas brasileiras na África.

Já em minha gestão, recebi, em fevereiro passado, o Ministro das

Relações Exteriores do Togo, Robert Dussey. O primeiro almoço que ofereci a Embaixadores estrangeiros em Brasília foi justamente ao Grupo Africano, em março. No mesmo mês, realizei minha primeira viagem à África como Chanceler, ocasião em que visitei Gana, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola. Em breve, receberei o Chanceler do Egito, Sameh Shoukry e, no final deste mês, darei início a minha segunda viagem ao continente.

Temos também buscado contribuir para a paz e a estabilidade na África, seja pela participação em algumas das principais missões de paz no continente, seja pela cooperação com os países específicos. Por exemplo, colaboramos atualmente na capacitação naval de Cabo Verde, São Tomé e Angola em matéria de combate à pirataria marítima.

O Brasil também tem aprofundado suas relações com vários organismos regionais africanos, multiplicando as possibilidades de coordenação em torno de temas de interesse mútuo.

A abertura da Embaixada do Brasil em Adis Abeba, sede da União Africana (UA), em fevereiro de 2005, refletiu, além do aspecto bilateral, o interesse do Brasil em acompanhar regularmente as atividades daquela organização. A Presidenta Dilma Rousseff participou, em maio de 2013, como convidada especial, da Cúpula do Jubileu da União Africana, em Adis Abeba.

Nosso interesse na União Africana é perfeitamente condizente com o apego que sempre demonstramos pela perspectiva regional nas relações internacionais. Por exemplo, defendemos a busca de soluções africanas para os problemas africanos e a centralidade da União Africana e dos demais organismos regionais e sub-regionais em matéria de paz e segurança, bem como no campo econômico.

Também vemos a África como um importante ator e parceiro na tarefa de enfrentar os grandes desafios internacionais e na construção de uma ordem global mais justa e multipolar. É indispensável garantir mais espaço e voz para a África, bem como para a América Latina, nos processos decisórios internacionais.

Não surpreende, assim, que a diplomacia brasileira tem buscado assegurar maior concertação de posições entre o Brasil e seus interlocutores africanos em torno de questões relevantes da agenda internacional, como as negociações comerciais na OMC e a reforma das Nações Unidas. O Brasil mantém-se firme e ativo defensor de uma representação adequada da África no Conselho de Segurança da ONU. Em todos esses esforços, devemos almejar que o sistema internacional se dote de foros, disciplinas e práticas mais legítimos, representativos, eficazes e efetivamente comprometidos com a

paz e o desenvolvimento sustentável para todos.

Além do estreitamento das relações bilaterais com países e organismos regionais africanos, a diplomacia brasileira tem trabalhado pelo estabelecimento e reforço de instrumentos inter-regionais de diálogo e cooperação entre os países sul-americanos e africanos. Bem o demonstram a Cúpula América do Sul-África (ASA), a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

A ASA, por exemplo, é o único mecanismo a reunir periodicamente líderes africanos e sul-americanos. Constitui foro para o debate de iniciativas conjuntas, em um processo de cooperação horizontal entre países que compartilham problemas e desafios comuns.

Nos próximos anos, seguiremos empenhados em manter e ampliar essas iniciativas e projetos, já que a África é e continuará a ser uma prioridade da política externa brasileira. Esta é minha mensagem central hoje, que peço transmitirem a seus Governos.

Senhoras e Senhores,

Faço votos de que aproveitem, ao máximo, as palestras, reuniões e visitas que terão nas próximas duas semanas aqui em Brasília e no Rio de Janeiro. Tenho a certeza de que, ao final,

estarão mais estreitos os muitos laços  
que unem o Brasil e a África.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AOS 70 ANOS DO INSTITUTO RIO BRANCO (BRASÍLIA, 11/08/2015)**

Tenho a imensa honra de participar hoje da celebração dos 70 anos de fundação do Instituto Rio Branco. Como todos os colegas aqui presentes, tenho também o privilégio de ser ex-aluno deste Instituto, que é nosso primeiro contato com o Itamaraty, com suas tradições, seus métodos, seus objetivos como instituição a serviço do País.

Este Instituto está imbuído do forte sentido do serviço prestado ao Brasil, que o nome de Rio Branco, patrono de nossa diplomacia e herói nacional, evoca. No Rio Branco se formam diplomatas, no sentido estrito da palavra: aqui se dá forma a um corpo coeso de servidores do Estado brasileiro, aptos a servir aos interesses nacionais do Brasil no mundo, em linha com as prioridades e orientações da nossa política externa. No cumprimento dessa tarefa, o Instituto Rio Branco e o Itamaraty têm contado com o decidido apoio da Presidenta Dilma Rousseff, cujo Governo identifica na valorização e qualificação das carreiras de Estado um instrumento indispensável ao desenvolvimento de nosso País.

Pelos bancos do Instituto Rio Branco passaram importantes diplomatas, que deixaram sua marca dentro e fora do Itamaraty. O Embaixador Celso

Amorim foi o primeiro Ministro de Estado das Relações Exteriores egresso do Instituto, e a ele se seguiriam Luiz Felipe Lampreia, Antonio Patriota e Luiz Alberto Figueiredo Machado. Alguns se tornaram Ministros de diferentes pastas do Governo brasileiro, entre outras, da Fazenda, Cultura, Indústria e Comércio, Defesa, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente, Assuntos Estratégicos, e Cidades. Outros alcançaram os postos mais altos em organizações internacionais, como os Embaixadores João Clemente Baena Soares na OEA, Rubens Ricupero na UNCTAD, José Mauricio Bustani na OPAQ, e Roberto Azevêdo na OMC.

O Instituto Rio Branco foi e é também a escola dos muitos que ocuparam a Secretaria-Geral do Itamaraty, posto mais alto de exercício exclusivo por diplomata de carreira. Este é o caso de nosso atual Secretário-Geral, o Embaixador Sergio Danese, do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa e do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, amigo muito próximo e ex-Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que muito nos honram com a sua presença. Todos eles têm em comum o fato de terem sido não só alunos, mas também, e por muitos anos, professores do Instituto,

envolvidos diretamente na tarefa nobre de preparar gerações de diplomatas.

Tivemos também importantes intelectuais e escritores que foram alunos do Instituto e deram relevante contribuição à cultura de nosso País, em diferentes domínios, como José Guilherme Merquior, Sergio Paulo Rouanet, Alberto da Costa e Silva e Evaldo Cabral de Mello, entre tantos outros.

Todos engrandeceram o País, seja por sua atuação em prol de política externa, seja por sua produção artística e intelectual. Enchem de orgulho a todos nós, como diplomatas e como brasileiros.

Quero saudar o Diretor do Instituto Rio Branco, Embaixador Gonçalo Mourão, e os ex-diretores aqui presentes, Embaixadores Sergio Bath, Thereza Quintella, João Almino, Fernando Reis e Georges Lamazière, bem como o Embaixador André Amado, que não pôde estar conosco hoje. Faço também uma menção muito especial ao Embaixador Alfredo Teixeira Valladão, Diretor do Instituto à minha época e, depois, meu chefe em nossa delegação junto à ALADI. Cada um a seu modo deixou sua marca em nosso Instituto e contribuiu, com sua criatividade, dedicação e competência, para o fortalecimento de nossa diplomacia. Foram todos incansáveis no esforço de aprimorar a formação inicial do diplomata brasileiro e de

reforçar seu necessário e permanente aperfeiçoamento ao longo da carreira.

O Instituto Rio Branco é a mais antiga Academia Diplomática das Américas e a terceira mais antiga do mundo. Antes do Instituto Rio Branco, só existiam as academias diplomáticas do Vaticano e de Viena, o que diz muito do descortino e pioneirismo que motivou sua criação.

A inspiração original do Instituto é, em suas linhas fundamentais, a mesma que ainda hoje o orienta. Quando estabelecido em 1945, pelo Presidente Getúlio Vargas, na gestão do Ministro José Roberto de Macedo Soares, duas preocupações estavam presentes: a busca da excelência dos quadros e a institucionalização da formação.

O Itamaraty estava convencido da necessidade de formar um quadro cada vez mais profissional de funcionários de Estado do mais alto nível. Buscava-se também institucionalizar o recrutamento, a seleção, a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento contínuo dos diplomatas. Todas essas ideias eram inovadoras à época e inseriam-se no processo mais amplo de acelerada transformação por que passava o Brasil.

O Instituto Rio Branco tornou-se, assim, a face visível da aspiração de modernização do Estado brasileiro. Um Estado que deveria passar a operar com funcionários públicos qualificados, que ascendem em virtude do mérito e dos serviços que prestam

ao País. O Instituto constituiu o passo inicial para democratizar o acesso à carreira diplomática, ao estabelecer concurso de provas como única forma de ingresso. Ao longo do tempo, diversificou-se a base geográfica e social dos alunos, processo que tem se intensificado no período recente.

A criação do Instituto deve muito à engenhosidade de diferentes diplomatas, dos quais destacaria Jorge Latour, que elaborou a primeira proposta de criação do órgão, e Hildebrando Accioly, seu primeiro diretor. Eles souberam defender, com competência, a necessidade de uma escola de formação e treinamento para uma atividade repleta de especificidades, como é a diplomacia. Vislumbraram também a importância de que contássemos com um corpo de diplomatas com origens diversas, mas coeso e ciente de seus deveres em decorrência da formação comum recebida nos bancos do Instituto. A primeira turma, integrada, entre outros, por Gilberto Chateaubriand, Paulo Cabral de Melo, Celso de Souza e Silva e Paulo Padilha Vidal, já era um reflexo disso.

Não tenho dúvidas de que o Rio Branco cumpriu e seguirá cumprindo, com louvor, os objetivos originais de seus criadores. Tem prestado, ao longo de tantas décadas, muitos serviços ao Brasil, porque já é parte da identidade do Itamaraty e de seu conjunto de realizações em prol do País. O Instituto Rio Branco é uma referência e um

exemplo em nosso país e no mundo e o reconhecimento de nossa diplomacia no Brasil e no exterior deve muito a ele.

Senhoras e senhores,

Com uma visão da centralidade de uma diplomacia treinada e profissional para a defesa adequada do interesse nacional, logramos que, desde 1946, quando foi realizado o primeiro concurso público do Instituto Rio Branco, todos os nossos diplomatas ingressassem na carreira exclusivamente por esta forma de avaliação do mérito e da competência.

Ao longo destes 70 anos, o Instituto Rio Branco aprovou, nos 77 exames realizados até 2014, o ingresso dos 2.185 diplomatas que formaram ou formam nossos quadros.

O Instituto contribuiu, também, desde 1976, para a formação de mais de 237 diplomatas estrangeiros de 47 países de todos os continentes, por meio de seu programa de bolsistas estrangeiros. Saúdo as Embaixadoras e Embaixadores aqui presentes destes 47 países. É um programa que estimula um primeiro contato com diplomatas estrangeiros, estreita relações com os países de onde provêm aqueles alunos, especialmente países em desenvolvimento, e cria amizades e vínculos de toda uma carreira com o Itamaraty. Muitos dos alunos estrangeiros do Instituto passaram a ocupar posições relevantes em seus

respectivos países. Um exemplo é o Embaixador do Mali no Brasil, Cheickna Keita, que hoje nos honrará com seu testemunho.

No seu Curso de Formação, o Instituto assumiu uma vocação pragmática, como deve ser toda boa política externa. O currículo do Curso passou a abranger crescentemente aspectos ligados à prática diplomática. Além do ensino de idiomas, o Curso de Formação abarca o estudo e o debate sobre amplo leque de temas da vida política, social, econômica e cultural do Brasil. A permanente atualização de conteúdos almeja precipuamente preparar nossos diplomatas para lidar com questões de crescente complexidade. Hoje os principais temas afetos ao nosso desenvolvimento apresentam também uma faceta internacional.

Dessa maneira, o principal objetivo do curso é desenvolver a capacidade de identificar os problemas e oportunidades no relacionamento externo do Brasil, para a definição de estratégias que melhor promovam os interesses nacionais do País no exterior.

Fiel a sua missão original de assegurar a excelência do Itamaraty, o Instituto Rio Branco ocupa-se também da formação contínua dos diplomatas por meio do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e do Curso de Altos Estudos (CAE). O primeiro atualiza conhecimentos e consolida

aptidões dos Segundos-Secretários; o segundo exige dos Conselheiros capacidade de pesquisa e reflexão criteriosa para a defesa e aprovação de uma tese, como etapa necessária à progressão funcional.

Desde sua primeira edição em 1979, o Curso de Altos Estudos produziu mais de 690 teses, grande parte das quais foram publicadas pela Fundação Alexandre de Gusmão e postas à disposição do público. Desse modo o Instituto Rio Branco contribui também, e de maneira significativa, para o debate público sobre a política externa brasileira, questões internacionais e temas institucionais de nossa diplomacia. Fortalece, ainda, a interação do Ministério com o mundo acadêmico e com as organizações da sociedade civil.

O Instituto Rio Branco tem igualmente intensificado a cooperação institucional com entidades congêneres no exterior. Encontram-se em vigor cerca de 55 entendimentos com Academias Diplomáticas de países em todas as regiões e com países de todos os níveis de desenvolvimento. Saúdo os Diretores do Instituto do Serviço Exterior da Nação Argentina, Embaixador Juan Valle Raleigh, e da Academia Diplomática do Peru, Embaixador Allan Wagner, ex-Chanceler e ex-Ministro da Defesa desta nação irmã. Suas presenças aqui nos honram e agregam sentido e simbolismo a esta cerimônia.

Senhoras e senhores,

O Itamaraty e, com ele, o Instituto Rio Branco, tem sempre procurado modernizar-se e responder às mudanças do mundo e da sociedade brasileira.

O sistema internacional tornou-se cada vez mais complexo e plural. Intensificou-se a presença regional e global do Brasil. Reforçou-se dentro do País a consciência do papel da política externa como instrumento a serviço dos valores e interesses da sociedade brasileira.

A política externa da Presidenta Dilma Rousseff tem, em sua orientação fundamental, o sentido permanente de auxiliar na promoção do desenvolvimento nacional e o horizonte reformista da ordem internacional. Nas palavras da Presidenta, “a política externa de um país é mais do que sua projeção na cena internacional; ela é também um componente essencial de um projeto de desenvolvimento”.

Impõem-se, assim, desafios importantes à Chancelaria, e o Instituto Rio Branco tem sabido renovar-se, constituindo-se um instrumento indispensável para promover a atualização da formação e qualificação de nossos diplomatas.

Um currículo voltado à práxis diplomática, ao estudo de línguas e da diversidade cultural, ao conhecimento mais detido da diplomacia econômica,

da ciência e da tecnologia, das grandes questões ambientais e energéticas, ao lado de conhecimentos políticos e técnicas negociadoras tradicionais, são aspectos importantes dessa renovação.

Senhoras e senhores,

O Instituto Rio Branco tem buscado, ao longo dos anos, aprimorar seu sistema de admissão à Carreira de Diplomata. Nesse esforço, têm sido adotadas medidas para aumentar a diversidade étnica, geográfica e social dos candidatos à carreira.

O Concurso de Admissão ao Instituto Rio Branco é hoje realizado em todo o território nacional. Antes centralizado na cidade do Rio de Janeiro, o Concurso foi estendido a todas as capitais dos Estados e ao Distrito Federal.

A ampliação da base geográfica do concurso provou ser importante mecanismo de inclusão, facilitando o ingresso de candidatos de todas as regiões. Além da região Sudeste, de onde veio tradicionalmente o maior contingente dos nossos quadros, número crescente de diplomatas são provenientes do Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul.

Temos avançado também em questões de gênero. A entrada de mulheres na carreira tem aumentado, e elas têm desempenhado papel cada vez mais importante em nosso Ministério, ocupando inclusive importantes chefias no Brasil e no exterior.

Buscamos fortalecer esse processo e criar condições propícias para que as mulheres possam progredir na carreira.

Aspecto igualmente relevante do esforço do Instituto Rio Branco por ampliar a diversidade dos quadros da diplomacia brasileira foi a decisão de incentivar o aumento da presença de afrodescendentes na carreira. Em 2002, foi criado o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco – Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia, pelo qual são concedidas, anualmente, mais de cinquenta bolsas de estudo a afrodescendentes para que se preparem para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. O Programa distingue-se, entre outros aspectos, por ser pioneiro na Administração Pública Federal na promoção da igualdade racial. O Programa concedeu, até 2014, 594 bolsas.

Com todas estas medidas, o Itamaraty faz-se mais representativo do Brasil para melhor representá-lo.

Senhoras e senhores,

Ao comemorarmos, portanto, os primeiros 70 anos de vida do Instituto Rio Branco, estamos certos de que terá cumprido a sua função histórica de ser, na feliz expressão do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, "o fator distintivo de nossa diplomacia". Confirmou-se como modelo de administração e meritocracia, ao mesmo tempo em que sua história acompanhou o próprio

desenvolvimento do Brasil e de nossa sociedade.

O Instituto Rio Branco é, por isso, um valioso patrimônio, a ser preservado e fortalecido. Pelo que representa e pelo balanço de seus resultados, ressalta, de modo eloquente, que a força da diplomacia brasileira radica, acima de tudo, em seu capital humano.

O desafio do Instituto reside – e isso é um privilégio de poucas instituições – em permanecer à altura da reputação que construiu ao longo de sua existência. Uma reputação de excelência na qualificação, em sentido amplo, dos quadros da diplomacia brasileira.

Assim como nestes primeiros 70 anos, esperamos todos que passamos por seus bancos que o Instituto Rio Branco continue a honrar sua trajetória e permaneça fiel aos preceitos do seu Patrono, o Barão do Rio Branco, na formação daqueles que terão, por ofício de vida, a defesa da pátria em todos os lugares do mundo.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA ‘PAULO KOL’ (2013-15) DO INSTITUTO RIO BRANCO. (BRASÍLIA 12/08/2015)**

É uma grande honra para o Itamaraty voltar a receber a Senhora Presidenta da República para esta cerimônia de formatura de mais uma turma do Instituto Rio Branco.

Este evento é uma importante tradição de nossa Casa. É, também, uma oportunidade para refletirmos sobre o presente e o futuro de nossa política externa.

O momento é ainda mais especial por celebrarmos o septuagésimo aniversário do Instituto Rio Branco, que, desde sua criação, ajuda a assegurar o profissionalismo de nosso Ministério. É lá que começamos a adquirir as competências técnicas indispensáveis ao exercício de nossa profissão e à defesa dos interesses de nosso País no exterior. É lá onde se lançam as bases do prestígio internacional do Itamaraty.

O Instituto representou uma etapa importante no processo de modernização do Estado brasileiro, assentada na meritocracia, na formação profissional contínua e no sentido de dever para com a sociedade brasileira. O ideal de uma carreira de Estado preparada para a defesa dos interesses do País ainda nos move e dá o sentido de missão inerente aos diplomatas brasileiros.

É, portanto, com o pano-de-fundo do significado institucional e histórico desta cerimônia, que parablenizo as formandas, os formandos e suas famílias. Em 1975, há 40 anos, eu mesmo tive o privilégio de participar de cerimônia semelhante com os colegas de minha turma. Todos sabemos das dificuldades e dos desafios que se apresentarão ao longo da carreira que ora se inicia para vocês, mas sabemos também que o futuro lhes reserva a oportunidade e a honra de servir ao Brasil. Serão guiados pelo exemplo de homem público, negociador hábil e servidor incansável que o Barão do Rio Branco nos legou.

Senhoras e senhores,

Há 52 anos, também numa cerimônia como esta, San Tiago Dantas afirmou que “desenvolver-se é, sempre, emancipar-se”. Emancipar-se não apenas externamente, mas também internamente, por meio de uma “sociedade aberta, com oportunidades equivalentes para todos e uma distribuição social da renda apta a assegurar níveis satisfatórios de igualdade”.

A articulação entre as dimensões interna e externa, entre desenvolver-se

internamente e projetar-se externamente, constitui um dos fundamentos de toda política externa comprometida com a sociedade a que deve servir. Um país determinado a promover o pleno desenvolvimento social, econômico, político e cultural de seus cidadãos estará mais apto a afirmar-se no mundo.

Mais inclusão interna significa maior projeção externa.

Esta verdade é especialmente evidente no Brasil de hoje. Não é coincidência que, ao haver-nos tornado um país mais inclusivo, aumentamos nossa capacidade de influenciar a ordem internacional, refletindo melhor, assim, os valores e interesses do Brasil. A política externa, como as demais políticas públicas, deve servir, antes e mais que tudo, ao desenvolvimento integral do Brasil e de seu povo.

Com base nessa orientação fundamental que recebo da Senhora Presidenta Dilma Rousseff, tenho procurado imprimir um viés eminentemente pragmático à ação do Itamaraty, com o objetivo de obter resultados significativos e perceptíveis para o País, na forma de mais comércio, mais investimentos, mais tecnologia. Buscamos oportunidades e parcerias fundadas no melhor interesse nacional, sem exclusivismos, sem dogmatismos.

O Itamaraty tem trabalhado também por manter e ampliar a capacidade do Brasil de influenciar processos

decisórios internacionais relevantes para a sociedade brasileira. Este elemento de nossa política reveste-se de importância crescente à medida que as agendas interna e externa relacionam-se de modo cada vez mais profundo.

As recentes visitas de Vossa Excelência, Senhora Presidenta, ao México, aos Estados Unidos, à Bélgica, ao Panamá e à Rússia, bem como as visitas agendadas proximamente para a Colômbia, Suécia, Japão e Vietnã, para citar apenas alguns exemplos, demonstram seu envolvimento direto e pessoal na tarefa de dar concretude e visibilidade a uma política externa que é, cada vez mais, um fator do desenvolvimento do País.

Uma política externa assim concebida deve saber nutrir-se do inédito interesse pelos assuntos internacionais que se observa nos mais distintos setores da sociedade brasileira. Deve apoiar-se efetivamente numa diplomacia pública e envolver uma variada gama de atores: o Congresso Nacional, os diversos órgãos de Governo, a sociedade civil, o setor produtivo e os entes federados.

É a ligação profunda entre nação e diplomacia que permite que a voz do Brasil seja escutada e respeitada e, assim, influencie o tratamento dos principais temas da agenda internacional. É a conexão com a sociedade que torna possível a tarefa

de garantir ao Brasil um lugar no mundo condizente com sua importância.

Nesse contexto, é natural que nossa política externa seja de índole reformista. Do mesmo modo que, internamente, o Brasil avançou na superação de desigualdades, externamente, o País não aceita uma ordem internacional ainda marcada por resquícios do passado, que não reflete adequadamente o peso dos países emergentes.

O Brasil, por exemplo, tem a quinta maior população, o quinto maior território e a sétima maior economia do planeta. Tem uma população e uma cultura diversificadas. Dispõe de grandes reservas de recursos naturais. Tem atuação destacada nos vários foros multilaterais, como a ONU e a Organização Mundial do Comércio. Somos parte de agrupamentos políticos dotados de capacidade de reformar a governança global, como o BRICS, IBAS, o BASIC, o G-4 e os G-20 econômico-financeiro e comercial. Somos um tradicional e importante contribuinte de tropas para operações de manutenção da paz e o país que, ao lado do Japão, mais vezes foi eleito membro não-permanente do Conselho de Segurança.

Senhoras e senhores,

Nossas demandas por uma ordem internacional inclusiva, fundada na paz

e na prosperidade compartilhada, exigem de nós a capacidade de articular e propor uma visão de futuro tão abrangente quanto possível.

Na visão de futuro que propomos, a ordem internacional deve fundar-se no binômio paz e desenvolvimento, com pleno respeito aos direitos humanos. Cabe aqui a imagem do binômio porque ambos os conceitos – paz e desenvolvimento – são interdependentes e se reforçam mutuamente. Não há paz verdadeira em meio à exclusão, assim como a superação da exclusão é grandemente facilitada por um ambiente de paz.

Todo e qualquer sistema internacional que se pretenda estável e funcional deve contribuir para o desenvolvimento sustentável dos países. Isso implica, antes de tudo, reformar foros e estabelecer marcos legais e estruturas institucionais que apoiem ativamente os esforços nacionais de desenvolvimento.

Nesse contexto, a erradicação da pobreza em escala mundial deve ser o principal objetivo da comunidade internacional nos próximos anos, a tarefa central a cumprir-se no âmbito da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

Nosso compromisso com o futuro exige especial cuidado com o meio ambiente, como demonstramos na Rio+20 e voltaremos a fazê-lo na Conferência de Paris sobre Mudança

do Clima, em dezembro. Devemos todos contribuir para a superação do desafio – que a todos se impõe – de promover a prosperidade atual com crescimento econômico, inclusão social e respeito ao meio ambiente. É indispensável fazê-lo com equidade, reconhecendo a desigualdade dos níveis de desenvolvimento entre os países. No caso da mudança do clima, o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas é absolutamente indispensável.

O segundo elemento daquele binômio – a paz – exige atenção permanente, especialmente num quadrante da história em que se agravam conflitos, crises, injustiças e violações dos direitos humanos, frequentemente alimentados pela pobreza, pela fragilidade das instituições estatais, por extremismos de toda ordem e por ódios étnicos e religiosos. São alimentados também pela grande dificuldade da comunidade internacional de coadjuvar eficazmente esforços de paz e entendimento político, no que tenho chamado de "déficit de diplomacia" no mundo.

Não deixa de impressionar que, a despeito de desdobramentos promissores recentes, ainda persista uma atitude de desvalorização da negociação, de banalização do uso da força e de recurso fácil a sanções, com resultados muitas vezes desastrosos. Num desafio aberto às lições da história recente, vozes influentes em círculos decisórios mundo afora ainda

sustentam que a resposta à violência é mais violência, que as causas dos problemas políticos podem ser enfrentadas por meio da força.

Nesse cenário, o acordo sobre o programa nuclear do Irã e a retomada das relações diplomáticas entre Cuba e os Estados Unidos fortalecem nossas esperanças na revalorização do diálogo e da diplomacia. O Governo brasileiro, que tem defendido há anos a via da negociação em ambos os casos, saudou as lideranças que tiveram a coragem política e a determinação para apostar no entendimento.

A prevalência dos direitos humanos – econômicos, sociais, políticos e culturais – é, a um só tempo, condição e consequência do desenvolvimento e da paz. É, portanto, parte constitutiva da visão de futuro que o Brasil propõe para a ordem internacional.

Outra característica essencial da ordem que queremos é o multilateralismo. Este se assenta na multipolaridade em gestação, mas vai além, pois deve gerar instâncias decisórias internacionais condizentes com a realidade geopolítica e os imperativos éticos próprios de nossa era.

Assim, é cada vez mais urgente uma reforma que torne mais representativa e eficaz a Organização das Nações Unidas, que completa, em 2015, 70 anos. Seu Conselho de Segurança, cuja composição atual não tem mais cabimento no século XXI, deve passar por mudanças em sua estrutura, para

que possa lidar de maneira mais efetiva com os principais desafios relacionados à paz e à segurança internacionais. Como a Senhora Presidenta Dilma Rousseff tem reiterado nos discursos de abertura da Assembleia Geral da ONU, o Brasil é reconhecidamente um ator que pode contribuir para os trabalhos de um Conselho de Segurança expandido e renovado, com legitimidade reforçada pela presença de novos atores.

A reforma das instituições de governança econômico-financeira também é premente. A crise econômica internacional é um alerta para a necessidade de que os países em desenvolvimento tenham maior peso no processo decisório, inclusive porque esses países têm dado importante contribuição para a retomada do crescimento mundial.

A recente constituição do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas do BRICS, por exemplo, é uma demonstração clara de que nossa visão de futuro é plenamente realizável.

O que propomos como visão de futuro já nos guia na construção do presente, a começar pela busca da paz.

Em nossa região, temos uma longa tradição de convivência harmônica com nossos vizinhos, que não nos foi legada, e sim conquistada ao longo de muitos anos de atuação diplomática. Nosso objetivo é fortalecer ainda mais

os mecanismos de construção de consensos políticos e solução pacífica de diferenças. Bem o demonstra a UNASUL, que é um importante instrumento para o encaminhamento pacífico de problemas políticos no continente.

Nossa parte do mundo é também, e cada vez mais, um espaço de desenvolvimento sustentável e integração, de que é exemplo o MERCOSUL. Em nossa região, é clara a convicção de que todos temos muito a ganhar se unirmos forças.

No plano extra-regional, estamos dedicados a diversificar, ainda mais, nossas parcerias. Demos novo ímpeto ao universalismo característico da política externa e que faz do Brasil um dos poucos países do mundo que se pode orgulhar de manter relações com todos os Estados-membros das Nações Unidas.

Senhoras e senhores,

O Itamaraty é uma das mais respeitadas instituições do Estado brasileiro. Ao longo dos anos, a atuação de nossa diplomacia contribuiu para a definição do território nacional, para assegurar a paz em nosso continente e para a promoção de nosso desenvolvimento socioeconômico.

Uma das atribuições fundamentais de nosso Ministério é defender o cidadão brasileiro no exterior e promover

nossos interesses econômicos no plano internacional.

No primeiro caso, trabalhamos constantemente para aumentar a eficiência e a qualidade de nossos serviços consulares, com foco na defesa dos grupos mais vulneráveis e na elaboração de normas internacionais que assegurem os direitos fundamentais dos migrantes.

No segundo caso, o Itamaraty tem atuado diligentemente para promover a exportação de bens e serviços brasileiros. Neste ano em que o nosso Departamento de Promoção Comercial completa seu cinquentenário, é com orgulho que avaliamos a longa e bem-sucedida experiência do Ministério em matéria de promoção comercial e atração de investimentos. São atividades que geram empregos no Brasil e ajudam a ampliar e a diversificar nossas exportações, em conformidade com o propósito de uma política externa efetivamente voltada para o desenvolvimento do País.

Em linha com esse propósito, valorizamos a diplomacia econômica, com especial atenção às economias dinâmicas em diferentes partes do mundo. Abrem-se perspectivas de negociação de acordos comerciais e avança o estabelecimento de uma rede de acordos de cooperação e facilitação de investimentos, instrumentos de nova geração concebidos e aperfeiçoados pelo Brasil.

Outra importante área de atuação do Ministério tem sido a diplomacia pública, em particular no que se refere à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro. Iniciamos intenso diálogo com a mídia internacional, em que enfatizamos o estágio avançado das obras e a qualidade do projeto dos Jogos como indutor de desenvolvimento e de transformação urbana do Rio de Janeiro.

Caros colegas,

Com o apoio da Senhora Presidenta da República, tenho o compromisso de seguir fortalecendo nosso Ministério, para que disponha dos recursos humanos e materiais indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições. Tenho contado e seguirei contando, nessa tarefa, com o auxílio do Secretário-Geral, Embaixador Sérgio Danese, que tem sido incansável no diálogo com os Ministérios pertinentes. Tem também dialogado com a Casa no sentido de elevar a eficiência dos gastos na Secretaria de Estado e nos Postos, com prioridade para o atendimento ao cidadão brasileiro, a cooperação internacional, a difusão cultural, a promoção comercial, as atividades de política bilateral e a participação em negociações internacionais.

Continuaremos a modernizar nossa administração e a valorizar nosso principal ativo, os integrantes do

Serviço Exterior Brasileiro. Seguiremos envidando esforços para atualizar, permanentemente, nossos métodos de trabalho e processos decisórios. Seguiremos racionalizando e dando maior eficiência a nossos gastos, em meio ao esforço mais amplo que vem sendo realizado por todos os setores do Governo brasileiro. Queremos também conferir maior previsibilidade e estabilidade a nossa gestão de recursos e de pessoal.

Seguiremos atentos às principais questões relativas à ascensão funcional e à qualificação profissional de nossos funcionários e manteremos diálogo constante com todas as categorias do serviço exterior. Todos os que estão a serviço do Brasil aqui e no exterior, muitas vezes enfrentando situações de adversidade e de sacrifício pessoal, continuarão a contar com a atenção, o apoio e o empenho das chefias da Casa.

A abertura ao diálogo é também uma exortação a que permaneçamos unidos em torno do interesse comum de fortalecer o Ministério. É a união de todos que nos permitirá atingir o objetivo comum de um Itamaraty mais vigoroso e eficaz na defesa dos interesses fundamentais do País no exterior. A coesão é componente essencial do cimento que faz do Itamaraty uma instituição sólida e respeitada.

Senhora Presidenta, caros formandos,

A turma que hoje conclui o curso de formação é um reflexo de um novo Brasil e, portanto, de um novo Itamaraty. Os 32 formandos são originários de 15 Estados e concluíram 11 cursos universitários diferentes, no campo das ciências humanas, exatas e biológicas. Essa diversidade de origens e de formação enriquece e renova nossa instituição.

O orador, Secretário João Lucas Ijino Santana, tem uma trajetória representativa de nossa nova realidade: concluiu seu curso universitário no interior da Bahia, foi beneficiário do Programa de Ação Afirmativa na preparação para o concurso do Instituto Rio Branco, no qual foi aprovado com amplos méritos, e partirá em breve para cumprir missão no Haiti, um dos países que mais simbolizam o esforço brasileiro em promover a paz e o desenvolvimento.

Orgulhamo-nos muito deste novo Ministério, que é cada vez mais representativo de nosso País. Orgulhamo-nos da energia e disposição das novas gerações para enfrentar os desafios da carreira. Tenho a confiança de que vocês, diplomatas que agora se formam, manterão esse ânimo ao longo de suas carreiras e trabalharão pelo Brasil com grande entusiasmo, como as gerações anteriores.

Agradeço ao Embaixador Gonçalo Mourão seu dedicado trabalho à frente do Instituto Rio Branco.

Felicitto também a turma pela escolha de seu patrono, o professor José Paulo Tavares Kol, mestre que legou um exemplo de profissionalismo e de amor ao trabalho. Manifesto aos familiares e amigos do Professor Kol meus sinceros sentimentos por sua perda prematura.

Congratulo os formandos também pela escolha do Embaixador José Alfredo Graça Lima como paraninfo. Conheço-o há mais de três décadas e sou testemunha e admirador de suas qualidades de grande diplomata, um de nossos expoentes no campo da diplomacia econômica e comercial. Como professor do Instituto Rio Branco, deu também grande contribuição para o treinamento das novas gerações de diplomatas e para a compreensão dos desafios inerentes ao sistema multilateral de comércio e à economia internacional. Os conhecimentos e a grande experiência do Embaixador Graça Lima nos inspiram neste momento em que buscamos incrementar a presença do Brasil no mundo.

Ao concluir, transmito à turma que agora se forma meus votos de felicidade pessoal e êxito nesta nova etapa.

Mantenham sua energia criativa e sua capacidade de inovar, inspirados por autêntico espírito público. Vocês são o

futuro do Itamaraty e terão papel importante na execução de uma política externa sempre voltada à defesa dos interesses de nosso País.

O ex-Chanceler João Augusto de Araújo Castro, cujo falecimento completará, em breve, 40 anos, nos lembra que não podemos permitir-nos a apatia e a indiferença e que “em qualquer ordem mundial do futuro, o Brasil terá de reclamar o lugar que corresponde a suas imensas potencialidades”.

Acreditar no futuro do Brasil é o dever de todos nós diplomatas. Viver e moldar esse futuro será um privilégio de vocês, jovens formandos.

Não tenho dúvidas de que se dedicarão com afinco à empreitada, que é da vida toda, de contribuir para que tenhamos um País cada vez mais justo, próspero e respeitado entre as nações.

Agradeço, uma vez mais, à Senhora Presidenta da República a honra que nos concedeu de presidir esta cerimônia.

Muito obrigado.

## **DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS POLÍTICOS DO PARLATINO (BRASÍLIA/DF 19/08/2015)**

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Gostaria de agradecer a ambas as Casas do Congresso Nacional brasileiro e ao Parlamento Latino-Americano o convite para participar desta reunião da Comissão de Assuntos Políticos do PARLATINO.

No convite que me foi dirigido, foi-me solicitado selecionar um tema de grande relevância para as relações políticas da América Latina e Caribe.

Gostaria de propor fazer, aqui, uma reflexão sobre o papel e a importância de foros como este Parlamento para a promoção do objetivo da integração regional.

Todo processo de integração deve, necessariamente, envolver a sociedade como um todo e, de modo muito especial e intenso, os parlamentos nacionais.

Criado em 1964, o PARLATINO está entre os mais antigos parlamentos regionais do mundo, ao lado do Parlamento Europeu. Desde o início, o PARLATINO esteve envolvido com os contextos políticos e sociais dos países que o compõem, desempenhando papel pioneiro na defesa da democracia e da cooperação como pedras angulares do objetivo da integração latino-americana.

Enquanto os mecanismos de integração regional à época estavam focados na dimensão econômico-comercial da integração, como, por exemplo, a ALALC (Associação Latino-Americana da Livre Comércio), o PARLATINO surgia como fator de fortalecimento das dimensões política e social da integração latino-americana.

Essa visão precursora foi, anos depois, cristalizada no o artigo 4º da Constituição Federal brasileira de 1988, que determina que "a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

Creio que o Poder Constituinte foi muito feliz ao fazer referência à integração "econômica, política, social e cultural". O Brasil tem buscado defender essa concepção multidimensional da integração latino-americana, que também passa pela noção de que a integração regional não depende apenas dos esforços dos Poderes Executivos.

Nesse sentido, gostaria de felicitar o Congresso Nacional pela iniciativa de sediar, na presente semana, reuniões de três Comissões do Parlatino. O Brasil

tem destacado histórico de atuação no Parlatino, onde sempre esteve representado por alguns de seus parlamentares mais respeitados e importantes na história do País, como Ulysses Guimarães Nelson Carneiro, dentre tantos outros. Estou seguro de que poderemos continuar confiando na diligência e extremo comprometimento cívico de nossos parlamentares para seguir impulsionando a agenda da integração no Parlatino.

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Não há, na América Latina e o no Caribe, aspiração histórica tão recorrentemente invocada quanto à integração regional.

Na defesa da integração, destacam-se grandes personagens da independência e da união da América espanhola, como Bolívar, San Martín, Miranda, O'Higgins. No Brasil, construiu-se a concepção de um relacionamento com os vizinhos fundado em sinceros valores da paz e do desenvolvimento mutuamente benéfico.

Em 1905, o Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, expedia as seguintes instruções para um de nossos diplomatas, que exercia suas funções em dos países vizinhos: (cito) “o Brasil é e quer ser amigo [desse país], quaisquer que sejam os homens que o governem. Não há conflito de interesses entre os dois países. Não temos a pretensão de

exercer influência política em nenhum dos Estados limítrofes. O que desejamos mui sincera e convencidamente é que todos eles vivam em paz, prosperem e enriqueçam”.

Com Rio Branco asseguramos a negociação pacífica dos 15 mil km de fronteiras do Brasil. O legado dessa política se reflete nas décadas de paz ininterrupta – 145 anos para ser exato – entre o Brasil e cada um de seus dez vizinhos.

Temos aprofundado nossa relação com a América do Sul e posso dizer que nunca, em nossa história, tivemos relações tão próximas com todos os nossos vizinhos. Poucas nações com grande número de países limítrofes como o Brasil tiveram o dom e a capacidade de construir uma rede de relações cooperativas e amistosas em seu entorno, no qual palavras como ameaça, confronto ou guerra não fazem parte do vocabulário diplomático.

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Chegamos ao século 21 com avanços inequívocos na construção da integração da América Latina e do Caribe.

Gostaria de mencionar alguns desenvolvimentos recentes que dizem respeito à integração latino-americana e aos nossos organismos regionais, com destaque para o MERCOSUL, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade dos

Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Embora com metas, abrangência e instrumentos distintos, esses três mecanismos compartilham com o Parlatino o objetivo de promover um ambiente regional de paz e cooperação e de aproximar as sociedades latino-americanas e caribenhas. Estabelecido em 1991, o MERCOSUL representa o mais abrangente e profundo mecanismo de integração regional já implementado na América Latina.

Hoje o bloco reúne, entre Estados-membros e associados, todos os países do continente. Como membros plenos, temos, além dos quatro fundadores, a Venezuela e, tão logo ratificado o respectivo Protocolo de Adesão, a Bolívia.

Muito além da agenda econômico-comercial, o bloco compreende iniciativas em áreas que vão da infraestrutura às telecomunicações; da ciência e tecnologia à educação; da agricultura familiar ao meio ambiente; da cooperação fronteiriça ao combate aos ilícitos transnacionais; das políticas de gênero à promoção integral dos direitos humanos.

Há também a preocupação de enfrentar o tema das assimetrias entre os sócios. A expressão mais concreta dessa preocupação é a decisão tomada na última Cúpula do Mercosul, no mês de julho passado em Brasília, para

renovar por mais dez anos o Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL, o FOCEM, que tem permitido a implementação de projetos voltados para o desenvolvimento dos países de nossa região.

Ao longo de pouco mais de duas décadas de existência, o MERCOSUL desenvolveu diversos mecanismos para ampliar a participação da sociedade no processo de integração. O Parlamento do MERCOSUL – o Parlasul – é o mais emblemático deles. Mas podemos citar, ainda, a Cúpula Social do MERCOSUL, o Fórum Consultivo Econômico e Social, o Fórum Empresarial do MERCOSUL, entre vários outros mecanismos que vêm contribuindo de maneira fundamental para a democratização e participação social do bloco.

E é também no âmbito do MERCOSUL que vimos realizando esforços de fomento do comércio intrarregional cruciais para o desenvolvimento de nossos países, particularmente no campo industrial.

O MERCOSUL é hoje o principal destino dos produtos industrializados brasileiros. O fluxo de comércio dentro do bloco cresceu doze vezes desde sua criação, em 1991, em ritmo bastante superior à expansão do comércio mundial. Isso ajuda a gerar mais e melhores empregos em nossa região. Além disso, por meio de sua rede de acordos regionais, o MERCOSUL estabeleceu as bases para que a

América o Sul se torne, no máximo até 2019, uma zona de livre comércio, o que representará a concretização de uma aspiração histórica dos países de nosso continente, que remonta a 1960, quando começamos a pensar numa América Latina unida pelo comércio, com a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, a ALALC.

Durante a última Cúpula do MERCOSUL, sediada em Brasília, em 17 de julho, acordamos reforçar o diálogo entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico, para que possamos ampliar ainda mais o comércio na região. Avançamos no processo negociador com vistas a concluir um acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia. Aprovamos uma série de decisões na área comercial, voltadas para o fortalecimento da área de livre comércio, para a atualização da União Aduaneira e para uma agenda ambiciosa de relacionamento externo.

Estamos retomando, com determinação, uma agenda de ampliação das preferências comerciais entre nossos países, além de negociar novos temas, como facilitação de comércio, investimentos e compras públicas, o que dará mais competitividade às nossas empresas e estimulará maior integração produtiva.

No âmbito da UNASUL, temos um mecanismo de integração mais amplo, composto por todos os 12 países sul-americanos. A UNASUL consolida a

América do Sul como espaço permanente de concertação política, de paz, de democracia e de integração em setores estratégicos como defesa, infraestrutura, combate mundial às drogas, entre outros temas.

A UNASUL tem-se fortalecido, muito particularmente, como instrumento de governança da região, ajudando no encaminhamento de soluções sul-americanas para problemas sul-americanos. Seu papel na promoção do diálogo interno na Bolívia e na Venezuela é um claro exemplo da importância da UNASUL como instância de construção de soluções e consensos em contextos de crises ou dificuldades políticas na região.

O Conselho de Defesa Sul-Americano tem cumprido com êxito seu objetivo de consolidação da confiança e de criação de uma identidade comum em matéria de defesa na região. Uma de suas recentes iniciativas foi o estabelecimento, em 2014, da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), atendendo a proposta apresentada em 2012 pelo então Ministro da Defesa brasileiro e ex-Chanceler, Celso Amorim. Pela primeira vez, nossos militares dispõem de um centro de formação e capacitação baseado em premissas e doutrinas exclusivamente sul-americanas.

O Conselho de Infraestrutura e Planejamento, herdeiro da IIRSA – Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana, possui uma extensa

carteira de projetos estratégicos para a integração de infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações. A implementação desses projetos contribuirá para que as economias da região experimentem um salto significativo de competitividade.

Na área de saúde, o Brasil sedia, no Rio de Janeiro, o ISAGS - Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde. O ISAGS promove o intercâmbio, a gestão do conhecimento e a geração de inovações no campo da política e da governança em saúde. Há duas semanas, o Senado Federal aprovou o Acordo de Sede do ISAGS, completando o processo de aprovação parlamentar do Acordo. Agradeço aos Senadores o firme apoio que têm dado à integração regional.

A conquista mais recente de nossa região foi a criação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Ela é produto do consenso entre os países da América Latina e do Caribe quanto à importância de uma atuação coletiva em favor da discussão e tratamento de temas de seu interesse com enfoque fundado em visões próprias da região. As origens da CELAC encontram-se na iniciativa brasileira de convocar, em 2008, na Costa do Sauípe, Bahia, a I CALC – Cúpula da América Latina e do Caribe. Na ocasião, o Brasil teve a honra de reunir, pela primeira vez na história, o líderes dos 33 países da América Latina e Caribe para tratar da agenda regional.

Com apenas três anos e meio de funcionamento, a CELAC já desenvolve uma agenda ampla de concertação política e de cooperação para o desenvolvimento. Também funciona como um foro de projeção da identidade política latino-americana e caribenha no plano internacional – consubstanciada no diálogo coletivo com outras regiões, a exemplo do que ocorre na Cúpula CELAC-União Europeia, herdeira das Cúpulas ALC-UE, e do novo Foro CELAC-China.

Como plataforma de cooperação e compartilhamento de políticas públicas, a CELAC busca ampliar iniciativas desenvolvidas pelos mecanismos sub-regionais de integração. Um bom exemplo é a cooperação em agricultura familiar na CELAC, que se baseia na extensa experiência da Reunião Especializada de Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF). Utiliza-se a experiência sub-regional, mais circunscrita, em benefício da cooperação latino-americana e caribenha como um todo.

A CELAC tem demonstrado, portanto, uma grande utilidade no fortalecimento da solidariedade e da identidade política da América Latina e do Caribe. Foi protagônico, por exemplo, o papel que a América Latina e o Caribe desempenharam, por meio inclusive de sucessivas Declarações Políticas da CELAC, na condenação do embargo a Cuba, membro pleno de

nossa comunidade latino-americana. Em 2012, tomamos a decisão coletiva de eleger Cuba como Presidente da CELAC para o ano de 2013, emitindo um sinal claro sobre a abordagem que favorecemos de integração plena desse país-irmão ao convívio internacional e às novas oportunidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, não posso deixar de registrar a satisfação com que nossa América Latina e Caribe acompanha o processo de normalização das relações entre EUA e Cuba, cuja conclusão pressupõe o levantamento do embargo. Todas essas iniciativas só tenderão a multiplicar-se e a fortalecer-se com o envolvimento cada vez maior de nossos Parlamentos – nacionais e regionais – no processo de integração.

Venho acompanhando com interesse o esforço de renovação do papel do Parlatino como fórum privilegiado de debate parlamentar sobre temas prementes das agendas regional e internacional, tais como migração, crise econômica internacional, combate à corrupção, cidadania, desenvolvimento sustentável, entre vários outros.

Outra vertente de atuação do Parlatino de especial interesse tem sido a elaboração de projetos de Leis-Marco, nos mais variados temas, como subsídios de alto valor técnico para a elaboração de projetos de lei nos Parlamentos dos países membros.

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Ao reiterar meu agradecimento pelo convite para comparecer a esta sessão da Comissão Política do PARLATINO, desejo reiterar minha convicção de que o fortalecimento dos vínculos políticos e econômicos entre os países latino-americanos e caribenhos é do mais alto interesse nacional de nossos Estados.

A integração possibilitou que os valores democráticos se consolidassem em nosso continente. A integração é também um importante vetor para a promoção da paz e da justiça social. Ela permite que levemos adiante projetos importantíssimos para nossas economias, como é o caso das ações de integração física e energética. Tem ainda uma relevante dimensão cidadã, que facilita a circulação de pessoas e contribui para criar um sentimento de irmandade entre nossos povos.

Para ser sustentável, a integração deve basear-se no componente humano e social. Nesse sentido, interações frequentes entre os legisladores latino-americanos e caribenhos são fundamentais para consolidar cada vez mais em nossas sociedades o espírito de integração e os valores da paz e da convivência fundada na integração. Dada sua condição de altos representantes da sociedade, é muito importante que os parlamentares continuem a manifestar publicamente suas visões sobre os benefícios que decorrem da maior integração regional

em termos de prosperidade, bem-estar e estabilidade política para os nossos países.

Saúdo nesse sentido a participação cada vez mais ativa do Parlatino – em colaboração com o Parlasul e os demais foros parlamentares sub-regionais – nos debates sobre a integração latino-americana e caribenha, os quais muito podem contribuir para que nosso processo de integração se torne cada vez mais representativo, inclusivo, democrático e benéfico para nossas populações.

Muito obrigado.

## **DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA POSSE DE NOVOS SUBSECRETÁRIOS-GERAIS, DO NOVO DIRETOR DA ABC E DE NOVOS CHEFES DE DEPARTAMENTO (BRASÍLIA/DF, 26/08/2015)**

É com grande satisfação que dou posse hoje aos Embaixadores Fernando Simas Magalhães como Subsecretário-Geral de Política I, Fernando José Marroni de Abreu como Subsecretário-Geral de Política III e Carlos Márcio Bicalho Cozendey como Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros.

Despeço-me nesta ocasião dos Embaixadores Carlos Antonio da Rocha Paranhos, Subsecretário-Geral de Política I, que agora assume nossa Embaixada junto ao Reino da Dinamarca e Ênio Cordeiro, Subsecretário de Assuntos Econômicos e Financeiros, que assume nossa Embaixada no México.

Dou posse também ao Embaixador João Almino de Souza Filho, como Diretor da Agência Brasileira de Cooperação; ao Ministro Antonio Alves Junior, como Diretor do Departamento da América Central e Caribe; ao Ministro Norberto Moretti, como Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços; e à Ministra Paula Alves de Souza, como Diretora do Departamento do Serviço Exterior.

Trata-se aqui de uma das ocasiões tradicionais desta Casa. É o momento

em que a instituição expressa às suas altas chefias a gratidão e o orgulho pelo trabalho realizado, ao mesmo tempo em que celebra sua capacidade de renovação. E aqui renovamos o que dá a esta Casa unidade, sentido de missão e competência: o seu capital humano. Capital humano que sempre fez e continua a fazer do Itamaraty uma instituição plenamente dedicada à realização dos interesses maiores do País.

Gostaria inicialmente de expressar, em nome da Presidenta Dilma Rousseff, a gratidão e o reconhecimento aos senhores Embaixadores. Agradeço aos que partem o trabalho incansável em áreas cruciais da nossa política externa. Aos que ora assumem novas e importantes funções, agradeço a disposição e o empenho que trazem a esta gestão.

Os diplomatas a quem dou posse ou de quem me despeço no dia de hoje têm trajetórias conhecidas e muito respeitadas no Itamaraty. Tenho a plena confiança de que seguirão demonstrando suas excepcionais qualidades profissionais nas novas e importantes tarefas que lhes foram atribuídas.

Nossa instituição, o País e o mundo passam por momento desafiador. Em todas as partes do globo, são cada vez mais complexos os desafios que temos de enfrentar. É justamente o renovado sentido de missão e de engajamento de todos nós, servidores do Itamaraty, que garante o sucesso de nosso trabalho como agentes da política externa brasileira.

Minha experiência na diplomacia e no Estado brasileiro ao longo de muitos anos ensinou-me a crer em nossa capacidade de construir, em meio às transformações internas e externas, uma instituição cada vez melhor, mais sólida e mais preparada para servir, como sempre serviu, ao Brasil.

O Itamaraty foi e continua a ser muito relevante para o Brasil porque sempre soube ler e compreender o País. Só assim pôde bem representar e defender seus interesses. Este foi o sentido que guiou nosso constante processo de aperfeiçoamento e modernização, indispensável também nos dias de hoje.

A política externa que temos buscado implementar tem o foco na obtenção de resultados concretos para o desenvolvimento do País. Lograremos tais resultados não apenas com o espírito de dever, mas também com um empenho renovado e com a criatividade e a capacidade de iniciativa que sempre marcaram os quadros desta instituição. Quero reiterar o meu compromisso e o

compromisso do Secretário-Geral, Embaixador Sérgio Danese, de continuar a trabalhar para proporcionar a liderança, a orientação e os meios necessários para o bom exercício de nossas atribuições como integrantes do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Quero também reiterar meu reconhecimento aos servidores, na Secretaria de Estado e nos Postos, que têm colaborado com espírito solidário, lealdade e inteligência no desempenho de suas funções, em circunstâncias nem sempre fáceis.

Prezados colegas e amigos,

Os três Embaixadores que hoje tomam posse como Subsecretários-Gerais possuem talentos e qualidades que os talharam para as funções que agora assumem. Todos têm larga experiência nas áreas de atuação e contam com o respeito e a admiração dos funcionários desta Casa.

O Embaixador Fernando Simas Magalhães é um diplomata de conhecidas qualidades, dedicação e profissionalismo. Vindo há pouco de Quito, o Embaixador Simas Magalhães possui larga experiência na diplomacia política multilateral, tendo atuado em nossas missões junto à ONU em Nova York e à OEA em Washington. Suas habilidades diplomáticas, suas qualidades como negociador sempre proporcionaram resultados efetivos para o Brasil em todas essas frentes.

Cabe-lhe agora, na SGAP I, assessorar-me em questões complexas da diplomacia multilateral, do nosso relacionamento com países europeus e com os EUA. São parcerias e interesses vitais para o Brasil, para cuja concretização estou certo de que contarei com o empenho e o aconselhamento do Embaixador Fernando Simas Magalhães.

Aproveito a oportunidade para agradecer ao Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos o excelente trabalho à frente da SGAP I nos últimos anos. O Embaixador Paranhos é um amigo próximo desde o início de nossas carreiras, e tivemos o prazer da convivência em muitas ocasiões. Como Embaixador no exterior e como SGAP-I, o Embaixador Paranhos sempre soube conduzir com destreza relacionamentos externos do Brasil de grande complexidade. O sucesso da recente visita da Presidenta Dilma Rousseff aos EUA e da visita da Chanceler Angela Merkel ao Brasil contaram com sua importante contribuição, dentre muitas outras missões desempenhadas. Desejo-lhe, Embaixador Paranhos, muitas felicidades e êxito em suas novas e importantes funções, que lhe forem confiadas pela Senhora Presidenta da República.

O Embaixador Fernando Abreu assume a SGAP III, que trata sobretudo de nosso relacionamento com a África e com o Oriente Médio.

Traz para a função a experiência como Embaixador na Jordânia e como ex-Diretor da Agência Brasileira de Cooperação. Pôde na ABC testemunhar a importância dos nossos programas de cooperação Sul-Sul, em áreas que vão desde a educação à agricultura e à biotecnologia, por exemplo. São elementos de projeção da política externa do Brasil entre parceiros essenciais na África, no Oriente Médio e em outras regiões. Nossa política externa muito se beneficiará de seu talento, Embaixador. Às vésperas de meu segundo périplo pela África desde que assumi minhas funções, estou seguro de que contarei com seu apoio para continuarmos a implementar uma estratégia reforçada e renovada de política externa para o continente africano.

A Agência Brasileira de Cooperação seguirá conduzindo seu inestimável trabalho para a nossa diplomacia e para o desenvolvimento compartilhado sob a liderança inspirada do Embaixador João Almino, colega e amigo desde os bancos do Instituto Rio Branco, a quem também tenho a satisfação de dar posse no dia de hoje e a quem agradeço o empenho e a disposição de exercer essa importante função.

Ao dar posse ao Embaixador Carlos Márcio Cozendey como Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros, dou continuidade ao exercício de renovação das novas altas chefias da Casa. O Embaixador

Cozendey é mais um entre tantos talentos notáveis do Itamaraty. É reconhecidamente um de nossos maiores especialistas em diplomacia econômica bilateral, regional e multilateral. A longa lista de serviços prestados pelo Embaixador Cozendey nesta área inclui negociações no GATT e OMC, no MERCOSUL, nos dois G-20s, o comercial e o financeiro, e no BRICS. Assim atuou diretamente pelo Itamaraty ou como Assessor Internacional do Ministério da Fazenda.

A intensificação da diplomacia econômico-comercial é uma das prioridades de minha gestão, conforme instrução clara que recebi da Presidenta Dilma Rousseff. Tenho a certeza de que contarei com a competência do Embaixador Cozendey para levarmos adiante negociações que ampliem mercados e fortaleçam normas internacionais em favor dos interesses brasileiros.

Agradeço ao Embaixador Ênio Cordeiro seu excelente trabalho e sua dedicação ao longo dos anos no tratamento desses temas que são centrais para que criemos as condições econômicas propícias ao nosso desenvolvimento. O Embaixador Ênio Cordeiro parte para outra função importante, e estou certo de que continuará a prestar serviços mais relevantes ainda ao País. Desejo-lhe, também, Embaixador, muito êxito no México.

Quero concluir estas palavras agradecendo a todos pela presença e desejando aos Embaixadores Fernando Simas Magalhães, Fernando José Marroni de Abreu, Carlos Márcio Cozendey e João Almino de Souza Filho, bem como aos novos Diretores de Departamentos, Ministros Antonio Alves Junior, Norberto Moretti e Paula Alves de Souza, muita felicidade e sucesso no desempenho de suas novas funções. Conto com a dedicação de cada um dos senhores para que, no desempenho das altas chefias que lhes foram confiadas aqui na Secretaria de Estado, possamos fazer do Itamaraty uma instituição cada vez mais dinâmica, moderna e sintonizada com os anseios do País.

Nossa política externa será sempre uma força transformadora, desde que saibamos guardar a excelência, a coesão e a unidade de propósito que, em última análise, fazem desta instituição um dos pilares do Estado brasileiro.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA IMPOSIÇÃO DA INSÍGNIA DA ORDEM DO RIO BRANCO À CORVETA BARROSO (BEIRUTE/LÍBANO, 15/09/2015)**

Coube-me a grande honra de, em nome da Excelentíssima Senhora Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, conferir à Corveta Barroso a Insígnia da Ordem do Rio Branco.

Trata-se de justa homenagem à corporação e a todos os membros da Marinha do Brasil responsáveis pelo ato heroico do último dia 5 de setembro.

O resgate de 220 refugiados no mar Mediterrâneo pelos militares brasileiros embarcados nesta Corveta emocionou o nosso País e cobriu de profundo orgulho a todos os brasileiros.

O gesto humanitário de nossos militares, distinguidos nesta cerimônia, está em plena harmonia com as nossas políticas de acolhimento de refugiados atingidos pelo conflito no Oriente Médio. A Presidenta

Dilma Rousseff, por ocasião do Dia da Independência, reiterou o compromisso brasileiro em acolher de braços abertos aqueles que foram expulsos de suas pátrias e queiram viver e contribuir para a prosperidade e a paz do Brasil.

Até o momento, cerca de 7.700 indivíduos afetados pela crise síria foram beneficiados com vistos brasileiros concedidos em bases humanitárias. Destes, mais de 2.000 já foram formalmente reconhecidos como refugiados no Brasil. Louvamos todos os países que não têm medido esforços para abrigar os que buscam escapar da penúria, da violência e dos conflitos armados.

Durante o percurso da Corveta Barroso para juntar-se à Força Interina das Nações Unidas no Líbano, nossa Marinha soube, ao deparar-se com situação de emergência, traduzir num ato de salvamento e solidariedade o inequívoco compromisso do nosso País com a promoção e a proteção dos direitos humanos e do direito humanitário.

O engajamento brasileiro na UNIFIL demonstra nossa inabalável determinação de contribuir para a manutenção da paz e segurança internacionais. Saudamos a dedicação e a competência com que nossos militares cumprem suas atribuições na Força-Tarefa Marítima e no terreno.

É com enorme satisfação que parabenizo a Marinha do Brasil e, mais uma vez, enalteço a operação de

resgate da qual participou a Corveta Barroso. Desejo aos tripulantes desta distinta embarcação muito êxito em sua missão.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DO DEBATE ABERTO NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS: “ SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA E COMBATE À AMEAÇA TERRORISTA NA REGIÃO” (NOVA YORK/EUA, 30/09/2015)**

Thank you, Mr. President.

I congratulate you for convening this open debate and for bringing us together to discuss the serious challenges that the world face today to promote peace and stability in the Middle East and North Africa. We also appreciate that the conceptual note prepared by the Russian Federation encourages a more in-depth reflection on the primary causes of conflicts and terrorism.

The threats to international peace and security in the Middle East and North Africa have been a recurring topic in this Council. The increase in the number and complexity of threats in those two strategic regions attests to our collective inability to solve long-lasting conflicts and to prevent the outbreak of new ones.

As Brazil has consistently upheld in this Council, we must address those problems by conceiving an overarching strategy based on the combination of diplomacy and peacebuilding efforts.

Last year we witnessed the third tragic war in five years in Gaza. The peace process between Israelis and Palestinians has remained stalled.

Violence reached unimaginable levels of brutality in Syria and the prospects for resolving the conflict remain elusive. The so-called “Islamic State” took control of large parts of Iraq and Syria and has been perpetrating the most barbaric crimes against innocent civilians. Both Libya and Yemen are falling into a spiral of political disputes and violence, resulting in destruction and serious humanitarian crises.

Let me state in no uncertain terms Brazil’s utmost repudiation for all forms of terrorism and extremism. There are simply no justifiable grounds for terrorist acts. The Brazilian Government was appalled by the acts of provocation that resulted in the senseless destruction of cultural and historic heritage in Syria, Iraq, Mali and elsewhere.

It should be noted that the common trait to all those situations is the international community’s failure in dealing with the underlying causes of conflicts. As long as we disregard poverty and the fragility of national institutions as drivers of armed conflict, there will no lasting solution in sight.

We have seen time and again the harmful effects of bending the rules and invoking exceptional rights in order to justify military interventions. Those strategies have enfeebled the multilateral system and aggravated the situation on the ground. Iraq and Libya are two clear examples of the failure of any approach based on the vicious cycle of threats, sanctions and violence.

Military interventions led only to weak national institutions, increased sectarianism, power vacuums and arms proliferation, paving the way for the rise of radical groups such as the “Islamic State”. Those groups thrive in the absence of the State and benefit from the flow of weapons to non-State actors.

It is high time that the Security Council assesses the inventory of preventable tragedies and learn from past mistakes. We should be all committed to demonstrate our resolve to focus on political dialogue and preventive actions. The use of sanctions and military force should always be the last resort and, when it so happens, it must be in line with the provisions of the UN Charter. What we really need is better diplomacy to face the numerous challenges that still lie ahead.

Mr. President,

The humanitarian tragedy that emerged from the conflicts in the Middle East and North Africa remains a matter of great concern. We commend the work done by the United Nations agencies and its partners to help millions of people in need, as well as the outstanding generosity of many countries in the region, including Turkey, Lebanon, Jordan and Egypt, which have been receiving the bulk of Syrian refugees.

Brazil has been striving to contribute to these humanitarian efforts. We have issued more than 7,700 entry visas for Syrian residents affected by the crisis and provided food and medicine to help alleviate the dire situation faced by refugees and displaced people in the region. As President Dilma Rousseff pledged before the 70th General Assembly, Brazil will continue to host those who had to flee their home country and need a place to restart their lives. As the home of the largest Syrian diaspora in the world, and a country committed to international peace and security, Brazil is ready to shoulder its responsibilities in the diplomatic and humanitarian fronts.

Even in light of those tragic facts, there is still reason for hope. Hope generated by a renewed belief in the virtues of diplomacy. The Joint Comprehensive Plan of Action regarding the Iranian nuclear program and the Syrian chemical weapons resolutions demonstrate that, when political will is present, reaching agreement is possible

even on complex and highly sensitive issues

Brazil commends all those involved in those efforts and their persistence in dialogue and negotiation. This set a positive trend that should help us to effectively address the ongoing conflicts in the region. We should look up to these examples of successful diplomatic engagement and redouble our collective efforts to halt and settle the conflicts in the Middle East.

Peace talks between Israel and Palestine must be urgently resumed under parameters that could lead to a two-State solution. There can be no more delay in achieving an inclusive political solution in Syria. A first step to encourage dialogue and avoid the aggravation of conflict should be halting the flow of arms into the country. We look forward to a renewed political process, led by the UN, to deal with the situation in Syria. Brazil wishes for a territorially united, sovereign, plural, and democratic Syria to emerge from the ashes of war.

In Libya and Yemen, the international community should be united in condemning violence, avoiding the use of unilateral force and working with the parties to promote dialogue, bridge differences and reach a peaceful and durable solution.

Mr. President,

Diplomacy, cooperation and multilateralism should guide us in the quest for a more stable and peaceful Middle East and North Africa. This Council has the primary responsibility in encouraging political dialogue and in addressing the root causes of conflicts. It is our duty to restore the Council's capacity to fulfill its duties in upholding international peace and security.

The Council's effectiveness and continued authority require that it be viewed as legitimate and representative. After 70 years of work, a reformed Security Council, with new permanent and non-permanent members, would be better positioned to adequately address the challenges of a multipolar world and lead a new phase of active diplomatic engagement to resolve those disputes. The opportunity is before us. One needs to look no further than to the situations mentioned in this debate to realize how urgent this task is.

Since 1945, Brazil has been an enthusiast of multilateralism and everything the UN stands for. We hope that in the next 70 years – and beyond – the international community lives up to the promise enshrined in the UN Charter to rid future generations of the scourges of war and all forms of meaningless suffering.

Thank you very much.

**DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, NO SEMINÁRIO SOBRE AS PERSPECTIVAS E MELHORES PRÁTICAS DAS ATIVIDADES DE PROMOÇÃO COMERCIAL E DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS, POR OCAISÃO DOS 50 ANOS DO DPR. (BRASÍLIA/DF, 14/10/2015)**

Senhor Ministro Armando Monteiro;

Senhores Subsecretários;

Senhores Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e demais Embaixadoras e Embaixadores presentes;

Senhor David Barioni Neto, Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil);

Senhor Antonio Carlos Ferreira, Vice-Presidente Corporativo da Caixa Econômica Federal;

Ilustres membros do Corpo Diplomático;

Senhoras e Senhores presentes:

É para mim uma grande satisfação participar desta cerimônia que marca os cinquenta anos do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Itamaraty.

Foram cinco décadas de transformações profundas, no Brasil e na ordem internacional.

Hoje, uma nova realidade internacional, em termos sociais, econômicos e tecnológicos, impõe novos desafios à atuação do nosso País em matéria de comércio e atração de investimentos.

No plano interno, o Brasil vê-se diante da imensa tarefa de retomar o crescimento, acelerar os investimentos, aumentar sua competitividade e, ao mesmo tempo aprofundar as conquistas sociais e fortalecer o mercado interno.

Nessa perspectiva, a diplomacia comercial cumpre a importante tarefa de identificar oportunidades para a exportação de produtos e serviços nacionais, para o aumento da participação do Brasil no comércio internacional e para a atração de investimentos, tendo sempre como norte o objetivo maior do desenvolvimento econômico e social.

A diplomacia comercial é uma das mais importantes ferramentas para a inserção competitiva das empresas brasileiras na economia global, e tem a promoção comercial como um dos eixos principais de uma política externa voltada para o desenvolvimento.

A promoção comercial do Brasil integrou as atividades do Ministério das Relações Exteriores desde os seus primórdios. No entanto, foi apenas na década de 1960, quando o sistema econômico brasileiro passava por significativas mudanças - refletidas, por um lado, na política de substituição de importações e no consequente fortalecimento da indústria, e, por outro, no fomento às exportações - que a condução da promoção comercial do Brasil no exterior foi formalmente incluída entre as atribuições do Itamaraty.

A criação do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR, pela Lei nº 4.669, de 8 de junho de 1965, marcou o início de uma nova fase. Sob a liderança do então Conselheiro, hoje Embaixador, Paulo Tarso Flecha de Lima, que dirigiu o DPR por uma década, o Departamento se estruturou e se modernizou.

As sementes plantadas frutificaram. Atualmente, o DPR conta com cinco Divisões e com uma ampla rede de Setores de Promoção Comercial, os SECOMs, formada por 104 unidades em 83 países, que possibilitam uma atuação sólida no cumprimento de suas atribuições, seja mediante a realização de contatos governamentais e empresariais, seja por meio da produção de informações para subsidiar a promoção do comércio exterior, passando pelo apoio direto aos exportadores brasileiros, a participação em feiras e a atração de

investimentos diretos estrangeiros para o Brasil.

Nos últimos anos, novas estruturas governamentais dedicadas à promoção comercial e à atração de investimentos foram criadas, com destaque para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), estabelecido em 1999 em seu atual formato.

Agradeço muito especialmente a presença aqui hoje do Ministro Armando Monteiro, parceiro constante e fundamental em tantas iniciativas e frentes comuns.

Registro também a importante atuação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil), criada em 1997.

Ressalto o excelente espírito de colaboração que prevalece entre o Itamaraty e esses órgãos, bem como com outras instituições dos setores público e privado.

Mas a atividade governamental nesse campo perderia consistência se não contasse com estreita e permanente coordenação com o setor privado, que é, evidentemente, protagonista na história da promoção comercial do Brasil.

Com um corpo de funcionários de reconhecida competência e espírito público, o Ministério das Relações Exteriores mantém-se atento aos desafios impostos pelo cenário

mundial cambiante, explorando novas oportunidades comerciais e de investimento para o Brasil. Nossa intenção é de que esse patrimônio de excelência seja fortalecido e ampliado por meio da coordenação cada vez mais estreita com todos os atores envolvidos na promoção comercial e na atração de investimentos, dentro e fora do Governo.

O Itamaraty tem um histórico de realizações e serviços prestados ao Brasil na área comercial. Ressalte-se a complementaridade entre o trabalho de negociação de acordos comerciais, em busca de maior acesso a mercados, e a promoção comercial. O Brasil é reconhecidamente um dos atores centrais na Organização Mundial de Comércio.

Ao mesmo tempo, se abrem e aprofundam múltiplas perspectivas de negociações bilaterais ou bi-regionais – com a União Europeia, o México e a Colômbia, para citar alguns dos principais exemplos.

É preciso saber aproveitar esse momento. É necessário que as frentes negociadoras estejam em sintonia com as potencialidades exportadoras efetivas e, portanto, com o esforço de promoção comercial. Acordos comerciais abrem caminhos, mas por si só não garantem mercados. Ao mesmo tempo, a ausência de acordos comerciais formais com determinados parceiros não significa que não haja amplas oportunidades a serem

imediatamente exploradas com esses países.

Somente o esforço dos exportadores e dos captadores de investimentos, apoiado e estimulado pelo trabalho de promoção comercial, permite concretizar as potencialidades abertas pelos acordos existentes e encontrar mais espaço em mercados de outros países não cobertos por rede de acordos preferenciais.

O Brasil continua firmemente empenhado em ampliar e aprofundar sua rede de acordos comerciais e manter seu protagonismo nas negociações multilaterais, ao mesmo tempo em que busca de maneira permanente promover exportações e atrair investimentos.

Parabenizo, uma vez mais, o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos pelo bom trabalho desenvolvido ao longo desses cinquenta anos.

Tenho a certeza de que o seminário de hoje, organizado pelo DPR em parceria com a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), com a Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (FUNCEX), e com o generoso patrocínio da Caixa Econômica Federal, representa oportunidade não apenas de relembrar e celebrar êxitos do passado, mas sobretudo de repensar o futuro das atividades de promoção comercial, de atração de investimentos

e de internacionalização de empresas brasileiras.

Não tenho dúvida de que serão oferecidas aqui valiosas contribuições ao nosso trabalho conjunto nessas vertentes estratégicas para o desenvolvimento econômico e a inserção internacional do Brasil.

Muito obrigado.

## **DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, NA SOLENIDADE EM HOENAGEM AO ANIVERSÁRIO DE 70 ANOS DAS NAÇÕES UNIDAS (BRASÍLIA/DF, 29/10/2015)**

É uma honra recebê-los no Palácio Itamaraty para celebrarmos juntos os setenta anos da fundação da Organização das Nações Unidas.

A ONU representa a busca pelo ideal de um mundo de paz, de justiça e de desenvolvimento. Ao longo das últimas sete décadas, foram muitos os serviços prestados pela Organização, que é a melhor expressão da governança global. Traduz um necessário equilíbrio entre idealismo e avaliação objetiva da realidade. Na famosa máxima parafraseada de Voltaire, "se a ONU não existisse, teríamos de inventá-la".

No entanto, não são poucos os desafios que a Organização enfrenta. A agenda do desenvolvimento ainda não ocupa a posição central que merece. O recrudescimento de conflitos armados é um fenômeno preocupante, que só pode ser tratado no âmbito do sistema de segurança coletiva das Nações Unidas.

A clara noção desses desafios é condição fundamental para o esforço, que deve ser permanente, de aperfeiçoamento da instituição. Seu papel continuará a ser central. É tarefa de todos torná-la mais preparada a enfrentar os problemas complexos de nossos tempos.

Senhoras e Senhores,

Estamos diante de uma grande oportunidade para fortalecer a Organização.

Voltei, há pouco, da abertura do Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas e pude perceber, ao acompanhar a Presidenta Dilma Rousseff em seus diversos compromissos, um claro sentimento de que não podemos mais resignar-nos com a perpetuação do atual estado de coisas.

Em um momento em que fatores de desunião da comunidade internacional ganham impulso, é fundamental que as Nações Unidas sejam fortalecidas.

Para isso, devemos avançar tanto no pilar do desenvolvimento quanto no campo da paz e da segurança internacionais.

A aprovação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que tem como objetivo primeiro a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, foi um passo importante. É também uma vitória de países como o Brasil, que tanto têm trabalhado, nas últimas décadas, para que o combate às desigualdades seja não apenas uma

preocupação doméstica, mas também internacional.

É no campo da paz e da segurança, no entanto, que persistem maiores resistências e obstáculos para avançar.

Ao lado de nossos parceiros, o Brasil trabalha para que ao longo do próximo ano possamos obter avanços concretos no processo de reforma do Conselho de Segurança.

A reforma é ainda mais premente na atual conjuntura. As guerras, o terrorismo, as ameaças transnacionais, a proliferação de armas, as novas armas cibernéticas e as violações à privacidade na era digital continuam a exigir respostas articuladas da comunidade internacional.

Desejamos ver um Conselho de Segurança integrado por atores capazes de apresentar novas ideias e de renovar os métodos de funcionamento do órgão. Em sua estrutura atual, o Conselho é caracterizado por divisões e polarizações, pela pouca transparência em seu processo decisório e pela ênfase excessiva em elementos punitivos, como as sanções.

Apenas uma composição mais diversificada e representativa da atual realidade geopolítica mundial poderá conferir-lhe maior legitimidade e permitir que seja superado o que tenho chamado de “déficit de diplomacia”. Na Cúpula do G-4 realizada em Nova York em setembro – aliás, a primeira do tipo em mais de 10 anos –, a

Presidenta Dilma Rousseff caracterizou a reforma do Conselho de Segurança da ONU como "a principal questão pendente na agenda da ONU".

Os desafios de segurança não podem ser superados se desconsideramos os aspectos de desenvolvimento. Flagelos como a pobreza são poderosos vetores de conflitos. A promoção da paz deve caminhar lado a lado com a promoção do progresso econômico e social. Este é mais firme sustentáculo de uma paz duradoura.

Senhoras e Senhores,

O livro que lançamos hoje, pela Fundação Alexandre de Gusmão, é testemunho do compromisso histórico do Brasil com o multilateralismo e com as Nações Unidas. A publicação reúne as instruções que orientaram a participação do Brasil à Conferência de São Francisco, em 1945, e o relato da Delegação brasileira. Apresenta também depoimentos de cinco diplomatas que mais recentemente ocuparam o cargo de Representante Permanente junto às Nações Unidas: os Embaixadores Ronaldo Sardenberg, Celso Amorim, Gelson Fonseca, Maria Luiza Viotti e Antonio Patriota.

O livro mostra a defesa e a promoção do multilateralismo são marcas permanentes da atuação internacional do nosso País. Desenvolvemos, como característica essencial da nossa política externa, verdadeira vocação

multilateral, cuja expressão inicial foi a nossa ativa contribuição para a concepção da Carta da ONU.

A importância atribuída pelo Brasil à Carta de São Francisco reflete-se no compromisso inequívoco com seus princípios e propósitos. A autodeterminação dos povos, a não-intervenção e a solução pacífica de controvérsias são princípios inscritos na própria Constituição brasileira.

O Brasil assumiu historicamente responsabilidades no âmbito das Nações Unidas.

É um dos dois países que, ao lado do Japão, mais vezes estiveram representados no Conselho de Segurança como membro não-permanente, tendo integrado o órgão em um total de dez vezes.

Desde 1948, o Brasil participou de mais de 50 Operações de Manutenção da Paz, tendo cedido mais de 46.000 militares e policiais. Participamos, atualmente, de 10 missões de paz, e oficiais brasileiros exercem hoje o comando militar das missões no Haiti (Minustah) e na República Democrática do Congo (Monusco), além do comando naval da missão no Líbano (Unifil).

Também desempenhamos papel central nas discussões sobre desenvolvimento sustentável. Sediamos a primeira grande conferência sobre o tema, a Rio-92, e contribuimos ativamente para o

processo de estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a criação da Agenda de Desenvolvimento para 2030, com base nos acordos logrados na Conferência Rio+20.

Dos trabalhos da Comissão de Construção da Paz aos esforços em prol do desarmamento, da promoção dos direitos humanos ao tratamento dos temas sociais e econômicos, o Brasil firmou-se como um ator de peso nas Nações Unidas.

Senhoras e Senhores,

Hoje também inauguramos uma mostra fotográfica organizada pelo Sistema ONU no Brasil. É uma homenagem à trajetória das Nações Unidas nesses 70 anos, bem como a atuação do Brasil em favor da Organização.

Essas fotos ilustram o papel das Nações Unidas na busca da paz, do desenvolvimento e da defesa dos direitos humanos e homenageiam o trabalho exemplar de brasileiros que deixaram sua marca na Organização, como Pedro Leão Velloso, Osvaldo Aranha e Oscar Niemeyer. São homenageados também aqueles que perderam a vida atuando em nome da Organização, como Luís Carlos da Costa e Sergio Vieira de Mello.

Senhoras e senhores,

Em homenagem aos 70 anos das Nações Unidas, o Brasil juntou-se à iniciativa “Iluminando o mundo com o azul da ONU” promovida pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon. Foram iluminados com a cor azul, na noite do dia 24 de outubro, diversos monumentos e construções em capitais brasileiras, como o Palácio Itamaraty e a Catedral aqui em Brasília; o Estádio do Maracanã e o Cristo Redentor no Rio de Janeiro; o Elevador Lacerda, o Farol da Barra e o Estádio da Fonte Nova em Salvador; e o Viaduto do Chá, a Ponte das Bandeiras, a Estátua do Borba Gato e o monumento às Bandeiras em São Paulo.

É com espírito de otimismo sobre o futuro das Nações Unidas que celebramos hoje este septuagésimo aniversário. Cumpre a todos nós preservar e fortalecer os ideais de um mundo mais justo, pacífico e próspero. A comunidade internacional não tem alternativa viável senão o reforço do multilateralismo, que tem nas Nações Unidas seu melhor sinônimo.

Obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM AO SENHOR PAOLO GENTILONI, MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA REPÚBLICA ITALIANA. (BRASÍLIA/DF, 05/11/2015)**

Senhor Paolo Gentiloni, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da República Italiana,

Embaixador Raffaele Trombetta, Embaixador da República Italiana no Brasil,

Senhor Aldo Rebelo, Ministro de Estado da Defesa,

Senhor Eduardo Braga, Ministro de Estado de Minas e Energia,

Embaixador Sérgio Danese, Secretário-Geral das Relações Exteriores,

Embaixador Ricardo Neiva Tavares, Embaixador do Brasil na Itália

Professor Marco Aurélio Garcia,

Senhores e senhoras parlamentares,

Amigos e amigas,

Muito me alegra receber Vossa Excelência e sua delegação para que, uma vez mais, possamos celebrar os tradicionais laços de amizade, cooperação e parceria que unem o Brasil e a Itália.

Sua vinda coroa um ano marcado por diversos encontros bilaterais de alto nível, inclusive a ida da Presidenta Dilma Rousseff a Roma e Milão, onde visitou a Expo 2015. Eu mesmo realizei visita à Itália em junho, ocasião em que mantivemos reunião extremamente produtiva da qual tenho excelentes memórias.

É com satisfação que saúdo também os representantes das entidades e da comunidade empresarial italiana que o acompanham. A presença das senhoras e dos senhores reflete o enorme potencial das relações econômicas entre o Brasil e a Itália e aponta muito concretamente para a ampliação dos negócios entre nossos países.

Senhor Ministro,

A Parceria Estratégica entre o Brasil e a Itália está amparada em ricas e históricas ligações humanas. A imigração italiana foi importante para a construção do Brasil moderno – sua indústria, seu comércio, sua agricultura – e, mais importante, deu contribuição fundamental para conformar aspectos da identidade do povo brasileiro.

A Itália integra o imaginário brasileiro, seja pela memória das relações de sangue e de ancestralidade, seja pela força de sua história, cultura, arquitetura, língua e gastronomia. Não por acaso, cerca de 300 mil turistas brasileiros visitam a Itália todos os anos. É igualmente expressivo o afluxo de turistas italianos ao Brasil.

Unidos também pela paixão pelo esporte – e por uma rica história de êxitos e mesmo saudável rivalidade em diversas modalidades esportivas –, brasileiros e italianos poderão desfrutar juntos, no ano que vem, da grande festa que serão os Jogos Olímpicos Rio 2016.

O Brasil é um dos principais destinos dos investimentos produtivos italianos no exterior. Nos últimos cinco anos, duplicou-se o número de filiais de companhias italianas no Brasil: de cerca de 600, em 2011, para mais de 1.200, em 2014. São inúmeras as oportunidades que se abrem para o investidor italiano, principalmente neste momento em que o Brasil lança nova etapa de modernização de sua infraestrutura de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

Senhoras e senhores,

Na manhã de hoje, o Ministro Gentiloni e eu tivemos a oportunidade de repassar as principais iniciativas de cooperação e parceria entre nossos

países, bem como de tratar de temas das agendas regional e global.

Fico contente de constatar as perspectivas muito promissoras de aproximação bilateral nas mais diversas áreas, do comércio e dos investimentos à energia e à defesa, passando pela educação e pelo espaço exterior. Em nossa atuação internacional, sobressai a grande convergência entre o Brasil e a Itália na promoção de valores e metas comuns, como a paz, os direitos humanos, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável e a reforma da governança global. Nossa coordenação em Organismos Internacionais, que já é significativa, pode ser ampliada e aprimorada.

As perspectivas de celebração de um acordo de associação entre o MERCOSUL e a União Europeia são animadoras. Um acordo nesses moldes contribuirá decisivamente para expandir o comércio, os investimentos e os negócios entre os nossos países. O Brasil e seus parceiros do MERCOSUL estão firmemente empenhados em viabilizar o acordo no mais breve prazo. Esperamos contar com o apoio da Itália para alcançarmos um entendimento que tenho certeza será benéfico para os nossos países.

Senhoras e senhores,

O encontro de hoje é mais um capítulo na longa história que une Brasil e

Itália. É com um espírito de celebração da amizade entre os nossos países que proponho um brinde a Vossa Excelência e à sua delegação.

Salute!

## **DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DO ALMOÇO EM HOMENAGEM A SUAS ALTEZAS IMPERIAIS, PRÍNCIPE E PRINCESA AKISHINO DO JAPÃO (BRASÍLIA/DF, 06/11/2015)**

É uma grande satisfação receber a visita de Suas Altezas Imperiais, Príncipe e Princesa Akishino, por ocasião da celebração dos 120 anos das relações diplomáticas entre o Japão e o Brasil.

Vossa Alteza, Príncipe Akishino, já nos havia honrado com sua visita em 1988, quando festejamos juntos os 80 anos da imigração japonesa no Brasil.

Neste ano, entre as várias atividades comemorativas dos 120 anos de nossa amizade está a publicação no Brasil de seus estudos zoológicos e ornitológicos.

Por mais de um século, Brasil e Japão construíram uma relação de grande relevância, cujo principal alicerce tem sido a dimensão humana.

Em 1908, o primeiro grupo de imigrantes japoneses embarcou em Kobe e, quase dois meses depois, chegou ao Porto de Santos. A imigração japonesa trouxe consigo valiosa contribuição para a formação da sociedade brasileira e para o seu progresso. Contribuição aqui representada pelos brasileiros de origem japonesa que hoje nos acompanham.

A união de nossas nações levou, décadas mais tarde, à imigração de

brasileiros para o Japão, grande parcela dos quais de origem japonesa. A comunidade brasileira no Japão tem aportado importante contribuição para o estreitamento das relações entre o Brasil e o Japão.

Temos grande orgulho de abrigar no Brasil a maior comunidade japonesa no exterior e valorizamos o fato de que vive no Japão a terceira maior comunidade brasileira fora do País.

Altezas Imperiais,

Senhoras e Senhores,

Olhando para os 120 anos das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão, podemos fazer um balanço de grandes realizações.

Sobre a base desse componente humano, construímos um relacionamento de alta densidade econômica.

Nossa agenda econômica bilateral tem-se fortalecido com o tempo, o que se expressa no aumento dos fluxos de investimentos japoneses e no aumento no número de projetos em ciência, tecnologia e inovação.

Exemplo muito ilustrativo da capacidade que temos demonstrado de

aproveitar o potencial da nossa parceria é o estabelecimento do sistema nipo-brasileiro de TV digital. Fruto de uma sinergia de esforços no campo da alta tecnologia, esse sistema é hoje adotado por quase toda a América do Sul e por países da América Central, da África e da Ásia, com benefícios econômicos claros para nossas empresas.

No plano político, também estamos unidos por fortes laços, assentados em valores comuns como a democracia, a defesa dos direitos humanos, a sustentabilidade ambiental e a defesa do multilateralismo. O entrosamento bilateral em temas internacionais se expressa de forma muito clara e eloquente em nossa ação conjunta no âmbito do G4, ao lado de Alemanha e Índia, que tem por objetivo promover a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e adaptá-lo à realidade e aos desafios deste século XXI.

A feliz circunstância de que o Brasil e o Japão serão os anfitriões dos próximos Jogos Olímpicos – em 2016, no Rio de Janeiro, e em 2020, em Tóquio – vem se somar aos demais fatores que concorrem para aprofundar a convergência de interesses e visões entre nossos países.

Ao olharmos para o futuro, vemos que as condições estão dadas para que Brasil e Japão se tornem parceiros cada vez mais próximos e atuantes. Essa percepção nos motivou a elevar nossas

relações diplomáticas a uma Parceria Estratégica Global.

A visita de Suas Altezas Imperiais ao Brasil é um marco simbólico deste momento de renovação das relações entre nossos países, o que muito nos honra, alegra e estimula.

Em dezembro próximo, a Presidenta Dilma Rousseff realizará visita ao Japão e é seu firme propósito que a oportunidade abra novas avenidas nesta era que se renova, de cooperação e parceria.

É com espírito de celebração da história de uma grande amizade que proponho um brinde à saúde de Suas Altezas Imperiais, Príncipe e Princesa Akishino, e ao presente e o futuro do relacionamento entre o Brasil e o Japão.

Permito-me ainda, à luz das relações especiais que unem nossos dois países, pedir a todos que se unam a mim para brindar à saúde de suas Majestades Imperiais o Imperador Akihito e a Imperatriz Michiko.

**DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, NA PLENÁRIA DA IV CÚPULA AMÉRICA DO SUL - PAÍSES ÁRABES (ASPA) (RIADE/ARÁBIA SAUDITA, 11/11/2015).**

Sua Majestade, o Guardião das duas Mesquitas Sagradas, o rei Salman bin Abdulaziz al Saud,

Excelentíssimo senhor Abdel Fattah el-Sisi, presidente da República Árabe do Egito,

Excelentíssimo senhor Pedro Cateriano, primeiro-ministro da República do Peru,

Excelentíssimas senhoras e senhores chefes de delegação da América do Sul e dos Países Árabes,

Altezas reais,

Senhoras e senhores,

Em primeiro lugar, agradeço a hospitalidade do governo e do povo sauditas, que nos recebem de forma tão acolhedora. Trago a afetuosa saudação da presidenta Dilma Rousseff e o reconhecimento do Brasil à Arábia Saudita por seu forte compromisso com este que é um dos mais promissores exercícios de diálogo interregional do mundo.

Agradeço em particular a sua majestade o rei Salman bin Abdulaziz al Saud pelo empenho demonstrado por seu país na preparação da Quarta Cúpula da ASPA.

Somos todos gratos pelo muito que a Arábia Saudita tem feito por esse mecanismo. Além desta Cúpula, saliento o encontro de Ministros da Cultura da ASPA, de que a Arábia Saudita foi anfitriã.

Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que tomo parte nesta Cúpula, na qual damos continuidade à aproximação entre duas regiões geograficamente distantes, porém tão próximas em termos humanos, culturais e históricos.

A América do Sul abriga numerosas comunidades de origem árabe, que muito contribuíram para moldar a face cultural de nossos países. O Brasil, em especial, é lar da mais numerosa comunidade da diáspora árabe, o que fomenta a ligação entre nossas sociedades e assegura sólida base para nosso esforço de cooperação birregional.

A presença árabe no Brasil não é uma exceção. Somos um país multiétnico, construído a partir do respeito às diferenças e da capacidade de integrar indivíduos das mais diversas origens.

O Brasil está determinado a manter-se fiel a seus princípios neste momento em que a tragédia humanitária na

África e no Oriente Médio tem se mostrado ainda mais aguda no atual drama dos refugiados. Como assinalou a Presidenta Dilma Rousseff no plenário das Nações Unidas, o Brasil “é um país de acolhimento, um país formado por refugiados. Recebemos sírios, haitianos, homens e mulheres de todo o mundo, assim como abrigamos, há mais de um século, milhões de europeus, árabes e asiáticos. Estamos abertos, de braços abertos para receber refugiados”.

O Brasil acompanha de perto a crise humanitária decorrente do conflito na Síria. Atualmente, os nacionais daquele país compõem o maior contingente de refugiados no Brasil. O governo tomou a decisão de adotar política especial de facilitação de vistos para acolher os cidadãos sírios afetados pelo conflito. Desde então, já foram concedidos mais de oito mil vistos de entrada a indivíduos deslocados pela guerra.

O Brasil apoia os esforços da Liga Árabe e das Nações Unidas, para que se encontre uma solução pacífica e política para o conflito sírio. Reafirmamos nosso comprometimento com a soberania, a independência, a unidade e a integridade territorial da Síria. Fiel aos princípios que, historicamente, têm orientado sua política externa, o Brasil crê na solução pacífica de controvérsias, a ser alcançada por meio da negociação e do

diálogo, privilegiando a consolidação da paz e a estabilidade regional.

Nem sempre, porém, o caminho para as soluções negociadas é livre de obstáculos. Dentre esses impeditivos, destaco o terrorismo, um dos flagelos que castigam nosso tempo. O Brasil repudia firmemente todas as formas e manifestações do terrorismo, qualquer que seja sua motivação, e apoia os esforços internacionais que sejam compatíveis com a Carta da ONU e com as normas do direito internacional.

O Brasil entende que, no enfrentamento ao terrorismo, as medidas de repressão e combate devem ser complementadas com ações na área de prevenção, em especial a promoção dos valores democráticos e da tolerância étnica, política e religiosa, e com a promoção do desenvolvimento econômico e social.

A paz e o fim da violência devem ser o objetivo último de toda a comunidade internacional. E a consecução desse objetivo passa, necessariamente, pela justa solução do conflito entre Israel e Palestina: dois Estados convivendo em paz e segurança dentro das fronteiras de 1967. Para isso, é essencial a retomada do processo de paz, o abandono da retórica inflamatória e o fim da política de assentamentos ilegais nos territórios palestinos ocupados.

Senhoras e senhores,

O Brasil foi, desde o início, um entusiasta da ASPA, e não por acaso a Primeira Cúpula do mecanismo foi realizada em Brasília, em 2005. Naquela ocasião, assumimos o compromisso de fortalecer nossos laços de amizade e de cooperação e de buscar intensificar nossas relações comerciais, nossos fluxos de investimento e nosso diálogo político.

Decidimos, também, que trabalharíamos em conjunto em prol de um comércio internacional mais justo e equilibrado, bem como para a democratização dos organismos internacionais, de modo a que a voz dos países em desenvolvimento pudesse ser mais ouvida.

A criação da ASPA veio a prover um espaço no qual as relações entre nossas regiões puderam ser ampliadas e sistematizadas. Ao oferecer um foro para facilitar as relações intergovernamentais entre os 22 países que integram a Liga dos Estados Árabes e os 12 países da UNASUL, a ASPA deu uma moldura ao fortalecimento das relações birregionais.

O mecanismo é um passo importante no objetivo de fortalecer as relações Sul-Sul e de estabelecer um espaço político para aproximar nossas regiões. Reitero, em nome da Presidenta Dilma Rousseff, nosso compromisso com esse processo.

É auspiciosa a coincidência de que a ASPA comemore seu décimo

aniversário no mesmo ano em que as Nações Unidas celebram setenta anos de existência.

Devemos ver aqui poderosa incitação a darmos seguimento ao trabalho que vem sendo feito, tendo em mente que se trata não só do justo objetivo de promover melhores condições de vida para nossos povos, mas de contribuir ativamente para o fortalecimento do multilateralismo e para a reforma das instituições de governança global de forma a que possamos construir uma ordem mundial mais justa e democrática.

É hoje virtualmente universal a constatação de que não pode mais ser adiada a reforma do Conselho de Segurança. A composição do órgão das Nações Unidas responsável pelos temas de paz e segurança deve refletir o mundo de hoje, tão fundamentalmente diferente daquele de 70 anos atrás. Sem isso, corremos todos o risco de um Conselho de Segurança em rápida obsolescência, com sua eficácia limitada, com sua legitimidade questionada, com sua relevância posta em cheque.

Da mesma forma, é fundamental levar a bom termo a reforma das instituições de Bretton Woods e a atualização dos direitos de voto no Fundo Monetário Internacional.

Senhoras e Senhores,

O Brasil atribui grande importância aos resultados obtidos na Cúpula das

Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada no contexto da septuagésima sessão da Assembleia Geral da ONU. Tendo sediado a primeira Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) e a Conferência Rio +20, o Brasil confia no cumprimento do compromisso assumido pela comunidade internacional na Agenda 2030.

Consequentemente, o Governo brasileiro acredita que a cooperação Sul-Sul no âmbito da ASPA, até aqui pautada pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, deve passar a orientar-se pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com foco nas áreas em que já atingimos significativa densidade de relacionamento. Estamos abertos a compartilhar nossos programas de inclusão social, de forma a contribuir para a realização do primeiro e mais importante dos objetivos estabelecidos na Agenda 2030: a erradicação da pobreza.

No entanto, não haverá erradicação da pobreza se não houver ação concertada na defesa do meio ambiente. Dentro de pouco menos de um mês, voltaremos a nos reunir em Paris para a COP 21, ocasião em que temos a obrigação de enfrentar de frente, com audácia e sem mais tergiversação, o problema da mudança do clima, cuja urgência é cada vez mais evidente. O princípio das responsabilidades comuns, porém

diferenciadas, deve continuar a nortear essa negociação.

Devemos seguir trabalhando também para intensificar nossas relações comerciais. O intercâmbio entre nossas regiões, não obstante o substancial crescimento registrado no último decênio, ainda pode ser diversificado e expandido. Não podemos perder de vista o objetivo de liberalizar o comércio internacional, para o que é imprescindível o empenho de todos para assegurar o sucesso da reunião ministerial da OMC em Nairóbi, em dezembro próximo.

Por essa razão, o Brasil acolhe com satisfação as recomendações emanadas do Quarto Fórum Empresarial da ASPA. Ao agradecer à Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, ao Conselho das Câmaras Sauditas e às demais entidades do setor privado que se empenharam na organização do evento, reitero a disposição do Governo brasileiro de apoiar ativamente a constituição de joint ventures birregionais de transporte marítimo e serviços logísticos. Essas iniciativas imprimirão renovado dinamismo à cooperação empresarial e gerarão contribuição decisiva para consolidar nossa parceria.

Senhoras e Senhores,

Constato com satisfação que pudemos manter bom ritmo de atividades no período entre as Cúpulas e dar

cumprimento aos nossos Planos de Ação.

O intercâmbio comercial, que cresceu mais de 180% no período de dez anos, a captação de investimentos tanto em países árabes como sul-americanos e o aumento da conectividade aérea são resultados tangíveis cujas origens podem ser traçadas em nossa iniciativa.

Evidentemente, sempre haverá espaço para aperfeiçoamentos e não devemos desperdiçar oportunidades para aumentar nossa eficiência, adaptando-nos melhor às novas circunstâncias políticas e econômicas de nossas regiões.

O atual momento recomenda seletividade criteriosa nas áreas de cooperação. Além da aproximação entre nossos setores empresariais, podemos enfatizar o segmento de energia e também as relações culturais. A busca de resultados tangíveis em setores específicos contribuirá para fortalecer progressivamente nosso mecanismo birregional.

Um exemplo de iniciativa bem-sucedida é o trabalho da BibliASPA, que entre suas atividades oferece cursos de idiomas. O crescente interesse e demanda pelo ensino do árabe na América do Sul e do espanhol e do português nos países árabes é um claro reflexo do aumento do fluxo de pessoas, comércio e investimentos entre nossos países.

Senhoras e senhores,

Reitero meu agradecimento ao povo e ao governo da Arábia Saudita por terem organizado com tanto esmero esse encontro que, estou seguro, representará um passo importante para intensificar ainda mais o processo de aproximação entre os governos e os povos dos países árabes e dos países da América do Sul.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, NA ABERTURA DO SEMINÁRIO “40 ANOS DO RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA PELO BRASIL” (BRASÍLIA/DF, 17/11/2015)**

Excelentíssimo senhor Embaixador Georges Chikoti e senhora, Ministro das Relações Exteriores de Angola

Excelentíssimo senhor Embaixador Nelson Manuel Cosme e senhora, Embaixador de Angola em Brasília

Senhoras e senhores embaixadores,

Senhor Secretário-Geral, Embaixador Sérgio Danese,

Senhora Embaixadora Lígia Scherer, Subsecretária Política III,

Senhoras e senhores integrantes da comitiva que acompanha o ministro Georges Chikoti

Caros colegas

Senhoras e senhores

Em nome do governo brasileiro, tenho a satisfação de cumprimentar os ilustres convidados aqui presentes hoje.

Para mim é uma grande honra receber a visita do ministro Georges Chikoti e abrir ao seu lado seminário alusivo aos 40 anos de reconhecimento brasileiro da independência angolana.

Sua presença, senhor ministro, é nova demonstração da importância das relações entre Brasil e Angola e expressão concreta de nossa parceria estratégica.

As ligações com o continente africano são conhecidas. Estamos unidos por profundos vínculos históricos, culturais e ampla rede de interesses comuns.

É cada vez maior a presença de cidadãos e de empresas brasileiras no continente africano, e em Angola em particular. Ali desenvolvemos alguns de nossos mais importantes projetos de cooperação, em setores estratégicos como biotecnologia, saúde pública, agricultura, educação e defesa.

Além disso, num plano mais global, estamos unidos na defesa da construção de uma ordem internacional mais justa, conformada a partir de instituições e normas que promovam a paz, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

Os laços históricos que unem Brasil e Angola nos impõem um destino comum: seguir trabalhando para fortalecer nossas relações e convertê-las em benefícios concretos para nossas populações.

Senhoras e senhores,

Este seminário é mais uma oportunidade para refletirmos sobre o atual estado e o futuro das relações entre Angola e Brasil.

A data de 11 de novembro tem inegável valor histórico, não só para Angola, mas também para o Brasil. Celebramos o quadragésimo aniversário da independência de Angola e os quarenta anos das relações diplomáticas entre nossos países desde a independência.

Fomos o primeiro país a reconhecer Angola como Estado independente e soberano, no mesmo dia de sua independência. Temos orgulho de ter dado esse passo corajoso à época, que explicitou o apoio do Brasil à autodeterminação das nações africanas e à superação definitiva das políticas colonialistas, num mundo marcado pelas clivagens ideológicas da Guerra Fria e pela disputa entre grandes potências por zonas de influência.

Nascia ali uma parceria destinada a ser privilegiada, cimentada por história, língua e cultura comuns.

Desde aquele ano de 1975, as relações bilaterais têm-se fortalecido continuamente. A mais recente demonstração disso foi a elevação do status de nossas relações à categoria de parceria estratégica, em 2010.

O novo dinamismo dado pela parceria estratégica está refletido nas constantes

trocas de visitas de alto nível. Apenas em 2015, sem mencionar as reuniões de caráter técnico, foram realizadas quatro visitas ministeriais, duas de cada lado.

O Vice-Presidente da República, Michel Temer, acaba de retornar de Angola, onde participou, representando o governo brasileiro, das comemorações dos quarenta anos da independência.

Eu mesmo realizei visita a Luanda, a convite do Ministro Georges Chikoti, em abril deste ano, ocasião em que fui recebido pelo presidente José Eduardo dos Santos, por Vossa Excelência, e por outros altos integrantes do governo angolano.

São cada vez mais diversificadas as iniciativas e as realizações de nossa parceria bilateral. Apenas na última década, mais de 650 estudantes angolanos realizaram seus estudos superiores de graduação e pós-graduação em universidades brasileiras, no quadro de nossa cooperação em matéria educacional.

O setor de defesa constitui outro importante pilar da parceria estratégica Brasil – Angola. Temos um vasto campo a explorar, especialmente no âmbito do ensino militar. Temos a convicção de que o acordo de cooperação em defesa, cujas negociações estão sendo concluídas, estimulará ainda maior aproximação entre nossas forças armadas e nossas empresas.

No plano econômico-comercial, destaco a atuação de empresas brasileiras em diversos setores da economia angolana e de empresas angolanas no Brasil.

Temos mantido profícuo diálogo no âmbito inter-regional e no âmbito multilateral, reflexo evidente da coincidência de perspectivas e valores. A concertação entre nossos países tem se destacado na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, e na Organização das Nações Unidas, onde hoje Angola ocupa assento no Conselho de Segurança.

A cooperação empreendida pelo Brasil em Angola tem muito a contribuir para o avanço de uma agenda internacional baseada na promoção do desenvolvimento, da justiça social e da solução pacífica de controvérsias, objetivos permanentes da política externa de ambos os países.

Senhoras e senhores,

Como é do conhecimento de todos, concomitantemente à realização deste evento, lançamos livro alusivo ao reconhecimento brasileiro da independência angolana, com uma seleção de documentos diplomáticos guardados em nossos arquivos. Esperamos dessa forma difundir mais detalhes sobre o processo decisório que levou ao reconhecimento brasileiro da independência angolana.

Esses documentos ajudarão a compor visão mais ampla da evolução da política externa brasileira para a África, num período no qual o reconhecimento da independência angolana foi um marco, ao permitir o fortalecimento de vínculos de confiança com outros parceiros africanos.

É, portanto, uma grande satisfação abrir ao lado do meu colega Georges Chikoti o seminário “40 anos do Reconhecimento da Independência de Angola pelo Brasil”. Desejo a todos os participantes uma excelente sessão de trabalho e estou certo de que os resultados das discussões contribuirão para um melhor conhecimento recíproco e para um aprofundamento de nossas relações bilaterais.

Desejo a todos os participantes um profícuo dia de trabalho. Muito obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE FINAL DE ANO NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (BRASÍLIA/DF, 9/12/2015)**

É um prazer participar desta cerimônia de final de ano, ocasião em que podemos refletir sobre nosso trabalho, reforçar os laços que nos unem ao Itamaraty, e identificar desafios e objetivos que devem guiar a ação de todos nós, servidores desta Casa e dos interesses maiores do País.

Quero aqui externar, de início, meu reconhecimento e minha gratidão pela dedicação, seriedade e comprometimento demonstrado pelos funcionários deste Ministério ao longo de 2015. E transmitir a cada um o cumprimento da Presidenta Dilma Rousseff.

O espírito público na defesa dos interesses do País continua a ser uma das marcas do Itamaraty, reconhecido como um dos mais qualificados quadros de servidores públicos do Brasil. Como colega e como chefe, tenho o orgulho de fazer parte, com todos vocês, desta instituição que é um dos patrimônios mais valiosos do Estado brasileiro.

E se esse patrimônio deve ser sempre valorizado, ele é ainda mais imprescindível nos momentos de dificuldade, como o que vivemos atualmente.

Vivemos uma situação excepcional, que tem tido impacto não apenas sobre

o setor público, sem exceções, mas também sobre toda a sociedade brasileira. Como bem assinalou o Embaixador Sergio Danese, ao traçar um retrato preciso dos desafios administrativos e orçamentários que temos enfrentado, o ano que chega ao fim não foi simples, nem corriqueiro.

Foi um ano de dificuldades e de sacrifícios para o País como um todo. Coube-nos procurar enfrentá-lo com a determinação de cumprir nosso dever institucional e preservar nossa Casa.

Esse foi o propósito que norteou o trabalho da Chefia: resguardar o Ministério das Relações Exteriores e buscar assegurar as condições e os recursos necessários para o cumprimento de suas atribuições.

É essa a atitude que nos deve inspirar. O Itamaraty é uma instituição fundamental para o Brasil, porque é de sua essência defender os interesses do País num mundo que se torna cada vez mais complexo, competitivo e interdependente. É aqui, nesta Casa, que mantemos e levamos adiante a memória institucional, os valores essenciais e os princípios que sempre orientaram a inserção internacional do Brasil ao longo de sua história.

Estamos dedicados a manter uma interlocução permanente e fluida com

outros órgãos do Governo e com o Congresso Nacional, onde acompanhamos de perto a evolução da pauta legislativa e seus possíveis impactos para o Itamaraty.

Estabelecemos frentes de diálogo com as diversas categorias do serviço exterior, deixando claro que os canais de comunicação com a administração estarão sempre abertos. Desejamos cultivar uma cultura de diálogo e entendimento que permita que eventuais diferenças tenham encaminhamento adequado em nossos próprios meios institucionais.

Adotamos também o firme compromisso de criar um ambiente de trabalho mais equânime e saudável. Continuaremos a combater todos os casos de discriminação, estimulando a conscientização sobre práticas que devem ser definitivamente eliminadas.

Apoiamos e valorizamos o trabalho do Comitê Gestor de Gênero e Raça. E vamos aprimorar políticas de promoção da igualdade, de prevenção e de combate ao assédio e à discriminação. Nenhuma denúncia concreta deixará de ser apurada.

Registro aqui, mais uma vez, meu agradecimento ao Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sergio Danese, auxiliar leal, dedicado e competente, que tem conduzido nossas atividades diárias com muita serenidade. Suas qualidades intelectuais e profissionais, bem como

seu dom de escutar a Casa e de propor soluções têm sido fundamentais para a boa continuidade de nossos trabalhos.

Estimados colegas,

Trabalhamos ao longo de 2015 para levar adiante uma política externa capaz de contribuir concretamente para o desenvolvimento do País.

A Presidenta Dilma Rousseff realizou importantes visitas oficiais bilaterais, entre as quais aos Estados Unidos, ao México, à Colômbia, à Itália, à Suécia e à Finlândia. Além disso, recebeu em Brasília, entre várias outras autoridades, a Chanceler alemã Angela Merkel e o Primeiro-Ministro chinês Li Keqiang.

O balanço de acordos resultantes desses encontros é auspicioso. Um dos destaques foi a assinatura dos primeiros Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos, no marco do chamado “modelo brasileiro”. É um sinal claro de que o Brasil busca novos caminhos para atrair investimentos e para defender os interesses de nossas empresas no exterior.

O engajamento presidencial na dinamização da agenda externa estendeu-se também aos foros multilaterais. O Brasil esteve representado no mais alto nível nos principais eventos realizados ao longo de 2015: a Cúpula das Américas, no Panamá; a Cúpula do BRICS; a Cúpula

CELAC-UE; a abertura da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas; a Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável, em Nova York; a Cúpula do G-20; e a Conferência sobre Mudança do Clima, a COP-21, em Paris.

Esta agenda intensa de diplomacia presidencial demonstra como o Brasil continua comprometido em fortalecer o multilateralismo, em reformar as instituições de governança global e em promover sua visão de país defensor da paz, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

Em 2015 foi realizada a primeira Cúpula do G-4 em dez anos, num sinal de que continuamos trabalhando com vistas a uma reforma estrutural do Conselho de Segurança das Nações Unidas, objetivo que é ainda mais relevante num cenário marcado pelo agravamento de conflitos e pelo surgimento de novas ameaças à paz e à segurança internacionais.

O Brasil também foi um dos protagonistas na preparação da Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova York, em setembro, em que se aprovou a Agenda 2030, composta por 17 objetivos de aplicação universal, dentre os quais um dos mais caros ao nosso País: a erradicação da pobreza.

Na América do Sul, continuamos trabalhando de maneira ativa em favor

da consolidação da democracia e da integração econômico-comercial.

Nosso continente é caracterizado pela ausência de conflitos armados, pela inexistência de armas de destruição em massa e pela existência de foros regionais que permitem encontros frequentes entre as autoridades nacionais. É nosso dever trabalhar para preservar esse patrimônio.

No âmbito do MERCOSUL, buscamos revigorar a agenda de relacionamento externo do bloco, como demonstrado pela definição de nossa oferta a ser apresentada à União Europeia e pela continuidade da aproximação com outros países e blocos, entre os quais a Aliança do Pacífico.

Acompanhamos com atenção as eleições na Argentina, no mesmo ano em que celebramos os 30 anos de nossa parceria, inaugurada com a assinatura da Declaração de Iguazu, decisão visionária e corajosa dos Presidentes José Sarney e Raul Alfonsín. Estamos prontos para trabalhar de perto com o Presidente Mauricio Macri, que realizou sua primeira viagem ao exterior justamente ao Brasil, no último dia 4 de dezembro.

Em coordenação com os demais países-membros da UNASUL, buscamos contribuir com a facilitação do diálogo político e incentivamos o respeito à institucionalidade e à normalidade constitucional na Venezuela. Saudamos a realização das

eleições no país, que ocorreram de maneira pacífica. Esperamos que nesta fase pós-eleitoral o governo e a oposição persistam na valorização do diálogo, da democracia e do respeito ao estado de direito.

Há poucas semanas estive em Cuba. A reaproximação desse país com os Estados Unidos inaugura uma nova era em nosso hemisfério e devemos nos preparar para aproveitar as oportunidades que estão surgindo.

Uma das prioridades centrais da política externa brasileira é a diversificação de parcerias. Impulsionado por esse objetivo, empenhei-me em revitalizar as relações do Brasil com a África. Em três viagens distintas ao continente, visitei nove países: Gana, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola, Cabo Verde, República Democrática do Congo, Senegal, Camerum e Argélia.

A África sempre desempenhará um papel importante para o Brasil, pelos laços humanos que nos aproximam, pelo relevante papel que desempenha na ordem internacional e pela significativa agenda de investimentos, comércio e cooperação técnica que temos com diversos países desse continente.

Em 2015, além da intensificação das relações com parceiros tradicionais como a China e o Japão, que visitei em julho, também decidimos enfatizar a aproximação com os países da

Associação de Nações do Sudeste Asiático, a ASEAN. Foi com esse propósito que estive em Singapura e Vietnam. E reuni-me em duas oportunidades com a Chanceler da Indonésia.

Também realizei, em novembro, visita à Índia, sócio primordial em temas da agenda global e país com o qual ainda há amplo espaço para o aprofundamento das relações bilaterais nos mais diversos campos.

Temos acompanhado com grande preocupação a evolução dos acontecimentos no Oriente Médio. Em visita ao Líbano, em setembro, ouvi de altas autoridades recorrentes menções à importância da voz do Brasil em prol da solução do conflito entre Israel e Palestina e das crises na Síria, na Líbia e no Iêmen. Ouvi a mesma mensagem do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki Moon, e de diferentes interlocutores na Cúpula América do Sul-Países Árabes, em Riade.

Merece também registro a assinatura do Acordo de Cooperação entre o Brasil e a OCDE. Trata-se de iniciativa de avaliação da experiência de outros países avançados em formulação de políticas públicas, em benefício do projeto brasileiro de crescimento inclusivo e sustentável, geração de empregos e qualificação da mão de obra, bem como o aperfeiçoamento de programas sociais e educacionais.

Na OMC, o Brasil manteve ao longo desse período uma atuação invariavelmente construtiva e despendeu um enorme esforço para fazer avançar a Rodada Doha. Embarco no próximo sábado para a reunião ministerial de Nairóbi com esse mesmo espírito, ainda que consciente da magnitude dos obstáculos a serem vencidos para que se chegue a um resultado positivo.

Como essa síntese não-exaustiva demonstra, ao longo de 2015 buscamos reforçar a vertente universalista de nossa política externa. Nossa região continuou sendo nosso espaço prioritário de atuação, mas não nos furtamos a desempenhar o papel de ator de alcance global, condição de que o Brasil não pode mais se abster.

Caros colegas,

Indo além do balanço de atividades em 2015, permitam-me tecer algumas considerações sobre as prioridades de nossa política externa no futuro próximo.

Estamos diante de um ambiente político internacional conturbado, em que se combinam o agravamento dos conflitos, especialmente no Oriente Médio, e o desafio do desenvolvimento, representado pela pobreza que ainda atinge milhões de pessoas no planeta e as impele a buscar uma vida melhor em outros continentes.

Ao mesmo tempo, surgem ameaças que a comunidade internacional não tem sido capaz de enfrentar de maneira adequada. O terrorismo, fenômeno que merece combate sem trégua, é o exemplo mais eloquente dessa constatação.

O mundo parece despreparado para lidar com a capacidade de grupos não-estatais ou indivíduos isolados de gerar o terror. Mas é fundamental que o necessário enfoque securitário não deixe que se perca de vista a dimensão dos direitos humanos.

A comunidade internacional deve buscar unidade e firmeza na luta contra o terrorismo, mas deve evitar a armadilha da restrição das liberdades, da rejeição de refugiados e do agravamento da xenofobia e da discriminação.

Em algumas instâncias, testemunhamos o retorno preocupante, nos moldes da Guerra Fria, da disputa por zonas de influência e poder.

Essa lógica tem como resultado a fragilização das instituições multilaterais. A atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas tem-se caracterizado, muitas vezes, ou pela inércia decorrente da polarização entre os seus membros permanentes ou pela tomada de decisões que paradoxalmente enfraquecem ou limitam o próprio sistema de segurança coletiva.

O Brasil compartilha a visão de que é necessário uma atuação mais intensa da comunidade internacional para debelar as novas ameaças, mas sabe que essa ação só será eficaz se fundada no reforço da articulação internacional e, sobretudo, numa estratégia que atue não apenas sobre os sintomas, mas também sobre as causas dos conflitos.

Por isso, continuamos a propugnar por um reforço do multilateralismo e por mais diplomacia na solução de crises.

O Brasil se orgulha de sua política de receber refugiados de diferentes partes do mundo. Fazemos isso atentos às preocupações com os riscos de segurança, mas não podemos nos sentir paralisados e nem indiferentes ao sofrimento dessas pessoas.

Nosso país reúne um conjunto de características que lhe permitem atuar como um construtor de consensos na cena internacional. Entre eles, a coerência entre nosso discurso diplomático e nossa prática cotidiana; o fato de termos uma política externa universalista, que abrange relações com todos os membros das Nações Unidas; e nossa capacidade de propor soluções, ideias e inovações conceituais.

Temos uma longa trajetória de política externa construtiva e respeitada, e não podemos escusar-nos de ocupar um lugar importante nos principais debates globais.

Manteremos também nosso inarredável compromisso com a defesa da democracia e do estado de direito em nosso continente.

O Brasil estará sempre pronto a trabalhar com os governos dos países vizinhos, independentemente de qualquer viés ideológico. Como determina a Constituição Federal, a integração com as nações latino-americanas é um interesse maior do Brasil e está acima das naturais alternâncias político-partidárias.

Também daremos sequência ao trabalho de fortalecimento de nossas relações bilaterais ao redor do mundo. Buscaremos novos mercados, novos investimentos e parcerias no campo da educação, da pesquisa científica e da inovação.

Estimados colegas,

É com essa perspectiva pragmática que esperamos levar adiante uma política externa em sintonia com os interesses nacionais.

O Brasil deve orgulhar-se de ser uma das maiores democracias do mundo, capaz de traduzir em sua ação externa os valores mais fundamentais de seu povo: a paz, o respeito aos direitos humanos e a busca de maior justiça social.

Esperamos, em 2016, dar nova contribuição para que o País supere o

momento de dificuldade e possa retomar sua trajetória de crescimento.

Nesse processo, estou certo de que seguiremos contando com o trabalho dedicado e de grande qualidade de todo o quadro de funcionários, que sempre fizeram do Itamaraty uma das instituições mais respeitadas do Estado brasileiro.

Obrigado a cada um dos servidores desta Casa. Quero desejar a todos meu profundo agradecimento pelo trabalho realizado em 2015. E transmitir os votos mais sinceros de um excelente final de ano e de um 2016 repleto de saúde e de êxitos, profissionais e pessoais, ao lado de suas famílias e de seus entes queridos.

Como costumava dizer o Embaixador Azeredo da Silveira, meu primeiro chefe no Itamaraty: “Lutem por suas felicidades”. É o conjunto delas que tornará nossa instituição cada vez mais coesa e mais forte.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DA X CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC (NAIRÓBI/QUÊNIA, 16/12/2015)**

Senhora Presidente, Ministra Amina Mohammed,

Gostaria de iniciar agradecendo ao Quênia pela hospitalidade e pela excelente organização desta X Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio

Agradeço também ao Diretor-Geral, Embaixador Roberto Azevêdo, pelo seus incansáveis esforços para revitalizar a OMC em todas as suas funções e para facilitar os exitosos resultados que todos esperamos de Nairóbi.

Senhora Presidente,

O OMC provou ser uma instituição indispensável desde a sua criação em 1995, que consolidou e reforçou o arcabouço multilateral de regras e procedimentos. A Organização tem sido um ativo vital para o monitoramento das relações comerciais e para a solução de controvérsias. Por meio de um sistema de compromissos multilaterais, a OMC ajudou os seus Membros a navegar pelas problemáticas águas da crise financeira de 2008, evitando os riscos do protecionismo e da guerra tarifária. A cláusula da Nação Mais Favorecida

continua sendo a fundação que tem permitido a esta construção resistir ao mal tempo.

No entanto, temos que admitir que o pilar negociador da OMC encontra-se em situação crítica. Estamos aqui em Nairóbi, depois de quatorze anos de negociações da Rodada de Doha, e ainda o consenso político sobre como concluir as negociações nos escapa. Para os países em desenvolvimento, a Rodada de Doha tem sido uma coleção de promessas incumpridas. Ainda persiste uma assimetria indefensável entre produtos industriais e agrícolas quanto a acesso a mercados e disciplinas. Ao mesmo tempo, os novos acordos mega-regionais levantam questões sobre nosso compromisso coletivo com a OMC como foro negociador.

Ao longo dos anos, o Brasil e o G-20 dedicaram consideráveis recursos e esforços para fazer avançar a Agenda de Desenvolvimento de Doha. Fizemos isso com base em nosso compromisso de longo prazo com o multilateralismo e em nossa convicção de que questões sistêmicas que afetam e distorcem o comércio internacional, particularmente em Agricultura, só pode ser adequadamente tratadas no contexto de uma estrutura multilateral.

Dois anos atrás, em Bali, chegamos a um resultado muito significativo com o Acordo de Facilitação do Comércio. Mas ele era parte de uma promessa ainda não cumprida: a de que no prazo de dois anos nos encontraríamos para concluir a negociação das questões fundamentais da Rodada.

À luz do fato de que isso não vai acontecer, a OMC enfrenta duas opções em Nairóbi, e eu vou ser claro sobre a nossa visão sobre isso.

Na primeira opção, partiremos de Nairóbi com um acordo sobre a proibição de subsídios à exportação de produtos agrícolas, e medidas equivalentes, e um pacote significativo de resultados em favor dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo.

Subsídios à exportação de produtos agrícolas são amplamente reconhecidos como a forma mais perniciosa de distorção do comércio agrícola e sua proibição é uma aspiração antiga de agricultores nos países em desenvolvimento. Nairóbi então será um sucesso e continuaremos a restaurar a credibilidade do pilar de negociação da Organização. Teremos garantido uma base sobre a qual mirar resultados nos demais temas que estamos negociando na Agenda de Desenvolvimento de Doha.

A segunda opção é fracassarmos em obter resultados no tema emblemático da agricultura, e tentarmos compensar

esse fracasso com resultados cosméticos. Nesse cenário, a credibilidade da Organização vai desmoronar e a OMC enfrentará um tremendo risco de paralisia em um momento no qual as transformações no comércio internacional tornam suas ações mais necessárias.

Para o Brasil, só há uma opção: a primeira. Estamos plenamente comprometidos a trabalhar para o sucesso de Nairóbi.

Vimos a Nairóbi para negociar. Meu mandato me foi dado por uma nação que busca prosperidade e justiça social, uma nação que acredita na justiça e em um futuro aberto para todos, um país que sempre acreditou nos instrumentos multilaterais como maneira de alcançar esse objetivo. Esse é um mandato do qual não irei me distanciar.

A agricultura permanece como a área onde encontramos as distorções mais flagrantes no comércio internacional, e na qual a liberalização pode ser mais benéfica para os países em desenvolvimento. Obter resultados na proibição de subsídios à exportação e medidas equivalentes não significa, é claro, que se torna menos importante conseguir resultados significativos em Acesso a Mercados e em Apoio Doméstico, mas é o necessário sinal vital que a OMC deve enviar a partir de Nairóbi.

Muito obrigado.

## **DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA REUNIÃO MINISTERIAL DA CÚPULA DO MERCOSUL (ASSUNÇÃO/PARAGUAI, 20/12/2015)**

Caro amigo, Chanceler Eladio Loizaga, em primeiro lugar gostaria de manifestar meu sincero agradecimento pela acolhida que nos brinda o Paraguai nesta 49ª Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum.

Aproveito também para dar as boas-vindas à nossa colega Susana Malcorra, que recentemente assumiu a nobre tarefa de conduzir o Palácio San Martín. Estou seguro de que sua experiência nas Nações Unidas e no setor privado será de grande valia para impulsionar o nosso projeto de integração.

Estar em Assunção, cidade que viu nascer o MERCOSUL, estimula-nos a refletir tanto sobre o que já alcançamos nesses quase 25 anos quanto sobre os nossos desafios futuros.

Nossa integração surgiu da percepção de que, trabalhando em conjunto, seríamos capazes de avançar mais rapidamente na consecução do objetivo de promover o desenvolvimento econômico com justiça social.

Ao longo desse período, avançamos muito na ampliação dos mercados nacionais, com a progressiva coordenação de nossas políticas em diversos setores.

Nosso comércio cresceu de maneira exponencial, saltando de US\$ 4,5

bilhões em 1991 para algo em torno de US\$ 62 bilhões, recorde histórico em 2011. Fomos além e obtivemos avanços importantes também no campo da integração social e cidadã, na consolidação da democracia e no combate à pobreza. O MERCOSUL conta, portanto, com um importante acervo de conquistas que devemos empenhar-nos em preservar.

Caros colegas,

Qualquer processo de integração é um grande desafio. Trata-se de um exercício permanente de adaptação às necessidades de cada sócio e às circunstâncias externas.

Estamos comprometidos em seguir aprofundando a agenda comercial do nosso bloco. Em Brasília, em julho passado, decidimos adotar o Plano de Ação para o Fortalecimento do MERCOSUL Comercial e Econômico, que visa à identificação e superação de eventuais barreiras ao comércio entre nossos países.

A fluidez de nosso comércio interno é um elemento de grande impacto sobre a imagem que se faz do bloco, especialmente para que os agentes econômicos mantenham sua confiança no processo de integração.

Ao renovarmos nosso compromisso com a superação de barreiras, estamos dando passo importante para que o MERCOSUL continue desempenhando importante papel no desenvolvimento de nossos países.

Não podemos perder de vista que o comércio intrazona é composto principalmente de produtos manufaturados. Cerca de 80% das importações brasileiras originárias do MERCOSUL são justamente de bens industrializados.

Isso significa geração de empregos de qualidade e de renda em nossa região. Aponta, ademais, para as amplas possibilidades de integração produtiva em setores-chave e de alto valor agregado, como o automotivo.

Na qualidade de órgão superior do bloco, precisamos sinalizar a todos os demais níveis técnicos, especialmente aos Subgrupos de Trabalho e aos Comitês, que confiamos em seu empenho para que possamos seguir aprofundando a integração por meio da superação de eventuais entraves ao comércio e aos investimentos recíprocos.

Temos a responsabilidade de eliminar as barreiras tarifárias remanescentes e de buscar a convergência regulatória de maneira a extinguir barreiras não-tarifárias e medidas de efeito equivalente que nos afastam dos propósitos do Tratado de Assunção.

O MERCOSUL constitui valioso instrumento de projeção dos interesses de seus Estados Partes numa economia internacional cada vez mais competitiva, tendo especial relevância nas negociações com os países e blocos de diferentes regiões.

É por essa razão que devemos trabalhar com espírito renovado para ampliar a rede de acordos comerciais do nosso bloco com outros países e regiões.

O encaminhamento das negociações MERCOSUL-União Europeia continua a ser a principal prioridade do Brasil dentro de nossa agenda de relacionamento externo. Como sabemos, o MERCOSUL está pronto para proceder à troca de ofertas de acesso a mercados o mais rapidamente possível, dando início à etapa final das negociações.

A oferta do MERCOSUL, incluindo as áreas de bens, compras governamentais, serviços e investimentos, foi aprovada em julho de 2014 e cumpre plenamente, e em todas as áreas, os parâmetros acordados em 2010, quando foram retomadas as negociações. Esperamos que a União Europeia obtenha o consenso interno necessário que nos permita efetuar a troca de ofertas rapidamente.

Apesar da importância das negociações com a União Europeia, nossos interesses externos devem também se diversificar. Para aprimorarmos nossa

inserção internacional, incrementando nossas exportações e atraindo novos investimentos, precisamos também nos dedicar a outras frentes negociadoras.

Devemos dar passos decididos nas conversações com outros parceiros, como o Canadá, a EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio, a Índia, o Líbano e a Tunísia, entre outros, como também a SACU - União Aduaneira da África Austral.

Confiamos em que, com a ajuda de todos, poderemos, durante a Presidência Pro Tempore do Uruguai, tornar a agenda externa do MERCOSUL ainda mais ambiciosa.

O momento atual também demanda o fortalecimento da integração econômica no âmbito de nossa região, com medidas que complementem o acervo de liberalização já existente.

Temos de recuperar o espaço perdido pela erosão das preferências negociadas nos Acordos de Complementação Econômica, em razão de acordos firmados posteriormente por nossos sócios regionais com terceiros países.

Para tanto, é fundamental que cumpramos a agenda de reuniões regulares das Comissões Administradoras desses Acordos de Complementação Econômica.

Somente assim poderemos trabalhar mais e melhor em prol do aprofundamento das preferências

tarifárias existentes, bem como avançar nas negociações de serviços, investimentos, compras governamentais e facilitação de comércio, dentre outros temas.

Nesse sentido, parabênizo a Presidência Pro Tempore paraguaia pela realização da XXV Reunião Extraordinária da Comissão Administradora do Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Chile, o ACE-35, em que se aprovou a atualização de seu regime de origem.

Destaco, também, os trabalhos que permitiram concluir o Acordo MERCOSUL-Colômbia sobre Serviços, após seis anos de negociação. Trata-se de importante passo para a ampliação temática de nossa relação econômico-comercial, o qual favorecerá a circulação de bens e de pessoas, bem como a internacionalização de nossas empresas.

Não poderia deixar também de agradecer ao Governo da Venezuela pela disposição manifestada de realizar reunião da Comissão Administradora do ACE-59 no início do próximo ano. Acreditamos ser este um passo fundamental no aprofundamento de nossos acordos.

Devemos, ainda, seguir trabalhando para promover o aprofundamento dos entendimentos entre MERCOSUL e Peru. A Comissão Administradora do

ACE-58 é um foro fundamental para promover a dinamização da relação econômico-comercial de nossos países com esse importante parceiro andino, por meio da ampliação da cobertura do acordo e da aceleração de cronogramas de desgravação tarifária.

Senhoras e Senhores,

Com vistas a reforçar o processo de integração da região, é igualmente importante darmos continuidade aos esforços de aproximação do MERCOSUL com a Aliança do Pacífico.

Precisamos desconstruir o discurso equivocado de rivalidade entre os dois blocos. Estamos unidos, como se sabe, por ampla rede de acordos comerciais, alguns dos quais completarão em breve duas décadas.

Agradeço o empenho da Presidência Pro Tempore Paraguaia para convocar uma reunião entre os dois blocos neste semestre.

É importante que possamos realizar na Presidência Pro Tempore Uruguaia um encontro entre os dois agrupamentos, a fim de debatermos o Plano de Ação encaminhado pelo MERCOSUL para o diálogo com a Aliança do Pacífico e outros temas de eventual interesse.

Esse esforço complementarará o quadro de aproximação que o MERCOSUL desenvolve com os países da Aliança,

por intermédio de nossos Acordos de Complementação Econômica.

Ainda no âmbito da região, o Brasil apoia avanços nas negociações com Cuba e com o Sistema de Integração Centro-Americano, o SICA.

Nossos antecessores vislumbraram a expansão do MERCOSUL, facultando a adesão ao Tratado de Assunção pelos demais membros da ALADI. Sabemos do esforço que representa levar adiante um complexo processo de incorporação e aprendizagem das normas e disciplinas do MERCOSUL.

Estamos confiantes no empenho da Venezuela, nosso quinto sócio, e da Bolívia, em processo de adesão. Contem com a colaboração do Brasil para o que for necessário.

Senhores e Senhoras Chanceleres,

Em quase 25 anos de história, o MERCOSUL evoluiu para abarcar amplo espectro de temas, que não se limitam às questões econômicas e comerciais, mas alcançam também uma importante agenda social e cidadã.

Somos quase 300 milhões de cidadãos e disfrutamos de direitos e benefícios que nos foram conferidos pela notável evolução institucional e normativa que se observou na região desde a assinatura do Tratado de Assunção.

A vitalidade dessa agenda, marcada nos últimos anos pela aprovação do

Plano de Ação para a Conformação de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL e do Plano Estratégico de Ação Social, confere ainda maior legitimidade ao nosso processo de integração.

O Governo brasileiro considera prioritárias as dimensões social e cidadã do MERCOSUL e impulsionou, ao longo de sua última Presidência Pro Tempore, um esforço de revisão e atualização do Plano Estratégico de Ação Social e do Estatuto da Cidadania.

Esse esforço de revisão deve ser contínuo, de modo a cumprir com os objetivos estabelecidos em ambos os documentos.

O Governo brasileiro está igualmente empenhado em incrementar a participação social nas decisões sobre o futuro do bloco.

Damos grande importância à realização das Cúpulas Sociais, que já se realizam desde 2006, e cuja institucionalidade foi reforçada em 2012.

As Cúpulas Sociais tornaram-se parte do cenário do MERCOSUL e contribuem para trazer para o seio do bloco as demandas dos movimentos sociais de nossos países.

Congratulo a Presidência Pro Tempore paraguaia pelos trabalhos desenvolvidos neste semestre e pela organização da XIX Cúpula Social do

MERCOSUL. Ofereço meu apoio à próxima Presidência Pro Tempore no esforço para avançar na efetivação dessas agendas.

Estimados colegas,

O MERCOSUL é parte essencial de nossas identidades e está cada vez mais presente na vida de nossos cidadãos.

Avançamos nos mais variados aspectos, da expansão sustentada do comércio à agenda social e cidadã, da harmonização normativa à coordenação política. Criamos mecanismos inovadores para lidar com nossas necessidades particulares.

Temos a responsabilidade de projetar os próximos 25 anos do bloco, zelando por esse patrimônio acumulado, e fazendo com que o MERCOSUL siga avançando, cada vez mais fortalecido.

Quero agradecer, uma vez mais, ao meu caro amigo Chanceler Eladio Loizaga pela condução do MERCOSUL e pelo trabalho realizado ao longo deste semestre.

Aproveito, também, para desejar muito êxito ao meu amigo Chanceler Rodolfo Nin Novoa na condução dos trabalhos no próximo semestre.

Muito obrigado.

## ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR

### ENTRADA EM VIGOR DO ACORDO SOBRE O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NDB) 03/07/2015

O Governo brasileiro registra, com satisfação, na condição de depositário do Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), que foram cumpridos todos os requisitos referentes ao depósito dos instrumentos de aceitação, ratificação ou aprovação do Acordo, assinado em 15 de julho de 2014, na Cúpula de Fortaleza. O Acordo sobre o NDB entra em vigor a partir de hoje. Os signatários são, além do Brasil, a África do Sul, a China, a Índia e a Rússia, que compõem o BRICS.

O NDB mobilizará recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no

BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento. Trata-se de um mecanismo que tem por objetivo complementar os recursos de outros bancos multilaterais, regionais e nacionais de desenvolvimento, tendo em vista o hiato significativo de recursos destinados a projetos de

infraestrutura e desenvolvimento sustentável, e as crescentes demandas existentes por investimentos nessas áreas. O Banco representa uma contribuição concreta do BRICS aos desafios sistêmicos relacionados ao desenvolvimento internacional, especialmente no tocante à maior integração entre as economias emergentes e em desenvolvimento.

### Acordo Comercial Expandido Brasil-México – I Reunião Negociadora – Brasília, 7 e 8 de julho de 2015

Realizou-se, em Brasília, nos dias 7 e 8 de julho, a I Reunião Negociadora do Acordo Comercial Expandido Brasil-México, conforme acordado em comunicado presidencial conjunto, por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff ao México no dia 25 de maio. Representantes de ambos os países acordaram os parâmetros para a negociação de um Acordo Comercial Expandido.

O Acordo de Complementação Econômica N° 53 (Brasil-México) concede preferência tarifária a 12% das linhas tarifárias. As duas maiores economias da América Latina coincidiram que existem inúmeras oportunidades para ampliar o comércio, o que será explorado nas negociações ora iniciadas. Em 2014, o intercâmbio comercial de Brasil e México foi de US\$ 9 bilhões, dos quais

US\$ 4,1 bilhões somente no setor automotivo.

A II Reunião Negociadora do Acordo Comercial Expandido ocorrerá no México em outubro próximo.

Atos assinados por ocasião da VII Cúpula do BRICS – Ufá, Rússia, 9 de julho de 2015

1. ACORDO ENTRE OS GOVERNOS DOS ESTADOS MEMBROS DO BRICS SOBRE COOPERAÇÃO NA ÁREA DA CULTURA

2. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, O MINISTÉRIO DE ASSUNTOS EXTERIORES DA REPÚBLICA DA ÍNDIA, O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL SOBRE A CRIAÇÃO DE SÍTIO "WEB" CONJUNTO DO BRICS

ACORDO ENTRE OS GOVERNOS DOS ESTADOS MEMBROS DO BRICS SOBRE COOPERAÇÃO NA ÁREA DA CULTURA

Os Governos da República Federativa do Brasil, da Federação Russa, da República da Índia, da República Popular da China e da República da África do Sul (BRICS), doravante denominados "Partes",

Em conformidade com as Declarações aprovadas nas cúpulas do BRICS em Sanya, Nova Délhi, Durban e Fortaleza,

Cientes da importância da ampliação e do aprofundamento da cooperação na área da cultura,

Convencidos de que o diálogo cultural contribui para o progresso dos países e uma melhor compreensão entre as culturas, facilitando a aproximação entre os povos,

Confirmando o seu apego aos valores do BRICS com um espírito de abertura, inclusividade, igualdade, respeito pela diversidade cultural, respeito mútuo e compreensão entre os povos,

acordaram o seguinte:

#### Artigo 1

Em conformidade com este Acordo, legislação e política dos seus Estados, as Partes contribuirão para o desenvolvimento da cooperação e do intercâmbio cultural, inclusive a música, dança e coreografia, teatro, circo, arquivos, atividade editorial, bibliotecas e museus, patrimônio cultural, artes finas, decorativas e aplicadas, obras audiovisuais, assim

como em outras áreas de atividade artística previstas neste Acordo.

## Artigo 2

As Partes irão cooperar na formação e elevação da qualificação de especialistas em determinadas áreas da cultura e artes.

As Partes promoverão o intercâmbio de especialistas em pesquisa científica, pesquisadores universitários, peritos e estudantes no âmbito dos programas de interesse mútuo e encorajarão o desenvolvimento de programas conjuntos pelas instituições de cultura, arte e formação de respectivos especialistas das Partes.

As autoridades competentes das Partes procederão à troca de informações sobre as atividades culturais realizadas nos seus Estados, capazes de contribuir para o intercâmbio das experiências artísticas e científicas. As Partes encorajarão a participação dos seus representantes em tais atividades.

## Artigo 3

Em conformidade com as suas obrigações internacionais, legislação e política dos seus Estados, as Partes irão cooperar na prevenção da importação, exportação ou transmissão ilegais dos direitos de propriedade sobre os valores culturais dos seus Estados, assim como procederão à troca de respectivas informações.

## Artigo 4

As Partes reconhecem a contribuição do patrimônio cultural no desenvolvimento sustentável das

nações e irão colaborar no âmbito de respectivos programas. As Partes irão ampliar a cooperação nas áreas de proteção, salvaguarda, restauração, restituição e utilização de objetos do patrimônio cultural, assim como prestarão assistência e apoio mútuo na gestão do patrimônio cultural e na inscrição de sítios na Lista do Patrimônio Mundial.

Ademais, as Partes irão ampliar a cooperação nos domínios de proteção ou salvaguarda (consoante as normas constantes das Leis e Regulamentos dos Estados Partes), bem como de promoção do patrimônio cultural imaterial.

## Artigo 5

As Partes contribuirão para o desenvolvimento da cooperação na área audiovisual. As instituições e organizações nacionais dos Estados membros são encorajadas a:

- Organizar a exibição de obras audiovisuais e participação de profissionais da área audiovisual nas atividades internacionais, em conformidade com as normas e regulamentações das Partes;
- Participar em Projetos conjuntos que visam facilitar a produção conjunta e intercâmbio de obras audiovisuais.

## Artigo 6

As Partes contribuirão para o pleno desenvolvimento e ampliação da cooperação na área das expressões culturais populares e tradicionais, incluindo a organização das exposições e festivais, jornadas culturais

nacionais, festas populares tradicionais e apresentações de grupos de cultura tradicional no âmbito das atividades realizadas nos seus respectivos Estados.

#### Artigo 7

As Partes procederão a consultas e desenvolverão a cooperação nas áreas de interesse mútuo de conhecimentos tradicionais e expressões culturais, assim como os utilizarão em benefício de todos os países membros do BRICS.

#### Artigo 8

As Partes encorajarão o intercâmbio de grupos criativos juvenis e jovens atores para a sua participação em programas juvenis internacionais, encontros criativos, atividades a céu aberto e festivais juvenis de artes.

#### Artigo 9

Com vista a facilitar o entendimento mútuo e a cooperação intercultural, as Partes encorajarão o intercâmbio de cópias de documentos e materiais relacionados com a cultura, história e desenvolvimento social e político dos seus Estados.

#### Artigo 10

As Partes encorajarão a cooperação e o intercâmbio entre as bibliotecas e museus dos seus Estados, inclusive mediante a organização de exposições.

#### Artigo 11

As Partes encorajarão o intercâmbio e a cooperação nas áreas de poligrafia e atividade editorial, participação nas feiras internacionais do livro, tradução para as línguas das Partes e apoio da troca de visitas com participação do pessoal das editoras públicas e privadas.

#### Artigo 12

As Partes promoverão a cooperação e troca de experiências entre as agências dos setores cultural e educacional, trabalhando na área de indústria criativas consideradas como pilares do desenvolvimento sustentável, em especial no que se refere a pesquisas, monitoramento, sistemas informativos, apoio a negócios e empreendedorismo criativo, assim como à formação de profissionais e Elevação da sua qualificação.

#### Artigo 13

As condições concretas da organização das atividades (inclusive, as financeiras) são determinadas por via de consultas diretas entre as autoridades competentes das Partes.

#### Artigo 14

Quando necessário, as Partes podem desenvolver programas especiais de cooperação na área de artes, cultura e património cultural, bem como nas esferas relacionadas.

#### Artigo 15

O presente Acordo não afetará os direitos ou obrigações das Partes de participação nos programas de

intercâmbio cultural bilaterais ou outros multilaterais.

#### Artigo 16

Qualquer emenda a este Acordo será feita de comum acordo entre as Partes, formalizadas sob a forma de protocolo separado, que entrará em vigor conforme o procedimento previsto no artigo 21.

#### Artigo 17

Caso haja qualquer controvérsia entre as Partes relativa à interpretação e/ou aplicação do presente Acordo, as Partes irão procurar uma resolução amigável por via de negociações e consultas.

#### Artigo 18

A língua inglesa será o idioma de trabalho para a cooperação no marco da implementação deste Acordo.

#### Artigo 19

O presente Acordo não afetará os direitos ou obrigações de cada uma das Partes, decorrentes de outros Acordos internacionais de que os seus Estados são partes.

#### Artigo 20

Salvo se as Partes acordarem em contrário, a denúncia do presente Acordo não afetará a implementação dos programas ou atividades acordados antes da rescisão deste Acordo.

#### Artigo 21

O Governo da Federação Russa será o Depositário do presente Acordo.

O Acordo será celebrado por um prazo indeterminado e entrará em vigor na data de recebimento pelo Depositário da última notificação por escrito sobre o cumprimento por cada Parte signatária dos procedimentos legais internos, indispensáveis para a entrada em vigor do presente Acordo.

Qualquer Parte poderá se retirar deste Acordo, endereçando ao Depositário a notificação por escrito, o mais tardar três meses antes da data de retirada. O Depositário notificará todas as outras Partes sobre tal intenção, no prazo de 30 dias a contar do momento de recebimento da referida notificação. Tal retirada não afetará a implementação dos programas ou atividades acordados antes que a retirada tenha entrado em vigor. O Acordo permanecerá em vigor para as demais Partes.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, O MINISTÉRIO DE ASSUNTOS EXTERIORES DA REPÚBLICA DA ÍNDIA, O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL SOBRE A

## CRIAÇÃO DE SÍTIO "WEB" CONJUNTO DO BRICS

O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores da Federação da Rússia, o Ministério de Assuntos Exteriores da República da Índia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China e o Ministério das Relações Internacionais e Cooperação da República da África do Sul, doravante denominados "Partes",

Guiados pelo desejo de fortalecer a Cooperação abrangente entre os Estados Membros,

Buscando desenvolver relações entre os departamentos de política exterior dos Estados Membros,

Movidos pelo desejo de disseminar informações sobre os valores, objetivos e atividades práticas do BRICS para o público de nossos países bem como para a comunidade internacional,

Buscando usar tecnologias da Informação e da comunicação para aprofundar a cooperação entre os Estados Membros e suas populações, Dando seguimento aos Planos de Ação adotados nas Cúpulas do BRICS em Durban (2013) e em Fortaleza (2014),

As Partes registram o seu entendimento de cooperar da seguinte forma:

### 1. Criação de Sítio "Web"

As Partes criarão um sítio "web" conjunto para cobrir as atividades do

BRICS. O sítio "web" será um recurso "online" gratuito e público.

### 2. Objetivos da Criação do Sítio "Web"

O sítio "web" será criado para:

- disseminar informações sobre atividades relacionadas ao BRICS de um Estado que ocupe a presidência de turno do BRICS, inclusive as suas prioridades e o programa de sua presidência, informações sobre eventos passados e futuros da Presidência e discursos relacionados ao BRICS proferidos pelos líderes da Presidência de turno;

- fornecer informações sobre a participação de Estados Membros do BRICS e sobre eventos que organizam no âmbito do BRICS;

- disseminar informações sobre as atividades de empresas e organizações não-governamentais com vistas a promover os objetivos do BRICS;

- disseminar publicações da imprensa sobre atividades do BRICS;

- informar o público sobre a história do BRICS e decisões adotadas.

### 3. Estrutura do Sítio "Web"

O sítio "web" terá uma estrutura de módulos e incluirá:

- módulo da Presidência de turno do BRICS;

- módulo do Arquivo de Documentos Oficiais do BRICS;

– módulos nacionais dos Estados Membros do BRICS

– módulo das Notícias do BRICS;

– módulo das Publicações Científicas sobre o BRICS;

– outros módulos conforme acordado pelas Partes.

O módulo da Presidência de turno do BRICS será mantido no idioma oficial e em inglês. O módulo do Arquivo de Documentos Oficiais do BRICS conterà documentos ostensivos e será mantido pela Parte russa em russo, pela Parte brasileira em português, pela Parte chinesa em chinês, pela Parte indiana em hindí e pela Parte sul-africana em inglês.

Os módulos nacionais dos Estados Membros do BRICS serão mantidos pela respectiva Parte.

O módulo das Notícias do BRICS será mantido da mesma maneira que os nacionais.

O módulo sobre Publicações Científicas sobre o BRICS será mantido pelo Conselho de "Think Tanks" do BRICS.

Poderão haver outros módulos conforme acordado pelas Partes.

#### 4. Direitos das Partes

As Partes terão direito a:

– ter acesso desimpedido e pleno às informações publicadas no sítio "web" do BRICS, bem como às informações sobre o "software" do sítio "web";

– participar de forma igualitária para a resolução de questões relativas à gestão do sítio "web" do BRICS aplicando o princípio do consenso;

– disponibilizar informações relevantes que as Partes considerem necessárias em seus módulos nacionais do sítio "web" do BRICS, e no período de presidência do BRICS – no módulo da Presidência de turno.

#### 5. Responsabilidades das Partes

As Partes:

– assegurarão que o módulo da Presidência tenha conteúdo apropriado enquanto o Estado estiver na Presidência de turno do BRICS;

– manterão de forma adequada seus módulos nacionais, incluindo seu "software";

– disponibilizarão documentos oficiais e ostensivos em conexão com os eventos do BRICS nos respectivos idiomas nacionais no Arquivo de Documentos Oficiais do BRICS;

– tomarão as medidas necessárias para assegurar a segurança da informação para os módulos nacionais e o sítio "web" com um todo.

#### 6. Financiamento do Sítio "Web"

Cada Parte tenciona prover o financiamento, dentro dos recursos nacionais já existentes destinados a esta atividade, para apoiar o funcionamento do módulo nacional e para a disponibilização de toda a informação no idioma oficial do Estado Parte em cada módulo do sítio

"web" do BRICS. O módulo da Presidência será financiado pela Parte que ocupe a Presidência de turno do BRICS no respectivo ano. Além disso, esta Parte providenciará as traduções em inglês de toda a informação disponibilizada neste módulo.

#### 7. Gestão do Sítio "Web"

Para os propósitos de gerenciamento do sítio, a Parte criará um Conselho. O órgão abará representantes devidamente autorizados (um de cada Parte). As funções do Presidente do Conselho serão exercidas pelo representante da Presidência de turno do BRICS. Em seu trabalho, o Conselho será guiado pelo princípio do consenso. Suas competências incluirão a determinação das áreas de foco das atividades do sítio "web" no longo prazo e a resolução de questões relativas à sua operação. As decisões do Conselho serão tomadas por votação "in absentia". O Conselho se reunirá, preferencialmente, por teleconferência ou videoconferência.

Representantes de quaisquer das Partes poderão ser substituídos por outra pessoa devidamente autorizada. Não poderá haver mais do que um suplente. O Conselho deverá estar informado, tempestivamente e por escrito, de tais mudanças.

#### 8. Dispositivos Finais

O presente Memorando será aplicável a partir da data de sua assinatura.

O presente Memorando estará sujeito à revisão anual.

O presente Memorando será celebrado por prazo indeterminado, a não ser que qualquer das Partes dele se retire.

O presente Memorando não é um tratado internacional e não cria direitos e obrigações regidas pelo direito internacional.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA XLVIII CÚPULA DOS CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS – BRASÍLIA, 17 DE JULHO DE 2015

Acordo-Quadro de Associação entre o MERCOSUL e a República Cooperativista da Guiana [Português]

Acordo-Quadro de Associação entre o MERCOSUL e a República do Suriname [Português]

Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL [Português]

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DE ESTADO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À COLÔMBIA – BOGOTÁ, 9 DE OUTUBRO DE 2015

ATOS INTERNACIONAIS

I – ACORDO DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Objetivo: promover a cooperação entre as Partes com o fim de facilitar e promover o investimento mútuo, mediante o estabelecimento de um marco institucional para a gestão de uma agenda de cooperação e de facilitação de investimentos, bem como mecanismos para a mitigação de riscos e a prevenção de conflitos, entre outros instrumentos mutuamente acordados pelas Partes.

Signatários: pelo Brasil, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro; pela Colômbia, Ministra de Comércio, Indústria y Turismo, Cecilia Álvarez-Correa Glen

## II – ENTENDIMENTO SOBRE SETOR AUTOMOTIVO AO AMPARO DO ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº 59

Objetivo: promover o desenvolvimento da indústria automotriz e de seus setores associados, bem como promover o aumento do volume do comércio bilateral.

Signatários: pelo Brasil, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro; pela Colômbia, Ministra de Comércio, Indústria y Turismo, Cecilia Álvarez-Correa Glen

## III – MEMORANDO DE ENTENDIMENTO PARA A COOPERAÇÃO EM ASSUNTOS

## INDÍGENAS NA ZONA DE FRONTEIRA

Objetivo: o fortalecimento da cooperação binacional em assuntos indígenas na zona de fronteira entre as autoridades competentes do Brasil e da Colômbia.

Signatários: pelo Brasil, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira; pela Colômbia, Ministra das Relações Exteriores, María Ángela Holguín Cuéllar

## ATOS INTERINSTITUCIONAIS

### IV – MEMORANDO DE ENTENDIMENTO PARA PROMOÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISA ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL E O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA COLÔMBIA

Objetivo: cooperar com vistas à promoção de estudos e pesquisas e a realização de cooperação acadêmica em relações internacionais, política externa, história diplomática do Brasil e da Colômbia e outras áreas afins de interesse mútuo.

Signatários: pelo MRE, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira; pelo MRE colombiano, Ministra das Relações Exteriores, María Ángela Holguín Cuéllar

### V – MEMORANDO DE

ENTENDIMENTO SOBRE  
COOPERAÇÃO EM  
AGRICULTURA FAMILIAR

Objetivo: cooperar para construção de políticas públicas efetivas para o desenvolvimento do campo e da agricultura familiar.

Signatários: pelo lado brasileiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira; pelo lado colombiano, Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Aurelio Iragorri

Signatários: pelo MCTI, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera; pelo MINTIC, Ministro de Tecnologias de Informação e Comunicações, David Luna Sánchez

VI – CARTA DE INTENÇÕES DE  
COOPERAÇÃO EM TECNOLOGIAS  
DA INFORMAÇÃO E  
COMUNICAÇÃO ENTRE O MCTI E  
O MINISTERIO DE TECNOLOGÍAS  
DE LA INFORMACIÓN Y LAS  
COMUNICACIONES (MINTIC)

Objetivo: cooperar nas áreas de educação, pesquisa, desenvolvimento, transferência de tecnologia, treinamento de pessoal e intercâmbio de experiências no campo da Tecnologia da Informação e Comunicação.

## COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

### RESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES ENTRE CUBA E OS EUA 1/07/2015

O Governo brasileiro recebeu com satisfação o anúncio do restabelecimento de relações diplomáticas e da reabertura recíproca de Embaixadas entre Cuba e os Estados Unidos da América, a partir do próximo dia 20 de julho. Trata-se de passo importante no processo de normalização das relações entre dois países com os quais o Brasil mantém tradicionais e profundos vínculos de amizade e cooperação.

O Governo brasileiro cumprimenta os Governos de Cuba e dos Estados Unidos da América pela opção que fizeram pelo diálogo e por essa histórica decisão, que representa a superação de animosidades anacrônicas e traz efeitos potencialmente positivos para todo o continente americano.

### POSIÇÃO DO BRASIL SOBRE A RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A SITUAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NA SÍRIA 02/07/2015

O Brasil votou a favor do projeto de resolução sobre a situação dos direitos humanos na Síria adotado hoje, 2 de

julho, pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH).

O texto adotado, fruto de um minucioso e construtivo esforço negociador que contou com ativa participação brasileira, buscou aproximar posições e levar em conta preocupações de países que, como o Brasil, tinham problemas de fundo com o texto anterior. O resultado apresenta maior equilíbrio em comparação à resolução adotada na última sessão do CDH, em março último, o que permitiu o voto brasileiro favorável. No texto, estão contempladas a necessidade de buscar uma solução política para o conflito e a responsabilidade de todas as partes pelo respeito aos direitos humanos.

O Brasil vê com grande preocupação a persistência de graves violações de direitos humanos na Síria, país ao qual está ligado por laços forjados pela numerosa comunidade de origem síria que faz parte de sua população, e reitera seu firme apoio aos esforços do Representante Especial das Nações Unidas para a Síria, Staffan de Mistura, e também da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Síria, presidida pelo brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro.

Por meio de explicação de voto, o Brasil saudou “o reconhecimento da necessidade de uma solução política negociada para o conflito”, bem como “a responsabilidade primária das

autoridades sírias pela garantia dos direitos humanos do povo sírio, respeitando o direito humanitário internacional”. Ressaltou, igualmente, que a responsabilidade de vários grupos armados de oposição, incluindo o autodenominado “Estado Islâmico” e a Frente Al-Nusra, por graves violações de direitos humanos, não deve de modo algum ser minimizada, e que “todas as atrocidades e seus perpetradores devem ser condenados”.

O Governo brasileiro reafirma o seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, intolerância religiosa e uso de violência contra populações civis, qualquer que seja sua origem.

A delegação brasileira no CDH reiterou o compromisso do Brasil em apoiar “todos os esforços direcionados à construção de solução política para o conflito sírio, por meio de negociações transparentes, inclusivas e não sectárias” e conclamou todos as partes envolvidas a assumirem o compromisso de dialogar em boa-fé e “sem pré-condições”.

Na perspectiva brasileira, cabe ao CDH, em conformidade com as conclusões da Comissão Independente de Inquérito, encorajar a retomada das negociações em favor de uma transição política liderada pelos próprios sírios e respaldada pelas Nações Unidas, que preserve a integridade territorial e a soberania do país e conduza a uma paz sustentável e duradoura.

Desde 2011, além de receber expressivo número de refugiados sírios, o Brasil realizou importantes doações de alimentos, medicamentos e fundos para aliviar a situação

humanitária na Síria e em países vizinhos.

## VISITA DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA AUSTRÁLIA, JULIE BISHOP 03/07/2015

A Ministra dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Julie Bishop, realizará visita a Brasília em 3 de julho de 2015, ocasião em que manterá reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira. Os Ministros tratarão de temas da agenda bilateral, como cooperação educacional, científica e tecnológica, intercâmbio cultural e promoção do turismo e de investimentos, bem como de temas regionais e multilaterais, como abolição global da pena de morte, reforma das Nações Unidas, mudança do clima e objetivos de desenvolvimento sustentável.

Brasil e Austrália celebram, em 2015, o 70º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas. Os dois países tornaram-se fortes aliados na defesa de interesses comuns em fóruns multilaterais, a exemplo de seus esforços conjuntos pela liberalização do comércio agrícola. Dois dos maiores exportadores mundiais de produtos agrícolas, integram o Grupo de Cairns nas negociações na OMC.

Os vínculos bilaterais têm crescido rapidamente. Em junho de 2012, Brasil e Austrália decidiram elevar seu relacionamento ao status de parceria estratégica. Em novembro de 2014, a Presidenta Dilma Rousseff realizou a

primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à Austrália.

Entre os setores que se destacam nas relações bilaterais está a cooperação educacional. Os brasileiros representam o sétimo maior contingente de estudantes estrangeiros na Austrália, o único de nacionalidade não asiática a figurar entre os dez maiores países de origem. A Ministra Julie Bishop assinará com o Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, Memorando de Entendimento em Educação, Pesquisa e Formação Profissional.

Entre março e maio de 2016, será realizado o “Ano da Austrália no Brasil”, com atividades relacionadas a artes visuais, dança, música e cultura aborígene nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Salvador.

## ADOÇÃO DA RESOLUÇÃO SOBRE A INCOMPATIBILIDADE ENTRE DEMOCRACIA E RACISMO 03/07/2015

O Governo brasileiro registra, com satisfação, a adoção em 2 de julho, por consenso, pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), em Genebra, de resolução de iniciativa do Brasil sobre a "Incompatibilidade entre democracia e racismo". A resolução reafirma que o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e intolerâncias correlatas violam os direitos humanos e são incompatíveis

com a democracia, o Estado de Direito e uma governança transparente e confiável. A resolução também determina a realização, em março de 2016, de painel sobre o tema, visando à identificação dos desafios e das boas práticas existentes.

A adoção do texto insere-se no contexto da implementação do programa de atividades da Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024) e dos esforços para conferir efetividade à Declaração e ao Plano de Ação de Durban, adotados durante a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas (2001); ao Documento Final da Conferência de Revisão de Durban (2009); e à Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

O Brasil, que possui grande diversidade étnica e racial, incluindo a maior população afrodescendente do mundo, reitera seu compromisso com a promoção da igualdade racial em todas as esferas da vida pública e privada.

## NOTA DE ESCLARECIMENTO 07/07/2015

O Ministério das Relações Exteriores rejeita categoricamente a acusação, veiculada na edição de hoje do jornal "O Globo", de que a Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, Haiti, exija de solicitantes de visto pagamento de taxas indevidas ou qualquer tipo de "propina", como veiculado na matéria.

Desde a adoção da Resolução Normativa nº 97 do Conselho Nacional de Imigração/CNIg, de janeiro de 2012, que implementou política migratória especial, de caráter humanitário, para nacionais do Haiti, foram concedidos, pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, mais de 16 mil vistos permanentes para haitianos. O único pagamento requerido aos solicitantes desse visto diz respeito aos emolumentos consulares, cujo valor, atualmente fixado em 200 dólares, é pago via depósito bancário feito diretamente na conta da Embaixada. A Embaixada não cobra qualquer taxa de urgência, ou qualquer outro valor, a qualquer título.

Denúncias semelhantes, sempre sem provas contra a Embaixada, são frequentes desde 2012, como foi salientado à profissional daquele jornal em resposta à sua consulta. Cabe salientar que o processo da migração haitiana para o Brasil é marcado por intensa ação de grupos criminosos organizados de traficantes de migrantes (os chamados "coiotes"), que buscam aliciar nacionais haitianos com base, entre outros meios, em acusações de corrupção contra funcionários da Embaixada. Esses grupos exigem taxas indevidas com o objetivo de supostamente facilitar a obtenção de visto para o Brasil ou de afastar os solicitantes da Embaixada a fim de induzi-los a recorrer a vias irregulares de migração. Os denunciadores que constam na matéria claramente não distinguem entre funcionários do quadro do Serviço Exterior Brasileiro, funcionários locais e pessoas que não trabalham na Embaixada, mas se apresentam como funcionários da Missão Diplomática

brasileira. Como resultado, os demandantes de visto frequentemente terminam como vítimas das quadrilhas de atravessadores que agem no entorno do setor consular, fora da área de jurisdição da Embaixada. A Embaixada em Porto Príncipe busca, sempre que possível, orientar os interessados a não contratar tais serviços e a não acreditar nas promessas de facilitação.

Essa nova acusação infundada ocorre em momento no qual o MRE envida grandes esforços para ampliar sua capacidade de emissão de vistos naquela capital, tendo já logrado reduzir significativamente o tempo de espera e incrementado significativamente a emissão dos vistos permanentes humanitários, hoje já em torno de 1700 vistos por mês. Uma vez implementado o contrato com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), com vistas à prestação de serviços pré-consulares voltados exclusivamente aos demandantes dos vistos humanitários (atendimento ao público, orientação, preenchimento de formulários eletrônicos e compilação de documentos), estima-se que a Embaixada no Haiti estará em condições de conceder mais de 2 mil vistos por mês.

O Ministério das Relações Exteriores apurará as denúncias com rigor e tomará as medidas pertinentes no âmbito judicial contra acusações baseadas em falsos testemunhos, que lançam dúvidas infundadas ou condenações injustas contra funcionários do seu Quadro Permanente ou contratados locais em Porto-Príncipe. O testemunho que

pode ser dado sobre o trabalho desses funcionários é o de uma intensa dedicação a suas funções, em uma situação de extrema pressão, sempre com elevado espírito público e humanitário, espírito esse que vem permitindo que milhares de haitianos emigrem para o Brasil em situação legal e sem submeter-se à exploração de "coiotes" ou aos riscos de segurança e saúde impostos pela imigração ilegal.

#### 40º ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA DE CABO VERDE 07/07/2015

A República de Cabo Verde celebrou, em 5 de julho corrente, o 40º aniversário de sua independência. Nas comemorações em Praia, o Governo brasileiro fez-se representar por seu Embaixador naquela capital.

Cabo Verde está presente na história brasileira desde seu início. Ao longo dos últimos anos, o relacionamento entre os dois países tem-se intensificado de forma notável. Estabelecidas já em 1975, logo após a independência cabo-verdiana, as relações bilaterais englobam as mais diversas áreas, da coordenação política à cooperação técnica, passando pelos domínios da defesa, do comércio e dos investimentos.

O Governo brasileiro congratula o Governo e o povo cabo-verdianos pela passagem dessa auspiciosa data e reafirma o desejo de que o relacionamento bilateral se torne ainda mais dinâmico e profundo, com vistas

à consecução dos seus objetivos mútuos de paz, desenvolvimento e prosperidade.

#### PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA NA VII CÚPULA DO BRICS – UFÁ, RÚSSIA, 8 E 9 DE JULHO DE 2015 07/07/2015

A Presidenta Dilma Rousseff participará, nos dias 8 e 9 de julho, em Ufá, na Rússia, da VII Cúpula do BRICS.

Com a entrada em vigor do Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento no último dia 3 de julho, os líderes dos BRICS terão a oportunidade de discutir sua visão para a nova instituição, voltada para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. A Cúpula contará com a participação do Presidente do Banco, o indiano K. V. Kamath, eleito hoje na primeira reunião do Conselho de Governadores do Banco, realizada em Moscou.

Os líderes terão igualmente a oportunidade de discutir a implementação do Arranjo Contingente de Reservas do BRICS, cujo Tratado constitutivo entra em vigor no próximo dia 30 de julho. Naquela data, tendo em vista os trabalhos preparatórios já realizados, o Arranjo estará plenamente operacional.

Entre outros resultados, a Cúpula de Ufá adotará o documento "Estratégia para uma Parceria Econômica do BRICS". Trata-se de um roteiro para o fortalecimento da cooperação entre os

países do BRICS nas áreas econômica e comercial. A Estratégia prevê atividades consideradas prioritárias entre os BRICS em temas como comércio, investimento, energia, mineração, agricultura, cooperação financeira, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, turismo e mobilidade laboral. Também deverão ser assinados acordos de cooperação cultural e para a criação do sítio eletrônico conjunto do BRICS.

Dando continuidade à cooperação entre os cinco bancos de desenvolvimento dos países do BRICS, deverá ser assinado entre eles um Acordo para promover a interação dessas instituições com o recém-criado Novo Banco de Desenvolvimento.

Na vertente de relacionamento externo do BRICS, os líderes dos cinco países manterão, no dia 9, encontro com os líderes de países membros e observadores da Organização para Cooperação de Xangai e da União Econômica Eurasiática, além do Turcomenistão.

Os países do BRICS representam, hoje, 22% do PIB mundial. Em 2014, foram responsáveis por mais de 40% do crescimento da economia mundial.

O volume de comércio entre os países do BRICS saltou, entre 2005 e 2014, de 72 bilhões para 297 bilhões de dólares, um incremento de 311%, muito acima, portanto, do crescimento do comércio mundial, de 80%, no mesmo período. Os países do BRICS dobraram a sua participação no comércio desde 2001, representando, hoje, 18% do comércio global.

## AGRÉMENT AO EMBAIXADOS DO BRASIL NO URUGUAI 08/07/2015

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República Oriental do Uruguai concedeu agrément a Hadil Fontes da Rocha Vianna como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

## VIAGEM DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA À ITÁLIA – ROMA E MILÃO, 10 E 11 DE JULHO DE 2015 09/07/2015

A Presidenta Dilma Rousseff realizará visita oficial à Itália nos dias 10 e 11 de julho próximo. Em Roma, no dia 10, manterá encontros com o Presidente da República Italiana, Sergio Mattarella, e com o Presidente do Conselho de Ministros, Matteo Renzi. No dia 11, a Presidenta Dilma Rousseff visitará o Pavilhão brasileiro na EXPO 2015, em Milão.

Será o primeiro encontro oficial da Presidenta da República com o Presidente Sergio Mattarella e com o Primeiro-Ministro Matteo Renzi. Nas reuniões, serão discutidos os principais temas da agenda bilateral, como comércio, investimentos, defesa,

educação e fortalecimento das parcerias na área de pequenas e médias empresas. Os encontros permitirão, ainda, aprofundar o exame de questões multilaterais, como as negociações sobre mudança do clima e os desafios à paz e à segurança internacionais. A Itália é Parceira Estratégica do Brasil desde 2007.

A EXPO Milão, cujo tema é "Alimentar o Planeta – Energia para a Vida", busca discutir questões relativas à alimentação e à nutrição. O Governo brasileiro participa com pavilhão que tem por objetivo divulgar a capacidade tecnológica do Brasil de ampliar a produção de alimentos e de ajudar a atender às demandas mundiais de forma sustentável.

Em 2014, a Itália foi um dos dez principais parceiros comerciais do Brasil. Com mais de 1.200 empresas atuando no território brasileiro, também figura entre os dez principais países que mais investem no País. O Brasil também possui importantes investimentos na Itália, concentrados nos setores bancário, alimentício, de transporte aéreo, de processamento de couros, de comunicações, de compressores para refrigeração e de comercialização de calçados. Cerca de 30 milhões de brasileiros têm origem italiana, e há, na Itália, expressiva comunidade de origem brasileira.

De 2008 a 2014, o fluxo de comércio cresceu cerca de 10%, passando de US\$ 9,38 bilhões para US\$ 10,33 bilhões. De janeiro a maio de 2015, a corrente de comércio entre os dois países alcançou US\$ 3,47 bilhões.

## VII CÚPULA DO BRICS – DECLARAÇÃO DE UFÁ, RÚSSIA, 9 DE JULHO DE 2015 09/07/2015

1. Nós, os líderes da República Federativa do Brasil, da Federação da Rússia, da República da Índia, da República Popular da China e da República da África do Sul, reunimo-nos em 9 de julho de 2015, em Ufá, Rússia, na Sétima Cúpula do BRICS, realizada sob o tema “Parceria BRICS – Um Fator Pujante de Desenvolvimento Global”. Discutimos questões de interesse comum a respeito da agenda internacional, bem como prioridades fundamentais para fortalecer e ampliar ainda mais nossa cooperação intra-BRICS. Enfatizamos a importância de fortalecer a solidariedade e a cooperação, e decidimos aprimorar ainda mais nossa parceira estratégica com base nos princípios de abertura, solidariedade, igualdade, entendimento mútuo, inclusão e cooperação mutuamente benéfica. Concordamos em intensificar os esforços coordenados para responder a desafios emergentes, garantir a paz e a segurança, promover o desenvolvimento de maneira sustentável, enfrentando os desafios da erradicação da pobreza, da desigualdade e do desemprego, em benefício de nossos povos e da comunidade internacional. Confirmamos nossa intenção de ampliar ainda mais o papel coletivo de nossos países em assuntos internacionais.

2. Saudamos o progresso substantivo alcançado desde a Cúpula de Fortaleza, em 15 de julho de 2014, ao longo da Presidência de turno brasileira do BRICS, especialmente o estabelecimento das instituições financeiras do BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR). A Cúpula de Ufá marca sua entrada em vigor. Ampliamos também nossa cooperação nos campos político, econômico e social e reafirmamos nosso foco no fortalecimento de nossa parceria.

3. Visando à consolidação de nosso crescente engajamento com outros países, em particular países em desenvolvimento e economias emergentes de mercado, bem como com instituições internacionais e regionais, realizaremos uma reunião com os Chefes de Estado e de Governo dos países da União Econômica Eurasiática e da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), bem como os Chefes de Estados observadores da OCX. Os participantes dessa reunião compartilham várias questões de interesse mútuo, o que estabelece um fundamento sólido para lançar um diálogo amplo e mutuamente benéfico. Continuamos todos comprometidos com a defesa dos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional e empenhamo-nos para alcançar crescimento econômico sustentável por meio da cooperação internacional e do uso aprimorado de mecanismos de integração regional, de modo a melhorar o bem-estar e a prosperidade de nossos povos.

4. Em nosso encontro, enfatizamos que o ano de 2015 marca o 70º Aniversário da Fundação das Nações Unidas. Reafirmamos nosso forte compromisso com as Nações Unidas, enquanto organização universal multilateral incumbida do mandato de ajudar a comunidade internacional a preservar a paz e a segurança internacionais, impulsionar o desenvolvimento global e promover e proteger os direitos humanos. A ONU desfruta de composição universal e tem um papel central nos assuntos globais e no multilateralismo. Afirmamos a necessidade de abordagens multilaterais abrangentes, transparentes e eficazes para enfrentar desafios globais. A esse respeito, ressaltamos o papel central das Nações Unidas nos esforços em curso para encontrar soluções comuns para tais desafios. Expressamos nossa intenção de contribuir para salvaguardar uma ordem internacional justa e equitativa, baseada nos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas, e de valer-nos plenamente do potencial da Organização como fórum para um debate aberto e honesto, bem como para coordenação da política global a fim de prevenir guerras e conflitos e promover o progresso e o desenvolvimento da humanidade. Recordamos o Documento Final da Cúpula Mundial de 2005 e reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, inclusive de seu Conselho de Segurança, com vistas a torná-lo mais representativo e eficiente, de modo que possa responder melhor aos desafios globais. China e Rússia reiteram a importância que atribuem ao status e papel de Brasil, Índia e África do Sul em assuntos internacionais e apoiam

sua aspiração de desempenhar um papel maior nas Nações Unidas.

5. O ano de 2015 marca também o 70º Aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial. Prestamos homenagem a todos aqueles que lutaram contra o fascismo e o militarismo e pela liberdade das nações. Ficamos encorajados com a adoção por consenso pela Assembleia Geral da resolução 69/267, intitulada "Septuagésimo Aniversário do Fim da Segunda Guerra Mundial". Saudamos que, em conformidade com essa resolução, a Assembleia Geral tenha realizado uma reunião solene especial, em 5 de maio, em memória a todas as vítimas da guerra. Expressamos nosso compromisso em rejeitar resolutamente as contínuas tentativas de distorcer os resultados da Segunda Guerra Mundial. Ao recordar o flagelo da guerra, destacamos que é nosso dever comum construir um futuro de paz e desenvolvimento.

6. Assinalamos que a coexistência pacífica entre as nações é impossível sem a aplicação universal, escrupulosa e coerente dos princípios e normas amplamente reconhecidos do direito internacional. A violação de seus princípios fundamentais resulta na criação de situações que ameaçam a paz e a segurança internacionais.

Insistimos que o direito internacional provê ferramentas para a realização da justiça internacional, com base nos princípios da boa fé e da igualdade soberana. Enfatizamos a necessidade da adesão universal aos princípios e normas de direito internacional em sua inter-relação e integridade, descartando o recurso a "critérios duplos" e

evitando que os interesses de alguns países sejam colocados acima dos de outros.

Reafirmamos nosso compromisso com o cumprimento rigoroso dos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e na Declaração de 1970 sobre Princípios de Direito Internacional relativos às Relações de Amizade e Cooperação entre os Estados em conformidade com a Carta das Nações Unidas.

Continuaremos a aprimorar ainda mais a nossa cooperação para defender interesses comuns no respeito e na defesa do direito internacional com base na Carta da ONU.

7. Notamos o caráter global das ameaças e desafios atuais de segurança e expressamos nosso apoio aos esforços internacionais para enfrentar esses desafios de uma maneira que proporcione segurança equitativa e indivisível para todos os Estados, por meio do respeito ao direito internacional e dos princípios da Carta das Nações Unidas.

Continuaremos nossos esforços conjuntos na coordenação de posições sobre interesses compartilhados a respeito de questões de paz e de segurança globais para o bem-estar comum da humanidade. Ressaltamos nosso compromisso com a solução pacífica e sustentável de controvérsias, de acordo com os princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas.

8. Condenamos intervenções militares unilaterais e sanções econômicas em violação ao direito internacional e a normas universalmente reconhecidas

das relações internacionais. Tendo isso em mente, enfatizamos a importância singular da natureza indivisível da segurança, e que nenhum Estado deve fortalecer a sua segurança à custa da segurança de outros.

9. Recordamos que desenvolvimento e segurança estão estreitamente interligados, reforçam-se mutuamente e são fundamentais para a consecução da paz sustentável. Reiteramos nossa visão de que o estabelecimento de uma paz sustentável requer uma abordagem abrangente, concertada e determinada, baseada na confiança e no benefício mútuos, na equidade e na cooperação.

10. Reafirmamos a intenção de fortalecer o princípio da cooperação equitativa e mutuamente respeitosa dos Estados soberanos como a pedra angular das atividades internacionais para promover e proteger os direitos humanos. Continuaremos a tratar todos os direitos humanos – civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, bem como o direito ao desenvolvimento – na mesma medida e a dar igual atenção a todos. Faremos todos os esforços para apoiar o diálogo construtivo e não politizado sobre direitos humanos em todos os foros internacionais relevantes, inclusive nas Nações Unidas.

No âmbito das instituições de direitos humanos da ONU, inclusive o Conselho de Direitos Humanos e a Terceira Comissão da Assembleia Geral da ONU, fortaleceremos a coordenação de nossas posições nos assuntos de interesse mútuo. Apoiaremos a revisão periódica universal realizada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU e

contribuiremos construtivamente para os seus trabalhos.

11. A recuperação global continua, apesar de o crescimento permanecer frágil, com consideráveis divergências entre países e regiões. Nesse contexto, mercados emergentes e países em desenvolvimento continuam a ser os principais motores do crescimento mundial. Reformas estruturais, ajustes domésticos e a promoção da inovação são importantes para o crescimento sustentável e dão uma contribuição robusta e sustentável à economia mundial. Notamos os sinais de melhoramento das perspectivas de crescimento em algumas economias avançadas importantes. Contudo, os riscos persistem para a economia global. Os desafios estão relacionados a dívida pública e desemprego elevados, pobreza e desigualdade, investimentos e comércio mais baixos, taxas de juros reais negativas combinadas com sinais de inflação baixa prolongada em economias avançadas. Continuamos preocupados com a potencial repercussão dos efeitos das políticas monetárias não convencionais das economias avançadas, que poderia causar volatilidade perturbadora de taxas de câmbio, preços de ativos e fluxos de capital. Conclamamos todas as economias avançadas a fortalecer seu diálogo político e coordenação no contexto do G20 para a redução de potenciais riscos. É importante fortalecer o marco da cooperação financeira internacional, inclusive por meio de instrumentos tais como linhas de swap, para mitigar os impactos negativos da divergência na política monetária de países emissores de moedas de reserva.

12. Expressamos apoio ao desenvolvimento da cooperação econômica orientada para a ação e o fortalecimento sistemático da parceria econômica para a recuperação da economia global, resistindo ao protecionismo, promovendo empregos qualificados e produtivos, reduzindo os possíveis riscos do mercado financeiro internacional e fortalecendo o crescimento sustentável.

Estamos convencidos de que esforços adicionais para coordenar políticas macroeconômicas entre todas as principais economias continuam sendo um pré-requisito importante para a recuperação rápida e sustentável da economia global. Também trabalhamos para facilitar vínculos entre mercados, crescimento robusto e uma economia mundial inclusiva e aberta, caracterizada pela distribuição eficiente de recursos, movimentação livre de capital, trabalho e bens, e uma concorrência justa e eficientemente regulada.

13. Políticas macroeconômicas sólidas, mercados financeiros regulados de forma eficiente e níveis robustos de reservas têm permitido que as economias dos BRICS lidassem melhor com os riscos e repercussões apresentadas pelas condições econômicas globais desafiadoras nos últimos anos. Nesse contexto, as economias dos BRICS estão tomando as medidas necessárias para assegurar o crescimento econômico, manter a estabilidade financeira e acelerar as reformas estruturais. Continuaremos também a trabalhar para intensificar nossa cooperação financeira e econômica, inclusive no âmbito do Novo Banco de Desenvolvimento e do

Arranjo Contingente de Reservas do BRICS, para apoiarmo-nos nas nossas sinergias.

Saudamos e apoiamos a criação de uma plataforma de discussão conjunta para cooperação comercial entre os países do BRICS por meio do diálogo aprimorado entre as Agências de Crédito às Exportações dos BRICS, quais sejam: ABGF, ECGC, ECIC SA, EXIAR e SINOSURE. Especificamente, os países do BRICS acordaram estabelecer uma reunião anual de Agências de Crédito à Exportação dos BRICS com o propósito de explorar oportunidades para cooperação e ação conjunta futura para a promoção de exportações entre os BRICS e para outros países. A reunião inaugural nesse novo formato teve lugar à margem da Cúpula de Ufá.

14. Reafirmamos o papel importante desempenhado pelo Mecanismo de Cooperação Interbancária do BRICS na expansão da cooperação financeira e sobre investimentos dos países do BRICS. Apreciamos os esforços realizados pelos bancos membros para explorar o potencial de inovação do BRICS. Saudamos a assinatura do “Memorando de Entendimento sobre a Cooperação com o Novo Banco de Desenvolvimento” entre nossos respectivos bancos/instituições nacionais de desenvolvimento.

15. Saudamos a entrada em vigor do Acordo do Novo Banco de Desenvolvimento assinado na VI Cúpula do BRICS em Fortaleza. Saudamos igualmente a reunião inaugural do Conselho de Governadores do NBD, realizada na véspera da Cúpula de Ufá e presidida

pela Rússia, bem como os trabalhos realizados pelo Conselho Interino de Diretores e o Pre-Management Group visando ao lançamento do Banco o quanto antes. Reiteramos que o NBD servirá como instrumento pujante para o financiamento de investimentos em infraestrutura e dos projetos de desenvolvimento sustentável nos BRICS e outros países em desenvolvimento e economias emergentes de mercado e para aprimorar a cooperação econômica entre nossos países. Esperamos que o NBD aprove os seus primeiros projetos de investimento no início de 2016. Acolhemos a proposta de que o NBD coopere estreitamente com os mecanismos de financiamento novos e existentes, inclusive o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura.

16. Saudamos a conclusão do processo de ratificação do Tratado para Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS e a sua entrada em vigor. Também saudamos a assinatura do Acordo entre Bancos Centrais do BRICS, que estabelece parâmetros técnicos para as operações no âmbito do ACR do BRICS. Vemos a criação do ACR do BRICS, permitindo que seus membros forneçam apoio financeiro recíproco, como um passo importante na cooperação financeira de nossos países. Ademais, esse novo mecanismo é uma contribuição valiosa para a rede de segurança financeira global.

17. A Estratégia para uma Parceria Econômica do BRICS, que adotamos hoje, será a diretriz central para expandir o comércio e investimento, a cooperação energética, agrícola, industrial e em processamento de

minérios, a cooperação em ciência, tecnologia e inovação, a cooperação financeira, a conectividade e a cooperação em TICs entre nossos países. Instruímos os Ministérios relevantes e agências relacionadas de nossos Estados a tomar medidas práticas para a implementação eficiente dessa Estratégia. Ressaltamos o importante papel do Novo Banco de Desenvolvimento, do Mecanismo de Cooperação Interbancária do BRICS, do Conselho Empresarial do BRICS, do Foro Empresarial do BRICS e do Conselho de "Think Tanks" do BRICS para a implementação dessa Estratégia. Instruímos, também, nossos Ministros/Sherpas a verificar a viabilidade do desenvolvimento de um mapa do caminho para a cooperação econômica, comercial e de investimentos dos BRICS para o período até 2020.

18. Daremos continuidade às nossas consultas e coordenação sobre a agenda do G20, especialmente nos assuntos de interesse mútuo dos países do BRICS. Continuaremos, também, a trabalhar para imprimir atenção maior aos assuntos da agenda do G20 que são priorizados pelos países em desenvolvimento e mercados emergentes, tais como a coordenação de políticas macroeconômicas sob o Marco do G20 para o Crescimento Forte, Sustentável e Equilibrado, a contenção dos efeitos de transbordamento, o apoio às atividades econômicas, assim como a superação de lacunas causadas pelos impactos transfronteiriços da reforma da regulamentação financeira global, adaptação às novas regras introduzidas pelo Plano de Ação para o Combate à Erosão da Base Tributária e à

Transferência de Lucros (BEPS) e o Padrão Comum de Relatório para a Troca Automática de Informações Tributárias (AEOI). Continuaremos a instar por consultas mais abrangentes e aprofundadas do G20 com países de menor renda sobre recomendações de políticas do G20 que tenham impacto sobre eles.

Os líderes do Brasil, Rússia, Índia e África do Sul saúdam e apoiam a vindoura presidência da China no G20. O BRICS trabalhará de forma estreita com todos os membros para elevar o crescimento global, fortalecer a Arquitetura Financeira Internacional e consolidar o papel do G20 como o foro principal para cooperação internacional financeira e econômica.

19. Continuamos profundamente desapontados com o fracasso prolongado dos Estados Unidos em ratificar o pacote de reformas do FMI de 2010, que continua a minar a credibilidade, eficácia e legitimidade do FMI. Isso impede o aumento dos recursos da instituição oriundos das cotas bem como a revisão das cotas e do poder de voto em favor dos países em desenvolvimento e de mercados emergentes conforme acordado pela imensa maioria de membros, incluindo os Estados Unidos, em 2010. Esperamos que os Estados Unidos ratifiquem as reformas de 2010 até meados de setembro de 2015 conforme acordado no FMI. Enquanto isso, estamos preparados para trabalhar em medidas intermediárias na medida em que alcancem resultados equivalentes aos níveis acordados como parte da 14ª Revisão Geral de Cotas. Reafirmamos nosso compromisso em manter um FMI forte, dotado de recursos e

baseado em cotas, e, a esse respeito, instamos outros Membros a continuar o processo de reforma por meio da 15ª Revisão Geral de Cotas sem atraso.

20. Compartilhamos as preocupações a respeito dos desafios da reestruturação das dívidas soberanas. As reestruturações de dívidas têm sido muito lentas e tardias, fracassando assim em reestabelecer sustentabilidade de dívida e acesso a mercados de maneira durável. O gerenciamento de reestruturações de dívidas soberanas deve ser aprimorado para o benefício tanto de credores quanto de devedores. Saudamos as discussões atuais nas Nações Unidas sobre o aprimoramento dos processos de reestruturação de dívidas soberanas, bem como o trabalho atual para fortalecer a abordagem contratual de modo a garantir reestruturações mais ordenadas e tempestivas. Enfatizamos a importância de enfrentar esses desafios e clamamos todos os membros do G20, bem como as instituições financeiras internacionais a participar ativamente desses processos.

21. Tomamos parte da celebração do vigésimo aniversário da Organização Mundial de Comércio (OMC) e reafirmamos nosso apoio à atuação conjunta para fortalecer um sistema de comércio multilateral aberto, transparente, não discriminatório e baseado em regras, conforme consubstanciado na OMC. Saudamos o fato de que o Quênia sediará 10ª Conferência Ministerial da OMC (MC10), em Nairóbi, 15 a 18 de dezembro de 2015.

Ressaltamos a centralidade da OMC como a instituição que define as

normas multilaterais do comércio. Notamos a importância de acordos comerciais bilaterais, regionais e plurilaterais e encorajamos as partes negociadoras de tais acordos a cumprir com os princípios de transparência, inclusão e compatibilidade com as normas da OMC de modo a garantir que contribuam para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio.

22. Reafirmamos o papel da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) como um órgão da ONU com um mandato para considerar questões interconectadas de comércio, investimentos, finanças e tecnologias relacionadas ao desenvolvimento. Conclamamos a UNCTAD a cumprir seu mandato de desenvolvimento por meio da implementação mais ativa de programas de cooperação técnica e facilitação de diálogo sobre políticas, bem como por meio da pesquisa e capacitação. Esperamos um resultado exitoso da UNCTAD XIV.

23. Aplaudimos o progresso na implementação do Marco do BRICS de Cooperação em Comércio e Investimentos. Acolhemos o Marco para Cooperação dos BRICS em Comércio Eletrônico como uma ferramenta para promover iniciativas correntes e futuras com vistas a construir uma parceria econômica mais estreita nessa esfera. Instruímos nossos Ministros a continuar a explorar meios e medidas para fortalecer a nossa cooperação sobre comércio eletrônico.

Acolhemos a Iniciativa sobre Fortalecimento de Cooperação em Direitos de Propriedade Intelectual entre os países do BRICS. Apoiamos

os esforços voltados ao estabelecimento e aprimoramento de mecanismos de cooperação em áreas tais como o apoio a pequenas e médias empresas, promoção comercial, compartilhamento de experiências em projetos de “single window”, entre outros, e orientamos funcionários a identificar atividades concretas nessas áreas.

24. Reconhecemos o potencial para expandir o uso de nossas moedas nacionais nas transações entre os países do BRICS. Pedimos às autoridades relevantes dos países do BRICS a continuar a discutir a viabilidade de um uso mais amplo de moedas nacionais no comércio mútuo.

25. Seguiremos nossos esforços conjuntos visando ao aprimoramento e aplicação de políticas de defesa da concorrência.

Como importantes mercados emergentes e países em desenvolvimento, os BRICS deparam-se com problemas e desafios muito semelhantes em termos de desenvolvimento econômico e concorrência leal. Afigura-se importante fortalecer a coordenação e a cooperação entre agências de defesa da concorrência do BRICS.

Tendo isso em consideração, atribuímos grande importância ao desenvolvimento de mecanismo, preferencialmente por meio de Memorando de Entendimento conjunto entre os países do BRICS, para estudar questões de defesa da concorrência com ênfase especial em setores econômicos socialmente importantes. O mecanismo proposto pode facilitar a

cooperação sobre o direito da concorrência e sua aplicação.

Saudamos os esforços de nossas agências relevantes para criar condições para a competição leal no setor farmacêutico.

26. Os países do BRICS reafirmam seu compromisso em participar do desenvolvimento de padrões internacionais de tributação internacional e cooperação para combater a erosão da base tributável e a transferência de recursos, bem como em fortalecer mecanismos para garantir a transparência tributária e o intercâmbio de informações para propósitos tributários.

Continuamos profundamente preocupados com o impacto negativo da evasão fiscal, práticas nocivas e planejamento fiscal agressivo, que causam erosão na base tributável. Os lucros devem ser tributados onde as atividades econômicas que geram os lucros são executadas e onde se cria valor. Reafirmamos nosso compromisso de continuar a cooperar nos foros internacionais relevantes em questões relacionadas ao Plano de Ação para o Combate à Erosão da Base Tributária e à Transferência de Lucros (BEPS) e à Troca Automática de Informações Tributárias (AEOI) do G20/OECD. Estamos engajados na assistência a países em desenvolvimento para fortalecer sua capacidade de administração tributária e em promover um engajamento mais profundo de países em desenvolvimento no projeto do BEPS e no intercâmbio de informações tributárias. Os países do BRICS

compartilharão conhecimento e melhores práticas em tributação.

27. Reiteramos nossa firme condenação ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações e enfatizamos que não pode haver justificativa, de qualquer espécie, para quaisquer atos de terrorismo, seja baseada em justificativas ideológicas, religiosas, políticas, étnicas, raciais ou quaisquer outras.

Estamos determinados a fortalecer, de forma consistente, nossa cooperação na prevenção e combate ao terrorismo internacional. Enfatizamos que a ONU tem papel central na coordenação de ações internacionais contra o terrorismo, que devem ser conduzidas de acordo com o direito internacional, inclusive a Carta da ONU, o direito internacional humanitário e dos refugiados, os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Acreditamos que ameaças terroristas podem ser enfrentadas eficazmente por meio de uma implementação abrangente pelos Estados e pela comunidade internacional de todos os seus compromissos e obrigações oriundos de todas as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU e da Estratégia Global Contraterrorismo. Conclamamos todos os Estados e a comunidade internacional a aderirem aos seus compromissos e obrigações e, a esse respeito, resistir a abordagens políticas e de aplicação seletiva.

Os países do BRICS reafirmam seu compromisso com os Padrões Internacionais de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do

Terrorismo & Proliferação, do Grupo de Ação Financeira (GAFI).

Buscaremos intensificar nossa cooperação no GAFI e em organismos regionais congêneres.

Reconhecemos que a colaboração internacional ativa para combater a propagação do extremismo violento e suas ideologias é um pré-requisito necessário na luta contra o terrorismo. Ao mesmo tempo, ressaltamos que a cooperação internacional nessas linhas deve apoiar-se no direito internacional, levando em consideração que são os Estados soberanos que arcam com a responsabilidade primária da prevenção e do combate às ameaças violentas relacionadas ao extremismo.

28. Expressamos profunda preocupação com o problema mundial das drogas, que continua a ameaçar a saúde, a segurança pública e humana e o bem-estar e a prejudicar a estabilidade social, econômica e política e o desenvolvimento sustentável. Pretendemos enfrentar esse problema por meio de uma abordagem integrada e equilibrada de estratégias de redução de oferta e demanda de drogas, em linha com as Convenções da ONU de 1961, 1971 e 1988 e outras normas e princípios relevantes do direito internacional. Tendo presente o crescimento global sem precedentes na produção e demanda por entorpecentes, conclamamos à tomada de medidas mais ativas para tratar do problema das drogas e para discuti-lo nos foros internacionais apropriados. Reafirmamos nosso compromisso com a implementação da Declaração Política e Plano de Ação sobre

Cooperação Internacional em direção a uma Estratégia Integrada e Equilibrada para Combater o Problema Mundial das Drogas, adotada em 2009 na 64ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, bem como da Declaração Ministerial Conjunta da Revisão de Alto Nível de 2014 pela Comissão sobre Entorpecentes, que proporcionam uma base sólida para uma Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU (UNGASS) aberta e inclusiva sobre o problema mundial das drogas, a ser realizada em 2016. Exploraremos convergências no processo preparatório para a UNGASS 2016.

Louvamos a busca por cooperação entre nossas respectivas autoridades de controle de drogas e acolhemos decisões adotadas no encontro dos Chefes de Agências Antidrogas dos BRICS realizado em Moscou em 22 de abril de 2015, inclusive aquelas voltadas à criação de mecanismos de interação no enfrentamento do problema mundial das drogas; tomamos nota também dos resultados da Segunda Conferência Ministerial Antidrogas realizada em Moscou em 23 de abril de 2015.

29. Estamos convencidos de que a corrupção é um desafio global que prejudica os sistemas jurídicos dos Estados, afeta negativamente o desenvolvimento sustentável e pode facilitar outros tipos de crimes. Estamos confiantes quanto ao papel crucial que a cooperação internacional desempenha no combate e na prevenção da corrupção. Reafirmamos nosso compromisso de empreender todos os esforços para esse fim, incluindo a assistência jurídica mútua, de acordo com a Convenção das

Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) e princípios e normas estabelecidas multilateralmente. A esse respeito, esperamos o êxito da sexta sessão da Conferência das Partes na UNCAC, que terá lugar em São Petersburgo, em 2-6 de novembro de 2015.

Nesse contexto, decidimos criar um Grupo de Trabalho do BRICS de Cooperação Anticorrupção.

30. Pretendemos intensificar esforços empreendidos por nossos Estados para combater e prevenir o crime organizado transnacional.

Trabalharemos pela inclusão de questões sobre a prevenção de crimes e justiça criminal entre as prioridades de longo prazo da agenda da ONU. Apoiamos os esforços da Conferência das Partes na Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional de 2000 para aprimorar a eficácia de sua aplicação, inclusive fazendo avançar o processo de negociação para o estabelecimento de um mecanismo para revisão da implementação dos dispositivos da Convenção e de seus protocolos adicionais.

Defendemos a adoção de uma abordagem integrada e abrangente para o problema do crime organizado transnacional levando em conta os resultados do 13º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção de Crimes e Justiça Criminal, realizado em Doha em abril de 2015.

Buscamos aprofundar a interação entre os países do BRICS sobre questões

relacionadas à prevenção e ao combate ao crime organizado transnacional.

31. Pirataria e roubos armados no mar representam uma ameaça significativa à segurança da navegação internacional e à segurança e desenvolvimento das regiões afetadas. Ao reiterar que Estados Costeiros têm a responsabilidade primária de combater esses tipos de crimes, pretendemos reforçar nossa cooperação com essa finalidade e clamamos todas as partes interessadas a continuar engajadas na luta contra esses fenômenos. Enfatizamos também a necessidade de uma resposta abrangente à pirataria, de modo a enfrentar suas causas subjacentes. Enfatizamos a necessidade de uma avaliação objetiva de riscos em áreas propensas à pirataria com vistas a mitigar efeitos negativos sobre a economia e a segurança de Estados costeiros.

Louvamos os esforços feitos por muitas nações para proteger as linhas de comunicação marítimas e ressaltamos a importância da continuação dos esforços conjuntos da comunidade internacional para combater a pirataria e o roubo armado no mar. Acreditamos que a persecução penal dos piratas deve complementar os esforços da comunidade internacional para garantir a segurança da navegação. A responsabilização é um elemento fundamental para aumentar a eficácia da coalizão antipirataria, bem como a promoção de políticas de desenvolvimento de longo prazo em terra. Sublinhamos que uma solução duradoura para a questão da pirataria nas zonas afetadas exige a melhora do desenvolvimento

sustentável, da segurança e da estabilidade, e o fortalecimento das instituições locais e da governança.

32. Reafirmando que a exploração e o uso do espaço exterior devem ter finalidades pacíficas, enfatizamos que as negociações para a conclusão de um acordo ou acordos internacionais para evitar uma corrida armamentista no espaço exterior são uma tarefa prioritária da Conferência do Desarmamento e apoiamos os esforços para iniciar um trabalho substantivo, entre outros, baseado no projeto atualizado de tratado para a prevenção da colocação de armas no espaço exterior e da ameaça ou do uso da força contra objetos no espaço exterior, apresentado pela China e pela Federação da Rússia.

Reconhecemos que nossos países podem se beneficiar de oportunidades para cooperação espacial de modo a promover a aplicação de tecnologias relevantes para propósitos pacíficos. Intensificaremos nossa cooperação em áreas de aplicação conjunta de tecnologias espaciais, navegação por satélite, incluindo GLONASS e Beidou, e ciências espaciais.

Reiteramos que o espaço exterior deve ser livre para exploração pacífica e para o uso de todos os Estados com base na igualdade em conformidade com o direito internacional e que a exploração e uso do espaço exterior devem ser realizados para o benefício e nos interesses de todos os países, independentemente de seu grau de desenvolvimento científico ou econômico. Enfatizamos que todos os Estados devem contribuir para promover a cooperação internacional

sobre a exploração pacífica e o uso do espaço exterior levando em particular consideração as necessidades de países em desenvolvimento. Opomo-nos a medidas unilaterais que podem impedir a cooperação internacional bem como atividades espaciais nacionais de países em desenvolvimento.

Estamos firmemente convencidos de que a comunidade internacional deve empreender esforços consistentes para elevar os patamares básicos de segurança de atividades e operações espaciais e evitar conflitos. Dessa forma, nossos países podem cooperar na elaboração de abordagens comuns para essa área. Deve ser atribuída prioridade a questões relacionadas à segurança de operações espaciais, no contexto mais amplo de garantir sustentabilidade em longo prazo de atividades no espaço exterior, bem como a meios e formas de conservar o espaço exterior para fins pacíficos, que estão na agenda do Comitê da ONU para os Usos Pacíficos do Espaço Exterior (UNCOPUOS).

33. As TICs estão emergindo como importante meio para superar a lacuna entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como para fomentar talentos profissionais e criativos das pessoas. Reconhecemos a importância das TICs como ferramentas para a transição de uma sociedade da informação para uma sociedade do conhecimento e o fato de estarem intrinsecamente vinculadas ao desenvolvimento humano. Apoiamos a inclusão de temas relacionados a TICs na Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015 e maior acesso às TICs, de modo a emancipar as mulheres bem

como grupos vulneráveis a atingirem os objetivos da agenda.

Também reconhecemos o potencial dos países em desenvolvimento no ecossistema das TICs e que terão importante papel a desempenhar nos temas relacionados a TICs na Agenda para Desenvolvimento Pós-2015.

Reconhecemos a necessidade urgente de fortalecer ainda mais a cooperação em áreas de TICs, inclusive a Internet, que sejam do interesse de nossos países. Nesse contexto, decidimos constituir um grupo de trabalho do BRICS sobre cooperação em TICs. Reiteramos a inadmissibilidade do uso de TICs e da Internet para a violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais, inclusive do direito à privacidade, e reafirmamos que os mesmos direitos que as pessoas têm off-line devem ser protegidos on-line. Um sistema garantindo confidencialidade e proteção dos dados pessoais de usuários deve ser considerado.

Consideramos que a Internet é um recurso global e que os Estados devem participar em condições de igualdade em sua evolução e funcionamento, tendo presente a necessidade de envolver atores relevantes em seus respectivos papéis e responsabilidades. Somos favoráveis a uma Internet aberta, não fragmentada e segura. Respeitamos os papéis e responsabilidades dos governos nacionais em relação à regulação e à segurança da rede.

Reconhecemos a necessidade de promover, entre outros, os princípios do multilateralismo, democracia,

transparência e confiança mútua e defendemos o desenvolvimento de regras de conduta universalmente acordadas com respeito à rede. É necessário garantir que a ONU desempenhe um papel facilitador no estabelecimento de uma política pública internacional relativa à Internet.

Apoiamos a evolução contínua do ecossistema de governança da Internet, o qual deve se basear em processo aberto e democrático, livre da influência de quaisquer considerações unilaterais.

34. Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) proporcionam novas ferramentas aos cidadãos para o funcionamento efetivo da economia, da sociedade e do Estado. As TICs aprimoram oportunidades para o estabelecimento de parceiras globais para o desenvolvimento sustentável, o fortalecimento da paz e da segurança internacionais e a promoção e proteção dos direitos humanos. Adicionalmente, expressamos nossa preocupação com o uso de TICs para fins de crime organizado transnacional, desenvolvimento de instrumentos ofensivos e realização de atos de terrorismo. Concordamos que o uso e desenvolvimento de TICs por meio da cooperação internacional e dos princípios e normas universalmente aceitos do direito internacional são de suma importância de modo a garantir uma Internet e um espaço digital pacíficos, seguros e abertos. Reiteramos nossa condenação de vigilância eletrônica em massa e da coleta de dados de indivíduos por todo o mundo, bem como a violação da soberania dos Estados e dos direitos

humanos, em particular, o direito à privacidade. Reconhecemos que os Estados não estão no mesmo patamar de desenvolvimento e de capacidades com relação a TICs. Comprometemo-nos a concentrar na expansão do acesso universal a todas as formas de comunicação digital e a melhorar a conscientização das pessoas a esse respeito. Enfatizamos também a necessidade de promover a cooperação entre nossos países para combater o uso das TICs para propósitos terroristas e criminosos. Reconhecemos a necessidade de um instrumento regulatório universal vinculante sobre o combate ao uso criminoso de TICs sob os auspícios da ONU. Ademais, estamos preocupados com o potencial abuso das TICs para fins que ameacem a paz e a segurança internacionais. Enfatizamos a importância central dos princípios de direito internacional consagrados na Carta das Nações Unidas, em particular a independência política, a integridade territorial e igualdade soberana dos Estados, a não interferência em assuntos internos de outros Estados e o respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais.

Reafirmamos nossa abordagem abrangente estabelecida nas Declarações de eThekweni e Fortaleza sobre a importância da segurança no uso das TICs e no papel chave da ONU no enfrentamento dessas questões. Encorajamos a comunidade internacional a concentrar seus esforços em medidas de construção de confiança, capacitação, não uso da força e prevenção de conflitos no uso das TICs. Buscaremos desenvolver cooperação prática uns com os outros de modo a enfrentar desafios comuns

de segurança no uso das TICs. Continuaremos a considerar a adoção de regras, normas e princípios para o comportamento responsável dos Estados nessa esfera.

Nesse contexto, o Grupo de Trabalho de Peritos do BRICS sobre segurança no uso das TICs iniciará cooperação nas seguintes áreas: compartilhamento de informações e melhores práticas relacionadas à segurança no uso de TICs; coordenação efetiva contra crimes cibernéticos; estabelecimento de pontos nodais nos Estados Membros; cooperação intra-BRICS fazendo uso dos Grupos de Resposta a Incidentes de Segurança em Computadores (CSIRT) existentes; projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento; capacitação; e desenvolvimento de normas, princípios e padrões internacionais.

35. Notando que a comunidade internacional enfrenta de modo crescente graves desastres naturais e causados pelo homem, acreditamos firmemente que há necessidade de se promover a cooperação na prevenção e formulação de respostas a situações emergenciais.

Nesse contexto, acolhemos iniciativas da Índia e dos países do BRICS relativas à cooperação na área mencionada acima, bem como a iniciativa da Rússia de convocar uma reunião de Chefes de Agências Nacionais Responsáveis pela Gestão de Desastres, em São Petersburgo em 2016.

Reconhecemos também as proveitosas discussões a respeito de desastres naturais sendo conduzidas no contexto

da cooperação dos BRICS em Ciência, Tecnologia e Inovação, as quais já resultaram em um workshop dos BRICS nessa área, organizada pelo Brasil em maio de 2014.

36. Respeitando a independência, unidade, soberania e integridade territorial da República Árabe da Síria, expressamos profunda preocupação com respeito à violência em curso na Síria, a deterioração da situação humanitária e a ameaça crescente do terrorismo internacional e do extremismo na região. Não há alternativa a uma solução pacífica do conflito sírio. Apoiamos os esforços que visam a promover uma solução política e diplomática da crise na Síria por meio de um diálogo amplo entre as partes sírias que reflita as aspirações de todos os setores da sociedade síria e garanta os direitos de todos os sírios independentemente de sua etnia ou confissão com base no Comunicado Final de Genebra de 30 de junho de 2012 sem precondições e interferência externa.

Condenando o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, conclamamos pela consolidação da sociedade síria diante dessa perigosa ameaça; pela implementação rigorosa pela comunidade internacional de todos os dispositivos das Resoluções 2170, 2178 e 2199 do Conselho de Segurança da ONU, particularmente no que diz respeito à supressão do financiamento e de outras formas de apoio aos terroristas; e pela observância das normas universalmente reconhecidas do direito internacional relacionadas ao combate ao terrorismo e ao extremismo,

inclusive os princípios de respeito à soberania dos Estados.

Reiteramos nossa condenação ao uso de qualquer produto químico tóxico como arma na Síria. Louvamos os resultados da criação de um controle internacional sobre os arsenais sírios de armas químicas e para a transferência de substâncias tóxicas e seus precursores do território sírio de acordo com a resolução 2118 do CSNU e as obrigações da Síria sob a Convenção para a Proibição de Armas Químicas. Enfatizamos que o êxito nesses esforços foi resultado da unidade de propósitos do Conselho Executivo da OPAQ, dos membros do CSNU e da cooperação construtiva das autoridades sírias com a missão especial da OPAQ/ONU.

Expressamos nossa profunda preocupação com a deterioração de aspectos humanitários da crise síria e condenamos fortemente as violações aos direitos humanos por todas as partes no conflito. Reafirmamos a necessidade de garantir para as agências humanitárias o acesso seguro e desimpedido às populações afetadas, em conformidade com as resoluções do CSNU 2139 (2014), 2165(2014), 2191(2014) e com os princípios das Nações Unidas norteadores da assistência humanitária emergencial. Acolhemos os passos práticos dados pelas partes sírias para cumprir os requisitos dessas resoluções. Rejeitamos a politização da assistência humanitária na Síria e tomamos nota do continuado impacto negativo de sanções unilaterais sobre a situação socioeconômica na Síria.

Expressamos apoio pelos passos dados pela Federação da Rússia voltados à promoção de uma solução política na Síria, em particular a organização de duas rodadas de consultas entre as partes sírias em Moscou em janeiro e abril de 2015, bem como os esforços do Secretário-Geral da ONU, seu Enviado Especial à Síria, Steffan de Mistura, e outros esforços internacionais e regionais voltados à solução pacífica do conflito sírio.

37. Condenamos nos mais fortes termos o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, os abusos continuados, generalizados e graves dos direitos humanos e as violações do direito internacional humanitário cometidos pelo chamado Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EI), a frente Al-Nusrah e grupos terroristas associados, em particular a perseguição de indivíduos e comunidades com base em sua religião ou etnia, bem como todas as formas de violência contra civis, em especial mulheres e crianças.

38. Estamos preocupados com os efeitos do alastramento da instabilidade no Iraque e na Síria sobre o aumento das atividades terroristas na região e instamos todas as partes a enfrentar a ameaça terrorista de maneira consistente. Condenamos enfaticamente os atos odiosos de violência perpetrados por grupos terroristas e extremistas, tais como o chamado EI, no território da República do Iraque, especialmente aquelas ações consistindo no assassinato e deslocamento forçado de civis inocentes; e/ou direcionados a vítimas por motivos religiosos, étnicos ou culturais; e/ou resultando na destruição

do patrimônio cultural e histórico do Iraque, tais como monumentos, mesquitas, igrejas, museus, palácios e santuários.

Reafirmamos nosso compromisso com a integridade territorial, independência e soberania nacional da República do Iraque e rejeitamos todas as formas de interferência estrangeira que possam impedir a consolidação de suas instituições democráticas nacionais e a coexistência harmoniosa dos vários segmentos que compõem o rico tecido social do povo iraquiano. Enfatizamos nosso apoio ao governo do Iraque em seus esforços para alcançar a reconciliação nacional e destacamos o papel chave do processo de reconciliação para lograr-se paz duradoura, segurança e estabilidade na República do Iraque.

Clamamos a comunidade internacional a ajudar o Iraque em seus esforços para prover assistência humanitária para pessoas deslocadas internamente e refugiados nas áreas afetadas daquele país.

Continuamos fortemente comprometidos a ajudar a República do Iraque a alcançar a estabilidade, paz, democracia, reconciliação nacional e unidade, o que é do interesse para a paz e segurança regionais e globais.

39. Reafirmando nosso compromisso em contribuir para uma solução abrangente, justa e duradoura para o conflito israelo-palestino com base em um marco legal internacional universalmente reconhecido, incluindo-se as resoluções relevantes da ONU, os Princípios de Madri e a

Iniciativa Árabe para a Paz, acreditamos fortemente que a solução do conflito israelo-palestino pode contribuir tanto para uma conclusão positiva de outras crises na região quanto para a promoção da paz sustentável no Oriente Médio.

Conclamamos, portanto, Israel e Palestina a continuar as negociações rumo a uma solução de dois Estados com um Estado Palestino contíguo e viável existindo lado a lado em paz com Israel, com fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas baseadas nas linhas de 1967 e com Jerusalém Oriental como sua capital. A esse respeito, tomamos nota dos esforços respectivos em nome do Quarteto do Oriente Médio. Opomo-nos às atividades continuadas de assentamento israelense nos Territórios Ocupados, que violam o direito internacional e prejudicam seriamente os esforços pela paz e ameaçam o conceito de solução de dois Estados. Saudamos todas as iniciativas voltadas a lograr a unidade intra-palestina e clamamos todas as partes desse processo a facilitar ao máximo a implementação das obrigações internacionais contraídas pela Palestina. Clamamos o Conselho de Segurança das Nações Unidas a exercer plenamente suas funções sob a Carta das Nações Unidas com respeito ao conflito israelo-palestino.

Encorajamos os Estados que participaram da Conferência Internacional de 2014 de Doadores para a Reconstrução da Faixa de Gaza, no Cairo, a cumprir suas promessas e clamamos as autoridades israelenses e palestinas a criar as condições necessárias para canalizar a ajuda

internacional para o povo palestino. Saudamos os esforços da Agência das Nações Unidas para a Assistência a Refugiados da Palestina (UNRWA) para prover auxílio e proteção aos refugiados palestinos e encorajar a comunidade internacional a dar mais apoio à Agência. Nesse contexto, saudamos a recente acessão do Brasil à Comitê Consultivo da UNRWA.

40. Apoiamos os esforços voltados a assegurar o estabelecimento sem demora de uma zona livre de armas nucleares e de todas as demais armas de destruição em massa no Oriente Médio, com base em acordos livremente concluídos pelos Estados da região. Reiteramos o apelo pela convocação de uma conferência sobre o tema com a participação de todos os Estados da região. Exortamos os países do Oriente Médio a demonstrarem vontade política e uma abordagem pragmática e adotarem uma posição construtiva com vistas a alcançar o nobre objetivo de criação de um Oriente Médio livre de armas nucleares e de todas as demais armas de destruição em massa.

41. Esperamos uma rápida conclusão do Plano Global de Ação Conjunta (JCPA) a ser acordado entre China, Alemanha, França, Federação da Rússia, Reino Unido, Estados Unidos e Irã, com a participação da UE. Esse plano de ação deverá restaurar a plena confiança na natureza exclusivamente pacífica do programa nuclear iraniano e permitir o levantamento abrangente de sanções impostas ao Irã. O JCPA deve permitir ao Irã exercer plenamente os seus direitos aos usos pacíficos da energia nuclear, inclusive ao enriquecimento de urânio, sob

abrigo do TNP e de maneira consistente com suas obrigações internacionais, sob estritas salvaguardas internacionais. Deve também levar à normalização do comércio e investimentos com o Irã. Acreditamos que a implementação do JCPA contribuiria fortemente para o fortalecimento da segurança regional e internacional.

42. Saudamos a conclusão do processo eleitoral no Afeganistão em 2014 e o estabelecimento de um Governo de Unidade Nacional liderado pelo Presidente Ashraf Ghani e pelo "Chief Executive Officer" Dr. Abdullah Abdhullah. Saudamos a confirmação, pela comunidade internacional, de suas obrigações para com o Afeganistão, a qual foi refletida nas decisões da Conferência de Londres realizada em dezembro de 2014.

Acreditamos que um amplo e inclusivo processo de reconciliação nacional no Afeganistão que seja liderado e apropriado pelos afegãos é o caminho mais seguro para a paz duradoura, reabilitação da estabilidade e reconstrução do Afeganistão. Conclamamos todas as partes concernidas a participar na reconciliação e fazemos chamado à oposição armada ao desarmamento, à aceitação da Constituição do Afeganistão e ao rompimento de vínculos com a Al-Qaeda, EI e outras organizações terroristas.

Continuamos preocupados com a segurança no Afeganistão. Reiteramos que o terrorismo e o extremismo representam séria ameaça à segurança e à estabilidade do Afeganistão, da região e mais além. O surgimento e

rápido crescimento de influência do Estado Islâmico do Iraque e do Levante, bem como a visível deterioração da situação de segurança ao longo das fronteiras do Afeganistão, provocam grande apreensão. Apoiamos os esforços na luta contra o terrorismo e o extremismo no Afeganistão.

Para este propósito, confirmamos nossa prontidão e conclamamos a comunidade internacional a continuar engajada no Afeganistão e a cumprir seus compromissos de longo prazo sobre assistência civil e securitária, inclusive o fortalecimento das capacidades de suas forças de segurança.

Levando em conta o crescimento sem precedentes da produção de entorpecentes no Afeganistão pelo segundo ano consecutivo, clamamos por mais medidas ativas para enfrentar o problema das drogas e para discuti-lo em todos os foros internacionais pertinentes. Defendemos o fortalecimento adicional do Pacto de Paris como um importante marco interestatal para a luta contra a proliferação de opiáceos oriundos do Afeganistão.

As Nações Unidas têm um papel central a desempenhar na coordenação dos esforços da comunidade internacional para solucionar a situação no Afeganistão.

43. Reiteramos nossa profunda preocupação com a situação na Ucrânia. Enfatizamos que não há solução militar para o conflito e que o único caminho para a reconciliação é por meio do diálogo político inclusivo.

A esse respeito, clamamos a todas as partes a dar cumprimento a todos os dispositivos do Pacote de Medidas para a Implementação dos Acordos de Minsk, adotados em fevereiro de 2015 em Minsk pelo Grupo de Contato sobre a Ucrânia, apoiado pelos Líderes da Rússia, Alemanha, França e Ucrânia e endossado pelo Conselho de Segurança da ONU em sua resolução 2202.

44. Expressamos profunda preocupação com a escalada do conflito armado na Líbia, destacando suas consequências extremamente negativas para o Oriente Médio, Norte da África e a região do Sahel. Notamos que a intervenção militar nesse país em 2011 conduziu ao colapso de instituições estatais integradas, dos organismos efetivos de exército e das instituições para a aplicação da lei, o que, por sua vez, contribuiu para o aumento de atividades de grupos terroristas e extremistas. Realçamos a urgência em salvaguardar a soberania do país e sua integridade territorial, e reafirmamos a necessidade de superar os dissensos entre forças políticas líbias e alcançar um acordo sobre a formação de um Governo de Unidade Nacional assim que possível. Nesse contexto, expressamos nosso apoio aos esforços para fomentar o diálogo inter-líbio por parte do Secretário Geral da ONU e de seu Representante Especial para a Líbia, Bernardino Leon, bem como por parte dos países vizinhos e da União Africana.

45. Expressamos nossa preocupação com a grave crise de segurança e humanitária no Sudão do Sul. Condenamos todas as violações do cessar fogo e os atos de violência

contra civis e agências humanitárias. Clamamos todas as partes a demonstrar vontade política e compromisso com o fim da tragédia no Sudão do Sul e a proporcionar condições para a prestação segura de ajuda humanitária à população. Também expressamos nossa convicção de que uma solução duradoura para a crise só é possível por meio de um diálogo político inclusivo voltado à reconciliação nacional. Apoiamos os esforços sendo empreendidos pela Autoridade Intergovernamental sobre o Desenvolvimento (IGAD) e outros atores regionais e internacionais para mediar uma solução política para a crise baseada na formação de um governo de transição de unidade nacional bem como esforços paralelos voltados à facilitação da mediação entre líderes das diversas facções do partido incumbente e lamentamos a impossibilidade de se chegar a um acordo sobre modalidades de compartilhamento de poder até março de 2015. Louvamos os esforços da Missão das Nações Unidas para o Sudão do Sul (UNMIS) para cumprir seu mandato. Condenamos os ataques às instalações da UNMIS e a abrigos para deslocados internos.

46. Saudamos os esforços do Governo Federal da Somália voltados a estabelecer autoridades estatais capacitadas, a solucionar graves problemas socioeconômicos e a estabelecer relações construtivas com todas as regiões da Somália. Reconhecemos os êxitos tangíveis do exército somali e das unidades de manutenção da paz da Missão da União Africana na Somália (AMISOM) no combate ao grupo extremista Al-Shabaab. Expressamos

nossa preocupação com o aumento da ameaça terrorista nos países do Nordeste e do Leste da África. Condenamos fortemente o ataque desumano por combatentes do Al Shabaab na Universidade de Garissa, Quênia, em 2 de abril de 2015, que resultou em perdas humanas deploráveis. Expressamos nossa solidariedade para com o Governo e o povo do Quênia em sua luta contra o terrorismo. Enfatizamos que não pode haver qualquer justificativa para o terrorismo.

47. Apoiamos as atividades da Missão das Nações Unidas de Estabilização Multidimensional Integrada no Mali como uma parte dos esforços da comunidade internacional de solucionar a crise no Mali. Estamos comprometidos com uma solução política para o conflito que leve em conta posições de todas as partes; encorajamos negociações construtivas voltadas a assegurar a integridade territorial e a institucionalidade do Mali. Tomamos nota da assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação no Mali e saudamos os esforços de mediação do Governo argelino e de outros atores regionais e internacionais voltados à obtenção de uma solução política para a crise. Expressamos profunda preocupação com as tentativas por parte de várias forças de desestabilizar a situação e interromper as negociações de paz.

48. Continuamos preocupados com a situação de segurança e humanitária em regiões orientais da República Democrática do Congo (RDC); com o ritmo lento do processo de desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes à

sociedade congoleza; com a exploração e a exportação ilegal de recursos naturais; e com o elevado número de refugiados de países vizinhos e de deslocados internos presentes no país. Ressaltamos a necessidade de reativar o processo de implementação do Acordo Marco para a Paz, Segurança e Cooperação na RDC e na região e de fortalecer suas estruturas de governo. Apoiamos os esforços do Governo da RDC, apoiados pela MONUSCO/ONU, para levar paz e estabilidade à RDC, e clamamos todas as partes envolvidas a honrar suas obrigações de modo a alcançar paz e estabilidade duradouras na RDC. Louvamos os esforços para estabilizar a região e proteger populações civis, e realçamos a importância de conferir especial atenção à situação de mulheres e crianças em áreas de conflito. Reiteramos a necessidade de pronta e efetiva neutralização das Forças Democráticas para a Liberação de Ruanda (FDLR) e de todas as demais forças negativas e grupos armados. Acreditamos que a estabilidade de longo prazo na RDC não poderá ser alcançada por meios exclusivamente militares.

49. Estamos preocupados e acompanhando de perto os desenvolvimentos na República do Burundi. Clamamos todos os atores envolvidos na crise atual a exercer contenção e resolver suas diferenças políticas por meio de diálogo inclusivo, de tal forma que a paz e a estabilidade sociais possam ser restauradas. Apoiamos os esforços regionais para encontrar uma solução política para essa crise e clamamos a comunidade internacional a continuar engajada em apoiar a facilitação

regional de uma solução política, bem como no futuro o desenvolvimento socioeconômico do Burundi.

50. Notamos que a situação na República Centro-Africana (RCA) continua instável; e que as questões relativas à segurança continuam a despertar preocupações. Realçamos a esse respeito que a responsabilidade primária de desenvolver modalidades mutuamente aceitáveis de solução para as partes em conflito cabe ao Governo da RCA, que deveria criar pré-requisitos para desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes à sociedade civil. Acreditamos que um diálogo nacional abrangente é o único caminho para alcançar estabilidade de longo prazo na RCA.

Tomamos nota dos trabalhos do recém-concluído Fórum de Bangui para a Reconciliação, realizado em 4-11 de maio de 2015 na República Centro-Africana, e conclamamos todos os envolvidos a efetivamente implementarem as suas recomendações.

51. Também manifestamos profunda preocupação com o flagelo do terrorismo e do extremismo violento e condenamos os atos terroristas perpetrados pelo Al Shabaab, pelo Boko Haram e por outros grupos, que representam grave ameaça à paz e à estabilidade na África

52. Ressaltamos que, no contexto de instabilidade sistema financeiro e econômico global e da volatilidade dos preços nos mercados globais de commodities, o desenvolvimento do

setor real da economia torna-se particularmente relevante.

Reconhecemos que o desenvolvimento industrial é uma fonte fundamental de crescimento para os países do BRICS, que dispõem de vastos recursos naturais e significativas capacidades de mão de obra, intelectuais e técnicas. O aumento da produção e exportação de bens de alto valor agregado ajudará os países do BRICS a aprimorar suas economias nacionais, a contribuir para sua participação em cadeias globais de valor e a incrementar sua competitividade.

Dessa forma, reafirmamos o mandato singular da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) de promover e acelerar o desenvolvimento industrial inclusivo e sustentável.

Estamos convencidos da importância do crescimento econômico baseado no desenvolvimento equilibrado de todos os setores econômicos e no desenvolvimento e introdução de tecnologias avançadas e inovações, e da mobilização de recursos de instituições financeiras e do fomento ao investimento privado.

Nesse contexto, observamos o potencial para impulsionar a colaboração no desenvolvimento de tecnologia e inovação em setores potenciais das economias do BRICS, tais como as indústrias metalúrgica e de mineração, farmacêutica, tecnologia da informação, química e petroquímica, tanto na área de exploração e extração de recursos naturais quanto no seu processamento, transformação e utilização, inclusive por meio da

promoção de um ambiente favorável aos investimentos e à implementação de projetos comuns mutuamente benéficos.

Ressaltamos a importância de se intensificar a cooperação em capacidades de produção industrial, criando parques e aglomerados industriais, parques tecnológicos e centros de engenharia com vistas ao desenvolvimento e à introdução de tecnologias de ponta, oferecendo treinamento para engenheiros, técnicos e gestores.

Destacamos que o incentivo ao investimento em áreas prioritárias, tais como infraestrutura, logística e fontes renováveis de energia, é um objetivo estratégico para o crescimento sustentável das nossas economias. Reiteramos nosso interesse em unirmos esforços a fim de enfrentarmos o desafio da competitividade. A esse respeito, os países do BRICS concordam em colaborar para a promoção de oportunidades de investimento em ferrovias, estradas, portos e aeroportos entre os nossos países.

53. Reiteramos nosso compromisso de continuar a desenvolver a cooperação agrícola, em particular relacionada com as tecnologias e inovações agrícolas, o fornecimento de alimentos para as comunidades mais vulneráveis, a mitigação do impacto negativo da mudança do clima sobre a segurança alimentar e a adaptação da agricultura à mudança do clima, reduzindo a volatilidade nos mercados agrícolas, compartilhando informações de mercado atualizadas, intensificando o comércio e os investimentos, inclusive

por meio da participação em exposições, feiras e foros de investimento. Apoiamos ativamente a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas de declarar 2015 o Ano Internacional dos Solos e expressamos nossa intenção de contribuir para a implementação de políticas e ações eficazes destinadas a garantir a gestão sustentável e a proteção dos recursos do solo.

Saudamos a cooperação entre as nossas delegações em organismos internacionais, inclusive na Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). Ressaltamos a importância do trabalho do grupo consultivo dos países do BRICS em Roma.

54. Confirmamos que o aperfeiçoamento dos níveis de segurança das instalações industriais e de energia é uma das áreas prioritárias para os países do BRICS. Nesse sentido, saudamos a cooperação entre as entidades reguladoras competentes dos BRICS visando uma melhor proteção do público e do meio ambiente em nossos países. Saudamos também a iniciativa da Federação da Rússia de realizar a reunião dos Chefes de Autoridades sobre Segurança Industrial e Energética dos BRICS.

55. A fim de garantir um trabalho bem coordenado sobre os indicadores de desenvolvimento sustentável pós-2015, encarregamos os Institutos Nacionais de Estatística dos BRICS a prosseguirem na colaboração sobre abordagens metodológicas para estabelecer esses indicadores, visando a assegurar sua comparabilidade e, nesse sentido, cooperar estreitamente,

em bases regulares, junto a comissões e comitês especializados da ONU.

56. Reconhecemos o significado da conectividade para o aprimoramento dos vínculos econômicos e o fomento de uma parceria mais estreita entre os países do BRICS. Saudamos e apoiamos as iniciativas dos países do BRICS na promoção da conectividade e da infraestrutura de desenvolvimento.

Afirmamos que a conectividade deve ser fortalecida de forma abrangente, integrada e sistemática nas áreas-chave de coordenação de políticas, instalações para a conectividade, comércio desimpedido e conexão entre pessoas, juntamente com intensos esforços conjuntos para aprimorar a consulta política e a coordenação entre os países do BRICS com base no benefício mútuo e na cooperação vantajosa para todos.

Reconhecemos que a intensificação da conectividade interpessoal promoverá ainda mais a interação entre os países, as pessoas e a sociedade dos BRICS. Estamos empenhados em criar condições favoráveis para a cooperação de longo prazo na área de turismo.

57. Notamos com satisfação os progressos alcançados na coordenação dos esforços em matéria de recursos humanos e emprego, bem-estar social e segurança, bem como de políticas de integração social.

Esperamos que a primeira reunião dos Ministros dos BRICS do Trabalho e Emprego, que terá lugar em fevereiro de 2016 e enfocará na criação de

empregos decentes e no compartilhamento de informações sobre questões trabalhistas e de emprego, estabeleça uma base sólida para a nossa cooperação de longo prazo na esfera das relações sociais e de trabalho.

58. Saudamos os resultados do primeiro encontro de Ministros Responsáveis por Assuntos Populacionais dos BRICS (Brasília, 12 de fevereiro de 2015) e reafirmamos nosso compromisso em avançar a cooperação em temas relacionados a populações e desenvolvimento que sejam de interesse comum, de acordo com a Agenda do BRICS de Cooperação em Assuntos Populacionais para 2015-2020 e em observância aos princípios e objetivos orientadores do Plano de Ação da Conferência Internacional sobre Populações e Desenvolvimento, no Cairo, e ações-chave para o seguimento de sua implementação para promoção de um desenvolvimento demográfico equilibrado e de longo prazo.

Ressaltamos a relevância da transição demográfica e dos desafios pós-transição, incluindo o envelhecimento populacional e a redução da mortalidade, bem como a importância de usar efetivamente o dividendo demográfico para promover o crescimento e o desenvolvimento econômico e enfrentar questões sociais, em particular desigualdade de gênero, cuidado com os idosos, direitos das mulheres e desafios para os jovens e para pessoas com deficiências. Reiteramos nosso compromisso de garantir saúde sexual

e reprodutiva e direitos reprodutivos para todos.

Pretendemos desenvolver nossa cooperação em assuntos populacionais pela utilização de formatos tais como seminários anuais de peritos e funcionários e encontros regulares de ministros responsáveis pelos temas indicados.

De modo a integrar mais efetivamente os temas populacionais a nossas políticas macroeconômicas, financeiras e sociais, instruímos nossos peritos a realizar em Moscou, em novembro de 2015, consultas regulares do BRICS sobre temas populacionais dedicados a desafios demográficos e sua relação com o desenvolvimento econômico dos países do BRICS.

59. Reconhecemos a natureza transnacional da migração e, portanto, a importância de cooperação mútua entre os países do BRICS nessa área, inclusive entre as agências nacionais pertinentes. A esse respeito, tomamos nota da iniciativa da Federação da Rússia de realizar a primeira reunião ministerial do BRICS sobre migração (Chefes de órgãos migratórios) durante a presidência de turno russa.

Expressamos pesar pela perda de vidas, em grande escala, de migrantes no Mediterrâneo. Conclamamos a comunidade internacional, em particular os países concernidos, para fornecer a assistência necessária a esses migrantes, e intensificar os esforços coletivos para resolver as causas profundas da crescente migração desregulada e do deslocamento de pessoas.

60. Reafirmamos os direitos de todos, sem qualquer distinção, ao mais alto padrão alcançável de saúde física e mental e à qualidade de vida necessária para manter sua saúde e bem-estar, bem como a saúde e bem-estar de suas famílias.

Preocupam-nos as crescentes e diversas ameaças globais representadas por doenças transmissíveis e não transmissíveis. Essas doenças tem um impacto negativo sobre o desenvolvimento econômico e social, especialmente em países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo.

Nesse contexto, louvamos os esforços empreendidos pelos países do BRICS para contribuir com o aprimoramento da cooperação internacional para apoiar os esforços dos países em alcançar seus objetivos na área de saúde, inclusive a implementação do acesso universal e equitativo a serviços de saúde, e garantir prestação a preços baixos de serviços de qualidade, levando em conta as diferentes circunstâncias e capacidades, políticas e prioridades nacionais. Também buscamos o aprimoramento de parcerias da comunidade internacional e outros atores tanto no setor público quanto no privado, incluindo a sociedade civil e a academia, para a melhoria da saúde para todos.

A comunidade internacional enfrenta uma resistência anticrônica aumentada, o que contribui para a multiplicação de riscos para a saúde. Estamos preocupados também com o alastramento de doenças graves (HIV/AIDS, tuberculose, malária e outras), e com a emergência de

infecções de potencial pandêmico, tais como a gripe de alta patogenicidade, novo coronavírus ou ebola.

Os países do BRICS têm experiência significativa no combate a doenças transmissíveis. Estamos dispostos a cooperar e a coordenar nossos esforços, inclusive com organizações internacionais relevantes, para enfrentar desafios globais de saúde e garantir que os BRICS contribuam conjuntamente para fortalecer a segurança sanitária global. A esse respeito, trabalharemos conjuntamente em áreas tais como:

- Gestão de riscos relacionados a infecções emergentes com potencial pandêmico;

- Cumprimento de compromissos para evitar o alastramento, bem como erradicar, doenças transmissíveis que afetam o desenvolvimento (HIV/AIDS, tuberculose, malária, doenças tropicais “negligenciadas”, poliomielite, sarampo);

- Pesquisa, desenvolvimento, produção e oferta de medicamentos voltados a proporcionar maior acesso à prevenção e ao tratamento de doenças transmissíveis.

Pedimos a nossas autoridades competentes a considerar medidas de médio prazo a serem tomadas pelos países do BRICS nessas áreas para buscar uma resposta coletiva ou individual dos países do BRICS à segurança global da saúde a partir de uma perspectiva de saúde pública.

61. Estamos profundamente preocupados com o impacto da doença

do vírus do ebola na Guiné, Libéria e Serra Leoa, incluindo suas graves consequências humanitárias, sociais e econômicas para esses países e o potencial de alastramento dessa doença. Louvamos profundamente a contribuição e o compromisso das equipes internacionais de saúde e de assistência humanitária em reagir imediatamente à epidemia de ebola e o apoio e assistência cruciais providos pela comunidade internacional nos países afetados na África Ocidental.

Os membros do BRICS contribuíram significativamente na resposta internacional ao ebola e no apoio aos países afetados. Ademais, a mobilização sem precedentes de sistemas nacionais de saúde permitiram-nos saber quão preparados estamos e forçaram-nos a buscar maneiras de aprimorar medidas nacionais e regionais de resposta.

Apoiamos integralmente os trabalhos das Nações Unidas e de outras instituições internacionais para interromper a epidemia, limitar o impacto social e econômico da doença e evitar sua recrudescência, bem como os esforços para reformar sistemas de resposta internacional a emergências de saúde pública para torná-los mais eficazes no futuro.

Confirmamos nosso compromisso em fazer o que for necessário individualmente e coletivamente para apoiar esses esforços no enfrentamento de emergências e de questões sistêmicas de longo prazo e lacunas na prontidão e resposta em níveis nacional, regional e global, e em ajudar ainda mais os países afetados a combater a doença, bem como

contribuir para os esforços em curso para fortalecer setores de saúde na região, inclusive por meio da OMS e outras organizações internacionais.

62. Saudamos a realização da Segunda Reunião de Ministros de Ciência, Tecnologia e Inovação dos BRICS, que teve lugar em Brasília em março de 2015, e celebramos a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, o qual fornece um marco estratégico para cooperação nessa área.

Notamos com interesse o potencial do Foro de Jovens Cientistas do BRICS, que foi acordado entre os Ministros de Ciência, Tecnologia e Inovação dos BRICS, com a Índia como seu país coordenador.

Reafirmamos nossa disposição de fortalecer a cooperação em ciência, tecnologia e inovação com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social inclusivo e sustentável, suprimindo as lacunas científicas e tecnológicas entre os países do BRICS e os países desenvolvidos, proporcionando uma nova qualidade de crescimento baseada na complementaridade econômica, bem como encontrando soluções para os desafios que a economia mundial enfrenta atualmente.

Tomando nota dos esforços de nossos países para criar economias do conhecimento, cujos motores são a ciência, a tecnologia e a inovação, expandiremos a cooperação em pesquisa, projeto, desenvolvimento, manufatura e promoção conjuntas na área de produtos de alta tecnologia.

Tendo em consideração o imenso potencial tecnológico e de pesquisa dos países do BRICS e baseados nos dispositivos do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, reafirmamos a importância do desenvolvimento de uma Iniciativa dos BRICS de Pesquisa e Inovação. A Iniciativa dos BRICS de Pesquisa e Inovação deve abranger ações incluindo:

- cooperação no âmbito de grandes infraestruturas de pesquisa incluindo a possível consideração de megaprojetos científicos para lograr grandes descobertas científicas e tecnológicas nas áreas-chave de cooperação delineadas no Memorando;

- coordenação dos programas nacionais de larga escala já existentes nos países do BRICS;

- desenvolvimento e implementação de um Programa Marco do BRICS para o financiamento multilateral de projetos de pesquisa conjunta para pesquisa, comercialização e inovação tecnológicas envolvendo ministérios e centros de ciência e tecnologia, institutos de desenvolvimento de institutos e fundações nacionais e, se necessário, regionais para patrocinar projetos de pesquisa;

- estabelecimento de uma Plataforma de Pesquisa e Inovação conjunta.

Essas atividades devem ser empreendidas conforme o Plano de Trabalho de C,T&I dos BRICS a ser endossado na próxima reunião dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação dos BRICS.

Baseados na Declaração de Brasília dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação dos BRICS, encorajamos participação mais intensa de empresas, da academia e de outros atores relevantes para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação entre os países do BRICS.

63. Notamos a direta interdependência entre o investimento em educação, o desenvolvimento de capital humano e a melhora do desempenho econômico. Reafirmamos a necessidade de educação igualmente acessível, de alta qualidade e duradoura para todos, em linha com a Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015.

Apoiamos os esforços para assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Reconhecemos a importância da Educação Vocacional e Treinamento como um instrumento para melhorar as oportunidades de emprego, inclusive para os jovens que ingressam no mercado de trabalho. Encorajamos a mobilidade de estudantes entre países do BRICS.

Encorajamos que se explorem as possibilidades de aquisição de habilidades pela implementação de melhores práticas internacionais, inclusive por meio de programas relevantes da WorldSkills.

Realçamos a importância primária da educação superior e da pesquisa e clamamos pelo intercâmbio de experiências no reconhecimento de graus e diplomas universitários. Conclamamos que se trabalhe em direção à cooperação entre as autoridades do BRICS para o credenciamento e o reconhecimento.

Apoiamos as iniciativas independentes para estabelecer a Rede Universitária dos BRICS e a Liga Universitária do BRICS.

64. Levando em conta a Declaração de Princípios da Cooperação Cultural Internacional da UNESCO, de 1966, e a Declaração sobre a Diversidade Cultural da UNESCO, de 2001, reconhecendo que a diversidade cultural é a fonte do desenvolvimento e convencidos de que intercâmbios e cooperação culturais facilitam o entendimento mútuo, reiteramos a importância da cooperação entre os países do BRICS na esfera cultural. Visando ao fortalecimento e ao desenvolvimento de relações amigáveis entre nossos povos e países, continuaremos a encorajar de todo modo possível a cooperação direta entre nossos países na esfera da arte e da cultura.

Saudamos a assinatura do Acordo entre os Governos dos Estados Membros do BRICS de Cooperação na Área de Cultura. Esse Acordo desempenhará um papel importante na expansão e no aprofundamento da cooperação nas áreas da arte e da cultura e na promoção do diálogo entre culturas, o que ajudará a aproximar as culturas e povos de nossos países.

65. As Nações Unidas realizarão a Cúpula em setembro para avaliar o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e adotar a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, que irá orientar a cooperação internacional para o desenvolvimento nos próximos 15 anos. Atribuímos grande importância à Cúpula e esperamos que a Cúpula

demonstre a visão estratégica dos líderes, a solidariedade de todas as partes e seu compromisso de tratar de questões globais de desenvolvimento através da cooperação.

Reafirmamos nosso compromisso com a ambiciosa Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, a ser aprovada na Cúpula das Nações Unidas. Reiteramos que a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 deve ser construída sobre as bases estabelecidas pelos ODMs, garantir a conclusão dos compromissos não atingidos e responder aos novos desafios. Uma Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 deve, além disso, reforçar o compromisso da comunidade internacional de erradicar a pobreza e alcançar o crescimento econômico sustentado, equitativo e inclusivo e o desenvolvimento sustentável, totalmente em conformidade com todos os princípios da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio em 1992, incluindo, em particular, o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Ressaltamos a importância de uma abordagem integrada aos meios de implementação da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

Consideramos a erradicação da pobreza como requisito indispensável para o objetivo global de realização do desenvolvimento sustentável, e ressaltamos a necessidade de uma abordagem coerente para alcançar a integração inclusiva e equilibrada de componentes econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável. Essa abordagem envolve o trabalho no sentido de um marco único

e um conjunto de objetivos que são de natureza universal e aplicável a todos os países, tendo em conta as diferentes circunstâncias nacionais e o respeito às políticas e prioridades nacionais. É, portanto, imperativo que trabalhemos com base e em conformidade com os acordos existentes e os resultados das cúpulas e conferências multilaterais sobre o desenvolvimento. Neste sentido, congratulamo-nos com o relatório do Grupo de Trabalho Aberto da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e enfatizamos que as propostas do Grupo de Trabalho Aberto devem ser a principal base para a integração de objetivos de desenvolvimento sustentável na Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

66. Esperamos o êxito da Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, a ser realizada em Adis Abeba, Etiópia, em 13-16 julho de 2015. Instamos todas as partes a se engajarem em um diálogo proveitoso com vistas à adoção de uma estratégia ambiciosa e eficaz para a mobilização de recursos para o desenvolvimento sustentável.

A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento desempenha um papel importante no financiamento para o desenvolvimento. Instamos os países desenvolvidos a honrar os seus compromissos na íntegra e de forma tempestiva a esse respeito. Reconhecemos que a mobilização de recursos nacionais e internacionais e um ambiente doméstico e internacional favorável são fatores-chave para o desenvolvimento e conclamamos a

uma mobilização de recursos em larga escala a partir de uma variedade de fontes e para a utilização eficaz do financiamento, a fim de dar um forte apoio aos países em desenvolvimento nos seus esforços para promover o desenvolvimento sustentável.

Estamos empenhados em reforçar e apoiar ainda mais a cooperação Sul-Sul, ressaltando ao mesmo tempo em que a cooperação Sul-Sul não é um substituto, mas sim um complemento, da cooperação Norte-Sul, que continua a ser o principal canal de cooperação internacional para o desenvolvimento.

Temos a intenção de reforçar as parcerias para o avanço do desenvolvimento internacional e de começar a interação através do diálogo, da cooperação e do intercâmbio de experiências na promoção do desenvolvimento internacional de interesse mútuo para os nossos países. Neste contexto, saudamos os planos para uma reunião de altos funcionários dos países do BRICS encarregados da cooperação internacional para o desenvolvimento.

67. Manifestamos a nossa disposição para enfrentar a mudança do clima em um contexto global e em nível nacional e para alcançar um acordo abrangente, eficaz e equitativo no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Ressaltamos a importância da transferência de tecnologia e de conhecimento científico para enfrentar a mudança do clima e seus efeitos adversos e, portanto, concordamos em realizar pesquisas conjuntas sobre os temas prioritários de interesse comum.

68. Saudamos a realização da primeira reunião de ministros do meio ambiente de nossos países em Moscou, em 22 de abril de 2015, que marcou o início de um novo formato de cooperação na área ambiental. Apoiamos a criação de uma plataforma para o compartilhamento de tecnologias ambientalmente adequadas como um novo mecanismo internacional para as parcerias público-privadas que possam ajudar a enfrentar os desafios ambientais em nossos países.

69. Reconhecendo a importância de se acompanharem as tendências globais no setor da energia, inclusive fazer previsões com relação ao consumo de energia, formular recomendações para o desenvolvimento dos mercados da energia a fim de garantir a segurança energética e o desenvolvimento econômico, conclamamos as nossas autoridades relevantes a considerar as possibilidades de cooperação em energia no âmbito do BRICS.

Tendo em conta o papel do setor da energia no sentido de garantir o desenvolvimento econômico sustentável dos países BRICS, acolhemos a ponderação dos interesses dos países consumidores, produtores e de trânsito dos recursos energéticos, criando as condições para um desenvolvimento sustentável e previsível dos mercados de energia.

Reafirmando a importância e a necessidade de avançar a cooperação internacional na área da economia de energia, eficiência energética e o desenvolvimento de tecnologias que promovam a eficiência energética, saudamos a realização da primeira reunião oficial sobre eficiência

energética, em maio de 2015, e esperamos que se desenvolva a cooperação intra-BRICS nessa área, bem como o estabelecimento da plataforma pertinente. Saudamos a proposta russa de realizar a primeira reunião de ministros da energia do BRICS no final deste ano. Instamos as empresas dos países do BRICS a desenvolver em conjunto tecnologias e equipamentos eficientes energeticamente e conclamamos o Conselho Empresarial do BRICS a estudar formas de cooperação nesta área.

70. Saudamos o desenvolvimento das relações entre parlamentos, empresas e instituições da sociedade civil dos países do BRICS, com vistas à promoção da amizade e diálogo entre nossas nações.

71. Saudamos a reunião do Foro Parlamentar, realizada em Moscou, em junho de 2015, e a intenção de fortalecer e promover todas as formas de cooperação interparlamentar, inclusive consultas à margem de organizações internacionais parlamentares para a coordenação de iniciativas e posições conjuntas.

72. Saudamos as reuniões exitosas do Foro Empresarial do BRICS e do Conselho Empresarial do BRICS, bem como os seus esforços para o fortalecimento dos vínculos entre empresas e para a promoção de projetos e iniciativas entre os países do BRICS.

Buscamos criar um ambiente favorável para o maior desenvolvimento do comércio, investimento e cooperação empresarial entre os países do BRICS,

inclusive por meio da eliminação de barreiras administrativas excessivas e obstáculos ao comércio.

Tomamos nota da recomendação do Conselho Empresarial relativa à simplificação dos procedimentos de visto para viagens de negócio entre os países do BRICS e pedimos às nossas autoridades relevantes a continuar o trabalho para essa finalidade.

73. Saudamos as atividades do Conselho de Think Tanks do BRICS e a Estratégia de Longo Prazo para o BRICS, assim como o 7o. Foro Acadêmico em Moscou para a expansão da cooperação entre os BRICS. Valorizamos essa plataforma permanente para opiniões aprofundadas de especialistas e esperamos novas pesquisas e análises de alta qualidade, bem como discussões efetivas entre "think tanks" sobre assuntos de interesse mútuo.

O Conselho de Think Tanks do BRICS deve trabalhar, ainda, para fortalecer a cooperação em pesquisas orientadas para o futuro, o intercâmbio de conhecimentos, a capacitação e a assessoria em políticas entre os think tanks nos países do BRICS.

74. Saudamos a iniciativa da presidência de turno russa de realizar o primeiro Foro Civil do BRICS, que contribui para um diálogo entre as organizações da sociedade civil do BRICS, a academia, empresas e governos dos países do BRICS em uma ampla variedade de importantes questões socioeconômicas. Também saudamos a realização do Foro Sindical, bem como o lançamento da "dimensão da juventude" da nossa

cooperação durante a Presidência russa.

75. Saudamos a assinatura do Memorando de Entendimento entre nossos Ministérios das Relações Exteriores para a Criação de Sítio Eletrônico Conjunto do BRICS. O sítio eletrônico servirá como plataforma para informar o público de nossos países e a comunidade internacional em geral sobre os princípios, objetivos e práticas do BRICS. Exploraremos a possibilidade de desenvolver o Sítio Eletrônico do BRICS como um secretariado virtual.

76. Índia, China, África do Sul e Brasil expressam sua sincera gratidão ao Governo e povo da Rússia por sediar a VII Cúpula do BRICS em Ufá.

77. Rússia, China, África do Sul e Brasil comunicam seu apreço à Índia por sua oferta de sediar a VIII Cúpula do BRICS em 2016 e estendem seu pleno apoio para a consecução desse fim.

## VII CÚPULA DO BRICS – PLANO DE AÇÃO – UFÁ, RÚSSIA, 9 DE JULHO DE 2015 09/07/2015

Esperando nosso próximo encontro, a realizar-se à margem da Cúpula do G20 (Antalya, Turquia, 15-16 de novembro de 2015), tomamos nota dos seguintes eventos realizados durante a Presidência russa antes da Cúpula de Ufá:

1. Reunião do Grupo de Trabalho sobre a criação do Arranjo Multilateral

Contingente de Reservas (Washington, 14-15 de abril de 2015).

2. Reunião de Peritos dos Países do BRICS sobre Assuntos Aduaneiros (Moscou, 13-14 de abril de 2015).

3. Diálogo de Peritos do BRICS sobre comércio eletrônico (Moscou, 14 de abril de 2015).

4. Reunião de Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do BRICS (Washington, 16 de abril de 2015; Moscou, 7 de julho de 2015).

5. Reunião de Peritos no combate ao tráfico ilícito de drogas e substâncias psicotrópicas e seus precursores nos países do BRICS (Moscou, 20 de abril de 2015).

6. Reunião de Ministros do Meio Ambiente do BRICS (Moscou, 22 de abril de 2015), precedida de reunião de peritos (Moscou, 21 de abril de 2015).

7. Reunião de Chefes de Agências Antidrogas dos BRICS (Moscou, 22 de abril de 2015).

8. Reunião de Autoridades de Defesa da Concorrência do BRICS à margem da Conferência da Rede Internacional para a Defesa da Concorrência (Sydney, 28 de abril – 1º de maio de 2015).

9. Consultas entre os Ministérios das Relações Exteriores dos BRICS sobre Assuntos de Política Externa (Moscou, 15 de maio de 2015).

10. Consultas entre os Ministérios das Relações Exteriores dos BRICS sobre Segurança em Atividades no Espaço

Exterior (Moscou, 20 de maio de 2015).

11. Reunião do Conselho de Think Tanks do BRICS (Moscou, 21 de maio de 2015).

12. Reunião de Vice-Ministros das Relações Exteriores dos BRICS sobre o Oriente Médio (Ásia Ocidental) e Norte da África (Moscou, 22 de maio de 2015).

13. Foro Acadêmico do BRICS (Moscou, 22-23 de maio de 2015).

14. Reunião de Altos Representantes Responsáveis por Segurança Nacional dos BRICS (Moscou, 26 de maio de 2015).

15. Reunião dos Ministros da Saúde dos BRICS à margem da AMS (Genebra, 26 de maio de 2015).

16. Reuniões do Grupo de Trabalho de Alto Nível sobre a Estratégia para uma Parceria Econômica do BRICS (Brasília, dezembro de 2014; março de 2015 – sob a Presidência brasileira; Moscou, 16 de abril; 4-5 de junho de 2015 – sob a Presidência russa).

17. Foro Parlamentar do BRICS (Moscou, 8 de junho de 2015).

18. Reunião de Representantes de Agências Aduaneiras dos BRICS à margem da Conferência da Organização Mundial de Aduanas (Bruxelas, 11-13 de junho 2015).

19. Reunião dos Ministros da Cultura dos BRICS (Moscou, 16-17 de junho de 2015).

20. Grupo de Trabalho do BRICS sobre Segurança no Uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação (Moscou, 16-18 de junho de 2015).

21. Reunião do Conselho Empresarial do BRICS (Ufá, 18 de junho de 2015).

22. Conferência Internacional "Ameaças comuns – ações conjuntas: a resposta dos países do BRICS a doenças infecciosas perigosas" (Moscou, 23-24 de junho de 2015).

23. Reuniões dos Chefes de Delegação do BRICS junto ao Grupo de Ação Financeira (GAFI) (Paris, 24 de fevereiro de 2015; Moscou, 23-24 de abril de 2015; Brisbane, 24 de junho de 2015).

24. Reunião do Grupo de Trabalho do BRICS sobre Educação (Moscou, 25-26 de junho de 2015).

25. BRICS Civil (Moscou, 29 de junho – 1º de julho de 2015).

26. Reunião dos Ministros ou Chefes de Agência Responsáveis por Temas de Juventude (Kazan, 4 de julho de 2015).

27. Cúpula da Juventude do BRICS (Kazan, 4-7 de julho de 2015).

28. Reuniões do Grupo de Contato sobre Assuntos Econômicos e de Comércio (Moscou, 15 de abril de 2015; Moscou, 6 de julho de 2015).

29. Reunião do Conselho de Governadores do Novo Banco de

Desenvolvimento (Moscou, 7 de julho de 2015).

30. Reunião de Ministros do Comércio dos BRICS (Moscou, 7 de julho de 2015).

31. Reunião das Partes Financiadoras de Ciência e Tecnologia dos BRICS (Moscou, 6-7 de julho de 2015).

32. Conselho Empresarial do BRICS (Ufá, 8 de julho de 2015).

33. Foro Financeiro do BRICS (Ufá, 8 de julho de 2015).

34. Foro Sindical do BRICS (Ufá, 9 de julho de 2015).

35. Reunião Anual de Chefes de Bancos do Mecanismo de Cooperação Interbancária do BRICS (Ufá, 8 de julho de 2015).

Eventos a serem realizados durante a Presidência russa:

1. Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros/Relações Internacionais do BRICS à margem da sessão da Assembleia Geral da ONU.

2. Reuniões de temas financeiros:

- Reunião de Ministros das Finanças e de Presidentes de Bancos Centrais;

- Reunião de Vice-Ministros das Finanças;

- Reuniões do Conselho de Governadores do Novo Banco de Desenvolvimento;

- Reuniões do Grupo de Trabalho sobre a Criação do Arranjo Multilateral Contingente de Reservas;

- Reuniões de Peritos dos Bancos Centrais dos BRICS sobre a elaboração de um acordo para a operacionalização do Arranjo Contingente de Reservas.

3. Reunião dos Ministros da Saúde dos BRICS.

4. Reunião dos Ministros do Trabalho e Emprego dos BRICS.

5. Seminário do BRICS sobre questões populacionais.

6. Reunião dos Ministros da Educação dos BRICS.

7. Reunião dos Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário dos BRICS. Reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação em Agricultura.

8. Reunião de Ministros de Ciência, Tecnologia e Inovação dos BRICS precedida de Reunião de Altos Funcionários dos BRICS em Ciência, Tecnologia e Inovação.

9. Reunião de Chefes de Órgãos Tributários do BRICS. Precedida de Reunião preparatória de Peritos de Órgãos Tributários do BRICS.

10. Reunião do Grupo de Contato do BRICS sobre Assuntos Econômicos e Comerciais.

11. Reunião dos Ministros das Telecomunicações dos BRICS.

12. Reunião de Chefes de Agências Nacionais dos BRICS responsáveis por Gestão de Desastres.

13. Reunião de Autoridades de Defesa da Concorrência do BRICS (novembro de 2015, Durban).

14. Reunião das Autoridades responsáveis por Estatísticas Nacionais dos BRICS.

15. Foro sobre Sistemas de Proteção Social Abrangentes dos países do BRICS à margem de reunião de peritos do BRICS sobre questões sociais e laborais.

16. Reunião de Altos Funcionários dos BRICS responsáveis pela Assistência Internacional ao Desenvolvimento.

17. Reunião intermediária de Sherpas e Sub-Sherpas do BRICS.

18. Lançamento do Sítio Eletrônico Conjunto do BRICS.

19. Reunião de Altos Funcionários dos BRICS sobre Combate à Corrupção (novembro de 2015, São Petersburgo).

20. Reunião do Grupo de Trabalho Antidrogas do BRICS.

21. Reunião de Chefes de Delegações dos BRICS ao GAFI (estabelecimento de Conselho do BRICS sobre Combate à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo no GAFI).

22. Consultas entre as Missões Permanentes e/ou Embaixadas, conforme apropriado, em Nova York,

Roma, Paris, Washington, Nairóbi e Genebra, onde apropriado.

23. Grupo de Trabalho sobre Cooperação em TICs.

24. Foro de Jovens Diplomatas do BRICS.

25. Foro de Jovens Cientistas do BRICS.

26. Cúpula Global de Universidades do BRICS. Reuniões constituintes da Rede de Universidades do BRICS e da Liga de Universidades do BRICS.

Outras iniciativas da Presidência russa:

1. Reunião de Chefes de Órgãos Migratórios do BRICS precedida por sessão do Grupo Preparatório.

2. Reunião dos Ministros de Energia dos BRICS precedida por reunião do Grupo de Trabalho sobre Energia e Eficiência Energética.

3. Reuniões de Alto Nível dos BRICS sobre Assuntos Industriais.

4. Reunião dos Chefes dos Órgãos de Segurança Industrial e Energética do BRICS. Oficina Internacional entre Órgãos Reguladores da Segurança Industrial dos BRICS “Regulação Efetiva da Segurança Industrial como Elemento de Estabilidade da Economia Nacional” em formato de engajamento externo.

5. Concurso Internacional de Jovens Cientistas dos países do BRICS. Foro Internacional de Jovens Cientistas e Empreendedores do BRICS.

6. Reunião de autoridades responsáveis por cooperação jurídica e Direito Internacional nos Ministérios das Relações Exteriores, à margem de foros multilaterais relevantes.

7. Conferência sobre a Modernização dos Sistemas de Tesouro dos países do BRICS.

8. Foro Internacional de Jovens Jornalistas, Blogueiros e Repórteres Fotográficos, incluindo aqueles representando os países do BRICS.

Áreas de Cooperação a serem exploradas:

1. Diálogo dos BRICS sobre manutenção da paz.

2. Estabelecimento do Conselho de Regiões do BRICS.

3. Cooperação e intercâmbio de experiências entre profissionais de mídia dos BRICS.

## LANÇAMENTO, NO EXTERIOR, DO PASSAPORTE BRASILEIRO COM VALIDADE DE ATÉ 10 ANOS 10/07/2015

O lançamento, no exterior, do novo passaporte brasileiro com validade de 10 anos ocorrerá a partir de agosto, de forma escalonada, em três fases. A defasagem em relação ao lançamento no Brasil decorre da necessidade de adequar as entregas do novo material pela Casa da Moeda e os imperativos logísticos para distribuir esse material para os cerca de 200 postos no

exterior. O lançamento escalonado permitirá, ao mesmo tempo, a utilização de estoques das atuais cadernetas remanescentes nos postos, de acordo com o princípio da economicidade na administração pública.

Em meados de agosto, as repartições consulares brasileiras da América do Sul e da América Central serão as primeiras a emitirem os novos passaportes. Esses postos serão seguidos, em intervalos de uma semana, pelos postos na África, Ásia, Europa e Oceania. Finalmente, no início do mês de outubro, os postos da América do Norte completarão o processo.

Para o Ministério das Relações Exteriores, o lançamento do novo passaporte constitui um marco importante no processo de aperfeiçoamento constante dos serviços consulares prestados às comunidades brasileiras no exterior. O novo passaporte responde a uma antiga e legítima demanda da comunidade brasileira no exterior e foi objeto de compromisso firme, de parte do Governo brasileiro, por ocasião da última Conferência Brasileiros no Mundo, realizada em Salvador, em novembro de 2013. A utilização do novo passaporte terá o efeito adicional posterior de diminuir a demanda por esse tipo de documento no exterior, liberando recursos humanos e materiais para outras atividades consulares.

Os postos consulares foram instruídos a orientar o público a respeito da implementação escalonada da emissão do novo passaporte no exterior.

REUNIÃO DOS DIREITOS –  
GERAIS SOBRE ASSUNTOS  
DAS NAÇÕES UNIDAS DO G-4  
– DECLARAÇÃO CONJUNTA  
10/07/2015

1. Os Diretores-Gerais (DGs) sobre Assuntos das Nações Unidas dos países do G-4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão) reuniram-se, em Brasília, no dia 10 de julho de 2015, para trocar impressões sobre a questão da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A última reunião do grupo ocorreu em Berlim, em 27 de fevereiro de 2015.

2. Os DGs discutiram a atual situação das negociações intergovernamentais (IGN) em curso em Nova York. Expressaram seu firme apoio aos esforços envidados pelo Facilitador do IGN, Embaixador Courteney Rattray da Jamaica, e saudaram seu compromisso de apresentar um texto propício a negociações que contenha as visões transmitidas por países e grupos de países, de modo a facilitar que se iniciem brevemente negociações baseadas em texto ("text-based negotiations").

3. Os DGs também expressaram sua apreciação aos esforços do Presidente da Assembleia Geral, Sam Kutesa, e reconheceram sua vigorosa liderança no avanço do processo da reforma do Conselho de Segurança da ONU, que constitui uma antiga aspiração de toda a comunidade internacional, em direção a um caminho irreversível de negociações baseadas em texto.

4. Os DGs ressaltaram que a comemoração do aniversário de setenta anos das Nações Unidas, em 2015, constitui importante oportunidade para que se alcancem resultados há muito aguardados sobre a reforma do Conselho de Segurança.

5. Os DGs acordaram que seu próximo encontro será realizado em setembro, em Nova York, à margem do Debate Geral da 70ª Sessão da Assembleia Geral, previamente à tradicional reunião de Chanceleres do G-4.

ATENTADO CONTRA O  
CONSULADO DA ITÁLIA NO  
CAIRO 11/07/2015

O Governo brasileiro condena o atentado terrorista cometido contra o Consulado da Itália no Cairo neste sábado.

O recurso à violência indiscriminada, praticada sob qualquer pretexto, merece o mais veemente repúdio da sociedade e do Governo brasileiro.

O Governo brasileiro transmite sua solidariedade aos Governos da Itália e do Egito.

ATENTADO NO CHADE  
11/07/2015

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do atentado cometido hoje no mercado público na cidade de N'Djamena, que deixou dezenas de mortos e feridos.

Ao reafirmar o repúdio da sociedade brasileira a todo ato de terrorismo, quaisquer que sejam suas motivações, o Governo brasileiro transmite suas condolências e sua solidariedade aos familiares das vítimas e ao Governo do Chade.

ANIVERSÁRIO DA  
INDEPENDÊNCIA DA  
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA  
DE SÃO TOMÉ PRÍNCIPE  
12/07/2015

A República de São Tomé e Príncipe celebra, hoje, o 40º aniversário de sua independência. Nas comemorações em São Tomé, o Governo brasileiro será representado por seu Embaixador naquela capital.

Brasil e São Tomé e Príncipe compartilham história e valores comuns de promoção da paz, democracia e desenvolvimento. Norteados por esses valores, o relacionamento bilateral tem-se aprofundado e diversificado, como atesta a abertura, em 2014, do Núcleo da Missão Naval do Brasil junto à Embaixada brasileira em São Tomé. O Ministro Mauro Vieira visitou o país em abril último, em sua primeira viagem à África.

São Tomé e Príncipe tem sido um dos principais parceiros da cooperação brasileira com países de língua portuguesa. Os projetos abrangem áreas diversas como segurança alimentar, apoio à elaboração de políticas públicas, formação e capacitação de quadros técnicos, com

destaque para o Centro de Formação Profissional, cujas instalações foram inauguradas em maio de 2014, em São Tomé.

Nesse espírito de fraternidade, o Governo brasileiro congratula o Governo e o povo santomenses pelo 40º Aniversário da Independência e reitera sua disposição de continuar trabalhando para promover relações cada vez próximas e fecundas entre os nossos países.

ACORDO POLÍTICO LÍBIO  
14/07/2015

O Governo brasileiro saúda a rubrica por diversos grupos líbios de Acordo Político, em 11 de julho corrente, na cidade de Skhirat, no Marrocos. A ocasião constitui importante marco nos esforços em favor de uma solução pacífica para a estabilização da Líbia.

Ao felicitar as diversas lideranças líbias engajadas nas negociações, o Brasil encoraja a plena adesão ao Acordo por todas as partes envolvidas. O Governo brasileiro manifesta a esperança de que a associação dos principais segmentos políticos líbios ao instrumento possibilite a formação de um Governo de unidade nacional, com vistas ao enfrentamento dos grandes desafios que se impõem ao país.

O Brasil congratula, igualmente, o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Líbia, Bernardino León, assim como os demais atores regionais e internacionais envolvidos na mediação

do diálogo líbio, cujo empenho contribuiu para que esse importante resultado fosse alcançado.

## ACORDO SOBRE O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO 14/07/2015

O Brasil recebeu, com grande satisfação, o anúncio de que o grupo de países conhecido como P5+1 (composto por Alemanha, China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) e o Irã, com a facilitação da União Europeia, concluíram hoje, em Viena, um acordo abrangente e de longo prazo sobre o programa nuclear iraniano.

O Governo brasileiro saúda todas as partes pela vontade política, persistência e determinação demonstradas ao longo de processo negociador complexo e de elevada sensibilidade. Essas qualidades serão cruciais também para a plena e oportuna execução do acordo.

O Brasil sempre apoiou, inclusive por meio da Declaração de Teerã de 2010, os esforços diplomáticos destinados a assegurar a natureza exclusivamente pacífica do programa nuclear iraniano e a normalização das relações do Irã com a comunidade internacional.

O acordo hoje anunciado evidencia, uma vez mais, a eficácia da diplomacia e da negociação como os instrumentos capazes de construir uma paz verdadeiramente sustentável.

O Governo brasileiro faz votos de que o êxito alcançado em Viena contribua significativamente para o início de uma nova e produtiva fase nas relações entre o Irã e as demais partes do acordo, bem como para a redução de conflitos e tensões, em benefício de toda a comunidade internacional. Como sempre, o Brasil está pronto e disposto a colaborar nesse sentido.

## VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO PARAGUAI, ELADIO LOIZAGA – BRASÍLIA, 15 DE JULHO DE 2015

O Ministro de Relações Exteriores do Paraguai, Embaixador Eladio Loizaga, realizará visita a Brasília no dia 15 de julho de 2015, ocasião em que manterá encontro de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira.

Os Chanceleres tratarão de temas da agenda bilateral e regional, com destaque para comércio, integração física e o MERCOSUL. O Brasil transmitirá a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL ao Paraguai durante a próxima Cúpula do bloco, a ser realizada em 17 de julho, em Brasília.

O Brasil é o principal destino das exportações paraguaias e o principal fornecedor de produtos para o Paraguai. O fluxo de comércio bilateral quase dobrou nos últimos cinco anos, com crescimento de 94%.

Em 2014, o intercâmbio bilateral alcançou US\$ 4,4 bilhões, o maior patamar da série histórica.

REUNIÃO ENTRE BOLÍVIA,  
BRASIL, EQUADOR E PERU  
PARA PROMOVER A  
MIGRAÇÃO SEGURA NA  
AMÉRICA DO SUL –  
COMUNICADO CONJUNTO  
14/07/2015

Com vistas a examinar iniciativas e projetos de cooperação regional para enfrentar a ação de redes criminosas organizadas que vem acompanhando a intensificação dos fluxos migratórios rumo à América do Sul e, em particular, ao Brasil, reuniram-se em Brasília, nos dias 13 de julho, em nível técnico, e 14 de julho, em nível ministerial, autoridades de Bolívia, Brasil, Equador e Peru. Os trabalhos foram presididos na etapa ministerial pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio Danese. As delegações de Bolívia, Peru e Equador foram chefiadas, respectivamente, pelo Ministro de Governo, Carlos Romero; pelo Ministro do Interior, José Luis Pérez Guadalupe; e pelo Vice-Ministro do Interior, Diego Fuentes.

As delegações reiteraram a relevância da participação da comunidade internacional para a necessidade de prestar todo o apoio e colaboração possíveis para impulsionar o desenvolvimento interno do Haiti, de modo a proporcionar melhores condições de vida e bem-estar a sua população.

Os participantes reconheceram a necessidade de tratar os migrantes que pretendam dirigir-se à América do Sul, em qualquer circunstância, com espírito humanitário, com pleno respeito a seus direitos fundamentais e a sua legítima intenção de iniciar nova vida em outro país. Assinalaram, a propósito, a importância de que se revestem iniciativas voltadas a ampliar as oportunidades formais para o acolhimento, em condições regulares, de migrantes. Sublinharam ser essa a maneira mais adequada de assegurar que toda pessoa interessada em migrar para a América do Sul possa fazê-lo em condições dignas e seguras.

Ressaltaram, nesse sentido, a decisão do Governo brasileiro de ampliar ainda mais a possibilidade de concessão de vistos permanentes especiais de caráter humanitário para nacionais haitianos, mediante o reforço da dotação de pessoal e equipamentos da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe e a firma de acordo com o escritório local da Organização Internacional para as Migrações (OIM) para a execução de serviços pré-consulares de processamento de solicitações de visto, bem como amplo conjunto de medidas em curso, que envolverá esforços de vários ministérios, com vistas a ampliar e aperfeiçoar as estruturas oficiais de abrigo, acolhimento, documentação e transporte dos migrantes em território brasileiro. O Equador tomará medidas para o ingresso e saída seguros dos migrantes, bem como zelar pela proteção de seus direitos durante o processo migratório, com o apoio dos países participantes. Essas medidas contribuirão de forma expressiva para valorizar a imigração regular e segura e, em particular,

combater o tráfico de migrantes, que apresenta elevados riscos.

As delegações convieram em apoiar ou reforçar campanha de esclarecimento aos potenciais migrantes, mediante difusão de informação, entre outros, nos meios de comunicação no Haiti e nos países de trânsito, sobre os grandes riscos e perigos da migração vinculada às redes de traficantes, bem como sobre as vantagens da migração amparada em visto. Concordaram em estabelecer ou reforçar mecanismos de intercâmbio de informações nas áreas migratória, policial e de inteligência, com vistas a monitorar as rotas empregadas pelos traficantes, identificar suas lideranças atuantes na região e os pontos de passagem por eles utilizados e colaborar para a aplicação da justiça e a sanção dos delitos.

Acordaram, por fim, estabelecer, retomar ou reforçar iniciativas de cooperação bilateral ou regional nas áreas de formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal nos setores mencionados, a fim de que o exercício de intercâmbio, o cruzamento e monitoramento de informações entre os países participantes possam ter prosseguimento em base permanente.

XLVIII CÚPULA DOS CHEFES  
DE ESTADO DO MERCOSUL E  
ESTADOS ASSOCIADOS E  
XLVIII REUNIÃO DO  
MERCADO COMUM –  
BRASÍLIA, 16 E 17 DE JULHO  
DE 2015 15/07/2015

Será realizada em Brasília, no dia 17 de julho de 2015, a 48ª edição da Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados. O encontro será precedido, no dia 16 de julho, pela Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), que reúne os Chanceleres e os Ministros de Economia e de Indústria dos Estados Partes do MERCOSUL.

A realização da Cúpula de Chefes de Estado encerra a Presidência *Pro Tempore* Brasileira (PPTB) do MERCOSUL, exercida durante o primeiro semestre de 2015. Durante a PPTB, foram realizadas cerca de 300 reuniões dos órgãos decisórios e especializados do MERCOSUL, em temas como comércio, integração produtiva, cidadania, desenvolvimento social, meio ambiente, justiça, cultura, educação, direitos humanos, saúde e mobilidade acadêmica.

Paralelamente à Cúpula e a suas reuniões preparatórias, serão realizados, em Brasília, a Cúpula Social, e, em Belo Horizonte, o V Fórum Empresarial do MERCOSUL. Entre 14 e 16 de julho, a Cúpula Social oferecerá espaço para debate sobre as dimensões social e cidadã da integração regional. O Fórum Empresarial será realizado em 14 e 15 de julho, com o objetivo de discutir temas como integração produtiva, promoção comercial, atração de investimentos e micro e pequenas empresas.

Integram o MERCOSUL todos os países sul-americanos, como Estados Partes ou como Estados Associados. Ao final da Cúpula, a

Presidência *Pro Tempore* do bloco será transferida para o Paraguai.

REUNIÃO DE TRABALHO ENTRE A PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF E A PRESIDENTA DA REPÚBLICA ARGENTINA, CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER – BRASÍLIA, 17 DE JULHO DE 2015 17/07/2015

A Presidenta Dilma Rousseff manterá reunião de trabalho com a Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, no dia 17 de julho, em Brasília. A Presidenta Cristina Kirchner também participará da XLVIII Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados, que será realizada no mesmo dia.

Durante a reunião de trabalho, as Presidentas passarão em revista os temas da ampla agenda bilateral e tratarão de assuntos da agenda regional e internacional, com destaque para o comércio bilateral, o processo de integração e as negociações do Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Europeia.

O Brasil é o principal destino das exportações argentinas e o principal fornecedor de produtos para o país vizinho. Em 2014, o intercâmbio bilateral alcançou a marca de US\$ 28,4 bilhões, tendo a Argentina sido o terceiro maior parceiro comercial do Brasil.

COMUNICADO CONJUNTO DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS – BRASÍLIA, 17 DE JULHO DE 2015 17/07/2015

Os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados, reunidos na cidade de Brasília, República Federativa do Brasil, no dia 16 de julho de 2015, por ocasião da XLVIII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC): Reiteraram seu compromisso com o aprofundamento dos mecanismos de integração e concertação regional, por meio de diálogo político permanente, orientado a fortalecer a unidade regional e contribuir para o desenvolvimento econômico com inclusão social, a melhoria da qualidade de vida de nossos cidadãos, o avanço da justiça social, a erradicação da fome e da pobreza e a garantia dos direitos básicos, como o trabalho decente, a educação de qualidade e o direito a uma alimentação adequada; Reiteraram a importância fundamental da promoção e da proteção dos valores da democracia e dos direitos humanos como eixo essencial da integração regional, a fim de preservar a América do Sul como uma zona de paz e desenvolvimento; Reafirmaram a necessidade de seguir impulsionando o processo de integração econômica, para o desenvolvimento de nossos povos, por meio da integração produtiva, do desenvolvimento da infraestrutura e de políticas inclusivas, entre outros; Passaram em revista os avanços alcançados nos diferentes âmbitos do MERCOSUL, da

integração latino-americana e caribenha e do plano multilateral;

## **I. NO ÂMBITO DO MERCOSUL**

1. Ratificaram o compromisso de continuar fortalecendo a dimensão social do MERCOSUL nos seus mais variados aspectos;

2. Registraram a adoção da “Declaração das Autoridades Responsáveis pela Agricultura Familiar dos Estados Partes do MERCOSUL sobre Governança da Terra”, na XXIII Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF), e destacaram o importante papel que a REAF desempenha como espaço de articulação entre os governos, os movimentos sociais, os agricultores e as estruturas próprias do sistema de integração;

3. Saudaram a adoção das Declarações dos Ministros da Saúde do MERCOSUL e Estados Associados sobre "Acesso a Medicamentos", "Mudança do Clima e Saúde Humana", "Segurança no Trânsito" e sobre a "Necessidade de Priorização da Implementação do Registro MERCOSUL de Doação e Transplante (DONASUR) nos Estados Partes e Associados";

4. Reconheceram a importância de continuar a combater as doenças crônicas não transmissíveis nos países do bloco e, nesse sentido, saudaram a assinatura de acordos sobre a redução do consumo de sódio, a prevenção e o controle da obesidade, e os custos econômicos associados ao tabaco;

5. Reconheceram a importância de buscar alternativas para avançar na criação de mecanismos que permitam integrar esforços para utilizar o poder de compras públicas para aquisição conjunta de medicamentos a preços mais justos;

6. Sublinharam a importância estratégica de trocar informações sobre ações coordenadas para coibir fraudes e práticas irregulares na aquisição ou prescrição de dispositivos médicos implantáveis (órteses e próteses). As respostas dos governos a essa questão da saúde possibilitará aos países criar estratégias e mecanismos para o desenvolvimento dos mercados nacionais e, ao mesmo tempo, comparar e reduzir preços praticados no mercado internacional;

7. Ratificaram o apoio à República Oriental do Uruguai em face da interferência da indústria multinacional do fumo na implementação de políticas de controle de tabaco, o que atenta contra o direito soberano dos Estados a definirem suas políticas de saúde;

8. Apoiaram a decisão dos Ministros de Justiça do MERCOSUL e Estados Associados de avançar na negociação da proposta de protocolo sobre cooperação jurídica em procedimentos civis e administrativos contra a corrupção, destacando a premência de se alinhar às mais avançadas políticas contra a corrupção, de modo a enfrentá-la com abordagem ampla;

9. Celebraram a adoção, pela Reunião dos Ministros da Justiça do MERCOSUL e Estados Associados, da Declaração sobre o “Registro de Visitas em Estabelecimentos

Penitenciários dos Países do MERCOSUL e Associados” e da Declaração sobre “Acesso à Justiça”;

10. Concordaram quanto à necessidade de aprimorar permanentemente a colaboração entre as suas autoridades centrais para cooperação jurídica internacional, com especial atenção às oportunidades proporcionadas pelas modernas tecnologias da informação e comunicação;

11. Tomaram nota, com satisfação, da adoção da Declaração “O papel dos Ministérios Públicos na efetivação da cooperação jurídica no MERCOSUL”, por ocasião da XVIII Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL;

12. Entenderam a importância de fortalecer, quando a legislação nacional assim o permitir, a independência e a autonomia dos sistemas de Defensorias Públicas com o propósito de garantir o efetivo acesso à justiça às pessoas em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, destacam a importância de garantir, seja no âmbito penal ou não, um serviço eficaz, livre de ingerências, intervenções ou controles por parte de outros poderes do Estado e consideram a conveniência de promover a autonomia funcional e a autarquia financeira visando ao efetivo exercício da assistência jurídica gratuita, levando em conta o Direito interno de cada Estado;

13. Destacaram a importante contribuição do Grupo de Trabalho sobre Armas de Fogo e Munições e do Subgrupo Técnico, para prevenir, combater e erradicar a fabricação e o

tráfico ilícitos de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais relacionados, bem como para promover a cooperação regional com vistas à implementação de políticas e programas comuns na matéria;

14. Manifestaram satisfação com os avanços nos temas da agenda migratória, obtidos durante as reuniões do Foro Especializado Migratório, realizadas no âmbito das reuniões de Ministros do Interior do MERCOSUL, em especial com relação às discussões sobre a atualização do marco normativo migratório regional;

15. Ressaltaram, ademais, o progresso na construção do Guia Regional para a Identificação e Atenção às Crianças e Adolescentes Migrantes, e o fortalecimento da cooperação com a Organização Internacional para as Migrações (OIM);

16. Tomaram nota da criação, no âmbito da Reunião de Ministros do Interior, da Reunião de Comitês Nacionais para Refugiados ou seus equivalentes dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados, como espaço de intercâmbio e discussão que reforce a cooperação regional sobre esta temática com vistas ao fortalecimento da proteção internacional;

17. Recordaram que, em 2015, completam-se 40 anos da criação da “Operação Condor”, articulação repressiva organizada no contexto dos regimes de facto que assolaram a região, que constituiu o processo de repressão estatal coordenado mais grave vivido em países da América do Sul. Condenaram firmemente os fatos

acontecidos nessa etapa e reafirmaram o compromisso de que a preservação da memória, a busca da verdade e o império da justiça sejam parte da construção atual e futura de nossas democracias;

18. Reconheceram a importância da aprovação pela Organização dos Estados Americanos (OEA) da Convenção Interamericana sobre os Direitos das Pessoas Idosas, que estabelece elevados padrões de proteção dos direitos fundamentais dessas pessoas em especial situação de vulnerabilidade. Afirmaram, igualmente, que esse instrumento internacional promove verdadeira mudança de paradigma na concepção tradicional que se tinha sobre as pessoas idosas, que supõe novas formas de intervenção da família, da sociedade e dos Estados. Além disso, sublinharam o papel que tiveram alguns países do MERCOSUL no processo de redação e negociação desse instrumento e nos esforços realizados para lograr sua aprovação e expressaram seu apoio às iniciativas dos Estados para garantir de maneira efetiva os direitos das pessoas idosas em toda a região;

19. Além disso, comprometeram-se a apoiar as negociações em curso nas Nações Unidas, com vistas a lograr um instrumento jurídico de alcance universal sobre a matéria;

20. Saudaram a criação da Reunião de Autoridades sobre os Direitos das Populações Afrodescendentes do MERCOSUL (RAFRO), com vistas a coordenar discussões, políticas e iniciativas que beneficiem as populações afrodescendentes, bem

como promover sua inclusão nos processos de transformação econômica, política, social e cultural como atores fundamentais para o desenvolvimento da região;

21. Reiteraram seu compromisso de implementar as Diretrizes da Política de Igualdade de Gênero do MERCOSUL aprovadas por Decisão do Conselho do Mercado Comum e de fortalecer as políticas nacionais e regionais de promoção da igualdade e equidade entre mulheres e homens, fator indispensável para aprofundar a democracia, a igualdade de gênero e eliminar todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres. Ressaltaram a importância da igualdade de gênero como Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, bem como a de raça e etnia, a ser transversalizada por todos os indicadores e incorporada à totalidade dos ODS que serão aprovados durante a próxima Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro deste ano;

22. Reafirmaram o papel fundamental da cultura para o desenvolvimento pleno dos países da região, destacando, inclusive, o potencial econômico da atividade cultural;

23. Em seguimento à estratégia de reconhecer e valorizar o patrimônio cultural da região, congratularam-se pela realização, no dia 30 de maio de 2015, da Cerimônia de Entrega dos Certificados de Reconhecimento da Ponte Internacional Barão de Mauá, localizada na fronteira entre as cidades de Jaguarão, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai, como primeiro bem reconhecido como "Patrimônio

Cultural do MERCOSUL". Felicitaram-se, igualmente, pelo reconhecimento das expressões culturais da "Pajada" e das "Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos" como novos bens a integrar a lista de "Patrimônio Cultural do MERCOSUL";

24. Concordaram que seria conveniente estimular a criação de centros culturais nacionais nos países da região, como equipamento cultural privilegiado para o intercâmbio e a visibilidade da diversidade cultural regional;

25. Reafirmaram os termos da "Declaração dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile", assinada em 25 de junho de 1996, em Potrero de los Funes, República Argentina, denominada Declaração sobre as Malvinas, e reiteraram seu respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania relativa à Questão das Ilhas Malvinas;

26. Destacaram que a adoção de medidas unilaterais não é compatível com o determinado pelas Nações Unidas e recordaram o interesse regional em que a prolongada disputa de soberania entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul, bem como sobre os espaços marítimos circundantes, alcance o quanto antes uma solução, em conformidade com as resoluções pertinentes das Nações Unidas e as declarações da Organização dos Estados Americanos, da Comunidade de Estados Latino-americanos e

Caribenhos (CELAC), da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), do MERCOSUL e de outros foros regionais e multilaterais;

27. Recordaram, nesse contexto, que, em 16 de dezembro de 2015, se completará o 50º aniversário da adoção da Resolução 2065 (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, a primeira referida especificamente à Questão das Malvinas, renovada posteriormente por meio de sucessivas Resoluções da Assembleia Geral e do Comitê Especial de Descolonização até os dias de hoje, e observaram com satisfação a importante contribuição feita pelo Comitê Especial de Descolonização na consideração da Questão durante os cinquenta anos desde a adoção da Resolução 2065 (XX);

28. Expressaram sua grave preocupação pelo fato de que transcorreram cinquenta anos desde a adoção da Resolução 2065 (XX) sem terem ocorrido progressos substantivos nas negociações e acordaram que a próxima Presidência Pro Tempore realizará uma nova gestão junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas para solicitar que renove seus esforços no cumprimento da missão de bons ofícios que lhe fora encomendada pela Assembleia Geral por meio de sucessivas resoluções, a fim de reatar as negociações tendentes a encontrar na maior brevidade uma solução pacífica para a referida disputa, e informe os avanços produzidos no cumprimento de sua missão;

29. Expressaram seu apoio à missão da UNASUL de acompanhamento das eleições parlamentares de 6 de

dezembro, no marco do respeito aos princípios do Direito Internacional;

30. Manifestaram seu repúdio ao Decreto Executivo do Governo dos Estados Unidos da América, aprovado em 9 de março de 2015 e reafirmaram seu compromisso com a plena vigência do Direito Internacional, a solução pacífica de controvérsias e o princípio da não intervenção;

31. Reiteraram, da mesma forma, sua condenação à aplicação de medidas coercitivas unilaterais que violem o Direito Internacional. Em consequência, solicitaram a revogação do referido Decreto Executivo;

32. Reiteraram o apelo ao aprofundamento do diálogo entre o governo dos Estados Unidos da América e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, com vistas a uma solução mutuamente aceitável para as questões bilaterais;

## **II. NO ÂMBITO REGIONAL, DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE**

33. Destacaram que o esporte é um aliado no combate à discriminação racial, étnica e de gênero e instrumento de promoção da paz, do diálogo e da cooperação com vistas ao desenvolvimento e à inclusão social. Nesse contexto, os eventos esportivos constituem oportunidades para aprofundar os laços da América do Sul e para difundir a imagem de uma sociedade inclusiva, que reconhece e valoriza a diversidade cultural e a prática esportiva;

34. Constataram que a América do Sul vive, atualmente, a década do esporte, com a realização dos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos, em 2007, dos Jogos Mundiais Militares, em 2011, da Copa das Confederações, em 2013, da Copa do Mundo, em 2014, e dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, em 2015. Destacaram também os Jogos ODESUL, em 2014, e a Copa América de Futebol, em 2015. A década culminará com a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016;

35. Ressaltaram o papel central desempenhado pela cooperação regional em ciência, tecnologia e inovação e a importância das tecnologias da informação e comunicação (TICs), incluindo a Internet, para a promoção do desenvolvimento socioeconômico inclusivo e com equidade, tendo em vista que o melhor uso das complementaridades nessa área estimulará o aumento das potencialidades econômicas dos países da região, sua maior inserção nas cadeias globais de valor e a melhoria da qualidade dos bens e serviços disponíveis à população;

36. Reiteraram a necessidade de reduzir o hiato digital, por meio de investimentos em infraestrutura e serviços de TICs, capacitação e transferência de tecnologia, expressando, em particular, que o uso das TICs deve ser promovido em todas as etapas de educação, com o propósito de garantir que cada indivíduo adquira as capacidades necessárias para participar ativamente da Sociedade da Informação e da economia do conhecimento;

37. Salientaram a importância de ampliar a coordenação e a busca de convergências entre as diversas iniciativas regionais na área de ciência, tecnologia e inovação, tais como as existentes nos âmbitos do MERCOSUL, da UNASUL e da CELAC, a fim de otimizar os recursos, evitar a superposição de tarefas e potencializar os esforços desdobrados nos esquemas de integração na região;

38. Atentos ao objetivo de desenvolver o setor energético para o benefício de nossos povos e de reforçar a segurança energética da região, renovaram a determinação de avançar nos processos de integração e interconexão energética regional em consonância com os esforços e avanços na elaboração de uma estratégia energética sul-americana, com o aproveitamento sustentável dos recursos da região, por meio de intercâmbios energéticos e de investimentos mútuos nesse setor, em conformidade com as legislações nacionais, bem como com os compromissos internacionais vigentes;

39. Reafirmaram seu apreço pelos projetos de infraestrutura relacionados aos corredores bioceânicos, considerando-os de interesse regional. Nesse sentido, reconheceram que, não obstante a situação especial do Paraguai e da Bolívia como Países em Desenvolvimento Sem Litoral, eles podem constituir-se em importante nexos entre o Atlântico e o Pacífico;

40. Saudaram a realização da IV Reunião do Comitê de Micro, Pequenas e Médias Empresas do Acordo de Complementação Econômica Nº 35 (ACE-35), entre o

MERCOSUL e o Chile, a qual permitiu aos Estados Partes não apenas retomarem o intercâmbio de experiências sobre políticas públicas voltadas para micro, pequenas e médias empresas, como também reforçarem o trabalho para o melhor aproveitamento das preferências tarifárias previstas no Acordo;

41. Congratularam-se pela assinatura do texto atualizado do "Convênio de Cooperação, Intercâmbio de Informação, Consulta de Dados e Assistência Mútua entre as Administrações Aduaneiras dos Estados Partes do MERCOSUL e da República do Chile", no âmbito do ACE-35;

42. Celebraram avanços alcançados no processo de implementação do Certificado de Origem Digital (COD), em curso na região, e destacaram a importância da cooperação bilateral e do intercâmbio de experiências no âmbito da ALADI para que o COD e a interoperabilidade dos sistemas de certificação eletrônica venha a ser, com a maior brevidade possível, utilizado no comércio regional;

43. Tomaram nota do êxito da "EXPO ALADI Argentina 2015, Macrorrodada de Negócios Agroalimentar", realizada em Buenos Aires, em 4 e 5 de junho de 2015, a qual contou com a participação de mais de 700 empresários, além de membros do corpo diplomático dos países-membros da ALADI e de representantes das agências de promoção comercial e de investimentos, tendo alcançado US\$ 172 milhões em acordos de intenções de negócios;

44. Ao reafirmar o compromisso comum com a integração regional, realçaram o interesse em que se reforce o diálogo do MERCOSUL com outros esquemas de integração que permitam fortalecer a complementação regional e que manifestem disposição em dialogar com o MERCOSUL;

45. Sublinharam, nesse sentido, interesse em que se realize uma nova reunião entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico, bem como a importância da apresentação do Plano de Ação encaminhado pelo MERCOSUL à Aliança do Pacífico;

46. Manifestaram sua vontade de continuar avançando no diálogo MERCOSUL- ALBA-TCP - CARICOM;

47. Congratularam-se pelos esforços no âmbito da UNASUL em prol da integração regional. Priorizando o diálogo, a UNASUL busca soluções próprias para desafios comuns de seus Estados Membros, além de estimular a paz, a segurança, a democracia e o respeito aos direitos humanos na região;

48. Congratularam-se pelos avanços obtidos na busca de consensos em relação à articulação e à complementaridade entre o MERCOSUL e a UNASUL, como no caso da Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos e o Grupo de Alto Nível de Coordenação e Cooperação em Direitos Humanos da UNASUL, que resultem em uma maior transversalidade e universalidade do tema;

49. Defenderam a continuidade dos esforços de articulação e complementaridade entre o MERCOSUL e a UNASUL, como os verificados na Reunião de Ministros de Educação, na Reunião de Ministros de Interior, na Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social e no Comitê Coordenador Regional da Reunião de Ministros de Cultura;

50. Saudaram a realização da II Cúpula CELAC-UE, em Bruxelas, nos dias 10 e 11 de junho de 2015, com o lema "Modelar nosso futuro comum: trabalhar por uma sociedade mais próspera, coesa e sustentável para nossos cidadãos". Na reunião, reafirmou-se o interesse compartilhado pelos Estados latino-americanos e caribenhos e europeus de avançar no diálogo político sobre temas multilaterais, além de fortalecer a cooperação e as relações econômicas e comerciais entre as duas regiões;

51. Saudaram a realização da I Reunião Ministerial do Foro CELAC-China, na cidade de Pequim, República Popular da China, nos dias 8 e 9 de janeiro de 2015, que sentou as bases para uma nova associação estratégica entre a China e a América Latina e o Caribe, por meio da aprovação da Declaração de Pequim, do Plano de Cooperação 2015-2019 e das Disposições Institucionais e Regras de Funcionamento do Foro CELAC-China;

52. Demonstraram satisfação pela aprovação por parte da CELAC do "Plano para Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome até 2025" e pelos esforços voltados à sua

implementação. Para esse fim, instaram a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) a colaborarem com a CELAC na implementação do referido Plano no âmbito regional;

53. Ressaltaram a realização da VII Cúpula das Américas, na Cidade do Panamá, em 10 e 11 de abril de 2015, em particular a inédita participação de todos os países do hemisfério no evento, inclusive de Cuba. A VII Cúpula possibilitou importantes discussões sobre cooperação nas Américas e como ela pode trazer prosperidade e diminuir a desigualdade na região;

54. Manifestaram seu firme respaldo ao processo eleitoral em curso no Haiti e sua aspiração de que as eleições presidenciais, legislativas e locais previstas para 2015 transcorram em clima de paz e tolerância. Coincidiram em que o sucesso das eleições será determinante na construção institucional e consolidação democrática do país. Reafirmaram, ainda, seu compromisso de longo prazo com o desenvolvimento do Haiti;

55. Manifestaram satisfação com o anúncio do restabelecimento de relações diplomáticas e da reabertura recíproca de Embaixadas entre Cuba e os Estados Unidos da América, a partir de 20 de julho de 2015. Cumprimentaram os Governos de Cuba e dos Estados Unidos da América pela histórica decisão, que

traz efeitos positivos para todo o continente americano e reiteraram seu apelo a pôr fim ao bloqueio contra Cuba;

### **III. NO ÂMBITO MULTILATERAL**

56. Expressaram preocupação com a lenta e desigual recuperação da economia global, o que gera efeitos de transbordamento negativos, que afetam especialmente os países em desenvolvimento. Reconheceram que persistem riscos de acentuação das assimetrias e da exclusão social, e de geração de tensões geopolíticas e instabilidades nos mercados financeiros. Nesse sentido, coincidiram na importância de assegurarem-se os ajustes necessários para a retomada do crescimento num quadro de desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões: econômica, social e ambiental;

57. Reiteraram sua firme determinação de erradicar a pobreza em todas as suas formas e buscar o desenvolvimento sustentável nas dimensões ambiental, econômica e social, de modo equilibrado e integrado. Reafirmaram, nesse sentido, seu compromisso por adotar, nas Nações Unidas, uma Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 que seja ambiciosa, universal e transformativa. Reconheceram que os desafios incluídos na nova Agenda exigirão uma Parceria Global renovada, capaz de mobilizar recursos, financeiros e não financeiros, de fontes domésticas e internacionais, públicas e privadas, conforme circunstâncias e prioridades nacionais e observando o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas;

58. Celebraram a realização da Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento e destacaram a importância de que os países sigam comprometidos com a implementação e o seguimento dos compromissos acordados, com o fim de contribuir com a mobilização dos recursos necessários para o desenvolvimento e para a implementação da Agenda Pós-2015 das Nações Unidas e de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

59. Consideraram muito positivo o trabalho que vem sendo desenvolvido no âmbito do Comitê Ad Hoc das Nações Unidas sobre Reestruturação da Dívida Soberana, estabelecido por meio da Resolução AG/68/304(2014), com vistas ao estabelecimento de um marco jurídico multilateral para os processos de reestruturação, e expressaram o compromisso conjunto de impulsionar este ano, como resultado concreto inicial compatível com o mandato da referida Resolução, a aprovação por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas de um conjunto de princípios básicos que deverão ser observados na reestruturação de dívidas soberanas e que visam a pôr limites a atuação desestruturadora dos fundos de capital de risco ("holdouts");

60. Nesse sentido, reiteraram seu mais absoluto repúdio a atitude e aos pedidos de um grupo minoritário de detentores de títulos não reestruturados da dívida soberana da República Argentina, cuja atuação dificulta a obtenção de acordos definitivos entre devedores e credores e põe em risco a estabilidade financeira dos países;

61. Lamentaram o reiterado atraso na implementação das reformas de 2010 do Fundo Monetário Internacional e instaram os Estados Unidos da América a ratificá-las o mais rápido possível. Coincidiram que qualquer solução provisória deve manter os incentivos à plena implementação das reformas de 2010. Reiteraram a necessidade de obter uma representação mais equitativa dos países em desenvolvimento na tomada de decisões;

62. Reafirmaram o compromisso de outorgar o apoio necessário aos Países em Desenvolvimento Sem Litoral na implementação de medidas efetivas destinadas a superar vulnerabilidades e problemas derivados de tal condição, facilitando-lhes a liberdade de trânsito através do território dos Estados de trânsito por todos os meios de transporte, conforme com as regras aplicáveis do Direito Internacional, as convenções internacionais e os convênios internacionais e os convênios bilaterais vigentes;

63. Destacaram que o Problema Mundial das Drogas deve ser abordado por meio de enfoque integral, multidisciplinar e equilibrado, com base no princípio das responsabilidades comuns e compartilhadas e tomando em conta o respeito aos direitos humanos e o marco legal das três Convenções das Nações Unidas sobre drogas. Manifestaram, ademais, a firme condenação à aplicação da pena de morte para delitos relacionados às drogas;

64. Reiteraram seu interesse em dar continuidade, no âmbito das instâncias

apropriadas do MERCOSUL, a debate integral, aberto, inclusivo, multidisciplinar e equilibrado, baseado na evidencia científica sobre a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas (UNGASS 2016), com vistas a construir consensos regionais na matéria, partindo do reconhecimento dos avanços dos países. Coincidiram, a esse respeito, sobre a importância de que esse debate deve ocorrer no marco das três Convenções das Nações Unidas sobre drogas e sobre a importância de fortalecer o enfoque de saúde pública, segurança cidadã, bem-estar das pessoas, inclusão social e respeito aos direitos humanos na formulação das políticas sobre drogas;

65. Ratificaram a Declaração de Brasília “Pontos de Convergência dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL Frente à UNGASS 2016”, adotada na XX Reunião Especializada de Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas, Prevenção do Uso Indevido e Reabilitação de Dependentes do MERCOSUL”;

66. Preocupados com recentes crises relacionadas com fluxos migratórios em todo o mundo, defenderam o primado dos direitos humanos nos debates sobre as migrações internacionais, reconhecendo o vínculo entre migração internacional e desenvolvimento, a contribuição dos migrantes ao desenvolvimento dos países de destino, colocando no centro da discussão a pessoa migrante e sua família e não sua condição migratória;

67. Saudaram a realização da 2ª Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito, que ocorrerá nos dias 18 e 19 de novembro, em Brasília, e manifestaram seu compromisso com a transversalização da questão nas políticas de mobilidade e transporte, de infraestrutura, de segurança e de saúde, a fim de alcançar os objetivos da Década de Ação das Nações Unidas para a Segurança no Trânsito 2011-2020 e reduzir o número de lesões e mortes decorrentes da violência no trânsito no âmbito do bloco;

68. Enalteceram os 10 anos de criação da Convenção da UNESCO para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, como marco internacional fundamental para o reconhecimento, a valorização e a difusão da riqueza cultural dos nossos países;

69. Congratularam o novo Secretário-Geral da OEA, Luis Almagro, por sua eleição, reiterando que o MERCOSUL está plenamente confiante de que ele, juntamente com todos os Estados membros e o corpo de funcionários da OEA, saberá contribuir para o processo de modernização da Organização, iniciado na gestão do Secretário-Geral Jose Miguel Insulza;

70. Reafirmaram seu compromisso com o êxito das negociações para um novo acordo sobre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, com vistas à obtenção, na Conferência das Partes de Paris, em dezembro próximo, de resultado abrangente, efetivo, justo e ambicioso, que dê plena implementação à Convenção-Quadro e

esteja em conformidade com seus princípios e dispositivos, em particular o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e respectivas capacidades;

71. Reafirmamos nossos esforços para avançar nos compromissos assumidos no contexto da Convenção sobre Diversidade Biológica, no cumprimento de seus objetivos, sobre a conservação e uso sustentável da biodiversidade e reiteramos nossa disposição em continuar os esforços para reduzir significativamente a perda de biodiversidade;

72. Ressaltaram a importância da biodiversidade e das zonas úmidas para o desenvolvimento sustentável em harmonia com a natureza. Nesse contexto, saudaram a realização exitosa da 12ª Conferência das Partes da Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional (Convenção de Ramsar) em Punta del Este, Uruguai, de 1º a 9 de junho de 2015, que resultou na aprovação do Plano Estratégico 2016-2024 e da Declaração de Punta del Este, em que as Partes Contratantes reiteram seu compromisso com a conservação e uso sustentável das Zonas Úmidas;

73. Reiteraram a importância da Convenção de Minamata sobre Mercúrio e fizeram um apelo para que os países a ratifiquem, bem como salientaram a necessidade de sua imediata ratificação de modo a permitir sua pronta entrada em vigor, dado o significativo avanço que representa para a implementação de medidas voltadas à proteção da saúde e do meio ambiente das emissões e liberações de mercúrio;

74. Concordaram em dar continuidade ao diálogo intercientífico entre os sistemas de conhecimentos tradicionais e indígenas e as ciências modernas no contexto da Plataforma Intergovernamental Científico-Normativa sobre Diversidade Biológica e Serviços dos Ecossistemas e do marco conceitual “Viver bem em harmonia e equilíbrio com a Mãe Terra”, aprovado pela Plataforma, respeitando as visões dos diferentes países conforme o caso;

Expressaram seu agradecimento à Presidenta Dilma Rousseff, ao Governo e ao povo brasileiros por sua hospitalidade e pela dedicação com que realizaram a XLVIII Cúpula do MERCOSUL.

#### DECLARAÇÃO SOCIOLABORAL DO MERCOSUL DE 2015 – I REUNIÃO NEGOCIADORA – BRASÍLIA, 17 DE JULHO DE 2015 17/07/2015

As Presidentas e os Presidentes dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul

#### PREÂMBULO

Considerando o estabelecido no artigo 24 da Declaração Sociolaboral do MERCOSUL, os Estados Partes procederam à revisão da Declaração firmada em 10 de dezembro de 1998.

Considerando que os Estados Partes reconhecem, conforme os termos do

Tratado de Assunção –1991–, que a integração constitui uma condição fundamental para o desenvolvimento econômico com justiça social;

Considerando que os Estados Partes, além disso, reconhecem que a concretização da justiça social requer indubitavelmente políticas que priorizem o emprego como centro do desenvolvimento e do trabalho de qualidade;

Considerando que os Estados Partes concordam que a plena vigência dos valores democráticos somente é possível em uma sociedade altamente participativa e inclusiva, nos âmbitos político, econômico, social e cultural, cuja construção requer necessariamente o compromisso de todos os setores para um modelo de desenvolvimento equitativo e comprometido com a criação de trabalho como fator determinante para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática;

Considerando que reiteradamente os Estados Partes, em todas suas expressões políticas internacionais, tem evidenciado essa coincidência, como emerge da Declaração dos Ministros do Trabalho do MERCOSUL, da Conferência Regional de Emprego do MERCOSUL no ano 2004, da IV Cúpula das Américas que estabeleceu a pauta de um modelo de desenvolvimento sustentável e integrador da região, ou da adesão ao Pacto Mundial de Emprego da OIT;

Considerando que os Estados Partes concordam com os princípios e valores da Declaração de Filadélfia (1944) da OIT, particularmente, que todos os seres humanos, sem distinção de raça, credo ou sexo, tem direito a perseguir seu bem estar material em condições de liberdade e dignidade, de segurança

econômica e de igualdade de oportunidades, e que alcançar estas condições deve ser o objetivo da política nacional e internacional dos países;

Considerando que os Estados Partes adotam os princípios da democracia política e do Estado de Direito e do respeito irrestrito aos direitos civis e políticos da pessoa humana que constituem a base inalienável do processo de integração;

Considerando, ademais, que os Estados Partes apoiaram a “Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho” (1998), a qual reafirma o compromisso de promovê-la e respeitá-la;

Considerando que os Estados Partes estão comprometidos com as declarações, pactos, protocolos e outros tratados que integram o patrimônio jurídico da Humanidade, entre eles a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Declaração Americana de Direitos e Obrigações do Homem (1948), a Carta Interamericana de Garantias Sociais (1947) e a Carta da Organização dos Estados Americanos (1948).

Considerando que diferentes foros internacionais, entre eles a Cúpula de Copenhague (1995), têm enfatizado a necessidade de instituir mecanismos de seguimento e avaliação dos componentes sociais da globalização da economia, com o fim de assegurar a harmonia entre progresso econômico e bem-estar social;

Considerando a decisão dos Estados Partes de consolidar em um instrumento comum os progressos já alcançados na dimensão social no

processo de integração, e assegurar os avanços futuros e constantes no campo social, sobretudo mediante a ratificação e cumprimento dos principais convênios da OIT;

Considerando que a Resolução sobre a promoção de empresas sustentáveis (OIT, 2007) reconhece que as empresas sustentáveis são fonte principal de crescimento, criação de riqueza e de emprego e que a promoção dessas empresas é ferramenta importante para se alcançar o trabalho decente, o desenvolvimento sustentável e a inovação que melhoram os níveis de vida e as condições sociais;

Adotam os seguintes princípios e direitos na área do trabalho, que passam a constituir a Declaração Sociolaboral do MERCOSUL, sem prejuízo de outros que a prática nacional ou internacional dos Estados Partes tenha instaurado ou venha a instaurar:

## **CAPÍTULO I**

### **PRINCÍPIOS GERAIS**

#### **ARTIGO 1º**

##### **Definições**

Para os efeitos do presente instrumento, os termos “trabalhador” e “trabalhadores” compreendem “trabalhador e trabalhadora” e “trabalhadores e trabalhadoras” e os termos “empregador” e “empregadores” compreendem “empregador e empregadora” e “empregadores e empregadoras”.

#### **ARTIGO 2º**

##### **Trabalho Decente**

1. Os Estados Partes comprometem-se a:

- a) formular e pôr em prática políticas ativas de trabalho decente e pleno emprego produtivo, em consulta com as organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores articuladas com políticas econômicas e sociais, de modo a favorecer a geração de oportunidades de ocupação e renda;
- b) elevar as condições de vida dos cidadãos;
- c) promover o desenvolvimento sustentável da região;

2. Na formulação das políticas ativas de trabalho decente, os Estados Partes devem ter presente:

- a) a geração de empregos produtivos em um ambiente institucional, social e economicamente sustentável;
- b) desenvolvimento de medidas de proteção social;
- c) promoção do diálogo social e do tripartismo; e
- d) respeito, difusão e aplicação dos princípios e direitos fundamentais do trabalho.

#### **ARTIGO 3º**

## **Empresas sustentáveis**

Os Estados Partes comprometem-se a:

- a. promover o desenvolvimento sustentável na região;
- b. estimular a criação e o desenvolvimento de empresas sustentáveis;
- c. promover o crescimento dos mercados internos e regional e o fortalecimento da competitividade das empresas sustentáveis para o acesso aos mercados internacionais;
- d. promover o fortalecimento das cadeias produtivas regionais para conseguir maior valor agregado, identificar investimentos e integrá-los à produção;
- e. promover um ambiente propício para a criação, crescimento e transformação de empresas sobre uma base sustentável que combine a busca legítima do seu crescimento, com a necessidade de um desenvolvimento que respeite a dignidade humana, a sustentabilidade do meio ambiente e o trabalho decente;
- f. promover as condições básicas para o desenvolvimento de empresas sustentáveis, compreendendo o conjunto de fatores previstos na Resolução sobre a promoção de empresas sustentáveis da OIT, 2007.

## **CAPÍTULO II**

### **DIREITOS INDIVIDUAIS**

## **ARTIGO 4º**

### **Não discriminação**

1. Os Estados Partes comprometem-se a garantir, conforme a legislação vigente e práticas nacionais, a igualdade efetiva de direitos, o tratamento e as oportunidades no emprego e na ocupação, sem distinção ou exclusão por motivo de sexo, etnia, raça, cor, ascendência nacional, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade, credo, opinião e atividade política e sindical, ideologia, posição econômica ou qualquer outra condição social, familiar ou pessoal.
2. Todo trabalhador perceberá igual salário por trabalho de igual valor, em conformidade com as disposições legais vigentes em cada Estado Parte.
3. Os Estados Partes comprometem-se a garantir a vigência deste princípio de não discriminação. Em particular, comprometem-se a realizar ações destinadas a eliminar a discriminação no que tange aos grupos em situação desvantajosa no mercado de trabalho.

## **ARTIGO 5º**

### **Igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens**

Os Estados Partes comprometem-se, conforme a legislação e práticas nacionais, a fomentar as políticas públicas visando a igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens no trabalho, em

particular no que tange ao acesso ao emprego ou atividade produtiva, e não discriminação no acesso a postos de relevância nas empresas e instituições públicas, remuneração, condições de trabalho, proteção social, educação, qualificação profissional e conciliação de obrigações laborais e familiares, e o exercício do direito a sindicalização e a negociação coletiva.

## **ARTIGO 6º**

### **Igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores com deficiência**

1. As pessoas com deficiência serão tratadas de forma digna e não discriminatória, favorecendo-se sua inserção social e laboral.
2. Os Estados Partes comprometem-se a adotar e articular medidas efetivas, especialmente no que se refere à educação, qualificação, readaptação e orientação profissional, à acessibilidade e à percepção de bens e serviços coletivos, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência tenham a possibilidade de desempenhar uma atividade produtiva em condições de trabalho decente.

## **ARTIGO 7º**

### **Trabalhadores migrantes e fronteiriços**

1. Todos os trabalhadores, independentemente de sua nacionalidade, têm direito à assistência, à informação, à proteção e

à igualdade de direitos e condições de trabalho, bem como direito de acesso aos serviços públicos, reconhecidos aos nacionais do país em que estiver exercendo suas atividades, em conformidade com a legislação de cada país.

2. Os Estados Partes terão em conta os direitos estabelecidos no Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile e demais instrumentos complementares que se firmem, na medida em que façam parte dos mesmos.

3. Os Estados Partes comprometem-se a adotar e articular medidas tendentes ao estabelecimento de normas e procedimentos comuns, relativos à circulação dos trabalhadores nas zonas de fronteira e a levar a cabo as ações necessárias para melhorar as oportunidades de emprego e as condições de trabalho e de vida desses trabalhadores, nos termos dos acordos específicos para essa população, tendo como base os direitos reconhecidos nos acordos de residência e imigração vigentes.

4. Os Estados Partes comprometem-se, ademais, a desenvolver ações coordenadas no campo da legislação, das políticas laborais, das instituições migratórias e em outras áreas afins, com vistas a promover a livre circulação dos trabalhadores e a integração dos mercados de trabalho, de forma compatível e harmônica com o processo de integração regional.

## **ARTIGO 8º**

### **Eliminação do trabalho forçado ou obrigatório**

1. Toda pessoa tem direito a um trabalho livremente escolhido e a exercer qualquer ofício ou profissão, de acordo com as disposições nacionais vigentes.

2. Os Estados Partes comprometem-se a adotar as medidas necessárias para eliminar toda forma de trabalho forçado ou obrigatório exigido a um indivíduo sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente.

3. Os Estados Partes comprometem-se, ademais, a adotar medidas para garantir a abolição de toda utilização de mão de obra que propicie, autorize ou tolere o trabalho forçado ou obrigatório.

4. Os Estados Partes comprometem-se, de modo especial, a suprimir toda forma de trabalho forçado, obrigatório ou degradante que possa utilizar-se:

- a) como meio de coerção ou de educação política, ou como punição por não ter ou expressar, o trabalhador, determinadas opiniões políticas, ou por manifestar oposição ideológica à ordem política, social ou econômica estabelecida;
- b) como método de mobilização e utilização da mão de obra com fins de fomento econômico;
- c) como medida de disciplina no trabalho;
- d) como punição por haver o trabalhador participado em atividades sindicais ou greves;
- e) como medida de discriminação racial, social, nacional, religiosa ou de outra natureza.

## **ARTIGO 9º**

### **Prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente**

1. A idade mínima de admissão ao trabalho será aquela estabelecida pelas legislações nacionais dos Estados Partes, não podendo ser inferior àquela em que cessa a escolaridade obrigatória.

2. Os Estados Partes comprometem-se a adotar políticas e ações que conduzam à prevenção e à erradicação do trabalho infantil e à elevação progressiva da idade mínima para o exercício de atividade laboral.

3. O trabalho dos adolescentes será objeto de proteção especial pelos Estados Partes, especialmente no que concerne à idade mínima de admissão no emprego ou trabalho e a outras medidas que possibilitem seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, profissional e moral.

4. A jornada de trabalho dos adolescentes, limitada conforme as legislações nacionais dos Estados Partes, não admitirá sua extensão mediante a realização de horas extras e sob nenhum pretexto se permitirá sua realização em horários noturnos.

5. Os Estados Partes adotarão todas as medidas necessárias para impedir que adolescentes executem trabalhos que, por sua natureza ou circunstâncias, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral.

6. A idade de admissão a um trabalho com alguma das características antes assinaladas não poderá ser inferior a 18 anos.

## **ARTIGO 10°**

### **Direitos dos empregadores**

Os empregadores, em conformidade com a legislação nacional vigente em cada Estado Parte, têm o direito de criar, organizar e dirigir econômica e tecnicamente a empresa.

## **ARTIGO 11°**

### **Jornada**

Todo trabalhador tem direito à jornada não superior a oito horas diárias, em conformidade com as legislações nacionais vigentes nos Estados Partes e o disposto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sem prejuízo de disposições específicas para a proteção de trabalhos perigosos, insalubres ou noturnos.

## **ARTIGO 12°**

### **Descanso, férias e dias feriados**

1. Todo trabalhador tem direito ao repouso diário, dentro e entre jornada, em conformidade com as disposições legais vigentes nos Estados Partes.

2. Os trabalhadores, de acordo com a sua modalidade de contratação, terão direito a um dia de repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, em conformidade com as disposições legais vigentes nos Estados Partes.

3. Todo trabalhador tem direito ao gozo de férias anuais remuneradas, em conformidade com as disposições legais vigentes nos Estados Partes.

4. Todo trabalhador tem direito aos dias feriados, estabelecidos em conformidade com as disposições legais vigentes nos Estados Partes.

5. Os Estados Partes comprometem-se a adotar as medidas necessárias tendentes a garantir o gozo efetivo destes direitos por parte dos trabalhadores.

## **ARTIGO 13°**

### **Licenças**

1. Todos os trabalhadores têm direito a gozar de licenças remuneradas e não remuneradas, em conformidade com a legislação vigente em cada Estado Parte e nas convenções e acordos coletivos de trabalho.

2. Os Estados Partes comprometem-se a adotar e articular as medidas necessárias para garantir o gozo

efetivo desse direito, por parte dos trabalhadores.

## **ARTIGO 14°**

### **Remuneração**

1. Todo trabalhador tem direito a um salário mínimo, em conformidade com a legislação vigente em cada Estado Parte, suficiente para atender as suas necessidades e as de sua família.

2. Os Estados Partes comprometem-se a adotar as medidas necessárias para garantir o gozo efetivo desses direitos, por parte dos trabalhadores.

## **ARTIGO 15°**

### **Proteção contra a demissão**

1. Todo trabalhador tem direito a uma proteção adequada em caso de demissão, em conformidade com a legislação vigente em cada Estado Parte.

2. Os Estados Partes assegurarão disposições em suas legislações, que contemplem esse direito.

## **CAPÍTULO III**

### **DIREITOS COLETIVOS**

## **ARTIGO 16°**

### **Liberdade sindical**

1. Todos os empregadores e trabalhadores têm o direito de constituir as organizações que considerem convenientes, assim como de se afiliar a estas organizações, em conformidade com as legislações nacionais vigentes.

2. Os Estados Partes comprometem-se a assegurar, mediante dispositivos legais, o direito à livre associação, abstendo-se de qualquer ingerência na criação e gestão das organizações constituídas, além de reconhecer sua legitimidade na representação e na defesa dos interesses de seus representados.

3. Os trabalhadores deverão gozar de adequada proteção, contra todo ato de discriminação tendente a menoscabar a liberdade sindical, com relação a seu emprego.

4. Os Estados Partes deverão garantir aos trabalhadores:

- a) a liberdade de filiação, de não filiação e desfiliação, sem que isto comprometa o ingresso em um emprego, a continuidade ou a oportunidade de ascensão no mesmo;
- b) a proteção contra demissões ou prejuízos por causa de sua filiação sindical ou de sua participação em atividades sindicais;
- c) o direito de serem representados sindicalmente, conforme a legislação, convenções e acordos coletivos de trabalho em vigor nos Estados Partes.

5. Os Estados Partes comprometem-se a envidar esforços para assegurar o direito à criação e à gestão das

organizações de trabalhadores e de empregadores e de reconhecer a legitimidade na representação e na defesa de seus representados nos diferentes âmbitos.

## **ARTIGO 17°**

### **Negociação coletiva**

1. Os empregadores ou suas organizações representativas, inclusive os do setor público, as organizações representativas de trabalhadores, inclusive as do setor público, têm direito de negociar e celebrar convenções e acordos coletivos para regular as condições de trabalho, em conformidade com as legislações e práticas nacionais dos Estados Partes.

2. Os Estados Partes comprometem-se a facilitar mecanismos para fomentar o exercício da negociação coletiva nos diferentes âmbitos.

## **ARTIGO 18°**

### **Greve**

1. Os trabalhadores e as organizações sindicais têm garantido o exercício do direito de greve, observadas as disposições nacionais vigentes em cada Estado Parte.

2. Os mecanismos de prevenção, solução de conflitos ou a regulação deste direito não poderão impedir seu exercício ou desvirtuar sua finalidade.

## **ARTIGO 19°**

### **Promoção e desenvolvimento de procedimentos preventivos e de autocomposição de conflitos**

Os Estados Partes comprometem-se a fomentar e articular a criação de mecanismos válidos de autocomposição de conflitos individuais e coletivos de trabalho, mediante procedimentos independentes, imparciais e voluntários, visando a melhoria do clima organizacional e da harmonia no ambiente de trabalho; a diminuição do custo e do tempo de duração do conflito.

## **ARTIGO 20°**

### **Diálogo social**

1. Os Estados Partes comprometem-se a fomentar o diálogo social em âmbito nacional e regional, instituindo mecanismos efetivos de consulta permanente entre representantes dos governos, dos empregadores e dos trabalhadores, a fim de garantir, mediante o consenso social, condições favoráveis para o crescimento econômico sustentável e com justiça social na região e à melhoria das condições de vida de seus povos.

2. A consulta permanente, praticada com base efetiva no tripartismo previsto na Convenção 144 da OIT, deve permitir o exame conjunto de questões de interesse mútuo, a fim de

alcançar, na medida do possível, soluções aceitas de comum acordo.

3. A consulta tem por objetivo geral incentivar a compreensão mútua e as boas relações entre as autoridades públicas e as organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores, bem como entre as próprias organizações, visando à promoção do diálogo social e à possibilidade de gerar acordos-marco de trabalho, como elementos essenciais para a consolidação de uma sociedade democrática, plural e justa.

## **CAPÍTULO IV**

### **OUTROS DIREITOS**

#### **ARTIGO 21°**

##### **Centralidade do Emprego nas Políticas Públicas**

Os Estados Partes reafirmam a centralidade do emprego nas políticas públicas para alcançar o desenvolvimento sustentável da região.

#### **ARTIGO 22°**

##### **Fomento do emprego**

Os Estados Partes comprometem-se a promover e articular o desenvolvimento econômico, a ampliação dos mercados internos e regional, e pôr em prática as políticas ativas referentes ao fomento e criação do emprego, a fim de elevar o nível de vida e corrigir os desequilíbrios sociais e regionais.

#### **ARTIGO 23°**

##### **Proteção dos desempregados**

Os Estados Partes comprometem-se a instituir, manter e melhorar mecanismos ou sistemas de proteção contra o desemprego, compatíveis com as legislações e as condições internas de cada país afetado pela desocupação involuntária e, ao mesmo tempo, facilitar o acesso dos trabalhadores aos serviços de recolocação e a programas de requalificação profissional que facilitem seu retorno a um emprego ou a uma atividade produtiva, a fim de garantir a inclusão social.

#### **ARTIGO 24°**

##### **Formação profissional para trabalhadores empregados e desempregados**

1. Todo trabalhador tem direito à educação, à orientação, à formação e à qualificação profissional sistemática e contínua ao longo de sua vida laboral.

2. Os Estados Partes comprometem-se a instituir, com as entidades envolvidas, que voluntariamente assim o desejem, serviços e programas de formação, qualificação e orientação profissional contínua e permanente, de maneira a permitir aos

trabalhadores obter as qualificações exigidas para o desempenho de uma atividade produtiva, aperfeiçoar, reciclar e atualizar os conhecimentos e habilidades, considerando,

fundamentalmente, as modificações resultantes do progresso técnico.

3. Os Estados Partes comprometem-se a implementar Serviços Públicos de Emprego instalando oficinas de emprego nos seus territórios e adotarão medidas destinadas a promover a articulação entre os programas e serviços de orientação, formação e capacitação profissional, as atividades de intermediação laboral, a proteção dos desempregados e outros componentes do sistema público de emprego, com o objetivo de melhorar o acesso a postos de trabalho para os trabalhadores.

4. Os Estados Partes comprometem-se ademais a garantir a efetiva informação sobre os mercados de trabalho e sua difusão tanto em nível nacional como regional.

## **ARTIGO 25°**

### **Saúde e segurança no trabalho**

1. Os Estados Partes deverão, em consulta com as organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores, formular, planificar, implementar, controlar e avaliar periodicamente, um sistema nacional de saúde e segurança no trabalho, que garanta a melhora contínua das condições e do ambiente de trabalho.

2. As instituições governamentais responsáveis pelo sistema de saúde e segurança no país deverão criar canais permanentes de consulta às representações de trabalhadores e de

empregadores, que permitam a sua participação efetiva na elaboração e implementação de políticas nacionais de condições e meio ambiente de trabalho.

3. O sistema de saúde e segurança deverá dispor de mecanismos de notificação obrigatória dos acidentes e doenças do trabalho, que permitam a elaboração de estatísticas anuais sobre a matéria, devendo estar disponíveis para o conhecimento do público interessado.

4. Os Estados Partes deverão instituir, manter e fortalecer os serviços de inspeção do trabalho, dotando-os de recursos materiais e legais necessários, para que possibilitem um desempenho efetivo no controle das condições e do meio ambiente de trabalho, para uma proteção adequada da saúde física e psíquica dos trabalhadores.

5. O sistema de segurança e de saúde no trabalho deverá prever o acesso à orientação, educação, formação e informação em matéria de saúde e segurança no trabalho, disponíveis para trabalhadores, empregadores e especialistas da área.

6. O sistema de saúde e segurança no trabalho deverá prever a participação de trabalhadores e de empregadores no âmbito das empresas, com o objetivo de prevenir acidentes e doenças originárias do trabalho, de forma a tornar compatível, permanentemente, o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde dos trabalhadores.

7. A legislação e as práticas nacionais deverão garantir que a fabricação, o uso e a cessão, a título oneroso ou

gratuito, de máquinas, equipamentos e tecnologias sejam seguros.

8. A adoção de medidas de proteção contra os riscos ocupacionais e o sistema de saúde e segurança no trabalho deverão criar condições que privilegiem as ações de caráter coletivo. Quando as medidas coletivas não forem suficientes para o controle dos riscos, ou enquanto estiverem sendo implementadas ou em situações de emergência, as empresas deverão ministrar aos trabalhadores, gratuitamente, equipamentos de proteção individual adequados aos riscos e em perfeito estado de conservação e funcionamento e instruí-los para o seu uso.

9. O sistema de saúde e segurança deverá criar controles adequados de substâncias, procedimentos e tecnologias que, em base à evidência científica, possam produzir efeitos graves sobre a saúde dos trabalhadores.

10. As legislações nacionais deverão prever que as empresas estrangeiras instaladas nos países do MERCOSUL devem cumprir as mesmas condições de saúde e segurança que as empresas do MERCOSUL. Os Estados Partes procurarão garantir que, quando aquelas empresas dispuserem de padrões superiores em suas casas matrizes ou filiais, estes sejam aplicados nos países do MERCOSUL.

11. A legislação e as práticas nacionais deverão garantir que os trabalhadores possam se recusar a desenvolver suas atividades laborais, sempre que houver condições de risco grave e iminente, sem prejuízo para eles, conforme a legislação e usos nacionais.

12. Os Estados Partes reconhecerão o direito à informação dos trabalhadores sobre os riscos permanentes nos diversos processos de trabalho e as medidas adotadas para o seu controle ou eliminação.

13. A legislação e as práticas nacionais deverão prever os serviços competentes de saúde e segurança no trabalho, com o objetivo de assessorar os empregadores e os trabalhadores na prevenção dos acidentes e doenças profissionais.

## **ARTIGO 26º**

### **Inspeção do trabalho**

Os Estados Partes comprometem-se a instituir e a manter serviços de inspeção do trabalho, com o propósito de assegurar, em seus respectivos territórios, a aplicação das disposições legais e regulamentares, incluindo as convenções internacionais ratificadas, as convenções e acordos coletivos de trabalho e as Decisões CMC Nº 32/06 e 33/06, no que concerne à proteção dos trabalhadores e às condições de trabalho.

## **ARTIGO 27º**

### **Seguridade social**

1. Os trabalhadores têm direito à seguridade social, nos níveis e condições previstos nas respectivas legislações nacionais, observado, quanto aos trabalhadores dos Estados

Partes, o Acordo Multilateral de Seguridade Social do MERCOSUL.

2. Os Estados Partes comprometem-se a garantir, mediante políticas públicas articuladas e universais, uma rede mínima de proteção social a seus habitantes, independentemente de sua nacionalidade, frente às contingências sociais adversas, especialmente as motivadas por enfermidade, deficiência, invalidez, velhice e morte.

## **CAPÍTULO V**

### **APLICAÇÃO E SEGUIMENTO**

#### **ARTIGO 28º**

#### **Comissão Sociolaboral do MERCOSUL**

1. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar os direitos fundamentais contidos nesta Declaração e a promover sua aplicação em conformidade com a legislação e as práticas nacionais, as convenções internacionais do trabalho ratificadas, os contratos, convenções e acordos coletivos de trabalho e os atos normativos do MERCOSUL pertinentes a esses direitos fundamentais.

2. Para o atendimento desses objetivos, os Estados Partes mantêm, como parte integrante desta Declaração, a Comissão Sociolaboral do MERCOSUL, órgão tripartite, auxiliar do Grupo Mercado Comum, dotado de instâncias nacionais e regional, com o

objetivo de fomentar e acompanhar a aplicação deste instrumento.

3. A Comissão Sociolaboral do MERCOSUL manifestar-se-á por consenso dos três setores, e terá as seguintes atribuições e responsabilidades:

- a) definir e desenvolver permanentemente metodologias orientadas a promover a difusão, uso e efetivo cumprimento da Declaração, bem como avaliar as repercussões socioeconômicas do instrumento;
- b) examinar, comentar e encaminhar os relatórios periódicos, cujos temas devem ser previamente definidos no âmbito regional da Comissão, preparados pelos Estados Partes;
- c) analisar os relatórios apresentados periodicamente pelos Estados Partes sobre o cumprimento dos direitos e compromissos contidos na Declaração;
- d) elaborar, com base nos supracitados relatórios, análises, diagnósticos, informes e memórias a respeito da situação dos Estados Partes, tomados individualmente ou como Bloco Regional, em face dos direitos e compromissos constantes da Declaração;
- e) formular planos, programas de ação e projetos de recomendações tendentes a fomentar a aplicação e o cumprimento da Declaração e elevar os mesmos ao Grupo Mercado Comum para sua aprovação ou orientação às autoridades e esferas nacionais e regionais competentes. No âmbito nacional se buscará que esses programas, recomendações e

- cursos de ação tendentes ao cumprimento da Declaração se integrem em todos os programas de promoção dos direitos fundamentais do trabalho;
- f) examinar observações, consultas, dúvidas e dificuldades e incorreções apresentadas por organizações representativas de trabalhadores, empregadores e governos, concernentes à aplicação e cumprimento da Declaração e proporcionar os esclarecimentos e orientações necessárias;
  - g) efetuar e receber proposições, acordos e compromissos para serem elevados ao Grupo Mercado Comum, com o fim de melhorar a aplicabilidade dos princípios e direitos desta Declaração; e
  - h) examinar e apresentar as propostas de modificação da Declaração e lhes dar o encaminhamento devido.

4. As formas e mecanismos de encaminhamento dos assuntos acima listados, bem como o modo de interação das instâncias nacionais e regional da Comissão Sociolaboral do MERCOSUL, serão adotados pelos regulamentos internos das ditas instâncias na forma prevista no art. 34.

5. O exame das observações, consultas e dúvidas a que se referem as letras “c”, “d”, “f” e “g” do item 2 deverão observar os procedimentos que se seguem:

- a) encaminhamento à comissão regional, que remeterá para prévio exame à comissão nacional do respectivo Estado Parte;

- b) não havendo consenso na seção nacional da comissão, a solicitação será devolvida, instruída das razões apresentadas pelos setores presentes na forma do Regulamento Interno, para exame da comissão regional.

## **ARTIGO 29°**

### **Relatórios dos Estados Partes**

1. Os Estados Partes deverão elaborar, por intermédio de seus Ministérios do Trabalho e em consulta com as organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores, memórias anuais sobre:

- a) informação sobre a normativa vigente e práticas nacionais relacionadas à implementação de princípios, direitos e compromissos enunciados nesta Declaração;
- b) a indicação de políticas, programas e ações adotados pelos Estados Partes para levar a cabo o cumprimento dos direitos e compromissos da Declaração;
- c) a análise dos efeitos resultantes da aplicação da Declaração na promoção do trabalho decente e produtivo nos Estados Partes, em especial na melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores;
- d) o relato das dificuldades e obstáculos enfrentados na aplicação da Declaração;
- e) a indicação de medidas tendentes a aprimorar a

Declaração e impulsionar seu cumprimento.

2. As memórias deverão tratar um Capítulo a cada ano, seguindo o disposto no item 1 na sua elaboração e de acordo com o padrão definido no Regulamento Interno.

## **ARTIGO 30º**

### **Reuniões**

A Comissão Sociolaboral do MERCOSUL deverá reunir-se ordinariamente, no mínimo, duas vezes ao ano, para analisar os relatórios elaborados pelos Estados Partes e preparar relatório e projetos de recomendação a serem elevados ao Grupo Mercado Comum.

## **ARTIGO 31º**

### **Âmbito de Aplicação**

1. Esta Declaração se aplica a todos os habitantes dos Estados Partes.

2. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar os direitos contidos nesta Declaração e a promover sua aplicação em conformidade com as convenções internacionais ratificadas, atos normativos do MERCOSUL a ela pertinentes, a legislação e demais práticas nacionais, convenções e acordos coletivos do trabalho.

3. Os Estados Partes ressaltam que esta Declaração e seu mecanismo de

seguimento não poderão ser invocados nem utilizados para outros fins que os neles previstos, vedada, em particular, sua aplicação a questões comerciais, econômicas e financeiras.

4. Sem prejuízo do estabelecido no inciso anterior, todas as pessoas físicas e jurídicas, para participarem de projetos financiados com fundos do MERCOSUL, devem observar o conteúdo dos direitos expressos nesta Declaração, segundo os critérios estabelecidos ou que se estabeleçam nos regulamentos dos fundos correspondentes.

## **ARTIGO 32º**

### **Revisão da DSL**

Os Estados Partes acordam que esta Declaração, tendo em conta o caráter dinâmico de seu conteúdo e o avanço do processo de integração regional, será objeto de revisão, transcorrido seis anos de sua adoção, com base na experiência acumulada no curso de sua aplicação ou nas propostas e insumos formulados pela Comissão Sociolaboral.

## **CAPÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

## **ARTIGO 33º**

### **Financiamento**

Os Estados Partes acordam ativar os mecanismos necessários com o objetivo de alcançar financiamento para o funcionamento da Comissão Sociolaboral.

## **ARTIGO 34º**

### **Regulamento Interno**

1. A Comissão Sociolaboral do MERCOSUL adotará em suas instâncias nacionais e regional, por consenso, seus regulamentos internos, submetendo-os à aprovação do Grupo Mercado Comum.

2. A adoção mencionada no item 1 deste artigo deverá ocorrer no prazo de um ano, prorrogável por igual período, a contar da data de assinatura da Declaração revisada.

## **DECLARAÇÃO ESPECIAL SOBRE EXPLORAÇÃO DE HIDROCARBONETOS NA PLATAFORMA CONTINENTAL ARGENTINA NAS PROXIMIDADES DAS ILHAS MALVINAS – BRASÍLIA, 17 DE JULHO DE 2015 17/07/2015**

As Presidentas e os Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados, cientes da presença de uma plataforma semissubmersível na plataforma continental argentina, que realiza atividades de exploração de hidrocarbonetos não autorizadas pela República Argentina, repudiam firmemente essa nova ação unilateral do Reino Unido da Grã Bretanha e

Irlanda do Norte, violadora do direito internacional e da legislação interna argentina.

A esse respeito, recordam a vigência do mandato estabelecido na resolução 31/49 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que insta as duas partes na disputa de soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes a abster-se de adotar decisões que acarretem modificações unilaterais na situação que em nada contribuem para alcançar a solução definitiva da disputa de soberania a que reiteradamente exorta a comunidade internacional.

Reafirmam, em particular, o Comunicado Especial sobre Exploração de Hidrocarbonetos na Plataforma Continental aprovada pelos Chefes de Estado e de Governo por ocasião da Cúpula da Unidade da América Latina e Caribe celebrada em Cancun, México, em 23 de fevereiro de 2010, e os compromissos assumidos no Comunicado Especial sobre exploração de hidrocarbonetos e pesca na plataforma continental argentina nas proximidades das Ilhas Malvinas, adotado na XLVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, celebrada em Paraná, República Argentina, em 17 de dezembro de 2014.

Ratificam, ainda, as manifestações no âmbito de outros organismos e fóruns regionais e birregionais que se têm pronunciado sobre a questão, mais recentemente o Grupo dos 77 e China, a OLADE e a ALADI, nos quais se manifestou que as operações de exploração dos recursos naturais,

especialmente os hidrocarbonetos, realizadas por empresas não autorizadas pelo Governo da Argentina na zona das Ilhas Malvinas eram gravemente prejudiciais aos direitos de soberania da República Argentina sobre sua plataforma continental. Esses fóruns também reconheceram o direito da República Argentina de empreender ações administrativas e judiciais, com pleno respeito ao direito internacional e às resoluções pertinentes, contra as atividades de exploração e extração não autorizadas de hidrocarbonetos que realiza o Reino Unido na mencionada zona.

Finalmente, as Presidentas e os Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados reafirmam o manifestado em Declarações anteriores e reiteram seu mais firme respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania com o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes, e ratificam o permanente interesse regional em que o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte se disponha a retomar as negociações com a República Argentina a fim de encontrar, na maior brevidade possível, uma solução pacífica e definitiva para essa disputa, em conformidade com os princípios da comunidade internacional e as resoluções e declarações pertinentes da Organização das Nações Unidas e da Organização de Estados Americanos.

Brasília, 17 de julho de 2015.

## DECLARAÇÃO COMO CIDADÃO ILUSTRE DO MERCOSUL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL JOÃO GOULART – BRASÍLIA, 17 DE JULHO DE 2015 17/07/2015

Considerando a importância de sua trajetória política como líder trabalhista, parlamentar, Ministro do Trabalho, Vice-Presidente e, finalmente, Presidente Constitucional, deposto pelo golpe de Estado de 31 de março de 1964, que resultou na ruptura da ordem democrática no Brasil por mais de duas décadas.

Ressaltando sua coragem política, traduzida na defesa dos direitos dos trabalhadores, na continuidade da Política Externa Independente e nas chamadas “Reformas de Base” (agrária, bancária, administrativa, fiscal, eleitoral e urbana), bem como sua postura conciliadora, que permitiu a adoção do regime parlamentarista em 1961 como forma de evitar conflitos por ocasião de sua assunção à Presidência da República.

Destacando a necessidade de que a Memória e a Verdade sejam preservadas, de modo que a Justiça prospere em nossas sociedades, a fim de evitar a repetição dos eventos que pisotearam as instituições democráticas e os direitos humanos, destruindo milhares de vidas e maculando nossa história.

## OS ESTADOS PARTES E OS ESTADOS ASSOCIADOS DO MERCOSUL DECLARAM

“Cidadão Ilustre do MERCOSUL Post Mortem” o Presidente da República Federativa do Brasil Senhor João Goulart.

Brasília, 17 de julho de 2015.

### COMUNICADO CONJUNTO DAS PRESIDENTAS E DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL – BRASÍLIA, 17 DE JULHO DE 2015 18/07/2015

A Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner; o Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales Ayma; a Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff; o Presidente da República do Paraguai, Horacio Cartes Jara; o Presidente da República Oriental do Uruguai, Tabaré Vázquez Rosas; e o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro Moros, reunidos em Brasília, em 17 de julho de 2015, por ocasião da XLVIII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum:

1. Saudaram a participação do Secretário Geral da Associação Latino-americana de Integração (ALADI), Carlos Álvarez; Secretário Executivo Adjunto da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Antônio Prado; Diretor de Cooperação Internacional e Agências Técnicas da

União de Nações Sul Americanas (UNASUL), Ricardo Malca; Diretor de Integração Regional do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Juan Pablo Rodríguez; Diretor Administrativo da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Carlos Aragón.

2. Felicitaram os presidentes Evo Morales, Dilma Rousseff e Tabaré Vázquez por sua posse nos novos mandatos ocorrida no presente semestre e reiteraram seus votos de êxito em suas gestões. Desejaram sucesso à República Argentina na realização de seu pleito presidencial marcado para este semestre.

3. Reiteraram seu firme compromisso com o MERCOSUL, destacando que seus objetivos devem favorecer o aprofundamento da integração, o desenvolvimento dos povos, a consolidação da democracia e o respeito pelos direitos humanos.

4. Reiteraram sua determinação de reforçar as dimensões social e cidadã da integração, ressaltando a importância dos trabalhos que se desenvolvem nos distintos foros, para assegurar a geração de emprego e o crescimento econômico com justiça e inclusão social.

5. Celebraram a realização da XVIII Cúpula Social do MERCOSUL, que contou com a participação ativa de representantes de movimentos e organizações sociais do bloco, reforçando o protagonismo popular na construção da unidade regional. Também reafirmaram a importância de fortalecer o intercâmbio de saberes e experiências de nossas sociedades, de

forma a contribuir para a elaboração de propostas que impulsionem a integração regional.

6. Felicitaram-se pelo progresso e consenso alcançados no processo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL durante a Presidência Pro Tempore brasileira e comprometeram-se a avançar na conclusão desse processo. Nesse sentido, ressaltaram o empenho da Delegação da Bolívia, cuja atuação tem permitido o prosseguimento adequado dos trabalhos.

7. Celebraram a realização, em Belo Horizonte, nos dias 14 e 15 de julho, do V Fórum Empresarial do MERCOSUL. Salientaram que a iniciativa consolidou-se como plataforma para promoção do maior envolvimento da comunidade empresarial nas discussões sobre a realidade, os desafios e os rumos do processo de integração e do desenvolvimento regional.

8. Felicitaram-se pela renovação, por mais dez anos, do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). Sublinharam, a propósito, que o FOCEM vem cumprindo seus objetivos com pleno êxito e se consolidou como o mais importante instrumento de mitigação das assimetrias entre Estados Partes do MERCOSUL, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas, e como relevante fonte de financiamento para projetos de impacto na região.

9. Destacaram a importância do Plano de Trabalho do Subgrupo N° 7 “Indústria” no sentido de impulsionar

ações concretas com vistas ao desenvolvimento de fornecedores em nível regional, com o objetivo de buscar alternativas competitivas às importações de extrazona nos setores de Bens de Capital para a Indústria de Petróleo e Gás, Máquinas Agrícolas, Mineração e Autopeças.

10. Tomaram nota dos resultados da III e IV edições dos Encontros Setoriais de Integração Produtiva. Manifestaram a importância de continuar impulsionando iniciativas e ações que conduzam a avançar a complementaridade das estruturas produtivas dos Estados Partes.

11. Congratularam-se pela aprovação do projeto de “Integração Produtiva, Melhoria da Competitividade e Internacionalização de Micro, Pequenas e Médias Empresas do MERCOSUL”, o qual irá permitir, com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), aprofundar as deliberações do Subgrupo de Trabalho N° 14 “Integração Produtiva”.

12. Acolheram com satisfação o trabalho realizado pelo Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR) durante este semestre, juntamente com os avanços alcançados em matéria de promoção da Integração Fronteiriça e da Integração Produtiva. A respeito desta última, salientaram o Plano de Vinculação de Clusters Produtivos, reconhecendo a importância do papel protagonista dos Municípios, Estados Federados,

Províncias e Departamentos na Integração Regional.

13. Congratularam-se pelos avanços registrados no MERCOSUL relativos à melhoria, incorporação e consolidação da normativa em matéria fito e zoossanitária. Salientaram as gestões realizadas para a instalação definitiva dos servidores da Rede de Informação Sanitária do MERCOSUL (REDISAM) no espaço previsto na Secretaria do MERCOSUL em Montevideú, bem como o treinamento técnico recebido na cidade de Buenos Aires, considerando que a iminente entrada em funcionamento da referida Rede permitirá fortalecer o intercâmbio comercial e o processo de integração do MERCOSUL em matéria de coordenação de políticas sanitárias, fitossanitárias e de inocuidade dos alimentos.

14. Ressaltaram os avanços obtidos nos trabalhos das Aduanas no “Programa Piloto Intra-MERCOSUL de Segurança Aduaneira na Cadeia de Suprimento de Bens”, que permitiram concretizar acordos para sua implementação em nível bilateral entre os Estados Partes. Esse programa propicia a geração de confiança mútua entre as Aduanas para alcançar procedimentos de controle aduaneiro mais eficazes, ágeis e simples, com vistas à implementação, no futuro, de Acordos de Reconhecimento Mútuo.

15. Da mesma forma, acolheram com satisfação as tarefas conjuntas das Aduanas na implementação, em nível regional, do Sistema SINTIA (Informatização do Trânsito Internacional Aduaneiro), do lacre eletrônico e o Programa para o

Fortalecimento da Gestão de Risco Aduaneiro no MERCOSUL.

16. Congratularam-se pela assinatura do Projeto de Harmonização do Modelo de Dados, pelos Diretores de Aduanas de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, no dia 13 de junho de 2015, à margem da Sessão do Conselho da Organização Mundial de Aduanas (OMA), realizada em Bruxelas.

17. Reafirmaram o compromisso comum com a integração regional e o diálogo com os diferentes agrupamentos sub-regionais.

18. Saudaram a realização das reuniões das Comissões Administradoras dos Acordos de Complementação Econômica Nº 35 (MERCOSUL-Chile), Nº 36 (MERCOSUL-Bolívia) e Nº 62 (MERCOSUL-Cuba), bem como o encontro realizado entre Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai e Uruguai sobre o Acordo de Complementação Econômica Nº 59. Além disso, reiteraram a necessidade de manter-se a continuidade das reuniões das Comissões Administradoras de todos os Acordos de Complementação Econômica, de modo a promover a ampliação e o aprofundamento dos compromissos assumidos no seu âmbito. Nesse contexto, destacaram a importância de realizar uma reunião da Comissão Administradora do Acordo de Complementação Econômica Nº 58 (MERCOSUL-Peru).

19. Celebraram a incorporação do “Convênio de Cooperação, Intercâmbio de Informação, Consulta de Dados e Assistência Mútua entre as

Administrações Aduaneiras dos Estados Partes do MERCOSUL e do Estado Plurinacional da Bolívia" ao Acordo de Complementação Econômica Nº 36 (MERCOSUL-Bolívia).

20. Celebraram avanços alcançados no processo de implementação do Certificado de Origem Digital (COD), em curso na região, e destacaram a importância da cooperação bilateral e do intercâmbio de experiências no âmbito da ALADI para que o COD e a interoperabilidade dos sistemas de certificação eletrônica venham a ser, com a maior brevidade possível, utilizados no comércio regional.

21. Celebraram a realização da "Macrorrodada de Negócios Agroalimentar" Expo ALADI Argentina 2015, o Encontro Empresarial dos Países Membros da Associação Latino-americana de Integração (ALADI), realizado em Buenos Aires, durante o mês de junho de 2015. Destacaram a contribuição direta desse evento ao fortalecimento, incremento e aprofundamento dos vínculos comerciais, os conhecimentos e as oportunidades que brinda a região. Ademais, reconheceram o aporte desse encontro empresarial em lograr uma maior integração comercial e produtiva entre os países da América Latina.

22. Saudaram a realização da IV Reunião do Comitê de Micro, Pequenas e Médias Empresas do Acordo de Complementação Econômica Nº 35 (ACE-35), entre o MERCOSUL e o Chile, a qual permitiu aos Estados Partes não apenas retomarem o intercâmbio de experiências sobre políticas públicas

voltadas para micro, pequenas e médias empresas, como também reforçarem o trabalho para o melhor aproveitamento das preferências tarifárias previstas no Acordo.

23. Congratularam-se pela assinatura do texto atualizado do "Convênio de Cooperação, Intercâmbio de Informação, Consulta de Dados e Assistência Mútua entre as Administrações Aduaneiras dos Estados Partes do MERCOSUL e da República do Chile", no âmbito do ACE-35.

24. Ao reafirmar o compromisso comum com a integração regional, realçaram o interesse em que se reforce o diálogo do MERCOSUL com outros esquemas de integração que permitam fortalecer a complementação regional e que manifestem disposição em dialogar com o MERCOSUL.

25. Sublinharam, nesse sentido, interesse em que se realize uma nova reunião entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico, bem como a importância da apresentação do Plano de Ação encaminhado pelo MERCOSUL à Aliança do Pacífico.

26. Manifestaram sua vontade de continuar avançando no diálogo MERCOSUL-ALBA-TCP - CARICOM.

27. Expressaram satisfação pela realização da primeira reunião no âmbito do Memorando de Entendimento de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e a República do Líbano, assinado em 16 de dezembro de 2014, levada a cabo no dia 12 de maio de

2015, em Beirute, com vistas a iniciar os diálogos para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio.

28. Expressaram satisfação pela realização da primeira reunião no âmbito do Acordo-Marco de Comércio e Cooperação Económica entre o MERCOSUL e a República de Tunísia, assinado em 16 de dezembro de 2014, levada a cabo em 14 de maio de 2015, em Túnis, com vistas a iniciar os diálogos para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio.

29. Destacaram os entendimentos alcançados durante a Reunião Ministerial MERCOSUL-União Europeia, em 11 de junho de 2015, em Bruxelas, e reiteraram seu compromisso de realizar a troca de ofertas de acesso a mercados entre os dois blocos no último trimestre de 2015, com vistas à conclusão, no mais breve prazo possível, de um Acordo de Associação equilibrado, ambicioso, abrangente e benéfico para ambas as partes.

30. Manifestaram satisfação com os resultados da I Reunião do Diálogo Exploratório MERCOSUL-EFTA, nos dias 8 e 9 de junho de 2015, em Genebra, com vistas a examinar a viabilidade de início de negociações comerciais.

31. Destacaram a realização da I Reunião do Grupo Consultivo Conjunto para Promover Comércio e Investimento entre o MERCOSUL e a República da Coreia, em 29 de maio de 2015, em Brasília, e da II Reunião do Diálogo para o Fortalecimento das Relações Econômicas entre o

MERCOSUL e o Japão, em 10 de julho de 2015, em Tóquio.

32. Congratularam-se pelos avanços alcançados no âmbito de outros esquemas de integração, como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), e salientaram as ações promovidas a fim de aprofundar seu relacionamento externo com parceiros de caráter estratégico para os países da região. Nesse sentido, salientaram a importância de continuar com os trabalhos de articulação entre o MERCOSUL e outros foros, com vistas a seguir fortalecendo a integração na região e sua projeção no cenário internacional.

33. Expressaram seu apoio à missão da UNASUL de acompanhamento das eleições parlamentares de 6 de dezembro, no marco do respeito aos princípios do Direito Internacional.

34. Manifestaram seu repúdio ao Decreto Executivo do Governo dos Estados Unidos da América, aprovado em 9 de março de 2015, e reafirmaram seu compromisso com a plena vigência do Direito Internacional, a solução pacífica de controvérsias e o princípio da não intervenção.

35. Reiteraram, da mesma forma, sua condenação à aplicação de medidas coercitivas unilaterais que violem o Direito Internacional. Em consequência, solicitaram a revogação do referido Decreto Executivo.

36. Reiteraram o apelo ao aprofundamento do diálogo entre o governo dos Estados Unidos da

América e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, com vistas a uma solução mutuamente aceitável para as questões bilaterais.

37. Lamentaram o reiterado atraso na implementação das reformas de 2010 do Fundo Monetário Internacional e instaram os Estados Unidos da América a ratificá-las o mais rápido possível. Coincidiram que qualquer solução provisória deve manter os incentivos à plena implementação das reformas de 2010. Reiteraram a necessidade de obter uma representação mais equitativa dos países em desenvolvimento na tomada de decisões.

38. Consideraram muito positivo o trabalho que vem sendo desenvolvido no âmbito do Comitê Ad Hoc das Nações Unidas sobre Restruturação da Dívida Soberana, estabelecido por meio da Resolução AG/68/304(2014), com vistas ao estabelecimento de um marco jurídico multilateral para os processos de reestruturação, e expressaram o compromisso conjunto de impulsionar este ano, como resultado concreto inicial compatível com o mandato da referida Resolução, a aprovação por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas de um conjunto de princípios básicos que deverão ser observados na reestruturação de dívidas soberanas e que visam a pôr limites à atuação desestruturadora dos fundos de capital de risco (holdouts).

Nesse sentido, reiteraram seu mais absoluto repúdio a atitude e aos pedidos de um grupo minoritário de detentores de títulos não reestruturados da dívida soberana da República

Argentina, cuja atuação dificulta a obtenção de acordos definitivos entre devedores e credores e põe em risco a estabilidade financeira dos países.

39. Congratularam-se com a República Argentina pelas eleições gerais de parlamentares do MERCOSUL que acontecerá no próximo dia 25 de outubro e salientaram que esse fato constitui importante passo para o aprofundamento e a consolidação do PARLASUL, órgão principal de representação dos povos que conformam o bloco.

40. Tomaram nota, com satisfação, da eleição do Dr. Florisvaldo Fier para o cargo de Alto Representante-Geral do MERCOSUL. Congratularam-no por sua participação no Encontro Ministerial de Alto Nível sobre Acompanhamento da II Conferência sobre Países em Desenvolvimento Sem Litoral, bem como no 45º Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA. Ademais, sublinharam sua contribuição para a intensificação dos trabalhos em matéria de integração produtiva e para a realização dos encontros setoriais em Montevideu e São Paulo.

41. Reafirmaram o compromisso de outorgar o apoio necessário aos Países em Desenvolvimento Sem Litoral na implementação de medidas efetivas destinadas a superar vulnerabilidades e problemas derivados de tal condição, facilitando-lhes a liberdade de trânsito através do território dos Estados de trânsito por todos os meios de transporte, conforme com as regras aplicáveis do Direito Internacional, as convenções internacionais e os

convênios internacionais e os convênios bilaterais vigentes.

42. Destacaram a apresentação do Projeto FOCEM de financiamento do sistema de informação para gestão do Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL (SIMERCOSUL) e a aprovação da Tabela de Equivalências e Correspondências do "Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio Não Técnico", incorporando o nível de Educação Infantil/Pré-escola.

43. Reafirmaram a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), da Internet, da nanotecnologia e da biotecnologia como ferramentas de promoção do desenvolvimento econômico e social nos Estados Partes do MERCOSUL.

44. Reiteraram a necessidade de reduzir o hiato digital e as desigualdades existentes no campo da ciência, tecnologia e inovação, por meio de investimentos em infraestrutura e serviços de TICs, bio e nanotecnologia, capacitação e transferência de tecnologia.

45. Saudaram os resultados da I Reunião de Autoridades sobre Privacidade e Segurança da Informação do MERCOSUL, realizada em Brasília, em 27 de abril de 2015, que deu margem à elaboração de plano de trabalho voltado a estabelecer cooperação em matéria de segurança cibernética e a fortalecer as capacidades nacionais nessa área.

46. Saudaram a realização da XII Reunião do Grupo Ad Hoc sobre

Biocombustíveis e reconheceram a relevância da produção e do uso sustentável da bioenergia, conforme o plano de desenvolvimento de cada Estado Parte para a promoção do desenvolvimento sustentável na região, com benefícios econômicos, sociais e ambientais. Nesse sentido, destacaram a participação dos biocombustíveis nos esforços de mitigação da mudança do clima.

47. Renovaram sua disposição em aprofundar a integração e a interconexão energética para o aproveitamento sustentável dos recursos da região, e o desenvolvimento do setor energético de cada Estado Parte do MERCOSUL, e em reforçar a segurança energética da região, por meio do intercâmbio energético e de investimentos mútuos nesse setor, em conformidade com as legislações nacionais e com os compromissos internacionais vigentes.

48. Reconheceram mais um passo no sentido da integração eletroenergética dos países do bloco, com a entrada em operação do sistema de transmissão em 500 kV entre os municípios de Candiota, no Brasil, e San Carlos, no Uruguai. A linha de transmissão tem capacidade de transferência de até 500 MW e sua entrada em operação comercial está prevista para os próximos seis meses. O projeto utilizou recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

49. Reconheceram a mineração e a geologia como atividades vitais para o crescimento e o desenvolvimento dos seus países, destacando que a região é uma das mais dinâmicas no setor

mineral mundial. Declararam a necessidade de trabalhar em objetivos comuns que permita ao bloco potencializar os cenários a favor dos povos, construindo uma agenda de trabalho que se compromete com a sustentabilidade social e ambiental, bem como com o fortalecimento das relações do setor produtivo com as comunidades.

50. Saudaram a criação, pelos Ministros da Saúde dos Estados Partes do MERCOSUL, de grupo de trabalho com o objetivo de definir formas de viabilizar a compra conjunta de medicamentos pelos Governos do bloco, instrumento relevante para garantir o acesso universal a medicamentos.

51. Congratularam-se pela assinatura de Memorando de Entendimento entre o MERCOSUL e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPS), o qual contribuirá para o fortalecimento das capacidades institucional e técnica da atuação dos Estados Partes do MERCOSUL na área de saúde.

52. Reconheceram a importância de continuar a combater as doenças crônicas não transmissíveis nos países do bloco e, nesse sentido, saudaram a assinatura de acordos sobre a redução do consumo de sódio, a prevenção e o controle da obesidade, e os custos econômicos associados ao tabaco.

53. Ratificaram o apoio à República Oriental do Uruguai em face da interferência da indústria multinacional do fumo na implementação de políticas de controle de tabaco, o que atenta contra o direito soberano dos Estados a definirem suas políticas de saúde.

54. Saudaram a adoção da Declaração Sociolaboral do MERCOSUL de 2015, que atualiza e expande os conteúdos da Declaração homônima de 1998, reiterando o compromisso de fortalecer ainda mais a dimensão social do MERCOSUL. Saudaram, ainda, o lançamento do Plano Estratégico MERCOSUL de Emprego e Trabalho Decente, que reforça o empenho dos Estados Partes em promover o trabalho decente e preservar empregos no âmbito do MERCOSUL.

55. Saudaram a criação da Reunião de Autoridades sobre os Direitos das Populações Afrodescendentes do MERCOSUL (RAFRO), com vistas a coordenar discussões, políticas e iniciativas que beneficiem as populações afrodescendentes, bem como promover sua inclusão nos processos de transformação econômica, política, social e cultural como atores fundamentais para o desenvolvimento da região.

56. Congratularam-se pelos trabalhos no âmbito da Reunião de Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais do MERCOSUL e destacaram seu compromisso em prosseguir com as tarefas de análise da evolução da conjuntura econômica internacional, com vistas a recomendar medidas de políticas que sejam relevantes para os Estados Partes.

57. Expressaram satisfação pelo êxito das reuniões de Ministros da Justiça e do Interior do MERCOSUL, que ocorreram entre os dias 8 e 12 de junho último, em Florianópolis, ocasião em que se avançaram as discussões sobre o desenvolvimento da cooperação em matéria penal e civil, extradição e

transferência de pessoas condenadas. A participação ativa dos países presentes à discussão demonstrou a forte convergência de entendimento sobre os temas, bem como significativo potencial de adensamento da cooperação jurídica no âmbito regional. Destacaram, ainda, a aprovação da Declaração acerca do Registro de Visitas em Estabelecimentos Penitenciários dos Países do MERCOSUL e Associados e a Declaração sobre o Acesso à Justiça.

Apoiaram a decisão dos Ministros de Justiça do MERCOSUL e Estados Associados de avançar na negociação da proposta de protocolo sobre cooperação jurídica em procedimentos civis e administrativos contra a corrupção, destacando a premência de se alinhar às mais avançadas políticas contra a corrupção, de modo a enfrentá-la com abordagem ampla.

58. Destacaram a importância do processo de reflexão e diálogo político realizado no âmbito da XX Reunião de Ministros do Meio Ambiente do MERCOSUL os quais expressaram a conveniência de seguir reforçando as coincidências alcançadas nos foros políticos em que participam os Estados Partes e Associados, entre outros, a CELAC e o G77+China, visando ao processo de Agenda Pós-2015 e, nesse sentido, coincidiram na pertinência de que o documento final dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável deve ser o principal alicerce das negociações. Reiteraram, ainda, a necessidade de contar com compromissos concretos em matéria de meios de implementação para enfrentar a nova Agenda sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

59. Ratificaram o compromisso assumido na última Cúpula, realizada na cidade de Paraná, Argentina, de aprofundar a dimensão social do MERCOSUL. Saudaram a realização da V Reunião da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (V CCMASM), que contou com a presença de Ministros e de Autoridades dos Estados Partes do bloco e de representantes de cada reunião especializada com ações do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS).

60. Destacaram a Declaração de Brasília da CCMASM, “Plano Estratégico de Ação Social: Consolidando o MERCOSUL Social e Participativo”, que instou as Reuniões de Ministros, Reuniões Especializadas e Reuniões de Altas Autoridades da Estrutura Institucional do MERCOSUL com competência em temáticas sociais a revisar o PEAS até o final do primeiro semestre de 2016.

61. Nesse contexto, reconheceram a importância da criação de Grupo de Trabalho Ad Hoc, sob coordenação do Paraguai, no âmbito da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social (RMADS), para analisar os Eixos, Diretrizes e Objetivos Prioritários do PEAS que têm relação com a RMADS e avaliar a necessidade de revisão do texto.

62. Reiteraram a importância em continuar com as tarefas levadas a cabo pela reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher (RMAAM), destacando a aprovação do Projeto de Cooperação Técnica “Apoio à Implementação da Política de

Igualdade de Gênero no MERCOSUL”, apresentado junto à Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

63. Em seguimento à estratégia de reconhecer e valorizar o patrimônio cultural da região, congratularam-se pela realização, no dia 30 de maio de 2015, da Cerimônia de Entrega dos Certificados de Reconhecimento da Ponte Internacional Barão de Mauá, localizada na fronteira entre as cidades de Jaguarão, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai, como primeiro bem reconhecido como "Patrimônio Cultural do MERCOSUL". Felicitaram-se, igualmente, pelo reconhecimento das expressões culturais da "Pajada" e das "Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos" como novos bens a integrar a lista de "Patrimônio Cultural do MERCOSUL".

64. Saudaram e apoiaram as decisões tomadas na XII Reunião Especializada de Redução de Riscos de Desastres Socionaturais, Defesa Civil, Proteção Civil e Assistência Humanitária do MERCOSUL (REHU), no sentido de coordenar ações para a difusão do Marco de Ação Sendai para a Redução do Risco de Desastres (2015-2030); para incrementar os mecanismos de facilitação da cooperação humanitária entre cidades de fronteira; e para a concertação de posições na Cúpula Mundial Humanitária, que se realizará em Istambul, em maio de 2016.

65. Tomaram conhecimento dos trabalhos desenvolvidos durante as XXVI e XXVII edições da Reunião Especializada de Comunicação Social

do MERCOSUL (RECS) e congratularam-se pelos avanços nas negociações para o estabelecimento de uma política de comunicação social com base nas diretrizes aprovadas em Paraná em 2014 e para a constituição de uma Unidade Técnica de Comunicação e Informação do MERCOSUL. Manifestaram, ademais, interesse em avançar na criação dessa Unidade.

66. Cumprimentaram os trabalhos do Grupo de Cooperação Internacional (GCI) e a entrada em funcionamento de sua Unidade Técnica de Cooperação (UTCI), cujo apoio foi substancial para a execução das ações em matéria de cooperação no MERCOSUL durante este semestre.

67. Congratularam-se pelo lançamento do “Manual de Defesa do Consumidor MERCOSUL e Peru” e pelo início dos Cursos MERCOSUL on-line de Defesa do Consumidor, que foram ambos anunciados em 17 de julho de 2015.

68. Registraram a adoção da “Declaração das Autoridades Responsáveis pela Agricultura Familiar dos Estados Partes do MERCOSUL sobre Governança da Terra”, na XXIII Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF), e destacaram o importante papel que a REAF desempenha como espaço de articulação entre os governos, os movimentos sociais, os agricultores e as estruturas próprias do sistema de integração.

69. Destacaram a importância de promover e consolidar a constituição de cooperativas do MERCOSUL,

assim como de estimular e facilitar o desenvolvimento de grupos cooperativos.

Expressaram seu reconhecimento à Senhora Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, e ao Governo e ao povo brasileiro por sua hospitalidade e pela dedicação com que realizaram a XLVIII Cúpula do MERCOSUL.

#### ATENTADO NO IRAQUE 18/07/2015

O Governo brasileiro condena veementemente o ataque ocorrido em 17 de julho na cidade de Khan Bani Saad, no Iraque, reivindicado pelo grupo autodenominado "Estado Islâmico", que causou a morte de mais de uma centena de pessoas e deixou quase duzentos feridos.

Ao manifestar sua solidariedade ao povo e ao Governo iraquianos, o Brasil reitera seu repúdio a todos os atos de terrorismo, praticados sob quaisquer motivações.

#### ATENTADO NA TURQUIA 20/07/2015

O Governo brasileiro condena veementemente o ataque perpetrado em 20 de julho na localidade de Suruç, na Turquia, classificado pelas autoridades locais como atentado terrorista, que causou a morte de pelo

menos 28 pessoas e deixou mais de uma centena de feridos.

Ao manifestar sua solidariedade ao Governo e ao povo da Turquia e, em especial, aos familiares das vítimas, o Brasil reitera seu repúdio a todos os atos de terrorismo, praticados sob quaisquer motivações.

#### ELEIÇÕES NO HAITI 20/07/2015

O Governo brasileiro congratula-se com o Governo haitiano pelo bom andamento da organização das eleições presidenciais, parlamentares e locais, previstas para os meses de agosto, outubro e dezembro deste ano.

O Governo brasileiro também cumprimenta o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, pela designação do ex-Ministro das Relações Exteriores e da Defesa do Brasil, Embaixador Celso Amorim, como chefe da missão de observação da OEA às eleições presidenciais e municipais no Haiti, que ocorrerão em 25 de outubro, em primeiro turno, e 27 de dezembro, em segundo turno, caso necessário.

Nessa importante tarefa de observação eleitoral, a OEA e o Embaixador Celso Amorim contam com o pleno apoio do Governo brasileiro.

## VIAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES A CINGAPURA, TIMOR-LESTE, VIETNÃ E JAPÃO – 22 A 29 DE JULHO DE 2015 21/07/2015

Entre os dias 22 e 29 de julho, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, realizará périplo pela Ásia, com agenda de encontros com autoridades em Cingapura, Timor-Leste, Vietnã e Japão.

No dia 22 de julho, em Cingapura, o Ministro Mauro Vieira manterá reuniões de trabalho com o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças, Tharman Shanmugaratnam, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, K Shanmugam. Os encontros abordarão temas da agenda bilateral, como comércio e investimentos, cooperação acadêmica, científica e tecnológica, e temas das agendas regional e multilateral, como o relacionamento entre o Brasil e a ASEAN, a reforma do Conselho de Segurança da ONU e as negociações sobre mudança do clima.

Em 2014, Cingapura foi o principal parceiro comercial do Brasil no âmbito da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), com um intercâmbio da ordem de US\$ 4,1 bilhões e superávit brasileiro de US\$ 2,54 bilhões (o quarto maior saldo do Brasil em nível global). Cingapura possui investimentos no Brasil em setores como a construção naval, além de haver instalado, em São Paulo, escritórios de dois importantes fundos

soberanos, cujos ativos totais se elevam a mais de US\$ 520 bilhões.

Entre 23 e 25 de julho, o Ministro estará em Timor-Leste, onde participará da XX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na ocasião, formalizará a disposição brasileira de assumir a Presidência da Comunidade, no período de 2016 a 2018, e de sediar sua próxima Cúpula, em 2016. Ainda no marco das atividades da CPLP, o Ministro participará do lançamento do "Programa CPLP Audiovisual", na área de produção de conteúdos audiovisuais, e da assinatura da "Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP", acordo que ampliará a proteção social aos trabalhadores que migram entre os países da Comunidade.

O Ministro Mauro Vieira manterá encontro com seu homólogo timorense, Hernâni Coelho, ocasião em tratará, entre outros temas, dos programas de cooperação técnica prestados pelo Brasil em áreas como o fortalecimento da lusofonia, a consolidação do sistema civilista na Justiça timorense e a capacitação de recursos humanos.

Timor-Leste é o único país da Ásia e Oceania que tem o português como idioma oficial. Desde a constituição de seu Estado Nacional, em 2002, o país tem consolidado as bases de um sistema político democrático-representativo e adotado com êxito programas de inclusão social, muitos deles inspirados na experiência brasileira, como na área de merenda escolar.

Em 27 de julho, o Ministro estará no Vietnã, onde terá reunião de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pham Binh Minh. No encontro, serão analisadas novas oportunidades de comércio, diversificação da pauta exportadora brasileira e iniciativas de cooperação técnica prestada pelo Brasil.

As relações bilaterais com o Vietnã apresentam grandes avanços desde seu estabelecimento, em 1989. As trocas comerciais saltaram de US\$ 47,1 milhões para US\$ 3,2 bilhões de 2003 a 2014. Há, também, oportunidades promissoras de expansão dos investimentos bilaterais.

Na última escala da viagem, em 28 e 29 de julho, no Japão, o Ministro será recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Fumio Kishida. A visita ao Japão ocorre no ano em que se comemoram os 120 anos do estabelecimento das relações diplomáticas.

As relações Brasil-Japão são marcadas pelos fortes vínculos humanos e por importante fluxo de comércio e de investimentos. É intensa a agenda bilateral nos campos de ciência, tecnologia e inovação. O Brasil e o Japão participam, igualmente, de projetos de cooperação em terceiros países, como ilustra a atuação conjunta na implementação do padrão nipo-brasileiro de TV digital em vários países sul-americanos, centro-americanos, africanos e asiáticos.

## COMUNICADO MINISTERIAL BRASIL-PERU – LIMA, 21 DE JULHO DE 2015 21/07/2015

A Ministra de Comércio Exterior e Turismo do Peru, Magali Silva, e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Armando Monteiro, reunidos em Lima, em 21 de julho, destacaram, à luz dos avanços que se vêm construindo no diálogo Brasil-Peru, a decisão de implementar uma agenda renovada e ampliada para a relação econômico-comercial bilateral. Coincidiram quanto à importância da não aplicação de restrições ao comércio bilateral e de avançar em uma negociação para o aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica Nº 58 (ACE-58), a fim de melhorar o acesso real e amplo aos mercados e aumentar o intercâmbio comercial. Também acordaram promover a expansão temática da relação econômico-comercial.

Nesse sentido, os Ministros decidiram negociar acordos em matéria de serviços, compras governamentais, investimento, facilitação do comércio e promover a aceleração dos cronogramas de desgravação tarifária no marco do ACE-58. Ademais, reiteraram seu compromisso para evitar a aplicação de medidas não tarifárias restritivas ao comércio.

Os Ministros concordaram em promover novos espaços de encontros comerciais entre pequenas e médias

empresas de ambos os países, para potencializar as oportunidades de negócio.

As relações econômico-comerciais entre Brasil e Peru apresentam amplo espaço a ser explorado. Em 2014, o fluxo comercial bilateral foi de US\$3,5 bilhões, sendo o Brasil o terceiro maior parceiro comercial do Peru. Ademais, o Brasil é o terceiro provedor comercial e o quinto mercado de destino das exportações peruanas.

VISITA AO BRASIL DO  
SECRETÁRIO ESPECIAL PARA  
AMÉRICA LATINA E  
ASSUNTOS CONSULARES,  
PASSAPORTE E VISTOS DA  
ÍNDIA – COMUNICADO  
CONJUNTO – BRASÍLIA, 20 E 21  
DE JULHO DE 2015 21/07/2015

No dia 20 de julho de 2015, teve lugar, em Brasília, reunião bilateral entre o Subsecretário-Geral de Política II, Embaixador José Alfredo Graça Lima, e sua contraparte indiana, R. Swaminathan, Secretário Especial para a América Latina e Assuntos Consulares, Passaporte e Vistos. Os dois lados discutiram a agenda do relacionamento entre Brasil e Índia, que incluiu temas bilaterais, regionais e multilaterais. Foram recordadas as orientações dadas pela Presidenta Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Narendra Modi, na recém-concluída Cúpula do BRICS, em Ufá, a respeito da cooperação bilateral e multilateral a

ser implementada prioritariamente. Áreas-chave de cooperação incluíram, entre outras: comércio, agricultura, meio ambiente, usos pacíficos de energia nuclear, espaço, defesa, medicina tradicional, educação, cultura e segurança cibernética. Ambos os lados concordaram em coordenar esforços no âmbito do G-4, grupo composto por Brasil, Índia, Alemanha e Japão que atua em favor da reforma do Conselho de Segurança da ONU. Reforçaram o compromisso de trabalhar conjuntamente no âmbito do BASIC (grupo de coordenação sobre mudança do clima, formado pelo Brasil, África do Sul, Índia e China), bem como de revitalizar o IBAS (agrupamento que reúne Brasil, Índia e África do Sul).

O Secretário Especial Swaminathan foi recebido, no dia 20 de julho, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, a quem transmitiu o convite da Ministra dos Negócios Externos da Índia, Sushma Swaraj, para visitar a Índia por ocasião da próxima reunião da Comissão Mista bilateral, convite que foi prontamente aceito. Estão ainda previstas visitas à Índia, no futuro próximo, dos Ministros brasileiros da Defesa e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No dia 21 de julho, o Secretário Especial R. Swaminathan reuniu-se com o Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães. Na ocasião, houve troca dos instrumentos de ratificação do Tratado de Extradicação entre Brasil e Índia.

## NOTA DE ESCLARECIMENTO 21/07/2015

O Ministério das Relações Exteriores rejeita qualquer alegação de que não estaria prestando assistência ao nacional brasileiro Astecclínio da Silva Ramos Neto, detido no Peru desde 16 de abril passado. O caso vem sendo acompanhado desde abril de 2015 e já foi objeto de mais de 40 comunicações oficiais entre a Secretaria de Estado, em Brasília, e a Embaixada do Brasil em Lima.

O advogado e familiares do nacional brasileiro são informados, de forma constante, por documentação oficial e registrada, da intensa atuação do MRE no caso, inclusive da realização, pela Embaixada brasileira, de gestões junto à Chancelaria local, à Defensoria Pública peruana e ao Instituto Nacional Penitenciário do Peru (INPE), com vistas a possibilitar ao cidadão detido a realização de exames médicos, conforme solicitado pelos próprios familiares do Senhor Ramos Neto.

O Senhor Astecclínio Ramos encontra-se desde 14 de julho em centro de detenção do Palácio de Justiça em Lima, onde aguarda transferência para estabelecimento penal no qual poderá realizar exames clínicos inacessíveis no local de sua detenção anterior, em Satipo, no interior do Peru. Antes de sua transferência, a Embaixada realizou, ao longo de 45 dias, numerosas gestões, no mais alto nível, de modo a viabilizar sua transferência, a pedido, para instalação hospitalar, ainda que sob custódia judicial.

Foram realizadas duas visitas consulares ao nacional brasileiro desde sua transferência para Lima. Detentos sob regime de solitária não podem receber visitas. Em momento algum declarou o Senhor Astecclínio Ramos não estar sendo adequadamente tratado pelas autoridades policiais peruanas. Pelo contrário, o nacional mostra-se grato pelo apoio que tem recebido dos agentes consulares brasileiros.

A atuação da Embaixada do Brasil em Lima sempre esteve pautada pela preocupação de buscar assegurar integridade física e o mais amplo direito de defesa legal do Senhor Astecclínio da Silva Ramos Neto.

## SITUAÇÃO DO BRASILEIRO ISLAM HAMED 24/07/2015

O cidadão brasileiro Islam Hasan Jamil Hamed, também detentor de cidadania palestina, detido desde 2010 na Palestina, foi colocado em liberdade em Ramalá no dia 21 de julho, no mesmo dia em que firmou declaração pela qual afirmava estar ciente dos riscos de sua libertação, ou seja, possibilidade de nova prisão, desta vez por autoridades israelenses em Território Palestino Ocupado. O Governo brasileiro, como ressaltado na Nota nº 225 do MRE, não tem meios legais ou materiais para exercer jurisdição ou poder de polícia em território estrangeiro.

O Governo brasileiro tem realizado sucessivas gestões em alto nível junto ao Governo de Israel para que seja

concedido salvo-conduto ao Senhor Hamed, o que permitiria que fosse repatriado para o Brasil. Até o momento, não houve respostas positivas das autoridades israelenses.

Sem prejuízo do prosseguimento de gestões junto ao Governo israelense pela obtenção de salvo-conduto para o Senhor Hamed, o Ministério das Relações Exteriores esclarece que a assinatura da declaração supracitada contou com a presença de três familiares em primeiro grau do cidadão, bem como do Encarregado de Negócios do Brasil em Ramalá.

O Senhor Hamed manifestou, por ocasião da assinatura da declaração, interesse em deixar o local de detenção em horário de escolha sua, sem presença de representante do Governo brasileiro. Caso o senhor Hamed venha a novamente necessitar de auxílio consular, este lhe será prestado tão logo solicitado.

O Ministério das Relações Exteriores lembra que, durante o período de aproximadamente 100 dias em que o Senhor Hamed esteve em greve de fome, teve sua situação assistida de perto e de forma constante pelos agentes consulares brasileiros, que envidaram todos os esforços para o devido acompanhamento médico de sua situação e para garantir sua libertação, como consta nas Notas nº 171 e nº 225 do MRE, respectivamente datadas de 19 de maio e 17 de junho passados. Ao nacional foram feitas visitas consulares periódicas para acompanhamento de sua situação pessoal e jurídica, sendo as informações sobre seu caso

retransmitidas prontamente a seus familiares no Brasil.

#### ATENTADO NA SOMÁLIA 27/07/2015

O Governo brasileiro condena veementemente o ataque ocorrido em frente ao Jazeera Palace Hotel, em 26 de julho, em Mogadíscio, na Somália, reivindicado pelo grupo autodenominado "Al-Shabaab", que resultou em dezenas de mortos e feridos.

Ao manifestar sua solidariedade ao povo e ao Governo da Somália, o Brasil reitera seu repúdio a todos os atos de terrorismo, praticados sob quaisquer motivações. O Governo brasileiro reitera, ainda, seu apoio aos esforços de consolidação das instituições somalis.

#### CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NOS FILIPINAS 27/07/2015

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República das Filipinas concedeu *agrément* a Rodrigo do Amaral Souza como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

#### VIAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO JAPÃO – 28 E 29 DE JULHO DE 2015 27/07/2015

O Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, realizará, entre os dias 28 e 29 de julho, visita oficial ao Japão. O objetivo da viagem é fortalecer os vínculos entre os dois países, no contexto da Parceria Estratégica e Global, lançada no ano passado durante encontro do Primeiro-Ministro Shinzo Abe com a Presidenta Dilma Rousseff, em Brasília. Brasil e Japão celebram, este ano, 120 anos de relações diplomáticas.

O Ministro manterá reuniões com autoridades japonesas na expectativa de viagem da Presidenta da República ao Japão em dezembro próximo e discutirá novas oportunidades de investimentos no Brasil e maior abertura daquele mercado para os produtos brasileiros. Em 2014, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Japão atingiu US\$ 12,6 bilhões.

Na terça-feira, o Ministro Mauro Vieira se encontrará com o Vice Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças, Taro Aso. Nesse mesmo dia, o Ministro se reunirá com representantes da comunidade brasileira no Japão.

No dia seguinte, manterá reunião de trabalho com seu homólogo japonês, Fumio Kishida, ocasião em que inaugurarão o Diálogo Brasil-Japão entre Chanceleres, previsto no âmbito da Parceria Estratégica e Global entre os dois países, estabelecida no ano passado. Também no dia 29, se encontrará com o Ministro da Agricultura, Floresta e Pesca, Yoshimasa Hayashi.

#### ATENTADOS NO CAMEROUN 27/07/2015

O Governo brasileiro condena veementemente os ataques terroristas que deixaram como saldo pelo menos 30 mortos e dezenas de feridos em Maroua, capital da Região do Extremo Norte do Cameroun, nos dias 22 e 25 de julho.

Ao transmitir seus sentimentos de solidariedade aos familiares das vítimas e ao povo e ao Governo do Cameroun, o Governo brasileiro reitera seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo.

#### SITUAÇÃO NA PALESTINA E EM ISRAEL 03/08/2015

O Governo brasileiro acompanha com extrema preocupação os casos de violência contra a população civil nos Territórios Palestinos Ocupados, condena o ato terrorista que provocou a morte de um bebê e ferimentos em seus familiares no último dia 30 de

julho e lamenta que a ausência da necessária solução política para o longo conflito continue a provocar vítimas de ambos os lados.

O Governo brasileiro considera essencial a pronta retomada do processo de paz, de modo a permitir a realização da solução de dois Estados, Israel e Palestina, vivendo lado a lado, em paz e segurança.

#### NOTA SOBRE OS 70 ANOS DE O BOMBARDEIO NUCLEAR DE HIROSHIMA 06/08/2015

Na data de hoje, 6 de agosto, que marca os 70 anos do primeiro ataque nuclear da história, contra a cidade de Hiroshima, no Japão, o Governo e o povo brasileiros homenageiam a memória das milhares de pessoas vitimadas por bombas nucleares.

Ao lembrar as terríveis consequências de uma detonação nuclear e fazer votos de que seres humanos nunca mais sejam vítimas dessas armas, o Brasil reafirma sua convicção de que a única maneira de realizar esse objetivo é tornar o mundo livre dos arsenais nucleares.

Nesse sentido, o Governo brasileiro renova o chamamento aos países detentores de armas nucleares para que demonstrem real vontade política e se engajem na negociação de um instrumento juridicamente vinculante que assegure a proibição e a eliminação irreversível desses arsenais.

#### ABERTURA DO MERCADO DE MYANMAR PARA CARNES BOVINA E DE AVES 07/08/2015

O Governo brasileiro recebeu, com grande satisfação, a decisão das autoridades de Myanmar de aceitar os Certificados Sanitários Internacionais para carnes bovinas e de aves propostos pelo Brasil, após esforços conjuntos dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores.

A medida propiciará a intensificação do comércio bilateral, com benefício para os produtores brasileiros, mediante geração de emprego e aumento de renda, e para os consumidores em Myanmar, que terão acesso à carne de alta qualidade e preços competitivos.

O mercado de Myanmar – país de 51,4 milhões de habitantes e PIB de US\$ 244 bilhões – abre consideráveis perspectivas para os exportadores brasileiros. A aprovação dos Certificados confirma a eficácia dos controles sanitários brasileiros, bem como a qualidade e a sanidade do produto nacional, já reconhecida por outros parceiros comerciais.

#### PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS NO HAITI 10/08/2015

O Governo brasileiro saúda a realização do primeiro turno das eleições legislativas no Haiti, em 9 de

agosto, e felicita o povo haitiano pela participação no pleito.

Ao mesmo tempo em que reconhece os esforços do Governo haitiano, do Conselho Eleitoral Provisório e da Polícia Nacional Haitiana, o Governo brasileiro lamenta os incidentes que causaram a perda de vidas e a interrupção da votação em algumas zonas eleitorais. Juntamente com a comunidade internacional, o Governo brasileiro mantém a expectativa de que as autoridades competentes do Haiti investiguem estes acontecimentos e levem os responsáveis à justiça.

O Governo brasileiro exorta todos os atores políticos a aguardar pacificamente os resultados do primeiro turno, respeitando as diretrizes e o calendário estabelecidos pelas instituições haitianas competentes.

O Governo brasileiro felicita o trabalho realizado pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), cujo componente militar é atualmente comandado pelo general brasileiro José Luiz Jaborandy Junior e da qual fazem parte 982 militares e 8 policiais brasileiros.

O Governo brasileiro reitera seu apoio ao Governo haitiano na realização das demais fases do processo eleitoral, as quais serão essenciais para a consolidação democrática do país.

#### ATENTADOS NO IRAQUE 10/08/2015

O Governo brasileiro condena a série de atentados ocorrida no dia 10 de

agosto corrente no Iraque, que resultou em dezenas de vítimas fatais em diferentes localidades na província de Diyala.

Ao se solidarizar com os familiares das vítimas, o Brasil reafirma seu repúdio ao terrorismo e reitera sua confiança em que o Povo e o Governo iraquianos continuarão a superar os obstáculos no processo de construção de um Iraque democrático, onde convivam harmonicamente as diversas confissões religiosas e etnias que conformam aquele país.

#### VIII REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL SOBRE A AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO PÓS-2015 – BRASÍLIA, 14 DE AGOSTO DE 2015 11/08/2015

Será realizada, em 14 de agosto, a VIII Reunião do Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, para tratar da implementação, no Brasil, da “Agenda de Desenvolvimento Sustentável para o Ano de 2030”, cujo processo negociador foi concluído, há duas semanas, na Organização das Nações Unidas (ONU), a partir de mandato da Conferência Rio+20.

No evento, espera-se expressiva participação de representantes da sociedade civil, que esteve presente e atuante durante toda a negociação da Agenda nos últimos dois anos. A condução dos trabalhos caberá ao Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, estando prevista a

participação dos Secretários Executivos da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério da Fazenda, além de representantes de alto nível do Ministério do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A reunião terá lugar no Auditório Embaixador João Augusto de Araújo Castro do Instituto Rio Branco (IRBr). Profissionais de imprensa portadores de credenciais permanentes emitidas pelo Ministério das Relações Exteriores ou pela Presidência da República poderão participar da sessão de abertura, das 9h30 às 10h30.

O Governo brasileiro exorta todos os atores políticos a aguardar pacificamente os resultados do primeiro turno, respeitando as diretrizes e o calendário estabelecidos pelas instituições haitianas competentes.

O Governo brasileiro felicita o trabalho realizado pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), cujo componente militar é atualmente comandado pelo general brasileiro José Luiz Jaborandy Junior e da qual fazem parte 982 militares e 8 policiais brasileiros.

O Governo brasileiro reitera seu apoio ao Governo haitiano na realização das demais fases do processo eleitoral, as quais serão essenciais para a consolidação democrática do país.

## ATENTADO NA NIGÉRIA 12/08/2015

O Brasil condena o atentado ocorrido no último dia 11 de agosto em Sabon Gari (Nigéria), que matou mais de 40 pessoas e deixou pelo menos 50 feridos e transmite aos familiares das vítimas a solidariedade do povo e do Governo brasileiros.

O Brasil reitera seu repúdio a atos terroristas e se solidariza com os familiares das vítimas. O Governo brasileiro reitera seu apoio ao povo e ao Governo nigerianos em seu contínuo esforço para erradicar grupos responsáveis por atos dessa natureza.

## SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU 12/08/2015

O Governo brasileiro tem acompanhado atentamente desdobramentos políticos recentes na Guiné-Bissau, país com o qual temos importantes vínculos históricos e culturais e conduzimos relevantes projetos de cooperação.

O Brasil conclama as lideranças bissau-guineenses a buscar soluções negociadas para a superação de divergências, com vistas à manutenção da estabilidade política e institucional, de modo a permitir a integral implementação da visão estratégica e do plano operacional apresentados por

ocasião da Conferência de Doadores de Bruxelas, em março último.

O Governo brasileiro reitera sua disposição de continuar a apoiar a consolidação do regime democrático e o desenvolvimento da Guiné-Bissau, bilateralmente e em conjunto com os países da CPLP, da União Africana e da CEDEAO, entre outros parceiros internacionais, bem como no âmbito da ONU, inclusive por meio da Configuração Guiné-Bissau da Comissão da Consolidação da Paz.

#### ATENTADO NA TAILÂNDIA 17/08/2015

O Governo brasileiro recebeu com consternação a notícia do atentado, ocorrido hoje, 17 de agosto, no centro de Bangkok, na Tailândia, que deixou dezenas de mortos e feridos. Não há relato de brasileiros entre as vítimas. O Brasil reitera seu repúdio a todo e qualquer ato de violência e expressa sua solidariedade aos familiares das vítimas.

#### VISITA DA CHANCELER DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, ANGELA MERKEL – BRASÍLIA, 19 E 20 DE AGOSTO 2015 19/08/2015

A Chanceler da República Federal da Alemanha, Angela Merkel, acompanhada de sete Ministros e cinco Vice-Ministros alemães, realiza, nos dias 19 e 20 de agosto, visita ao Brasil no âmbito da primeira edição do mecanismo de Consultas de Alto Nível Brasil-Alemanha.

A visita da Chanceler Merkel ao Brasil apresenta formato inovador, na medida em que, além do encontro entre as líderes, os Ministros dos dois países manterão reuniões bilaterais setoriais com seus homólogos.

O novo mecanismo, que prevê reuniões presidenciais e ministeriais a cada dois anos, cria oportunidade para que os diversos temas da agenda bilateral e global, inclusive meio ambiente e reforma da Organização das Nações Unidas, sejam discutidos no mais alto nível.

A programação da Chanceler alemã inclui, hoje, jantar oferecido pela Presidenta Dilma Rousseff no Palácio da Alvorada. No dia 20, as Chefes de Governo revisarão os temas da ampla agenda bilateral, bem como questões regionais e globais. Serão realizadas, ainda, 24 reuniões entre Ministros brasileiros e suas contrapartes alemãs. Dezesete instrumentos bilaterais serão assinados, promovendo a cooperação e o diálogo em áreas como inovação aplicada a processos produtivos, pesquisa marinha, terras raras, bioeconomia, educação, saúde e segurança alimentar e nutricional.

Serão também adotadas Declaração Conjunta sobre mudança do clima, tendo em vista a 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre

Mudança do Clima (COP-21), em dezembro próximo, em Paris, e Declaração de Intenções Conjunta no Domínio da Urbanização, com o objetivo de fortalecer a sustentabilidade ambiental dos espaços urbanos nos dois países.

A Alemanha é o principal parceiro comercial do Brasil na Europa e o quarto parceiro comercial brasileiro no mundo. Em 2014, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Alemanha atingiu US\$ 20,4 bilhões, tendo praticamente triplicado desde 2005. Existem cerca de 1.600 empresas alemãs instaladas no território brasileiro, que constituem o maior parque industrial alemão fora da Alemanha.

COMUNICADO CONJUNTO  
POR OCASIÃO DAS  
PRIMEIRAS CONSULTAS  
INTERGOVERNAMENTAIS DE  
ALTO NÍVEL BRASIL-  
ALEMANHA – BRASÍLIA, 20 DE  
AGOSTO DE 2015 20/08/2015

Em 19 e 20 de agosto de 2015, a Presidenta da República Dilma Rousseff recebeu a Chanceler Federal da Alemanha Angela Merkel, em Brasília, por ocasião da primeira edição das Consultas Intergovernamentais de Alto Nível Brasil-Alemanha. Os encontros contaram com a participação de 19 Ministros brasileiros e 7 Ministros e 5 Vice-Ministros alemães.

O estabelecimento de um mecanismo periódico de consultas de alto nível eleva as relações entre Brasil e Alemanha, parceiros estratégicos desde 2002, a novo patamar. Reforça os tradicionais laços entre os dois países e ressalta a determinação em fortalecer e diversificar a Parceria Estratégica bilateral, por meio do aprofundamento do compromisso de dialogar sobre temas globais, em particular mudança do clima, da ampliação e da consolidação dos fluxos de comércio e investimentos, do aumento da cooperação em ciência, tecnologia, inovação, cultura, mídia e educação e do estabelecimento de parcerias em novas áreas, como desenvolvimento urbano e saúde.

O fortalecimento do diálogo político é consequência natural dos tradicionais vínculos entre os dois países, caracterizados por fluxos de comércio e investimentos importantes e um relacionamento multifacetado. Recentes investimentos alemães nos setores automotivo e químico no Brasil são exemplos recentes das relações econômicas dinâmicas entre os dois países. A segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL II) oferece perspectivas adicionais para fortalecer as relações econômicas bilaterais.

As Chefes de Governo sublinharam seu compromisso com a promoção de uma ordem internacional baseada no estado de direito, no multilateralismo e na diplomacia. Ressaltaram, igualmente, a necessidade de se enfrentarem as raízes dos conflitos e das ameaças à segurança e à paz internacionais, por meio de enfoque que reconheça as inter-relações entre

paz, segurança e desenvolvimento sustentável.

Os dois lados trocaram impressões sobre temas de interesse comum da agenda internacional. Estes incluem a necessidade de uma solução política na Síria, o imperativo de uma solução de dois Estados para o conflito israelo-palestino, assim como a urgência de uma estratégia abrangente para lidar com a crescente ameaça do terrorismo.

A Presidenta Dilma Rousseff elogiou os esforços do Governo alemão para encontrar uma solução pacífica e duradoura para o atual conflito na Ucrânia. Brasil e Alemanha sublinharam a necessidade de pôr-se em prática o Pacote de Medidas para a Implementação dos Acordos de Minsk, tais como adotados em fevereiro de 2015.

Os dois lados acolheram com satisfação o Plano de Ação Conjunto e Abrangente (JCPoA), adotado em 14 de julho de 2015, entre o E3+3 e o Irã para assegurar a natureza pacífica do programa nuclear iraniano.

Os Ministros das Relações Exteriores têm mantido frequente troca de pontos de vista sobre temas relacionados à paz e à segurança internacionais e continuarão a manter consultas regulares sobre esses temas.

A Chanceler Angela Merkel congratulou o Governo brasileiro pela bem-sucedida Conferência “NETmundial”, em São Paulo (abril de 2014). Os dois lados concordaram em manter a cooperação com vistas a uma internet transparente e inclusiva, que

garanta a participação de todas as partes interessadas.

Tendo presente a exitosa cooperação entre Brasil e Alemanha sobre o direito à privacidade na era digital, as Chefes de Governo decidiram estabelecer mecanismo bilateral de consultas e de cooperação sobre temas cibernéticos.

Os seguintes documentos foram adotados no âmbito das Consultas de Alto Nível, entre outros:

- Declaração Conjunta sobre Mudança do Clima, pelo qual ambas as partes sublinham sua determinação em contribuir para o êxito da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (COP-21);
- Declaração Conjunta sobre Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, com foco em Pequenas e Médias Empresas (PMEs);
- Declaração Conjunta de Intenções sobre Cooperação Bilateral em Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação;
- Declaração Conjunta para o estabelecimento da Parceria Brasil-Alemanha em Urbanização;
- Ata das Negociações da Cooperação em Desenvolvimento Sustentável.

As Chefes de Governo comprometeram-se a intensificar os esforços para a conclusão, no mais breve prazo possível, de um Acordo de Associação Inter-regional entre o MERCOSUL e a União Europeia que

seja ambicioso, abrangente e equilibrado. Ressaltaram, nesse contexto, o objetivo comum dos dois blocos de intercambiar ofertas de acesso a mercados no último trimestre de 2015.

Ambos os países também decidiram manter consultas periódicas sobre questões multilaterais de direitos humanos, com o objetivo de intercambiar pontos de vista e intensificar esforços conjuntos para promover os direitos humanos no âmbito das instituições relevantes das Nações Unidas.

À luz dos resultados positivos desse intercâmbio intergovernamental, os dois lados acordaram realizar regularmente as Consultas Intergovernamentais de Alto Nível, em princípio a cada dois anos.

As áreas mais importantes para a cooperação, assim como os resultados das primeiras Consultas Brasil-Alemanha de Alto Nível, estão abaixo relacionados:

1. Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação, Cultura e Mídia

Ambos os lados assinaram acordos e declarações de intenção nas áreas de bioeconomia, matérias-primas estratégicas (terras raras), pesquisa marítima e cooperação relativa ao Observatório da Torre Alta da Amazônia. Expressaram satisfação com as atividades em curso nas áreas de tecnologia de manufatura, tecnologia espacial, pesquisa em agricultura e indústria, inovação e treinamento profissional.

Brasil e Alemanha ressaltaram seu interesse no estabelecimento de Centro de Estudos Alemães e Europeus no Brasil. Ambos estão convencidos de que tal projeto promoveria pesquisa e treinamento nesse campo de estudo e criaria nova redes acadêmicas entre o Brasil, a Alemanha e a Europa.

As Chefes de Governo reconheceram o êxito da cooperação no âmbito do programa brasileiro Ciência sem Fronteiras, por meio do qual mais de seis mil alunos brasileiros frequentaram universidades alemãs. Em apoio a esse programa, o Ministério da Educação do Brasil e o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) assinaram memorando de entendimento para promover a língua alemã no ensino superior no Brasil, no marco do Programa Idioma sem Fronteiras — Alemão.

Ambos os lados também apoiam a promoção do idioma alemão nas escolas brasileiras por meio de projetos de cooperação já existentes entre os estados federais brasileiros e organizações que contam com o financiamento público alemão para esse fim. Acolhem com satisfação futuros projetos de cooperação com o objetivo de fomentar o alemão nas escolas brasileiras. Uma declaração conjunta de intenções sobre o assunto foi adotada.

Acolheram com satisfação a assinatura, em fevereiro de 2015, de Memorando de Entendimento sobre Programa de Férias-Trabalho, que contribuirá para reforçar a integração cultural entre os dois países, por meio do intercâmbio de jovens. Sublinharam

também seu interesse mútuo no estabelecimento de um programa para intercâmbio de diplomatas, de modo a fortalecer o diálogo entre seus Ministérios das Relações Exteriores.

Expressaram o interesse em aprofundar a cooperação em esporte e cultura, particularmente entre museus e bibliotecas, e nos campos de cinema e televisão. Sublinharam a intenção de seus países de cooperar intensamente no que se refere à proteção de bens culturais e ao combate ao seu tráfico ilícito.

## 2. Comércio, Investimentos e Finanças e Energia

As Chefes de Governo expressaram o interesse na expansão e diversificação do comércio bilateral e dos fluxos de investimentos. Ressaltaram a importância dos Encontros Econômicos anuais, bem como das Reuniões da Comissão Mista de Cooperação Econômica, e enfatizaram a cooperação no campo das pequenas e médias empresas (PMEs). Brasil e Alemanha concordaram em continuar e aprofundar a bem-sucedida cooperação entre instituições dos dois países no tocante a normas técnicas e avaliações de conformidade.

A Presidenta Dilma Rousseff recordou o recente lançamento de novo ciclo de concessões para investimentos no setor de infraestrutura no Brasil. A segunda etapa do Programa de Investimento em Logística cria novas oportunidades para empresas alemãs e fortalecerá a competitividade, permitindo uma participação mais ampla do investimento privado, no contexto de

um robusto ambiente bilateral de negócios.

As Chefes de Governo reiteraram seu compromisso com uma rápida conclusão e um resultado equilibrado da Rodada Doha. Concordaram que é chegado o momento de os membros da OMC convergirem em um caminho de modo a concluir a Agenda do Desenvolvimento de Doha. Acordo sobre um programa de trabalho pós-Bali deve ser a base para uma bem-sucedida conferência ministerial da OMC. As líderes também concordaram quanto à importância de se implementar o acordo da OMC sobre facilitação do comércio.

Os dois lados confirmaram a decisão do G20 de não adotar medidas que distorcem o comércio e reafirmaram seu compromisso de manter os mercados abertos.

As líderes tomaram nota da assinatura do Acordo de Cooperação entre o Brasil e a OCDE, que estabelece o arcabouço legal para ampliar a participação brasileira na Organização.

Os dois lados reafirmaram seu interesse na rápida conclusão das negociações relativas aos acordos para o intercâmbio de informações tributárias e para evitar a dupla tributação no setor aéreo e de logística.

As Chefes de Governo concordaram em intensificar a cooperação e elevar ao nível de Vice-Ministros o atual Diálogo Bilateral, no âmbito do Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia com Foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética. Ressaltaram o potencial de expansão

da cooperação em pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas como biocombustíveis, energia solar, eficiência energética e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), entre outros.

### 3. Cooperação em temas globais

Brasil e Alemanha ressaltaram a interdependência entre os esforços para a promoção do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Ambos renovaram seu compromisso em buscar avanços concretos nessa matéria. Os dois lados consideram bem-vinda a adoção da Agenda de Desenvolvimento Sustentável para 2030 e de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na próxima Cúpula das Nações Unidas e reafirmam seu compromisso em levar a cabo todos os esforços possíveis para a implementação dessas metas. As Chefes de Governo reafirmaram sua determinação em responder de modo decisivo ao desafio da mudança do clima e colaborar para o êxito da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (COP-21), buscando a adoção de um acordo justo, ambicioso, duradouro, abrangente e juridicamente vinculante, no âmbito do UNFCCC. As Chefes de Governo referiram-se à Declaração Conjunta sobre Mudança do Clima e registraram sua satisfação com a realização de reunião do Comitê Conjunto sobre Mudança do Clima em Brasília, no dia 17 de agosto, que contribuiu para construir uma visão comum para o Acordo de Paris e identificou projetos concretos para cooperação bilateral nessa área.

Observaram que a Conferência sobre Florestas, Mudança do Clima e Biodiversidade, no dia 19 de agosto, identificou possibilidades de parcerias futuras em meio ambiente. Novos campos de cooperação poderão ser, por exemplo, iniciativas em mudança do clima, conservação da biodiversidade, regularização ambiental, gestão de florestas e combate ao desmatamento.

As Chefes de Governo saudaram o diálogo em questões de trabalho e emprego, inclusão social e mecanismos de distribuição de renda. Comprometeram-se a prosseguir a cooperação, especialmente no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com vistas à promoção de condições justas e seguras de trabalho e à geração de empregos e oportunidades iguais para mulheres e homens no mercado de trabalho.

Os dois lados reiteraram seu compromisso com os esforços internacionais para combater a fome, principalmente no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Uma declaração de intenções sobre o assunto foi assinada.

### 4. Cooperação bilateral para desenvolvimento sustentável

As Chefes de Governo saudaram os resultados da recente reunião de Negociações Intergovernamentais, que ocorreu em Brasília, em 17 e 18 de agosto, e o anúncio da aprovação, pelo Governo federal alemão, de 551,5 milhões de euros para novos projetos de cooperação em complementação aos programas prioritários em curso,

com ênfase nos temas de conservação de florestas tropicais, energias renováveis e eficiência energética.

As Chefes de Governo registraram, com satisfação, os anúncios de diversos futuros financiamentos alemães para realizar projetos no Brasil no marco da cooperação bilateral. Estes incluem 150 milhões de euros, por meio da CEMIG, para projetos de promoção de energias renováveis, e 265 milhões de euros, por meio do BNDES, para projetos em energias renováveis e eficiência energética, bem como cooperação técnica com o Ministério de Minas e Energia, o Ministério das Cidades e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Na área de proteção e uso sustentável de florestas, foram feitos anúncios de financiamento de projetos no Brasil no total de 123 milhões de euros. A Alemanha tem sido um forte apoiador do Fundo Amazônia e continuará a apoiar esse esforço financeiramente com 100 milhões de Euros até 2020, bem como por meio de cooperação técnica.

Referiram-se positivamente, ademais, a duas doações alemãs para projetos centrais do Governo brasileiro, inclusive 51,7 milhões de euros para o programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), 32,4 milhões de euros por meio da Iniciativa Internacional Alemã para o Clima e 38,5 milhões de euros para o projeto Cadastro Ambiental Rural (CAR), do Ministério do Meio Ambiente. Dois acordos financeiros nessa área foram assinados durante as Consultas, no total de 31,7 milhões de euros para

ARPA e 23 milhões de euros para o CAR.

Adicionalmente, os dois lados notaram com satisfação a assinatura de um acordo financeiro com o BNDES para um empréstimo de 265 milhões de euros para um programa de mobilidade urbana que leva em consideração questões de mudança do clima.

## 5. Governança Global

As líderes expressaram desapontamento ante a ausência de consenso para a adoção de um documento final substantivo na 9ª Conferência dos Estados-partes do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), concluída em 22 de maio, em Nova Iorque. Brasil e Alemanha reiteraram sua determinação de trabalhar para a promoção dos objetivos de desarmamento nuclear, não proliferação e uso pacífico da energia nuclear.

Os dois lados reiteraram seu compromisso com uma reforma das Nações Unidas, incluindo a reforma do Conselho de Segurança. Comprometeram-se a continuar a intensa cooperação sobre o tema, bilateralmente e no âmbito do G-4, com vistas à expansão do Conselho de Segurança, com novos assentos permanentes e não-permanentes, a fim de torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz.

Alemanha e Brasil tencionam proceder a um intercâmbio regular de experiências sobre sua participação em operações de manutenção da paz das Nações Unidas e explorar perspectivas de intensificar a cooperação nessa área.

Os dois lados conferem grande importância ao aprofundamento constante da parceria estratégica entre a União Europeia e o Brasil.

Brasil e Alemanha fortalecerão sua cooperação no âmbito do G20, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, com vistas a contribuir, conjuntamente, para a estabilidade das relações econômicas e financeiras e para a reforma do sistema monetário e financeiro internacional. Reiteraram seu compromisso com a implementação das reformas nas instituições financeiras internacionais, para que se tornem mais representativas e para que estejam em condições de refletir o crescente peso econômico dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento.

Brasil e Alemanha são parte da Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e estão comprometidos com os princípios da Plataforma de Ação de Beijing, particularmente a participação igualitária da mulher em todas as esferas da sociedade, o empoderamento da mulher e o combate à violência contra a mulher. Tais princípios constituem pré-condição para o desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade. Os dois lados continuarão a apoiar-se mutuamente na implementação de tais compromissos em seus países.

Os dois lados examinarão a possibilidade de estabelecerem iniciativas de cooperação trilateral na África e aumentarão o intercâmbio de impressões sobre a África.

## 6. Temas bilaterais

A Presidenta Dilma Rousseff convidou a Chanceler Angela Merkel para participar da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016.

Com base na Declaração de Berlim da 5ª Conferência Mundial de Ministros dos Esportes da UNESCO, realizada em Berlim, em 2013, Alemanha e Brasil buscarão dar prioridade à sustentabilidade de grandes eventos esportivos, no contexto de seus projetos de cooperação bilateral. Iniciativas como a “Rio Verde – Hamburgo Verde: Eventos Esportivos promovendo o Desenvolvimento Sustentável” serão examinadas por meio de estudos econômicos e científicos.

As Chefes de Governo expressaram satisfação com os progressos registrados nas negociações relativas aos acordos sobre extradição e transferência de pessoas condenadas. Os dois lados concordaram em realizar consultas periódicas sobre temas consulares, de modo a intensificar ainda mais a cooperação nessa área.

As Chefes de Governo ressaltaram o potencial para a cooperação bilateral em defesa, inclusive equipamentos, e o interesse em fortalecer o diálogo entre as três Forças Armadas: Marinha, Exército e Força Aérea. Brasil e Alemanha comprometeram-se a aperfeiçoar o intercâmbio de informações e a cooperação em segurança marítima.

As Chefes de Governo manifestaram satisfação com a assinatura da

Declaração de Intenções de Cooperação em Matéria de Saúde, com vistas a, entre outros, promover o intercâmbio de informações e experiências na área de assistência médica.

DECLARAÇÃO CONJUNTA  
BRASIL-ALEMANHA SOBRE  
MUDANÇA DO CLIMA –  
BRASÍLIA, 20 DE AGOSTO DE  
2015 20/08/2015

1. A Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, e a Chanceler da República Federal da Alemanha, Angela Merkel, reconhecem que a mudança do clima e seus efeitos adversos são uma preocupação comum da humanidade e um dos maiores desafios dos tempos atuais. Reconhecem, ainda, o papel decisivo que ambos os países desempenham ao contribuírem para a construção de respostas globais justas e efetivas, a fim de combater a mudança do clima e criar resiliência. Elas enfatizam que ambos os países compartilham a visão de longo prazo de conter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, o que implica uma transição para sistemas de energia baseados em energias renováveis e a descarbonização da economia mundial no decorrer deste século, tendo presentes as necessidades em termos de adaptação, acesso a financiamento, tecnologia e capacitação como elementos necessários a essa transição, cientes das necessidades específicas dos países em desenvolvimento.

2. Cientes dos impactos positivos de uma robusta cooperação Brasil-Alemanha em matéria de mudança do clima para as relações bilaterais e para o regime multilateral sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a Presidenta Rousseff e a Chanceler Federal Merkel decidiram reforçar a parceria bilateral em mudança do clima por meio do trabalho conjunto com vistas a um resultado exitoso da Conferência de Paris sobre Mudança do Clima, no fim deste ano, e por meio da expansão da cooperação bilateral em áreas de interesse comum.

3. Brasil e Alemanha apoiam fortemente a adoção, em Paris, de um acordo ambicioso, duradouro, abrangente e juridicamente vinculante, que reflita o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz de diferentes circunstâncias nacionais. Ambos os países coincidem no imperativo de assegurar que o aumento da temperatura média global fique abaixo de 2° C em relação aos níveis pré-industriais. Ambos os países renovam sua determinação em construir um acordo que contenha provisões para que todas as Partes aumentem sua ambição ao longo do tempo, de maneira plenamente consistente com esse objetivo de longo prazo. Também deve haver transparência robusta e confiável, inclusive relato e revisão, assim como avaliação periódica da efetividade geral do Acordo. Cientes dessa meta, Brasil e Alemanha enfatizam que profundos cortes nas emissões de gases do efeito estufa se fazem necessários.

4. Ambos os países enfatizam que é necessária a maior ambição de todos os países, tanto no curto prazo quanto no longo prazo, recordando o papel dos países desenvolvidos em tomar a iniciativa, mediante a adoção de metas de redução de emissões ambiciosas para o conjunto da economia, e a necessidade de que os países em desenvolvimento fortaleçam sua ambição ao longo do tempo, movendo-se também em direção a metas de redução de emissões para o conjunto da economia, com base em suas capacidades individuais e respectivos estágios de desenvolvimento.

5. Brasil e Alemanha sublinham a importância do financiamento para a mudança do clima e enfatizam o compromisso dos países desenvolvidos em mobilizar, em conjunto, US\$ 100 bilhões por ano até 2020, de fontes públicas e privadas, para países em desenvolvimento. O financiamento para a mudança do clima também desempenhará papel-chave no período pós-2020, por meio do novo Acordo. O financiamento para a mudança do clima constituirá parte importante do acordo de 2015 e será fortalecido para apoiar ações de mitigação ambiciosas nos países em desenvolvimento, tendo em conta a escala e o potencial de redução de emissões, assim como seus esforços de adaptação, com enfoque particular nos mais pobres e vulneráveis. Em conjunto com compromissos e ações de mitigação ambiciosas, o financiamento público deve desempenhar função catalisadora voltada à reorientação necessária e muito maior dos fluxos de investimento, a fim de limitar o aquecimento global a 2° C e criar resiliência ao redor do mundo. Nesse

contexto, Brasil e Alemanha recordam o papel de dianteira dos países desenvolvidos e a necessidade de que esses países reforcem seu apoio a ações de mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento. Simultaneamente, Brasil e Alemanha encorajam os países em desenvolvimento, no espírito de solidariedade e de objetivos comuns de desenvolvimento sustentável, a reforçar iniciativas de cooperação Sul-Sul, em apoio à transformação rumo a um desenvolvimento de baixo carbono e resiliente à mudança do clima, de modo complementar.

6. A Presidenta Rousseff elogiou a Alemanha por seu forte engajamento no regime multilateral de mudança do clima sob a UNFCCC e seu Protocolo de Quioto ao longo dos anos. A Presidenta Rousseff também reconheceu os esforços de mitigação ambiciosos da Alemanha, o que inclui a meta de obter pelo menos 80% do consumo de eletricidade a partir de fontes renováveis em 2050, e sua liderança na pretendida contribuição nacionalmente determinada da União Europeia, cuja meta é obter a redução doméstica de pelo menos 40% das emissões de gases de efeito de estufa até 2030, em relação a 1990. A Presidenta Rousseff também manifestou apreço pelo fato de que a Alemanha pretende dobrar seus esforços de financiamento à mudança do clima até 2020, em comparação a 2014. Destacou-se que o êxito na implementação do "Energiewende" é um fundamento da ação climática, o que permitirá à Alemanha contribuir substancialmente para alcançar a meta da União Europeia de reduzir as emissões de gases de efeito de estufa

em 80-95% até 2050, em comparação a 1990.

7. A Chanceler Federal Merkel destacou o papel construtivo do Brasil no regime multilateral de mudança do clima sob a UNFCCC desde a sua assinatura, no Rio de Janeiro, em 1992, e suas atuais ações domésticas, particularmente no setor florestal, que levaram a uma redução em 41% das emissões de gases de efeito de estufa entre 2005 e 2012. Destacou-se que os preparativos domésticos para pretendida contribuição nacionalmente determinada do Brasil estão em estágio avançado e que esta será comunicada nos prazos acordados. A contribuição do Brasil será abrangente, abordando mitigação, adaptação e meios de implementação, refletirá o máximo esforço em relação ao objetivo da Convenção e fortalecerá ainda mais suas ações, particularmente nos setores de florestas, uso da terra, indústria e energia.

8. A Presidenta Rousseff e a Chanceler Federal Merkel registraram com satisfação os resultados positivos da cooperação bilateral em matéria de mudança do clima, incluindo o amplo diálogo político por meio do Comitê Conjunto Brasil-Alemanha sobre Mudança do Clima e da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável. Cientes da necessidade de catalisar ações de mitigação e adaptação em escala, beneficiando, assim, o sistema climático global, a Presidenta Rousseff e a Chanceler Federal Merkel decidiram fortalecer a parceria bilateral por meio de iniciativas adicionais que produzirão fortes resultados em mitigação de emissões de gases de efeito de estufa, aumentarão a

resiliência e fomentarão novos investimentos de baixo carbono e resilientes à mudança do clima. Essas iniciativas adicionais abrangerão as áreas de florestas e uso da terra, energias renováveis, eficiência energética, tecnologias de baixo carbono, cidades sustentáveis e adaptação à mudança do clima. Para tanto, a Alemanha destina a quantia de até 582,4 milhões de Euros. A Alemanha manifesta sua disposição em continuar acompanhando os esforços brasileiros no combate à mudança do clima no futuro mediante contribuições substanciais.

9. Como o quinto maior país em extensão territorial, o Brasil já tem prestado uma grande contribuição para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, por meio da redução do desmatamento e da aplicação da legislação doméstica. A implementação das políticas públicas brasileiras resultou na redução do desmatamento no bioma Amazônia em 82% desde 2004. O Brasil continuará a fortalecer suas políticas, com vistas a alcançar, na Amazônia brasileira, o desmatamento ilegal zero até 2030 e a compensação pelas emissões de gases de efeito estufa oriundas da supressão legal da vegetação, permitindo, assim, significativas reduções nas emissões de gases de efeito estufa. A Alemanha tem sido forte apoiadora do Fundo Amazônia e continuará a apoiar aquele esforço financeiramente com 100 milhões de Euros antes de 2020, além da cooperação técnica. A Alemanha irá contribuir mais para o Fundo Amazônia, fortalecendo os pagamentos por resultados de REDD+.

10. Com o apoio do Fundo Amazônia, o Brasil fará um aumento ambicioso de estoques de carbono por meio do reflorestamento e da restauração de florestas. O Brasil desenvolverá, por intermédio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), um índice de recuperação florestal, incluindo restauração e reflorestamento, a fim de aperfeiçoar políticas públicas voltadas ao aumento dos estoques de carbono.

11. O Brasil restaurará e reflorestará 12 milhões de hectares de florestas até 2030. Com base no Código Florestal, serão restauradas Áreas de Preservação Permanente, particularmente nos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica. A Alemanha apoiará a restauração e o reflorestamento de áreas degradadas por meio de um programa abrangendo 5 milhões de hectares, com empréstimo de até 100 milhões de Euros a taxas de juros reduzidas.

12. A Alemanha saúda o Brasil pelo fortalecimento de sua posição de liderança na busca de políticas florestais ambiciosas que permitam a eliminação do desmatamento ilegal pela intensificação de esforços com vistas ao alcance nacional da implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Código Florestal Brasileiro. O Brasil está comprometido a completar o registro total de proprietários de terras até 2016. Brasil e Alemanha assinaram acordo financeiro para o CAR (doação de 23 milhões de Euros). A Alemanha também destina apoio futuro ao CAR e ao desenvolvimento econômico sustentável na região amazônica (apoio financeiro de 10 milhões de Euros em

doação; 11.5 milhões de Euros de doação na forma de apoio técnico).

13. O Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) atingiu maturidade e permitiu que o Brasil, com apoio dos parceiros do ARPA, em particular da Alemanha, aumentasse significativamente sua cobertura e aspirasse a sua sustentabilidade financeira de longo prazo até 2040. Atualmente, o Programa apoia esforços de conservação que cobrem mais de 58 milhões de hectares de áreas protegidas, e, com a criação iminente de novas áreas pelos governos Federal e estaduais, o Brasil superará os 60 milhões de hectares – meta estabelecida para 2020 – tornando o ARPA o maior esforço de conservação de florestas tropicais do mundo, cobrindo cerca de 40% do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

14. Brasil e Alemanha assinaram acordo financeiro adicional para o ARPA (31.7 milhões de Euros de doação). Reconhecendo a Alemanha como o maior apoiador do ARPA e expressando seu agradecimento pela doação recentemente contratada, o que permitirá a conservação adicional de florestas e proteção de sua biodiversidade, o Brasil acolhe favoravelmente o compromisso expresso pela Alemanha com o desenvolvimento do Programa, incluindo a ambição de examinar o apoio à replicação da experiência em outros países, sob cooperação trilateral.

15. A Presidenta Rousseff e a Chanceler Federal Merkel honram o sucesso histórico da criação de terras indígenas na Amazônia brasileira, com

o apoio da Alemanha, e concordam quanto à necessidade e à disposição de continuar a proteger os direitos originais dos povos indígenas em todo o Brasil.

16. O Brasil pretende fortalecer seu Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), em particular com a restauração de pastagens.

17. Brasil e Alemanha reconhecem a importância da promoção de novas tecnologias e do intercâmbio de experiências sobre estratégias políticas de implementação que possam apoiar a transição dos países rumo à produção e ao consumo de energia de baixo carbono e de forma resiliente à mudança do clima. Brasil e Alemanha são muito ativos no campo das energias renováveis. As fontes renováveis representam mais de 75% da matriz elétrica do Brasil e mais de 27% da alemã.

18. Ambos os países têm desenvolvido e implementado tecnologia em áreas como energia eólica, energia solar e biocombustíveis. O Brasil reforça seu compromisso com as energias renováveis, ampliando o percentual de biocombustíveis avançados na oferta de combustíveis e aumentando a quota de biodiesel na mistura do diesel. Além disso, o Brasil aumentará o percentual de geração eólica na matriz elétrica até 2030. Ademais, o Brasil almeja aumentar o ganho de eficiência no uso de eletricidade até 2030. O Brasil reenfaz sua intenção de aumentar o percentual de renováveis – além da hidráulica – na sua matriz de geração elétrica a 20% até 2030. A Alemanha aumentará o percentual de renováveis

na produção elétrica bruta em 40-45% até 2025 e em 55-60% até 2035. A Alemanha destinará empréstimos a juros baixos (415 milhões de Euros) e apoio técnico (4,5 milhões de Euros) para apoiar energias renováveis e soluções de eficiência energética. Instituições financeiras tanto brasileiras quanto alemãs são parceiras-chave para fomentar investimentos em tecnologias de energias renováveis sustentáveis.

19. Brasil e Alemanha também atuarão em conjunto para desenvolver e implementar soluções que fortaleçam o desenvolvimento urbano de baixo carbono, inclusive por meio de iniciativas em transição energética nas cidades, mobilidade urbana climaticamente adequada, eficiência energética no setor de habitação, e eficiência energética no abastecimento urbano de água, assim como reciclagem e gestão de resíduos nas principais cidades brasileiras, entre outros. Brasil e Alemanha assinaram acordo financeiro para empréstimo a juros baixos (265 milhões de Euros) para apoiar projetos de desenvolvimento urbano climaticamente adequados no Brasil. A Alemanha destina apoio técnico (5 milhões de Euros) para promover a eficiência energética em áreas urbanas, bem como cooperação técnica (4 milhões de Euros) para apoiar soluções de eficiência energética no programa de habitação social brasileiro.

20. Brasil e Alemanha continuarão a colaborar em projetos de pesquisa básica e aplicada, por exemplo, relacionados à observação de gases de efeito estufa e a ações de adaptação e

mitigação, em particular relacionadas ao manejo sustentável da terra.

21. Ambos os países esforçam-se para ampliar significativamente o desenvolvimento de baixo carbono no setor de transportes. No âmbito da nossa cooperação bilateral, Brasil e Alemanha continuarão o diálogo e o intercâmbio de experiências.

22. Brasil e Alemanha continuarão a intensificar a cooperação nas áreas mencionadas, bem como no âmbito do Memorando de Entendimento de 3 de dezembro de 2009.

**INSTRUMENTOS ADOTADOS  
POR OCASIÃO DAS  
CONSULTAS DE ALTO NÍVEL  
BRASIL-ALEMANHA –  
BRASÍLIA, 20 DE AGOSTO DE  
2015 20/08/2015**

**Comunicado Conjunto por ocasião  
das Primeiras Consultas  
Intergovernamentais de Alto Nível  
Brasil-Alemanha**

**Declaração Conjunta Brasil-  
Alemanha sobre Mudança do Clima**

**Declaração de Intenções Conjunta  
entre a República Federal da  
Alemanha e a República Federativa**

215

Resenha de Política Exterior do Brasil, nº 117, 2º semestre de 2015

**do Brasil referente à Cooperação no  
âmbito de uma Parceria Brasil-  
Alemanha no Tema da Urbanização**

**ALMOÇO DE TRABALHO DO  
SECRETÁRIO-GERAL COM OS  
EMBAIXADORES DA  
ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES  
DO SUDOESTE ASIÁTICO  
(ASEAN) 25/08/2015**

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio França Danese, ofereceu no dia 25 de agosto, no Palácio Itamaraty, almoço de trabalho aos sete Chefes de Missão dos países da ASEAN residentes em Brasília (Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnã). O Brasil conta também com Embaixadas residentes nesses sete países.

O evento teve como objetivo estreitar o processo de aproximação entre o Brasil e a ASEAN, iniciado durante encontro ministerial MERCOSUL-ASEAN, em Brasília, em 2008, e que teve seguimento com a designação do Embaixador em Jacarta como Embaixador junto à ASEAN, em 2011; com a organização do I Curso para Diplomatas da ASEAN, no Rio de Janeiro, em 2012; e com a adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC), em Phnom Penh, também em 2012.

Integrada por dez membros (além dos sete mencionados, Brunei, Camboja e Laos), a ASEAN foi criada em 1967 e afirmou-se como o principal mecanismo de integração na Ásia. Conta com extensa rede de mecanismos institucionais intra-bloco e canais regulares de interlocução com seus dez Parceiros de Diálogo. O conjunto dos países membros da ASEAN conta com uma população de 620 milhões de habitantes e PIB de cerca de US\$ 2,5 trilhões.

Em 2014, o intercâmbio comercial entre o Brasil e os países da ASEAN alcançou aproximadamente US\$ 20 bilhões, o que posicionou o agrupamento como o sexto principal parceiro comercial do Brasil no mundo e o segundo na Ásia, após a China.

VISITA DO MINISTRO DE  
RELAÇÕES EXTERIORES E  
CULTO DA ARGENTINA,  
HÉCTOR TIMERMAN, AO  
BRASIL - BRASÍLIA 27 DE  
AGOSTO DE 2015  
26/08/2015

O Ministro de Relações Exteriores e Culto da Argentina, Héctor Timerman, realizará visita oficial a Brasília, em 27 de agosto de 2015, ocasião em que manterá reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira.

A visita se insere no contexto do constante diálogo entre os Chanceleres de Brasil e Argentina sobre temas da agenda bilateral, regional e

multilateral. Trata-se do quarto encontro entre os dois Chanceleres no ano de 2015, evidência da importância da aliança estratégica entre os dois países.

VISITA DO MINISTRO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES A  
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA  
DO COGO, CAMEROUN, CABO  
VERDE E SENEGAL – 29 DE  
AGOSTO A 2 DE SETEMBRO  
DE 2015 27/08/2015

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, realizará visita à República Democrática do Congo, Cameroun, Cabo Verde e Senegal, no período de 28 de agosto a 2 de setembro próximo.

Trata-se da segunda série de viagens do Ministro Mauro Vieira no continente africano em 2015, o que reflete o interesse do Brasil na intensificação e expansão de suas relações com os países da África. Entre 28 de março e 2 de abril últimos, o Ministro Mauro Vieira havia visitado Gana, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola.

Nos dias 29 e 30 de agosto, o Ministro Mauro Vieira realizará visita às cidades de Kinshasa e Goma, na República Democrática do Congo (RDC).

Em Kinshasa, no dia 29, o Ministro manterá encontro de trabalho com o Chanceler Raymond Tshibanda, com quem passará em revista o

relacionamento bilateral e temas das agendas regional e global. Deverá ser recebido pelo Primeiro-Ministro Augustin Matata Ponyo.

A agenda de cooperação entre o Brasil e a RDC inclui áreas como agricultura, educação e meio ambiente. O Brasil tem-se consolidado como um dos países que mais concede vagas universitárias a estudantes congolezes, no âmbito dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). A RDC detém a quarta maior parcela individual de estudantes beneficiados no âmbito do programa PEC-G. Em 2014, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a RDC atingiu US\$ 56,2 milhões. Desde 2012, o intercâmbio bilateral tem registrado superávits para o Brasil.

No dia 30, em Goma, o Ministro manterá reunião de trabalho com o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a RDC e Chefe da Missão de Estabilização da ONU na RDC (MONUSCO), Martin Kobler. Também se avistará com o General brasileiro Carlos Alberto Santos Cruz, que, desde maio de 2013, atua como Comandante da Força Militar da MONUSCO.

Em Goma, o Brasil desenvolveu iniciativa de cooperação humanitária em parceria com a UNICEF e a AMADE-Mondiale para a reinserção social de crianças egressas de grupos armados.

Em 31 de agosto, o Ministro Mauro Vieira realizará visita oficial ao Cameroun. Na ocasião, manterá encontro de trabalho com seu

homólogo, Pierre Moukoko Mbonjo, além de participar da abertura de encontro entre empresários dos dois países. O Chanceler brasileiro será recebido pelo Primeiro-Ministro Philemon Yang.

Em 2014, o comércio bilateral com o Cameroun somou US\$ 87,4 milhões, com superávit brasileiro de US\$ 79,6 milhões. Há grande potencial a ser aproveitado em áreas como comércio, investimentos, energia, defesa e serviços aéreos.

No dia 1º de setembro, o Ministro realizará visita oficial a Cabo Verde, ocasião em que será realizada a III Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas, criado em 2008. Além da reunião com o Chanceler Jorge Tolentino, o Ministro será recebido pelo Presidente Jorge Carlos Fonseca, pelo Primeiro-Ministro José Maria Pereira Neves e pelo Presidente da Assembleia Nacional, Basílio Mosso Ramos.

O diálogo bilateral com Cabo Verde desenvolve-se em várias frentes. O país é um dos principais parceiros em projetos de cooperação brasileiros no continente africano, bem como o principal beneficiário do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) – que, desde 2000, possibilitou o envio de quase três mil estudantes cabo-verdianos para universidades brasileiras. Na área da defesa, desde 2013, está em atividade o Núcleo de Missão Naval do Brasil em Cabo Verde, cujo objetivo é auxiliar a formação de pessoal da Marinha cabo-verdiana.

Em 2014, o intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 21,35 milhões, dos quais US\$ 21,27 milhões de exportações brasileiras.

No dia 2 de setembro, o Ministro Mauro Vieira irá ao Senegal. Na oportunidade, manterá encontro com seu homólogo senegalês, Mankeur Ndiaye, e cumprirá agenda de compromissos, que inclui audiências com o Presidente Macky Sall e com o Primeiro-Ministro Mohamed Ben Abdallah Dionne.

O Ministro Mauro Vieira e o Ministro Mankeur Ndiaye abrirão, na mesma data, encontro entre empresários brasileiros e senegaleses. Em 2014, o comércio bilateral com o Senegal totalizou US\$ 102,1 milhões, com superávit brasileiro de US\$ 90 milhões. Brasil e Senegal têm amplas perspectivas de aprofundamento da cooperação em áreas tão diversas como educação, energia, segurança alimentar, transporte aéreo e temas sociais.

Entre 2002 e 2014, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a África mais do que quintuplicou, passando de US\$ 5,04 bilhões para US\$ 26,76 bilhões.

#### **PASSAGEM DA TEMPESTADE TROPICAL "ERIKA" POR DOMINICA 30/08/2015**

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, das perdas humanas e materiais provocadas pela

passagem da tempestade tropical "Erika" por Dominica, em 27 de agosto.

O Brasil transmite suas condolências e sua solidariedade ao povo e ao Governo de Dominica.

Pelas informações disponíveis até o momento, coletas pela Embaixada do Brasil em Dominica, não há brasileiros afetados pela tormenta.

#### **NOTA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF LAMENTA FALECIMENTO DO GENERAL JOSÉ LUIZ JABORANDY JÚNIOR 31/08/2015**

##### **Presidenta Dilma Rousseff lamenta falecimento do General José Luiz Jaborandy Júnior**

Foi com grande tristeza que recebi a notícia do falecimento do General José Luiz Jaborandy Júnior. No comando militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) desde março de 2014, o General Jaborandy contribuiu com sua dedicação, profissionalismo e espírito de liderança para os esforços de preservação da paz e da segurança na nação-irmã do Haiti. O País perde um grande brasileiro. Transmito minhas condolências aos familiares e amigos do General Jaborandy.

**Dilma Rousseff**  
**Presidenta da República Federativa do Brasil**

ESTABELECIMENTO DE  
RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS  
COM AS ILHAS COOK  
01/09/2015

Em 21 de agosto último, foram estabelecidas as relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e as Ilhas Cook, em cerimônia realizada na Embaixada do Brasil em Wellington, Nova Zelândia, com o Embaixador do Brasil naquela capital, Eduardo Gradilone, e o Primeiro-Ministro das Ilhas Cook, Henry Puna, ocasião em que assinaram Comunicado Conjunto, abaixo reproduzido.

Caberá ao Embaixador em Wellington representar o Brasil junto ao governo das Ilhas Cook de forma cumulativa.

As Ilhas Cook são uma democracia representativa de sistema parlamentar, que se associaram à Nova Zelândia. Nesse regime de livre associação, a Nova Zelândia mantém a responsabilidade primária sobre a condução de determinados temas, como defesa e relações exteriores, sempre em consulta com o governo do arquipélago. As Ilhas Cook mantêm relações diplomáticas com vários Estados e são membros de diversas organizações internacionais.

Brasil e Ilhas Cook compartilham posições sobre importantes temas da

agenda internacional, como meio ambiente e mudança do clima, cooperação agrícola no âmbito da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), desenvolvimento sustentável, segurança energética e desarmamento. Em junho deste ano, o Brasil apoiou a entrada das Ilhas Cook na Organização Internacional do Trabalho. Estabelecer um diálogo direto com as Ilhas Cook propiciará colaboração mais estreita nesses campos e permitirá abrir novas frentes de cooperação.

“COMUNICADO CONJUNTO  
SOBRE O ESTABELECIMENTO DE  
RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS  
ENTRE A REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL E AS  
ILHAS COOK

A República Federativa do Brasil e as Ilhas Cook,

Imbuídas do desejo de promover suas relações de amizade e cooperação nos âmbitos político, econômico, cultural, humanitário e em outros campos,

Convencidas de que o estabelecimento de relações diplomáticas corresponde aos interesses mútuos dos dois Estados e contribuirá para a consolidação de sua cooperação e da paz internacional,

Decidiram estabelecer relações diplomáticas nesta data, de acordo com os princípios de respeito mútuo a soberania e a integridade territorial, não-agressão, não-interferência nos assuntos internos da outra parte, igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica.

Feito na cidade de Wellington, Nova Zelândia, em 21 de agosto de 2015, em dois exemplares originais e idênticos, nos idiomas português e inglês.”

#### VISITA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL E DA ARGENTINA À COLÔMBIA – BOGOTÁ, 4 DE SETEMBRO DE 2015 04/09/2015

Por orientação da Presidenta Dilma Rousseff e da Presidenta Cristina Fernández de Kirchner, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, e o Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Héctor Timerman, viajaram a Bogotá, para manter reunião com a Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Ángela Holguín. O objetivo do encontro foi promover o diálogo entre a Colômbia e a Venezuela. Os dois Chanceleres buscam contribuir para a solução dos problemas humanitários e econômicos na fronteira entre aqueles países.

Os dois Chanceleres viajam em seguida a Caracas para se reunir com a Chanceler da Venezuela, Delcy Rodríguez, com os mesmos objetivos que motivaram a visita à Ministra das Relações Exteriores da Colômbia.

Os Ministros Mauro Vieira e Héctor Timerman buscam promover e aprofundar o diálogo entre as partes, dada a importância que conferem à

unidade da região e à solução pacífica e negociada de controvérsias.

O Ministro Mauro Vieira entregou à Ministra Holguín carta da Presidenta Dilma Rousseff dirigida ao Presidente Juan Manuel Santos.

#### ATENTADOS NO CAMEROUN 04/09/2015

O Governo brasileiro condena veementemente os atentados terroristas que mataram dezenove pessoas e deixaram dezenas de feridos na cidade de Kerawa, no norte do Cameroun. Ao mesmo tempo em que transmite suas condolências às famílias das vítimas, o Brasil reitera seu repúdio a qualquer forma de terrorismo.

#### COMUNICADO CONJUNTO ARGENTINA, BRASIL E VENEZUELA – CARACAS, 5 DE SETEMBRO DE 2015

O Senhor Vice-Presidente Executivo da República Bolivariana da Venezuela, Senhor Jorge Arreaza, recebeu os Chanceleres do Brasil, Mauro Vieira, e da Argentina, Héctor Timerman, que foram enviados pelas Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner, com o objetivo de conhecer mais de perto a situação na fronteira entre Colômbia e Venezuela e expressar sua disposição de promover um diálogo entre esses

dois países. Os dois Chanceleres buscam contribuir para a solução dos problemas humanitários e econômicos na fronteira.

Ademais, informaram ao Senhor Vice-Presidente Executivo sobre a viagem realizada em 4 de setembro a Bogotá, onde se reuniram com a Chanceler da República da Colômbia, María Ángela Holguín, com o mesmo objetivo que tiveram na visita à República Bolivariana da Venezuela.

Os Ministros Mauro Vieira e Héctor Timerman buscam promover e aprofundar o diálogo entre as partes, dada a importância que conferem à unidade da região e à solução pacífica e negociada das controvérsias.

No dia de hoje, convidados pelo Presidente Nicolás Maduro e pela Chanceler Delcy Rodríguez, os Chanceleres viajam à Jamaica para continuar com o tratamento do tema.

#### CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA TANZÂNIA, EM SEYCHELLES E EM COMORES 08/09/2015

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República Unida da Tanzânia concedeu *agrément* a Carlos Alfonso Iglesias Puente como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país.

O Embaixador Carlos Alfonso Iglesias Puente também recebeu *agrément* da República das Seicheles e da União de Comores, junto às quais exercerá o cargo de Embaixador cumulativo, não residente.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

#### VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, AO IRÃ E AO LÍBANO – 13 A 16 DE SETEMBRO DE 2015 11/09/2015

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, realizará visita ao Irã e ao Líbano no período de 13 a 16 de setembro.

Em Teerã, nos dias 13 e 14, o Ministro será recebido em audiência pelo Presidente Hassan Rouhani e manterá encontros com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mohammad Javad Zarif, e com o Secretário do Supremo Conselho Nacional de Segurança, Contra-Almirante Ali Shamkhani.

Nos encontros voltados para a ampliação do diálogo político e diversificação da cooperação e do intercâmbio bilaterais, serão discutidos os principais temas da agenda internacional, tais como paz e segurança, desarmamento e não-proliferação, e a situação no Oriente Médio.

O comércio entre o Brasil e o Irã, superavitário para o Brasil, vinha logrando aumentos progressivos até 2011/2012, tendo ultrapassado US\$ 2 bilhões, mas foi reduzido em quase 50% como resultado das sanções internacionais impostas ao Irã. A perspectiva de levantamento das sanções abre oportunidades para a expansão do intercâmbio em setores como o agronegócio e de investimentos nas áreas de hidroeletricidade, mineração e infraestrutura.

O Ministro Mauro Vieira explorará com seus interlocutores as perspectivas de aprofundamento do diálogo bilateral em direitos humanos e iniciativas de cooperação em setores como agricultura, energia, ciência e tecnologia, medicamentos e equipamentos hospitalares.

Nos dias 15 e 16 de setembro o Ministro realizará visita oficial ao Líbano. Em Beirute, manterá encontros com o Primeiro-Ministro, Tammam Salam, com o Presidente do Parlamento, Nabih Berri, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Expatriados, Gebran Bassil.

Na companhia do Ministro da Defesa, Jaques Wagner, o Ministro Mauro Vieira visitará a Fragata União e a Corveta Barroso, esta recentemente incorporada à Força-Tarefa Marítima da UNIFIL (FTM-UNIFIL). O Ministro Mauro Vieira imporá, em nome da Presidenta da República, a Insígnia da Ordem do Rio Branco à Corveta Barroso, que no último dia 5

de setembro resgatou 220 imigrantes à deriva no mar Mediterrâneo.

Desde 2011, o Brasil comanda a FTM-UNIFIL e fornece o navio-capitânia para a missão, dando importante contribuição à estabilidade da região. Em seus encontros, o Ministro passará em revista com as autoridades locais a agenda bilateral, com ênfase no incremento do comércio e investimentos, na situação da comunidade brasileira no país e na troca de impressões sobre o quadro político e de segurança local e regional.

Brasil e Líbano mantêm relações diplomáticas desde 1944. O Brasil abriga a maior comunidade de libaneses e descendentes no mundo, estimada entre 7 milhões e 10 milhões de pessoas.

#### VISITA DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA À RÚSSIA – 14-16 DE SETEMBRO DE 2015 11/09/2015

O Vice-Presidente Michel Temer realizará visita à Rússia entre os dias 14 e 16 de setembro de 2015, com vistas a presidir, junto ao Primeiro-Ministro russo Dimitry Medvedev, a VII Reunião da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN). A CAN, cuja co-presidência compete estatutariamente ao Vice-Presidente do Brasil e ao Primeiro-Ministro russo, foi criada em 1997 e é o principal mecanismo periódico de

diálogo da parceria estratégica entre os dois países.

Além da participação na VII CAN, o Senhor Vice-Presidente se encontrará, na capital russa, com autoridades locais, inaugurará o pavilhão brasileiro na Feira “World Food Moscow” e encerrará o Fórum Empresarial Brasil-Rússia. Os Ministros de Estado que farão parte da delegação oficial participarão da reunião plenária da Comissão e manterão reuniões de trabalho com seus homólogos russos para a discussão de temas da agenda bilateral em suas respectivas áreas de competência. Entre os temas a serem tratados nesses encontros constam: pesca, aviação civil, defesa, turismo, agricultura, transportes, energia, infraestrutura e logística e desenvolvimento industrial.

A Rússia é o maior parceiro comercial do Brasil na Europa do Leste. A corrente de comércio entre os dois países cresceu 58% entre 2009 e 2014, atingindo, no ano passado, cerca de 6,8 bilhões de dólares.

#### VISITA DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA À POLÔNIA – 16-17 DE SETEMBRO DE 2015 11/09/2015

O Vice-Presidente Michel Temer realizará visita à Polônia nos dias 17 e 18 de setembro de 2015. Em Varsóvia, manterá reunião com a Primeira-  
223

Ministra polonesa, Ewa Kopacz.

O Senhor Vice-Presidente se encontrará com o Presidente da República, Andrzej Duda, e abrirá, na capital polonesa, seminário empresarial que contará com a participação de empreendedores dos dois países.

A corrente de comércio entre o Brasil e a Polônia dobrou no período compreendido entre 2009 e 2014, totalizando, no ano passado, 1,15 bilhão de dólares.

#### ACIDENTE NA GRANDE MESQUITA DE MECA 12/09/2015

O Governo brasileiro manifesta sua profunda consternação pelo acidente que vitimou centenas de fiéis, entre mortos e feridos, e causou extensa destruição na Grande Mesquita de Meca.

Nesse momento de luto e dor, o Governo brasileiro manifesta suas sinceras condolências aos familiares das vítimas e empenha sua solidariedade ao Governo do Reino da Arábia Saudita.

A Embaixada do Brasil em Riade está acompanhando a situação. Não há notícia de cidadãos brasileiros entre as vítimas.

ASSALTO AO PALÁCIO  
PRESIDENCIAL EM  
UAGADUGU 16/09/2015

O Governo brasileiro manifesta preocupação pela tomada do Palácio Presidencial de Kosityam, em Uagadugu, Burkina Faso, no dia de hoje, e pela manutenção de altos dirigentes do Governo de Transição como reféns.

O Governo brasileiro expressa seu apoio aos esforços em favor da tempestiva libertação dos reféns e do imediato retorno à normalidade democrática naquele país.

ANÚNCIO DE REUNIÃO  
COLÔMBIA-VENEZUELA  
17/09/2015

O Governo brasileiro saúda o anúncio de que os Presidentes da Colômbia, Juan Manuel Santos, e da Venezuela, Nicolás Maduro, se reunirão em Quito, na próxima segunda-feira, sob os auspícios do Equador e do Uruguai, para discutir a situação na fronteira entre os dois países.

O Governo brasileiro, que se mobilizou em favor desse diálogo desde o início, preocupa-se em especial com a dimensão humanitária da questão e entende que o âmbito bilateral, favorecido pelas duas partes, é o mais adequado para negociações que possam conduzir a uma solução rápida e duradoura para o problema.

O Brasil permanece pronto a dar sua contribuição para esse esforço conjunto, seja na condução dos entendimentos, seja na implementação das decisões, sempre e quando as partes diretamente envolvidas assim o desejarem.

TERREMOTO NO CHILE  
17/09/2015

O Governo brasileiro tomou conhecimento com grande pesar das mortes e perdas materiais provocadas pelo terremoto de 8,4 graus na escala Richter que atingiu o Chile no dia 16 de setembro.

O Brasil transmite suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo do Chile.

Segundo o Consulado-Geral do Brasil em Santiago, que acompanha de perto a situação, não há, até o momento, notícia de cidadãos brasileiros entre as vítimas.

CERIMÔNIA DE ASSINATURA  
DE ATOS ENTRE BRASIL E  
MONGÓLIA – BRASÍLIA, 21 DE  
SETEMBRO DE 2015  
21/09/2015

Em cerimônia no Palácio Itamaraty, em 21 de setembro de 2015, o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e a Embaixadora da Mongólia em Brasília, Sosormaa Chuluunbaatar,

assinaram três atos bilaterais: Acordo de Cooperação Educacional; Entendimento Recíproco por Troca de Notas para Isenção de Vistos de Curta Duração; e Memorando de Entendimento sobre cooperação entre academias diplomáticas.

O Acordo de Cooperação Educacional permitirá que estudantes daquele país participem dos Programas de Estudantes Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG), que oferecem oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais.

O Entendimento Recíproco por Troca de Notas para Isenção de Vistos de Curta Duração prevê a isenção de vistos para fins de turismo e negócios, para períodos de permanência de até 90 dias, prorrogáveis por igual período.

O Memorando de Entendimento sobre cooperação entre academias diplomáticas possibilitará, entre outras atividades, treinamento de diplomatas, organização de eventos conjuntos, e intercâmbio de acadêmicos e de publicações entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática da Mongólia.

Brasil e Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 1987. Em junho de 2014, a Mongólia instalou em

Brasília sua primeira embaixada residente na América do Sul, como parte de sua estratégia de ampliar relações com países de outras regiões.

#### CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO MARROCOS 21/09/2015

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo do Reino do Marrocos concedeu *agrément* a José Humberto de Brito Cruz como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

#### VISITA DO MINISTRO MAURO VIEIRA AO PARAGUAI – ASSUNÇÃO, 22 DE SETEMBRO DE 2015 21/09/2015

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, acompanhado do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, realiza, nos dias 21 e 22 de setembro de 2015, viagem a Assunção, para participar de reunião ministerial do MERCOSUL.

O encontro tem por finalidade discutir a estratégia do bloco na atual etapa das

negociações com a União Europeia, tendo em vista a realização de reunião entre os negociadores do MERCOSUL e da UE, prevista para os dias 1º e 2 de outubro, também em Assunção.

Os Ministros do MERCOSUL e da UE, reunidos em Bruxelas, no último dia 11 de junho, definiram o objetivo de trocar ofertas de acesso a mercados no último trimestre deste ano, com vistas a seguir avançando nas negociações de um acordo bi-regional.

#### **42ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-ALEMANHA DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA – JOINVILLE, 22 DE SETEMBRO DE 2015 22/09/2015**

No dia 22 de setembro, realizou-se em Joinville, Santa Catarina, a 42ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica. A reunião foi presidida pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio Danese, e pelo Secretário de Estado do Ministério Federal de Economia e Energia da Alemanha, Matthias Machnig, contando, do lado brasileiro, com a presença de representantes do MDIC, do MCTI, do MAPA, do MTE, da CNI, do SENAI, da EMBRAPPII e da ABAG.

A agenda do encontro incluiu temas prioritários do Governo brasileiro,

como a cooperação em ciência, tecnologia e inovação, em educação profissionalizante e em energia. Foram tratadas, igualmente, questões do interesse do empresariado dos dois países.

A reunião ocorreu paralelamente ao 33º Encontro Econômico Brasil-Alemanha (20-22 de setembro), evento anual, sediado alternadamente pelos dois países e organizado, de forma conjunta, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação da Indústria Alemã (BDI), com participação de representantes dos setores governamental e privado.

A reunião da Comissão Mista aconteceu pouco mais de um mês depois das Consultas Intergovernamentais de Alto Nível Brasil-Alemanha, efetivadas em agosto último, quando esteve no Brasil a Chanceler Angela Merkel. Permitiu, assim, repassar alguns dos resultados das Consultas e discutir os meios adotados ou a adotar para a implementação de alguns dos acordos firmados naquela ocasião.

#### **ACIDENTE EM MECA 24/09/2015**

O Governo brasileiro expressa seu profundo pesar pela tragédia que, no dia de hoje, vitimou centenas de fiéis durante as celebrações do Hajj, em Meca.

O Governo brasileiro apresenta suas sentidas condolências aos familiares das vítimas, ao Governo e ao povo sauditas, e se solidariza com a grande Comunidade Islâmica em todo o mundo.

A Embaixada do Brasil em Riade, que acompanha de perto os acontecimentos, não tem registro até o momento de vítimas de nacionalidade brasileira.

#### PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA 24/09/2015

O Governo brasileiro congratula o povo e o Governo da Colômbia pelos resultados positivos alcançados no âmbito das negociações do processo de paz, anunciados ontem, 23 de setembro.

O entendimento sobre “reparação a vítimas e justiça”, que se soma à série de acordos alcançados anteriormente, demonstra uma vez mais a determinação dos colombianos de alcançar a pacificação definitiva do país.

O Governo brasileiro saúda o papel decisivo desempenhado pelo Governo de Cuba nas negociações e expressa sua grande satisfação com o anúncio do compromisso das partes em assinar, dentro de seis meses, um acordo final, com vistas ao fim da violência e à reconciliação nacional.

O êxito do processo de paz na Colômbia será uma vitória não apenas para o povo colombiano, mas para toda a América do Sul, que se consolida como região de paz, de diálogo e de cooperação.

#### VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF A NOVA YORK POR OCASIÃO DA CÚPULA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 2015 E DA 70ª ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS – NOVA YORK, 25 A 28 DE SETEMBRO DE 2015 26/09/2015

A Presidenta Dilma Rousseff encontra-se em Nova York, onde participa da Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável 2015 e da abertura da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

Em 26 de setembro, a Presidenta participará da Cúpula do G-4 sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU. O encontro também deverá contar com a presença do Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, da Chanceler Federal da Alemanha, Angela Merkel, e do Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe. Será a primeira vez que os Chefes de Estado e Governo do grupo se reúnem em torno do tema desde setembro de 2004. O

evento deverá renovar o compromisso dos quatro países com a reforma do Conselho de Segurança por ocasião da celebração dos setenta anos da ONU.

Em 27 de setembro, a Presidenta Dilma Rousseff pronunciará discurso na sessão plenária da Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Para o Brasil, a Cúpula guarda especial significado por encerrar o ciclo de programas e ações emanados da Conferência Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável). A Cúpula aprovará a Agenda 2030, que constitui mapa do caminho para a implementação do desenvolvimento sustentável durante os próximos 15 anos. Em seu discurso, a Presidenta deverá anunciar a contribuição do Brasil para o novo acordo do clima, a ser adotado em Paris em dezembro deste ano.

A Agenda inclui os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conjunto de ações voltado para a superação da pobreza e da fome, a inclusão social e o desenvolvimento econômico com proteção ambiental, dando seguimento e ampliando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

De 28 de setembro a 6 de outubro, será realizado o Debate Geral da 70ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, cujo tema será "As Nações Unidas aos 70: o caminho adiante para a paz, segurança e direitos humanos".

Na manhã do dia 28 de setembro, conforme a tradição estabelecida desde 1949, a Presidenta Dilma Rousseff proferirá o discurso de abertura do Debate Geral.

## REUNIÃO DOS LÍDERES DOS PAÍSES DO G-4 – BRASIL, ALEMANHA, ÍNDIA E JAPÃO – SOBRE A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS – COMUNICADO CONJUNTO 26/09/2015

Nova York, 26 de setembro de 2015

Em 26 de setembro de 2015, S.E. o Senhor Narendra Modi, Primeiro-Ministro da Índia, convidou S. E. a Senhora Dilma Rousseff, Presidente da República do Brasil, S. E. a Senhora Angela Merkel, Chanceler Federal da Alemanha, e S.E. o Senhor Shinzo Abe, Primeiro Ministro do Japão, para um encontro do G-4 em Nova York.

Os líderes do G-4 ressaltaram que um Conselho de Segurança mais representativo, legítimo e eficaz é mais necessário do que nunca para lidar com os conflitos e crises globais, que têm proliferado nos últimos anos. Expressaram sua visão comum de que isso pode ser alcançado se o órgão refletir a realidade da comunidade internacional do século XXI, em que mais Estados-membros têm capacidade

e disposição para assumir maiores responsabilidades em relação à manutenção da paz e da segurança internacionais.

Nesse contexto, os líderes notaram com preocupação que não tem havido progresso substantivo desde a Cúpula Mundial de 2005, na qual todos os Chefes de Estado e Governo apoiaram por unanimidade uma reforma urgente do Conselho de Segurança como elemento essencial do esforço mais amplo para reformar as Nações Unidas. Enfatizaram que o processo em curso na ONU para promover a reforma do Conselho de Segurança deveria ser conduzido, dada a sua urgência, em um cronograma determinado.

Os líderes enalteceram a liderança dinâmica do Presidente da 69ª Assembleia Geral e os esforços do Facilitador das Negociações Intergovernamentais para mover o processo em direção a negociações baseadas em texto. Saudaram a adoção por consenso da Decisão 69/560 da Assembleia Geral, que estabelece que o texto apresentado pelo Presidente da 69ª Assembleia Geral, em sua carta datada de 31 de julho de 2015, seja usado como base para as negociações intergovernamentais. Comprometeram-se a apoiar e cooperar com o Presidente da 70ª Assembleia Geral.

Os líderes também notaram com apreço os esforços dos Estados-

membros em avançar em direção a negociações baseadas em texto. Saudaram, em particular, os esforços envidados pelos Estados-membros do grupo africano, da CARICOM e do grupo L.69. Apoiaram a representação africana em ambas as categorias de membros permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança. Notaram, ainda, a importância da representação adequada e contínua de Estados-membros pequenos e médios, inclusive dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), em um Conselho expandido e reformado.

Os líderes enfatizaram que os países do G-4 são candidatos legítimos a membros permanentes em um Conselho expandido e reformado e apoiaram suas respectivas candidaturas. Reafirmaram seu compromisso de continuar contribuindo para o cumprimento dos princípios e propósitos da Carta da ONU. Comprometeram-se a trabalhar em parceria com todos os Estados-membros e a acelerar entendimentos, com vistas a alcançar uma reforma rápida e significativa do Conselho de Segurança. Expressaram determinação em redobrar seus esforços para assegurar resultados concretos durante a 70ª Sessão da Assembleia Geral.

Dilma Rousseff  
Presidente da República do Brasil  
Angela Merkel  
Chanceler Federal da Alemanha

Narendra  
Primeiro-Ministro da Índia  
Shinzo  
Primeiro-Ministro do Japão

Modi  
Abe

## REUNIÃO DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DOS BRICS – NOVA YORK, 29 DE SETEMBRO DE 2015 29/09/2015

Nova York, 29 de setembro de 2015

Os Ministros das Relações Exteriores dos BRICS realizaram sua reunião regular em 29 de setembro de 2015, em Nova York, à margem desta sessão anual da Assembleia Geral das Nações Unidas, a qual marca o 70º Aniversário da fundação das Nações Unidas e do fim da Segunda Guerra Mundial.

Os Ministros prestaram suas homenagens a todos aqueles que lutaram contra o fascismo e militarismo e pela liberdade das nações.

Os Ministros reiteraram sua intenção de contribuir para salvaguardar uma ordem internacional justa e equitativa, baseada nos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas, conforme assinalado na Declaração da Cúpula de Ufá. Recordaram o Documento Final da Cúpula Mundial de 2005. Reafirmaram a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de

Segurança, com vistas a torná-lo mais representativo e eficiente.

Os Ministros discutiram o estado atual da economia e das finanças mundiais. Reconheceram a contribuição significativa dos países do BRICS para a economia global e expressaram plena confiança em suas perspectivas econômicas. Realçaram também a importância de ações decisivas e eficazes para acelerar o crescimento global. Reiteraram a urgência de desobstruir a reforma do FMI como uma medida para reforçar a governança econômica global, consistente com os interesses e necessidades de países em desenvolvimento.

Os Ministros enfatizaram a importância da cooperação econômica, financeira e comercial mais próxima, em particular por meio da coordenação de políticas, implementação tempestiva da Estratégia para uma Parceria Econômica do BRICS e pleno funcionamento do Novo Banco de Desenvolvimento e de seu Centro Regional Africano.

Os Ministros expressaram seu pleno apoio por um resultado exitoso para a COP 21 no fim deste ano. Clamaram por um acordo abrangente, equilibrado e equitativo com força jurídica para o período pós-2020 e que esteja em conformidade com os princípios e dispositivos da Convenção da ONU sobre Mudança do Clima, a ser

alcançado por um processo negociador aberto, transparente e inclusivo.

Os Ministros expressaram sua preocupação com os continuados conflitos em várias regiões, os quais comprometem a estabilidade e a segurança, proporcionam terreno fértil para atividades terroristas e provocam ondas migratórias.

Os Ministros notaram que as atividades terroristas de organizações extremistas que controlam grande parte dos territórios da República do Iraque e da República Árabe da Síria constituem uma ameaça direta não apenas para todos os países do Oriente Médio, mas para toda a comunidade internacional.

Os Ministros reiteraram sua firme condenação do terrorismo em todas as suas formas e manifestações e expressaram sua convicção de que uma abordagem abrangente é necessária para garantir um combate eficaz ao terrorismo.

Os Ministros instaram por esforços concertados para combater o terrorismo assentados em uma base legal internacional sólida, sob os auspícios da ONU.

Os Ministros enfatizaram a necessidade de continuar a apoiar o processo de resolução política do conflito na Síria com base no Comunicado de Genebra de 30 de junho de 2012.

Os Ministros saudaram os esforços para a resolução de conflitos na África liderados pela África. Acreditam que a Força de Prontidão Africana e a Capacidade Africana para Resposta Imediata a Crises que estão sendo operacionalizadas sob o marco da Arquitetura Africana de Paz e Segurança têm significativo potencial para a manutenção da paz e da estabilidade no continente africano.

Os Ministros reiteraram sua profunda preocupação com a situação na Ucrânia. Enfatizaram que não há solução militar para o conflito e que o único caminho para a reconciliação é por meio do diálogo político inclusivo. Os Ministros clamaram todas as partes a dar cumprimento a todos os dispositivos dos Acordos de Minsk adotados em fevereiro de 2015. Instaram todas as partes a observar o cessar-fogo e torná-lo sustentável.

As Partes discutiram as possibilidades de apoio mútuo a suas iniciativas na 70ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

Os Ministros louvaram a Rússia por ter sediado a VII Cúpula do BRICS em Ufá e expressaram sua satisfação com o progresso logrado na implementação do Plano de Ação de Ufá.

A Ministra das Relações Exteriores da Índia informou seus parceiros sobre os preparativos para a VIII Cúpula do BRICS.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO PARA O ESTABELECIMENTO DE COOPERAÇÃO E CONSULTAS POLÍTICAS ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL E A LIGA DOS ESTADOS ÁRABES – NOVA YORK, 30 DE SETEMBRO DE 2015  
30/09/2015

O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

e

O Secretariado-Geral da Liga dos Estados Árabes, doravante denominados "as Partes";

Baseados no desejo comum de desenvolver cooperação mútua e diálogo político entre si;

Considerando que a promoção de relações entre as Partes em diversas áreas reforçará a manutenção da segurança e estabilidade regional e internacional, assim como promoverá o desenvolvimento;

Considerando, ainda, a acreditação do Embaixador da República Federativa do Brasil no Egito junto à Liga dos Estados Árabes;

E afirmando seus interesses mútuos em desenvolver relações de cooperação sob o arcabouço da Carta das Nações Unidas, da Carta da Liga dos Estados Árabes e de normas internacionais

amplamente reconhecidas, e confirmando a importância de manter consultas regulares em diferentes níveis sobre questões de interesse mútuo.

Chegaram ao seguinte entendimento:

1. Área política:

1.1. As Partes manterão consultas periódicas a fim de debater perspectivas sobre questões internacionais, regionais e bilaterais de interesse comum.

1.2. As consultas tratarão dos seguintes temas:

1.2.1. Avaliação da relação entre as Partes;

1.2.2. Troca de ideias sobre formas e meios para fortalecer e expandir essa relação;

1.2.3. A troca de pontos de vista sobre questões das agendas regional e internacional, e a coordenação de posições sob o arcabouço das Nações Unidas e de suas Agências Especializadas, particularmente em questões de manutenção da paz, segurança internacional e desenvolvimento.

1.3. As consultas serão realizadas anualmente entre as Partes, e alternadamente nas sedes do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e do Secretariado-Geral da Liga dos Estados Árabes;

1.4. As Partes deverão acordar, por meios diplomáticos, com antecedência suficiente, o nível da representação, data, local e agenda das consultas.

## 2. Área econômica:

2.1. Para a realização dos objetivos econômicos comuns, as Partes convocarão reuniões das câmaras de comércio, por parte da Liga dos Estados Árabes, reconhecidas pela União Geral de Câmaras de Comércio, Indústria e Agricultura dos Países Árabes, e por parte da República Federativa do Brasil, entidades legalmente constituídas no Brasil, para promover iniciativas necessárias para a promoção do comércio, investimento e turismo, além de realizar exposições comerciais nos países árabes e no Brasil.

2.2. O Secretariado-Geral facilitará encontros entre os representantes do Governo da República Federativa do Brasil e dos órgãos econômicos em funcionamento dentro da estrutura da Liga dos Estados Árabes a fim de implementar cooperação na área identificada no artigo 2.1.

## 3. Área cultural:

3.1. As Partes tomarão iniciativas comuns no campo cultural, bem como aprofundarão as iniciativas em vigor, particularmente no diálogo entre civilizações e culturas, por meio da cooperação entre as Partes e com

outras organizações internacionais e regionais.

4. Este Memorando de Entendimento pode ser emendado mediante acordo entre as Partes.

5. Este Memorando entra em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até que uma das Partes notifique a outra por escrito, por canais diplomáticos, da sua intenção de denunciá-lo, não menos de seis meses antes da data em que sua terminação será efetivada.

6. Todas as controvérsias relativas à interpretação ou à aplicação deste Memorando deverão ser resolvidas por negociações diretas por meios diplomáticos.

Assinado em Nova Iorque, em de 2015, em dois originais, nos idiomas português, árabe e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de qualquer divergência de interpretação, o texto em inglês deverá prevalecer.

## ESTUDO SOBRE BIOCOMBUSTÍVEIS BRASIL-UEMOA (UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO) 01/10/2015

Estudo de Viabilidade produzido como resultado de cooperação entre o Brasil e a União Econômica e Monetária do

Oeste Africano (UEMOA) aponta que a produção de etanol com base na cana-de-açúcar é a melhor e mais competitiva opção para o desenvolvimento sustentável de biocombustíveis na África Ocidental. Ainda segundo o estudo, o modelo ideal para a região permite combinar a produção de etanol, açúcar e a geração elétrica em diferentes proporções de acordo com as prioridades e necessidades locais.

O estudo foi realizado no âmbito do Memorando de Entendimento na Área de Biocombustíveis entre Brasil e UEMOA, assinado em 2007. É resultado de parceria entre o Ministério das Relações Exteriores e o BNDES para a realização de estudos na área de bioenergia, assinada em 2011. Seus resultados estão sendo entregues e apresentados oficialmente pelo Governo brasileiro hoje, 1º de outubro de 2015, em Dacar, Senegal, durante evento sobre a futura Política de Bioenergia da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), organizado pelo Centro para Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO (ECREEE).

O estudo compreendeu o levantamento, nos territórios de Benim, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e República Togolesa, das condições de clima, de solo, sociais, ambientais, de mercado, de infraestrutura, de marco legal, entre outras que possam

impactar a sustentabilidade e viabilidade da produção de bioenergia. O estudo aponta, igualmente, oportunidades para investidores e exportadores brasileiros e para o fortalecimento de uma cadeia produtiva nos países que decidirem desenvolver o setor de biocombustíveis, com impactos positivos não somente sobre a balança comercial e a matriz energética de cada país, mas também sobre suas populações.

#### VISITA DE ESTADO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA À COLÔMBIA – ADIAMENTO 02/10/2015

Os Governos do Brasil e da Colômbia acordaram, por questões de agenda, adiar para os dias 8 e 9 de outubro a visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff a Bogotá, inicialmente prevista para os dias 4 e 5 de outubro.

#### DESLIZAMENTO DE TERRA NA GUATEMALA 05/10/2015

O Governo brasileiro expressa seu profundo pesar pelo deslizamento de terra que, na última quinta-feira, dia 1º de outubro, fez mais de 130 vítimas fatais e deixou mais de 300 pessoas desaparecidas no município de Santa Catarina Pinula, na Guatemala.

Não há, até o momento, registro de cidadãos brasileiros entre as vítimas da tragédia.

O Governo brasileiro transmite suas condolências e sua solidariedade aos familiares das vítimas, bem como ao povo e ao Governo da Guatemala.

#### PARCERIA ENTRE BRASIL ACNUR PARA CONCESSÃO DE VISTOS A PESSOAS AFETADAS PELO CONFLITO NA SÍRIA 05/10/2015

O Secretário Nacional de Justiça e Presidente do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), Beto Vasconcelos, o Alto Comissário Assistente para Proteção da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), Volker Türk, e a Representante Permanente do Brasil junto à ONU em Genebra, Embaixadora Regina Dunlop, assinaram nesta segunda-feira (5), em Genebra (Suíça), um documento de cooperação sobre o processo de concessão de vistos pelo Brasil a pessoas afetadas pelo conflito na Síria.

A cooperação prevê intercâmbio de informação, conhecimento e experiência, além de atividades de treinamento e capacitação, compartilhamento de material geral e específico, e também de técnicas de entrevista e de identificação de potenciais candidatos aos vistos

emitidos com base na política humanitária do Governo brasileiro.

As atividades acordadas hoje em Genebra serão implantadas em caráter piloto nas representações consulares brasileiras na Jordânia, Líbano e Turquia. Seus resultados serão avaliados pelo Governo do Brasil e pelo ACNUR em março do ano que vem.

O acordo de cooperação entre o Brasil e o ACNUR é consequência da Resolução Normativa nº 20, editada pelo CONARE no último dia 21 de setembro, que prorrogou por mais dois anos a Resolução Normativa nº 17. A norma facilita, desde 2013, a concessão de vistos especiais a pessoas afetadas pelo conflito na Síria. A medida permite que vítimas daquele conflito possam vir ao Brasil e solicitar refúgio com base na Lei 9474/1997 e nos acordos internacionais.

Segundo dados do Governo brasileiro, 7.976 vistos foram emitidos com base nessas resoluções. Entre os cerca de 8.530 estrangeiros presentes no território brasileiro reconhecidos como refugiados pelo Governo do Brasil, os sírios representam o maior grupo, com 2.097 pessoas.

## CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM CINGAPURA 06/10/2015

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República de Cingapura concedeu *agrément* a Flávio Soares Damico como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

## ELEIÇÃO DA DRA. THELMA KRUG PARA VICE- PRESIDENTE DO PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC) 07/10/2015

O Governo brasileiro recebeu com grande satisfação a notícia da eleição da Doutora Thelma Krug para o cargo de Vice-Presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês), ocorrida hoje, durante a 42ª Sessão Plenária daquele Painel, em Dubrovnik (Croácia). A cientista brasileira integrará a Mesa Diretora responsável pela elaboração do próximo Relatório de Avaliação do Painel.

Doutora em Estatística Espacial, Sensoriamento Remoto e Meteorologia e pesquisadora-sênior do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais,

Thelma Krug é considerada uma das maiores autoridades mundiais em mudança do clima e florestas. Sua eleição representa reconhecimento por seu importante trabalho à frente da Força-Tarefa sobre Inventários do IPCC.

O Governo brasileiro felicita o Doutor Hoesung Lee (República da Coreia) por sua eleição à Presidência do Painel e parabeniza também a Doutora Ko Barrett (EUA) e o Doutor Youba Sokona (Mali), eleitos para as outras duas vagas de Vice-Presidência. As Doutoradas Krug e Barrett são as primeiras mulheres a ocuparem a Vice-Presidência do IPCC.

O Governo brasileiro reafirma seu apoio ao trabalho do IPCC. A participação brasileira no Painel tem contribuído para impulsionar a pesquisa no País e ampliar o entendimento científico sobre o fenômeno da mudança do clima, com particular atenção à produção científica dos países em desenvolvimento.

O IPCC é o principal órgão intergovernamental para avaliação científica da mudança do clima. Criado em 1988, sob os auspícios das Nações Unidas, revisa e avalia as mais recentes informações científicas, técnicas e sócio-econômicas para a compreensão da mudança do clima e seus impactos. Milhares de cientistas, brasileiros e estrangeiros, contribuem voluntariamente para seus trabalhos, que oferecem informações

fundamentais para a formulação de políticas públicas.

### VISITA DE ESTADO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À COLÔMBIA – BOGOTÁ, 9 DE OUTUBRO DE 2015 08/10/2015

A Presidenta Dilma Rousseff realizará visita de Estado à Colômbia no dia 9 de outubro de 2015. Na ocasião, terá encontro de trabalho com o Presidente Juan Manuel Santos, visitará o Congresso e a Suprema Corte colombianos. Participará, ademais, do encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Colômbia, que reunirá empresários e representantes dos setores produtivos dos dois países.

Os Presidentes examinarão temas das agendas bilateral e regional, bem como avaliarão formas de incrementar e diversificar o intercâmbio comercial entre os dois países. Presidirão também cerimônia de assinatura de acordos em diversas áreas, como facilitação de investimentos, comércio automotivo, agricultura e segurança alimentar, educação e pesquisa científica.

Brasil e Colômbia estão entre as maiores economias sul-americanas. A corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 4,1 bilhões em 2014, registrando crescimento de 165% desde 2005. O panorama dos investimentos apresentou expressivo crescimento entre 2010 e 2014, com destaque nos

setores petrolífero, bancário, de construção civil e siderúrgico. Entre os investimentos provenientes do país vizinho, destaca-se a presença marcante de capitais colombianos no setor de energia.

### PRÊMIO NOBEL DA PAZ AO QUARTETO DO DIÁLOGO NACIONAL TUNISIANO 09/10/2015

O governo brasileiro recebeu com grande satisfação o anúncio da concessão do Prêmio Nobel da Paz de 2015 ao Quarteto do Diálogo Nacional Tunisiano, formado pela União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT), pela União Tunisiana da Indústria, do Comércio e do Artesanato (UTICA), pela Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia (ONAT) e pela Liga Tunisiana dos Direitos Humanos (LTDH).

O diálogo nacional promovido por essas quatro entidades da sociedade civil foi decisivo para a superação das diferenças entre Governo e oposição ao longo do bem sucedido processo de transição tunisiano. Os esforços de mediação do Quarteto, sua capacidade de construir consensos e seu incansável empenho para manter abertos os canais de diálogo foram fundamentais para a adoção da nova Constituição da Tunísia, em janeiro de

2014, e a realização, entre outubro e dezembro de 2014, de eleições gerais, livres e transparentes que permitiram ao país completar de maneira exemplar sua transição democrática.

O Governo brasileiro felicita o Governo e o povo da Tunísia e, muito especialmente, as entidades integrantes do Quarteto. O Prêmio Nobel da Paz representa não apenas merecido reconhecimento do papel desempenhado pelo Quarteto na condução do processo político tunisiano, mas também uma vitória para aqueles que, em todo o mundo, defendem os valores do diálogo, da tolerância e da democracia.

#### SITUAÇÃO NA PALESTINA E EM ISRAEL 09/10/2015

O Brasil acompanha com preocupação a escalada de violência contra civis em Israel e na Palestina. Nada justifica ataques contra civis, particularmente se inspirados por ódios e preconceitos de qualquer natureza. O Governo brasileiro conclama as autoridades israelenses e palestinas a coibir a atual escalada de tensões e processar os responsáveis, dentro do respeito aos direitos humanos. Insiste na necessidade de que ambas as partes se abstenham de atos de retaliação e de declarações de retórica inflamada que possam prejudicar ainda mais a situação. O Governo brasileiro exorta Israel a cumprir seus deveres de velar

pela incolumidade física da população palestina sob sua ocupação, nos termos do direito internacional e das resoluções das Nações Unidas.

Somente a solução de dois Estados, Palestina e Israel, convivendo em paz e segurança dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas, poderá trazer paz, estabilidade e prosperidade de longo prazo à região. Por isso, o governo brasileiro considera essencial que sejam retomadas prontamente negociações de boa-fé, com base nos parâmetros estabelecidos pelo Direito Internacional, que conduzam o mais rapidamente possível a um acordo de paz.

#### EXPLOSÕES NA TURQUIA 10/10/2015

O Governo brasileiro manifesta sua profunda consternação pelas explosões que vitimaram dezenas de pessoas em Ancara, Turquia, que participavam de manifestação pacífica e democrática.

Ao mesmo tempo em que transmite suas sinceras condolências aos familiares das vítimas e empenha sua solidariedade ao povo turco e ao Governo do país, o Brasil reitera seu firme repúdio a qualquer forma de terrorismo.

A Embaixada do Brasil em Ancara está acompanhando a situação.

## **POSSE DO NOVO GOVERNO DA GUINÉ-BISSAU 15/10/2015**

O Governo brasileiro transmite ao Governo da Guiné-Bissau os cumprimentos pela posse do novo Gabinete do Primeiro-Ministro Carlos Correia.

O Governo brasileiro saúda, igualmente, os esforços para a promoção do desenvolvimento social e econômico da Guiné-Bissau, tanto por meio de iniciativas bilaterais, quanto em ações conjuntas com organismos regionais e multilaterais.

## **VIAGEM DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA À SUÉCIA E À FINLÂNDIA – 18 A 20 DE OUTUBRO DE 2015 16/10/2015**

A Presidenta Dilma Rousseff visitará a Suécia e a Finlândia nos dias 18 a 20 de outubro.

Na Suécia, no dia 18, a Presidenta mantém encontro com o Rei Carlos XVI Gustavo. No dia 19, reúne-se com o Primeiro-Ministro Stefan Löfven e visita as instalações de fábrica da empresa Saab, em Linköping. Também no dia 19, a Presidenta participa de reunião do Conselho Empresarial

Brasil-Suécia e da abertura do Fórum Empresarial Brasil-Suécia.

A visita à Suécia tem como objetivo dinamizar as relações bilaterais, por meio da adoção do Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica. A decisão do Brasil de comprar caças Gripen NG, no contexto do Programa FX-2, abriu uma nova fase da Parceria Estratégica, com perspectivas muito positivas de incremento dos fluxos recíprocos de comércio e investimentos e da cooperação em defesa, ciência, tecnologia e inovação e educação. A Presidenta da República e o Primeiro-Ministro Löfven também tratarão da cooperação em energias renováveis, meio ambiente e cultura, assim como trocarão impressões sobre temas regionais e globais, como as negociações MERCOSUL-União Europeia, mudança do clima e a Agenda do Desenvolvimento Sustentável 2030.

Mais de 200 empresas suecas operam no Brasil, muitas delas em setores intensivos em tecnologia, gerando empregos para aproximadamente 70 mil pessoas no País. Em 2014, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Suécia atingiu US\$ 2,1 bilhões.

No dia 20, a Presidenta realiza visita à Finlândia, onde se encontrará, em Helsinque, com o Presidente Sauli Niinistö e com o Primeiro-Ministro Juha Sipilä. Também está previsto

encontro da Presidenta com empresários finlandeses.

A visita tem como objetivo intensificar as relações bilaterais nas áreas de comércio e investimentos, energias renováveis, educação, ciência, tecnologia e inovação. A multiplicação de parcerias no campo da educação básica é particularmente promissora, à luz da reconhecida experiência finlandesa. A Presidenta da República e o Primeiro-Ministro Sipilä também deverão tratar de temas regionais e globais, como as negociações MERCOSUL-União Europeia e a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Cerca de 50 empresas finlandesas atuam no Brasil, nas áreas de energia, tecnologia marítima, telecomunicações e papel e celulose. Geram aproximadamente 20 mil empregos no País. Em 2014, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Finlândia atingiu US\$ 1 bilhão.

#### CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA COREIA 16/10/2015

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República de Coreia concedeu agrément a Luís Fernando de Andrade Serra como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

#### CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E INDONÉSIA SOBRE MEDIDAS RESTRITIVAS ÀS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE FRANGO – PEDIDO DE ESTABELECIMENTO DE PAINEL 16/10/2015

O Governo brasileiro solicitou ao Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC estabelecimento de painel para examinar medidas restritivas impostas pela Indonésia à importação de carne de frango e produtos de frango provenientes do Brasil, que têm mantido o mercado fechado às exportações brasileiras. No entendimento brasileiro, as medidas questionadas estão em desacordo com dispositivos do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT 1994), do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS), do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (Acordo TBT) e do Acordo sobre Licenciamento à Importação.

Desde 2009, o Governo brasileiro, em coordenação com o setor privado, tem realizado tentativas de negociação com a Indonésia, não havendo, até o momento, indicação de uma solução por essa via. Diante desse quadro, o Brasil solicitou consultas à Indonésia

no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias, as quais tampouco permitiram equacionar as dificuldades de acesso ao mercado daquele país.

O Brasil é o terceiro maior produtor e o maior exportador de frangos do mundo, e seus produtos são consumidos em 155 países em todos os continentes. O Brasil segue os mais rigorosos padrões sanitários em toda a sua cadeia produtiva, e a produção brasileira é reconhecida internacionalmente por sua sanidade e qualidade. O setor privado brasileiro mantém grande interesse no mercado indonésio, cuja população é de mais de 250 milhões de habitantes, e estima um potencial de exportação de ao menos US\$ 70 milhões.

A expectativa brasileira é a de que o contencioso permita eliminar os entraves que impedem a exportação de frangos à Indonésia, propiciando dessa forma maiores oportunidades de negócios entre os dois países, o que reforçaria o relacionamento bilateral em bases materiais mais sólidas.

O pedido brasileiro será examinado na próxima reunião do Órgão de Solução de Controvérsias, que se realizará em 28 de outubro. Pelas regras da OMC, a Indonésia poderá objetar ao estabelecimento do painel nessa reunião. Nesse caso, o painel será estabelecido, automaticamente, na reunião seguinte do Órgão de Solução

de Controvérsias, prevista para realizar-se em novembro.

A decisão brasileira de pedir o estabelecimento do painel foi comunicada com anterioridade às autoridades indonésias.

## NOVO PLANO DE AÇÃO DA PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL-SUÉCIA – ESTOCOLMO, 19 DE OUTUBRO DE 2015 19/10/2015

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo do Reino da Suécia,

Considerando os sólidos laços de amizade entre o Brasil e a Suécia;

Reafirmando a importância que ambos os países atribuem aos princípios democráticos, aos direitos humanos e ao Estado de direito;

Sublinhando a sua disposição para agir de forma coordenada com vistas a fortalecer o multilateralismo, a preservação da paz e da segurança internacional, o desarmamento e a não-proliferação, a promoção do respeito pelos direitos humanos e a justiça social, o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente;

Reafirmando o interesse em aprofundar a parceria estratégica bilateral, à luz do Plano de Ação da Parceria Estratégica adotado em 6 de

outubro de 2009, particularmente nos domínios de comércio e investimentos; defesa; ciência, tecnologia e inovação; energia sustentável; mudança do clima e desenvolvimento sustentável; e intercâmbio cultural, em benefício das sociedades brasileira e sueca;

Recordando o Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, assinado em 3 de abril de 1984; o Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis, assinado em 11 de setembro de 2007; o Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Industrial Inovadora, assinado em 6 de outubro de 2009; o Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas, assinado em 6 de outubro de 2009; o Memorando de Entendimento para Parceria e Diálogo sobre Desenvolvimento Global, assinado em 29 de agosto de 2012; o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Proteção ao Meio Ambiente, Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, assinado em 18 de novembro de 2013; o Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em 3 de abril de 2014; e o Acordo sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada, assinado em 3 de abril de 2014;

Decidem intensificar ainda mais os laços bilaterais por meio da adoção do

seguinte Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Suécia:

### **I – Diálogo Político Regular**

Brasil e Suécia reafirmam seu interesse mútuo em manter diálogo político permanente e regular com vistas a desenvolver e identificar oportunidades para cooperação mais estreita, bem como ações conjuntas na arena internacional. A esse respeito, ambos os lados expressaram seu compromisso com a continuação das consultas políticas bilaterais no âmbito do Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas, de 2009.

### **II – Comércio e Investimentos**

Brasil e Suécia renovam seu compromisso com a expansão e a diversificação do comércio bilateral, com o aumento dos fluxos de investimentos e a intensificação do diálogo sobre temas econômicos e comerciais bilaterais e globais.

Brasil e Suécia congratulam-se com os bons resultados da reunião do Conselho Empresarial realizada por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff à Suécia, em 19 de outubro de 2015, com participação de empresas privadas e públicas e instituições governamentais. Ambos os países também manifestam satisfação com o sucesso do relançamento da Comissão Mista sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, cuja primeira reunião foi realizada em Brasília, em 21 de maio de 2015. Ambos os lados

reconhecem a importância da realização regular de reuniões da Comissão Mista e do Conselho Empresarial.

### **III – Cooperação em Matéria de Defesa**

Brasil e Suécia reafirmam sua satisfação com a cooperação bilateral em matéria de defesa, muito fortalecida pela parceria industrial e tecnológica ora sendo estabelecida no âmbito do projeto Gripen NG. Ambos os países reconhecem o potencial de expansão da cooperação nesse domínio e expressam seu compromisso com a identificação de novas iniciativas de interesse mútuo.

O Grupo de Alto Nível em Aeronáutica, estabelecido por ocasião da Comissão Mista sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica realizada em Brasília em 21 de maio de 2015, é sinal da ambição compartilhada de aumentar ainda mais a cooperação bilateral em aeronáutica de modo a incluir projetos tanto civis como militares. O Grupo de Alto Nível em Aeronáutica manteve seu primeiro encontro no âmbito da visita da Presidenta Dilma Rousseff à Suécia, em 19 de outubro de 2015.

Para fortalecer ainda mais a parceria bilateral em defesa, os dois países também decidiram estabelecer mecanismo de diálogo político-estratégico bilateral entre os respectivos Ministérios das Relações

Exteriores e da Defesa ("Diálogo 2+2"), de forma a intensificar a compreensão mútua e o intercâmbio de pontos de vista sobre questões relacionadas à segurança internacional nos níveis nacional, regional e global. Ambos os países decidiram agendar para o primeiro semestre de 2016 a primeira reunião do mecanismo de diálogo político-estratégico, com a previsão de que os encontros subsequentes ocorram regularmente, alternadamente em uma das respectivas capitais.

### **IV – Cooperação em Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação**

Ambos os países salientam as oportunidades trazidas pelo aumento da cooperação em matéria de defesa para desenvolver mais ações conjuntas em ciência, tecnologia e inovação ao abrigo do Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Industrial Inovadora, de 2009, e do Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, de 1984. Com vistas a estreitar laços e tratar de questões de interesse mútuo no campo da inovação, Brasil e Suécia expressam seu compromisso com a convocação do Grupo de Trabalho estabelecido no mencionado Protocolo Adicional.

Ambos os lados reafirmam seu interesse mútuo em reforçar a cooperação bilateral no campo da educação e em promover maior intercâmbio de estudantes. A fim de promover ainda mais iniciativas nessa

área, Brasil e Suécia concordaram em assinar um Memorando de Entendimento nos Domínios da Pesquisa e do Ensino Superior.

Ambos os lados reafirmam seu interesse mútuo em fortalecer a cooperação bilateral na área de mineração sustentável. Com vistas a promover iniciativas nessa matéria, Brasil e Suécia concordaram em iniciar negociações para a adoção de Memorando de Entendimento na Área de Mineração Sustentável.

#### **V – Energia Sustentável**

Ambos os países sublinham seu compromisso com a exploração de possibilidades de cooperação nas áreas de energia sustentável com vistas a acelerar a transição para um futuro de energias limpas. As áreas de colaboração são energias renováveis, incluindo biocombustíveis de segunda geração, transmissão e distribuição de eletricidade, redes inteligentes e eficiência energética.

#### **VI – Meio Ambiente, Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável**

Brasil e Suécia reafirmam, com satisfação, sua cooperação bilateral nos campos de meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável e renovam seu compromisso com novas ações nessas áreas. Ambos os países concordaram em desenvolver um Plano de Ação Conjunto ao abrigo do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Proteção ao Meio

Ambiente, Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, de 2013.

Ambas as partes manifestam satisfação com a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e reafirmam seu compromisso com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, salientando que o Grupo de Alto Nível convocado pela Suécia, com a participação do Brasil, terá papel importante na sensibilização e na promoção de ações concretas para esse fim. Ambos os lados reiteram sua determinação para responder de forma decisiva ao desafio da mudança do clima e colaborar para o sucesso da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-21), com a adoção de acordo justo, ambicioso, durável e abrangente no âmbito da UNFCCC que mantenha o aumento da temperatura média global muito abaixo de dois graus Celsius. Ambos os lados também comprometeram-se a manter cooperação estreita no que tange à implementação do acordo.

#### **VII – Cooperação em Previdência Social**

Ambos os lados reafirmam seu interesse mútuo em fortalecer a cooperação bilateral na área de previdência social. Com vistas a promover iniciativas nesse campo, Brasil e Suécia manifestaram concordância em iniciar negociações

de Acordo na Área de Previdência Social o mais rapidamente possível.

### **VIII – Cooperação em Intercâmbio Cultural**

Brasil e Suécia reafirmam seu interesse em trabalhar com vistas a ampliar o intercâmbio cultural bilateral com base na divulgação cultural mútua em diferentes áreas criativas, como a literatura.

### **IX – Implementação**

Por ocasião das consultas políticas regulares, Brasil e Suécia avaliarão os progressos realizados na implementação deste Novo Plano de Ação da Parceria Estratégica. Os dois países podem decidir estabelecer Grupos de Trabalho adicionais para monitorar a implementação de áreas específicas deste Novo Plano de Ação.

Estocolmo, 19 de outubro de 2015.

### **PASSAGEM DO TUFÃO KOPPU PELAS FILIPINAS 20/10/2015**

O Governo brasileiro manifesta grande pesar pelas mortes e pelos danos materiais provocados pela passagem do tufão Koppu nas Filipinas, no último dia 18 de outubro, e transmite suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo da República das Filipinas.

Segundo a Embaixada do Brasil em Manila, que acompanha com atenção a situação, não há, até o momento,

notícia de cidadãos brasileiros entre as vítimas.

### **CAMPANHA “TURN THE WORLD UM BLUE” 22/10/2015**

No contexto das comemorações do 70º aniversário da Organização das Nações Unidas, acontecerá, em 24 de outubro, a campanha “Iluminando o mundo com o azul da ONU” (em inglês, *Turn the World UN Blue*), que consiste na iluminação, com a cor oficial das Nações Unidas, de importantes monumentos e construções dos Estados-membros, para celebrar o Dia da ONU.

O Governo brasileiro participa da iniciativa. Serão iluminados, na noite do dia 24 de outubro, entre outros, os seguintes monumentos e construções:

- em Brasília: Palácio Itamaraty, Catedral e Templo da Boa Vontade;
- no Rio de Janeiro: Estádio do Maracanã, Cristo Redentor e Teatro Municipal;
- em Salvador: Elevador Lacerda, Farol da Barra e Estádio da Fonte Nova; e
- no Estado de São Paulo: Viaduto do Chá, Biblioteca Mário de Andrade, Ponte das Bandeiras, Estátua do Borba Gato, Monumento às Bandeiras, Palácio dos Bandeirantes, Secretarias do Estado, Memorial da América Latina, Memorial da Resistência,

Museu Afro-brasileiro, Museu Casa de Portinari, Museu da Diversidade Sexual, Museu da Língua Portuguesa, Museu de Arte Sacra, Museu do Café, Museu do Futebol, Museu Felícia Leirner, Museu Índia Vanuíre, Fundo Social de Solidariedade e Parque da Água Branca.

O evento será compartilhado com os seguidores da ONU no Facebook, Instagram, Twitter, Flickr e outras redes sociais por meio das *hashtags* #UNBlue, #UN70 e #ONU70.

Informações adicionais sobre a campanha e outras atividades alusivas à celebração dos 70 anos da ONU podem ser encontradas no endereço eletrônico [www.un.org/un70](http://www.un.org/un70).

## DIA DAS NAÇÕES UNIDAS 23/10/2015

Será comemorado amanhã o 70º aniversário da Organização das Nações Unidas. Em 24 de outubro de 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial, entrava em vigor a Carta de São Francisco, assinada por 51 membros fundadores, entre os quais o Brasil. Atualmente com 193 Estados-membros, a ONU busca manter vivo o ideal de um mundo mais pacífico e próspero, no qual as diferenças são superadas preferencialmente por meio do diálogo e do entendimento.

O Brasil desempenha um papel ativo na ONU desde a sua fundação. O País participa com destaque das discussões sobre os principais temas da agenda internacional, entre eles desenvolvimento sustentável, direitos humanos, mudança do clima, paz e segurança, reforma da governança global. Não é coincidência que tenha sido, juntamente com o Japão, o Estado-membro que mais vezes ocupou um assento não-permanente no Conselho de Segurança. Também assume responsabilidades no terreno, como ilustra a atual participação brasileira nas operações de paz da ONU no Haiti, na República Democrática do Congo e no Líbano.

Em homenagem aos setenta anos das Nações Unidas, o Ministério das Relações Exteriores e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), em parceria com o Sistema ONU no Brasil, realizarão, no próximo dia 29 de outubro, em Brasília, o lançamento do livro “O Brasil e as Nações Unidas: 70 anos”. Na ocasião, será inaugurada mostra fotográfica sobre a presença das Nações Unidas no Brasil e a atuação histórica do País na Organização.

A ONU desempenha um papel fundamental e se firmou como a expressão mais legítima do multilateralismo e da legalidade internacional. Interessa à comunidade internacional que a Organização seja forte e esteja cada vez mais em

sintonia com as realidades do século XXI, tão distintas daquelas de 1945. Só assim será capaz de exercer plenamente seu papel insubstituível como instituição universal, voltada para a promoção da paz, do desenvolvimento e da cooperação entre os países.

Esse aniversário oferece a oportunidade de recordar as realizações passadas, que são muitas, avaliar equívocos e deficiências, que são reais, e, sobretudo, discutir o aperfeiçoamento da Organização, para que possa fazer frente aos desafios globais presentes e futuros. Nesse sentido, a reforma do Conselho de Segurança é tarefa de especial urgência. O Brasil, que orienta a sua ação externa pelo respeito ao Direito Internacional e pela busca de soluções pacíficas para controvérsias, segue profundamente comprometido com as obrigações que decorrem da Carta das Nações Unidas e com os ideais que inspiraram a sua adoção, setenta anos atrás.

VISITA AO BRASIL DO  
SECRETÁRIO-GERAL DA  
COMUNIDADE DO CARIBE  
(CARICOM), EMBAIXADOR  
IRWIN LAROCQUE –  
BRASÍLIA, 26 DE OUTUBRO DE  
2015 23/10/2015

O Secretário-Geral da Comunidade do Caribe (CARICOM), Embaixador Irwin LaRocque, realizará visita oficial a Brasília, em 26 de outubro de 2015, ocasião em que manterá reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira.

O Embaixador Irwin LaRocque também proferirá palestra sobre a CARICOM no Instituto Rio Branco.

A CARICOM, estabelecida em 1973 e com sede em Georgetown (Guiana), objetiva promover a integração e o desenvolvimento econômico de seus membros. É integrada por 14 países: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago, além de Montserrat, que é domínio britânico. Também é composta pelos seguintes territórios membros associados: Anguilla, Bermuda, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Caiman e Ilhas Turks e Caicos.

O intercâmbio comercial do Brasil com os países da CARICOM foi, em 2014, de US\$ 3,7 bilhões, tendo mais que decuplicado com relação ao ano de 2000.

ELEIÇÕES NO HAITI 26/10/2015

O Governo brasileiro saúda o Governo e o povo haitianos pela bem sucedida

realização, em 25 de outubro, das eleições legislativas, municipais e presidenciais, etapa fundamental do processo democrático e condição indispensável para o desenvolvimento, o fortalecimento institucional e a preservação dos ganhos obtidos nos últimos anos no Haiti.

O Governo brasileiro felicita as autoridades haitianas, em particular a Polícia Nacional do Haiti e o Conselho Eleitoral Provisório, pelos esforços para organizar o pleito e garantir a participação dos eleitores haitianos.

O Governo brasileiro ressalta a importante contribuição da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e de toda a comunidade internacional ao processo eleitoral. Felicita, ainda, a Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA), chefiada pelo Embaixador Celso Amorim.

O Governo brasileiro reitera seu apoio ao Governo haitiano para a conclusão exitosa do processo eleitoral em curso e exorta todos os atores políticos a aguardar pacificamente os resultados do pleito.

## XVI REUNIÃO DE COOPERAÇÃO CONSULAR E JURÍDICA BRASIL-ESTADOS UNIDOS 26/10/2015

Será realizada amanhã, em Brasília, a XVI Reunião de Cooperação Consular e Jurídica entre o Brasil e os Estados Unidos. A delegação brasileira será chefiada pelo Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Embaixador Carlos Alberto Simas Magalhães, e a comitiva norte-americana pela Secretária de Estado Assistente para Assuntos Consulares do Departamento de Estado, Embaixadora Michele Thoren Bond.

Durante a reunião, serão discutidos assuntos de interesse da comunidade brasileira naquele país, além de temas relativos à cooperação entre os dois países na área jurídica e consular. Será igualmente abordado o programa "Global Entry".

A comunidade brasileira residente nos EUA é estimada em mais de um milhão e trezentas mil pessoas, o que representa entre 35 e 40% dos nacionais que residem no exterior.

## TERREMOTO NO AFEGANISTÃO E NO PAQUISTÃO 26/10/2015

O Governo brasileiro expressa seu pesar pelas mortes e pelos danos materiais provocados pelo terremoto ocorrido hoje no nordeste do Afeganistão, próximo à fronteira com o Paquistão, e transmite suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, aos povos e aos

Governos da República Islâmica do Afeganistão e da República Islâmica do Paquistão.

A situação está sendo acompanhada de perto pela Embaixada do Brasil em Islamabad. Não há, até o momento, notícia de cidadãos brasileiros entre as vítimas.

### VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES À ARGÉLIA – ARGEL, 28 DE OUTUBRO DE 2015 27/10/2015

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, realizará, no dia 28 de outubro de 2015, visita a Argel.

O Chanceler manterá encontro com o Ministro de Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, Ramtane Lamamra, e será recebido pelo Presidente Abdelaziz Bouteflika e pelo Primeiro-Ministro Abdelmalek Sellal.

Os dois chanceleres co-presidirão a I Reunião do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Argélia. Na oportunidade, examinarão iniciativas para a ampliação e diversificação das relações bilaterais, assim como os principais temas da agenda regional e internacional, em especial a situação no Oriente Médio e no Norte da África.

A Argélia é o segundo maior parceiro comercial brasileiro na África e no mundo árabe. Em 2014, o intercâmbio bilateral foi de US\$ 4,07 bilhões. No campo dos investimentos, os setores de máquinas e equipamentos, infraestrutura e logística, processamento de alimentos e produção de medicamentos mostram-se particularmente promissores para parcerias entre empresas brasileiras e argelinas. O Brasil e a Argélia mantêm, igualmente, agenda diversificada de cooperação técnica, que inclui, entre outras, iniciativas bem-sucedidas nas áreas de saúde e de formação profissional.

### VISITA DA DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA AO BRASIL 27/10/2015

A Diretora Executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), a moçambicana Marisa Mendonça, realiza visita oficial ao Brasil, no período de 26 a 30 de outubro, com vistas a estreitar os laços com órgãos do governo e instituições brasileiras voltadas à difusão da língua portuguesa.

Em sua viagem, a Diretora do IILP se reunirá, em Brasília, com o Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Sérgio França Danese, com o Secretário Executivo do Ministério da

Educação (MEC), Luiz Cláudio Costa, e com o Secretário Executivo do Ministério da Cultura (MinC), João Caldeira Brant Monteiro de Castro nos dias 27 e 28 do corrente mês (terça e quarta-feira). Sua agenda inclui, ainda, visitas à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em Redenção-CE, no dia 26; à Academia Brasileira de Letras (ABL) e à Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, no Rio de Janeiro, no dia 29; e ao Museu da Língua Portuguesa e à Câmara Brasileira do Livro, em São Paulo, no dia 30.

O IILP é o órgão da CPLP destinado à coordenação de esforços entre os países-membros com vistas ao fortalecimento e à difusão da língua portuguesa no mundo. Sediado na cidade da Praia, Cabo Verde, o IILP tem desenvolvido projetos como o Vocabulário Ortográfico Comum, base de dados online que reúne as diferentes variantes da língua portuguesa, e o Portal do Professor, compêndio de material didático de português como língua estrangeira. O Brasil participa do IILP por meio da sua Comissão Nacional (CNIILP), composta por representantes do MinC, do MEC, do MRE, da ABL e da UNILAB, além de seis especialistas. O Professor Carlos Faraco, ex-reitor da UFPR, é o Coordenador-Geral da CNIILP.

**COMUNICADO CONJUNTO  
POR OCASIÃO DA VIAGEM À  
ARGÈLIA DO MINISTRO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES,  
EMBAIXADOR MAURO VIEIRA  
ARGEL, 28 DE OUTUBRO DE  
2015 28/10/2015**

A convite do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da República Argelina Democrática e Popular, Embaixador Ramtane Lamamra, o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Mauro Vieira, realizou, nos dias 27 e 28 de outubro de 2015, visita de trabalho à Argélia.

A visita inseriu-se no contexto do fortalecimento dos tradicionais laços de amizade e de solidariedade entre a Argélia e o Brasil e representa uma etapa importante no processo de relançamento do diálogo político e da concertação em torno de questões bilaterais, regionais e internacionais de interesse comum, bem como no processo de fortalecimento da cooperação bilateral.

A visita constituiu, igualmente, oportunidade para realizar a I Sessão do Mecanismo bilateral de Diálogo Estratégico, criado durante a IV Sessão da Comissão Bilateral Mista, ocorrida em Brasília, em julho de 2010.

O Chanceler brasileiro foi recebido em audiência por Sua Excelência o Sr. Abdelaziz Bouteflika, Presidente da

República Argelina. Ele também foi recebido em audiência pelo Primeiro-Ministro argelino, Abdelmalek Sellal.

O Ministro Mauro Vieira e o Ministro Ramtane Lamamra mantiveram reunião de trabalho aprofundada, na qual trataram sobre o estado das relações bilaterais e as perspectivas para seu fortalecimento, especialmente por meio da implementação de programas, projetos e iniciativas de parceria, mutuamente benéficos, em diversas áreas.

Ambos os Ministros reafirmaram, nesse contexto, o compromisso de trabalhar no sentido de fortalecer e diversificar as relações econômicas bilaterais. Convieram que as complementaridades e as potencialidades das economias de ambos os países constituem ativos que merecem ser melhor explorados.

Convergiram, ademais, na necessidade de fortalecer o arcabouço jurídico existente e de incentivar o desenvolvimento da cooperação e do intercâmbio bilateral nos domínios da energia, da saúde, do comércio, das obras públicas, da agricultura, do desenvolvimento social, da pesquisa científica e da cooperação universitária.

Expressaram a importância de realizar reuniões de seguimento setoriais, em preparação para a próxima Sessão da Comissão Bilateral Mista, em data a ser estabelecida de comum acordo.

Os dois Ministros discutiram, com particular interesse, o desenvolvimento da cooperação bilateral no domínio da energia, em um momento em que os preços internacionais do petróleo sofreram uma forte depreciação, a qual vem afetando significativamente as economias dos países produtores. Sublinharam a importância da estabilidade do mercado petrolífero na preservação dos interesses dos países produtores e dos países consumidores.

Ao abordar as questões regionais e internacionais, os dois Ministros sublinharam, com satisfação, a convergência de suas avaliações e visões sobre diversos temas de interesse comum. Reiteraram, nesse contexto, a vontade comum de fortalecer a cooperação e a coordenação das posições brasileiras e argelinas em foros multilaterais

A Argélia e o Brasil sublinharam a importância que atribuem ao fortalecimento do papel das Nações Unidas, por meio, sobretudo, da urgente reforma do seu Conselho de Segurança, com vistas à obtenção de um sistema mais justo, representativo e equilibrado.

Ambos os Ministros reafirmaram a necessidade de prosseguir com os esforços internacionais voltados à luta contra o terrorismo e sublinharam o papel fundamental da cooperação regional e internacional nesse contexto, em particular a estratégia das

Nações Unidas de combate e prevenção contra esse flagelo transnacional. Expressaram, ademais, sua disposição de contribuir para os esforços internacionais voltados à prevenção e ao combate ao crime organizado transnacional.

Referindo-se aos conflitos regionais no Norte de África e no Sahel, o Chanceler brasileiro saudou o papel fundamental que desempenha a Argélia como um ator regional de relevo, tanto no âmbito da União Africana quanto por meio de suas iniciativas mediação. Ressaltou, nesse contexto, que a Argélia é um parceiro de grande importância para o Brasil, tendo em vista o papel estabilizador que o país desempenha na esfera regional.

Em relação à situação no Mali, o Brasil congratulou os esforços de mediação internacional conduzidos sob os auspícios da Argélia, que resultaram na assinatura, em 15 de maio de 2015, do Acordo de Paz e Reconciliação no Mali, ao qual se juntaram todas as partes envolvidas, em 20 de junho de 2015.

Os dois Ministros instaram as partes líbias a engajarem-se resolutamente e de boa fé no diálogo conduzido pelo Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a Líbia, Bernardino Leon, com vistas a chegar a uma solução política definitiva, que preserve a unidade, a integridade territorial e a estabilidade do país e da

região de uma intervenção militar estrangeira de consequências imprevisíveis.

Saudaram, ademais, a iniciativa dos países vizinhos da Líbia para chegar a uma solução política para o conflito.

Passando à questão do Saara Ocidental, os dois Ministros reafirmaram seu apoio aos esforços do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, e de seu Enviado Especial, Christopher Ross, para alcançar solução política justa e duradoura, que preveja a autodeterminação do povo saarauí, em conformidade com as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral da ONU.

Os dois Ministros reiteraram seu compromisso com a soberania, a independência, a unidade e a integridade territorial da Síria, e conclamaram todas as partes envolvidas no conflito a privilegiar o caminho do diálogo voltado a uma solução política para a crise.

No que concerne à questão da Palestina, os dois Ministros reafirmaram a urgência de se alcançar uma solução justa e definitiva, com base nas resoluções da ONU. Reiteraram seu apoio inabalável ao legítimo direito dos palestinos a um Estado viável, independente e soberano.

Ambos os Ministros saudaram, ademais, a conclusão do diálogo sobre

o programa nuclear do Irã, entre o P5 + Alemanha e o Irã, o qual contribuiu para que fosse alcançada solução abrangente, mutuamente aceitável e duradoura, capaz de preservar a paz e a estabilidade no Oriente Médio.

Ao tratar da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a ser realizada em Paris, de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015, os dois Ministros convergiram quanto à urgência de obter-se resultado que favoreça a promoção do desenvolvimento sustentável e a prevenção do aquecimento global e de catástrofes naturais.

Os Ministros se congratularam com o entendimento alcançado, em Cuba, em 23 de setembro de 2015, sobre reparação a vítimas e justiça, ponto crucial nas conversações entre o Governo colombiano e as FARC. Nesse contexto, saudaram o papel dos países garantes, Cuba e Noruega, e o compromisso das partes em assinar, até março de 2016, acordo final com vistas à reconciliação nacional.

Os dois ministros expressaram, igualmente, sua satisfação pelos progressos alcançados no processo de normalização das relações entre os Estados Unidos da América e Cuba.

Em relação a mecanismos de concertação inter-regionais, os dois países reconheceram o potencial positivo dos Mecanismos América do Sul-Países Árabes (ASPA), e América

do Sul-África (ASA), cujas próximas reuniões de Cúpula estão previstas para ocorrer, respectivamente, em Riade, nos dias 10 e 11 de novembro de 2015, e em Quito, em maio de 2016.

O Ministro Vieira, por fim, exprimiu ao Ministro Lamamra os seus sinceros agradecimentos pela calorosa recepção, reservada a ele e a toda a delegação que o acompanhou, durante a sua estada na Argélia.

O Ministro Mauro Vieira formulou convite para que o Ministro Ramtane Lamamra realize visita oficial ao Brasil, em datas a serem fixadas de comum acordo. O Ministro Lamamra aceitou com satisfação o convite.

## **VISITA AO BRASIL DE SUAS ALTEZAS IMPERIAIS DO JAPÃO, PRÍNCIPE E PRINCESA AKISHINO 28/10/2015**

Como parte das comemorações dos 120 anos do estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Japão, o Príncipe e a Princesa Akishino visitarão o Brasil no período de 28 de outubro a 8 de novembro. Esta é a segunda visita do Príncipe Akishino, que já esteve no país por ocasião das celebrações dos 80 anos da imigração nipônica, em 1988.

O Príncipe e a Princesa Akishino serão recebidos pela Presidenta Dilma

Rousseff, em Brasília, no dia 6 de novembro, e cumprirão programação de eventos oficiais e encontros com membros da comunidade nipo-brasileira nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Pará e Rio de Janeiro.

O Brasil abriga a maior comunidade japonesa no exterior, e o Japão a terceira maior comunidade brasileira fora do país. O Japão é nosso sexto maior parceiro comercial, e o Brasil o principal sócio comercial do Japão na América Latina.

O Japão é um dos países que participaram do desenvolvimento industrial brasileiro, e os capitais japoneses continuam presentes em setores como o de indústria naval, energia, automobilístico e agrícola, dentre outros.

#### **REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA: DESIGNAÇÃO DE FACILITADORA DAS NEGOCIAÇÕES 28/10/2015**

O Brasil saúda a decisão do Presidente da Assembleia Geral da 70ª Sessão das Nações Unidas, Mogens Lykketoft, de designar a Representante Permanente de Luxemburgo em Nova York, Embaixadora Sylvie Lucas, como Facilitadora das negociações intergovernamentais para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Governo brasileiro transmite os votos de sucesso à Embaixadora Lucas em suas novas funções com a convicção de que possa contribuir para avançar o processo negociador. Também expressa seu reconhecimento pela significativa contribuição prestada pelo Representante Permanente da Jamaica junto à ONU, Embaixador Courtenay Rattray, na qualidade de Facilitador das negociações intergovernamentais durante a 69ª Sessão da Assembleia Geral.

O Brasil segue firmemente comprometido com a ampliação do Conselho de Segurança. O septuagésimo aniversário das Nações Unidas oferece ocasião oportuna para que se alcancem progressos na tarefa inadiável de reformar o órgão responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais, de forma a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz.

#### **DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE O PROGRAMA DE TRABALHO BRASIL-ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE) 2016-17 03/11/2015**

Será firmada hoje, às 16h30, no auditório do Palácio Itamaraty, a Declaração Conjunta sobre o Programa de Trabalho Brasil-Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) 2016-17. O documento será assinado pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e pelo Secretário-Geral da OCDE, Angel Gurría.

A Declaração Conjunta discorre sobre as atividades que o Brasil e a OCDE pretendem realizar nos próximos dois anos, incluindo indicação dos órgãos da OCDE de que o Brasil tenciona participar e dos instrumentos legais da Organização aos quais o Brasil pode vir a aderir. A agenda comum entre o Brasil e a OCDE tem como prioridades desafios relacionados a políticas públicas, tais como a promoção da integração dinâmica no comércio mundial, a obtenção de um crescimento inclusivo e sustentável, a criação de empregos e a qualificação da mão de obra, bem como o aperfeiçoamento de programas sociais e educacionais.

Nos últimos anos, o Brasil ingressou em diversos instrumentos e órgãos da OCDE e engajou-se em número significativo de projetos e revisões por pares nas áreas de política macroeconômica, reformas estruturais, comércio, investimento, agricultura, meio ambiente, educação, tributação, ciência, tecnologia e inovação, estatística, combate à corrupção, política de desenvolvimento, conduta empresarial, governança corporativa,

créditos à exportação e competitividade.

A Declaração Conjunta resulta de amplas consultas com diversos setores do Governo brasileiro, representados no Grupo Interministerial de Trabalho Brasil-OCDE, coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores. Reflete, também, o intenso diálogo entre o Brasil e a Organização.

Como resultado dessas consultas, foram identificadas as seguintes áreas de interesse na cooperação: 1) Questões econômicas, comerciais e financeiras; 2) Governança pública e combate à corrupção; 3) Ciência, tecnologia, meio ambiente, agricultura e energia; 4) Questões laborais, previdenciárias e sociais; 5) Desenvolvimento. O documento contempla mais de 100 novas iniciativas para fortalecer a cooperação entre o Brasil e a OCDE.

A cooperação do Brasil com a OCDE teve início na década de 1990. Nos últimos anos, a relação bilateral beneficiou-se da decisão tomada pela Organização de estreitar os contatos com cinco países emergentes selecionados (África do Sul, Brasil, China, Índia e Indonésia), os chamados "Key Partners".

Hoje, praticamente todos os Ministérios e muitos órgãos da administração pública federal e estadual no Brasil estão, de alguma forma, envolvidos na cooperação com

a Organização. O Governo brasileiro tem participado de cerca de 36 instâncias da organização, como "associado", "participante" ou "convidado", e já aderiu a 26 Recomendações e outros instrumentos da Organização.

#### VISITA DO MINISTRO DOS NÉGOCIOS ESTRANGEIROS DA ALBÂNIA, DITMIR BUSHATI – BRASÍLIA, 4 A 6 DE NOVEMBRO DE 2015 03/11/2015

O Ministro de Negócios Estrangeiros da Albânia, Ditmir Bushati, realizará visita oficial ao Brasil entre 4 e 6 de novembro, com programação no Rio de Janeiro e em Brasília.

Em 4 de novembro, o Chanceler albanês será recebido pelo Ministro Mauro Vieira, ocasião em que será assinado Acordo de Serviços Aéreos. Deverão ser igualmente discutidos temas das agendas bilateral e global.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros albanês manterá encontros, ainda, com o Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Senador Aloysio Nunes Ferreira, e com o Secretário-Executivo do Ministério do Turismo, Alberto Alves.

#### VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA ITÁLIA – SÃO PAULO E BRASÍLIA, 3 A 6 DE NOVEMBRO DE 2015 04/11/2015

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da República Italiana, Paolo Gentiloni, realiza visita ao Brasil entre 3 e 6 de novembro. O Ministro italiano cumprirá agenda em São Paulo e Brasília, acompanhado de delegação de entidades e empresários dos setores de energia e infraestrutura. No dia 5 de novembro, em Brasília, o Ministro italiano será recebido pelo Vice-Presidente Michel Temer e terá encontro de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira.

No encontro com o Ministro Mauro Vieira, serão repassados os principais temas da agenda bilateral, como comércio e investimentos, defesa, educação e parcerias na área de pequenas e médias empresas. Serão tratados, ainda, temas regionais e globais, como as negociações MERCOSUL-União Europeia, negociações sobre mudança do clima e a situação no Oriente Médio e Norte da África.

O Ministro Paolo Gentiloni também se encontrará com os Ministros da

Defesa, da Ciência e Tecnologia e Inovação, das Minas e Energia e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Itália é Parceira Estratégica do Brasil desde 2007. Cerca de 30 milhões de brasileiros possuem origem italiana. Há intenso fluxo turístico de parte a parte e comunidades importantes de brasileiros na Itália e de italianos no Brasil.

Em 2014, a Itália foi o 9º principal parceiro comercial brasileiro. Em 2014, o intercâmbio comercial bilateral alcançou US\$ 10,33 bilhões. Com mais de 1.200 empresas atuando no território brasileiro, a Itália ocupa a 10ª posição entre os países que mais investem no Brasil, com estoque de investimentos da ordem US\$ 17,8 bilhões. O Brasil possui importantes investimentos na Itália, concentrados nos setores bancário, alimentício, de transporte aéreo, de processamento de couros, de comunicações, de compressores para refrigeração e de comercialização de calçados.

## BRASIL APROVA NA ONU RESOLUÇÃO DE COMBATE À CORRUPÇÃO 06/11/2015

A 6ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (São Petersburgo, Rússia, 02-06/11) aprovou resolução apresentada pelo Brasil sobre o uso de procedimento não criminais – civis e

administrativos – no combate à corrupção.

A resolução representa a principal contribuição brasileira à instância decisória máxima da ONU contra a corrupção.

A medida consagra trabalho de mobilização que vem sendo desenvolvido pelo Brasil nas Nações Unidas e em outros fóruns internacionais nos últimos anos, como os grupos de trabalho anticorrupção do G20 e da Convenção da Organização dos Estados Americanos (OEA). Desde 2011, Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério da Justiça (MJ), Controladoria-Geral da União (CGU), Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério Público Federal (MPF) vinham atuando para convencer a comunidade internacional da necessidade de se avançar no uso de tais procedimentos para o efetivo combate à corrupção.

A cooperação internacional para a troca de provas e informações, nos âmbitos civil e administrativo, não é uma obrigação dos Estados Partes da Convenção da ONU, ao contrário da colaboração em matéria criminal. Por isso, o Brasil tem empreendido esforços para ampliar a cooperação internacional, com o objetivo de criar um ambiente favorável entre as autoridades empenhadas no combate à corrupção.

No Brasil, a resolução fortalece a aplicação da Lei Anticorrupção e da Lei de Improbidade Administrativa, marcos dos esforços do Estado brasileiro de combate à corrupção. Ela também fortalece a execução de condenações do Tribunal de Contas da União (TCU) e a condução de processos administrativos disciplinares contra agentes públicos acusados de práticas de corrupção.

Na prática, a resolução abre caminho para que pedidos de cooperação internacional elaborados por instituições brasileiras, como AGU, CGU e o Ministério Público, na condução desses processos, possam ser atendidos por outros países. A resolução também melhora as condições em que o Brasil pode ajuizar ações civis diretamente em tribunais estrangeiros, com o objetivo de recuperar ativos decorrentes de corrupção.

Aprovada por consenso por todos os Estados Partes da Convenção, a resolução foi copatrocinada por 17 países.

A delegação brasileira foi integrada por representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), da Controladoria-Geral da União (CGU), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Comissão de Ética Pública (CEP), do Ministério da Justiça (MJ) e do Ministério Público Federal (MPF).

#### **Convenção da ONU**

A Convenção da ONU contra a Corrupção é o mais importante instrumento jurídico internacional de prevenção e combate à corrupção. Conta atualmente com 177 Estados Partes. A instância decisória máxima, a Conferência dos Estados Partes, se reúne a cada dois anos.

#### **IV CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES (ASPA) – RIADE, 9 A 11 DE NOVEMBRO 06/11/2015**

##### ***06 de novembro de 2015 -***

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, participará, entre os dias 9 e 11 de novembro, em Riade, na Arábia Saudita, da reunião ministerial e da Quarta Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA).

O objetivo do evento, que marca os dez anos do mecanismo, é reforçar o diálogo e a cooperação dos países sul-americanos e dos países que integram a Liga dos Estados Árabes.

O plano de ação que será aprovado durante o encontro abrange cooperação em energia, saúde, educação e cultura. Serão também discutidos temas da agenda política internacional, como a crise na Síria e a situação da Palestina.

Nos dias 8 e 9 de novembro, acontecerá o IV Fórum Empresarial ASPA, que tratará de formas de

incrementar os fluxos de comércio e investimentos. Tema de especial interesse para o Brasil a ser tratado no encontro empresarial será o aumento dos investimentos árabes na América do Sul.

O comércio entre a América do Sul e os países árabes cresceu 183% nos últimos dez anos, tendo passado de US\$ 17,6 bilhões, em 2005, para US\$ 34,8 bilhões, em 2014.

**NOTA DE PESAR SOBRE O  
FALECIMENTO DO  
EMBAIXADOR SEBASTIÃO DO  
RÊGO BARROS NETTO  
09/11/2015**

O Ministério das Relações Exteriores comunica, com grande pesar, o falecimento, no Rio de Janeiro, em 9 de novembro corrente, do Embaixador Sebastião do Rêgo Barros Netto. Ex-Secretário-Geral das Relações Exteriores, ex-Embaixador em Buenos Aires e Moscou, o Embaixador Rêgo Barros foi também Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo e teve uma carreira diplomática de mais de 40 anos de exemplares serviços prestados ao País e ao Itamaraty.

Os funcionários do Ministério, que sempre admiraram as qualidades pessoais e profissionais do Embaixador Rêgo Barros, unem-se no sentimento de dor e tristeza pela perda do ex-

Chefe e colega e transmitem à sua mulher, Embaixatriz Tite do Rêgo Barros, aos seus filhos e à sua família, os seus mais sentidos pêsames e a certeza de que o exemplo e a memória do Embaixador seguirão vivos, inspirando-os e guiando-os no cumprimento do seu dever.

**VISITA AO BRASIL DO  
MINISTRO DAS RELAÇÕES  
EXTERIORES DE ANGOLA –  
BRASÍLIA, 12 E 13 DE  
NOVEMBRO DE 2015  
11/11/2015**

O Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chikoti, realizará visita oficial ao Brasil, nos dias 12 e 13 de novembro de 2015, no contexto das comemorações dos 40 anos do reconhecimento brasileiro da independência de Angola e do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

No dia 13, o Ministro Georges Chikoti e o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, terão reunião de trabalho para examinar os principais temas da agenda bilateral e tratar de questões regionais e multilaterais, dando sequência aos contatos que mantiveram, em abril último, durante visita oficial do Ministro Mauro Vieira a Luanda.

Os dois Ministros também inaugurarão o Seminário “40 Anos do Reconhecimento da Independência de Angola pelo Brasil”, organizado pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Fundação Alexandre de Gusmão, a realizar-se no dia 13, no Palácio do Itamaraty.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. Desde o estabelecimento das relações diplomáticas, os laços de amizade e de cooperação têm-se fortalecido. A convergência de interesses e de objetivos culminou no estabelecimento, em 2010, da Parceria Estratégica entre os dois países. O diálogo entre os países é diversificado e tem se concretizado em iniciativas bem-sucedidas, que vão desde a cooperação no campo educacional à cooperação em defesa.

Angola é um dos maiores parceiros econômicos do Brasil na África. Entre 2006 e 2014, a corrente de comércio bilateral cresceu mais de 80%, tendo alcançado no ano passado US\$ 2,37 bilhões.

#### **ATENTADO EM BEIRUTE 13/11/2015**

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do criminoso atentado ocorrido em Burj el-Barajneh, na região sul de Beirute, no Líbano, que resultou na morte de

dezenas de pessoas. O Brasil condena, nos mais fortes termos, o ataque, reivindicado pelo grupo terrorista autointitulado "Estado Islâmico", e transmite suas condolências às famílias das vítimas e ao Governo e povo do Líbano.

O Governo brasileiro reitera seu apoio ao empenho do Governo libanês em manter a estabilidade do país e respalda a política libanesa de evitar o envolvimento nos conflitos da região.

Não há notícias de que haja vítimas brasileiras do atentado. A Embaixada do Brasil continua a acompanhar de perto a situação.

#### **BRASIL E MOÇAMBIQUE COMPLETAM 40 ANOS DO ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS 13/11/2015**

Em 15 de novembro de 1975, Brasil e Moçambique assinaram acordo para o estabelecimento de relações diplomáticas. Nestes 40 anos, os dois países construíram um relacionamento sólido baseado em fortes laços humanos, em amplas afinidades históricas e culturais, na amizade, na solidariedade e na cooperação.

Brasil e Moçambique compartilham valores comuns de promoção da paz e do desenvolvimento e são importantes parceiros em programas de cooperação, em áreas como agricultura

familiar, saúde, educação e formação profissional.

O Brasil celebra estes primeiros 40 anos de relações diplomáticas com Moçambique com a satisfação de um importante patrimônio de realizações e com a certeza de que o relacionamento bilateral continuará a se aprofundar no futuro, em benefício de brasileiros e moçambicanos.

### **PRIMEIRA REUNIÃO PARA AMPLIAÇÃO DO ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA Nº 53 BRASIL-MÉXICO 13/11/2015**

Os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos concluíram a Primeira Reunião Negociadora para Ampliação e Aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica no 53 (ACE-53), realizada na Cidade do México de 10 a 12 de novembro de 2015.

As equipes negociadoras foram chefiadas pelo Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe do Itamaraty, Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, e pelo Subsecretário de Comércio Exterior da Secretaria de Economia do México, Francisco de Rosenzweig.

Durante esta Primeira Reunião, foi realizada troca de opiniões e

entendimentos sobre a cobertura e o alcance dos textos que deverão constituir o aprofundamento comercial.

Os temas de negociação abordados, com o objetivo de avançar no caminho da adoção de uma posição comum, foram: Acesso a Mercados, Regras de Origem, Facilitação de Comércio, Serviços e Investimentos, Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, Compras Governamentais, Defesa Comercial, Barreiras Técnicas ao Comércio, Propriedade Intelectual, Medidas de Salvaguardas e Coerência Regulatória.

Com estas disciplinas, busca-se incrementar a relação econômico-comercial das duas maiores economias da América Latina, com os benefícios de um acesso a mercados amplo e real para facilitar e aumentar os fluxos do comércio bilateral.

Esta Primeira Reunião obedece ao mandato adotado em maio de 2015 pelos Presidentes de ambos os países, no marco da visita de Estado que a Presidenta Dilma Rousseff fez ao México, na qual se acordou priorizar a ampliação significativa do universo tarifário com preferências no âmbito do acordo, incluindo-se mercadorias agrícolas e industriais, bem como o aprofundamento dos níveis de preferência outorgados entre os países, em busca de uma liberalização mais ampla.

Os países procederão a uma primeira troca de listas de ofertas em dezembro de 2015.

A próxima Reunião Negociadora será realizada no Brasil em fevereiro de 2016.

### VISITA AO BRASIL DE SUA ALTEZA REIA O PRÍNCIPE HERDEIRO DA NORUEGA – BRASÍLIA, 16 DE NOVEMBRO DE 2015 13/11/2015

O Príncipe Herdeiro Haakon, da Noruega, realizará visita ao Brasil no período de 14 a 19 de novembro, acompanhado da Ministra de Comércio, Indústria e Pesca e dos Vice-Ministros dos Negócios Estrangeiros, de Petróleo e Energia, de Clima e Meio Ambiente e de Educação e Pesquisa.

Em Brasília, no dia 16, o Príncipe Herdeiro será recebido pelo Presidente da República em exercício, Michel Temer. Estão também previstos evento na CNI e encontro com estudantes do programa Ciência sem Fronteiras. A Ministra do Comércio e os Vice-Ministros manterão reuniões de trabalho com seus homólogos. O Itamaraty coordenará reunião de Consultas Políticas Bilaterais.

No dia 17, no Rio de Janeiro, além de encontros com autoridades estaduais e municipais, a agenda inclui seminário empresarial, visita ao Centro de

Pesquisas da Petrobras e cerimônia de inauguração de fábrica da empresa norueguesa Jotun.

Nos dias 18 e 19, em Belém, o Príncipe Herdeiro deverá encontrar-se com o Governador do Estado do Pará e visitará o Museu Emílio Goeldi, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e modelo de produção sustentável de chocolate na propriedade de Dona Nena, em Combu.

A Noruega é parceiro econômico-comercial de importância crescente. Em 2014, o volume de comércio alcançou US\$ 1,8 bilhão (crescimento de 15% na comparação com 2008). Mais de cem empresas norueguesas atuam no Brasil, principalmente nos setores de petróleo e gás e de construção naval. Na última década, o estoque de investimentos noruegueses saltou de US\$ 280 milhões (2005) para US\$ 3,7 bilhões, segundo dados do BACEN.

A cooperação bilateral ampliou-se ao longo dos últimos anos, abrangendo domínios prioritários para o Governo brasileiro, como ciência, tecnologia, inovação, energia e meio ambiente.

A Noruega é o principal doador externo ao Fundo Amazônia. Entre 2009 e 2015, US\$ 882 milhões foram transferidos pelo governo norueguês.

Brasil e Noruega têm coordenado ações em organismos internacionais, em temas como privacidade na era

digital, saúde global e direitos dos povos indígenas.

## X CÚPULA DO G20 – ANTÁLIA, TURQUIA, 15 E 16 DE NOVEMBRO DE 2015 13/11/2015

A Senhora Presidenta de República participará, em 15 e 16 de novembro, da X Cúpula do G20, em Antália, Turquia.

Na ocasião, os Chefes de Estado e de Governo reiterarão o compromisso do G20 com o crescimento inclusivo da economia mundial e aprovarão os resultados dos trabalhos conduzidos durante o ano pelo grupo. Os mandatários também vão discutir sobre temas da atualidade internacional, em especial a agenda de desenvolvimento 2030; a mudança do clima; o terrorismo; a crise dos refugiados e o sistema multilateral de comércio.

Nesse contexto, debaterão, entre outros temas, a implementação das Estratégias Abrangentes de Crescimento (EACs), que visam a elevar o PIB coletivo do G20 em 2,1 pontos percentuais acima da trajetória anteriormente esperada até 2018. Será igualmente discutida a promoção de investimentos mediante o aperfeiçoamento do clima de investimentos; a facilitação da intermediação financeira; a atuação dos bancos multilaterais de

desenvolvimento; e o aperfeiçoamento de marcos legais e institucionais. Os mandatários também endossarão o Plano de Ação do G20/OCDE sobre Erosão da Base Tributável e Desvio de Lucros (BEPS, em inglês) e reiterarão o compromisso de iniciar a troca automática de informações tributárias. Ambas as iniciativas contribuirão para reduzir a evasão e elisão de receitas fiscais e combater ilícitos. A Cúpula de Antália tratará, ainda, da implementação de reformas em matéria de regulação financeira que ajudarão a garantir a solidez do sistema financeiro internacional.

Em Antália, os mandatários também assumirão o compromisso do G20 de, coletivamente, reduzir em 15%, até 2025, o contingente de jovens que não estão empregados nem participam de programas de educação ou treinamento ou que se encontram no mercado informal. A Cúpula endossará, igualmente, o Plano de Ação do G20 sobre Acesso à Energia, com foco na África Subsaariana e conjunto de opções de políticas para expandir o uso das energias renováveis. Na área de desenvolvimento, a Cúpula do G20 dará contribuição significativa no campo da segurança alimentar, em especial a questão do desperdício de alimentos, que leva ao não aproveitamento de quase um terço de todos os alimentos produzidos no mundo para consumo humano. A Cúpula de Antália também dará

atenção aos chamados "negócios inclusivos", ou seja, aqueles que incorporam populações de baixa renda na cadeia de produção ou se direcionam a tais segmentos como consumidores. Os membros se comprometerão, ainda, com planos nacionais para reduzir o custo das remessas financeiras de imigrantes para o patamar de 5% do valor remetido.

O tema da luta contra a corrupção também estará presente na agenda dos mandatários em Antália. Entre as principais iniciativas, encontra-se a adoção de princípios para promover a integridade em compras públicas, iniciativa promovida pelo Brasil, pela Itália e pela OCDE.

#### ATENTADOS EM PARIS 13/11/2015

O Governo brasileiro manifesta sua profunda consternação pela série de bárbaros atentados ocorridos na noite desta sexta-feira em Paris, que resultaram em várias dezenas de vítimas, entre mortos e feridos.

Ao mesmo tempo em que transmite suas condolências aos familiares das vítimas e empenha sua plena solidariedade ao povo francês e ao Governo da França, o Brasil condena os ataques nos mais fortes termos e reitera seu firme repúdio a qualquer

forma de terrorismo, qualquer que seja sua motivação.

O Consulado-Geral do Brasil em Paris acompanha de perto a situação, de forma a prestar apoio aos cidadãos brasileiros. O plantão do Consulado pode ser acessado no número: +33 6 80 12 32 34.

#### ATENTADOS EM PARIS – INFORMAÇÕES AOS BRASILEIROS [PROTUGUÉS] 14/11/2015

##### **Recomendações a cidadãos brasileiros**

Recomenda-se a todos os cidadãos brasileiros que residam ou estejam na França, especialmente em Paris, que façam contato com seus familiares no Brasil a fim de tranquilizá-los.

As autoridades francesas recomendam evitar a circulação pelas ruas, em todo o país, até que a situação se normalize.

Não há até o momento recomendação oficial por parte do Governo francês no sentido de evitar viagens para a França. Segundo informações das autoridades francesas, os aeroportos e estações ferroviárias na França estão funcionando normalmente.

##### **Atendimento consular**

O Consulado-Geral do Brasil em Paris funcionará das 11:00 às 20:00 deste sábado e das 11:00 às 17:00 deste

domingo (horário local) exclusivamente para atendimento a consultas de brasileiros relativas aos atentados e emergências consulares.

O endereço do Consulado é Av. Franklin Delano Roosevelt, 65.

O e-mail do Consulado é [consulat.cgparis@itamaraty.gov.br](mailto:consulat.cgparis@itamaraty.gov.br).

O telefone do Consulado é: + 33 6 45618588.

O celular de plantão + 33 6 80 12 32 34 funcionará 24 horas, exclusivamente para emergências consulares.

O celular de plantão (61 8197-2284) do Núcleo de Atendimento a Brasileiros (NAB) do Itamaraty, em Brasília, funcionará 24 horas, exclusivamente para emergências consulares.

Os contatos acima se destinam exclusivamente a atendimento a consultas de brasileiros relativas aos atentados e a emergências consulares.

Sugere-se consultar periodicamente os sites e perfis do Consulado e do MRE no Facebook para novas informações.

### **Informações à imprensa sobre brasileiros vitimados pelos atentados**

Durante o fim de semana, consultas de imprensa e pedidos de entrevista devem ser dirigidos ao e-mail [imprensa@itamaraty.gov.br](mailto:imprensa@itamaraty.gov.br), ou aos telefones da Assessoria de Imprensa do

Ministério das Relações Exteriores: 61 2030-8006/8007 (9h às 13h) e 61 8197-2229 (6h às 24h).

O Ministério das Relações Exteriores e o Consulado-Geral do Brasil em Paris não divulgarão informações de caráter pessoal de cidadãos que recebam atendimento consular.

Até o momento foram identificadas duas vítimas brasileiras. O Consulado está prestando apoio aos cidadãos e suas famílias. Ambos estão hospitalizados e receberam esta tarde a visita da Cônsul-Geral em Paris, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis.

Atualizações das informações serão divulgadas às 12 horas deste domingo.

### **REUNIÃO DOS MANDATÁRIOS DO BRICS À MARGEM DA CÚPULA DO G20 – ANTÁLIA, TURQUIA, 15 DE NOVEMBRO DE 2015 15/11/2015**

Os Mandatários do BRICS reuniram-se à margem da Cúpula do G20, em Antália, em 15 de novembro de 2015.

Os Mandatários condenaram nos mais fortes termos os bárbaros atentados terroristas em Paris. Transmitiram as suas condolências aos familiares das vítimas e estenderam os votos de pronta recuperação aos feridos. Reafirmaram o seu apoio ao povo e ao governo da França e aos esforços para

levar os responsáveis à Justiça. Os Mandatários reiteraram o compromisso de fortalecer a cooperação entre os países do BRICS e com outras nações na luta contra o terrorismo.

Os Mandatários louvaram a Rússia por ter sediado uma exitosa VII Cúpula do BRICS, contribuindo ainda mais para o aprimoramento da cooperação intra-BRICS, e expressaram a sua satisfação com o bom ritmo na implementação do Plano de Ação de Ufá.

Os Mandatários realçaram a importância de fortalecer a parceria estratégica dos BRICS, baseada nos princípios de abertura, solidariedade, igualdade, entendimento mútuo, inclusão e cooperação mutuamente benéfica.

Os Mandatários saudaram o progresso significativo ao longo do presente ano no avanço da cooperação intra-BRICS. O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) está começando as suas atividades operacionais e se espera que lance os seus projetos iniciais no começo de 2016. O NBD aprimorará a cooperação com instituições financeiras existentes e novas, inclusive com o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Além disso, o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) do BRICS foi estabelecido e contribuirá para a estabilidade do sistema financeiro internacional, tendo em vista a maior volatilidade da situação financeira e econômica mundial.

Os Mandatários instruíram as agências relevantes nos países do BRICS a participarem ativamente da implementação da Estratégia para uma Parceria Econômica do BRICS, adotada na Cúpula de Ufá, bem como da preparação de um Mapa do Caminho do BRICS para a Cooperação Comercial, Econômica e de Investimentos até 2020.

Os Mandatários intercambiaram perspectivas sobre os principais temas da agenda da Cúpula do G20 e concordaram em buscar assuntos de interesse mútuo aos países do BRICS.

Os Mandatários concordaram que a economia global ainda estava em risco e que sua recuperação ainda não é sustentável, o que realça a importância do fortalecimento da coordenação e da cooperação em políticas macroeconômicas entre os membros do G20 para evitar repercussões negativas e de modo a lograr crescimento forte, equilibrado e sustentável. Os Mandatários concordaram em que, com base nos avanços já atingidos, todos os membros do G20 devem se concentrar na implementação de suas respectivas estratégias nacionais de crescimento. Enfatizaram a sua determinação em continuar a trabalhar juntamente com outros membros do G20 para contribuir de forma contínua a uma recuperação mais rápida e sustentável da economia global e para a redução de riscos potenciais.

Os Mandatários notaram que desafios geopolíticos, incluindo a politização das relações econômicas e a introdução de sanções econômicas unilaterais, continuam prejudicando as perspectivas futuras de crescimento econômico. Instaram pela necessidade de assegurar que blocos econômicos e comerciais sejam consistentes com normas e princípios da OMC e contribuam para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Decidiram trabalhar para facilitar vínculos entre mercados e por uma economia mundial aberta, inclusiva e baseada em regras.

Os Mandatários concordaram em dar seguimento a seu diálogo e à coordenação de posições entre os países do BRICS sobre a agenda do G20, de modo a melhor acomodar os interesses de países em desenvolvimento e economias emergentes. Nesse contexto, saudaram a primeira reunião do Grupo de Trabalho do BRICS Anticorrupção em 1 de novembro de 2015, que também contribuirá para os trabalhos em foros multilaterais relevantes, incluindo o Grupo de Trabalho do G20 Anticorrupção (ACWG).

Os Mandatários expressaram seu profundo desapontamento diante da falta de progresso na modernização de instituições financeiras internacionais, especialmente nos acordos relativos à reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI). Instaram o FMI –

em cooperação com os seus integrantes - a intensificar esforços, em colaboração com o G20, para encontrar soluções que por fim tornariam possível o incremento dos recursos oriundos de quotas da instituição, bem como a revisão da distribuição das quotas e dos votos em favor de países em desenvolvimento e economias emergentes. A adoção das reformas de 2010 do FMI continua a ter a maior prioridade para salvaguardar a credibilidade, legitimidade e eficácia do FMI e os Líderes instam os Estados Unidos a ratificarem essas reformas o mais cedo possível.

Os Mandatários saudaram a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na Cúpula das Nações Unidas realizada em setembro de 2015 bem como da Agenda de Ação de Adis Abeba e reconheceram os esforços de coordenação e cooperação feitos entre os países do BRICS. Manifestaram o seu compromisso com a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, inclusive por meio do fortalecimento da cooperação entre os países do BRICS nesse processo, e decidiram trabalhar para aprimorar a arquitetura da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Os Mandatários esperam um resultado exitoso na COP 21 em Paris em dezembro, e afirmam a sua determinação em adotar, na Conferência de Paris, um protocolo,

um outro instrumento jurídico ou um resultado acordado com força jurídica sob a UNFCCC que seja aplicável a todas as Partes. O acordo de Paris deve ser justo, equilibrado, duradouro e abrangente, refletindo princípios da equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e respectivas capacidades, à luz de distintas circunstâncias nacionais.

Os Mandatários declararam a sua disposição em apoiar a China em sua vindoura presidência de turno do G20 com vistas a aprimorar o papel de liderança do fórum no enfrentamento de desafios financeiros e econômicos globais. Encorajam os membros do G20 a fortalecer a cooperação macroeconômica, a catalisar a inovação, a aumentar o comércio e o investimento, e a liderar pelo exemplo em cooperação global para o desenvolvimento.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA NORUEGA SOBRE TRANSPORTE MARÍTIMO  
16/11/2015

*16 de novembro de 2015 -*

A República Federativa do Brasil  
e

O Reino da Noruega,

doravante denominados "as Partes",

**RECONHECENDO** a importância e a significativa contribuição dos transportes marítimos para o desenvolvimento econômico e social das Partes,

**RECONHECENDO** o desejo mútuo de fortalecer e ampliar a cooperação no campo dos transportes marítimos,

**DESEJANDO** contribuir para o desenvolvimento do transporte marítimo internacional com base no princípio da liberdade de navegação,

**DESEJANDO** estabelecer um marco adequado para lidar com as iniciativas de cooperação entre as duas Partes com vistas ao desenvolvimento de um setor de transportes marítimos eficiente, seguro e sustentável,

**ACORDARAM** o seguinte:

## Seção 1 Objetivos da Cooperação

1. As Partes envidarão esforços para expandir e aprofundar a cooperação em matérias relacionadas com o transporte marítimo com base em entendimento e benefícios mútuos.
2. As Partes envidarão esforços para facilitar o diálogo entre os respectivos órgãos governamentais com o objetivo de desenvolver iniciativas de cooperação mutuamente benéficas.
3. As Partes envidarão esforços igualmente para promover a cooperação e compreensão do setor

privado, com vistas à criação de oportunidades econômicas mutuamente vantajosas e à promoção de investimentos.

## **Seção 2** **Áreas de Cooperação**

4. Assuntos de interesse comum ao amparo deste Memorando de Entendimento podem incluir:

- a) Transporte Marítimo Internacional;
- b) Serviços de Apoio Portuário;
- c) Serviços de Navegação de Apoio Marítimo;
- d) Serviços Auxiliares de Transporte Marítimo;
- e) Afretamento de Embarcações;
- f) Outras áreas a serem determinadas por acordo mútuo.

5. Tendo em conta as áreas acima mencionadas, a cooperação pode incluir, mas não se limitar a:

- a) Regulação e Políticas Públicas;
- b) Intercâmbio de Experiências entre Especialistas sobre Melhores Práticas e Compartilhamento de Informação;
- c) Gestão de Segurança Operacional e de Segurança no Transporte Marítimo;
- d) Treinamento e Capacitação; e
- e) Quaisquer outros assuntos determinados por acordo mútuo.

## **Seção 3** **Implementação e Coordenação**

6. O Comitê de Coordenação se reunirá regularmente para definir atividades futuras, avaliar o progresso e os resultados obtidos ao amparo deste Memorando de Entendimento. Pelo lado brasileiro, o Comitê de Coordenação deverá ser presidido pelo Ministério das Relações Exteriores com a participação do Ministério dos Transportes, da Marinha do Brasil, e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, entre outros; pelo lado norueguês, o Comitê de Coordenação deverá ser presidido pelo Ministério do Comércio, Indústria e Pesca da Noruega.

7. Grupos de trabalho "ad hoc" podem ser criados para desenvolver iniciativas específicas de cooperação no âmbito deste Memorando de Entendimento. Os grupos de trabalho "ad hoc" devem, em princípio, ser criados para cumprir um objetivo claro dentro de um prazo definido.

## **Seção 4** **Formas de cooperação**

8. As duas Partes fomentarão a cooperação direta entre os respectivos órgãos governamentais, a fim de ampliar o conhecimento sobre áreas de interesse mútuo e identificar instrumentos de cooperação para

avançar a agenda bilateral, com base no entendimento, respeito e benefício mútuos.

9. A cooperação acima mencionada pode assumir, entre outras, a forma de intercâmbio de informações, conhecimento especializado e melhores práticas; prestação de cooperação técnica e administrativa; capacitação e treinamento; desenvolvimento de projetos conjuntos e facilitação da cooperação entre as empresas e/ou organizações de ambas as Partes. Tal cooperação deverá estar sujeita às respectivas leis nacionais e às regras, regulamentos e diretrizes específicos do setor.

## **Seção 5** **Financiamento**

10. Todas as atividades no âmbito deste Memorando de Entendimento estão sujeitas à disponibilidade de fundos e parcerias entre instituições pertinentes. Este Memorando de Entendimento não se destina a criar compromissos ou obrigações de alocação de fundos específicos por qualquer uma das Partes.

## **Seção 6** **Confidencialidade da Informação**

11. As informações obtidas em razão da implementação deste Memorando de Entendimento serão protegidas de acordo com a legislação interna de cada Parte.

## **Seção 7** **Modificações**

12. O presente Memorando de Entendimento poderá ser modificado a qualquer momento, por escrito, por consentimento mútuo de ambas as Partes.

## **Seção 8** **Consultas**

13. Qualquer controvérsia acerca da interpretação e/ou implementação do presente Memorando de Entendimento deve ser dirimida amigavelmente por negociação ou consultas entre as Partes.

## **Seção 9** **Início e Término**

14. Este Memorando de Entendimento surtirá efeitos a partir da data de sua assinatura.

15. Este Memorando de Entendimento poderá ser encerrado a qualquer momento, mediante notificação, por escrito, com seis (6) meses de antecedência da data prevista para o encerramento. O encerramento não deverá afetar a execução das atividades em curso ou projetos que tenham sido definidos antes da data do seu término, a não ser que as Partes decidam de outra forma.

16. Este Memorando de Entendimento não cria quaisquer direitos ou obrigações de direito internacional ou doméstico. As Partes empenhar-se-ão, no entanto, para

concluir as negociações de um acordo sobre transportes marítimos.

Assinado em duas vias em Brasília, em 16 de novembro de 2015, em dois originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

### VIAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES À ÍNDIA – NOVA DÉLHI, 18 E 19 DE NOVEMBRO DE 2015 17/11/2015

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, realizará visita oficial à Índia nos próximos dias 18 e 19 de novembro, a convite da Ministra dos Negócios Estrangeiros indiana, Sushma Swaraj.

Na ocasião, co-presidirá com a ministra indiana a sessão ministerial da 7ª Reunião da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica, Tecnológica e Cultural Brasil-Índia, o principal mecanismo de coordenação entre os dois governos. Nele, serão examinadas iniciativas para incrementar o comércio e a cooperação bilateral e aprofundar o diálogo sobre os principais temas das agendas regional e global.

Em 2006, Brasil e Índia elevaram o nível das relações ao patamar de parceria estratégica. Os dois países são parte de alguns dos principais agrupamentos inter-regionais da

atualidade: Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China), Ibas (Índia, Brasil e África do Sul) e G-4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão).

Também em Nova Délhi, o chanceler brasileiro presidirá com o assessor de Segurança Nacional Ajit Doval a Quinta Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia.

O fluxo comercial bilateral atingiu US\$ 11,42 bilhões em 2014, recorde histórico. Desse total, o Brasil exportou US\$ 4,78 bilhões para a Índia.

### ATAQUE AO VOO METROJET 9268 17/11/2015

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, da confirmação, no dia de hoje, pelo Serviço de Segurança Federal da Rússia (FSB), de que a queda do voo Metrojet 9268, em 31 de outubro passado, sobre território egípcio, foi causada por ataque terrorista. O atentado, reivindicado pelo autointitulado "Estado Islâmico", resultou na morte de todos os 224 passageiros e tripulantes.

O Governo brasileiro condena, nos mais fortes termos, o ataque, e reitera seu repúdio a qualquer forma de terrorismo. O Brasil transmite suas condolências às famílias das vítimas e aos Governos e povos da Federação da

Rússia, da Ucrânia, da República da Belarus e da República Árabe do Egito.

COMUNICADO DOS  
MANDATÁRIOS DO G20 –  
CÚPULA DE ANTÁLIA, 15-16  
DE NOVEMBRO DE 2015  
18/11/2015

Introdução

1. Nós, Mandatários do G-20, nos encontramos em Antália em 15 e 16 de novembro de 2015 para definir nossas ações coletivas com vistas a alcançar crescimento forte, sustentável e equilibrado para elevar a prosperidade de nossos povos. Estamos firmemente determinados a assegurar que o crescimento seja robusto e inclusivo e gere mais empregos e de melhor qualidade. Reconhecemos que a promoção do crescimento inclusivo e o fortalecimento da confiança requerem o uso de todos instrumentos de políticas e o firme engajamento com todos os interessados.
2. Ao perseguir nossos objetivos, adotamos, este ano, agenda abrangente em torno dos três pilares de firme *implementação* de nossos compromissos anteriores com vistas a cumprir nossas promessas; aumento de *investimentos* como poderoso

indutor do crescimento; e promoção de *ações inclusivas* de modo que os benefícios do crescimento sejam compartilhados por todos. Também ampliamos nosso diálogo com países em desenvolvimento de baixa renda (PDBRs) como parte da implementação dessa agenda.

Fortalecendo a Recuperação e Elevando o Potencial

3. O crescimento econômico global tem sido desigual e permanece aquém de nossas expectativas, apesar das perspectivas positivas para algumas das principais economias. Subsistem riscos e incertezas nos mercados financeiros, e desafios geopolíticos estão tornando-se crescentemente uma preocupação global. Ademais, a uma demanda global insuficiente e problemas estruturais continuam a pesar sobre o crescimento real e potencial.
4. Continuaremos a implementar sólidas políticas macroeconômicas de forma cooperativa para atingir crescimento forte, sustentável e equilibrado. Nossas autoridades monetárias continuarão a assegurar a estabilidade dos preços e a apoiar a atividade econômica, de acordo com seus mandatos. Reiteramos nosso compromisso com a implementação flexível de políticas fiscais, levando em conta condições econômicas de curto prazo, de modo a apoiar o

crescimento e a geração de empregos, ao mesmo tempo em que colocaremos a relação dívida/PIB em trajetória sustentável. Consideraremos a composição de nossos gastos e receitas orçamentárias com vistas a apoiar a produtividade, a inclusão e o crescimento. Mantemos nosso compromisso de promover o reequilíbrio econômico global. Iremos ajustar cuidadosamente e comunicar claramente nossas ações, especialmente no contexto de grandes decisões sobre política monetária ou de outra natureza, para mitigar incertezas, minimizar repercussões negativas e promover a transparência. Num cenário de elevação de riscos decorrentes de fluxos voláteis e intensos de capital, promoveremos a estabilidade financeira por meio de marcos adequados, inclusive por meio de uma rede de segurança financeira global adequada, ao mesmo tempo em que extraímos os benefícios da globalização financeira. Reafirmamos nossos compromissos prévios em matéria de taxas de câmbio e resistiremos a todas as formas de protecionismo.

5. Mantemos nosso compromisso de alcançar nossa meta ambiciosa de elevar o PIB coletivo do G20 em 2 pontos percentuais até 2018, como anunciado em Brisbane no ano

passado. Nossa maior prioridade é a oportuna e efetiva implementação de nossas estratégias de crescimento, inclusive medidas de apoio à demanda e reformas estruturais para elevar o crescimento real e potencial, gerar empregos, promover a inclusão e reduzir desigualdades. Desde o ano passado, avançamos significativamente na direção de cumprir nossos compromissos, tendo implementado metade de nossos compromissos plurianuais. Análise realizada pelo FMI, pela OCDE e pelo Grupo Banco Mundial indica que, até agora, nossa implementação representa cerca de um terço de nossa meta de crescimento coletivo. Também reconhecemos, porém, que é preciso fazer mais. Redobramos esforços e agiremos prontamente para acelerar a implementação dos compromissos restantes. Ao avançarmos, continuaremos a monitorar de perto a implementação de nossos compromissos por meio dos instrumentos robustos que desenvolvemos neste ano. Também continuaremos a rever e ajustar nossas estratégias de crescimento para assegurar que permaneçam relevantes em condições econômicas, prioridades e mudanças estruturais que evoluem ao longo de tempo, em

particular o lento crescimento da produtividade, e que permaneçam em linha com nossa ambição de crescimento coletivo. O Plano de Ação de Antália, que contém nossas estratégias ajustadas de crescimento e cronogramas de implementação para compromissos-chave, reflete nossa determinação de superar desafios econômicos globais.

6. Estamos comprometidos em assegurar que o crescimento seja inclusivo, gere grande quantidade de empregos e beneficie todos os segmentos de nossas sociedades. Desigualdades crescentes em muitos países podem trazer riscos para a coesão social e o bem-estar de nossos cidadãos e também podem ter efeito econômico negativo e prejudicar nosso objetivo de elevar o crescimento. Conjunto abrangente e equilibrado de políticas econômicas, financeiras, trabalhistas, educacionais e sociais contribuirá para a redução das desigualdades. Endossamos a Declaração de nossos Ministros de Trabalho e Emprego e nos comprometemos a implementar as prioridades ali estabelecidas para tornar os mercados de trabalho mais inclusivos, conforme delineado pela Política do G20 sobre Participação do Trabalho na Renda e Desigualdades. Solicitamos aos nossos Ministros das Finanças e de

Trabalho e Emprego que revisem nossas estratégias de crescimento e planos de emprego para fortalecer nossa ação contra a desigualdade e apoiar o crescimento inclusivo. Reconhecendo que o diálogo social é essencial para alcançar nossas metas, acolhemos a declaração conjunta do B20 e do L20 sobre empregos, crescimento e trabalho decente.

7. O desemprego, o subemprego e o trabalho informal são fontes significativas de desigualdade e podem prejudicar as perspectivas de crescimento futuro de nossas economias. Estamos concentrados na tarefa de gerar mais empregos e de melhor qualidade, em linha com o Marco do G20 sobre a Promoção de Empregos de Qualidade e de melhorar e investir na qualificação profissional por meio da Estratégia de Qualificação Profissional do G20. Estamos determinados a apoiar a maior integração de nossos jovens ao mercado de trabalho, inclusive pela promoção do empreendedorismo. Sobre a base de nossos compromissos anteriores e levando em consideração nossas circunstâncias nacionais, acordamos o objetivo do G20 de reduzir em 15% até 2025 a parcela de jovens em maior risco de serem deixados permanentemente fora do mercado de trabalho nos países do G20. Pedimos à OCDE e à OIT

que nos ajudem a monitorar o progresso em direção a essa meta. Continuaremos a monitorar a implementação de nossos Planos de Emprego, bem como de nossas metas de redução do hiato de participação de gênero e de promover ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis, também no contexto de cadeias de produção globais sustentáveis.

8. Lidaremos com as oportunidades e os desafios atuais do mercado de trabalho causados pela mobilidade internacional de mão-de-obra e pelo envelhecimento de nossas populações. Em alguns países do G20, a mobilidade nacional da mão-de-obra é um importante tema afeto ao mercado de trabalho. Reconhecemos e exploraremos ainda mais o potencial de uma florescente "economia da terceira idade". Pedimos, ainda, aos nossos Ministros de Trabalho e Emprego que nos informem sobre o progresso alcançado nessas questões em 2016.
9. A fim de dar forte impulso ao aumento do investimento, particularmente por meio da participação do setor privado, desenvolvemos ambiciosas estratégias nacionais de investimento, que combinam medidas de políticas concretas e compromissos para melhorar o ecossistema de investimentos, promover infraestrutura eficiente e

de qualidade, inclusive no setor público, apoiar pequenas e médias empresas (PMEs) e ampliar o compartilhamento de conhecimento. Análise da OCDE estima que essas estratégias contribuiriam para elevar a relação investimento/PIB do G20 em 1 por cento até 2018.

10. Para melhorar nossos processos de preparação, priorização e execução de investimentos, desenvolvemos diretrizes e melhores práticas para modelos de parcerias público-privadas (PPP). Também consideramos estruturas de financiamento alternativas, inclusive financiamento garantido por ativos, e securitização simples e transparente para facilitar a melhor intermediação para PMEs e investimentos em infraestrutura. Com vistas a avançar, solicitamos a nossos Ministros que continuem seu trabalho para melhorar o ecossistema de investimentos, promover o financiamento de longo prazo, estimular o envolvimento de investidores institucionais, apoiar o desenvolvimento de instrumentos de mercados de capitais alternativos e modelos de financiamento lastreado em ativos, bem como encorajar Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) a mobilizar seus recursos e otimizar seus balanços e atuar como catalisador de

financiamentos do setor privado. Estamos realizando esforços e desenvolvendo instrumentos que permitam aos países melhor preparar, priorizar e financiar projetos de infraestrutura. Esperamos que o Centro Internacional de Infraestrutura contribua significativamente para o êxito dessas iniciativas. Para ajudar a garantir um marco sólido de governança corporativa que apoie o investimento privado, endossamos os Princípios G20/OCDE de Governança Corporativa. Demos especial atenção à promoção de financiamento de longo prazo para PMEs e acolhemos, como diretrizes, o Plano de Ação Conjunto sobre PMEs e os Princípios de Alto Nível G20/OCDE sobre Financiamento de PMEs. Também saudamos o estabelecimento do Fórum Mundial de PMEs, liderado pelo setor privado, que constitui nova iniciativa que servirá como órgão global dedicado a facilitar as contribuições das PMEs para o crescimento e o emprego.

11. O comércio e os investimentos globais continuam a ser importantes motores do crescimento econômico e do desenvolvimento, gerando emprego e contribuindo para o bem-estar e o crescimento inclusivo. Notamos que o

comércio global permanece abaixo dos níveis anteriores à crise. Isso é resultado de fatores tanto cíclicos como estruturais. Consequentemente, reafirmamos nosso firme compromisso de melhor coordenar nossos esforços para fortalecer o comércio e os investimentos, inclusive por meio de nossas Estratégias de Crescimento Ajustadas. Cadeias Globais de Valor (CGVs) inclusivas constituem um importante vetor do comércio mundial. Apoiamos políticas que permitam a empresas de todos os tamanhos, particularmente PMEs, em países de todos os níveis de desenvolvimento econômico, a participar e a aproveitar plenamente das CGVs e encorajamos maior participação e agregação de valor por parte de países em desenvolvimento. Também reafirmamos nosso compromisso de longa data de congelar e desmantelar medidas protecionistas e seguiremos atentos a isso mediante o monitoramento de nossos progressos. Para tanto, pedimos à OMC, à OCDE e à UNCTAD que continuem a elaborar relatórios sobre medidas restritivas ao comércio e a investimentos. Pedimos a nossos Ministros de Comércio que se encontrem regularmente, no que serão

apoiados por um grupo de trabalho.

12. A OMC é o pilar principal do sistema multilateral de comércio e deve continuar a desempenhar papel central na promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento. Continuamos comprometidos com um sistema multilateral de comércio forte e eficiente e reiteramos nossa determinação de trabalhar em conjunto para melhorar seu funcionamento. Comprometemo-nos a trabalhar juntos em favor do êxito da Reunião Ministerial de Nairobi, com um conjunto equilibrado de resultados, inclusive no que tange à Agenda de Desenvolvimento de Doha e com clara orientação sobre o trabalho pós-Nairobi. Também teremos de redobrar nossos esforços para implementar todos os elementos do Pacote de Bali, inclusive aqueles relativos a agricultura, desenvolvimento e estoques públicos de alimentos, bem como a pronta ratificação e implementação do Acordo de Facilitação de Comércio. Manteremos nossos esforços para assegurar que nossos acordos bilaterais, regionais e plurilaterais complementem-se uns aos outros, sejam transparentes e inclusivos e que sejam compatíveis com um sistema multilateral de comércio mais forte ao amparo das regras da

OMC e para ele contribuam. Sublinhamos o importante papel do comércio nos esforços globais de desenvolvimento e continuaremos a apoiar mecanismos tais como a ajuda para o comércio em países em desenvolvimento que precisem de assistência para capacitação.

#### Reforçando a resiliência

13. O fortalecimento da resiliência das instituições financeiras e o reforço da estabilidade do sistema financeiro são cruciais para sustentar o crescimento e o desenvolvimento. Para reforçar a resiliência do sistema financeiro global, completamos os elementos centrais restantes da agenda de reforma financeira. Em particular, como passo fundamental para eliminar o fenômeno do “grande demais para falir”, finalizamos a preparação do padrão internacional comum sobre a capacidade total de absorção de perdas (CTAP) para bancos sistemicamente importantes. Também acordamos a primeira versão dos requisitos mais estritos de absorção de perdas para seguradoras sistemicamente importantes.
14. Importante trabalho ainda terá de ser feito para construir um sistema financeiro mais forte e resiliente. Em particular, é necessário trabalho adicional sobre resiliência, planejamento de

recuperação e resolução de contrapartes centrais e pedimos ao FSB apresentar-nos um relato sobre o assunto em nossa próxima reunião. Continuaremos a monitorar e, caso necessário, lidar com os novos riscos e vulnerabilidades do sistema financeiro, muitos dos quais se surgem fora do setor bancário. Nesse sentido, fortaleceremos ainda mais a fiscalização e a regulação do sistema bancário paralelo para assegurar a resiliência das finanças de mercado, de modo apropriado com os riscos sistêmicos apresentados. Esperamos progressos adicionais na avaliação e no enfrentamento, conforme apropriado, do declínio dos serviços bancários correspondentes. Aceleraremos nossos esforços para avançar na implementação de reformas de derivativos de balcão (OTC, na sigla em inglês), inclusive pelo incentivo a que as jurisdições cedam umas às outras, quando se justificar de acordo com a Declaração de São Petersburgo. Para avançar, estamos comprometidos com a plena e consistente implementação do marco regulatório financeiro global nos prazos acordados e continuaremos a monitorar e tratar o tema das diferenças de implementação nas várias

jurisdições. Acolhemos o primeiro relatório anual do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) sobre a implementação de reformas e seus efeitos. Continuaremos a examinar a robustez do marco regulatório global e monitorar e avaliar a implementação e os efeitos das reformas e sua compatibilidade com nossos objetivos gerais, inclusive pelo tratamento de quaisquer consequências importantes indesejadas, particularmente com relação a mercados emergentes e economias em desenvolvimento (EMDEs).

15. Para alcançar um sistema tributário globalmente justo e moderno, endossamos o pacote de medidas desenvolvido ao amparo do ambicioso Projeto G20/OCDE sobre Erosão da Base Fiscal e Desvio de Lucros ("BEPS" na sigla em inglês). Implementação ampla e consistente será fundamental para a eficácia dessas medidas. Conseqüentemente, instamos fortemente a oportuna implementação dessas medidas e incentivamos todos os países e jurisdições interessados, inclusive aqueles em desenvolvimento, a participar. Para monitorar globalmente a implementação dos resultados do BEPS, solicitamos a OCDE a desenvolver, até o início de 2016, um marco inclusivo para tal fim, o qual deve envolver, em

pé de igualdade, países não membros do G20 e jurisdições interessados que se comprometam a implementar o BEPS, particularmente economias em desenvolvimento. Saudamos os esforços do FMI, da OCDE, da ONU e do Grupo Banco Mundial para oferecer assistência técnica aos países em desenvolvimento interessados para superar os desafios relativos à mobilização nacional de recursos, inclusive aqueles derivados do BEPS. Reconhecemos que o período de implementação dos países em desenvolvimento pode ser diferente do de outros países e temos a expectativa de que a OCDE garantirá que as circunstâncias de tais países sejam devidamente consideradas naquele marco. Temos progredido na direção de reforçar a transparência de nossos sistemas tributários e reafirmamos nossos compromissos prévios sobre intercâmbio de informação, incluindo de maneira automática e a pedido até 2017 ou final de 2018. Convidamos outras jurisdições a juntar-se a nós. Apoiamos os esforços para fortalecer o envolvimento das economias em desenvolvimento com a agenda tributária internacional.

16. Em apoio a nossa agenda de crescimento e resiliência, continuamos comprometidos a construir uma cultura global de intolerância à corrupção por meio da implementação efetiva do Plano de Ação Anti-Corrupção 2015-2016 do G20. Endossamos os Princípios de Alto Nível do G20 sobre Integridade e Transparência no Setor Privado, que ajudará nossas empresas a seguir padrões internacionais de ética e anti-corrupção. Assegurar a integridade e a transparência de nossos setores públicos é essencial. Nesse contexto, endossamos os Princípios de Anti-Corrupção do G20 sobre Dados Abertos e os Princípios do G20 para Promover a Integridade em Compras Públicas e saudamos o trabalho em curso para reforçar marcos de divulgação de ativos. Trabalharemos ainda para fortalecer a cooperação internacional, inclusive, quando apropriado e de acordo com os sistemas legais nacionais, em relação a procedimentos civis e administrativos, como ferramenta importante para combater o suborno de modo efetivo e apoiar a recuperação de ativos e a negação de acolhida a funcionários corruptos e aqueles que os corrompem. Saudamos a publicação de nossos Planos de Implementação sobre

transparência de beneficiários finais e continuaremos nossos esforços nesse sentido.

17. Continuamos profundamente desapontados com o persistente atraso na implementação das reformas de quotas e governança do FMI acordadas em 2010. As reformas de 2010 permanecem nossa principal prioridade para o FMI e solicitamos aos Estados Unidos ratificar essas reformas o mais cedo possível. Tendo em mente os objetivos das reformas de 2010, pedimos ao FMI completar seu trabalho numa solução interina que possa, de modo significativo, fazer convergir as participações nas quotas, tão logo e na medida do possível, com os níveis acordados no âmbito da 14ª Revisão Geral de Quotas. Reafirmamos nosso acordo de que os dirigentes e funcionários graduados de todas as instituições financeiras internacionais devem ser indicados por meio de processo aberto, transparente e baseado exclusivamente no mérito e reiteramos a importância de reforçar a diversidade de pessoal nessas organizações. Reafirmamos que a composição da cesta de Direitos Especiais de Saque (SDRs) deverá continuar a refletir o papel das moedas no comércio global e no sistema financeiro internacional e aguardamos com interesse a finalização da revisão

do método de determinação do valor dos SDRs.

18. Saudamos o progresso alcançado com relação à implementação das cláusulas fortalecidas de ação coletiva e *pari passu* em contratos internacionais de títulos soberanos, que contribuirão para a ordem e a previsibilidade dos processos de reestruturação de dívidas soberanas. Pedimos ao FMI, em consulta com outras partes, a continuar a promover o uso dessas cláusulas e a explorar outros enfoques de mercado que possam acelerar sua incorporação ao estoque da dívida soberana internacional. Aguardamos com interesse a próxima revisão do Marco de Sustentabilidade de Dívida para Países de Baixa Renda do FMI-Banco Mundial. Reconhecemos as iniciativas existentes voltadas a melhorar as práticas de financiamento sustentável, conforme sublinhado na Agenda de Ação de Adis Abeba. Tomamos nota, igualmente, do *Paris Forum*, que contribui para fazer avançar a inclusão mediante a promoção do diálogo entre devedores soberanos e credores.

#### Apoiando a Sustentabilidade

19. 2015 é um ano crucial para o desenvolvimento sustentável e continuamos comprometidos em assegurar que nossas ações contribuam para o crescimento

inclusivo e sustentável, inclusive em países de baixa renda. A Agenda 2030, incluindo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de Ação de Adis Abeba, estabelece um marco transformador, universal e ambicioso para os esforços globais de desenvolvimento. Estamos firmemente comprometidos com a implementação de seus resultados para assegurar que ninguém seja deixado de fora de nossos esforços para erradicar a pobreza e construir um futuro inclusivo e sustentável para todos. Adotamos o Marco G20 e Países em Desenvolvimento de Baixa Renda, com vistas a fortalecer nosso diálogo e nosso envolvimento em temas de desenvolvimento. Desenvolveremos um plano de ação em 2016 para alinhar ainda mais nosso trabalho com a Agenda 2030.

20. Nosso trabalho este ano apoia áreas-chave para o desenvolvimento sustentável, tais como acesso a energia, segurança alimentar, desenvolvimento de recursos humanos, infraestrutura de qualidade, inclusão financeira e mobilização de recursos nacionais. Endossamos o Plano de Ação do G20 sobre Segurança Alimentar e Sistemas de Alimentação Sustentáveis, que sublinha nosso compromisso para melhorar a segurança alimentar e a nutrição,

assim como para garantir que a forma pela qual produzimos, consumimos e comercializamos alimentos seja econômica, social e ambientalmente sustentável. Continuamos empenhados em promover investimentos responsáveis em agricultura e em sistemas alimentares, melhorando a transparência de mercado, aumentando a renda e o número de empregos de qualidade e promovendo crescimento sustentável da produtividade. Prestaremos particular atenção às necessidades de pequenos agricultores e agricultores familiares, mulheres camponesas e jovens. Saudamos a ExpoMilão, com o tema “Alimentando o Planeta – Energia para a Vida”. Também nos comprometemos a reduzir a perda e o desperdício de alimentos globalmente. Também saudamos a decisão de nossos Ministros da Agricultura de estabelecer nova plataforma para melhorar a forma pela qual nós e outros países podemos medir e reduzir a perda e o desperdício de alimentos.

21. O setor privado desempenha importante papel no desenvolvimento e na erradicação da pobreza. Por meio de nosso Chamado sobre Negócios Inclusivos do G20, sublinhamos a necessidade de que todas as partes interessadas trabalhem em

conjunto para promover oportunidades para que pessoas e comunidades de baixa renda participem dos mercados como compradores e fornecedores. Nossos Planos Nacionais de Remessas do G20, desenvolvidos este ano, incluem ações concretas para cumprir nosso compromisso de reduzir a cinco por cento o custo médio global de transferências de remessas, com vistas aos ODS e à Agenda de Ação de Adis Abeba. Estamos promovendo inclusão financeira ao ampliar o acesso a pagamentos, poupança, crédito e outros serviços. Acolhemos o trabalho continuado sobre inclusão financeira no âmbito da Parceria Global para a Inclusão Financeira.

22. Nossas atenções continuam centradas nos Princípios do G20 de Colaboração em Energia e acolhemos a primeira reunião de Ministros de Energia do G20. Reconhecendo que, globalmente, mais de 1,1 bilhão de pessoas não tem acesso à eletricidade e que 2,9 bilhões dependem do uso tradicional da biomassa para cozinhar, endossamos o Plano de Ação do G20 para Acesso à Energia: Colaboração Voluntária para Acesso à Energia, cuja primeira fase concentra-se em reforçar o acesso à eletricidade na África Subsaariana, onde o problema é mais agudo. O Plano

visa a fortalecer a coordenação do G20 e estabelece um marco voluntário de cooperação de longo prazo que pode ser aplicado a outras regiões ao longo do tempo, reconhecendo que o acesso a energia é fator essencial na promoção do desenvolvimento. Nesta primeira fase, iremos cooperar e colaborar com países africanos e com organizações regionais e internacionais relevantes em políticas e marcos regulatórios, desenvolvimento e difusão de tecnologias, investimento e finanças, capacitação, integração regional e cooperação, levando em consideração necessidades e contextos nacionais.

23. Reconhecemos que ações em energia, inclusive aquelas voltadas a melhorar a eficiência energética, aumentar investimentos em tecnologias de energia limpa e apoiar a pesquisa relacionada a desenvolvimento de atividades serão importantes para lidar com a mudança do clima e seus efeitos. Endossamos o Conjunto de Instrumentos do G20 sobre Opções Voluntárias para ao Emprego de Energia Renovável. Também sublinhamos o progresso alcançado este ano pelos países participantes em levar adiante nossa colaboração em eficiência energética e concordamos em apoiar ainda mais, em base

voluntária, os resultados obtidos em 2015 no âmbito das linhas de trabalho existentes sobre eficiência e desempenho de emissões de veículos, particularmente veículos pesados, aparelhos em rede, edificações, processos industriais e geração de eletricidade, assim como financiamento para eficiência energética. Seguiremos promovendo mercados de energia transparentes, competitivos e funcionais, inclusive mercados de gás. Sublinhamos a importância da diversificação de fontes de energia e a continuidade dos investimentos para o aumento da segurança energética. Reafirmamos nosso compromisso de racionalizar e gradualmente eliminar, no médio prazo, subsídios ineficientes a combustíveis fósseis que estimulam o desperdício de energia, reconhecendo a necessidade de apoiar os pobres. Almejamos realizar maior progresso no cumprimento desse compromisso. Pedimos aos nossos Ministros de Energia que nos informem, em 2016, acerca de progressos na implementação dos Princípios do G20 de Colaboração em Energia.

24. A mudança do clima é dos maiores desafios do nosso tempo. Reconhecemos que 2015 é um ano crucial que requer ação efetiva, firme e coletiva a respeito da mudança do clima e seus efeitos.

Reafirmamos o objetivo de “menos de 2° C” como consta do Chamado à Ação de Lima. Afirmamos nossa determinação de adotar, na Conferência de Paris, um protocolo, outro instrumento legal ou o resultado que se venha a acordar, ao amparo da UNFCCC, que seja aplicável a todas as Partes. Nossas ações apoiarão o crescimento e o desenvolvimento sustentável. Afirmamos que o acordo de Paris deve ser justo, equilibrado, ambicioso, duradouro e dinâmico. Sublinhamos nosso compromisso de chegar a um acordo ambicioso em Paris que reflita o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas e das respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais. Reafirmamos que a UNFCCC é o principal organismo internacional intergovernamental para as negociações sobre a mudança do clima. Saudamos o fato de que mais de 160 Partes, inclusive todos os países do G20, apresentaram à UNFCCC suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (INDCs) e encorajamos outros a fazerem o mesmo, antes da Conferência de Paris. Estamos preparados para implementar nossas INDCs. Instruiremos os nossos negociadores a engajar-se de modo construtivo e flexível, nos próximos dias, na discussão de

assuntos-chave, entre os quais, mitigação, adaptação, financiamento, transferência e desenvolvimento de tecnologia e transparência, de modo a chegar a Paris com um roteiro de como avançar. Comprometemo-nos a trabalhar juntos em favor de um resultado bem-sucedido da COP 21.

25. A magnitude da atual crise de refugiados constitui uma preocupação global de graves consequências humanitárias, políticas, sociais e econômicas. É necessária uma resposta coordenada e abrangente à crise, bem como a suas consequências de longo prazo. Comprometemo-nos a continuar a fortalecer nosso apoio a todos os esforços para prover proteção e assistência e a encontrar soluções duráveis ao número sem precedentes de refugiados e pessoas deslocadas internamente em várias partes do mundo. Conclamamos todos os Estados a contribuir para a resposta a essa crise e a compartilhar os encargos a ela associados, inclusive por meio do reassentamento de refugiados, outras formas de admissão humanitária, ajuda humanitária e esforços para garantir que os refugiados tenham acesso a serviços, educação e oportunidades. Sublinhamos a necessidade de lidar com as causas

profundas do deslocamento. Destacamos, nesse contexto, a importância de soluções políticas para os conflitos e do aumento da cooperação para o desenvolvimento. Também reconhecemos a importância de criar condições que permitam aos refugiados e às pessoas deslocadas internamente retornar de maneira segura e voluntária a seus lares. Trabalharemos com outros Estados para fortalecer nosso preparo e capacidade de gerenciar fluxos de migrantes e de refugiados. Convidamos todos os Estados, conforme suas capacidades individuais, a incrementar sua assistência a organizações internacionais relevantes de modo a reforçar sua capacidade de assistir os países afetados em sua resposta a essa crise. Encorajamos o setor privado e indivíduos a também se juntar aos esforços internacionais de resposta à crise de refugiados.

26. Vivemos numa era de economia da internet que traz tanto oportunidades como desafios ao crescimento global. Reconhecemos que ameaças à segurança das Tecnologias da Informação e Comunicação (TCIs), e em seu uso, arriscam comprometer nossa capacidade coletiva de usar a internet para promover o crescimento econômico e o desenvolvimento

em todo o mundo. Comprometemo-nos a transpor o fosso digital. No ambiente de TCIs, como em qualquer outro ambiente, os Estados têm a responsabilidade especial de promover segurança, estabilidade e laços econômicos com outras nações. Em apoio a esse objetivo, afirmamos que nenhum país deveria conduzir ou apoiar a apropriação indébita de propriedade intelectual possibilitada por uso de TCIs, incluindo segredos comerciais ou outras informações empresariais confidenciais, com o intuito de conferir vantagens competitivas a empresas ou setores comerciais. Todos os Estados, ao assegurar o uso seguro de TCIs, devem respeitar e proteger os princípios de garantia contra interferência ilegal e arbitrária da privacidade, inclusive no contexto de comunicações digitais. Também tomamos nota do papel-chave desempenhado pelas Nações Unidas no desenvolvimento de normas e, nesse contexto, acolhemos o relatório de 2015 do Grupo de Peritos Governamentais da ONU no Campo da Tecnologia da Informação e Comunicação no Contexto da Segurança Internacional, afirmamos que o direito internacional, particularmente a Carta das Nações Unidas, aplica-se a

condutas estatais no uso de TCIs e nos comprometemos com a visão de que todos os Estados devem observar normas de comportamento estatal responsável no uso de TCIs, de acordo com a resolução da ONU A/C.1/70/L.45. Estamos comprometidos a ajudar a garantir ambiente em que todos os atores sejam capazes de aproveitar os benefícios do uso seguro de TCIs.

#### Conclusão

27. Permanecemos determinados a dar prosseguimento a nossas ações coletivas para elevar o crescimento real e potencial de nossas economias, apoiar a geração de empregos, fortalecer a resiliência, promover o desenvolvimento e fortalecer a inclusividade de nossas políticas. Agradecemos à Turquia por sua presidência do G20 e por sediar a exitosa Cúpula de Antália este ano. Aguardamos com interesse nossa próxima reunião em Hangzhou em setembro de 2016, sob a presidência chinesa. Também esperamos reunir-nos na Alemanha em 2017.

#### Questões para Ação Futura

É necessário continuar o trabalho em matéria de investimentos, inclusive por meio nova contribuição da OCDE e outras organizações internacionais relevantes a respeito das estratégias nacionais de investimento.

Temos a expectativa de que o Centro Internacional de Infraestrutura apresente, até abril de 2016, seu relatório sobre compartilhamento de conhecimentos aos Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G20.

Esperamos novos trabalhos com relação a temas relativos à otimização dos balanços dos BMDs.

Reconhecendo o papel da estrutura de passivos das empresas para a estabilidade financeira, conclamamos o FSB a continuar a explorar quaisquer riscos sistêmicos e a considerar opções de políticas nesse sentido.

Solicitamos o FSB a dialogar com atores dos setores público e privado acerca de como o setor financeiro pode levar em conta os riscos associados à mudança do clima.

Sobre a base de suas conclusões apresentadas no último relatório ao G20, conclamamos a Força Tarefa de Ação Financeira (FATF) a informar aos Ministros da Finança e Presidentes dos Bancos Centrais em sua primeira reunião de 2016 as medidas que os países vêm tomando para sanar deficiências identificadas para fazer cessar fluxos financeiros relacionados ao terrorismo.

Uma arquitetura financeira internacional estável e resiliente é elemento-chave para promover crescimento forte, sustentável e equilibrado, bem como estabilidade

financeira. Solicitamos aos Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais que trabalhem sobre isso e nos apresentem relatório em nossa próxima reunião.

Concordamos que se deve prestar atenção a riscos globais à saúde, tais como a resistência antimicrobial, ameaças de doenças contagiosas e sistemas de saúde débeis. Tais riscos podem impactar significativamente o crescimento e a estabilidade. Com base na Declaração de Brisbane, sublinhamos a importância de uma resposta internacional coordenada e reiteramos nossa determinação de enfrentar essas questões com vistas a combater seus impactos adversos sobre a economia global e discutiremos os termos de referência para lidar com essa questão no G20 no próximo ano.

#### **Agradecimentos**

Agradecemos as organizações internacionais, inclusive ONU, FMI, Grupo Banco Mundial, OCDE, OMC, OIT, FSB, FATF e BIS, por suas contribuições valiosas ao processo do G20. Também agradecemos os grupos de engajamento do G20, em particular *Business 20*, *Civil Society 20*, *Labour 20*, *Think 20* e *Youth 20* por suas importantes contribuições este ano. Saudamos o estabelecimento do *Women 20* e aguardamos com interesse suas ativas contribuições.

## ATENTADO NA NIGÉRIA 18/11/2015

O Governo brasileiro condena veementemente o atentado terrorista que matou 32 pessoas e deixou dezenas de feridos na cidade de Yola, no norte da Nigéria. Ao mesmo tempo em que transmite suas condolências às famílias das vítimas e ao povo e Governo da Nigéria, o Brasil reitera seu repúdio a qualquer forma de terrorismo.

## ELEIÇÃO DA JUÍZA BRASILEIRA MARTHA HALFELD AO TRIBUNAL DE APELAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS 19/11/2015

A brasileira Martha Halfeld Furtado de Mendonça Schmidt foi eleita, em 18 de novembro, para o cargo de juíza do Tribunal de Apelações das Nações Unidas (UNAT, na sigla em inglês), para o mandato de 2016 a 2022. Foram eleitos para as três vagas restantes o Juiz John Murphy (África do Sul), a Juíza Sabine Knierim (Alemanha) e o Juiz Dimitrios Raikos (Grécia). A Dra. Halfeld, que é Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho de Juiz de Fora e atua como juíza convocada do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, foi a candidata mais votada pela Assembleia Geral da ONU, tendo recebido 148 votos.

O Tribunal de Apelações das Nações Unidas é integrado por sete magistrados eleitos para cumprir mandatos de sete anos. O órgão tem por atribuição julgar, em segunda instância, causas trabalhistas e administrativas envolvendo funcionários e colaboradores da Organização. Foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2009, como resultado de reforma realizada para tornar mais transparente, independente e profissional o sistema de administração de justiça das Nações Unidas.

## ASSALTO A HOTEL NO MALI 20/11/2015

O Governo brasileiro condena, nos mais veementes termos, a invasão ao Hotel Radisson, com manutenção de reféns, em Bamako, capital da República do Mali, ocorrida hoje, 20 de novembro, que resultou em dezenas de mortos e feridos.

A Embaixada do Brasil em Bamako monitora a situação e mantém contato com a comunidade brasileira residente na capital malinesa, a qual se encontra em segurança.

Ao transmitir seus sentimentos de solidariedade aos familiares das vítimas e ao povo e ao Governo do Mali, o Governo brasileiro reitera seu repúdio, nos mais fortes termos, a todo e qualquer ato de terrorismo.

## ATENTADOS NO IÊMEN 20/11/2015

O Governo brasileiro condena energeticamente dois atentados terroristas ocorridos hoje nas cidades de Shibam e Al-Qatn, na província iemenita de Hadramawt, reivindicados pelo autodenominado "Estado Islâmico" e com pelo menos 30 vítimas fatais registradas até o momento, além de dezenas de feridos.

Ao mesmo tempo em que transmite suas condolências às famílias das vítimas e ao povo e Governo do Iêmen, o Brasil reitera seu repúdio a qualquer forma de terrorismo.

## CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DOMINICANA 20/11/2015

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República Dominicana concedeu *agrément* a Clemente de Lima Baena Soares como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

## DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA – SEGUNDA CONFERÊNCIA GLOBAL DE ALTO NÍVEL

## SOBRE SEGURANÇA NO TRÂNSITO – BRASÍLIA, 18-19 DE NOVEMBRO DE 2015 20/11/2015

A Segunda Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito foi concluída na tarde do dia 19 de novembro, com a adoção, por aclamação, da Declaração de Brasília. O documento, aprovado por Governos de mais de 120 países, com o apoio de representantes da sociedade civil, da academia e do setor privado, aponta caminhos para implementar os compromissos de redução de mortes e lesões no trânsito previstos na Década de Ação das Nações Unidas para a Segurança no Trânsito 2011-2020 e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O texto aprovado inova ao priorizar a segurança de pedestres, ciclistas, motociclistas e usuários de transporte público, grupos que respondem por mais da metade das vítimas em todo o mundo.

O documento ressalta, igualmente, a importância de promover a mobilidade e os modos sustentáveis de transporte, instrumentos essenciais na busca por um trânsito mais seguro.

A Declaração de Brasília será levada à Assembleia Geral das Nações Unidas, para endosso.

**Declaração de Brasília**  
**Segunda Conferência Global de Alto**  
**Nível sobre Segurança no Trânsito:**  
**Tempo de Resultados**  
**Brasília, 18-19 de novembro de 2015**

Tradução não-oficial

**PP1.** Nós, Ministros e Chefes de Delegação, reunidos em Brasília, Brasil, em 18 e 19 de novembro de 2015, para a Segunda Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito, em coordenação com representantes de organizações internacionais, regionais e sub-regionais; organizações não governamentais; instituições acadêmicas; e o setor privado, incluindo doadores filantrópicos e corporativos;

**PP2.** *Reconhecendo* a liderança do Governo da República Federativa do Brasil para a preparação e a realização da Segunda Conferência Global de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito e a liderança dos Governos da Federação Russa e do Sultanato de Omã no processo de adoção das resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas relacionadas ao tema;

**PP3.** *Preocupados* com o fato de que, de acordo com o Relatório sobre a Situação Global da Segurança no Trânsito 2015 da Organização Mundial da Saúde (OMS), o trânsito continua a representar uma grande questão de desenvolvimento, um problema de

saúde pública e uma das principais causas de mortes e lesões em todo o mundo, pois mata mais de 1,25 milhão de pessoas e lesiona até 50 milhões de pessoas por ano, e que mais de 90% das vítimas são de países em desenvolvimento;

**PP4.** *Destacando* o importante papel da saúde pública para a redução das mortes e lesões no trânsito e para a melhoria dos resultados na área da saúde, assim como o papel dos sistemas de saúde, inclusive por meio da cobertura universal de saúde;

**PP5.** *Também preocupados* com o fato de que, em todo o mundo, as lesões e as mortes no trânsito são a principal causa de morte de crianças e jovens de 15 a 29 anos, e que mais de 2/3 das vítimas são do sexo masculino;

**PP6.** *Reconhecendo* que o sofrimento humano, combinado com custos globais estimados em US\$ 1,850 trilhão ao ano, torna a redução das mortes e das lesões no trânsito prioridade urgente para o desenvolvimento, e que o investimento em segurança no trânsito tem impactos positivos na saúde pública e na economia;

**PP7.** *Recordando* as recomendações da "Declaração de Moscou", adotadas na Primeira Conferência Ministerial Global sobre Segurança no Trânsito em 2009;

**PP8.** *Convencidos* de que a cooperação internacional e a ação nacional multissetoriais apropriadas são necessárias para alcançar os objetivos

de "estabilizar e então reduzir a projeção global de mortes no trânsito" da Década de Ação para a Segurança no Trânsito 2011-2020;

**PP9.** *Saudando* a inclusão de uma meta no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável de "até 2020, reduzir pela metade o número de mortes e lesões causadas pelo trânsito em todo o mundo" e *afirmando* nossa vontade de intensificar a ação nacional e a cooperação internacional com vistas a atingir essa meta;

**PP10.** *Reconhecendo* a necessidade de os países criarem ou melhorarem e fortalecerem arranjos para o monitoramento de lesões graves causadas pelo trânsito para facilitar a ação para atingir, até 2020, a meta de reduzir pela metade o número de mortes e lesões causadas por acidentes de trânsito em todo o mundo;

**PP11.** *Saudando* também a inclusão da meta no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 de "proporcionar acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preços acessíveis para todos, melhorando a segurança no trânsito, notadamente por meio da expansão do transporte público, com atenção especial às necessidades daqueles em situação vulnerável, mulheres, crianças, pessoas com deficiências e pessoas idosas" até 2030, como parte integral da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

**PP12.** *Observando* que a maioria expressiva das mortes e lesões no trânsito é previsível e evitável, e que, na metade da Década de Ação, há muito a ser feito, apesar dos progressos e melhorias em vários países, incluindo países em desenvolvimento;

**PP13.** *Reconhecendo* que é inapropriado e insuficiente focar somente nos usuários das vias como causantes de acidentes de trânsito, já que estes resultam de múltiplas causas, muitas delas ligadas a determinantes sociais e a fatores de risco;

**PP14.** *Saudando* o reconhecimento, pela Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio+20), de que melhorar a segurança no trânsito pode contribuir para o alcance de objetivos de desenvolvimento internacional mais amplos, e que o transporte e a mobilidade são questões centrais para o desenvolvimento sustentável;

**PP15.** *Reafirmando* que os governos têm responsabilidade primária de prover condições básicas e serviços para garantir a segurança no trânsito;

**PP16.** *Reconhecendo*, no entanto, que é responsabilidade compartilhada buscar um mundo livre de mortes e lesões graves no trânsito, e que lidar com a segurança no trânsito exige colaboração entre múltiplos atores;

**PP17.** *Tendo em conta* a importante contribuição da segurança passiva para o progresso alcançado na prevenção de mortes e lesões de trânsito, e *encorajando* as indústrias de

equipamentos de segurança e de veículos a aprofundarem ainda mais seus esforços para aumentar os níveis de segurança passiva em nível mundial;

**PP18.** *Tendo em conta* que mortes e lesões no trânsito são também uma questão de equidade social, já que as pessoas pobres e vulneráveis são, com maior frequência, também usuários vulneráveis das vias (pedestres, ciclistas, motoristas de veículos motorizados de duas e/ou três rodas e passageiros de transporte público inseguro), os quais são desproporcionalmente afetados e expostos a riscos e lesões e mortes no trânsito, que podem levar a um ciclo de pobreza exacerbada pela perda de renda, e recordando que o objetivo das políticas de segurança no trânsito deve ser o de assegurar proteção para todos os usuários das vias;

**PP19.** *Reconhecendo* que a segurança no trânsito requer abordar questões amplas de acesso equitativo à mobilidade, e que a promoção de modos de transporte sustentável, em particular, transporte público e deslocamentos a pé e de bicicleta seguros, é elemento essencial para a promoção da segurança no trânsito;

**PP20.** *Salientando* a importância de dar a devida atenção aos temas de mobilidade urbana sustentável e reforço da acessibilidade aos destinos, atividades, serviços e bens na elaboração da Nova Agenda Urbana, a ser adotada na Terceira Conferência

das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Urbano Sustentável e Habitação (Habitat III), que será realizada em Quito, Equador, em outubro de 2016;

**PP21.** *Reafirmando* o papel e a importância dos instrumentos jurídicos das Nações Unidas sobre segurança no trânsito, como as Convenções sobre Trânsito Viário de 1949 e de 1968; a Convenção sobre a Sinalização Viária de 1968; os acordos de regulação de veículos de 1958 e 1998; o Acordo sobre Inspeção Técnica de Veículos de 1997; e o Acordo sobre Transporte de Mercadorias Perigosas de 1957;

**PP22.** *Congratulando* os Estados que adotaram legislação abrangente sobre os principais fatores de risco, que incluem o não-uso de cintos de segurança, de dispositivos de retenção para o transporte de crianças e de capacetes; a direção sob influência de álcool; o excesso de velocidade; e *chamando a atenção* para outros fatores de risco, como condições médicas e medicamentos que afetam a direção segura; fadiga; uso de narcóticos, drogas psicotrópicas e substâncias psicoativas; telefones celulares e outros aparelhos eletrônicos e de mensagens de texto;

**PP23.** *Considerando* a importância crucial de ações de fiscalização da legislação de trânsito, apoiadas em práticas inteligentes de monitoramento de risco, e o papel de campanhas de sensibilização para prevenir e

minimizar as lesões e danos causados pelo trânsito;

**PP24.** *Reconhecendo* o compromisso dos Estados e da sociedade civil com a segurança no trânsito, por meio da celebração do Dia Mundial em Memória das Vítimas do Trânsito e das Semanas de Segurança no Trânsito das Nações Unidas;

**PP25.** *Reconhecendo* os avanços realizados por alguns países na promoção do acesso universal à saúde e ao cuidado integral pré-hospitalar, hospitalar, pós-hospitalar e na reintegração das vítimas do trânsito, incluindo o fortalecimento da gestão de eventos com elevado número de vítimas;

**PP26.** *Reconhecendo* o trabalho do sistema das Nações Unidas, em particular a liderança da OMS em seu papel de coordenação, atuando em estreita cooperação com as comissões regionais das Nações Unidas, em especial a Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE), no estabelecimento de um Plano Global para a Década de Ação para a Segurança no Trânsito 2011-2020; o compromisso do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras agências, para apoiar esses esforços, bem como do Banco Mundial

e de bancos regionais de desenvolvimento para a implementação de projetos e de programas de segurança no trânsito, em especial em países em desenvolvimento;

**PP26.** *Enfatizando* o papel da Colaboração das Nações Unidas para a Segurança no Trânsito como mecanismo consultivo para facilitar a cooperação internacional sobre o tema;

**PP28.** *Saudando* o estabelecimento do Grupo Consultivo de Alto-Nível sobre Transporte Sustentável e considerando a designação do Enviado Especial do Secretário Geral das Nações Unidas para Segurança no Trânsito como ferramentas eficientes para apoiar ações internacionais para reduzir o número de mortes e lesões relacionadas ao trânsito em todo o mundo;

**PP29.** *Convidando* os Governos e todos os atores interessados relevantes a colaborar com o Grupo Consultivo de Alto-Nível sobre Transporte Sustentável e a dar a devida atenção a suas recomendações relacionadas à segurança no trânsito;

**PP30.** *Tendo em conta* a importância de fortalecer capacidades e continuar ações de cooperação internacional, incluindo a promoção da cooperação Sul-Sul e triangular, inclusive entre países que compartilham rodovias através de suas fronteiras, para dar continuidade aos esforços de melhoria da segurança no trânsito, em particular nos países em

desenvolvimento, e prover, caso seja apropriado, apoio financeiro e técnico para alcançar as metas da Década de Ação e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

**PP31.** *Determinados* a aprender com as experiências passadas e a avançar a partir dos progressos alcançados;

Renovam, neste documento, seu compromisso com a Década de Ação para a Segurança no Trânsito 2011-2020 e com a implementação plena e oportuna do Plano Global para a Década de Ação, e decidem:

***Ações recomendadas para fortalecer o gerenciamento da segurança no trânsito e aprimorar a legislação e a fiscalização***

**OP1.** Encorajar os Estados que ainda não o tenham feito a designar e/ou fortalecer agências coordenadoras e mecanismos de coordenação, com financiamento próprio, em nível nacional ou subnacional, assim como fortalecer a colaboração nessa área entre governos, incluindo entre parlamentos, sociedade civil, instituições acadêmicas, setor privado e fundações filantrópicas;

**OP2.** Incentivar a sociedade civil, as instituições acadêmicas, o setor privado e as fundações filantrópicas a fortalecer seus compromissos para acelerar a implementação do Plano Global para a Década de Ação para a Segurança no Trânsito 2011-2020;

**OP3.** Convidar os Estados que ainda não o tenham feito a redobrar esforços para desenvolver e implementar planos nacionais sobre segurança no trânsito e a aplicar legislação abrangente, em consonância com o Plano Global para a Década de Ação para a Segurança no Trânsito 2011-2020, com vistas a atingir a meta de aumentar a porcentagem de países com legislação abrangente sobre os principais fatores de risco, incluindo o não-uso de cintos de segurança, de dispositivos de retenção para o transporte de crianças e de capacetes; direção sob a influência de álcool; e o excesso de velocidade; de 15% para, pelo menos, 50% até 2020, tal como acordado na resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 64/255 de 2010;

**OP4.** Identificar outros fatores de risco que levem à distração ou à diminuição da capacidade do condutor, tais como: condições médicas e medicamentos que afetem a direção segura; fadiga; uso de drogas narcóticas, psicotrópicas e substâncias psicoativas; distrações visuais nas vias; celulares e outros dispositivos eletrônicos e de mensagens de texto; e adotar, caso seja apropriado, legislação efetiva e baseada em evidências;

**OP5.** Reforçar estratégias de policiamento nas vias e medidas de fiscalização de trânsito, com foco na redução de acidentes, inclusive por meio da promoção de integração entre agências de policiamento e inspeção de trânsito, assim como a coleta de dados

sobre infraestrutura viária e ocorrências no trânsito;

**OP6.** Aprimorar a qualidade da coleta sistemática e consolidada de dados sobre a ocorrência de eventos no trânsito, incluindo informações de diferentes fontes, assim como dados sobre morbimortalidade e deficiências, incluindo dados desagregados; de modo a reduzir problemas de confiabilidade e de subnotificação, a coleta de dados deve ser conduzida pelas autoridades apropriadas, incluindo polícia de trânsito e serviços de saúde, em consonância com padrões e definições internacionais;

**OP7.** Convidar a OMS a reforçar a padronização das definições, indicadores e práticas de notificação e registro, incluindo sobre mortes, lesões e fatores de risco no trânsito, com o objetivo de produzir informações comparáveis; em consonância com as melhores práticas nessa área;

**OP8.** Incentivar pesquisas e o compartilhamento de seus resultados para apoiar abordagens baseadas em evidências para prevenir mortes e lesões no trânsito e mitigar suas consequências;

**OP9.** Incentivar os Estados a introduzirem novas tecnologias de gestão do trânsito e de sistemas de transporte inteligentes para mitigar os riscos de lesões e mortes no trânsito e maximizar a eficiência nas respostas;

**OP10.** Incentivar os Estados que ainda não o fizeram a considerar ratificar ou aderir aos instrumentos jurídicos das

Nações Unidas sobre segurança no trânsito, bem como a engajar-se em atividades nos foros apropriados sobre transportes das Nações Unidas;

***Ações recomendadas para promover vias mais seguras e o uso de modos de transporte sustentáveis***

**OP11.** Promover modos de transporte ambientalmente saudáveis, seguros, acessíveis de qualidade e a preços acessíveis, em especial transporte público e não motorizado, bem como conexões intermodais seguras, como meio para aprimorar a segurança no trânsito, a equidade social, a saúde pública, o planejamento urbano, incluindo a resiliência das cidades e as ligações rurais-urbanas, e, nesse sentido, levar em consideração a segurança no trânsito e a mobilidade como parte dos esforços para alcançar o desenvolvimento sustentável;

**OP12.** Adotar, implementar e fazer cumprir políticas e medidas para proteger e promover, de forma ativa, a segurança de pedestres e a mobilidade de ciclistas, tais como calçadas, ciclovias e/ou ciclofaixas, iluminação adequada, radares com câmeras, sinalização e marcação viária, com o objetivo de aprimorar a segurança no trânsito e a saúde de forma ampla, em particular agravos e doenças não transmissíveis;

**OP13.** Estabelecer e implementar limites de velocidade seguros e adequados acompanhados de medidas apropriadas de segurança, como

sinalização de vias, radares com câmeras e outros mecanismos de restrição de velocidade, particularmente perto de escolas e de zonas residenciais, para assegurar a segurança de todos os usuários das vias;

**OP14.** Incentivar esforços para garantir a segurança e a proteção de todos os usuários das vias, por meio da ênfase em infraestrutura viária mais segura, em especial nas vias com alto índice de acidentes, envolvendo tanto os modos de transportes motorizados quanto os não motorizados, por meio da combinação de planejamento apropriado, avaliação da segurança, projeto viário, construção e manutenção das vias, tendo em conta a geografia do país;

**OP15.** Encorajar a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Urbano Sustentável e Habitação (Habitat III) a dar a devida consideração à segurança no trânsito e ao acesso a transporte público seguro e a modos de transporte não motorizados na futura Nova Agenda Urbana, tendo em conta que a maioria das mortes e lesões no trânsito ocorrem em áreas urbanas;

#### *Ações recomendadas para proteger os usuários vulneráveis das vias*

**OP16.** Exortar os Estados a promover, adaptar e implementar políticas de segurança no trânsito para a proteção de pessoas vulneráveis entre os

usuários do trânsito, em particular crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência, em consonância com instrumentos jurídicos pertinentes das Nações Unidas, incluindo a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;

**OP17.** Tomar medidas apropriadas para garantir o acesso de pessoas com deficiência e outros usuários com mobilidade reduzida, em condições de igualdade, ao ambiente físico das vias, a ambientes de circulação e ao transporte, em áreas urbanas e rurais;

**OP18.** Integrar plenamente a perspectiva de gênero em todos os processos de tomada de decisão e de implementação de políticas relativas à mobilidade e à segurança no trânsito, em especial nas vias, ambientes de circulação e no transporte público;

**OP 19.** Incentivar os Estados a desenvolver e implementar legislação e políticas abrangentes sobre o uso de motocicletas, incluindo educação e formação, licenciamento do condutor, registro do veículo, condições de trabalho e uso de capacetes e equipamentos de proteção individual pelos motociclistas, dado o número desproporcionalmente alto e crescente de mortes e de lesões de motociclistas em todo o mundo, particularmente em países em desenvolvimento;

*Ações recomendadas para desenvolver e promover o uso de veículos mais seguros*

**OP20.** Promover a adoção de políticas e medidas para implementar as regulamentações de segurança veicular das Nações Unidas ou padrões equivalentes de âmbito nacional, de modo a garantir que todos os novos veículos motorizados cumpram as regulamentações mínimas para ocupantes e para a proteção de outros usuários do trânsito, tendo como equipamento padrão cintos de segurança, “airbags” e sistemas de segurança ativa, como freio ABS e sistemas de controle eletrônico de estabilidade (ESC);

**OP21.** Estimular a ação nacional e a cooperação internacional para assegurar que questões de segurança no trânsito, qualidade do ar e descarte de veículos, tanto de transporte individual quanto público, sejam consideradas em relação a veículos usados;

*Ações recomendadas para aumentar a conscientização e desenvolver as capacidades dos usuários das vias*

**OP22.** Desenvolver políticas públicas de redução de acidentes de trânsito relacionados com o trabalho, com a participação de empregadores e trabalhadores, de forma a garantir padrões técnicos internacionais de segurança e saúde no trabalho, segurança no trânsito e condições adequadas das vias e veículos, com

particular atenção ao tema das condições de trabalho dos motoristas profissionais;

**OP23.** Aumentar a conscientização sobre fatores de risco, medidas de prevenção e proteção; implementar ações de "advocacy" com diferentes atores interessados e campanhas de marketing social que enfatizem a importância da interrelação entre segurança no trânsito e estilo de vida saudável;

**OP24.** Desenvolver e implementar programas educacionais e de formação abrangentes, inclusivos e baseados em evidências, em um contexto de educação continuada, com testes periódicos, para estimular comportamentos responsáveis de todos os usuários das vias, com o objetivo de criar ambiente de circulação e social pacífico, assim como a conscientização sobre os fatores de risco;

*Ações recomendadas para melhorar a resposta pós-acidente e serviços de reabilitação*

**OP25.** Fortalecer os cuidados pré-hospitalares, incluindo serviços de saúde de emergência e resposta imediata pós-acidente, diretrizes ambulatoriais e hospitalares para cuidado do trauma e serviços de reabilitação, por meio da implementação de legislação apropriada, do desenvolvimento de capacidades e da melhoria do acesso em tempo adequado aos cuidados integrais de saúde, e solicitar à OMS

apoiar os Estados-membros em seus esforços nacionais;

**OP26.** Prover reabilitação oportuna e reintegração social, inclusive no mundo do trabalho, a pessoas feridas e com deficiências causadas pelo trânsito, e prover amplo apoio às vítimas e a suas famílias;

*Ações recomendadas para fortalecer a cooperação e a coordenação para a segurança no trânsito global*

**OP27.** Convidar governos e agências responsáveis por segurança no trânsito a continuar e aprofundar suas atividades de cooperação internacional, a fim de compartilhar melhores práticas, lições aprendidas, transferir conhecimento, promover acesso a tecnologias sustentáveis e inovadoras e desenvolver capacidades, em consonância com a Década de Ação para a Segurança no Trânsito 2011-2020 e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

**OP28.** Convidar todas as partes interessadas, em especial a comunidade doadora, a aumentar o financiamento para segurança no trânsito e a explorar modalidades de financiamento inovadoras, para apoiar pesquisas e a implementação de políticas em nível global, regional, nacional e local;

**OP29.** Incentivar a OMS, em colaboração com outras agências e comissões regionais das Nações Unidas, a facilitar, por meio dos

mecanismos existentes, processo transparente, sustentável e participativo, com todos os atores interessados, para desenvolver metas nacionais, regionais e globais para reduzir lesões e mortes no trânsito; e a engajar-se no processo que levará à definição e ao uso de indicadores para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com a segurança no trânsito;

**OP30.** Convidar a Assembleia Geral das Nações Unidas a endossar o conteúdo desta declaração.

- 
1. OMS, Relatório sobre a Situação Global da Segurança no Trânsito 2015.
  2. OMS, Relatório sobre a Situação Global da Segurança no Trânsito 2015.
  3. iRAP, "O Custo Global de Acidentes de Trânsito", 2013.

**VISITA DO MINISTRO DOS  
NÉGOCIOS ESTRANGEIROS E  
DO DESENVOLVIMENTO  
INTERNACIONAL DA FRANÇA,  
LAURENT FABIUS – BRASÍLIA,  
22 DE NOVEMBRO DE 2015  
21/11/2015**

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Desenvolvimento Internacional da França, Laurent Fabius, realizará visita ao Brasil no dia 22 novembro.

O Ministro Laurent Fabius será recebido em audiência pela Presidenta Dilma Rousseff. Após a audiência, o Ministro Fabius será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, para um almoço de trabalho no Palácio Itamaraty, do qual participará também a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Na ocasião, serão discutidos a 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-21), a realizar-se em Paris, de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015, o estado das negociações MERCOSUL-UE, o combate ao terrorismo e outros temas de interesse comum.

O Ministro Mauro Vieira, a Ministra Izabella Teixeira e o Ministro Fabius realizarão entrevista coletiva às 14h00 de amanhã, 22 de novembro, na Assessoria de Imprensa do Ministério das Relações Exteriores.

#### DECLARAÇÃO DE RIADE – IV CÚPULA AMÉRICA DO SUL-PAÍSES ÁRABES (ASPA) – RIADE, 10 E 11 DE NOVEMBRO DE 2015 24/11/2015

Os Mandatários dos países árabes e sul-americanos reuniram-se, em 11/11/2015, em Riade, a convite do Guardião das Duas Mesquitas Sagradas Rei Salman bin Abdulaziz Al Saud, Rei do Reino da Arábia Saudita, e, após revisarem o progresso realizado

em várias áreas da cooperação entre as duas regiões desde a III Cúpula, em Lima, Peru, em outubro de 2012, acordaram:

#### Introdução:

1- Saudar o diálogo continuado e intensificado e a cooperação multinacional entre ambas as regiões, que lhes possibilitaram não somente o comprometimento com a agenda adotada nas Cúpulas anteriores, mas também permitiram o incremento das possibilidades de cooperação, de modo a promover efetivamente o desenvolvimento e reduzir a pobreza, por meio da capacitação, da inovação e dos intercâmbios técnico e cultural.

2- Considerar a importância de empreender novos e sistemáticos esforços para desenvolver uma parceria estratégica entre as duas regiões. Concordaram em buscar, promover e dar seguimento a um Plano de Ação para facilitar a coordenação de visões regionais a respeito de temas internacionais e em apoiar a implementação de programas de cooperação setorial.

Também concordaram fortalecer o diálogo político, visando a coordenar e reafirmar posições comuns em todos os fóruns relevantes, com vistas a salvaguardar os interesses de ambas as regiões, bem como a garantir o respeito aos princípios do direito internacional; ao papel das Nações Unidas na solução de conflitos; à manutenção e à consolidação da paz e

da segurança internacionais; e à promoção do desenvolvimento sustentável, em benefício de toda a humanidade.

Reiterar seu compromisso com a promoção e o respeito aos direitos humanos, às liberdades fundamentais e ao direito internacional humanitário, levando em consideração o papel das particularidades nacionais e regionais, assim como dos variados contextos históricos, culturais e religiosos. Tomar nota da importância de que todos os Estados membros respeitem e implementem as resoluções das Nações Unidas.

3- Considerando os atuais eventos e desdobramentos no cenário internacional e o papel-chave desempenhado por blocos e grupos regionais, reafirmar seu compromisso com o incremento da cooperação entre países árabes e sul-americanos, de modo a maximizar os benefícios da periodicidade das Cúpulas ASPA – a serem realizadas a cada três anos - e a impulsionar atividades sociais e econômicas entre ambas as regiões, para o estabelecimento de uma nova parceria, por meio do desenvolvimento de programas e políticas de cooperação conjunta sócio-econômica, com a implementação de projetos de desenvolvimento que deverão ser considerados a base para atingir-se a integração desejada entre os povos das duas regiões.

4- Tomar nota da importância da inclusão social e da promoção de solidariedade e cooperação internacionais, para que se atinjam o desenvolvimento sustentável; a erradicação da pobreza; o fortalecimento de instituições governamentais em seus países; a melhora da qualidade de vida de seus habitantes; e o respeito pela diversidade dos povos.

Afirmar que a Cooperação Sul-Sul desempenha importante papel na expansão do crescimento e do desenvolvimento de países em desenvolvimento, por meio de sua contribuição a políticas nacionais de desenvolvimento, pelo compartilhamento de conhecimento e de experiências, bem como por treinamentos e pela transferência de tecnologia, nas áreas prioritárias definidas pelos Estados. A Cooperação Sul-Sul será apoiada pela comunidade internacional, como um complemento à Cooperação Norte-Sul, e não em sua substituição.

Também reafirmar que a Cooperação Sul-Sul é guiada pelos seguintes princípios: respeito à soberania nacional, apropriação e independência nacionais, igualdade, não-condicionalidade, solidariedade, complementariedade, não interferência em assuntos domésticos e benefício mútuo.

Nesse sentido, pedir o fortalecimento da Cooperação Trilateral como modo de melhor articular a Cooperação Norte-Sul e Cooperação Sul-Sul, tendo em mente os princípios acima mencionados.

5- Afirmar o igual direito de todos os povos a viver em um mundo livre de armas nucleares, o que somente será alcançado por meio da completa e irreversível eliminação de todos os arsenais nucleares existentes. Para tanto, convidar a comunidade internacional a adotar uma abordagem mais efetiva para implementar o Artigo VI do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, de modo a restaurar a credibilidade do Tratado, que se erode devido à falta de implementação das obrigações de desarmamento contidas no referido artigo. Também convidar a comunidade internacional a engajar-se em negociações de um tratado sobre a proibição e a eliminação de armas nucleares sob supervisão internacional rígida e efetiva. Reiterar a grande preocupação com catástrofes humanitárias decorrentes de qualquer uso dessas armas.

6- Reafirmar que o uso da energia nuclear para fins pacíficos é direito inalienável dos Estados-Parte do TNP e que a aplicação desse direito de forma discriminatória ou seletiva afetará a credibilidade do tratado.

Coordenação Política e Relações Multilaterais:

1- Reafirmar as resoluções da Declaração de Brasília, de 2005; da Declaração de Doha, de 2009; e da Declaração de Lima, de 2012, particularmente aquelas relacionadas à causa palestina e ao conflito Árabe-Israelense, e reafirmar a necessidade de atingir uma paz justa, duradoura e compreensiva no Oriente Médio, baseada no princípio de terra por paz, na imediata implementação de todas as resoluções relevantes das Nações Unidas - em particular as Resoluções do Conselho de Segurança números 242 (1967), 338 (1973) e 1515 (2003) -, no Acordo-Quadro de Madri e na “Iniciativa Árabe para a Paz”, adotada na Cúpula de Beirute (2002) e nas Cúpulas árabes subsequentes, de modo a garantir que se alcancem estabilidade, paz e segurança para todos os países na região.

Reafirmar a necessidade de implementar integralmente o Mapa do Caminho do Quarteto para a Paz. Pedir um papel renovado e proativo do Quarteto, enfatizando a necessidade de que mantenha o Conselho de Segurança e a Comunidade Internacional atualizados sobre seus esforços. Enfatizar que o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas deve desincumbir-se de suas responsabilidades sob a Carta das Nações Unidas, visando a apoiar ativamente e a conduzir o processo de paz.

Reafirmar, ademais, a necessidade de realização dos direitos nacionais legítimos do povo palestino, incluindo a autodeterminação, de modo a garantir o estabelecimento de um Estado palestino independente, baseado nas linhas de 1967, com Jerusalém Oriental como sua capital, vivendo lado a lado com o Estado de Israel, em paz, com fronteiras seguras e reconhecidas; e a obtenção de uma solução justa e compreensiva para o problema dos refugiados, de acordo com a Resolução 194 (III) da AGNU e com a Iniciativa Árabe para a Paz.

2- Conclamar Israel a retirar-se imediatamente de todos os territórios árabes ocupados em 5 de junho de 1967, incluindo o Golan sírio ocupado e os territórios libaneses remanescentes, e a desmantelar todos os assentamentos - ilegais e ilegítimos sob o direito internacional - incluindo aqueles na Jerusalém Oriental ocupada. A ocupação israelense continuada dos territórios palestinos e as crescentes atividades de assentamentos promovidas pelo governo de Israel obstruem o processo de paz, debilitam a solução de dois Estados e diminuem as chances de atingir-se uma paz duradoura.

Conclamar todas as partes envolvidas a levar devidamente em consideração o parecer consultivo exarado pela Corte Internacional de Justiça em 9 de julho de 2004 a respeito das “Consequências Legais da Construção de um Muro no

Território Palestino Ocupado”, assim como sobre a ilegalidade e a ilegitimidade da construção de assentamentos.

3- Reafirmar a necessidade de libertar imediata e incondicionalmente todos os prisioneiros e detentos políticos árabes e palestinos em prisões israelenses e de apoiar todos os esforços visando a tratar dessa situação crítica na Assembleia Geral das Nações Unidas e em outros órgãos relevantes do Sistema das Nações Unidas. Conclamar Israel a por fim a todas as detenções arbitrárias, abusos e maus-tratos físicos e psicológicos de palestinos, incluindo mulheres, crianças e membros do Conselho Legislativo palestino, o que contradiz as normas internacionais e o direito internacional humanitário, inclusive as Convenções de Genebra.

4- Condenar a agressão militar excessiva e desproporcional de Israel contra civis na Faixa de Gaza que teve início em junho de 2014 e se prolongou por 50 dias, deixando milhares de civis mortos e feridos. Esses eventos devem ser investigados de maneira independente, responsabilizando os perpetradores de violações do direito internacional, que resultaram na demolição de casas, complexos residenciais e infraestrutura do povo palestino e que podem equivaler a crimes de guerra e crimes contra a humanidade, sem prazo para prescreverem; e responsabilizando

Israel – a potência ocupante – por todos os danos humanos e materiais sofridos devido às ações israelenses pelo povo palestino, em Gaza.

5- Condenar vigorosamente os ataques militares contra escolas da UNRWA em Gaza, que resultaram na morte de civis. Essas ações representaram grave violação das Convenções de Genebra e de outras normas do direito internacional e merecem nossa máxima condenação.

6- Elogiar a posição dos países sul-americanos a respeito da recente agressão em Gaza e ao uso excessivo de força militar, que resultou em vítimas civis, incluindo mulheres e crianças, e as medidas tomadas a esse respeito. Saudar a assistência humanitária dispensada pelos países sul-americanos aos palestinos, apoiando as vítimas e suas famílias, e enfatizar a importância da prestação de assistência humanitária ao povo palestino pela comunidade internacional, na reconstrução de Gaza.

7- Pedir o imediato e completo levantamento do bloqueio imposto por Israel sobre a Faixa de Gaza, que constitui punição coletiva a seus habitantes, em grave violação de normas de direito internacional humanitário e humano. Ademais, enfatizar a urgência de realizar esforços para abrir todos os pontos de passagem da fronteira para e de Gaza, supervisionados por Israel, com vistas a permitir a entrada de assistência

humanitária de emergência e o acesso de pessoal médico e trabalhadores em prol do alívio humanitário para aqueles necessitados.

8 – Saudar a declaração de cessar-fogo anunciada no Cairo, baseada na iniciativa proposta pela República Árabe do Egito, e pedir que todas as partes envolvidas criem um ambiente propício para a continuidade das negociações e para a retomada de tratativas sérias e comprometidas, visando ao fim do bloqueio de Gaza e, finalmente, à obtenção da solução de dois Estados, com a qual Israel e Palestina viverão dentro de fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas.

Saudar os resultados da conferência sediada pelo Egito sobre a reconstrução de Gaza, em outubro de 2014. Saudar os compromissos assumidos pelos doadores e conclamá-los a lhes dar cumprimento, conforme anunciado na conferência.

9- Apreciar profundamente as posições dos países sul-americanos, que reconheceram o Estado da Palestina e chamar outros países a seguir seu exemplo.

10- Saudar e apoiar o esforço da liderança palestina em aproximar-se das Nações Unidas e de outras agências internacionais e em aderir a tratados e organizações internacionais.

11- Conclamar as Nações Unidas e especialmente o CSNU a adotar um

sistema de proteção internacional para os palestinos desarmados, suas propriedades e locais sagrados contra todas as formas de ataques e violações contínuos e crescentes, de acordo com o direito internacional humanitário e as Convenções e Tratados Internacionais relevantes.

12- Encorajar os Estados membros da ASPA a evitar o comércio com os assentamentos israelenses e a abster-se de negociar com empresas que estejam auferindo lucros com a ocupação israelense. Pedir que os Estados membros da ASPA desencorajem seus setores privados a investir nos assentamentos israelenses e que, alternativamente, promovam negócios com a Palestina.

13- Conclamar a UNESCO a continuar sustentando a referência legal para suas decisões prévias sobre a inclusão da Cidade Velha de Jerusalém e seus Muros na Lista do Patrimônio Mundial, em 1981 a pedido do Reino Hachemita da Jordânia, com amplo apoio árabe e islâmico, de acordo com a resolução do Conselho Executivo da organização, em sessão de setembro de 1981, e com a resolução emanada em 1982, que incluiu Jerusalém na lista do Patrimônio Mundial ameaçado, devido à manutenção da condição jurídica de Jerusalém como território ocupado. E saudar o importante acordo assinado entre o Rei Abdullah II bin Al-Hussein (Rei do Reino Hachemita da Jordânia) Guardião dos Lugares Sagrados de

Jerusalém e o Presidente Mahmoud Abbas (Presidente da Palestina), de 31 de março de 2013, visando a defender a mesquita sagrada de Aqsa, os locais sagrados e sítios religiosos cristãos e islâmicos, bem como protegê-los legalmente com todos os meios possíveis.

14- Reafirmar que nenhuma medida, unilateral ou não, deve ser tomada de modo a afetar a autenticidade e a integridade do patrimônio cultural, histórico e religioso da Cidade de Jerusalém ou dos sítios cristãos e muçulmanos lá existentes, de acordo com a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, de 1972, e com a Convenção da Haia para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, de 1954.

Demonstrar apreço pelo papel desempenhado pelo Comitê Al Quds, sob a presidência de Sua Majestade o Rei Mohammed VI, para a proteção da condição de Al Quds Ashareef.

15- Saudar o Acordo de Irmanamento assinado entre Caracas, capital da República Bolivariana da Venezuela, e Jerusalém Oriental, capital da Palestina, feito em Caracas, República Bolivariana da Venezuela, em 20 de maio de 2015.

16- Condenar o terrorismo em todas as suas formas e manifestações e rejeitar qualquer tentativa de associar terrorismo com religiões, culturas ou grupos étnicos específicos. Reafirmar

seu comprometimento com os esforços de antiterrorismo das Nações Unidas e com a prevenção do fornecimento direto ou indireto de armas e da prestação de consultoria ou assistência técnica para pessoas ou entidades envolvidas com ações terroristas, conforme as resoluções do CSNU pertinentes.

Reafirmar a necessidade de combater o terrorismo, por meio da cooperação internacional ativa e eficiente, inclusive com as Nações Unidas e com as organizações regionais envolvidas, de acordo com a Carta das Nações Unidas e com o direito internacional - incluindo normas internacionais de direitos humanos, de refugiados e de direito humanitário.

Afirmar seu comprometimento com a resolução 2170 (2014) do CSNU, com todas os seus dispositivos, inclusive com a obrigação de prevenir o fornecimento direto ou indireto, a venda ou a transferência de armas e materiais correlatos de todos os tipos e a prestação de consultoria, assistência ou treinamentos técnicos relacionados a atividades militares do grupo terrorista Estado Islâmico, Frente Al Nusra e outros indivíduos e grupos associados com a Al-Qaeda, bem como com a obrigação de evitar que terroristas se beneficiem direta ou indiretamente do pagamento de resgates e de concessões políticas em troca da libertação de reféns.

Expressar sua completa prontidão em cooperar e fortalecer os canais de comunicação e coordenação com as várias iniciativas e esforços nos níveis internacional, nacional e regional, para combater o terrorismo e eliminá-lo, particularmente no que diz respeito à troca de informações e experiências e à capacitação. Igualmente, tomar todas as medidas necessárias para prevenir o recrutamento de elementos, especialmente de crianças e jovens, atraídos a ingressar em organizações terroristas. Pedir que todos os órgãos de segurança e judiciários intensifiquem seus esforços e coordenem mecanismos de ação no combate ao terrorismo, dentro dos limites da legalidade internacional.

17- Saudar os resultados da Conferência Internacional sobre o Combate ao Extremismo, realizada pela Argélia, em 22-23 de julho de 2015.

18- Saudar os resultados da Conferência Internacional sobre o Combate ao Financiamento do Terrorismo, realizada pelo Bareine, em novembro de 2014, e as recomendações da Declaração de Manama, em particular com respeito à implementação plena de sanções financeiras a indivíduos ou entidades, de acordo com as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, e à identificação pública daqueles que financiam ou auxiliam no financiamento do terrorismo; e com

respeito ao engajamento positivo do setor privado nos esforços de combate ao financiamento do terrorismo e à garantia de que divisas provenientes de serviços de transferência de ativos sejam licenciadas, supervisionadas e sujeitas a sanções em caso de violação.

19- Saudar igualmente a realização, em futuro próximo, pelo Reino do Bareine, da Conferência sobre a Proteção de Instituições Cíveis contra a Exploração para o Financiamento do terrorismo.

20- Relembrar a Resolução 66/10 da Assembleia Geral da ONU, que saúda o estabelecimento do Centro Antiterrorismo da ONU e encoraja todos os Estados membros a colaborarem com ele. Aplaudir a doação pelo Reino da Arábia Saudita de \$100 milhões para apoiar as atividades desse centro.

21- Saudar a eleição por consenso do Reino do Marrocos como co-presidente do Fórum Global Antiterrorista, ao lado do Reino dos Países Baixos.

22- Elogiar o trabalho do Centro Africano para Estudos e Pesquisa sobre Terrorismo, com sede na Argélia.

23 – Tomar nota da resolução da última Cúpula Árabe de endossar, em princípio, o estabelecimento de uma Força Árabe Conjunta e seu mandato de enfrentar desafios que ameacem a

segurança nacional árabe, inclusive ameaças realizadas por organizações terroristas, levando em consideração a Carta das Nações Unidas e todas as obrigações de direito internacional, incluindo o direito internacional dos direitos humanos, o direito internacional dos refugiados e o direito internacional humanitário.

24- Condenar fortemente todos os atos terroristas perpetrados contra o Iraque pelo Estado Islâmico e por outras organizações terroristas, bem como seu envolvimento nas mortes e deslocamentos forçados de contingentes do povo iraquiano, o direcionamento de ataques por motivos religiosos ou étnicos e a destruição de monumentos, santuários, igrejas, mesquitas, outros locais de culto, sítios arqueológicos e sítios do patrimônio cultural, que incluem a destruição do museu de Mosul e das antiguidades do sítio histórico de Hatra.

Saudar a Resolução A/Res/69/281 da AGNU, intitulada “Salvando o Patrimônio Cultural do Iraque”. Saudar os esforços das forças iraquianas no combate a grupos terroristas e recusar todas as formas de interferência externa no Iraque, enfatizando a condenação a todas as práticas que possam ameaçar a integridade territorial do Iraque e a harmonia de sua sociedade. Ademais, apoiar os esforços do governo iraquiano para alcançar unidade nacional entre os povos do país.

25- Reafirmar seu compromisso com a soberania, a independência, a unidade e a integridade territoriais sírias e com uma solução política para o conflito, baseada nos princípios do Comunicado Genebra 1, de 30 de junho de 2012.

Apoiar os esforços de Staffan de Mistura como Enviado Especial das Nações Unidas para a Síria e sua missão de promover a retomada de negociações, visando a alcançar uma solução política para a crise síria, de acordo com o Comunicado de Genebra 1, de 30 de junho de 2012.

Saudar os resultados da Conferência Internacional de Viena de Ministros das Relações Exteriores, com vistas a alcançar uma solução política para o conflito na Síria que reflita a seriedade das ações internacionais e a determinação de encontrar uma alternativa que ponha fim ao sofrimento do povo sírio.

Relembrar as Resoluções do Conselho de Segurança números 2209 (2015) e 2235 (2015), que condenam o uso de armas químicas na Síria e destacam a importância de que todas as partes em conflito não usem, desenvolvam, produzam, estoquem, retenham ou transfiram armas químicas, ademais do estabelecimento de um Mecanismo Investigativo Conjunto que identifique e responsabilize os culpados pelo uso dessas armas na Síria.

Saudar a adesão da Síria à Convenção sobre Armas Químicas e a remoção de

seu território de todas as armas químicas declaradas, além de enfatizar que esses desenvolvimentos devem ser correspondidos por esforços paralelos em outras áreas.

Expressar seu amplo reconhecimento ao trabalho excepcional da Organização para a Proibição de Armas Químicas para lograr a eliminação das dessas armas e, simultaneamente, fortalecer o multilateralismo como o caminho primordial para a solução pacífica de controvérsias internacionais. Também reconhecer o papel essencial desempenhado pela Missão Conjunta OPAQ-NU para o desmantelamento do programa sírio de armas químicas. Saudar esse importante exemplo de cooperação prática entre Estados e Organizações Internacionais para alcançar o desarmamento.

Relembrar os dispositivos das Resoluções 2139, 2165 e 2191 (2014) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Expressar grave preocupação com a deterioração da situação humanitária na Síria e com o alto número de deslocados internos e refugiados, que alcança mais de 12 milhões dentro da Síria e nos países vizinhos, além de mais de 4,5 milhões que precisam de assistência humanitária urgente. Relembrar que todas as partes do conflito na Síria devem facilitar a entrega imediata e livre de assistência humanitária a pessoas em toda a Síria, conforme a

Resolução 2165 (2014) do CSNU. Ademais, pedir apoio para os países vizinhos, com vistas a ajudá-los a suportar os custos de acolhimento dos refugiados sírios e melhorar a situação humanitária dos sírios deslocados. Nesse sentido, lembrar o Comunicado Presidencial número S/PRST/2015/10 do CSNU, de 24 de abril de 2015.

Expressar sua apreciação pelos esforços significativos e admiráveis realizados por países árabes, europeus e sul-americanos para acomodar refugiados sírios. Notar com preocupação que a crise na Síria tem tido efeitos sociais, demográficos, ambientais e econômicos em países vizinhos e outras nações receptoras, principalmente Líbano, Jordânia, Iraque e Egito, onde a crise sobrecarregou os recursos limitados e os serviços sociais básicos, como saúde, água, saneamento, moradia, energia e educação; agravou o desemprego; diminuiu o comércio e o investimento; e afetou a segurança. Destacar a importância de financiar as respostas humanitárias e de desenvolvimento para a crise dos refugiados, prevendo apoio para planos de reação nacionais, para o atendimento das necessidades humanitárias dos refugiados e fortalecendo a capacidade de resistência dos países e comunidades receptores.

Saudar a realização da 1ª, 2ª e 3ª conferência de Doadores sob os auspícios Sua Alteza Xeiq Sabah Al Ahmad Al Jaber Al Sabah, Emir do Kuaite, para aliviar o sofrimento do povo sírio, as quais se reuniram em 2013, 2014 e 2015, no Kuaite.

26- Reafirmar o compromisso com a soberania, independência, unidade nacional e integridade territorial do Líbano e conclamar Israel a implementar imediatamente a Resolução 1701, em sua totalidade e de maneira incondicional, e a cessar as violações à soberania do Líbano por terra, ar e mar. Apoiar os esforços do governo libanês em defender o Líbano de todas as ameaças à sua segurança e expressar sua compreensão com relação à política adotada pelo governo frente aos desenvolvimentos no mundo árabe, em particular sua política de dissociação em relação à crise na Síria.

27- Apoiar o Governo líbio reconhecido pelas Nações Unidas em seus esforços na área de segurança e na militar, para enfrentar as organizações terroristas. Reafirmar o compromisso com o respeito à unidade, à soberania e à integridade territorial da Líbia, conforme o princípio da não interferência em assuntos internos. Expressar grande preocupação com a expansão de atividades de grupos terroristas no país. Reiterar apoio ao diálogo político em andamento sob os auspícios do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a Líbia.

Saudar o Acordo de Skhirat sobre uma solução política para a crise na Líbia, que foi iniciado pela maioria das partes líbias em julho último, apreciando os esforços do Reino do Marrocos em facilitar esse acordo. E conclamar todas as partes líbias a redobramos esforços para diminuir suas diferenças e permanecerem comprometidas com a discussão para o estabelecimento de um Governo de União Nacional.

28- Tomar nota dos esforços exercidos pelos países árabes vizinhos da Líbia; Tunísia, Argélia, Sudão e Egito, para facilitar o diálogo intra-líbio.

29- Conclamar a República Islâmica do Irã a responder positivamente à iniciativa dos Emirados Árabes Unidos para alcançar uma solução pacífica para a questão das três ilhas (Tunb Maior e Menor e Abu Musa), por meio de diálogo e negociações diretas, de acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do Direito Internacional.

30- Expressar sua rejeição a qualquer interferência em seus assuntos domésticos por potências externas, em violação à Carta da ONU e aos princípios de boa vizinhança.

31- Saudar a iniciativa de diálogo nacional abrangente lançada pelo Governo sudanês em 10 de Outubro de 2015, apoiada pelo Painel de Implementação de Alto Nível da União Africana (PIANUA) e pela Liga dos Estados Árabes, com vistas a promover

esse diálogo e encorajar a participação dos grupos e atores políticos, de forma a alcançar uma solução permanente e abrangente para as atuais questões domésticas do Sudão. Convocar a comunidade internacional e as instituições financeiras internacionais a apoiar o Sudão em seus esforços para mitigar o impacto resultante da separação do Sudão do Sul, por meio do alívio do peso da dívida e da suspensão das sanções econômicas unilaterais impostas sobre o Sudão.

32- Reafirmar seu compromisso com a unidade, a soberania, a independência e a integridade territorial da República do Iêmen, bem como com as aspirações do povo iemenita por liberdade, democracia, justiça social, desenvolvimento e acesso desimpedido a bens e serviços básicos. Enfatizar seu apoio à legitimidade de Sua Excelência o Presidente da República do Iêmen Abd Rabbo Mansour Hadi, e aos esforços promovidos por várias partes para salvaguardar o Estado iemenita, bem como suas instituições, propriedades e infraestrutura.

Sublinhar o papel fundamental que uma solução imediata, pacífica e negociada para o conflito iemenita teria para o processo geral de estabilização da política e da segurança nas regiões do Oriente Médio e do Chifre da África.

Reiterar a importância da retomada do processo político entre todos os atores legítimos da cena política iemenita,

com vistas à elaboração de projeto de uma nova constituição, a implementação de uma reforma eleitoral e a realização tanto de referendo sobre o projeto de constituição quanto de eleições gerais, ambas iniciativas que seriam instrumentais para evitar maior deterioração da situação humanitária e de segurança no Iêmen.

Conclamar a comunidade internacional a prover o apoio político, de segurança, econômico e financeiro necessário para permitir à República do Iêmen enfrentar seus desafios, especialmente os humanitários, e atender urgentemente suas necessidades de desenvolvimento, de forma a assegurar a estabilização da situação e a retomar as disposições referentes à conclusão da transição democrática.

Enfatizar a necessidade da implementação completa da Resolução nº 2216 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas e conclamar todos os atores legítimos do Iêmen a respeitar as decisões adotadas pela Conferência de Diálogo Nacional Abrangente, de acordo com a iniciativa do Conselho de Cooperação do Golfo e todas as resoluções relevantes do Conselho de Segurança.

Saudar o anúncio por parte do Guardião das duas Mesquitas Sagradas Rei Salman bin Abdulaziz Al-Saud, Rei do Reino da Arábia Saudita, de doar \$274 milhões para a assistência

humanitária no Iêmen. Da mesma forma, saudar a generosa iniciativa de estabelecer o "Centro de Caridade e Alívio Humanitário Rei Salman" e a alocação de 266 milhões de dólares adicionais para financiar as necessidades urgentes do centro. Enfatizar a importância e a necessidade de se adotarem todas as medidas urgentes para resolver a difícil e perigosa situação humanitária no Iêmen.

Apoiar os esforços do Sr. Ismael Weld Sheikh Ahmed como Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Iêmen para aprimorar soluções políticas para a crise.

33- Apoiar o governo somali em seus esforços para implementar a "Visão 2016". Reconhecer a importância da formação de instituições federais somalis e da estabilização de áreas recém-recuperadas do grupo terrorista Al Shabab, e a urgente necessidade de prover ajuda humanitária e acesso seguro às áreas recém-liberadas.

Enfatizar a importância de responder a necessidades humanitárias imediatas e, concomitantemente, investir em capacitação de recursos humanos e em promoção de soluções de longo prazo, de acordo com as prioridades do Governo Federal.

Agradecer a União Africana e a Liga dos Estados Árabes por seu compromisso continuado com a Somália e aplaudir o sacrifício e a

bravura do Exército Nacional Somali (SNA) e das tropas da Missão da União Africana na Somália (AMISON) para alcançar a paz.

Saudar a extensão do mandato da UNSOM pelo Conselho de Segurança, em apoio ao Governo federal somali e à AMISON.

Afirmar a importância de implementar o programa de ação governamental "Visão 2016" e de alcançar-se progresso político significativo, para a adoção de uma constituição federal em 2015 e para a realização de eleições gerais em 2016.

Enfatizar que o progresso político deve desdobrar-se a partir de uma abordagem abrangente de construção da paz na Somália, e que a promoção e a garantia dos Direitos Humanos e a proteção dos mais vulneráveis, incluindo mulheres e crianças afetadas pelo conflito armado, devem constituir prioridades.

Reafirmar a importância de fortalecer as consultas e a cooperação entre as Nações Unidas e os representantes especiais e enviados da LEA à Somália nos campos político, de segurança, humanitário e de reconstrução.

34- Conclamar a República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte a retomarem negociações de forma a encontrar, tão logo quanto possível, uma solução pacífica e definitiva para a disputa de soberania referida como "Questão das

Ilhas Malvinas", de acordo com as resoluções relevantes das Nações Unidas. Reiterar que a pretensão de considerar as Malvinas, Geórgias e Sandwich do Sul como países e territórios sobre os quais a Parte Quatro do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e as decisões da União Europeia sobre a Associação Ultramarina podem ser aplicadas está em desacordo com a existência de uma disputa de soberania sobre essas ilhas. Declarar ainda que as atividades de exploração unilateral de recursos naturais não-renováveis levadas a cabo atualmente na plataforma continental argentina, no entorno das Ilhas Malvinas, são incompatíveis com os dispositivos da Resolução 31/49 da AGNU. Nesse contexto, reconhecer o direito de a República Argentina tomar medidas legais, respeitando plenamente o Direito Internacional e as resoluções relevantes, contra as atividades não-autorizadas de exploração em sua plataforma continental. Conclamar o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte a abster-se de levar a cabo exercícios militares em territórios sujeitos a disputa por soberania reconhecida pelas Nações Unidas.

35- Nesse sentido, recordar que o dia 16 de dezembro de 2015 marcará o 50º aniversário da adoção da Resolução 2065 (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, a primeira resolução que abordou especificamente a

Questão das Ilhas Malvinas, renovada até os dias atuais por meio de resoluções subsequentes adotadas pela Assembleia Geral da ONU e seu Comitê Especial para Descolonização.

Expressando séria preocupação com o fato de que, apesar do tempo decorrido desde a adoção da Resolução 2065 (XX) da AGNU, essa disputa prolongada ainda não foi solucionada, os Chefes de Estado e Governo unem-se a outros foros regionais para solicitar ao Secretário Geral que renove seus esforços em sua atual missão de bons ofícios confiada pela Assembleia Geral por meio de sucessivas resoluções, de forma a assegurar que sejam retomadas negociações bilaterais, visando a encontrar, tão logo quanto possível, uma solução pacífica para a referida disputa.

36- Expressar seu desapontamento e tristeza pelo fracasso da IX Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear em alcançar consenso sobre um documento substantivo, apesar dos esforços despendidos pela República Argelina Democrática e Popular na presidência da IX Conferência de Revisão.

Reafirmar a importância da implementação da "Resolução sobre o Oriente Médio" para o estabelecimento de uma zona livre de áreas nucleares e outras armas de destruição em massa no Oriente Médio adotada pela

Conferência de Revisão e Extensão do TNP de 1995. Ademais, lembrar que essa resolução é parte integral do pacote de extensão do Tratado e permanece válida até ser implementada em sua inteireza.

Reiterar que a segurança regional e a estabilidade no Oriente Médio requerem que toda a região esteja livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa. Nesse contexto, apoiar o resultado da 8ª Conferência de Revisão do TNP (Nova Iorque, maio de 2010) que recordou a reafirmação por parte da Conferência de Revisão de 2000 da importância da adesão de Israel ao Tratado e a colocação de todas as suas instalações nucleares sob a salvaguarda abrangente da AIEA.

37- Saudar a iniciativa de Sua Excelência o Rei Hamad bin Isa Al Khalifa, Rei do Reino do Bareine, de estabelecer a Corte Árabe de Direitos Humanos, em resposta às aspirações do povo árabe e em conformidade tanto com o princípio do Estado de Direito, que foi reconhecido, na Cúpula de Doha de 2013, quanto com o entendimento sobre o estatuto dessa Corte, emanado do Conselho da LEA, reunido em nível de Cúpula, no Kuwait, em março de 2014. Ademais, assegurar o estabelecimento de cooperação no campo de intercâmbio de experiência e expertise entre a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Árabe de Direitos Humanos.

38- Expressar a rejeição a qualquer medida unilateral contrária aos princípios de soberania e não interferência em assuntos domésticos. Nesse sentido, encorajar o diálogo em curso entre o Governo da República Bolivariana da Venezuela e o Governo dos Estados Unidos da América em relação à ordem executiva do governo dos EUA.

39- Expressar apreciação pelos passos positivos alcançados pela Tunísia em sua transição democrática, por meio da adoção de uma nova constituição e da organização de eleições legislativas e presidenciais em um quadro de consenso nacional. Saudar a atribuição do Prêmio Nobel da Paz de 2015 para o Quarteto patrocinador do diálogo nacional em apreço aos esforços despendidos para assegurar a fase de transição em um quadro de conciliação nacional e afirmar a necessidade de apoiar a Tunísia nesta fase importante de sua história.

40 – Saudar a indicação de Sua Alteza Sheikh Sabah Al Ahmed Al Jaber Al Sabah, Emir do Kuaite, como "Líder Humanitário" e elogiar a indicação do Kuaite como Centro Humanitário Internacional pelas Nações Unidas.

41 - Saudar a Concessão do Prêmio da Fundação para Entendimento Étnico a Sua Majestade o Rei Hamad bin Isa Al Khalifa do Bareine, em reconhecimento a suas contribuições e por seu papel significativo na promoção do diálogo entre religiões e

culturas e do respeito mútuo entre todos os Povos e Comunidades, construção da confiança e compreensão e fomento à renúncia ao ódio.

Expressar apreciação ao Reino de Baraine por sediar a Conferência dos Diálogos de Culturas e Civilizações entre 5-7 de Maio de 2014, e saudar os resultados incluídos na Declaração do Baraine.

42- Saudar a assunção da Presidência do Movimento Não-Alinhado em 2016 pela Venezuela e aprovar o convite a membros e observadores para comparecerem à XVII Cúpula do MNA. Saudar os resultados do encontro do MNA sediado pela Argélia em 28-29/5/2014

43 - Saudar a construtiva presidência do Grupo dos 77 e China por parte do Estado Plurinacional da Bolívia e a realização exitosa da Cúpula Comemorativa dos Chefes de Estado e de Governo do Grupo dos 77 e China, realizada em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 14 e 15 de Junho de 2014, por ocasião do 50º aniversário da fundação do G77.

44 – Elogiar o papel positivo, efetivo e fundamental desempenhado pela Argélia por meio da realização de rodadas de diálogo entre as partes malinesas, que pavimentaram o caminho para que se alcançasse a assinatura do acordo de Paz e

Reconciliação entre as partes no Mali em 15/5/2015 em Bamako.

45- Elogiar os esforços empreendidos pela República Islâmica da Mauritânia, com vistas ao estabelecimento da paz e da segurança na República do Mali, no contexto da mediação internacional.

46- Tomar nota que a administração das dívidas soberanas tem sido questão crucial para os países em desenvolvimento, nas últimas décadas e em anos recentes, e que crises da dívida soberana são um problema recorrente que acarreta consequências políticas, econômicas e sociais muito sérias, com efeitos adversos para o desenvolvimento sustentável.

Tomar nota, igualmente, que o processo de reestruturação de dívidas soberanas é fenômeno frequente no sistema financeiro internacional e que as ações dos fundos abutem em cortes internacionais têm revelado sua natureza altamente especulativa, representando um risco para todos os futuros processos de reestruturação de dívidas. Tomar nota, adicionalmente, que as atividades dos fundos abutem e repercutem de maneira direta e negativa na capacidade de os governos cumprirem suas obrigações com respeito aos Direitos Humanos, como assinalado pela resolução 27/30 do Conselho de Direitos Humanos.

Enfatizar a importância de não permitir que os fundos abutem e paralisem esforços de reestruturação de dívidas

de países em desenvolvimento e assinalar que suas ações não deveriam suplantar o direito de os Estados protegerem seu povo sob o Direito Internacional. Afirmar o direito soberano de qualquer Estado reestruturar sua dívida soberana, o qual não deve ser obstaculizado ou impedido por qualquer medida emanada de outro Estado.

Reafirmar o apoio completo e abrangente oferecido pelos países árabes e sul-americanos, por meio da Resolução da Assembleia Geral nº 69/319, para adoção de princípios básicos em processos de reestruturação de dívida soberana, com vistas a, entre outros, incrementar a eficiência, a estabilidade e a previsibilidade do sistema financeiro internacional; e a alcançar o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico sustentável, inclusivo e equitativo, de acordo com as circunstâncias e prioridades nacionais. Convidar, ademais, todos os Estados a apoiar e promover esses princípios básicos.

47 – Concordar em fortalecer o diálogo político e técnico, a cooperação e as ações conjuntas, onde possível, entre os Estados membros da ASPA, para tratar do problema mundial das drogas, utilizando uma abordagem integradora que observe os princípios das responsabilidades comuns e compartilhadas, bem como o respeito ao Direito Internacional.

48 – Elogiar os esforços da República do Peru na preparação do Encontro Anual do Conselho de Governadores do Grupo Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, realizado em Lima, em 5-12 de outubro de 2015.

49 - Congratular o êxito da 20ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que teve lugar em Lima, Peru, onde os Estados membros alcançaram progresso substantivo no sentido da adoção de um protocolo ou outro instrumento legal, ou um resultado acordado com força legal sob a Convenção, que esteja de acordo com seus princípios e dispositivos - incluindo as responsabilidades comuns, porém diferenciadas - e que fortaleça o sistema baseado em regras multilaterais. Nesse sentido, congratular o Governo do Peru pela condução exitosa dos trabalhos nesse encontro.

50 – Saudar o progresso alcançado no processo de paz na Colômbia. Encorajar o governo Colombiano e as FARC-EP a promoverem seus melhores esforços para concluir essas negociações tão logo quanto possível e expressar prontidão em prestar assistência em apoio à implementação de um acordo de paz abrangente.

51 - Elogiar o trabalho continuado do Conselho de Defesa da América do Sul (CDS) da UNASUL na consolidação da América do Sul como Zona de Paz,

oferecendo uma base para a estabilidade regional e para o desenvolvimento integral de seus povos; contribuindo para a paz mundial; incorporando as características sub-regionais e nacionais que reforçam a unidade entre a América Latina e o Caribe; e gerando consenso para fortalecer a cooperação regional na área de defesa.

52- Elogiar o papel do Centro Global para o Diálogo Entre Fieis de Religiões e Culturas Rei Abdullah Ibn Abdulaziz Al-Saud em Viena, e conclamar todos os Estados a colaborar com este centro

#### Cooperação Setorial:

1- Afirmar a importância de implementar os anexos planos de trabalho setoriais conjuntos, bem como de ativar o trabalho dos comitês setoriais conjuntos encarregados de traduzir em projetos e programas conjuntos para cooperação, as resoluções resultantes de reuniões setoriais ministeriais (Anexo 1: planos de cooperação nas áreas econômica, social, midiática e legal).

2- Saudar os resultados das reuniões setoriais nas áreas de educação, saúde e mulheres mandatários, realizadas no Peru, em 2013 e 2014, bem como as reuniões nas áreas de energia, propriedade intelectual e instituições diplomáticas, realizadas em 2013, nos Emirados Árabes Unidos, no Brasil e na Colômbia, respectivamente, e a reunião ministerial sobre Cultura, realizada na Arábia Saudita, em 2014,

sob o mandato da Declaração de Lima, que desenvolveu ampliadamente importantes iniciativas de cooperação.

3- Pedir que sejam estabelecidas metas específicas para a cooperação birregional nas áreas de alta prioridade de saúde, educação, redução da pobreza, meio-ambiente, mudança do clima, energia, gestão de recursos hídricos, segurança alimentar e desemprego, a fim de expandir a cooperação, promover o desenvolvimento sustentável e estabelecer mecanismos e projetos que contribuirão efetivamente para sua concretização.

4- Reafirmar que energia deve tornar-se um dos eixos do relacionamento birregional nos próximos anos, especialmente no que diz respeito aos temas de produção energética; melhora da eficiência energética; desenvolvimento do uso renovável de energias limpas; e desenvolvimento de outras estratégias para lidar com a mudança climática; tendo em mente a importância da energia para o desenvolvimento sustentável dos membros da ASPA.

5- Pedir a expansão da coordenação e da cooperação científicas, particularmente nas áreas de sociedade da informação; adaptação e mitigação dos efeitos da mudança climática; combate à desertificação; gestão de recursos hídricos; e agricultura.

6- Saudar o acolhimento pelo Sudão da 1ª Reunião do Subcomitê de Cooperação Agrícola da ASPA a ser realizado em fevereiro de 2016 e conclamam pela participação ativa dos países ASPA para garantir o sucesso da reunião.

7- Reafirmar que o investimento é um dos pilares do desenvolvimento sócio-econômico e representa importante mecanismo que efetivamente ajuda a reduzir as taxas de pobreza e desigualdade. Apoiar esforços públicos e privados para promover investimentos em diversas áreas, nos níveis nacionais e regionais, a fim de facilitar a criação de emprego; expandir a educação e o conhecimento científico; e promover o desenvolvimento sustentável.

8- Reafirmar nosso apoio à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e incitar países de ambas as regiões a intensificar nossa cooperação, com vistas a implementar as Metas de Desenvolvimento Sustentável fixadas pela Agenda. Conclamar, ademais, a comunidade internacional a honrar seus compromissos assumidos nesse âmbito.

9- Saudar o acolhimento pelo reino do Bareine da Conferência Ministerial sobre a implementação dos objetivos de desenvolvimento nos países árabes no período 6-7/12/2015, a primeira

conferência regional no mundo a ser realizada após a adoção do plano de desenvolvimento sustentável

10- Saudar os resultados da Cúpula Árabe de Desenvolvimento Econômico e Social, em Riade, em 2013.

11- Pedir a adoção de medidas adicionais para facilitar e intensificar a transferência de tecnologia e os fluxos de comércio e investimento, especialmente nas áreas de alimentação, agroindústria, energia, inovação, infraestrutura, turismo, setor de manufaturados e tecnologia da informação.

12- Reiterar apoio ao trabalho desenvolvido pela Biblioteca e Centro de Pesquisas América do Sul-Países Árabes (BibliASPA), pela Biblioteca Árabe e Sul-Americana, na Argélia, e pelo Instituto Árabe – Sul-Americano, no Marrocos, e pedir aos países árabes e sul-americanos que contribuam com essas iniciativas, com vistas a garantir sua sustentabilidade.

13- Tomar nota, com satisfação, dos resultados positivos do IV Foro Empresarial América do Sul – Países Árabes, realizado em Riade, à margem da IV Cúpula ASPA, com a finalidade de expandir a cooperação econômica entre ambas as regiões.

14- Tomar nota, com satisfação, dos resultados do estudo sobre

conectividade marítima entre as regiões árabe e sul-americana, realizado pela Liga dos Estados Árabes, e conclamar os países da ASPA a encorajarem seus setores públicos e privados a investir nessa área de cooperação nesse tema a ser acompanhado por ambos coordenadores regionais.

15- Compartilhar experiências entre países árabes e sul-americanos em diferentes áreas de turismo, patrimônio arquitetônico, organização de viagens e eventos turísticos, além de realizar uma semana da mídia turística.

16- Saudar o crescimento significativo do comércio e do investimento globais entre as duas regiões, desde a realização da Primeira, da Segunda e da Terceira Cúpulas ASPA, destacando que ainda existem possibilidades inexploradas que permitiriam maiores crescimento e diversificação do comércio e do investimento birregionais.

17- Saudar a assinatura do Acordo-Quadro sobre Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e a República da Tunísia; e o Memorando de Entendimento sobre Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e a República do Líbano; relembrando que o MERCOSUL também assinou Acordos de Livre Comércio com o Reino da Jordânia, o Conselho de Cooperação do Golfo, o Reino do Marrocos e a República Árabe da Síria. Reafirmar seu interesse

em fortalecer as relações comerciais e econômicas entre os Estado membros da ASPA.

18- Elogiar o progresso alcançado na área de cooperação cultural entre países árabes e sul-americanos. Afirmar a importância de implementar o que foi acordado nas reuniões conjuntas de Ministros da Cultura, realizadas na Argélia (2009), no Brasil (2009) e no Reino da Arábia Saudita (2014). Recomendar que ações práticas sejam tomadas para garantir a implementação do Plano de Ação adotado pelos Ministros.

19- Reafirmar o papel positivo de nacionais sul-americanos de descendência árabe em transmitir o conhecimento e a cultura de seus países de origem e em criar ligações entre as duas regiões. Lembrar que a transferência da cultura árabe para sua nova pátria gerou um novo híbrido das duas culturas, criando uma nova cultura mista.

20- Saudar a celebração anual organizada pela Liga dos Estados Árabes e suas missões no exterior, em comemoração do “Dia dos Expatriados Árabes”, em 4 de dezembro, bem como apreciar as iniciativas dos países sul-americanos em celebrar os descendentes de origem árabe, em particular a celebração pelo Brasil do “Dia Nacional da Comunidade Árabe”, em 25 de março, e encorajar a

organização de eventos culturais semelhantes.

#### Mecanismos de Seguimento e Estrutura da ASPA:

Desenvolver a estrutura da ASPA mencionada no parágrafo (119) da “Declaração de Doha”, emitida pela II Cúpula ASPA, com vistas a torná-la mais dinâmica, da seguinte maneira:

1. (Mais alto nível) A Cúpula, composta por Chefes de Estado e de Governo, a reunir-se a cada três anos;
2. (Segundo nível) O Conselho de Ministros das Relações Exteriores, a reunir-se a cada dois anos;
3. (Terceiro nível) O Conselho de Altos Funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores, composto pelos Coordenadores Nacionais (Pontos Focais), a reunir-se anualmente;
4. (Quarto nível – 1) Os Comitês Setoriais, compostos pelos especialistas em cada área (Pontos Nodais), a reunir-se, ao menos, duas vezes por ano. Deverá ativar o trabalho dos comitês conjuntos, conforme exposto a seguir:
  - A Presidência do comitê deverá ser ocupada pelo país sede da última reunião ministerial setorial na área de cooperação.
  - O Presidente do Comitê deverá enviar convites, decidir sobre a data e o local da sua reunião e determinar sua agenda e programa de trabalho, em

coordenação com o Secretariado Geral (Coordenador para os países árabes) e o Brasil (Coordenador dos países sul-americanos).

e) (Quarto nível – 2) O Grupo Executivo de Coordenação, composto pelo Presidente da Cúpula Árabe, pelo Secretariado Geral da Liga dos Estados Árabes, representando os países árabes, pela Presidência da UNASUL e pelo Brasil (que temporariamente irá juntar-se a este grupo até que o Secretariado Geral da UNASUL esteja plenamente estruturado), representando os países sul-americanos. Adicionalmente à *Troika* ASPA (o país sede da última Cúpula ASPA, o país sede da Cúpula ASPA atual e o país sede da próxima Cúpula ASPA), com o seguinte mandato:

- 1- Acompanhar a implementação dos resultados das Cúpulas ASPA e Reuniões Setoriais ASPA.
- 2- Sugerir novas iniciativas para fomentar as relações birregionais.
- 3- Reunir-se previamente à Reunião de Altos Funcionários, para coordenar posições entre ambas as regiões sobre a agenda da reunião e outros temas relacionadas a ela.
- 4- Reunir-se para consultas à margem de Fóruns Internacionais, para coordenar posições em temas de interesse mútuo.
- 5- Convocar reuniões de consulta em nível de altos funcionários ou, se

necessário, em nível Ministerial à margem da AGNU.

Saudar a oferta da Venezuela de sediar a V Cúpula ASPA, a realizar-se, em 2018.

Expressar grande apreço e gratidão aos mandatários, governo e povo do Reino da Arábia Saudita pela acolhida calorosa, amável hospitalidade e pelas excelentes organização e preparação dessa Cúpula.

#### TRATADO ENTRE A SUÍÇA E A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL SOBRE A TRANFERÊNCIA DAS PESSOAS CONDENADAS – BRASÍLIA, 23 DE NOVEMBRO DE 2015 24/11/2015

A República Federativa do Brasil e a Suíça chamadas logo abaixo, as “Partes”,

Desejando promover as relações de amizade e favorecer a cooperação judiciária de natureza penal, em particular em termos de transferência das pessoas condenadas;

Considerando que esta cooperação deve servir aos interesses de uma boa administração da justiça e favorecer a reintegração social das pessoas condenadas;

Considerando que estes objetos exigem que os estrangeiros que são privados de liberdade após uma infração penal

tenham a possibilidade de cumprir a sua “condenação” no seu meio social de origem;

Considerando que a melhor maneira de alcançar este objetivo é de transferi-los para os seus respectivos países de origem;

Está acordado do que segue:

### **Primeira parte: Disposições gerais**

#### **Artigo 01**

##### **Definições**

Para os fins do presente Tratado, a expressão:

“Condenação” designa toda e qualquer pena ou medida privativa de liberdade pronunciada por um juiz por um período de tempo limitado ou indeterminado, em razão de uma infração penal, conforme seu direito interno;

“Julgamento” designa uma decisão de justiça determinando uma condenação;

“Estado de condenação” designa o Estado onde foi condenada a pessoa que pode ser transferida ou já o foi;

“Estado de execução” designa o Estado para o qual a pessoa condenada pode ser transferida ou já o foi para cumprir a sua condenação.

#### **Artigo 02**

### **Princípios gerais**

1. As Partes comprometem-se a conceder mutuamente, tal como é previsto pelo presente Tratado, a cooperação mais abrangente possível em termos de transferência das pessoas condenadas.
2. Uma pessoa condenada no território de uma das Partes pode, em conformidade com as disposições do presente Tratado, ser transferida até o território da outra Parte para cumprir a condenação que lhe foi infligida. Para este efeito, ela pode manifestar, seja para o Estado de condenação seja para o Estado de execução, o seu desejo de ser transferida em virtude do presente Tratado.
3. A transferência pode ser solicitada ou pelo Estado de condenação, ou, pelo Estado de execução.

#### **Artigo 03**

##### **Direitos humanos**

Considerando que as Partes são obrigadas a incentivar o respeito universal e efetivo aos direitos humanos e liberdades fundamentais, as Partes irão aplicar o presente Tratado respeitando as obrigações contidas nos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos dos quais elas são Partes contratantes e em particular, aquelas contidas no Pacto internacional relativo aos direitos civis

e políticos e na Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, bem como o seu Protocolo facultativo;

#### **Artigo 04**

##### **Autoridades centrais**

1. Para os fins do presente Tratado, as Autoridades centrais são, para a Suíça, o Ofício federal da justiça do Departamento federal da justiça e da polícia, e, para o Brasil, o Ministério da Justiça, por intermédio dos quais serão apresentados e recebidos os pedidos de transferência bem como as suas respostas.
2. As Autoridades centrais das Partes comunicam diretamente entre elas. A via diplomática permanece contudo reservada a casos de necessidade.

#### **Artigo 05**

##### **Condições para a transferência**

1. Uma transferência apenas pode ser efetivada nos termos do presente Tratado nas condições seguintes:
  - a) A pessoa condenada deve ser nacional do Estado de execução;
  - b) O julgamento deve ser definitivo e não haver outro processo penal pendente, no Estado de condenação;
  - c) A duração da condenação que o condenado ainda há de sofrer deve ser de no mínimo doze meses, contados a

partir do dia da recepção do pedido de transferência, ou indeterminada;

d) A pessoa condenada ou, quando em razão de sua idade ou estado físico ou mental, algum dos dois Estados o julga necessário, seu representante, deve consentir na transferência;

e) Os atos ou omissões que deram origem a condenação devem constituir uma infração penal com respeito ao direito do Estado de execução ou deveriam constituir uma infração caso acontecesse no seu território; e

f) O Estado de condenação e o Estado de execução devem ter chegado a um acordo sobre a transferência;

2. Em casos excepcionais as Partes podem concordar com uma transferência mesmo se a duração da condenação que a pessoa condenada ainda tem por cumprir for inferior à prevista no parágrafo 1, c).

#### **Artigo 06**

##### **Obrigações de fornecer informações**

1. Toda e qualquer pessoa condenada à qual este Tratado pode se aplicar deve ser informado pelo Estado de condenação do teor do presente Tratado.
2. Caso a pessoa condenada tenha manifestado para o Estado de condenação o desejo de ser transferida em virtude do presente Tratado, este Estado deve informar o Estado de execução o quanto

- antes, uma vez que o julgamento seja definitivo.
3. As informações devem conter:
    - a) O nome, a data e o local de nascimento da pessoa condenada;
    - b) Se existir, o seu endereço no Estado de execução;
    - c) Uma declaração dos fatos que levaram a condenação;
    - d) A natureza, a duração e a data do início da condenação.
  4. Caso a pessoa condenada tenha manifestado ao Estado de execução o desejo de ser transferida em virtude do presente Tratado, o Estado de condenação comunica a este Estado, a pedido, as informações referidas no parágrafo 3, acima.
  5. A pessoa condenada deve ser informada por escrito de toda e qualquer ação tomada pelo Estado de condenação ou pelo Estado de execução, em aplicação dos parágrafos anteriores, bem como informada de qualquer decisão tomada por um dos dois Estados a respeito de um pedido de transferência.

#### **Artigo 07**

##### **Pedidos e respostas**

1. As solicitações de transferência e as respostas devem ser feitas por escrito.

2. Estas solicitações serão endereçadas diretamente entre as Autoridades centrais e as respostas são comunicadas pela mesma via. A via diplomática permanece, contudo, reservada para caso de necessidade.
3. O Estado requerido deve informar o Estado requerente no menor tempo possível, de sua decisão em aceitar ou recusar a transferência solicitada.

#### **Artigo 08**

##### **Documentos em apoio**

1. O Estado de execução deve, a pedido do Estado de condenação, disponibilizar para o mesmo:
  - a) Um documento ou uma declaração indicando que a pessoa condenada é nacional deste Estado;
  - b) Uma cópia das disposições legais do Estado de execução dos quais resultam que os atos ou omissões que levaram a condenação no Estado de condenação constituem uma infração penal perante o direito do Estado de execução, ou, constituiriam uma, caso acontecessem no seu território.
2. Caso uma transferência seja solicitada, o Estado de condenação deve disponibilizar os documentos a seguir para o Estado de execução, a não ser que um dos dois Estados já tenha expressado que não aprovaria a transferência:

a) Uma cópia do julgamento e das disposições legais aplicadas;

b) A indicação do tempo da condenação já cumprida, inclusive informações sobre qualquer detenção provisória, remissão ou outro ato relativo à execução da condenação, bem como um atestado de conduta carcerária;

c) Uma declaração notificando o consentimento para a transferência tal como consta no artigo 5,1,d);

d) Sempre que for o caso, todo relatório médico ou social sobre a pessoa condenada, qualquer informação sobre o seu tratamento no Estado de condenação e toda e qualquer recomendação para a continuação do seu tratamento no estado de execução.

3. O Estado de condenação e o Estado de execução podem, um e outro, pedir para receber qualquer documento ou declaração citada nos parágrafos 1 e 2 acima, antes de solicitar uma transferência ou de tomar uma decisão sobre a sua aprovação ou reprovação.

#### **Artigo 09**

##### **Consentimento e verificação**

1. O Estado de condenação garantirá que a pessoa que deve dar o seu consentimento para a transferência em respeito ao artigo 5, 1. d) o faça voluntariamente e com plena consciência das consequências jurídicas que dele decorrem. O

procedimento a ser seguido para tal será regido pela lei do Estado de condenação.

2. O Estado de condenação concederá ao Estado de execução a possibilidade de verificar, por intermédio de um cônsul ou de outro funcionário designado em acordo com o Estado de execução, que o consentimento foi dado nas condições previstas no parágrafo anterior.

#### **Artigo 10**

##### **Consequências da transferência para o Estado de condenação**

1. O recebimento da pessoa condenada pelas autoridades do Estado de execução resulta na suspensão da execução da condenação no Estado de condenação. Quando a pessoa condenada, uma vez transferida, escapa da execução da sua condenação, o Estado de condenação recupera o direito de executar o restante da pena que a mesma teria que cumprir no Estado de execução.

2. O Estado de condenação não pode mais executar a condenação quando o Estado de execução considerar a execução da condenação terminada.

#### **Artigo 11**

##### **Consequências da transferência para o Estado de execução**

1. A sanção penal pronunciada pelo Estado de condenação será diretamente aplicada no Estado de execução.
2. O Estado de execução estará vinculado às constatações dos fatos, bem como à natureza jurídica e à duração da sanção penal que resultam da condenação.
3. Contudo, caso a natureza ou o tempo de duração desta sanção penal forem incompatíveis com a legislação do Estado de execução, ou caso a legislação deste Estado o exigir, o Estado de execução pode, por decisão de autoridade competente, adaptar esta sanção penal à pena ou medida prevista pela sua própria lei para infrações da mesma natureza. Esta pena ou medida corresponderá na medida do possível, dado a sua natureza, àquela infligida pela condenação a executar. Ela não pode agravar pela sua natureza ou pela sua duração a sanção penal pronunciada no Estado de condenação, nem mesmo exceder o máximo previsto pela lei do Estado de execução.
4. A execução da sanção penal no Estado de execução será regida pela lei deste Estado. Ele é o único competente para tomar as decisões relativas às modalidades de execução da sanção penal, inclusive daquelas relativas ao tempo de duração e

encarceramento da pessoa condenada.

### **Artigo 12**

#### **Persecução ou condenação no Estado de execução**

1. A pessoa condenada, quando é transferida para a execução de uma pena ou de uma medida privativa de liberdade conforme ao presente Tratado, não pode ser processada ou condenada no Estado de execução pelos mesmos fatos que aqueles que levaram a sua pena ou medida privativa de liberdade, infligida pelo Estado de condenação.
2. Contudo, a pessoa transferida poderá ser detida, julgada e condenada no Estado de execução para todo e qualquer outro fato que aquele que resultou na sua condenação no Estado de condenação, quando for sancionado penalmente pela legislação do Estado de execução.

### **Artigo 13**

#### **Entrega**

A entrega da pessoa condenada pelas autoridades do Estado de condenação às autoridades do Estado de execução acontecerá no local combinado entre as Partes.

### **Artigo 14**

#### **Graça, Indulto ou Anistia**

1. A graça, o indulto ou a anistia poderão ser concedidos conforme

- a Constituição ou demais normas jurídicas dos dois Estados.
2. O Estado de execução somente poderá conceder graça, indulto ou anistia, em conformidade com as suas leis, após o consentimento do Estado de condenação.

### **Artigo 15**

#### **Revisão do julgamento**

O Estado de condenação, somente, tem o direito de se pronunciar sobre qualquer pedido de revisão introduzido contra o julgamento.

### **Artigo 16**

#### **Modificação e cessação da execução**

1. O Estado de condenação informará o Estado de execução sobre toda modificação da condenação favorável à pessoa condenada transferida.
2. O Estado de execução deve por fim a execução da condenação assim que lhe for informado pelo Estado de condenação de toda e qualquer decisão ou medida que resulta na suspensão do caráter executório da condenação.

### **Artigo 17**

#### **Informações relativas à execução**

a) O Estado de execução disponibilizará informações ao Estado de condenação, relativas à execução da condenação:

b) Quando considerar concluída a execução da condenação;

c) Caso a pessoa condenada fuja antes do término da execução da condenação; ou

d) Caso o Estado de condenação solicite um relatório específico.

### **Artigo 18**

#### **Trânsito**

1. Caso uma das duas Partes conclua com Estados terceiros convenções para a transferência de pessoas condenadas, a outra Parte deverá facilitar o trânsito no seu território das pessoas condenadas transferidas em respeito a tais convenções.
2. Uma das Partes poderá recusar o trânsito, caso a pessoa condenada seja nacional do seu Estado, ou caso a infração que resultou na condenação não constitua uma violação perante a sua legislação.
3. A Parte que tiver a intenção de realizar esta transferência deverá notificar previamente a outra Parte.
4. A Parte à qual o trânsito é solicitado somente poderá manter a pessoa condenada em detenção durante o período de tempo estritamente necessário para o trânsito pelo seu território.

### **Artigo 19**

#### **Idiomas**

1. Os pedidos de transferência bem como os seus anexos serão redigidos no idioma do Estado requerente e acompanhados de uma tradução na língua do Estado requerido indicado para cada caso pela Autoridade central.
2. A tradução dos documentos estabelecidos ou obtidos no âmbito da execução do pedido será responsabilidade do Estado requerente.
4. O Estado de execução poderá recuperar da pessoa condenada a totalidade ou parte dos custos da transferência que ele financiou.

## **Segunda parte: Disposições finais**

### **Artigo 22**

#### **Troca de pontos de vista**

A pedido de uma delas, as duas Partes procederão, verbalmente ou por escrito, à troca de pontos de vista sobre a interpretação, aplicação e implementação do presente Tratado, de forma geral ou para um caso em específico.

### **Artigo 23**

#### **Aplicação no tempo**

O presente Tratado será aplicável à execução das condenações pronunciadas antes ou após a sua entrada em vigor.

### **Artigo 24**

#### **Relações com outras convenções e acordos**

O presente Tratado não prejudica nem viola os direitos e obrigações decorrentes dos tratados de extradição e demais tratados de cooperação internacional em matéria penal que disponham sobre a transferência de detentos para fins de acareação ou de testemunho.

### **Artigo 20**

#### **Isenção de formalidades**

O pedido e os respectivos documentos enviados por uma das Partes em aplicação ao presente Tratado são dispensados das formalidades de legalização, bem como de qualquer outra formalidade.

### **Artigo 21**

#### **Escolta e custos**

1. O Estado de execução fornecerá a escolta para a transferência.
2. Os custos da transferência, inclusive aqueles da escolta, serão de incumbência do Estado de execução, a não ser no caso em que for combinado diferentemente pelos dois Estados.
3. Os custos ocasionados exclusivamente no território do Estado de condenação serão de responsabilidade deste Estado.

## **Artigo 25**

### **Entrada em vigor**

1. O presente Tratado entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês após a data da última notificação atestando o cumprimento das formalidades constitucionais requeridas em cada um dos dois Estados.
2. O presente Tratado vigorará por tempo indeterminado.

## **Artigo 26**

### **Denúncia**

1. Cada Parte poderá denunciar o presente Tratado a qualquer momento por notificação escrita enviada à outra Parte. A denúncia entrará em vigor seis meses após a data da recepção desta notificação.
2. Contudo, o Tratado ainda continuará sendo aplicado à execução das condenações das pessoas condenadas transferidas em conformidade com o presente Tratado antes que a denúncia entre em vigor.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos seus respectivos Governos, assinaram o presente Tratado.

Feito em Brasília, no dia 23 de novembro de 2015, em duplo exemplar, na língua francesa e na língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

## **VIAGEM DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES A CUBA – HAVANA, 25 DE NOVEMBRO DE 2015 24/11/2015**

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, realizará sua primeira visita oficial a Cuba, em 25 de novembro.

Em Havana, o Ministro Mauro Vieira manterá reuniões de trabalho com o Chanceler Bruno Rodriguez Parilla e com o Ministro de Comércio Exterior e Investimentos Estrangeiros, Rodrigo Malmierca Díaz.

A visita do Chanceler brasileiro a Cuba ocorre em contexto político promissor. A normalização das relações diplomáticas entre EUA e Cuba – que, o Brasil espera, culmine proximamente com o fim do embargo vigente – e a evolução do modelo econômico cubano são desenvolvimentos que o Brasil acompanha com atenção.

Em Havana, o Ministro Mauro Vieira tratará de temas relativos à cooperação bilateral; à criação da Câmara de Comércio Brasil-Cuba; à ampliação do escopo do Acordo de Complementação Econômica nº 62 (ACE-62) entre MERCOSUL e Cuba, bem como temas regionais e globais.

Em 2016, serão comemorados os 30 anos do restabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Cuba.

ACORDO DE COOPERAÇÃO E  
FACILITAÇÃO DE  
INVESTIMENTOS ENTRE O  
BRASIL E O CHILE –  
SANTIAGO, 23 DE NOVEMBRO  
DE 2015 24/1/2015

Por ocasião da visita a Santiago do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, em 23 de novembro, foi assinado o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre o Brasil e o Chile.

Trata-se do sexto instrumento legal em matéria de investimentos firmado com base no novo modelo brasileiro de acordos de investimentos, na sequência daqueles já celebrados com Moçambique (março/2015), Angola (abril/2015), México (maio/2015), Maláui (junho/2015) e Colômbia (setembro/2015).

O ACFI com o Chile visa a facilitar e promover o investimento mútuo, mediante o estabelecimento de um marco de tratamento para os investidores e seus investimentos, e de governança institucional para a cooperação, assim como de mecanismos de prevenção e solução de controvérsias.

O Chile é o principal investidor sul-americano no Brasil, e o Brasil é o principal destino dos investimentos

diretos chilenos no mundo. Segundo o Banco Central do Brasil, o estoque de investimentos chilenos no Brasil totalizou, até dezembro de 2013, US\$ 5,2 bilhões. Os investimentos do Chile no Brasil são direcionados, sobretudo, ao setor industrial, seguido pelos setores de varejo, serviços, energia, agropecuária e mineração. Estima-se que tais investimentos gerem mais de 38 mil empregos diretos e indiretos no Brasil.

Por sua vez, o estoque de investimentos brasileiros diretos no Chile, até 2014, era de US\$ 1,5 bilhão, concentrados nos setores financeiro, mineiro, metalúrgico, químico, alimentício e de distribuição de gás e combustíveis.

*Acordo de Cooperação e Facilitação  
de Investimentos entre a República  
Federativa do Brasil e a República do  
Chile*

A República Federativa do Brasil

e

a República do Chile,

doravante denominadas como as “Partes” ou, individualmente, como “Parte”,

**Desejando** reforçar e aprofundar os laços de amizade e o espírito de cooperação contínua entre as Partes;

**Almejando** estimular, agilizar e apoiar investimentos bilaterais, abrindo novas iniciativas de integração entre ambos os países;

**Reconhecendo** o papel fundamental do investimento na promoção do desenvolvimento sustentável, do crescimento econômico, da redução da pobreza, da criação de empregos, da expansão da capacidade produtiva e do desenvolvimento humano;

**Entendendo** que o aprofundamento das relações entre as Partes em matéria de investimentos trará benefícios amplos e recíprocos;

**Com o propósito de alcançar uma expansão contínua do investimento bilateral em benefício das Partes e de melhorar o ambiente de investimentos mediante o intercâmbio de informação, a promoção e cooperação e a identificação e eliminação de barreiras ao investimento;**

**Destacando** a importância de se fomentar um ambiente transparente, ágil e amigável para os investimentos bilaterais;

**Reconhecendo o direito das Partes de adotar normas relativas a investimentos realizados em seus territórios, para alcançar objetivos legítimos de políticas públicas;**

**Desejando** fomentar e fortalecer os contatos entre o setor privado e os Governos das Partes;

**Com o objetivo de** criar um mecanismo de diálogo técnico e iniciativas governamentais que contribuam para o aumento significativo de seus investimentos mútuos;

**Acordam o que Segue**

## *PARTE I – Definições e Âmbito de*

### *Aplicação*

#### **Artigo 1º** **Definições**

1. Para efeitos deste Acordo:

1.1 “Acordo TRIPS” significa o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio, contidos no Anexo 1 C do Acordo pelo qual se estabelece a Organização Mundial do Comércio.

1.2 **"Empresa do Estado"** significa uma empresa de propriedade ou controlada, integral ou majoritariamente, por uma Parte, para efeitos de exercer atividades de negócios.

1.3 **"Estado Anfitrião"** significa a Parte em cujo território se encontra o investimento.

1.4 **"Investimento"** significa um investimento direto, ou seja, todo ativo de propriedade ou controlado, direta ou indiretamente, por um investidor de uma Parte, estabelecido ou adquirido de conformidade com o ordenamento jurídico da outra Parte, no território dessa outra Parte, que permita exercer a propriedade, o controle ou um grau significativo de influência sobre a gestão da produção de bens ou da prestação de serviços no território do Estado Anfitrião, incluindo em particular, mas não exclusivamente:

(a) uma empresa;

(b) ações, capital ou outros tipos de participação no patrimônio ou capital social de uma empresa;

(c) títulos, debêntures, empréstimos ou outros instrumentos de dívida de uma empresa, independentemente do prazo de vencimento inicial, mas não incluindo, no caso do Brasil, um

instrumento de dívida ou um empréstimo a uma empresa do Estado que não desenvolva atividades econômicas em condições de mercado e, no caso do Chile, um instrumento de dívida emitido por uma empresa do Estado ou um empréstimo a uma empresa do Estado;

(d) direitos contratuais, incluindo contratos de "turnkey", construção, gestão, produção, de concessão, de partilha de receitas e outros contratos similares;

(e) licenças, autorizações, permissões e direitos similares outorgados de conformidade com a legislação interna do Estado Anfitrião;

(f) direitos de propriedade intelectual tal como definidos ou referidos no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio da Organização Mundial do Comércio (TRIPS).

(g) direitos de propriedade, tangíveis ou intangíveis, móveis ou imóveis, e quaisquer outros direitos reais, como hipoteca, penhor, usufruto e direitos similares;

1.4.1 Para maior certeza, "**Investimento**" não inclui:

(a) as operações de dívida pública;

(b) uma ordem ou sentença emitida em uma ação judicial ou administrativa;

(c) os investimentos de portfólio; e

(d) as reclamações pecuniárias decorrentes exclusivamente de contratos comerciais para a venda de bens ou serviços por parte de um investidor no território de uma Parte a um nacional ou uma empresa no território da outra Parte ou a concessão de crédito no âmbito de uma transação comercial.

1.5 "**Investidor**" significa um nacional, residente permanente ou empresa de uma Parte, que tenha realizado um investimento no território da outra Parte.

1.6 "**Empresa**" significa qualquer entidade constituída ou organizada conforme a legislação aplicável, tendo ou não fins lucrativos, de propriedade privada ou governamental, incluindo qualquer sociedade, fundação, empresa de proprietário único, "joint venture", e entidades sem personalidade jurídica.

1.7 "**Empresa de uma Parte**" significa uma empresa constituída ou organizada conforme a legislação de uma Parte, que realize atividades substanciais de negócios no território da mesma Parte.

1.8 "**Nacional**" significa uma pessoa natural que tenha a nacionalidade de uma Parte, de acordo com seu ordenamento jurídico.

1.9 "**Medida**" significa qualquer lei, regulamento, procedimento, requisito ou prática.

1.10 "**Rendimentos**" significa os valores obtidos por um investimento e que, em particular, embora não exclusivamente, incluem royalties, lucro, juros, ganhos de capital e dividendos.

1.11 "**Território**" significa:

(a) com relação ao Chile, o espaço terrestre, marítimo e aéreo sob a sua soberania, e a zona econômica exclusiva e a plataforma continental sobre as quais exerce direitos de soberania e jurisdição, de acordo com o direito internacional e seu direito interno; e

(b) com relação ao Brasil, o território, incluindo seus espaços terrestres e aéreos, a zona econômica exclusiva, o

mar territorial, plataforma continental, solo e subsolo, dentro da qual exerce seus direitos de soberania ou jurisdição, de acordo com direito internacional e com sua legislação interna.

1.12 **"Moeda de livre uso"** significa a moeda de livre uso, tal como se determina em conformidade com o "Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional".

## **Artigo 2º**

### **Objetivo**

O objetivo deste Acordo é facilitar e promover o investimento mútuo, mediante o estabelecimento de um marco de tratamento para os investidores e seus investimentos, e de governança institucional para a cooperação, assim como de mecanismos de prevenção e solução de controvérsias.

## **Artigo 3º**

### **Âmbito de Aplicação**

1. Este Acordo aplica-se a todos os investimentos realizados antes ou depois de sua entrada em vigor.
2. Para maior certeza,

(a) a exigência de uma Parte de que um prestador de serviços da outra Parte deposite uma fiança ou outra forma de garantia financeira, como condição para prestar um serviço no seu território, não estabelece por si só a aplicação deste Acordo à prestação transfronteiriça deste serviço. Este Acordo aplica-se ao tratamento que outorgue essa Parte à fiança ou garantia financeira depositada, na medida em que essa fiança ou garantia financeira seja um investimento;

(b) este Acordo não limitará de forma alguma os direitos e benefícios que a legislação vigente no território de uma Parte ou o direito internacional, incluindo o Acordo sobre Medidas em Matéria de Investimentos relacionadas ao Comércio (TRIMS) da Organização Mundial do Comércio, conferem a um investidor da outra Parte; e

(c) o disposto neste Acordo não impede a adoção e implementação de novos requisitos ou restrições sobre os investidores e seus investimentos, desde que não sejam desconformes com este Acordo.

3. Este Acordo não se aplica a subsídios ou subvenções concedidos por uma Parte, incluindo empréstimos, garantias e seguros, garantidos pelo Estado,

sem prejuízo de que o tema possa ser tratado no Comitê Conjunto previsto no Artigo 18 (Comitê Conjunto para a Administração do Acordo).

## ***PARTE II – Tratamento Outorgado***

### ***aos Investidores e seus Investimentos***

#### **Artigo 4º** **Admissão**

Cada Parte admitirá em seu território os investimentos de investidores da outra Parte, que sejam realizados de acordo com seu ordenamento jurídico interno.

#### **Artigo 5º** **Tratamento Nacional**

1. Sujeito a suas leis e regulamentos vigentes no momento em que o investimento seja realizado, cada Parte outorgará aos investidores da outra Parte tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos seus próprios investidores, no que se refere à expansão, administração, condução, operação, venda ou outra disposição dos investimentos em seu território.

2. Sujeito a suas leis e regulamentos vigentes no momento em que o investimento seja realizado, cada Parte outorgará aos investimentos de investidores da outra Parte tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos investimentos de seus próprios investidores, no que se refere à expansão, administração, condução, operação, venda ou outra disposição dos investimentos em seu território.

3. Para maior certeza, o tratamento ser acordado em "circunstâncias similares" depende da totalidade das circunstâncias, incluindo que o tratamento pertinente distinga entre investidores ou investimentos com base em objetivos legítimos de interesse público.

4. Para maior certeza, este Artigo não será interpretado no sentido de obrigar as Partes a compensar desvantagens competitivas intrínsecas, que resultem do caráter estrangeiro dos investidores e seus investimentos.

#### **Artigo 6º** **Tratamento de Nação Mais Favorecida**

1. Sujeito a suas leis e regulamentos vigentes no momento em que o investimento seja realizado, cada Parte outorgará aos investidores da outra Parte tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos investidores de um Estado não Parte, no que se refere à expansão, administração, condução, operação, venda ou outra disposição dos investimentos em seu território.
  - (i) disposições relativas à solução de controvérsias em matéria de investimentos constantes de um acordo internacional de investimentos, incluindo um acordo que contenha um capítulo de investimentos; ou
  - (ii) qualquer acordo comercial internacional, incluindo acordos tais como os que criam uma organização de integração econômica regional, área de livre comércio, união aduaneira ou mercado comum do qual uma das Partes seja membro antes da entrada em vigor deste Acordo.
2. Sujeito a suas leis e regulamentos vigentes no momento em que o investimento seja realizado, cada Parte outorgará aos investimentos de investidores de um Estado não Parte tratamento não menos favorável do que o outorgado, em circunstâncias similares, aos investimentos de investidores de um Estado não Parte, no que se refere à expansão, administração, condução, operação, venda ou outra disposição dos investimentos em seu território.
  - (b) a possibilidade de invocar, em qualquer mecanismo de solução de controvérsias, padrões de tratamento contidos em um acordo internacional de investimentos ou em um acordo que contenha um capítulo de investimentos do qual uma das Partes seja parte antes da entrada em vigor deste Acordo.
3. Este Artigo não se interpretará como:
  - (a) uma obrigação de uma Parte para dar ao investidor da outra Parte ou a seus investimentos o benefício de qualquer tratamento, preferência ou privilégio decorrente de:
4. Para maior certeza, este Acordo não se aplica às disciplinas relativas a comércio de serviços constantes de qualquer acordo internacional vigente ou subscrito até a entrada em vigor deste Acordo sobre: aviação; pesca; assuntos marítimos, incluindo salvamento; e qualquer união

aduaneira, união econômica, união monetária e acordo resultante de tais uniões ou instituições similares.

## **Artigo 7º** **Desapropriação**

1. Nenhuma Parte expropriará nem nacionalizará os investimentos de um investidor da outra Parte, exceto se:

(a) por utilidade pública ou interesse público;

(b) de forma não discriminatória;

(c) mediante o pagamento de uma indenização, de acordo com os parágrafos 2 a 3; e

(d) de conformidade com o princípio do devido processo legal.

2. A indenização deverá:

(a) ser paga sem demora;

(b) ser equivalente ao valor justo de mercado que tenha o investimento expropriado na data imediatamente

anterior a que a desapropriação seja efetuada;

(c) não refletir uma alteração no valor devido ao fato de que a intenção de desapropriar foi conhecida antes da data indicada no subparágrafo (b); e

(d) ser livremente pagável e transferível, de acordo com o Artigo 11 (Transferências).

3. A indenização referida no parágrafo 1 (c) não será inferior ao valor justo de mercado na data indicada no subparágrafo (b) do parágrafo 2, mais os juros fixados com base em critérios de mercado, acumulados desde a data indicada no subparágrafo (b) do parágrafo 2 até a data do pagamento.

4. Este Artigo não se aplica à expedição de licenças obrigatórias outorgadas em relação a direitos de propriedade intelectual, ou à revogação, limitação ou criação de ditos direitos na medida em que a referida expedição, revogação, limitação ou criação seja compatível com o Acordo TRIPS. Para maior certeza, o termo “revogação” de direitos de propriedade intelectual mencionado neste parágrafo inclui o cancelamento ou a nulidade

desses direitos, e o termo "limitação" de direitos de propriedade intelectual também inclui as exceções a esses direitos.

5. Para maior certeza, este Artigo só prevê a expropriação direta, em que um investimento é nacionalizado ou de outro modo expropriado diretamente mediante a transferência formal do título ou do direito de domínio.

### **Artigo 8º**

#### **Tratamento em caso de contenda**

1. Com respeito a medidas tais como restituição, indenização, compensação e outro mecanismo, cada Parte outorgará aos investidores da outra Parte que tenham sofrido perdas em seus investimentos no território daquela Parte, devidas a conflitos armados ou contendas civis, tais como guerra, revolução, insurreição ou distúrbios civis, um tratamento não menos favorável que aquele outorgado a seus próprios investidores ou investidores de qualquer país que não seja Parte, segundo o que seja mais favorável ao investidor afetado.
2. Sem prejuízo do estabelecido no parágrafo 1, cada Parte proverá ao investidor da outra Parte a

restituição, compensação ou ambas, segundo corresponda, conforme o Artigo 7 parágrafos (2) a (3) (Desapropriação), no caso em que os investimentos dos investidores da outra Parte sofram perdas em seu território, em qualquer situação contemplada no parágrafo 1, que resultem:

- (a) da requisição de seu investimento ou de parte dele por forças ou autoridades do Estado Anfitrião; ou
- (b) da destruição de seu investimento ou de parte dele pelas forças ou autoridades do Estado Anfitrião.

### **Artigo 9º**

#### **Transparência**

1. Cada Parte garantirá que todas as suas leis e regulamentações relativas a qualquer assunto compreendido neste Acordo sejam publicadas sem demora e, quando seja possível, em forma eletrônica.
2. Na medida do possível, cada Parte deverá:
  - (a) dar publicidade antecipada às medidas mencionadas no parágrafo 1 que pretenda adotar; e

(b) conceder às pessoas interessadas e à outra Parte oportunidade razoável para comentar sobre as medidas propostas.

3. Cada Parte estabelecerá ou manterá mecanismos adequados para responder às consultas de pessoas interessadas referentes a suas normas relativas às matérias objeto do presente Acordo, de conformidade com suas leis e regulamentos sobre transparência. A implementação da obrigação de estabelecer mecanismos adequados levará em conta as limitações orçamentárias e de recursos no caso de pequenas entidades administrativas.

### **Artigo 10** **Regulamentação Nacional**

Cada Parte assegurará que todas as medidas que afetem o investimento sejam administradas de maneira razoável, objetiva e imparcial, de conformidade com seu ordenamento jurídico.

### **Artigo 11** **Transferências**

1. Cada Parte permitirá que as seguintes transferências relacionadas ao investimento de um investidor da outra Parte sejam feitas livremente e sem demoras a partir de e para seu território:

(a) a contribuição inicial ao capital ou toda adição dos mesmos em relação à manutenção ou expansão desse investimento;

(b) os rendimentos diretamente relacionados ao investimento;

(c) o produto da venda, liquidação total ou parcial do investimento;

(d) pagamentos realizados conforme um contrato de que seja parte o investidor ou o investimento, incluídos pagamentos efetuados conforme um contrato de empréstimo;

(e) os pagamentos de qualquer empréstimo, incluídos os juros sobre o mesmo, diretamente relacionados ao investimento; e

(f) pagamentos efetuados em conformidade com o Artigo 7 (Desapropriação) e com o Artigo 8 (Tratamento em caso de contenda). Quando a indenização for paga com bônus da dívida pública, o investidor poderá transferir o valor recebido com a venda de tais bônus no mercado, de acordo com este Artigo.

1. Cada parte permitirá que as transferências relacionadas ao investimento se realizem em

moeda de livre uso de acordo com o câmbio vigente no mercado na data dessa transferência.

iii. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1, uma parte poderá impedir uma transferência mediante a aplicação equitativa, não discriminatória e de boa fé de suas leis relativas a:

(a) procedimentos falimentares, quebra, insolvência ou proteção dos direitos dos credores;

(b) cumprimento de resoluções, sentenças ou laudos proferidos em procedimentos judiciais, administrativos ou arbitrais. Para maior certeza, este subparágrafo inclui o cumprimento de resoluções, sentenças ou laudos proferidos em procedimentos judiciais, administrativos ou arbitrais de natureza tributária ou trabalhista;

(c) infrações penais; ou

(d) relatórios financeiros ou conservação de registros de transferências quando seja necessário para colaborar com o cumprimento da lei ou com as autoridades financeiras regulatórias.

1. Cada Parte poderá adotar ou manter medidas que não sejam consistentes com as obrigações adquiridas nesse Artigo, sempre

que sejam não discriminatórias e em conformidade com o Convênio Constitutivo do Fundo Monetário internacional:

(a) no caso de desequilíbrios graves do Balanço de pagamentos ou de dificuldades financeiras externas ou a ameaça dos mesmos; ou

(b) nos casos em que, por circunstâncias especiais, os movimentos de capital gerem ou ameacem gerar graves complicações para a gestão macroeconômica, em particular para as políticas monetárias ou cambiais.

## **Artigo 12** **Tributação**

1. Nenhuma disposição deste Acordo se aplicará a medidas tributárias.

2. Para maior certeza, nenhuma disposição deste Acordo:

(a) afetar os direitos e obrigações das Partes que derivem de qualquer convênio tributário vigente entre as Partes; ou

(b) será interpretada de maneira que se evite a adoção ou aplicação de qualquer medida destinada a garantir a

imposição ou cobrança equitativa ou eficaz de tributos, conforme o disposto na legislação das Partes.

### **Artigo 13** **Medidas Prudenciais**

1. Nada neste Acordo será interpretado de modo a impedir que qualquer das Partes adote ou mantenha medidas prudenciais, tais como:

(a) a proteção dos investidores, depositantes, participantes do mercado financeiro, detentores de apólices, beneficiários de apólices ou pessoas com quem alguma instituição financeira tenha uma obrigação fiduciária;

(b) a manutenção da segurança, solidez, solvência, integridade ou responsabilidade de instituições financeiras; e

(c) para garantir a integridade e estabilidade do sistema financeiro de uma Parte.

2. Quando essas medidas não forem conformes com as disposições deste Acordo, não serão utilizadas como meio para evitar os compromissos ou

obrigações contraídas pela Parte no marco deste Acordo.

### **Artigo 14** **Exceções de Segurança**

1. **Nenhuma disposição deste Acordo será interpretada no sentido de:**

(a) exigir de uma Parte que proporcione qualquer informação cuja divulgação seja considerada contrária a seus interesses essenciais em matéria de segurança;

(b) impedir que uma Parte adote as medidas que estime necessárias à proteção de seus interesses essenciais em matéria de segurança, tais como aquelas relativas:

(i) a matérias cindíveis ou de fusão, ou aquelas destinadas a sua fabricação;

(ii) ao tráfico de armas, munições e instrumentos de guerra, ou outros bens e materiais afins ou relativos à prestação de serviços, destinados direta ou indiretamente ao abastecimento ou suprimento de estabelecimentos militares;

(iii) às adotadas em tempos de guerra ou outras emergências nas relações internacionais; ou

(c) impedir que uma Parte adote medidas destinadas ao cumprimento das obrigações por ela contraídas em virtude da Carta das Nações Unidas

para a manutenção da paz e da segurança internacional.

## **Artigo 15**

### **Políticas de Responsabilidade Social**

1. As Partes reconhecem a importância de estimular as empresas que operem em seu território ou que estejam sujeitas a sua jurisdição para que apliquem políticas de sustentabilidade e responsabilidade social e que impulsionem o desenvolvimento do país receptor do investimento

2. **Os investidores e seus investimentos deverão realizar os seus melhores esforços** para cumprir as “Linhas Diretrizes para Empresas Multinacionais” da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, em particular:

(a) contribuir para o progresso econômico, social e ambiental com o propósito de alcançar um desenvolvimento sustentável;

(b) respeitar os direitos humanos internacionalmente reconhecidos daqueles envolvidos nas atividades das empresas;

(c) estimular a geração de capacidades locais, mediante uma estreita colaboração com a comunidade local;

(d) fomentar a formação do capital humano, em particular, por meio da criação de oportunidades de emprego e oferecendo capacitação aos empregados;

(e) abster-se de procurar ou aceitar isenções não contempladas no marco legal ou regulatório, relacionadas com os direitos humanos, o meio ambiente, a saúde, a segurança, o trabalho, o sistema tributário, os incentivos financeiros ou outras questões;

(f) apoiar e defender os princípios de boa governança corporativa e desenvolver e implementar boas práticas de governança corporativa;

(g) desenvolver e implementar práticas de autodisciplina e sistemas de gestão eficazes que promovam uma relação de confiança mútua entre as empresas e as sociedades nas quais exercem sua atividade;

(h) promover o conhecimento e o cumprimento, por parte dos empregados, das políticas da empresa mediante sua difusão adequada, inclusive por meio de programas de capacitação;

(i) abster-se de adotar medidas discriminatórias ou disciplinares contra os empregados que elaborarem, de boa fé, relatórios à direção ou, quando apropriado, às autoridades públicas competentes, sobre práticas contrárias à lei ou às políticas da empresa;

(j) fomentar, na medida do possível, que seus sócios comerciais, incluindo provedores de serviços e contratados, apliquem princípios de conduta empresarial consistentes com os princípios previstos neste Artigo; e

(k) abster-se de qualquer ingerência indevida nas atividades políticas locais.

### **Artigo 16**

#### **Medidas sobre investimentos e luta contra a corrupção e a ilegalidade**

1. Cada Parte adotará e manterá medidas e esforços para prevenir e combater a corrupção, a lavagem de ativos e o financiamento ao terrorismo relacionados às matérias cobertas por este Acordo.
2. **Nada do disposto neste Acordo obrigará a qualquer das Partes a proteger investimentos realizados com capitais ou ativos de origem ilícita ou investimentos em cujo estabelecimento ou operação forem verificados atos ilícitos que tenham sido sancionados com a perda de ativos ou atos de corrupção.**

### **Artigo 17**

#### **Investimento e medidas sobre saúde, meio ambiente, assuntos trabalhistas e outros objetivos regulatórios**

1. Uma Parte poderá adotar, manter ou fazer cumprir qualquer medida que considere apropriada para garantir que as atividades de investimento no seu território se efetuem tomando em conta a legislação trabalhista, ambiental ou de saúde dessa Parte, de maneira consistente com o disposto neste Acordo.
2. As Partes reconhecem que não é apropriado estimular o investimento diminuindo os padrões de sua legislação trabalhista, ambiental ou de saúde. Como consequência, as Partes não deverão se recusar a aplicar ou de qualquer modo derogar, flexibilizar ou oferecer renúncia, flexibilizar ou derogar as citadas medidas como meio para incentivar o estabelecimento, a manutenção ou a expansão de um investimento em seu território.

### *PARTE III – Governança Institucional e Prevenção de Controvérsias*

### **Artigo 18**

#### **Comitê Conjunto para a Administração do Acordo**

1. As Partes estabelecem um Comitê Conjunto para a gestão deste Acordo (doravante designado “Comitê Conjunto”).

2. Esse Comitê Conjunto será composto por representantes dos Governos de ambas as Partes.
3. O Comitê Conjunto reunir-se-á nas datas, nos locais e pelos meios que as Partes acordarem. As reuniões serão realizadas pelo menos uma vez por ano, com presidências alternadas entre as Partes a cada reunião.
4. O Comitê Conjunto terá as seguintes atribuições e competências:
  - (a) supervisionar a administração e implementação deste Acordo;
  - (b) compartilhar e discutir oportunidades de investimentos em seus territórios;
  - (c) coordenar a implementação da Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos;
  - (d) convidar o setor privado e a sociedade civil, quando seja aplicável, para que apresentem seus pontos de vista sobre as questões específicas relacionadas com os trabalhos do Comitê Conjunto; e
  - (e) resolver amigavelmente quaisquer questões ou controvérsias sobre os investimentos, em conformidade com o Artigo 24 (Consultas e Negociações Diretas para a Prevenção de Controvérsias).
5. As Partes poderão estabelecer grupos de trabalho *ad hoc*, que se reunirão conjuntamente com o Comitê Conjunto ou separadamente.
6. O setor privado poderá ser convidado a integrar os grupos de trabalho *ad hoc*, quando assim autorizado pelo Comitê Conjunto.
7. O Comitê Conjunto poderá elaborar seu próprio regulamento interno.

## **Artigo 19**

### **Pontos Focais Nacionais ou Ombudsmen**

1. Cada Parte designará um único Ponto Focal Nacional, que terá como função principal dar apoio aos investidores da outra Parte em seu território.

2. No caso da República Federativa do Brasil, o Ponto Focal Nacional, também chamado de Ombudsman será estabelecido na Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), que é um Conselho de Governo da Presidência da República Federativa do Brasil, de natureza interministerial.
  - (d) procurar prevenir diferenças em matéria de investimentos, em coordenação com as autoridades governamentais e em colaboração com entidades privadas pertinentes;
  - (e) prestar informações tempestivas e úteis sobre questões normativas relacionadas a investimentos em geral ou a projetos específicos, quando solicitadas, e
  - (f) relatar ao Comitê Conjunto suas atividades e ações, quando aplicável.
3. No caso da República do Chile, o Ponto Focal Nacional será estabelecido na Agencia de Promoción de la Inversión Extranjera.
4. O Ponto Focal Nacional, entre outras atribuições, deverá:
  - (a) buscar atender às recomendações do Comitê Conjunto e interagir com o Ponto Focal Nacional da outra Parte;
  - (b) administrar as consultas da outra Parte ou dos investidores da outra Parte com as autoridades competentes e informar aos interessados sobre os resultados de suas gestões;
  - (c) avaliar, em diálogo com as autoridades governamentais competentes, sugestões e reclamações recebidas da outra Parte ou de investidores da outra Parte e recomendar, quando aplicável, ações para melhorar o ambiente de investimentos.
5. Cada Parte buscará que as atribuições de seu Ponto Focal Nacional sejam executadas com celeridade e de maneira coordenada entre si e com o Comitê Conjunto.
6. Cada Parte estabelecerá regras e prazos para a execução das atribuições e competências do seu Ponto Focal Nacional, os quais serão comunicados à outra Parte.
7. O Ponto Focal Nacional deverá dar respostas precisas e oportunas

às solicitações do Governo e dos investidores da outra Parte.

## **Artigo 20**

### **Troca de Informação entre as Partes**

1. As Partes trocarão informações, sempre que possível e relevante aos investimentos recíprocos, sobre oportunidades de negócio e procedimentos e requisitos para investimentos, em particular através do Comitê Conjunto e de seus Pontos Focais Nacionais.

2. As Partes fornecerão informação com celeridade, quando solicitadas, em especial sobre os seguintes aspectos:

(a) o marco jurídico que regula o investimento em seu território;

(b) programas governamentais em matéria de investimentos e eventuais incentivos específicos;

(c) as políticas públicas e marcos legais que possam afetar o investimento;

(d) tratados internacionais relevantes, incluídos os acordos em matéria de investimentos;

(e) procedimentos aduaneiros e regimes tributários;

(f) informações estatísticas sobre mercados de bens e serviços;

(g) a infraestrutura disponível e os serviços públicos relevantes;

(h) regime de compras governamentais e as concessões;

(i) a legislação trabalhista e previdenciária;

(j) a legislação migratória;

(k) a legislação cambial;

(l) informações sobre legislação dos setores econômicos específicos; e

(m) informação pública sobre Parcerias Público-Privadas.

## **Artigo 21**

## **Tratamento da Informação Protegida**

1. As Partes respeitarão o nível de proteção da informação estabelecido pela Parte que a tenha apresentado, de acordo com suas leis aplicáveis.
2. Nada do estabelecido no Acordo será interpretado no sentido de exigir de qualquer das Partes a divulgação de informação protegida cuja divulgação pudesse dificultar a aplicação da lei ou, de outra maneira, fosse contrária ao interesse público, ou pudesse prejudicar a privacidade ou interesses comerciais legítimos. Para os propósitos deste parágrafo, a informação protegida inclui informação sigilosa de negócios ou informação privilegiada ou protegida contra divulgação, de acordo com as leis aplicáveis de uma Parte.

## **Artigo 22 Interação com o Setor Privado**

1. Reconhecendo o papel fundamental que desempenha o setor privado, cada Parte disseminará, nos setores empresariais pertinentes da outra Parte, as informações de caráter

geral sobre investimentos, marcos normativos e oportunidades de negócio em seu território.

2. Sempre que possível, cada Parte dará publicidade sobre este Acordo a seus agentes financeiros públicos e privados, responsáveis pela avaliação técnica dos riscos e pela aprovação dos empréstimos, créditos, garantias e seguros relacionados com o investimento no território da outra Parte.

## **Artigo 23 Cooperação entre organismos encarregados da promoção de investimentos**

As Partes promoverão a cooperação entre seus organismos encarregados de promover investimentos, com o fim de facilitar o investimento em seus territórios.

## **Artigo 24 Consultas e Negociações Diretas para a Prevenção de Controvérsias**

1. Antes de iniciar um procedimento de arbitragem nos termos do Artigo 25 (Arbitragem entre as Partes) deste Acordo, as Partes procurarão resolver as controvérsias mediante consultas e

negociações diretas entre si, e deverão submetê-las ao exame do Comitê Conjunto, de acordo com o procedimento seguinte.

2. Uma Parte poderá recusar que se discuta, no Comitê Conjunto, uma questão relativa a um investimento realizado por um nacional dessa Parte no território dessa Parte.

3. Uma Parte poderá submeter ao Comitê Conjunto uma questão específica que afete um investidor, de acordo com as seguintes regras:

(a) para iniciar o procedimento, a Parte interessada deverá apresentar, por escrito, a sua solicitação à outra parte, especificando o nome do investidor afetado e a medida específica em questão, e os fundamentos de fato e de direito que motivaram a solicitação. O Comitê Conjunto deverá se reunir dentro de sessenta (60) dias, a partir da data da solicitação;

(b) com objetivo de alcançar uma solução para o assunto, as Partes trocarão as informações que sejam necessárias;

(c) com objetivo de facilitar a busca de solução entre as Partes, e sempre que possível, poderão participar das reuniões do Comitê Conjunto:

(i) representantes dos investidores afetados; e

(ii) representantes das entidades governamentais e não governamentais relacionadas com a medida;

(d) o Comitê Conjunto deverá, sempre que possível, convocar reuniões extraordinárias para avaliar as questões que lhe tenham sido submetidas.

(e) o Comitê Conjunto terá o prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data de sua primeira reunião, prorrogável por igual período, de comum acordo, mediante justificativa, para avaliar as informações relevantes do caso que tenha sido apresentado e preparar um relatório.

(f) o Comitê Conjunto apresentará seu relatório em reunião que será realizada, no mais tardar, até trinta (30) dias após o transcurso do prazo previsto na alínea (e).

(g) o relatório do Comitê Conjunto deverá incluir:

(i) a identificação da Parte que adotou a medida;

(ii) o investidor afetado, identificado conforme o parágrafo 3 (i);

(iii) a descrição da medida objeto da consulta;

(iv) a relação das gestões realizadas, e

(v) a posição das Partes a respeito da medida.

(h) no caso em que uma das Partes não compareça à reunião do Comitê Conjunto à qual se faz referência na alínea (a) deste Parágrafo, a controvérsia poderá ser submetida à arbitragem pela outra Parte, nos termos

do Artigo 25 (Arbitragem entre as Partes); e

(i) o Comitê Conjunto realizará todos os esforços para alcançar uma solução satisfatória para ambas as Partes.

### **Artigo 25**

#### **Arbitragem entre as Partes**

Uma vez terminado o procedimento previsto no Artigo 24 (Consultas e Negociações Diretas para a Prevenção de Controvérsias) sem que a controvérsia tenha sido resolvida, qualquer das Partes poderá solicitar por escrito à outra Parte o estabelecimento de um tribunal arbitral para que decida sobre a mesma matéria objeto das consultas a que se refere o Artigo 24, de acordo com as disposições do Anexo I (Arbitragem entre as Partes).

### **PARTE IV – Agenda para**

#### **Cooperação e Facilitação de**

#### **Investimentos**

### **Artigo 26**

#### **Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos**

1. O Comitê Conjunto desenvolverá e discutirá uma Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos em temas relevantes

para a promoção dos investimentos bilaterais. Os temas a serem inicialmente tratados inicialmente serão determinados em sua primeira reunião.

2. Os resultados que possam surgir de discussões no âmbito da Agenda, poderão constituir protocolos adicionais a este Acordo ou instrumentos jurídicos específicos, conforme seja o caso.
3. O Comitê Conjunto estabelecerá cronogramas de atividades para alcançar uma maior cooperação, facilitação de investimentos.
4. As Partes deverão apresentar ao Comitê Conjunto os nomes dos órgãos governamentais e os de seus representantes oficiais envolvidos nessas atividades.
5. Para maior certeza, o termo “cooperação” entender-se-á em um sentido amplo e não no sentido de cooperação ou assistência técnica ou similar.

### **PARTE V – Disposições Gerais e**

#### **Finais**

### **Artigo 27**

#### **Disposições Finais**

1. Nem o Comitê Conjunto, nem os Pontos Focais Nacionais substituirão os canais diplomáticos existentes entre as Partes.
2. Os anexos deste Acordo formam parte integral do mesmo.
3. As Partes não assumiram compromissos em relação aos investidores e seus investimentos em serviços financeiros, entendendo-se por serviços financeiros o definido no parágrafo 5 (a) do Anexo sobre Serviços Financeiros do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS) da Organização Mundial do Comércio (OMC). Tendo em conta a relevância do investimento mútuo neste setor, as Partes negociarão um Protocolo ou outro instrumento jurídico separado, em matéria de serviços financeiros, com a maior brevidade. A ratificação deste Acordo e do instrumento sobre serviços financeiros será simultânea.
4. Sem prejuízo das suas reuniões ordinárias, depois de dez (10) anos da entrada em vigor deste Acordo, ou antes, se considerar necessário, o Comitê Conjunto realizará uma revisão geral de sua aplicação e fará recomendações adicionais que forem necessárias.
5. Este Acordo entrará em vigor noventa (90) dias depois da data de recepção da última notificação pela qual uma Parte informa à outra o cumprimento de todos os procedimentos internos necessários para a entrada em vigor deste Acordo.
6. A qualquer momento, qualquer das Partes poderá denunciar este Acordo, pela via diplomática. A denúncia surtirá efeito na data que as Partes acordem ou, se as Partes não alcançarem um acordo, um (1) ano após a data de entrega da notificação de denúncia.

FEITO em Santiago, em 23 de novembro do ano de 2015, em dois originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

## ***ANEXO I***

### ***Arbitragem entre as Partes***

#### **Artigo 1º**

##### **Âmbito de aplicação**

1. As controvérsias que surjam entre as Partes com relação à

interpretação ou aplicação das disposições contidas neste Acordo poderão ser submetidas ao procedimento de arbitragem estabelecido neste Anexo.

2. Não poderão ser objeto de arbitragem as medidas adotadas em aplicação dos Artigos 14 – (Exceções de Segurança), 16 – (Medidas sobre investimento e luta contra a corrupção e a ilegalidade), 17 – (Investimento e medidas de saúde, meio ambiente, assuntos trabalhistas e outros objetivos regulatórios) e os compromissos estabelecidos no Artigo 15 – (Políticas de Responsabilidade Social).
3. Uma Parte poderá denegar a submissão à arbitragem de uma questão relativa a um investimento realizado por um nacional desta Parte no território desta Parte.
4. Este Anexo não se aplicará a qualquer ato ou fato que tenha ocorrido ou qualquer situação que tenha cessado de existir, antes da data de entrada em vigor deste Acordo;
5. Este Anexo não se aplicará a nenhuma controvérsia se houver transcorrido mais de cinco (5) anos a partir da data na qual a Parte teve conhecimento ou deveria ter tido conhecimento dos fatos que deram causa à controvérsia.

## Artigo 2º

## Estabelecimento dos Tribunais Arbitrais

1. Uma vez terminado o procedimento previsto no Artigo 24 (Consultas e Negociações Diretas para a Prevenção de Controvérsias) sem que a controvérsia tenha sido resolvida, qualquer das Partes poderá solicitar por escrito à outra Parte o estabelecimento de um tribunal arbitral *ad hoc* para que decida sobre a mesma matéria objeto das consultas a que se refere o referido Artigo 24. Alternativamente, as Partes poderão optar, de comum acordo, por submeter a controvérsia a uma instituição arbitral permanente para a solução de controvérsias em matéria de investimentos.
2. O tribunal arbitral será estabelecido e desempenhará suas funções em conformidade com as disposições deste Anexo. Se as Partes optarem, de comum acordo, por submeter a controvérsia a uma instituição arbitral permanente para a solução de controvérsias em matéria de investimentos, esta instituição será regida pelo estabelecido neste Anexo, salvo que as Partes decidam de maneira diversa.
3. A solicitação de estabelecimento de um tribunal arbitral identificará a medida específica em questão e os fundamentos de fato e de direito da reclamação.

4. A data de estabelecimento do tribunal arbitral será a data em que seu presidente for designado.

### **Artigo 3º**

#### **Termos de Referência dos Tribunais Arbitrais**

Ressalvado que as Partes acordem de forma diversa no prazo de vinte (20) dias seguintes à data de solicitação para o estabelecimento do tribunal arbitral, os termos de referência do tribunal arbitral serão:

“Examinar, de maneira objetiva e à luz das disposições pertinentes deste Acordo, o assunto indicado na solicitação para o estabelecimento do tribunal arbitral, e formular conclusões de fato e de direito, determinando de forma fundamentada se a medida em questão está ou não em conformidade com o Acordo.”

### **Artigo 4º**

#### **Composição dos Tribunais Arbitrais e Seleção dos Árbitros**

1. O tribunal arbitral será composto por três árbitros.
2. Cada Parte designará, dentro do prazo de sessenta (60) dias seguintes à data de solicitação para o estabelecimento do tribunal arbitral, um árbitro que poderá ser de qualquer nacionalidade.
3. Os dois árbitros designados, dentro do prazo de sessenta (60) dias contados a partir da designação do

último deles, designarão um nacional de um terceiro Estado, com o qual ambas as Partes mantenham relações diplomáticas, e que não poderá ter sua residência habitual em nenhuma das Partes, nem ser dependente de nenhuma das Partes, nem ter participado de qualquer forma na controvérsia, e que, ao ser aprovado por ambas as Partes, no prazo de trinta (30) dias contados da data da sua nomeação, será designado presidente do tribunal arbitral.

4. Se, dentro dos prazos especificados nos parágrafos 2 e 3, não tiverem sido efetuadas as designações necessárias, qualquer das Partes poderá solicitar ao Secretário-Geral da Corte Permanente de Arbitragem da Haia que faça as designações necessárias. Se o Secretário-Geral da Corte Permanente de Arbitragem da Haia for nacional de uma das Partes ou estiver impedido de exercer a referida função, o membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haia de maior antiguidade, e que não seja nacional de qualquer das Partes, será convidado a efetuar as designações necessárias.
5. Todos os Árbitros deverão:
  - (a) ter experiência ou especialidade em Direito Internacional Público, regras internacionais sobre investimento, ou em solução de controvérsias que

surjam em relação a Acordos Internacionais de Investimentos;

(b) ser eleitos estritamente em função de sua objetividade, credibilidade e reputação;

(c) ser independentes e não estar vinculados a qualquer das Partes ou aos outros árbitros ou a potenciais testemunhas, direta ou indiretamente, nem receber instruções das Partes; e

(d) cumprir as "Normas de Conduta para a aplicação do entendimento relativo às normas e procedimentos que regem a resolução de controvérsias" da Organização Mundial do Comércio (OMC/DSB/RC/1, de 11 de dezembro de 1996), no que seja aplicável à controvérsia, ou qualquer outra norma de conduta estabelecida pelo Comitê Conjunto.

6. Em caso de renúncia, incapacidade ou falecimento de algum dos árbitros designados em conformidade com este Artigo, um sucessor será designado no prazo de quinze (15) dias de acordo com o estabelecido nos parágrafos 2, 3, 4 e 5, que serão aplicados respectivamente no que for cabível. O sucessor terá toda a autoridade e as mesmas obrigações que o árbitro original. O procedimento do tribunal arbitral será suspenso a partir da data em que o árbitro original renuncie, seja incapacitado ou faleça e terá

continuidade na data em que seu sucessor for designado.

## **Artigo 5º**

### **Procedimentos dos Tribunais Arbitrais**

1. Um tribunal arbitral, estabelecido em conformidade com este Anexo, seguirá as Regras de Procedimento que as Partes estabelecerão, ressalvado que as mesmas acordem de forma diversa. O tribunal arbitral poderá estabelecer, em consulta com as Partes, regras de procedimento suplementares que não entrem em conflito com as disposições deste Artigo e com as Regras de Procedimento.

2. As Regras de Procedimento deverão assegurar que:

(a) as Partes tenham a oportunidade de oferecer ao menos uma exposição por escrito e presenciar qualquer exposição, declaração ou réplica durante o procedimento. Toda informação ou exposição escrita apresentada por uma Parte ao tribunal arbitral e as respostas aos questionamentos do tribunal arbitral serão colocadas à disposição da outra Parte;

(b) o tribunal arbitral fará consultas às Partes quando necessário e oferecerá as oportunidades adequadas para alcançar uma solução mutuamente satisfatória;

(c) mediante notificação prévia às Partes e sujeito aos termos e condições que as Partes possam acordar nos dez (10) dias seguintes, o tribunal arbitral poderá buscar informações de qualquer fonte pertinente e consultar especialistas para obter opinião ou assessoria sobre alguns aspectos da matéria. O tribunal arbitral deverá oferecer às Partes uma cópia de cada opinião ou assessoria obtida, dando a oportunidade de formular comentários;

(d) as deliberações do tribunal arbitral e os documentos entregues serão sigilosos, sempre que a Parte que os tenha fornecido assim os qualificar;

(e) sem prejuízo do estabelecido no subparágrafo (d), qualquer das Partes poderá fazer declarações públicas sobre seus pontos de vista em relação à controvérsia, porém deverá tratar como sigilosa toda informação e exposições escritas entregues pela outra Parte ao tribunal arbitral qualificadas como sigilosas; e

(f) cada Parte assumirá os custos dos árbitros por ela designados, assim como seus gastos. Os custos do presidente do tribunal arbitral e outros gastos associados ao procedimento serão assumidos pelas partes em proporções iguais.

#### **Artigo 6º**

#### **Suspensão ou encerramento do procedimento**

1. As Partes poderão acordar a suspensão do procedimento arbitral a qualquer tempo, por um período que não exceda doze (12) meses contados da data da comunicação conjunta ao presidente do tribunal arbitral, interrompendo-se o cômputo dos prazos pelo tempo que durar a suspensão. Se o procedimento arbitral for suspenso por período superior a doze (12) meses, será considerado encerrado o procedimento iniciado, ressalvado acordo em contrário.
2. As Partes poderão acordar o encerramento do procedimento arbitral por notificação conjunta ao presidente do tribunal arbitral a qualquer tempo antes da notificação do laudo às Partes.

#### **Artigo 7º**

#### **Laudo**

1. O tribunal arbitral emitirá seu laudo por escrito no prazo de seis (6) meses contados do seu estabelecimento, prorrogável pelo máximo de trinta (30) dias, mediante notificação prévia às Partes.
2. O laudo será adotado por maioria, fundamentado e subscrito pelos membros do tribunal arbitral.
3. Sem prejuízo de outros elementos que o tribunal arbitral entender pertinentes, o laudo deverá conter necessariamente um sumário das

exposições e argumentos das Partes; e as conclusões de fato e de direito, determinando de forma fundamentada se a medida em questão está ou não em conformidade com o Acordo.

4. O laudo será definitivo, inapelável e obrigatório para as Partes, que deverão cumpri-los sem demora.
5. O laudo será disponibilizado ao público no prazo de quinze (15) dias após a data da sua emissão, sujeito ao requisito de proteção de informação de grau sigiloso.

#### **Artigo 8º**

##### **Esclarecimento e interpretação do laudo**

1. Sem prejuízo do estabelecido no Artigo 7º (Laudo ), qualquer das Partes poderá solicitar ao tribunal arbitral, no prazo de quinze (15) dias contados da notificação do laudo, um esclarecimento ou interpretação do mesmo.
2. O tribunal arbitral se pronunciará no prazo de quinze (15) dias a contar da solicitação.
3. Se o tribunal arbitral considerar que as circunstâncias assim o exigem, poderá suspender o cumprimento do laudo até que se decida sobre a solicitação apresentada.

#### **Artigo 9º**

##### **Cumprimento do laudo**

Salvo que as Partes decidam de maneira diversa, a Parte reclamada

cumprirá o laudo imediatamente, ou se assim não for possível, dentro de um prazo razoável determinado de comum acordo entre as Partes. Quando as Partes não puderem alcançar um acordo a respeito do prazo razoável no prazo de noventa (90) dias seguintes à data de emissão do laudo, o tribunal arbitral determinará tal prazo razoável.

#### **RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMBATE AO AUTODENOMINADO “ESTADO ISLÂMICO” 24/11/2016**

O Governo brasileiro manifesta sua satisfação diante da aprovação unânime, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, da Resolução nº 2249, que conclama Estados Membros das Nações Unidas a tomarem todas as medidas necessárias, em conformidade com o Direito Internacional, para combater o autodenominado "Estado Islâmico", que constitui ameaça sem precedentes à paz e à segurança internacional.

O objetivo da Resolução é eliminar o controle do grupo sobre territórios da Síria e do Iraque, assim como redobrar e coordenar esforços no sentido de prevenir e suprimir atos terroristas cometidos por indivíduos e entidades ligadas a ele e a outras organizações designadas como terroristas pelas Nações Unidas.

A Resolução condena nos termos mais fortes as violações sistemáticas de Direitos Humanos perpetradas pelo autodenominado "Estado Islâmico". Sublinha que os responsáveis deverão prestar contas de seus atos. Conclama os Estados Membros das Nações Unidas a envidar esforços para deter fluxo de combatentes à Síria e ao Iraque, bem como para eliminar suas fontes de financiamento.

#### ATENTADO CONTRA A GUARDA PRESIDENCIAL NA TUNÍSIA 25/11/2015

O Governo brasileiro condena com veemência o atentado terrorista contra ônibus da guarda presidencial da Tunísia, que levou à morte de pelo menos doze pessoas, no centro de Túnis.

O Brasil transmite suas condolências às famílias das vítimas e reitera seu repúdio a todos os tipos de atos terroristas, praticados sob quaisquer pretextos.

O Brasil renova sua solidariedade ao povo e ao Governo tunisianos, que, com coragem, e por meio de firme compromisso com os valores do diálogo e da tolerância, vêm obtendo avanços importantes na consolidação de suas instituições.

O Brasil confia em que a Tunísia democrática saberá vencer mais essa

provação na luta contra o terrorismo, e dela sairá fortalecida.

#### ATENTADO NO EGITO 25/11/2015

O Governo brasileiro manifesta sua firme condenação do atentado terrorista ocorrido ontem em hotel na cidade de Al-Arish, no Egito, que vitimou ao menos sete pessoas, entre as quais um juiz e um promotor encarregados de supervisionar as eleições legislativas no país.

Ao transmitir sua solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo do Egito, o Brasil reitera seu firme repúdio a todos os atos terroristas, praticados sob quaisquer pretextos.

#### ELEIÇÃO DE JUIZ BRASILEIRO PARA PRESIDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 26/11/2015

O Governo brasileiro acolhe com grande satisfação a eleição do juiz brasileiro Roberto Caldas para a Presidência da Corte Interamericana de Direitos Humanos no período 2016-2017, ocorrida em 25 de novembro, durante a 112ª sessão ordinária da Corte, que tem sede em São José da Costa Rica. O mandato do Dr. Roberto Caldas, que integra a Corte desde

2013, terá início em 1º de janeiro de 2016.

O Governo brasileiro transmite votos de pleno êxito para o Dr. Caldas em suas futuras funções.

## DIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE COM O POVO PALESTINO 26/11/2015

Por ocasião do Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, celebrado na data de 29 de novembro, a Presidenta Dilma Rousseff encaminhou ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, a seguinte mensagem:

"No contexto da celebração, pela comunidade internacional, do Dia Internacional da Solidariedade com o Povo Palestino, o Governo brasileiro reitera seu total apoio ao direito legítimo à autodeterminação do povo palestino".

O Brasil, que reconheceu formalmente o Estado da Palestina em 2010, permanece comprometido com o estabelecimento de um Estado Palestino soberano, economicamente viável e territorialmente contíguo, com capital em Jerusalém Oriental, convivendo lado a lado, em paz e segurança, com Israel, com base nas fronteiras internacionalmente reconhecidas de 1967, de acordo com

o Direito Internacional e as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

O Brasil acompanha com preocupação o recente recrudescimento da violência contra civis palestinos e israelenses. A expansão dos assentamentos ilegais e os ataques inspirados por ódio e extremismo religioso constituem sérios obstáculos a que se alcance a solução de dois Estados e, portanto, uma paz duradoura na região.

A falta de uma solução pacífica para a questão da Palestina continua a ser uma ameaça à paz e à segurança internacional. Passos concretos para alcançar prontamente a solução de dois Estados devem ser tomados, de forma a romper o círculo vicioso da violência. Ambas as partes devem retomar as negociações em boa fé, com base nos princípios e parâmetros estabelecidos pelo Direito Internacional e as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

"O Brasil continuará a apoiar ativamente os esforços para que se alcance uma paz justa e duradoura na Palestina, baseada na solução de dois Estados e na concretização do direito inalienável à autodeterminação do povo palestino."

## VIAGEM DA SENHORA PRESIDENTA DA REPÚBLICA A PARIS – REUNIÃO DE COORDENAÇÃO COM A IMPrensa 27/11/2015

Informa-se aos profissionais de imprensa brasileiros credenciados para cobertura da participação da Senhora Presidenta da República na 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e 11ª Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, que será realizada reunião de coordenação **hoje às 18h30**, hora local, no auditório da Embaixada do Brasil (endereço: 34, Cours Albert 1er, 75008; estação de metrô Alma-Marceau, linha 9).

## VIAGEM DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA A PARIS PARA O EVENTO DE LÍDERES DA 21ª CONFERÊNCIA DAS PARTES DA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (COP21) – PARIS, 30 DE NOVEMBRO DE 2015 27/11/2015

A Presidenta Dilma Rousseff realizará viagem a Paris, para participar da abertura da 21ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

(COP-21), no dia 30 de novembro de 2015.

A Presidenta proferirá discurso acerca dos resultados alcançados pelo Brasil no enfrentamento da mudança do clima e das expectativas para as negociações de Paris. Participará também de encontros com Chefes de Estado e de Governo.

Na Conferência de Paris, a delegação brasileira defenderá um acordo que seja robusto, justo, ambicioso e juridicamente vinculante e que fortaleça o regime multilateral sob a Convenção.

## ASSASSINATO DE LUIS MANUEL DÍAZ 27/11/2015

O Governo brasileiro tomou conhecimento com consternação do assassinato de Luis Manuel Díaz, dirigente do partido Ação Democrática (AD), ocorrido no contexto de comício eleitoral no Estado de Guárico, Venezuela.

O Governo brasileiro se une ao comunicado emitido pela Missão Eleitoral da UNASUL para as Eleições para a Assembleia Nacional, que rechaça firmemente o recurso a qualquer tipo de violência que possa afetar o bom desenvolvimento do processo eleitoral e insta as autoridades venezuelanas a investigar os fatos e punir os responsáveis.

Ao condenar com firmeza esse lamentável incidente, o Governo brasileiro recorda que é da responsabilidade das autoridades venezuelanas zelar para que o processo eleitoral que culminará com as eleições no dia 6 de dezembro transcorra de forma limpa e pacífica, de modo a permitir que o povo venezuelano exerça com tranquilidade seu dever cívico e tenha plenamente respeitada sua vontade soberana.

O Governo brasileiro confia em que o Governo venezuelano atuará para coibir quaisquer atos de violência ou intimidação que possam colocar em dúvida a credibilidade do processo eleitoral em curso e a legitimidade dos resultados da votação.

#### ATENTADO DA NIGÉRIA 27/11/2015

O Governo do Brasil manifesta seu veemente repúdio ao atentado ocorrido hoje, 27 de novembro, no estado de Kano, na Nigéria, que vitimou mais de duas dezenas de pessoas em procissão religiosa.

A Embaixada do Brasil em Abuja monitora a situação. Segundo os dados disponíveis até o momento, não há cidadãos brasileiros entre as vítimas.

Ao mesmo tempo em que transmite seus sentimentos de solidariedade aos familiares das vítimas e ao Governo e ao povo da Nigéria, o Governo

brasileiro reitera sua condenação a qualquer ato de terrorismo.

#### CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA COSTA RICA 01/12/2015

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República da Costa Rica concedeu *agrément* a Fernando Jacques de Magalhães Pimenta como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

#### ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 6 DE DEZEMBRO PRÓXIMO NA VENEZUELA 03/12/2015

Ao aproximarem-se as eleições legislativas de 6 de dezembro próximo na Venezuela, o Governo brasileiro deseja fazer chegar ao povo e ao Governo daquele País os mais sinceros votos de que o pleito se desenvolva dentro do marco da democracia, da transparência e da participação plena de toda a cidadania, em benefício do povo venezuelano e de toda a região.

O Governo brasileiro continuará a acompanhar com atenção a etapa final da campanha, a realização e a apuração das eleições, com o espírito construtivo

que demonstrou ao longo de todo o período em que participou como integrante da comissão de Chanceleres da UNASUL, encarregada de promover o diálogo entre o Governo e a oposição venezuelana.

Com esse mesmo espírito, o Governo brasileiro participou das negociações que culminaram com a assinatura do “Convênio entre o Conselho Nacional Eleitoral da República Bolivariana da Venezuela e a União de Nações Sul-Americanas para a missão eleitoral da UNASUL para a eleição à Assembleia Nacional de 6 de dezembro de 2015”, documento que contou com a aprovação do Tribunal Superior Eleitoral-TSE e permitiu a conformação da referida Missão Eleitoral.

O Governo brasileiro, que havia realçado oportunamente a importância da definição do calendário eleitoral e celebrado o anúncio da fixação da data do pleito pelo Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela, manifesta seu apoio aos trabalhos da Missão Eleitoral da UNASUL, sob a condução do ex-presidente Leonel Fernández, e também de outros participantes do processo de acompanhamento eleitoral, como o Alto Representante do MERCOSUL, Doutor Florisvaldo Fier, e o Conselho de Peritos Eleitorais da América Latina-CEELA.

Em atenção a convite do ex-presidente Leonel Fernández, o Governo

brasileiro designou o Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves para acompanhar a missão da UNASUL. Tal participação se dará na qualidade de assistente do Chefe da missão, nos termos estabelecidos pelo convênio.

O Governo brasileiro espera que essas missões, dentro do marco legal em que se realizam e com pleno respeito à soberania venezuelana, tenham a mais ampla possibilidade de atuação e possam, assim, contribuir para atestar a credibilidade do processo eleitoral e a legitimidade de seus resultados.

## ADESÃO DO BRASIL À “CONVENÇÃO DA APOSTILA” 03/11/2015

### *03 de dezembro de 2015 -*

O Governo brasileiro depositou, ontem, 2 de dezembro, junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, o instrumento de adesão do Brasil à Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (“Convenção da Apostila”).

A adesão do Brasil à Convenção da Apostila garantirá significativa redução do tempo de processamento e dos custos para cidadãos e empresas, bem como economia de recursos públicos. Uma vez em vigor, a partir de agosto de 2016, tornará mais

simples a utilização de documentos brasileiros no exterior e de documentos estrangeiros no Brasil, tais como certificados, procurações, certidões notariais, documentação escolar, entre outros.

Com base nos dispositivos da Convenção, o instrumento somente produzirá efeitos oito meses após a data do depósito, em relação àqueles Estados que não manifestarem objeção à adesão brasileira. No âmbito interno, a vigência do instrumento ocorrerá após publicação do Decreto de promulgação pela Senhora Presidenta da República, o que deverá ser realizado tão logo decorrido o mencionado prazo estipulado pela Convenção.

A adesão brasileira simplificará o trâmite internacional de documentos públicos entre o Brasil e os demais 108 países que já aplicam o instrumento. Suprimirá a necessidade de legalização consular (também conhecida por "consularização" ou "chancela consular"), a qual será substituída pela emissão da "Apostila da Haia", que será anexada ao documento público pelas autoridades competentes do país no qual foi emitido, tornando-o válido em todos os demais Estados partes da Convenção.

Tão logo aprovado o texto da Convenção pelo Congresso Nacional, o Itamaraty realizou reuniões com as instituições brasileiras diretamente interessadas na matéria a fim de definir

o modelo e o mecanismo de implementação do tratado pelo Brasil. Tendo em vista o interesse em que o serviço seja prestado da maneira mais ampla e facilitada possível, houve ampla convergência no sentido de que o sistema cartorial brasileiro, que já possui especialização na matéria, distribuição por todo território nacional e integração eletrônica, seja habilitado para emitir Apostilas em nome do Estado brasileiro.

À luz das competências do Poder Judiciário para fiscalização e regulamentação das atividades notariais, a emissão de Apostilas da Haia pelos cartórios será realizada com base em Resolução a ser editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o qual exercerá, igualmente, a função de ponto focal brasileiro para tratamento do tema junto a entidades nacionais e estrangeiras.

A relação dos países que são partes da Convenção da Apostila está disponível na página da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.

VISITA DO PRESIDENTE  
ELEITO DA REPÚBLICA  
ARGENTINA, MAURICIO

## MACRI, AO BRASIL – BRASÍLIA, 4 DE DEZEMBRO DE 2015 03/12/2015

A convite da Presidenta Dilma Rousseff, o Presidente eleito da República Argentina, Mauricio Macri, realizará visita a Brasília no dia 4 de dezembro, ocasião em que será recebido em audiência no Palácio do Planalto.

O encontro entre a Senhora Presidenta da República e o Presidente eleito da Argentina constituirá oportunidade para tratar dos temas da ampla agenda de integração bilateral, bem como de assuntos de interesse comum nos planos regional e internacional.

O Brasil será o primeiro destino internacional do Presidente eleito da Argentina, em reconhecimento da importância das relações entre os dois países. No ano em que se celebram os 30 anos da adoção da "Declaração do Iguazu", marco inicial do processo de integração bilateral, a visita do Presidente eleito Mauricio Macri reforça a natureza prioritária do relacionamento entre Brasil e Argentina, fundamental para a construção de um espaço de paz e desenvolvimento na América do Sul e para a consecução dos objetivos de desenvolvimento nacional dos dois países.

## CONFERÊNCIA REGIONAL DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE DA DÉCADA INTERNACIONAL DOS AFRODESCENDENTES (2015- 2024)

Realiza-se nos dias 3 e 4 de dezembro, em Brasília, a Conferência Regional da América Latina e do Caribe da Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024). A Conferência contará com a presença do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad El Hussein.

Criada por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Década Internacional dos Afrodescendentes busca aprofundar a discussão sobre os direitos humanos e o bem-estar de um dos grupos populacionais mais afetados pela discriminação racial. A Conferência é organizada pelo Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH) em colaboração com o Governo brasileiro.

A Conferência de Brasília é a primeira de uma série de cinco eventos regionais organizados pelo EACDH. Além de representantes dos países da América Latina e Caribe e das Nações Unidas, participarão agências especializadas, organizações regionais, instituições voltadas à proteção de direitos humanos, acadêmicos e representantes da sociedade civil.

## REUNIÃO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF COM O PRESIDENTE ELEITO DA ARGENTINA, MAURICIO MACRI 04/12/2015

A Presidenta Dilma Rousseff recebeu o Presidente eleito da Argentina, Mauricio Macri, na manhã de hoje em Brasília, ocasião em que reiterou seus cumprimentos pela vitória na eleição de 22 de novembro e confirmou sua ida a Buenos Aires para a posse presidencial, no próximo dia 10.

Os dirigentes analisaram o relacionamento bilateral e, especialmente, a inserção dos dois países nos fluxos internacionais de comércio e investimento. Lembraram que acordos ambiciosos, abrangentes e equilibrados nessas áreas contribuem para a geração de mais e melhores empregos em todo o mundo, inclusive na região, e que o Brasil e a Argentina têm um papel importante a desempenhar em sua conformação.

Reiteraram que a rápida conclusão do Acordo de Associação Birregional entre o MERCOSUL e a União Europeia é prioritária para os dois países e seus sócios na união aduaneira. Tendo em vista que a oferta do MERCOSUL está pronta desde julho de 2014, renovaram sua expectativa de que a União Europeia cumpra o compromisso assumido em junho de 2015 e finalize sua oferta o

quanto antes, de modo a permitir a troca de ofertas e o início de nova e definitiva fase das negociações. Afirmaram, nesse sentido, o compromisso de empenhar-se pessoalmente para fazer avançar as negociações.

A Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente eleito Mauricio Macri enfatizaram o objetivo comum de fortalecer o MERCOSUL e expandir o relacionamento econômico e comercial do bloco com outros países e regiões. Coincidiram, nesse sentido, quanto à importância de agilizar e aprofundar o processo em curso de aproximação com a Aliança do Pacífico.

## NOTA DE ESCLARECIMENTO 04/12/2015

Em resposta ao artigo “Diplomatas relatam casos de assédio dentro do Itamaraty”, publicado no jornal “O Globo”, no dia 1º de dezembro de 2015, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou as seguintes cartas aos editores do jornal, assinadas respectivamente pelo Ministério e pelo Diretor do Instituto Rio Branco:

### **Carta do Ministério das Relações Exteriores**

“O Ministério das Relações Exteriores agradece ao jornal 'O Globo' pela pronta correção das referências ao

Diretor do Instituto Rio Branco na matéria 'Diplomatas relatam casos de assédio dentro do Itamaraty', publicada tanto na versão impressa quanto na digital.

O reconhecimento do erro pelo jornal contribui para atenuar a grave ofensa ao Embaixador Gonçalo Mourão, atual Diretor do Instituto, reconhecido pela instituição e por seus colegas como diplomata de reputação ilibada, que não pode ser atingido em sua honra pela reprodução equivocada de acusações anônimas.”

#### **Carta do Diretor do Instituto Rio Branco, Embaixador Gonçalo Mello Mourão**

“Sou Diretor-Geral do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores há pouco menos de três anos. Matéria publicada na página 8 da edição de O Globo do dia 1 de dezembro, assinada pela repórter Catarina Alencastro, reproduz declaração anônima, no sentido de que uma diplomata "recém aprovada no concurso para o Itamaraty" teria sofrido perseguições e assédios, que depois se repetiram com outra colega sua, "pelo Diretor do Instituto Rio Branco". Diretor do Instituto Rio Branco em concursos recentes, sou eu ; e a afirmação anônima, endossada pelo artigo assinado da repórter, comporta acusação aleivosa e mentirosa, feita de modo irresponsável, que não posso aceitar nem de anônimos nem, muito

menos, de uma repórter desse conceituado jornal. Agradeço a publicação, ainda que não assinada, da "Correção" sobre o assunto na página 10 da edição de hoje mas muito agradeceria também o obséquo de publicar esta carta, em nome de minha honra, bem como solicitar à repórter Alencastro que se digne, ainda que particular e pessoalmente, já que não se dignou a fazê-lo em público como fez com sua matéria, manifestar qualquer espécie de desculpa pelo falso testemunho que publicou, em nome até mesmo da dignidade de sua profissão.”

#### **CONFERÊNCIA REGIONAL DA DÉCADA INTERNACIONAL DE AFRODESCENDENTES – DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA 05/12/2015**

A Conferência Regional da Década Internacional de Afrodescendentes foi concluída na tarde do dia 4 de dezembro, com a adoção, por aclamação, da Declaração de Brasília.

A Conferência contou com a presença do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad El Hussein, e de representantes dos países da América Latina e do Caribe, de agências especializadas, organizações regionais, instituições voltadas à proteção de direitos humanos, acadêmicos e sociedade civil.

Durante os debates, ressaltou-se, entre outros temas, o apoio à negociação de um projeto de declaração das Nações Unidas sobre a promoção e o pleno respeito dos direitos humanos das pessoas afrodescendentes e à convocação da IV Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância.

Segue, abaixo, texto da Declaração de Brasília.

#### **Declaração da Conferência Regional da Década Internacional de Afrodescendentes**

Os Estados Latino Americanos e Caribenhos, reunidos em Brasília, em 3 e 4 de Dezembro de 2015, sob os auspícios das Nações Unidas,

Considerando os princípios da dignidade inerente à pessoa humana e da igualdade entre os seres humanos consagrados em instrumentos internacionais para a promoção e proteção dos direitos humanos,

Considerando que o direito à igualdade e à não discriminação é a base para o gozo de outros direitos humanos,

Recordando o Comunicado sobre a Década de Afrodescendentes aprovado pelos ministros de Relações Exteriores da CELAC, em 27 de setembro de 2013, que proclamou a Década de Afrodescendentes da América Latina e

Caribe, que começou em 1 de Janeiro de 2014,

Retomando o Plano de Ação para a Década de Afrodescendentes da América Latina e Caribe, aprovada em 29 de Janeiro de 2015,

Recordando as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas 68/237 de 23 de Dezembro de 2013, na qual a Assembleia proclamou a Década Internacional de Afrodescendentes, que começou em 1 de Janeiro de 2015 e terminará em 31 de Dezembro de 2024, com o tema "Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento", e a AG 69/16, de 18 de Novembro de 2014, na qual a comissão aprovou o programa de atividades da Década Internacional de Afrodescendentes,

Lembrando também a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e outros documentos internacionais relevantes,

Recordando o compromisso assumido na Declaração de Viena e Programa de Ação sobre a eliminação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata,

Recordando ainda a Declaração e o Programa de Ação de Durban, aprovado em Setembro de 2001 na Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância,

Reconhecendo que, apesar dos avanços alcançados, o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e intolerâncias correlatas e seu impacto sobre o usufruto de todos os direitos humanos das pessoas Afrodescendentes da América Latina e do Caribe persiste,

Reconhecendo a importância da participação histórica e atual de indivíduos, comunidades e povos das populações afrodescendentes na formação social, cultural, religiosa, política e econômica do país e da região e da necessidade de preservar, promover e divulgar o seu rico legado em países da América Latina e do Caribe em desenvolvimento,

Reconhecendo a importância do intercâmbio, cooperação e diálogo dos países da região com os países africanos,

Reconhecendo que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e têm a capacidade de contribuir construtivamente para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade, e que todas as doutrinas de superioridade racial são cientificamente falsas, moralmente condenáveis, socialmente injustas e perigosas e devem ser rejeitadas, juntamente com as teorias que tentam determinar a existência de raças humanas distintas,

Concordaram com o seguinte:

1. Reafirmar o compromisso com a plena implementação da Declaração e Plano de Ação de Durban, em nível nacional, regional e global.

2. Reafirmar o apoio à criação do Fórum sobre Afrodescendentes, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, em conformidade com o parágrafo 29, inciso i), do anexo da resolução 69/16 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

3. Reafirmar também que o Fórum sobre Afrodescendentes deverá consistir em mecanismo de consulta para todas as pessoas Afrodescendentes e órgão consultivo do Conselho de Direitos Humanos sobre as dificuldades e necessidades das pessoas Afrodescendentes, a fim de:

a) Garantir a plena inclusão política, econômica, social e cultural de Afrodescendentes nas sociedades em que vivem como cidadãs e cidadãos iguais que gozam de uma igualdade substantiva de direitos;

b) Fornecer assessoramento especializado aos Estados e formular recomendações, a fim de resolver os problemas relacionados com o racismo enfrentado pelas pessoas Afrodescendentes e que lhes impede o pleno usufruto de todos os seus direitos humanos e liberdades fundamentais;

c) Identificar e analisar as melhores práticas, desafios, oportunidades e

iniciativas para continuar a implementar as disposições da Declaração e Programa de Ação de Durban, que são relevantes para as pessoas Afrodescendentes;

d) Acompanhar e avaliar os progressos realizados na implementação do programa de atividades da Década Internacional de Afrodescendentes e, para tal recolher informação relevante por parte dos governos, órgãos e entidades das Nações Unidas, organizações intergovernamentais, organizações não governamentais e outras fontes pertinentes;

e) Promover a integração e coordenação das atividades relacionadas com as pessoas Afrodescendentes no âmbito do sistema das Nações Unidas;

f) Facilitar a gestão dos recursos humanos, técnicos, tecnológicos e financeiros para que os Estados implementem programas orientados aos índices de desenvolvimento humano das comunidades de Afrodescendentes com indicadores que sejam diretamente relevantes para suas necessidades de desenvolvimento.

4. Apoiar a iniciativa da Comunidade do Caribe (CARICOM) sobre reparações.

5. Apoiar a adoção de medidas para que se continue promovendo e protegendo todos os direitos humanos das pessoas Afrodescendentes contidos

em instrumentos internacionais de direitos humanos.

6. Apoiar em particular o desenvolvimento de um projeto de declaração das Nações Unidas sobre a promoção e o pleno respeito dos direitos humanos das pessoas afrodescendentes, salientando a importância de começar com os trabalhos o mais rapidamente possível, de modo a transferir as contribuições substantivas a sua redação.

7. Instar a Assembleia Geral das Nações Unidas para, no âmbito da Década Internacional, convocar a IV Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância.

8. Apoiar a necessidade de prestar especial atenção às pessoas Afrodescendentes em situações particulares como crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência e vítimas de discriminação múltipla ou agravada com base no sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem social, origem nacional, posição econômica, nascimento, entre outros.

9. Promover a incorporação do enfoque diferencial afrodescendente nas organizações especializadas em matéria de cooperação internacional no reconhecimento das assimetrias pertinentes a tal população nos âmbitos econômico, social e cultural.

10. Promover uma hora contra o racismo no âmbito do Dia Mundial da Diversidade, que é comemorado a cada 21 de maio, a fim de aprofundar o reconhecimento de Afrodescendentes e promover a mobilização social contra o racismo e todas as formas de discriminação racial.

11. Contribuir para o desenvolvimento e pesquisa do Volume IX da História Geral da África liderada pela UNESCO com a União Africana, bem como para o projeto “Rota do Escravo”, também da UNESCO.

12. Promover a criação ou o fortalecimento de mecanismos nacionais para a promoção da igualdade racial, a eliminação da discriminação baseada na diversidade étnica e a integração dos direitos humanos para Afrodescendentes.

13. Adotar ações afirmativas para reduzir e remediar as disparidades e desigualdades e até mesmo acelerar a inclusão social e o fechamento das lacunas no acesso à educação e ao emprego, resultantes de injustiças históricas e atuais, de acordo com as particularidades de cada país.

14. Promover o acesso à justiça e o gozo efetivo dos direitos das pessoas afrodescendentes nos sistemas judiciais.

15. Promover iniciativas destinadas a implementar políticas de reparação histórica para reforçar a visibilidade e

o valor negado ao coletivo Afrodescendente.

16. Promover, no âmbito de suas respectivas jurisdições, o reconhecimento dos direitos das comunidades afrodescendentes.

17. Instar os Estados, de acordo com as normas internacionais de direitos humanos e seus respectivos sistemas jurídicos, a resolver os problemas de propriedade em relação às terras ancestrais habitadas por afrodescendentes e promover o uso produtivo da terra e o desenvolvimento integral dessas comunidades, respeitando sua cultura.

18. Promover, nos Estados que ainda não tenham estabelecido, a inclusão da variável étnica em sistemas estatísticos nacionais, a fim de assegurar a visibilidade nacional estatística desta população, bem como a geração de dados desagregados que possam explicitar a evolução da situação socioeconômica e do usufruto de direitos.

19. Promover e implementar medidas para combater e punir a prática de discriminação racial e promover programas de formação e de sensibilização para a polícia e oficiais de justiça na identificação, investigação e punição da prática.

20. Provocar os Estados a assinar e ratificar instrumentos internacionais contra o racismo, a discriminação

racial e intolerância correlata das organizações internacionais das quais os Estados da América Latina e Caribe são membros.

21. Promover o intercâmbio de programas de formação, educação e cultura que demonstrem a contribuição da cultura Africana na construção de nossas sociedades.

22. Exortar aos países da região a incorporarem e desenvolverem, conforme seja o caso, a educação étnico-racial e a valorização do patrimônio afrodescendente em seus sistemas educacionais.

23. Instar à criação de um Centro de Memória Histórica na região e procurar os meios para esse fim, incluindo financiamento.

24. Expressar sua gratidão ao Governo do Brasil por sediar esta Conferência Regional da América Latina e do Caribe da Década Internacional de Afrodescendentes.

#### **ELEIÇÕES NA VENEZUELA 07/12/2015**

O Governo brasileiro acompanhou de perto as eleições legislativas de ontem, 6 de dezembro, na Venezuela, e congratula o povo, as forças políticas e as autoridades venezuelanas pela forma ordeira e pacífica em que transcorreu a jornada eleitoral.

A normalidade do processo, tal como atestado pelas diferentes missões de acompanhamento eleitoral, entre as quais a da UNASUL, o alto nível de comparecimento dos eleitores e o reconhecimento dos resultados por todas as partes constituem uma vitória expressiva da democracia, para a Venezuela e para a região.

O Governo brasileiro ressalta a importância do pleno respeito à vontade popular expressa nas urnas e reitera sua disposição de continuar trabalhando com a Venezuela para aprofundar as relações bilaterais e contribuir para o diálogo, a estabilidade democrática, o desenvolvimento e a prosperidade daquele país vizinho e amigo, sócio no MERCOSUL e ator fundamental no processo de integração latino-americana.

#### **PROPOSTA INOVADORA SOBRE MACANISMOS COOPERATIVOS SUBMETIDA CONJUNTAMENTE POR BRASIL E UNIÃO EUROPEIA 08/12/2015**

Hoje o Brasil e a União Europeia submeteram conjuntamente uma proposta de mecanismos cooperativos no âmbito da COP21 para a consideração das Partes, a fim de incorporá-los ao Acordo de Paris. A proposta estabelece requisitos para a salvaguarda da integridade ambiental

das abordagens cooperativas de mercado, e propõe o estabelecimento de um mecanismo de desenvolvimento sustentável para reduções de emissões nos países em desenvolvimento.

Ela oferece uma solução para um dos assuntos mais complexos nas negociações – o uso de mecanismos baseados no mercado para ação climática. Se for aprovada, ela possibilita que entidades públicas e privadas reforcem seu empenho no combate contra a mudança climática sem deixar de contribuir ao desenvolvimento sustentável.

O Brasil e a União Europeia têm defendido veementemente a integridade ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável no Acordo de Paris. A linguagem proposta inspira-se na experiência, no âmbito do Protocolo de Kyoto, relativa ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), adaptada ao contexto do novo Acordo de Paris.

Ademais, a proposta abriria caminho para outras abordagens cooperativas além do MDL, assegurando ao mesmo tempo sua coerência com os objetivos da convenção.

A proposta, tal como apresentada conjuntamente pelo Brasil e a UE, está disponível no site do Secretariado da UNFCCC (abaixo de “Voluntary submissions” na parte inferior da página).

## REUNIÃO DE TRABALHO BRASIL-URUGUAI – BRASÍLIA, 9 DE DEZEMBRO DE 2015 08/12/2015

Os Ministros uruguaios de Relações Exteriores, Rodolfo Nin Novoa, e de Indústria, Energia e Mineração, Carolina Cosse, serão recebidos em Brasília, no dia 9 de dezembro, pelo Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Armando Monteiro.

Na ocasião será assinada ata relativa à conclusão das negociações de Acordo Automotivo Brasil-Uruguai, que estabelece o livre comércio no setor. Os Ministros terão, além disso, reunião de trabalho para examinar os principais temas da agenda comercial bilateral e regional.

O intercâmbio comercial com o Uruguai alcançou seu recorde histórico em 2014: US\$ 4.863 milhões, dos quais US\$ 633 milhões correspondentes a produtos do setor automotivo.

## CONCESSÃO DE AGRÉMENTO AO EMBAIXADOR DO BRASIL REPÚBLICA DA CROÁCIA 10/12/2015

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República da Croácia concedeu *agrément* a Paulo Roberto Campos Garrisse da Fontoura como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

#### **PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES NA X CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC 15/12/2015**

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira participará da X Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), entre os dias 14 e 18 de dezembro, em Nairóbi (Quênia).

#### **ATENTADO CONTRA A EMBAIXADA DA ESPANHA NO AFGANISTÃO 13/12/2015**

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, da notícia de atentado ocorrido em 11 de dezembro, em Cabul, contra a Embaixada da Espanha no Afeganistão.

Ao mesmo tempo em que transmite suas condolências aos familiares das vítimas e empenha sua solidariedade aos povos e Governos da Espanha e do Afeganistão, o Brasil manifesta sua veemente condenação do atentado e reafirma firme repúdio a todos os atos terroristas, praticados sob quaisquer pretextos.

#### **ACIDENTE DE ÔNIBUS NA ARGENTINA 14/12/2015**

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, do acidente rodoviário ocorrido hoje na cidade argentina de Rosario de la Frontera, na Província de Salta, que vitimou mais de 40 integrantes da “Gendarmería Nacional Argentina”.

O Brasil manifesta sua solidariedade às famílias das vítimas, ao povo e ao Governo da Argentina.

#### **APROVAÇÃO DO ACORDO DE PARIS 14/12/2015**

O Governo brasileiro celebra a adoção do Acordo de Paris pela 21ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Conferência de Paris).

O Acordo representa resposta decisiva e global ao desafio da mudança do clima, com o propósito de manter o

aquecimento global bem abaixo de 2°C e de redobrar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C. Oferece um marco global justo, ambicioso, equilibrado e duradouro para apoiar os esforços de todos os países contra a mudança do clima, no contexto da erradicação da pobreza e da fome e da promoção do desenvolvimento sustentável.

O Brasil participou ativamente de todas as fases das negociações que culminaram no Acordo. Na Conferência de Paris, a Delegação brasileira, liderada pela Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, facilitou as discussões sobre diferenciação e atuou junto a outros atores-chave de forma a promover o consenso em temas centrais para o desfecho do Acordo, apresentando propostas de entendimento comum que resguardam a integridade ambiental do regime internacional contra a mudança do clima e aumentam o nível de ambição global.

O Governo brasileiro cumprimenta a presidência francesa da COP-21 pela condução de um processo negociador transparente, eficaz e inclusivo, que acomodou as diferentes visões e manteve um nível de ambição elevado.

#### **PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES NA X CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA OMC –**

**NAIRÓBI, 15 A 18 DE  
DEZEMBRO DE 2015 15/12/2015**

O Ministro Mauro Vieira participa hoje da abertura e do início dos trabalhos da X Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que se realiza de 15 a 18 de Dezembro em Nairóbi, Quênia. Os Ministros passarão em revista os 20 anos da OMC e buscarão a conclusão de novos acordos no âmbito da Organização.

Em particular, os Ministros discutirão a proibição dos subsídios à exportação de produtos agrícolas e medidas equivalentes. Trata-se de antiga aspiração dos países em desenvolvimento que poderia, finalmente, transformar-se em disciplina do sistema multilateral de Comércio. O Brasil tem contribuído ativamente para que se alcance este objetivo e está preparado para participar construtivamente de todas as negociações em Nairóbi.

O Brasil considera que o sucesso da reunião de Nairóbi, na sequência dos importantes resultados obtidos na última Conferência Ministerial em Bali, permitiria reforçar o papel da OMC como centro de um sistema multilateral de comércio dinâmico e não discriminatório, que facilite uma maior inserção internacional do Brasil na economia mundial.

## CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DA ARGENTINA NO BRASIL 15/12/2015

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément ao Senhor Carlos Alfredo Magariños como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Argentina no Brasil.

Com longa trajetória na área internacional, o Embaixador Magariños foi eleito para dois mandatos consecutivos, entre 1997 e 2005, como Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). Anteriormente, atuara como Secretário de Indústria e Mineração da Argentina (1993-1996), entre outros cargos públicos.

A concessão do agrément ocorreu tão logo o Governo brasileiro foi comunicado oficialmente sobre a indicação do Embaixador Carlos Alfredo Magariños por parte do Governo da Argentina, em sintonia com a relação de profunda amizade e confiança entre os dois países. A designação ainda deverá ser objeto de apreciação no Senado argentino.

## ASSINATURA DO ACORDO POLÍTICO LÍBIO 18/12/2015

O Governo brasileiro saúda a assinatura do acordo político líbio

ontem em Skhirat (Marrocos), felicita as lideranças políticas participantes e insta as que ainda não o fizeram a aderir ao acordo com a brevidade possível. Encoraja ainda todas as partes a que se empenhem pela formação do governo de unidade previsto no texto, passo importante para a reconciliação nacional e a reconstrução da Líbia. O Brasil cumprimenta as Nações Unidas e os governos envolvidos na facilitação do diálogo líbio que possibilitou esse importante resultado.

## CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS E XLIX REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM – ASSINÇÃO, 20 E 21 DE DEZEMBRO DE 2015 18/12/2015

A Presidenta Dilma Rousseff participará, em Assunção, no dia 21 de dezembro de 2015, da Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados. A Cúpula será precedida, no dia 20 de dezembro, pela XLIX Reunião do Conselho do Mercado Comum. O MERCOSUL abrange todos os países da América do Sul seja como Estados Partes, seja como Estados Associados.

A realização da Cúpula de Chefes de Estado encerra a Presidência Pro Tempore paraguaia (PPTP) do MERCOSUL, exercida durante o

segundo semestre de 2015. Ao longo da PPTP, foram realizadas reuniões de órgãos decisórios e especializados do bloco, cobrindo ampla agenda de temas, como comércio, integração produtiva, cidadania, desenvolvimento social, agricultura familiar, meio ambiente, justiça, trabalho, cultura, educação, direitos humanos, saúde e mobilidade acadêmica.

Também serão realizados, em Assunção, a Cúpula Social do MERCOSUL, nos dias 17 e 18 de dezembro, e o VI Fórum Empresarial do MERCOSUL, no dia 18. A Cúpula Social oferecerá espaço para debate sobre as dimensões social e cidadã da integração regional.

Ao final da Cúpula, a Presidência Pro Tempore do bloco será transferida ao Uruguai.

## **RESULTADO DA X CONFERÊNCIA MINISTERIAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO – NAIRÓBI, 15 A 18 DE DEZEMBRO DE 2015 19/12/2015**

O Governo brasileiro expressa sua satisfação com os resultados da X Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada em Nairóbi entre os dias 15 e 18 do corrente, que permitiram dar um passo importante na liberalização do

comércio internacional de produtos agrícolas. A proibição de subsídios à exportação de produtos agrícolas e o disciplinamento de medidas equivalentes, como créditos oficiais favorecidos, ajuda alimentar distorcida e uso inadequado de empresas estatais, alcançados em Nairóbi, são antigas aspirações dos países em desenvolvimento e dos exportadores de produtos agrícolas, que permitem que haja, finalmente, nesses aspectos, simetria de tratamento entre bens industriais e agrícolas. No mesmo diapasão, recebemos com satisfação as decisões em favor dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo e nas demais áreas.

Os resultados alcançados em Nairóbi comprovam a capacidade da OMC em alcançar resultados relevantes num contexto multilateral e não discriminatório, quando há efetivo engajamento de seus Membros. Nesse sentido, será retomada a negociação dos demais temas da Rodada de Doha e examinada a existência de consenso para o tratamento de novos temas.

A delegação brasileira, chefiada pelo Ministro Mauro Vieira, contribuiu ativamente às negociações, com soluções técnicas e de linguagem, que ajudaram a formar o consenso que emergiu.

O Brasil segue, desde logo, comprometido com seguir buscando as reformas que permitam maior acesso de nossos produtos aos mercados

internacionais, a redução substancial do apoio doméstico a produtos agrícolas que impede a justa concorrência e, em geral, a promoção de condições mais justas no comércio internacional.

Foram os seguintes os resultados principais:

- 1) Proibição imediata de conceder subsídios à exportação de produtos agrícolas por países desenvolvidos e em três anos por países em desenvolvimento, com algumas exceções.
- 2) Disciplinas de financiamento das exportações de produtos agrícolas com apoio oficial, que passam a estar limitadas a 18 meses de prazo, para evitar distorcer as exportações por meio de crédito subsidiado.
- 3) Obrigatoriedade de equilíbrio de longo prazo no seguro de crédito para produtos agrícolas e de cobrar prêmios proporcionais ao risco, de forma que os produtos agrícolas não ganhem competitividade com base no poder dos tesouros públicos.
- 4) Disciplinas iniciais para evitar que empresas estatais exportadoras de produtos agrícolas concedam subsídios disfarçados e um programa de trabalho para desenvolvê-las.
- 5) Disciplinas para evitar que a ajuda alimentar distorça a concorrência e afete os mercados locais dos países para onde vai a ajuda.

6) Disciplinas sobre regras de origem para mecanismos de preferência tarifária em favor de países de menor desenvolvimento relativo.

7) Prolongamento do “waiver” que permite conceder preferências no comércio de serviços para os países de menor desenvolvimento relativo

8) Prolongamento da moratória sobre a cobrança de tarifas no comércio eletrônico

9) Prolongamento da moratória de abertura de controvérsias denominadas de “não violação” na área da propriedade intelectual

10) “Waiver” para países de menor desenvolvimento relativo na implementação de certos dispositivos do Acordo de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio da OMC.

## NEGOCIAÇÃO BRASIL-MÉXICO PARA AMPLIAÇÃO E APROFUNDAMENTO DO ACE-53 – TROCA DE LISTAS DE PEDIDOS RECÍPROCOS 19/12/2015

Em conformidade com a decisão da Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente Enrique Peña Nieto de ampliar e aprofundar o Acordo de

Complementação Econômica N° 53 (ACE-53), Brasil e México intercambiaram, nesta sexta-feira, 18/12/2015, suas listas de pedidos e ofertas em comércio de bens. As listas contemplam os itens de interesse, tanto industriais quanto agrícolas, na expansão do ACE-53, e serão avaliadas pelas equipes técnicas dos dois países, em preparação para próxima reunião negociadora, marcada para os dias 16 a 18 de fevereiro de 2016, em Brasília.

Para aumentar o fluxo comercial, expandir seu relacionamento econômico e promover investimentos, as duas maiores economias da América Latina buscam aumento substancial do universo tarifário liberalizado. Uma expansão das preferências tarifárias no acesso mútuo aos mercados dos dois países permitirá que o fluxo comercial bilateral seja incrementado de maneira a se tornar mais compatível com a dimensão das economias de Brasil e México.

Assim, a troca de listas em matéria de comércio de bens representa uma etapa de grande importância, e se integra à agenda de negociação bilateral que contempla um amplo conjunto de temas, incluindo serviços, comércio eletrônico, compras governamentais, facilitação de comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio, propriedade intelectual, coerência regulatória, entre outros.

O Acordo permitirá explorar um grande potencial de crescimento nas relações comerciais entre os dois países, uma vez que a participação das trocas bilaterais não ultrapassou 2% dos volumes totais de comércio dos dois países com o resto do mundo, entre 2012 e 2014. Em 2015, de janeiro a novembro, o México foi o oitavo mercado de destino das exportações e o nono mercado de origem das importações brasileiras. O intercâmbio comercial, soma das exportações e importações, entre janeiro e novembro deste ano, foi de US\$ 7,44 bilhões. Em 2014, o comércio Brasil-México alcançou US\$ 9,03 bilhões.

#### DESLIZAMENTO DE TERRA EM SHENZHEN, CHINA 21/12/2015

O Governo brasileiro expressa seu profundo pesar pelo deslizamento de terra, ocorrido no último domingo, dia 20 de dezembro, que causou o desaparecimento de dezenas de pessoas na cidade de Shenzhen, na China.

O Governo brasileiro transmite suas condolências e sua solidariedade aos familiares das vítimas, bem como ao povo e ao Governo da República Popular da China.

## **PASSAGEM DO TUFÃO MELOR PELAS FILIPINAS 22/12/2015**

O Governo brasileiro manifesta grande pesar pelas dezenas de mortes, centenas de milhares de desabrigados e pelos danos materiais provocados pela passagem do tufão Melor nas Filipinas, na última semana, e transmite suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo da República das Filipinas.

## **INCÊNDIO NO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA 22/12/2015**

O Ministério das Relações Exteriores tomou conhecimento com grande pesar do incêndio que atingiu o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, e da morte do brigadista Ronaldo Pereira da Cruz nos esforços para debelar o fogo.

O Museu da Língua Portuguesa constituiu, desde sua inauguração, instituição singularmente importante e inovadora na valorização e difusão do idioma. Marco histórico e arquitetônico da capital paulista, reinventou a linguagem museológica com sua abordagem multidisciplinar e avivou grande interesse do público pelas singularidades da Língua Portuguesa. Vem desempenhando papel relevante não só para a melhor compreensão da riqueza e da diversidade de nossa língua, mas também para a valorização da

afinidade cultural entre as diversas nações de língua portuguesa. Com justa causa, projetou-se no cenário internacional, atraindo crescente contingente de visitantes de múltiplas origens. Converteu-se em motivo de orgulho para o Brasil e de especial apreço para os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP.

O Ministério das Relações Exteriores expressa sua solidariedade à família do brigadista Ronaldo Pereira da Cruz e faz votos para a pronta recuperação do Museu, importante e estimado equipamento cultural, que já se tinha consolidado como patrimônio comum de todos os países de língua portuguesa.

## **ADOÇÃO PELO CONCELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS DA RESOLUÇÃO 2254 SOBRE A SÍRIA 22/12/2015**

O Governo brasileiro saúda a adoção, por unanimidade, da Resolução 2254 do Conselho de Segurança das Nações Unidas no último dia 18 de dezembro. Trata-se da primeira resolução voltada exclusivamente à obtenção de uma solução política para o conflito armado na Síria, que perdura desde 2011.

Entre outras medidas, a Resolução 2254 solicita ao Secretário-Geral das Nações Unidas que promova negociações formais, a serem iniciadas em janeiro próximo, entre representantes do governo e da oposição com vistas a inaugurar, com a devida brevidade, um processo de transição política.

O Brasil tem defendido a tese de que a paz na Síria deve ser alcançada por meio do diálogo e da reconciliação nacional entre os grupos e setores reconhecidos como idôneos pela comunidade internacional, o que exclui grupos considerados terroristas pelo Conselho de Segurança (entre eles, o autodenominado "Estado Islâmico"), em um processo liderado pelos próprios sírios, em linha com os termos do Comunicado de Genebra de 2012. Nesse sentido, empresta seu apoio aos esforços do Grupo Internacional de Apoio à Síria.

O Governo brasileiro considera a adoção da Resolução 2254 e o estabelecimento de um cronograma para o avanço do diálogo político passos importantes na direção correta. O Brasil une a sua voz ao chamado pela negociação de um cessar-fogo amplo na Síria, que possa ser implementado rapidamente. Ao fazer votos de que a Resolução 2254 contribua para impulsionar um processo político e diplomático inclusivo, o Governo brasileiro reitera sua disposição de contribuir para os

esforços na busca de uma solução política para a crise na Síria.

Diante da magnitude do drama humanitário verificado na Síria, o Brasil, que abriga a maior diáspora síria no mundo, tem expressado seu compromisso com a política de acolhimento de pessoas afetadas pelo conflito por meio de uma política de "braços abertos". Até o momento, o Brasil emitiu mais de 9.000 vistos em bases humanitárias para indivíduos afetados pelo conflito armado na Síria, dos quais mais de 2.000 foram reconhecidos como refugiados em território nacional.

#### CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA ESTÔNIA 24/12/2015

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República da Estônia concedeu agrément a Roberto Colin como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

## APRESENTAÇÃO DO NOCO PAQUISTÃO E APOIO BRASILEIRO AO DIÁLOGO PAQUISTÃO-ÍNDIA 29/12/2015

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio Danese, recebeu, em 28 de dezembro, o Embaixador designado pelo Paquistão para o Brasil, Senhor Burhanul Islam, para a apresentação das cópias figuradas de suas cartas credenciais. Na ocasião, o Embaixador Danese transmitiu a satisfação do Governo brasileiro pelo encontro entre os Primeiros-Ministros da Índia, Narendra Modi, e do Paquistão, Nawaz Sharif, realizado em 25 de dezembro, na cidade de Lahore, no Paquistão, e reiterou o apoio do Brasil à construção do diálogo e do entendimento entre os dois países.

## CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA UCRÂNIA 30/12/2015

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da Ucrânia concedeu *agrément* a Oswaldo Biato Júnior como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país.

O Embaixador Oswaldo Biato Júnior também recebeu *agrément* da República da Moldova, junto à qual

exercerá o cargo de Embaixador cumulativo, não residente.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

## ESTABELECIMENTO DA COMUNIDADE ECONÔMICA DA ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDOESTE ASIÁTICO 31/12/2015

O Governo brasileiro felicita a ASEAN e seus integrantes pelo estabelecimento, na data de hoje, da Comunidade Econômica da Associação das Nações do Sudeste Asiático, que abre nova fase do processo de integração naquela região. O Brasil considera a criação da Comunidade uma oportunidade renovada para o aprofundamento das relações econômicas e políticas com a associação, tendo como horizonte o estabelecimento de uma “Parceria de Diálogo” – estágio de cooperação mais elevado entre a ASEAN e países não-membros.

Localizada num dos polos mais dinâmicos de desenvolvimento econômico, a ASEAN apresenta elevados índices de crescimento econômico e expressiva participação tanto no comércio internacional quanto nos intercâmbios comerciais com o Brasil, que totalizaram US\$ 16,5 bilhões entre janeiro e novembro deste

ano, com superávit de US\$ 2,7 bilhões para o Brasil.

Criada em 1967, com sede em Jacarta (Indonésia), a ASEAN afirmou-se como o principal mecanismo de integração da Ásia, mantendo relações econômicas e políticas privilegiadas com os principais atores globais. Integrada por dez países – Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnã –, a nova comunidade soma mais de 620 milhões

de habitantes e um PIB de aproximadamente US\$ 2,5 trilhões.

## **ARTIGOS**

O MELHOR CAMINHO PARA A PAZ (FOLHA DE S. PULO, 27/09/2015)

27 de setembro de 2015 -

Ao intensificar o diálogo com o Irã e outros parceiros do Oriente Médio, o Brasil contribui para um mundo mais próspero, justo e seguro

Uma grande avenida de cooperação está sendo reaberta entre Brasil e Irã. Essa é a principal conclusão que trago de Teerã, aonde fui a missão oficial há dez dias.

O Irã vive uma fase de rápida reinserção internacional. O marco dessa nova etapa é o acordo nuclear que o país firmou em julho com o grupo composto pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas mais a Alemanha. O acordo motivou intensa atividade diplomática e uma sucessão de visitas de alto nível ao Irã. Pontes diplomáticas estão sendo construídas ou reconstruídas.

O Brasil celebra o acordo. O entendimento alcançado é uma vitória do diálogo sobre a confrontação. Essa é uma causa tradicional e uma vocação permanente da política externa brasileira. Há mais de meio século, ao defender o reatamento das relações

entre o Brasil e a União Soviética, o chanceler San Tiago Dantas ensinava: "A paz não se manterá, se o preço que tivermos de pagar por ela for o isolamento".

Foi esse o espírito que motivou nossa parceria com a Turquia na negociação da Declaração de Teerã, em 2010, por meio da qual o Irã aceitava limitações a seu programa nuclear. A busca do entendimento foi um exercício complexo e difícil, mas os custos de um impasse eram — e mostraram-se — muito maiores.

Como o círculo vicioso de sanções, ameaças e ações militares no Iraque e na Líbia demonstrou de maneira contundente, a alternativa da confrontação pode ter consequências trágicas para a ordem internacional. A crise migratória, impulsionada pelas guerras civis, pelo sectarismo, pela fragilidade institucional e pela pobreza é apenas a face mais evidente da instabilidade que afeta diferentes partes do mundo.

A conclusão do acordo contribuirá para a construção de confiança entre as partes envolvidas e para a promoção da estabilidade no Oriente Médio. Foi nesse cenário favorável, que abre oportunidades para o Brasil, que realizei viagem a Teerã.

O Irã é o nosso maior parceiro comercial na região. São amplas as oportunidades que empresas brasileiras poderão explorar em áreas como agronegócio, energia, mineração e infraestrutura. Com o levantamento das sanções do Conselho de Segurança, essas perspectivas de comércio e investimento tornam-se ainda mais promissoras.

Em 2011, por exemplo, a corrente de comércio chegou a US\$ 2,3 bilhões, antes de ser impactada pelo regime de

sanções e cair para US\$ 1,4 bilhão no ano passado.

Desejamos também reforçar o diálogo franco que sempre caracterizou nossa interlocução política com o Irã. Fui portador de firme mensagem de apoio e encorajamento do governo brasileiro à solução pacífica das controvérsias da região.

O Brasil respondeu positivamente à proposta iraniana de criação de um mecanismo estruturado de diálogo sobre direitos humanos. Permanecemos sempre fiéis à perspectiva brasileira de respeito pleno à universalidade, integralidade e indivisibilidade dos direitos humanos.

Minha visita a Teerã foi o ponto de partida para uma série de visitas bilaterais de alto nível, que vão estreitar a cooperação em diversos setores. A diversificação de parcerias e o fortalecimento de nossa presença no Oriente Médio são parte relevante da estratégia de política externa do governo Dilma Rousseff. A propósito, a presidenta encontrou-se com o presidente iraniano Hassan Rouhani, anteontem em Nova York, ocasião em que acertaram a realização de visitas bilaterais.

Nossos laços de solidariedade ganharam especial visibilidade há poucos dias, quando uma corveta da Marinha do Brasil a caminho do Líbano para integrar a missão das Nações Unidas naquele país desviou-se de seu caminho e resgatou 220 refugiados à deriva no mar Mediterrâneo, ação que honra nossa Marinha e nosso país.

Ao intensificar o diálogo e o engajamento com parceiros no Oriente Médio, o Brasil exerce a responsabilidade que lhe cabe na construção de soluções para a região e na construção de um mundo mais próspero, justo e seguro.

Mauro Vieira, 64, é Ministro das Relações Exteriores. Foi embaixador nos Estados Unidos (2010-2014) e na Argentina (2004-2010)

BRAZIL: CUTTING EMISSIONS  
BY FIGHTING  
DEFORESTATION (THE JAPAN  
TIMES – OCT 5TH, 2015)  
[INGLÊS]

05 de outubro de 2015 -

Mauro Vieira, Minister of Foreign Affairs of Brazil

BRASILIA – As we approach the conference on climate change to be held in Paris in December (COP-21), perhaps the most intriguing question we might ask is this: Which country has made the largest reductions in its greenhouse gases emissions? Several scientific papers point to a clear answer: Brazil.

With an impressive 41 percent reduction in emissions since 2005, the country has kept more than 3 billion tons of carbon dioxide out of the atmosphere. Should the entire U.S. transport sector — including cars, trucks, trains, ships, airplanes and other vehicles — switch to renewables, it would take almost two years to achieve a similar reduction.

More than 20 years after the establishment of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), scientific evidence of climate change has increased substantially, the issue has become a political priority in most countries, several economic solutions have been proposed and public awareness has never been higher. And yet, reducing emissions remains a daunting challenge.

In most of the world, energy and transportation are the main sources of emissions. In spite of marginal gains — for instance, by means of improved energy efficiency — no country has put forth such a “game changer” in terms of the main sources of emissions

as Brazil, which has managed to address what was until recently its primary source of emissions: deforestation.

On a global scale, deforestation accounts for less than 10 percent of emissions. With an emissions profile so different from the rest of the world, Brazil had to find its own way to fight it. Thus, in Copenhagen (2009), when Brazil pledged to reduce deforestation by 80 percent between 2005 and 2020, almost nobody believed it was possible, despite the fact that progress was already under way. After all, how could a developing country, facing so many other challenges, achieve such an unprecedented feat?

The critics and naysayers were rapidly proved wrong. As early as 2009, the Nature Conservancy, one of the world’s leading environmental nonprofit organizations, called Brazil a “responsible agricultural superpower,” highlighting the effectiveness of its certification system for agriculture crops in reducing deforestation. The involvement of local communities was a key element in this effort, which has been supported by one of the world’s most engaged civil societies. Indeed, three out of four Brazilians are “very concerned” with climate change, the second-highest proportion among 40 countries recently surveyed by the Pew Research Center.

Other bold policies — such as the increase in protected areas and regulations on which crops can be cultivated where — have helped curb deforestation. The success of these efforts quickly made its way to the headlines. In 2013, the Financial

Times suggested that after decades of deforestation, Brazil's policies might be turning the Amazon into a "paradise regained." Also in 2013, the Economist described how Brazil was "using education, technology and politics to save its rain forest," and the following year, it concluded that the country had become "the world leader in reducing environmental degradation."

In due course, the scientific community decided to scrutinize Brazil's policies in order to assess their results. The conclusions have been unequivocal: In 2014, Science published an article in which 17 scientists analyzed how Brazil was successfully "slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains." In 2015 it was Nature that put forth an in-depth study leading to the conclusion, published in an editorial, that "the world must follow Brazil's lead and do more to protect and restore forests." Also this year, a study by researchers from Brazil and Germany, supported by the European Commission, found that "Brazil is considered to possess the most advanced deforestation monitoring and enforcement infrastructure."

The recognition of Brazil's success in tackling its main source of emissions by the international scientific community is very good news — but challenges persist. To remain vigilant, Brazil has established the Amazon Fund, a pioneering, results-based initiative that seeks funding for projects that have already demonstrated their effectiveness in reducing emissions. The fund is fully

consistent with REDD+, which was established by the Climate Change Convention to reduce emissions from deforestation and forest degradation as well as to enhance forest carbon stocks in developing countries.

Norway has been the first country to join the Amazon Fund, pledging \$1 billion, and is very positive about it: In a report assessing the country's initiatives on international climate, the Norwegian Agency for Development Cooperation stated that "Brazil's deforestation rate and corresponding greenhouse gas emissions have strongly decreased" and that the performance-based activities established under the Amazon Fund "are paving the way for future emissions reductions." Germany has also contributed to the fund and in her latest visit to Brazil, Chancellor Angela Merkel announced that "Germany will further contribute to the Amazon Fund, enhancing the results based payments under the REDD+." Meanwhile, the Overseas Development Institute (ODI), the United Kingdom's leading independent think tank on international development, has carried out its own independent review of the fund, with quite positive assessments.

As the world's second-largest developed and developing economies, respectively, Japan and Brazil are expected to actively engage in promoting sustainable development. Japan has been very clear about the immense challenges in reducing its own emissions, but it is clearly committed to supporting the global fight against climate change, as illustrated by its contribution to the Green Climate Fund (which is a

powerful tool for promoting REDD+). Brazil, on its side, is conscious of the challenges it will continue to face in protecting its forests and the livelihoods of those living there and it expects that the examples of Norway and Germany will be followed by other developed countries. Our two countries share a long history of friendship, including cooperation in third countries. The preservation of forests can be a promising new frontier for bilateral and trilateral cooperation.

## **ENTREVISTAS**

## O BRICS SE EMPENHA NA PROMOÇÃO DA REFORMA DO FMI E DO BANCO MUNDIAL

(SPUTNIK NEWS 08/07/2015)

08 de julho de 2015 -

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, está em Ufá, na Rússia, acompanhando a Presidenta Dilma Rousseff na 7.ª Reunião de Cúpula do BRICS. Em entrevista exclusiva à Sputnik Brasil, ele falou sobre as relações Brasil-Rússia e o que espera do encontro de Ufá. A seguir, a entrevista com o Ministro Mauro Vieira.

**Sputnik:** Em junho, a Presidenta Dilma Rousseff foi aos Estados Unidos; agora, está na Rússia, para a Cúpula do BRICS. Quais são as prioridades da política exterior brasileira?

**Mauro Vieira:** A política externa é um instrumento para a promoção do desenvolvimento do Brasil. No plano regional, buscamos promover a paz e a cooperação. Temos avançado muito nesse campo e contamos hoje com importantes foros de diálogo. Hoje os países de nossa região convergem na defesa da democracia, no combate às desigualdades e na busca de maior integração física e de infraestrutura. Construimos também um importante espaço de integração econômico-comercial.

O fato de promovermos a paz em nossa região reforça as credenciais de

nossa atuação global. O Brasil defende uma ordem internacional menos assimétrica, em que os países em desenvolvimento tenham maior participação nos processos decisórios. Essa meta é compartilhada pelos parceiros do BRICS, com os quais temos trabalhado para promover uma reforma efetiva das estruturas de governança global. Sustentamos também ser imperativa uma revalorização da diplomacia como meio de solução de conflitos. O recurso frequente à força e a sanções tem contribuído muitas vezes para agravar conflitos e fragilizar o multilateralismo.

Desejamos que o tema do desenvolvimento – em seus pilares econômico, social e ambiental – ocupe posição central na agenda internacional. A erradicação da pobreza em escala global ainda é o grande desafio que temos de enfrentar, e para isso devemos buscar um comércio mais justo e equilibrado e um financiamento adequado para as necessidades dos países em desenvolvimento. Não é aceitável que milhões de pessoas ainda sofram com a exclusão e a falta de oportunidades. Não é por acaso que o Brasil prioriza a educação e a ciência, tecnologia e inovação: queremos preparar as novas gerações para o futuro, e a diversificação de nossas parcerias com países desenvolvidos e em desenvolvimento é um importante instrumento para atingirmos essa meta.

**S:** Desde o Governo do Presidente Lula o Brasil postula seu ingresso como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Este

pleito permanece no Governo Dilma Rousseff?

**MV:** A defesa de uma reforma efetiva do CSNU é um traço constante da política externa do Brasil e não está associado a um governo específico. O Brasil almeja uma reforma que contemple a criação de novos assentos permanentes e não permanentes e um aprimoramento nos métodos de trabalho do órgão, entre outros aspectos de seu funcionamento.

No momento em que celebramos o aniversário de 70 anos das Nações Unidas, a reforma do Conselho se apresenta como uma necessidade ineludível para adequar a composição do órgão à realidade contemporânea e para preservar a credibilidade e a capacidade de funcionamento da Organização no campo da paz e da segurança internacional.

Cabe lembrar que, quando de sua criação, a ONU contava com 51 Estados-membros. Hoje 193 países a integram. A despeito disso, o CSNU ainda reflete o cenário geopolítico e econômico de 1945, e regiões inteiras, como a América Latina e a África, não contam com nenhum assento permanente.

O Brasil é um candidato natural a ocupar um dos novos assentos permanentes num Conselho reformado. Somos, ao lado do Japão, o país que foi eleito mais vezes (10) para um assento não permanente. Continuamos, com os nossos parceiros do G-4 (Alemanha, Índia e Japão), plenamente engajados nas negociações intergovernamentais em curso no âmbito da Assembleia-Geral.

**S:** Ainda sobre o Conselho de Segurança: Há mais de 20 anos está na pauta da Assembleia-Geral das Nações Unidas o tema da reforma do CSNU, incluindo o número de seus membros. O que o Senhor Ministro pensa da necessidade de reforma da ONU e particularmente do aumento do número de membros do Conselho? Seu colega russo Serguei Lavrov pensa que este número deve ser em torno de 20 membros.

**MV:** Como já assinali, é cada vez mais clara a necessidade de se proceder a uma reforma do CSNU, inclusive no tocante à ampliação de sua composição. Creio que não se deve avaliar a eficiência de um CSNU reformado com base exclusivamente no número de membros que venham a integrá-lo; afinal, o órgão sofre hoje de inegável paralisia e imobilismo e se demonstra incapaz de dar encaminhamento aos principais problemas da agenda internacional de paz e segurança, apesar de sua composição restrita. Esta combinação de falta de representatividade, transparência e eficácia corrói a própria legitimidade do CSNU, com danos sensíveis ao multilateralismo.

Penso que o CSNU teria muito a ganhar, em especial, com a entrada de novos membros permanentes com real capacidade de contribuir positivamente para a busca de consensos no âmbito do Conselho de Segurança. O Brasil, que mantém diálogo denso e maduro com todos os P-5 e com outros países importantes para a agenda de paz e segurança internacional, estaria plenamente capacitado a contribuir para esses esforços. Temos experiência comprovada em temas relativos à paz e

à segurança internacionais, haja vista nossa atuação como membro não permanente em 10 mandatos e nosso importante papel em operações de manutenção da paz.

**S:** Há mais de um ano a Rússia é obrigada a enfrentar uma guerra de informações imprecisas sobre seu país. Lamentavelmente, a grande mídia brasileira tem participação nesse processo. O importante Fórum Interparlamentar do BRICS, por exemplo, foi inteiramente ignorado pela mídia do Brasil. O que o Ministério das Relações Exteriores do Governo brasileiro poderia fazer para levar ao público opiniões alternativas e esclarecedoras?

**MV:** A margem de atuação do MRE para pautar e direcionar o conteúdo dos veículos de imprensa brasileiros é limitada por ser a imprensa brasileira majoritariamente privada e, portanto, autônoma na determinação de seus conteúdos. No entanto, o Governo brasileiro tem sido bastante ativo e claro em suas manifestações públicas em defesa do diálogo e da diplomacia e contra o recurso frequente a sanções, especialmente aquelas que fogem do quadro multilateral. Essas manifestações oficiais e as manifestações do BRICS têm repercussões públicas e costumam ser divulgadas pela imprensa pública e privada no Brasil.

**S:** Já há mais de um ano a Rússia é objeto de sanções. Qual a posição do Brasil a esse respeito?

**MV:** O Brasil não reconhece, por princípio, sanções adotadas fora do marco da Organização das Nações

Unidas. Esse é um corolário de nossa tradicional defesa do multilateralismo e de respeito ao Direito Internacional. Consideramos que as sanções unilaterais são instrumentos de legitimidade e eficácia discutíveis, por isso, não as reconhecemos, nem as apoiamos. Esse princípio aplica-se às sanções e contrassanções impostas unilateralmente por qualquer dos lados. As sanções não contribuem para a construção de confiança entre as partes para uma solução política e pacífica e impedem a retomada do crescimento econômico na região. Devemos sempre que possível privilegiar o diálogo político e a diplomacia como principais instrumentos para a superação de diferenças, pois é a maneira mais eficaz e menos custosa de solução dos conflitos.

**S:** O comércio bilateral Brasil-Rússia está em torno de US\$ 7,5 a 8 bilhões. Que medidas o Brasil pretende tomar para que se atinja a meta dos US\$ 10 bilhões ao ano?

**MV:** O Brasil atua em diversas frentes para ampliar o comércio bilateral com a Rússia e atingir a meta de US\$ 10 bilhões ao ano, estabelecida pelos Governos dos dois países. Na área de Promoção Comercial, o Itamaraty atua, tradicionalmente, na organização de missões empresariais, na participação em feiras, na prospecção de mercados, na realização de estudos e no apoio a empresários brasileiros e russos que tencionam contribuir para o incremento do intercâmbio entre Brasil e Rússia.

Neste ano, apoiamos a participação brasileira nas principais feiras

realizadas na Rússia, como a Prodexpo e a World Food. Participamos, também, da mostra MITT, importante feira do setor de turismo. Estamos elaborando um estudo sobre as condições de acesso a mercados de produtos brasileiros à Rússia, de modo a identificar eventuais óbices para o melhor fluxo comercial entre os dois países. Devem ser organizadas também missões empresariais no âmbito de visitas de autoridades brasileiras à Rússia ainda este ano.

Esperamos, ademais, que evoluam as discussões ora em curso entre o MERCOSUL e a União Eurasiática, o que poderia nos levar a um futuro acordo que amplie os fluxos comerciais entre os dois blocos.

**S:** Em que áreas os projetos entre Brasil e Rússia mais têm chance de prosperar?

**MV:** Brasil e Rússia mantêm, desde 2002, parceria estratégica de densidade crescente, como atestam as frequentes visitas recíprocas de alto nível. No campo político, a Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia (CAN) e a Comissão Intergovernamental de Cooperação (CIC), que se realizarão em Moscou no próximo mês de setembro, estruturam o relacionamento bilateral. Debates, nessas instâncias, a elaboração e a implementação de projetos bilaterais em diferentes áreas, como comércio, investimentos, defesa, energia, cooperação espacial, educacional, cultural e esportiva.

O comércio bilateral cresceu 88,1% entre 2005 e 2014. Nosso desafio é continuar trabalhando para diversificar e ampliar nossa pauta comercial.

Acreditamos que empresas russas possam participar ativamente do novo Programa de Investimentos em Logística, principalmente nos setores de portos e ferrovias, em que a Rússia é bastante competitiva. Nosso diálogo em defesa já resultou na aquisição brasileira de helicópteros MI-35, bem como nas negociações em curso para a compra de unidades do sistema de defesa antiaérea russo Pantsir S1, com transferência de tecnologia ao lado brasileiro.

A cooperação na área energética é muito promissora. Tanto a Gazprom quanto a Rosneft, que atua na exploração de hidrocarbonetos na Bacia do Rio Solimões, já operam no Brasil. Destaco a recente abertura de escritório da Rosatom no Brasil, o que abre perspectivas interessantes de maior cooperação bilateral em usos pacíficos de energia nuclear. Na área educacional, assinou-se, em 2013, acordo para a participação da Rússia no Programa Ciência sem Fronteiras. Destaco, na cooperação cultural, a bem-sucedida experiência de instalação, em Joinville, da única filial da Escola do Balé Bolshoi fora da Rússia, que completou 15 anos em março último.

Há uma interessante coincidência de megaeventos esportivos no Brasil e na Rússia, o que nos tem propiciado avançar no diálogo relativo à organização e ao legado das Copas do Mundo FIFA 2014 e 2018, assim como dos Jogos Olímpicos de Sochi e do Rio de Janeiro. Existem, portanto, múltiplas oportunidades de progresso em variados setores.

**S:** O Novo Banco de Desenvolvimento e o Acordo Contingente de Reservas do BRICS já foram aprovados pelo Congresso Nacional. O que se pode esperar do bloco BRICS a partir da Reunião de Cúpula de julho, em Ufá, na Rússia?

**MV:** Uma vez concluído o processo de ratificação do acordo de criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), caberá agora finalizar os trabalhos para sua operacionalização. Estamos empenhados para que as operações de empréstimo do NBD comecem a ser realizadas no início de 2016. O NBD, como se recorda, financiará projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, nos BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento, e será aberto, oportunamente, para adesão a todos os membros das Nações Unidas. Nessa fase inicial, espera-se que o NBD busque, em princípio, delinear sua forma de atuação, desenvolver expertise técnica e consolidar sua classificação de risco de crédito, bem como capitalizar-se adequadamente para assumir projetos de maior vulto.

O Arranjo Contingente de Reservas já foi ratificado por todos os países e entra em vigor em 30 de julho, quando já estará plenamente operacional.

Além da implementação desses dois mecanismos, o BRICS dará continuidade à sua coordenação em foros multilaterais, tais como no G20, e a seu diálogo sobre as principais questões da agenda econômica e política internacional.

O BRICS segue empenhado na promoção da reforma de instituições de governança internacional, como o FMI e o Banco Mundial, de forma a torná-las mais representativas e eficazes. A vertente de cooperação intra-BRICS também segue se aprofundando, como é exemplificado pelo documento "Estratégia para uma Parceria Econômica do BRICS", a ser adotado na Cúpula de Ufá. Trata-se de um roteiro ou "mapa do caminho" que compila atividades prioritárias em áreas diversas afeitas às relações econômicas intra-BRICS, com vistas a contribuir para elevar nossa cooperação a um novo patamar.

**A**

**África** 4, 29, 30, 31, 32, 56, 60, 75, 77, 83, 87, 95, 98 99, 102, 103, 114, 115, 120, 132, 133, 134, 138, 144, 145, 148, 150, 195, 209, 216, 218, 231, 234, 249, 252, 253, 255, 256, 260, 263, 271, 282, 287, 308, 365, 384.

**África do Sul** 98, 99, 102, 103, 114, 115, 120, 144, 195, 255, 271 287.

**Alemanha** 9, 11, 12, 75, 130, 132, 149, 151, 195, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 226, 227, 228, 229, 253, 271, 285, 287, 378, 384.

**América do Sul** 4, 7, 15, 23, 27, 31, 48, 50, 75, 76, 80, 86, 87, 148, 152, 154, 156, 159, 225, 227, 253, 258, 259, 261, 298, 314, 316, 359, 370.

**Angola** 5, 15, 30, 81, 82, 83, 87, 216, 259, 260, 372.

**Argentina** 7, 10, 18, 19, 20, 36, 86, 154, 158, 160, 163, 180, 181, 182, 184, 185, 187, 190, 216, 220, 310, 359, 360, 368, 370, 379.

**Ásia** 75, 145, 148, 193, 215, 216, 377.

**ASPA** 4, 15, 17, 31, 76, 78, 79, 80, 253, 258, 298, 299, 303, 313, 315, 316, 317, 318.

**Assunção** 5, 11, 93, 94, 96, 166, 181, 225, 226, 312, 370, 371.

## ÍNDICE REMISSIVO

### B

**Biodiversidade** 165, 207, 213.

**Biocombustível** 12, 188, 207, 214, 233, 234, 242, 244.

**Bolívia** 7, 49, 50, 96, 105, 152, 158, 160, 169, 182, 183, 184, 185, 312.

**BRICS** 6, 12, 16, 21, 41, 43, 57, 85, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 195, 230, 231, 265, 266, 267, 271, 383, 385, 387.

**Buenos Aires** 160, 184, 185, 259, 360.

### C

**Caracas** 220 e 303.

**CELAC** 186, 190 e 362.

**Chile** 11, 17, 95, 158, 160, 169, 184, 185, 224, 327, 329, 330, 342.

**China** 20, 51, 87, 98, 99, 102, 103, 114, 115, 120, 125, 130, 144, 151, 161, 180, 190, 195, 216, 255, 268, 271, 312, 373, 374.

**Colômbia** 10, 11, 12, 13, 40, 65, 85, 95, 105, 106, 184, 220, 221, 224, 227, 234, 237, 314, 327.

**Cooperação econômica** 11, 118, 119, 185, 206, 226, 230, 242, 243, 316.

**CPLP** 193, 202, 250, 374.

**Cuba** 5, 17, 42, 51, 52, 87, 96, 108, 162, 184, 227, 253, 326.

## **D**

**Democracia** 27, 47, 50, 75, 86, 87, 89, 93, 110, 126, 129, 150, 154, 157, 161, 166, 182, 219, 238, 308, 356, 366, 383.

**Desarmamento** 69, 125, 131, 133, 134, 208, 219, 221, 241, 300, 306.

**Desenvolvimento sustentável** 12, 22, 31, 41, 43, 52, 67, 69, 72, 79, 81, 86, 98, 100, 101, 109, 112, 119, 123, 124, 125, 126, 135, 141, 142, 157, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 174, 188, 190, 200, 204, 207, 209, 211, 212, 219, 227, 228, 234, 239, 241, 242, 244, 246, 253, 267, 280, 281, 283, 288, 290, 293, 294, 297, 299, 313, 315, 316, 328, 339, 367, 396, 387.

**Direitos humanos** 5, 18, 41, 42, 49, 58, 69, 72, 75, 81, 86, 88, 89, 108, 109, 110, 115, 117, 122, 126, 127, 128, 129, 153, 154, 161, 163, 164, 166, 181, 182, 205, 222, 228, 237, 238, 241, 246, 299, 304, 305, 310, 311, 313, 319, 339, 353, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 371, 379.

## **E**

**Energia** 45, 46, 51, 71, 72, 80, 113, 114, 130, 135, 142, 143, 147, 188, 195, 206, 207, 208, 210, 212, 214, 217, 218, 222, 223, 226, 234, 237, 239, 240, 242, 244, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 262, 263, 281, 282, 283, 300, 307, 314, 315, 316, 327, 378, 386.

**Equador** 7, 152, 184, 224, 291.

**Espanha** 19 e 368.

**Estados Unidos** 14, 40, 42, 85, 87, 108, 120, 130, 151, 159, 162, 163, 186, 187, 248, 253, 261, 267, 280, 312, 379, 383.

## **F**

**FAO** 135, 162, 207, 219.

**França** 17, 130, 132, 151, 215, 249, 264, 265, 297.

**Fronteiras** 27, 48, 77, 130, 131, 205, 238, 262, 292, 301, 302, 354, 386.

## **G**

**Genebra** 110, 128, 145, 147, 186, 231, 235, 301, 302, 306, 375.

**Guiana** 105 e 247.

**Guiné-Bissau** 9, 13, 201, 202, 234, 239.

## **H**

**Haiti** 8, 9, 14, 45, 69, 77, 110, 111, 112, 152, 153, 162, 192, 199, 200, 201, 218, 246, 247, 248.

## I

**IBAS** 41, 195, 271.

**Índia** 8, 12, 16, 20, 75, 87, 95, 98, 99, 102, 103, 114, 115, 120, 127, 139, 144, 149, 195, 227, 228, 230, 231, 246, 255, 271, 376, 284.

**Israel** 8, 13, 60, 62, 77, 87, 129, 130, 196, 197, 198, 199, 204, 238, 300, 301, 302, 303, 307, 311, 354.

**Irã** 11, 23, 42, 54, 79, 83, 99, 100, 102, 105, 114, 130, 131, 151, 152, 162, 204, 212, 218, 221, 222, 224, 237, 249, 253, 254, 259, 263, 280, 308, 315, 319, 341, 347, 369, 378, 379.

## J

**Japão** 4, 8, 12, 14, 40, 41, 69, 74, 75, 87, 149, 186, 193, 186, 193, 194, 195, 198, 199, 227, 228, 230, 246, 253, 254, 271, 384.

**Jogos olímpicos** 44, 72, 75, 159, 209, 387.

## L

**Líbano** 4, 11, 58, 69, 87, 95, 185, 221, 222, 235, 246, 260, 307, 316, 379.

**Lima** 8, 46, 63, 64, 194, 195, 196, 283, 288, 298, 300, 314, 315.

## M

**Malvinas** 7, 158, 180, 181, 310, 311.

**MERCOSUL** 3, 5, 7, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 43, 48, 49, 50, 51, 57, 72, 86, 93, 94, 95, 96, 97, 105, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 169, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 204, 215, 226, 239, 240, 256, 298, 316, 326, 357, 360, 366, 370, 371, 386.

**México** 15, 20, 40, 54, 57, 65, 85, 98, 99, 180, 261, 327, 373.

**Moçambique** 15, 30, 87, 216, 260, 261, 327.

**Montevideu** 184 e 187.

## N

**Navegação** 124, 125, 268, 269.

**Nuclear** 6, 8, 42, 61, 130, 151, 195, 199, 204, 208, 253, 300, 311, 378, 386.

## O

**OMC** 5, 13, 19, 31, 33, 57, 79, 88, 91, 92, 109, 120, 121, 206, 240, 241, 267, 276, 277, 286, 347, 350, 368, 369, 371, 372.

**Oriente Médio** 4, 56, 58, 60, 77, 87, 88, 130, 132, 145, 221, 231, 249, 253, 256, 300, 308, 311, 378, 379.

## **P**

**Palestina** 8, 13, 77, 87, 130, 196, 198, 199, 238, 252, 258, 300, 302, 303, 354.

**Paraguai** 5, 7, 11, 28, 93, 95, 96, 97, 151, 154, 160, 182, 184, 190, 225.

**Peru** 7, 8, 36, 76, 95, 152, 184, 191, 194, 195, 196, 298, 314.

**Propriedade intelectual** 121, 261, 285, 314, 328, 329, 334, 335, 372, 373.

## **R**

**Rio+20** 41, 69, 200, 228, 290.

## **S**

**Santiago** 17, 224, 327, 347.

**Segurança alimentar** 24, 30, 135, 150, 161, 202, 218, 237, 263, 281, 315.

**Síria** 5, 12, 20, 58, 77, 87, 108, 109, 128, 129, 204, 231, 235, 252, 258, 306, 307, 316, 352, 353, 375.

**Suriname** 105 e 247.

## **T**

**Terrorismo** 68, 77, 88, 109, 122, 123, 126, 128, 129, 131, 133, 134, 147, 150, 192, 197, 198, 200, 204, 220, 231, 238, 251, 263, 264, 266, 271, 286, 287, 288, 298, 303, 304, 305, 340, 353, 356.

**Timor-Leste** 8 e 193.

## **U**

**Unasul** 23, 26, 43, 48, 50, 78, 86, 158, 160, 161, 182, 186, 314, 318, 355, 357, 366.

**UNESCO** 140, 164, 209, 303, 365.

**União Europeia** 19, 65, 72, 86, 94, 204, 209, 211, 240, 310, 360, 366, 367.

**Uruguai** 6, 19, 25, 95, 96, 113, 155, 157, 165, 182, 184, 188, 189, 191, 224, 367, 371.

## **V**

**Venezuela** 10, 11, 18, 19, 49, 50, 86, 95, 96, 159, 182, 187, 220, 221, 224, 303, 312, 318, 355, 356, 357, 366.

## **Capa e Projeto Gráfico**

Karina Barreira

Vivian Fernandes

## **Diagramação**

Clovis Gomes de Aguiar Junior

Mayara Cristina Félix

### **Formato**

20 x 26 cm

### **Mancha**

15,5 x 21,5 cm

### **Tipologia**

Times New Roman

### **Papel**

Supremo 250 g/m<sup>2</sup>,  
Plastificação fosca (capa)  
e 75g/m<sup>2</sup> (miolo)

### **Número de páginas**

392

Endereço para correspondência

Coordenação-Geral de Documentação  
Diplomática (CDO)

Ministério das Relações Exteriores,

Anexo II, 1º subsolo, Sala 10

CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (61) 2030-9279 / 9037

Fax: (61) 2030-6591

**Impresso pela Gráfica do Ministério  
das Relações Exteriores**